



4

O BRASIL REPUBLICANO

O tempo da ditadura

regime militar e movimentos sociais
em fins do século XX

Jorge Ferreira
Lucilia de Almeida Neves Delgado
organização

Ainda no alvorecer do século XXI, temas como os da democracia, cidadania e república surgem, em muitas interpretações, ao mesmo tempo como dilema e desafio que a sociedade brasileira enfrenta em seu cotidiano.

Partilhando dessas preocupações foi que planejamos e organizamos *O Brasil Republicano*, em quatro volumes.

O primeiro, *O tempo do liberalismo excludente*, tem início com o conturbado período que se segue à Proclamação da República e finaliza com a Revolução de 1930. O segundo, *O tempo do nacional-estatismo*, volta-se exclusivamente para a década de 1930 e o apogeu do Estado Novo. O terceiro, *O tempo da experiência democrática*, resgata a prática da democracia no Brasil que se abre com o movimento queremista até o seu colapso com o golpe civil-militar de 1964. Por fim, o último volume, *O tempo da ditadura*, preocupa-se com a época de mando dos generais até a eclosão de movimentos sociais no final do século XX.

Os autores dos capítulos são historiadores que atuam em universidades e instituições de pesquisa de diferentes estados da federação e foram convidados levando-se em conta os critérios de pluralidade, especialidade e reconhecimento acadêmico. Sob o prisma da história política, social, cultural e econômica, eles sugerem hipóteses interpretativas que visam a contribuir com o esforço reflexivo sobre as peculiaridades da história do Brasil República, destacando a atuação dos sujeitos históricos que a construíram.

Com abordagens plurais e críticas, esperamos que *O Brasil Republicano*, de alguma maneira, possa contribuir para o aprofundamento da democracia, da prática da cidadania e da consolidação dos ideais republicanos em nosso país.

**O Brasil
Republicano**

*Organizado por Jorge Ferreira e
Lucilia de Almeida Neves Delgado*

O Brasil Republicano

O tempo da ditadura – regime militar e
movimentos sociais em fins do século XX

Livro 4

2ª edição



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2007

COPYRIGHT © Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, 2003

CAPA
Evelyn Grumach

PROJETO GRÁFICO
Evelyn Grumach e João de Souza Leite

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T28
2ª ed. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
. - (O Brasil Republicano; v.4)

Contém filmografia
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-200-0625-2

1. Brasil - História - 1889- . 2. Brasil - História - 1964-. 3. Brasil - Política e governo - 1964. 4. Cidadania. I. Ferreira, Jorge. II. Delgado, Lucilia de Almeida Neves. III. Série.

03-2054

CDD - 981.064
CDU - 94(81)"1964/..."

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Um selo da
EDITORA RECORD LTDA.

Rua Argentina 171 - 20921-380 Rio de Janeiro, RJ - Tel.: 2585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052 - Rio de Janeiro, RJ - 20922-970

Impresso no Brasil
2007

Sumário

APRESENTAÇÃO 7

Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado

A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares (13)
Prof. Dr. Nilson Borges (UFSC)

Esquerdas revolucionárias e luta armada (43)
Prof. Dra. Denise Rollemberg (UFF)

Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970) (93)
Prof. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas) e Prof. Dr. Mauro Passos (COLTEG-UFMG/PUC-Minas)

Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança (133)
Prof. Dr. Marcelo Ridenti (Unicamp)

Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão (167)
Prof. Dr. Carlos Fico (UFRJ)

O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973) (207)
Prof. Dr. Luiz Carlos Delorme Prado (IE-UFRJ) e Prof. Dr. Fábio Sá Earp (IE-UFRJ)

COPYRIGHT © Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, 2003

CAPA

Evelyn Grumach

PROJETO GRÁFICO

Evelyn Grumach e João de Souza Leite

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T28
2ª ed. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
. – (O Brasil Republicano; v.4)

Contém filmografia
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-200-0625-2

1. Brasil – História – 1889- . 2. Brasil – História – 1964-. 3. Brasil – Política e governo – 1964. 4. Cidadania. I. Ferreira, Jorge. II. Delgado, Lucilia de Almeida Neves. III. Série.

03-2054

CDD – 981.064
CDU – 94(81)“1964/...”

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Um selo da

EDITORA RECORD LTDA.

Rua Argentina 171 – 20921-380 Rio de Janeiro, RJ – Tel.: 2585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL

Caixa Postal 23.052 – Rio de Janeiro, RJ – 20922-970

Impresso no Brasil
2007

Sumário

APRESENTAÇÃO 7

Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado

A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares (13)
Prof. Dr. Nilson Borges (UFSC)

Esquerdas revolucionárias e luta armada (43)
Profa. Dra. Denise Rollemberg (UFF)

Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970) (93)
Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas) e Prof. Dr. Mauro Passos (COLTEG-UFMG/PUC-Minas)

Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança (133)
Prof. Dr. Marcelo Ridenti (Unicamp)

Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão (167)
Prof. Dr. Carlos Fico (UFRJ)

O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973) (207)
Prof. Dr. Luiz Carlos Delorme Prado (IE-UFRJ) e Prof. Dr. Fábio Sá Earp (IE-UFRJ)

Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985 243

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)

Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990 283

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (Uni-Rio)

A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST 315

Prof. Dr. Mario Grynszpan (UFF/CPDOC-FGV)

O bolivarianismo dos antigos e o bolivarianismo dos modernos: o Brasil e a América Latina na década de 1990 349

Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta de Faria (PUC-Minas) e Prof. Ms. Marco Aurélio Cepik (UFMG)

BIBLIOGRAFIA GERAL 391

FILMOGRAFIA 409

OS AUTORES 427

PLANO GERAL DA COLEÇÃO 429

Apresentação

Análises e interpretações relativas à história do Brasil republicano têm, na maior parte das vezes, destacado uma questão recorrente: a de que a construção e consolidação da cidadania e da democracia são, simultaneamente, dilema e desafio que perpassam o cotidiano nacional brasileiro.

Dilema, pois a herança do passado colonial/patrimonial persiste sob diferentes formas e graus ao longo da trajetória republicana, reproduzindo manifestações de práticas autoritárias, tanto na esfera privada quanto na pública.

Desafio, pois a construção da democracia tem encontrado inúmeros focos de resistência que se manifestam sob diferentes formas de comportamento político autoritário, destacando-se os períodos ditatoriais, tanto o do Estado Novo quanto o do regime militar, além das antigas, mas ainda usuais, práticas de mandonismo local, que teimam em persistir, mesmo que no alvorecer de um novo milênio possam parecer ultrapassadas.

Na verdade, a democracia e a plena realização da cidadania no Brasil apresentam-se como um dilema histórico ainda a ser decifrado e um desafio a ser enfrentado.

Partilhando dessas preocupações foi que planejamos e organizamos *O Brasil Republicano*, em quatro volumes. O eixo que interliga os diferentes textos, com suas múltiplas abordagens e temáticas diversas, é a questão da cidadania, analisada de ângulos e perspectivas pluralistas. Desta maneira, são considerados tanto os movimentos e as ações de cerceamento e de limitação da prática cidadã quanto os de resistência e luta contra a exclusão social e contra as práticas autoritárias, em variadas experiências históricas. Sob o prisma da história política, social, cultural e econômica, os autores sugerem hipóteses interpretativas que visam a contribuir com o esforço reflexivo sobre

as peculiaridades da história do Brasil República, destacando a atuação dos sujeitos históricos que a construíram.

Uma opção foi a do público leitor. Nosso objetivo é atingir todos os brasileiros curiosos pela própria história e que buscam conhecer seu lugar no mundo. Em particular, preocupam-nos os alunos de graduação da área de Ciências Humanas que, via de regra, têm dificuldades em adquirir livros que resultam de pesquisas originais. Mas, sobretudo, é nosso interesse alcançar um público que, na maioria das vezes, é esquecido: alunos e professores de nível médio. Trata-se, neste caso, de amplas parcelas da população brasileira distantes da pesquisa historiográfica mais avançada, obrigada a recorrer, por falta de alternativas, a resumos, apostilas e livros didáticos defasados e tradicionais. Assim, nossa proposta é alcançar um público bem maior, ainda nos estudos secundários, permitindo que nossas reflexões contribuam para a sua formação.

Os autores que redigiram os textos, por sua vez, foram convidados considerando-se os critérios de pluralidade, especialidade e reconhecimento acadêmico. Estão aqui reunidos, portanto, profissionais de diversas universidades e instituições de pesquisa brasileiras, distribuídas por diferentes estados da federação.

A obra é constituída por quatro volumes e, do crepúsculo do Império até o tempo presente, resgata a experiência republicana no Brasil. Assim, o primeiro volume, *O tempo do liberalismo excludente — da Proclamação da República à Revolução de 1930*, aborda o processo político, a exclusão social e econômica, bem como os movimentos culturais na Primeira República através dos seguintes temas: “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”, texto de Margarida de Souza Neves (PUC-Rio); “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”, de Elio Chaves Flores (UFPB); “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”, de Maria Efigênia Lage de Resende (UFMG); “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado”, de Jacqueline Hermann (UFRJ); “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”, de Cláudio Batalha (Unicamp); “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”, de José Miguel Arias Neto (UEL); “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”, de Jaime Benchimol (Fiocruz); “O texto e o traço:

a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura”, de Isabel Lustosa (FCRB); “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”, de Mário Cléber Martins Lanna Júnior (PUC-Minas/FJP-MG); “O modernismo e a questão nacional”, de Monica Pimenta Velloso (FCRB); e, fechando o volume, “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”, de Surama Conde Sá Pinto e Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ/CPDOC-FGV).

O segundo volume, *O tempo do nacional-estatismo — do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, enfatiza a construção da cidadania social sob patrocínio do Estado, além de análises relativas à dinâmica política e econômica que encontra em um Estado fortemente centralizado o seu sujeito dirigente. O volume é composto pelos seguintes capítulos: “Os anos 1930: as incertezas do regime”, tema de Dulce Pandolfi (CPDOC-FGV); “Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)”, de Marcos Chor Maio (Fiocruz) e Roney Cytrynowicz (AHJB); “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”, de Marly de Almeida G. Vianna (UFSCar); “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”, de Maria Helena Capelato (USP); “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”, de Monica Pimenta Velloso (FCRB); “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”, de Alexandre Fortes (FPA) e Antonio Luigi Negro (UFBa); “Estado, classe trabalhadora e políticas sociais”, de Maria Celina D’Araujo (UFF/CPDOC-FGV); “A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência”, de Maria Antonieta Leopoldi (UFF); “O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania”, de Rachel Soihet (UFF); e, por fim, “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”, de Lucia Lippi Oliveira (CPDOC-FGV).

O terceiro volume, *O tempo da experiência democrática — da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, resgata atores sociais que, de maneira crescente, se engajaram em lutas pela ampliação dos direitos de cidadania, como também os grupos políticos e sociais contrariados com os avanços dos movimentos reivindicatórios. Os assuntos tratados no volume são os seguintes: “A democratização de 1945 e o movimento queremista”, tema de responsabilidade de Jorge Ferreira (UFF); “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, de Fernando Teixeira da Silva (Unimep) e Antonio Luigi Negro (UFBa); “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala

do golpe”, de João Roberto Martins Filho (UFSCar); “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”, de Lucilia de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas); “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”, de Vânia Maria Losada Moreira (UFES); “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente”, de Paulo G. Fagundes Vizentini (UFRGS); “PCB: a questão nacional e a democracia”, de José Antonio Segatto (Unesp); “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”, de Antônio Montenegro (UFPE); “Os novos experimentos culturais nos anos 1940/50: propostas de democratização da arte no Brasil”, de Santuza Cambraia Neves (PUC-Rio/UCAM); “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”, de Jorge Ferreira (UFF); e, finalmente, “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”, do mesmo autor.

Por fim, o quarto volume, *O tempo da ditadura — Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, volta-se para o processo de exclusão política, econômica e social sob a égide da ditadura inaugurada em 1964, mas também para a luta pelos direitos de cidadania com os movimentos sociais que se afirmaram nas duas últimas décadas do século XX. Os capítulos desenvolvidos no volume são: “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”, tema de Nilson Borges (UFSC); “Esquerdas revolucionárias e luta armada”, de Denise Rollemberg (UFF); “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos”, de Lucilia de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas) e Mauro Passos (PUC-Minas); “Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança”, de Marcelo Ridenti (Unicamp); “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”, de Carlos Fico (UFRJ); “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda — 1967-1973”, de Luiz Carlos Delorme Prado (UFRJ) e Fábio Sá Earp (UFRJ); “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”, de Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ); “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980/1990”, de Marco Aurélio Santana (Uni-Rio); “A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST”, de Mario Grynspan (UFF/CPDOC-FGV); e, por fim, “O bolivarismo dos antigos e o bolivarismo dos modernos: o Brasil e a América Latina na década de 1990”, de Carlos Aurélio Pimenta de Faria (PUC-Minas) e Marco Aurélio Cepik (UFMG).

Ao fim de cada um dos volumes, o leitor encontrará, na parte referente aos Anexos, instrumentos que permitirão aprofundar algumas das questões tratadas nos capítulos. O primeiro é a Bibliografia Geral do Volume. Trata-se do conjunto de livros citados por todos os autores, acrescidos de outros títulos importantes na área das Ciências Humanas. O segundo é a Filmografia. Aqui, procuramos arrolar filmes brasileiros, de fácil acesso, que, pela linguagem cinematográfica, “reconstituem” a história do período. Para ambos, Bibliografia e Filmografia, chamamos a atenção para o fato de que não se trata de listas que queiram ser definitivas e que, em casos como esses, esquecimentos e, portanto, injustiças sempre acontecem.

Finalmente, queremos agradecer a todos os colaboradores da obra pelo empenho e dedicação com que redigiram os seus textos. É preciso, igualmente, agradecer aos diretores da Civilização Brasileira, que acreditaram em nosso projeto, bem como ao conjunto de funcionárias da Editora pelo carinho no trato com os autores e suas obras. Agradecemos, também, ao apoio que tivemos de Raquel Fernandez Queiroz, secretária do Centro de Pesquisa Histórica da PUC-Minas. Por fim, um agradecimento especial aos nossos alunos que redigiram as sinopses e as fichas técnicas dos filmes. A eles, finalidade maior de nossa profissão, dedicamos a obra.

Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado

A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares

Nilson Borges

Professor de ciência política do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.

Professor visitante do Departamento de Ciência Política da UFMG.

OS MILITARES NO PODER

Os anos 1970 ficaram marcados pelo desencadeamento de golpes de Estado e pela entrada dos militares no cenário político de diversos países da América Latina, dentre eles o Brasil. Para se ter uma idéia desse expansionismo militarista, basta saber que, em 1979, dois terços da população latino-americana, calculada na época em 400 milhões de habitantes, viviam em Estados dotados de regimes militares ou sob dominação castrense.

O Brasil, com o processo intervencionista de 1964 e a conseqüente derubada do governo constitucional de João Goulart, deu início ao ciclo militarista, que entrou pelos anos 1980. No caso brasileiro, especificamente, muito embora queiram delimitar a entrada dos militares no processo político a partir de 1964, a história tem demonstrado que, em todos os momentos de crise institucional, as Forças Armadas apresentam-se como atores políticos atuantes. Assim foi, em 1889, com a proclamação da República, mediante um golpe articulado por Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e a mocidade militar, liderada por Benjamin Constant, e assim continuou sendo, em 1930, com a derrubada da República oligárquica, que permitiu a instauração da ditadura do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Mas foram também os militares que participaram do processo de estabelecer um regime democrático, que vigorou de 1945 a 1964, e garantiram a posse de Juscelino Kubitschek em 1955, abortando um golpe preparado por setores das Forças Armadas (Rouquié, 1984, p. 327).

Há autores (Comblin, 1978, p. 152; Trevisan, 1985, p. 11) que colocam a *questão militar* no Brasil ainda no Império, pois o Exército, principalmente, jamais ficou alheio à política. Certos fatos históricos demonstram o papel dos

militares no período imperial, como em 1879, quando a Comissão de Marinha e Guerra da Câmara dos Deputados eliminou alguns postos da carreira em várias unidades e um grupo de oficiais frustrou o projeto, debatendo-o publicamente, processo em que se destacaram Sena Madureira e Saldanha da Gama, líderes dos revoltosos. Outro momento de crise institucional ocorreu em 1883, quando um jornal do Rio ataca a honra pessoal de um militar e o dono do jornal é morto pelos camaradas do oficial ofendido. O caso mais grave, porém, se deu em 1884, quando Benjamin Constant, militar positivista e professor da Escola Militar, deu apoio a um general que, diante da tropa, homenageara um líder abolicionista. Pouco depois, o coronel Cunha Matos revidou pela imprensa, o que era proibido pelo governo, um ataque desferido contra ele por um deputado em um discurso na Câmara. Foi decretada a prisão do coronel, por ordem do Império, o que acabou por atingir a honra castrense (Trevisan, 1985, p. 14) e abriu caminho para a proclamação da República em 1889.

Assim, ao se analisar o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro, deve-se levar em consideração duas fases: a primeira, antes de 1964, quando os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar; a segunda, depois de 1964, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra), quando os militares, após o golpe, assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores políticos, com os civis passando a meros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade.

Até 1964 o aparelho militar brasileiro se posicionou na condição arbitral-tutelar, isto é, com a ameaça ou em meio a uma crise institucional, os militares deixavam os quartéis e intervinham na ordem política para, logo em seguida, transferir o poder aos civis. Após o processo intervencionista, já com os civis na direção do Estado, as Forças Armadas abandonavam o papel de árbitros e transformavam-se em forças tutelares, estabelecendo os limites da ação civil. Porém, a partir de 1964, as Forças Armadas intervêm no processo político, sem, contudo, transferir o poder aos civis, agindo, nesse novo contexto, como atores dirigentes e hegemônicos.

Após a proclamação da República, o intervencionismo militar foi uma constante na história brasileira, sendo, inclusive, legitimado até pelo hábito. Recorria-se à intervenção militar, segundo a lógica da época, como forma de corrigir o que consideravam como desvios do meio político e dos resultados eleitorais. As Forças Armadas eram reconhecidas como poder moderador, pois tal prerrogativa “estava implícita no próprio texto constitucional ao subordinar sua ação como aparelho do Estado, dentro dos limites da lei” (Stepan, 1975, p. 75). Sobre tal pressuposto, o intervencionismo militar seria legítimo quando a autoridade maior transpusesse, a critério das Forças Armadas, os limites da legalidade.

A própria organização partidária era “encarada com reservas, pelo seu caráter de partes em oposição mútua, perturbando a unidade nacional” (Dreifuss e Dulci, 1983, p. 91). Em contrapartida, os militares buscavam reforçar a autoridade pública, centralizar as ações políticas e administrativas no aparelho do Estado de forma tal que se pudesse controlar a mobilização sociopolítica, principalmente nos anos 1950, com a industrialização brasileira e o desencadeamento do processo de urbanização. Ao largo das questões nacionais, o aparelho militar se via às voltas com o divisionismo na instituição (partidos militares), provocado, principalmente, por aspectos organizacionais (missão francesa) e ideológicos (movimento de 1935, a campanha do petróleo). Enquanto procurava homogeneizar a instituição, articulava-se a aproximação entre setores militares e civis, finalmente concretizada com a criação da Escola Superior de Guerra, a qual determinou, com a execução de seus programas, a interação das elites civis com o meio castrense. É essa mesma Escola Superior de Guerra que, mais tarde, vai recepcionar e teorizar a Doutrina de Segurança Nacional, fornecendo o conteúdo doutrinário e ideológico para a conquista e a manutenção do poder em 1964.

No período que compreende a Primeira República, surgiram polêmicas no seio da corporação, com reflexos na área civil, sobre questões tipicamente organizacionais: recrutamento militar, serviço militar obrigatório, tamanho do efetivo da tropa, limites de idade para permanência no posto etc. Muitas destas questões são motivos, ainda hoje, de debates e polêmicas no aparelho militar, muito embora, atualmente, exista uma maior autonomia da instituição perante a política civil.

Essa Resolução Problemas de: das FA

Faz-se mister assinalar que já em 1930 aparecia nos discursos militares, principalmente nas palavras do general Góes Monteiro, a expressão *segurança nacional*. Segundo ele, o Estado deveria “estabelecer, em bases sólidas, a segurança nacional, com o fim, sobretudo, de disciplinar o povo a obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade pública, adotando os princípios da organização militar, contanto que seja isentada do espírito militarista” (Trevisan, 1985, p. 38). Na realidade, o conceito moderno de Segurança Nacional somente vai aparecer após a segunda grande guerra, mas nos anos 1930 já havia uma preocupação dos militares brasileiros *em formar uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria*.

Em 1964 deu-se a tomada do poder pelos militares, numa bem orquestrada política de desestabilização que envolveu empresas nacionais e transnacionais, o governo americano e setores das Forças Armadas originários da Escola Superior de Guerra, que coordenava as iniciativas dos conspiradores civis e militares. A necessária justificação ideológica para a tomada do poder e a modificação de suas estruturas foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional, ministrada na Escola Superior Guerra, cuja criação, em 1949, com assistência técnica norte-americana e francesa, tinha por objetivo treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional (Alves, 1984, p. 24).

O golpe militar de 1964, com base na Doutrina de Segurança Nacional, estabeleceu novas especificações para o papel das Forças Armadas no processo político. O aparelho militar abandonou sua ação arbitral-tutelar (que não quer dizer imparcialidade) ou, no dizer de um brasilianista (Huntington, 1972, p. 210), deixou a intervenção transitória do tipo devolver e limitar, cuja lógica castrense entende como restauradora da ordem institucional, para desempenhar outro tipo de papel: o de dirigente. Sendo que, nessa nova condição, o aparelho militar passa a exercer uma multiplicidade de funções políticas e administrativas. O esforço da Escola Superior de Guerra de treinar pessoal de alto nível para exercer funções da segurança nacional foi tão levado a sério que, por volta de 1979, 27,8% dos cargos civis da administração pública, direta e indireta, foram preenchidos por militares (Góes, 1979, p. 2). O golpe de 1964 foi uma ruptura com os golpes anteriores e, por isso mesmo, não manteve as mesmas características de intervenções passadas. Ao

contrário, durante seu curso, obediente aos ditames da Doutrina de Segurança Nacional, vão-se detectar diversas transfigurações, tanto no nível estratégico quanto no nível tático. Durante os 21 anos de regime militar não houve nenhum tipo de alternância partidária de poder, mas somente entre as correntes militares que trafegavam no seio das Forças Armadas. O general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar do presidente Ernesto Geisel, quando da escolha do general João Figueiredo como presidente seguinte, assim se expressou: “nesta ocasião eu não havia bem compreendido por que a saída do presidente Castelo Branco e a transmissão da presidência ao general Costa e Silva eram consideradas como a chegada ao poder de um partido adversário” (Abreu, 1979, p. 17). Foram 21 anos de continuidade ininterrupta de generais na direção do Estado brasileiro, mas de *partidos diferentes*.

Há uma corrente de pensamento entre cientistas brasileiros que apresenta o regime militar pós-1964 com duas características consideradas contraditórias: a durabilidade e a mutabilidade. “O duradouro tem sido a permanência no poder da coalizão que, desde 64, assumiu o controle do Estado. O mutável tem sido a forma assumida pelo Estado, vale dizer, o regime propriamente dito, ou seja, ora endurecendo, ora progredindo em direção à abertura política. À primeira vista essas características podem levar a uma compreensão contraditória do regime, mas, na verdade, a mutabilidade viabiliza a manutenção do poder pelos militares” (Cruz e Martins, 1983, p. 13).

Seguindo à risca os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, na qualidade de força dirigente, as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social. Enquanto o aparelho militar fortalecia o Estado, neutralizando as pressões sociais e buscando atingir um elevado crescimento econômico, as Forças Armadas atingiam um alto grau de autonomia institucional. O núcleo do poder militar estava embutido naquilo que chamavam de sistema: um órgão informal que agrupava os generais do Alto Comando Militar. Ao sistema cabia a tarefa de, em última instância, decidir sobre as questões políticas, tanto de política interna quanto de política externa. Nada de importante deixava de passar pelo crivo e pelo *nihil obstat* do sistema. Os partidos civis eram meros

AI-5 - 13/12/1968

13/10/1978

coadjuvantes no cenário político, além de estarem divididos entre o partido do governo (Arena-PDS) e a oposição consentida (MDB-PMDB). As Forças Armadas, no papel de poder dirigente-hegemônico, impediam que fossem transferidos para a classe civil os centros de decisão política.

Há um certo consenso entre os analistas políticos de que o período pós-1964 pode ser dividido em três fases. A primeira se inicia com o golpe militar e vai até a publicação do Ato Institucional de número 5. Durante esse interregno eram discutidas, ainda, as tendências do regime militar, isto é, se as Forças Armadas assumiriam a postura devolver e limitar ou avançariam em direção ao papel dirigente, dando origem ao processo revolucionário. De início, o general Castelo Branco estava convencido de que a "revolução" deveria ser uma intervenção transitória, mas foi atropelado pela corrente dos chamados *duros*, que exigia um processo revolucionário permanente. Com a posse de Costa e Silva e a publicação do AI-5, não havia mais dúvidas de que a revolução seria permanente.

A segunda fase compreende o período que vai do AI-5 até a liberalização política, iniciada no governo Geisel, com a revogação deste Ato. É nessa fase, principalmente durante o governo do presidente Médici, que se vão conhecer mais profundamente os desatinos da comunidade de segurança e informação do regime militar, na qual a tortura de presos políticos era prática usual.

A terceira tem início com o projeto de liberalização política, inaugurado por Geisel, e levado adiante por João Figueiredo. Nessa etapa ocorre a reversão do processo revolucionário, com o abrandamento da censura e o reajustamento da área de segurança. No plano político-ideológico, "os 15 anos subseqüentes a 1964 constituíram um período de capacitação e incremento do potencial da instituição militar para tornar-se um ator político relevante, ou seja, força política autônoma capaz de impor seus interesses e necessidades institucionais aos demais atores políticos. Diante da percepção crítica dos problemas existentes no sistema anterior, a instituição militar desenvolve ação efetiva no sentido de reformular-se e reformular o sistema. Conta para isso com a posição de força obtida por seu papel no golpe civil-militar de 64, que lhe conferiria em breve a direção do Estado" (Dreifuss e Dulci, 1983, p. 97).

Com o desaparecimento do AI-5, o papel das Forças Armadas no processo político adquire um novo perfil, isto é, devolver a direção do Estado aos civis, desde que em bases confiáveis. Essa confiabilidade estava inserida naquilo que ficou conhecido como a *não-argentinização* do regime, no sentido de que os militares não fossem levados ao banco dos réus pelos excessos praticados durante o ciclo revolucionário.

Dentre os diversos papéis exercidos pelo aparelho militar, o que mais sobressaiu foi o aparelho repressivo, organizado e implementado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), com base no escopo teórico da Doutrina de Segurança Nacional. O próprio general Golbery o chamava de monstro, em virtude do seu crescimento desmesurado e de suas ações terroristas. O órgão gerou uma síndrome de tensão-pressão dentro do próprio aparelho militar entre os oficiais ligados à comunidade de informações e os demais, que não estavam comprometidos com os excessos praticados pelo regime. Foi justamente a comunidade de informações, cujos tentáculos atingiam todo o aparelho militar e órgãos civis e que assumiu uma autonomia relativa das Forças Armadas, que mais reagiu ao projeto de abertura política do general Geisel. É nesse contexto que se configura o confronto militar entre a corporação militar, em que predominam os oficiais moderados, e a comunidade de informações, em que predominam os radicais. O Serviço, como era chamado o SNI, só vai reduzir suas ações terroristas quando o general Geisel demite o comandante do II Exército, após a morte, por tortura, de dois presos políticos, um jornalista e um operário. A partir daí ficaram constatados os esforços do regime em redimensionar o papel da comunidade de informações. Somente o recuo do Serviço Nacional de Informações para a especificidade do seu papel como órgão de informação e contra-informação da presidência da República restabeleceria as condições para uma efetiva contenção das Forças Armadas como um aparelho de intervenção no domínio político (Góes, 1984, p. 371). A debilidade da classe política e a fragilidade da sociedade civil contribuíram, também, para a permanência das Forças Armadas no domínio político do Estado.

produzidas pelo próprio regime

OS FUNDAMENTOS DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

O golpe e a manutenção do regime militar de 1964 estão inscritos na Doutrina de Segurança Nacional, originária dos Estados Unidos. Criada na época da guerra fria, nascida do antagonismo leste-oeste, a Doutrina de Segurança Nacional fornece intrinsecamente a estrutura necessária à instalação e à manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social. Em tese, a Doutrina de Segurança Nacional é “uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se única realidade e a resposta a tudo. Por causa disso, a Doutrina escraviza os espíritos e os corpos. Sendo um sistema muito aplicado na América Latina, ela ultrapassa esse continente para ameaçar todo o Ocidente. Na verdade, a guerra parece ter se tornado a última palavra, o último recurso da civilização contemporânea” (Comblin, 1978, p. 17). Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e a bipolarização do poder entre a União Soviética e os Estados Unidos, o conceito de *segurança nacional*, na maioria dos países, a começar pelos Estados Unidos, mudou profundamente: o conceito de isolacionismo, fundamentado com base na Doutrina Monroe, foi abandonado. A rigor, os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional têm suas origens na noção de segurança coletiva que se inscreve na concepção de uma segurança hemisférica enunciada pela Doutrina Monroe, de 1823. Esta segurança coletiva se afirmou, sobretudo, em face da ameaça comunista, o que obrigou os norte-americanos a promover uma aliança interamericana de defesa contra a subversão inimiga. Na esteira dessa aliança, os Estados Unidos enviaram, a partir de 1942, missões militares para diversos países da América Latina, inclusive o Brasil, e lançaram um programa de assistência militar. Assim, desde aí, a segurança dos Estados Unidos esteve ligada à segurança do bloco ocidental, uma vez que, com o clima permanente de guerra fria, um sistema de segurança isolado não era mais admissível no mundo capitalista.

O conceito de guerra total deve ser entendido em muitos sentidos. Primeiramente, ela (a guerra) faz um apelo a todas as formas de participação,

excluindo, terminantemente, a neutralidade. Em segundo lugar, a guerra é total, no sentido de que o antagonismo dominante se encontra, igualmente, nas fronteiras nacionais. Portanto, a agressão pode vir tanto do exterior (comunismo internacional) quanto do interior (inimigo interno). Fica claro, pois, que a infiltração generalizada do comunismo consolida e justifica a repressão interior, por meio dos órgãos de informação dos países atingidos. A Doutrina de Segurança Nacional passou por diversas etapas na sua formulação, mas o elemento fundamental é o conflito ideológico permanente, a possibilidade de uma guerra total entre Ocidente e Oriente, em função da qual toda nação deve mobilizar-se integralmente (Couto e Silva, 1981, p. 24). É nesse quadro de conflito que a Doutrina promoverá a submissão das atividades da Nação à sua política de segurança.

Ocorre, entretanto, que a Doutrina de Segurança Nacional trabalha com o campo da conjuntura internacional, mas dentro do quadro da geopolítica, cujos postulados surgiram no último quartel do século XIX.

O precursor da teoria foi o americano Alfred Tayer Mahan com a concepção do *destino manifesto*, que fundamentou e, ainda hoje, em pleno século XXI, fundamenta, só que com outra roupagem, a política externa norte-americana. Mas, na realidade, quem criou a palavra *geopolítica* foi o pensador Kjéllen em seu livro *L'État comme forme de vie*, em 1916. Segundo geopolíticos brasileiros, como o general Meira Matos, Rodolfo Kjéllen criou a palavra *geopolítica* (geo = terra, política = arte de governar) com o objetivo de dar à teoria uma marca política e não mais predominantemente geográfica (Matos, 1975, p. 3). Citado também como um dos precursores da geopolítica, o professor Ratzel divulgou uma concepção biológica do Estado. Para Ratzel, o Estado é um organismo que necessita de espaço e expansão como qualquer outro ser biológico. A partir daí foi ressuscitada a expressão *espaço vital*, de H. G. Von Treitschke, autor da frase: “A guerra é o único remédio para as nações doentes.” Numa visão mais crítica, a geopolítica fundamenta-se de espaço político e posição geográfica para a definição de sua segurança nacional (Oliveira, 1976, p. 31).

A teoria foi recepcionada no Brasil pelos militares brasileiros, que não deixaram de oferecer sua contribuição. Distinguem-se na geopolítica as seguintes características básicas: “o espaço político, a posição física, a seguran-

ça interna e externa, e as vantagens positivas da terra". E mais: "a geopolítica é uma arte que se filia à política e, em particular, à estratégia ou política de segurança nacional. A geopolítica adota sempre um ponto de vista único e privativo – o do espaço físico. Este deve ser o elemento, não exclusivo por certo, mas sim dominante, da paisagem que ela procura interpretar, com a finalidade prática de aí discernir a margem de possibilidades e aproveitar na construção de maior grandeza, do processo crescente e da *segurança interna e externa* [o grifo é nosso] do Estado, beneficiando-se das vantagens positivas que a terra oferece e neutralizando, na medida do possível, os aspectos negativos que ela apresenta em sua imparcialidade incomóvel" (Couto e Silva, 1967, p. 13). O autor dessas palavras, general Golbery do Couto e Silva, será um dos principais ideólogos do regime militar brasileiro pós-1964, ocupando cargos estratégicos nos governos de Castelo Branco (ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações), Ernesto Geisel (ministro-chefe da Casa Civil) e de João Figueiredo (também ministro-chefe da Casa Civil). Coube, ainda, a Golbery a criação do sistema de segurança e informações dos governos militares e o papel de principal estrategista na elaboração do processo de abertura política, iniciado por Geisel.

Na verdade, a geopolítica se apresenta como uma teoria do Estado e para o Estado, mais precisamente para um Estado de perfil militar. É uma teoria a serviço de um conceito de Estado absoluto. Isto nada mais é do que a aplicação na prática da *teoria da ditadura soberana*, elaborada pelo jurista alemão Karl Schmidt, que atribui a soberania a um Estado de fato, quando, livre das restrições heterônomas, aparece como a vontade suprema na arena política e na criação do direito (o que se explica na edição de inúmeros Atos Institucionais pelos governos militares brasileiros). O Estado, portanto, se identifica ao mesmo tempo à vontade de um líder individual (ditador) ou coletivo (Forças Armadas), dotado de um poder discricionário, e sem outros limites que sua própria automoderação.

A base do conceito de *ditadura soberana* se encontra na convicção de que o direito não consiste em normas gerais e permanentes estabelecidas por um poder juridicamente regulado de maneira a reger as múltiplas situações concretas ou individuais. O direito seria, então, formado por normas individualizadas e concretas, tanto *vis-à-vis* o indivíduo quanto a situação ou o gênero

de relação dentro do qual aquele se encontra diante do Estado. O Estado editaria esta norma individual e concreta, discricionária e sem limitações substantivas ou processuais (cassações sumárias de direitos políticos). Por outro lado, o governo (absoluto) passaria a ser aquele que é o encarregado de decidir sobre a situação de crise e, em consequência, aquele que teria o poder de suspender a vigência constitucional ou de modificar a própria Constituição. Dessa forma, o governo se afirmaria como o órgão ou a pessoa que decreta um *estado de crise*, suspendendo os direitos e instaurando as restrições à ação política. A ditadura soberana se fundamenta na capacidade de a revolução se legitimar por ela mesma e de substituir toda a jurisdição existente.

Ao regime fundado sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional se atribui uma *vocação revolucionária* destinada a modificar o *status quo*. A nova autoridade se considera autodotada, tendo em vista sua condição *revolucionária*, dona de um poder suficiente para eliminar os fatores adversos que perturbem a ordem, e para adotar medidas visando a assegurar e consolidar o movimento *revolucionário* e impor seus objetivos.

A ditadura soberana se caracteriza não somente pela *usurpação do poder* (golpe militar), mas também pela *concentração em suas mãos* de todos os poderes e funções do Estado (a manutenção do regime). Ela supõe, evidentemente, uma forma extremamente autoritária do exercício do poder. Nesse sentido, o autoritarismo da Doutrina de Segurança Nacional integra entre seus elementos característicos os aparelhos de segurança e informações.

Constata-se, pois, que a geopolítica dos militares latino-americanos em geral visa não somente a estabelecer os limites geográficos do Estado, mas trabalhar com as fronteiras ideológicas (Doutrina de Segurança Nacional), um tipo de fronteira que não separa um Estado-Nação de outro Estado-Nação, mas uma parte do povo de outra parte do povo, no interior de cada Nação. Ocupando posições estratégicas no interior do Estado, os militares estabelecem os limites e restringem a ação civil.

A noção de geopolítica aplicada pelos militares encontra sua origem na situação de guerra fria, que caracterizou o cenário internacional por muitos anos. Dentro desse contexto, todo esforço nacional de descolonização, toda guerra nacional de libertação e todo processo nacional de mudança social

são medidos e pesados em função de significação para um dos sistemas (leste-oeste) que disputavam, na época, a hegemonia mundial.

As lutas políticas que surgem no interior de cada Nação são sistematicamente decompostas em função de elementos reais ou potenciais de subversão que eles, militares, poderiam conter e das medidas *contra-revolucionárias* que aí corresponderiam. Nesta concepção belicista do processo social, a geopolítica se superpõe à ciência política e a política é absorvida pela estratégia militar. Toda a política nacional, portanto, é reorientada em função da segurança, sendo que as esferas militar e política são indissolúvelmente ligadas, de maneira que a política deixa de ser uma *arte civil* para se transformar em *arte militar*. A guerra interna ou a eliminação do inimigo interno passa a ser uma estratégia imposta pelos imperativos da segurança nacional.

A estreita ligação entre a Doutrina de Segurança Nacional e o quadro global das novas estratégias de guerra interna e da luta anti-subversiva explica a concepção que esta doutrina faz da luta política como forma de guerra interna. Para a Doutrina, a obtenção dos objetivos nacionais não pode se realizar senão pelo desenvolvimento pacífico de uma competição política regulada no campo jurídico. É uma luta política que não deixa espaço a nenhuma negociação. A guerra interna é, pois, uma guerra total e permanente, o que vai atribuir um forte papel, na sociedade civil, aos aparelhos de segurança e informações que agem, preferencialmente, pela violência, com suas táticas de guerra e métodos desumanos (tortura física). Dentro desse contexto de guerra total, as ações não são somente militares, pois a guerra interna se converte em um outro tipo de guerra, a psicológica, em que o subsistema psicossocial da Doutrina de Segurança Nacional estabelece a forma de agir.

Ora, para que a Doutrina possa impor seu projeto político é fundamental que se apele para a guerra psicológica. Trata-se de aniquilar moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos e, de outra parte, de assegurar a não-oposição ativa contra o projeto político da Doutrina. As técnicas psicossociais e os meios de comunicação adquirem uma grande importância na manifestação das massas. Com base numa tipologia que distingue os inimigos, os indecisos e os neutros dos engajados, o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa a desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar (delatar) e a fazer aderir às políticas do Estado.

O terror é utilizado diretamente a fim de intimidar o inimigo (interno) e dissuadir os indecisos. O uso sistemático dos órgãos de segurança e informações, através da tortura, do assassinato, do desaparecimento de pessoas e de prisões arbitrárias, é forma de guerra psicológica colocada em prática pelo Estado de Segurança Nacional.

Em suma, “a guerra psicológica se apresenta como o meio de transformar o sistema social em sistema de guerra, exigindo o máximo do grupo e um esforço coercitivo simultâneo” (Tapia, 1981, p. 161).

A essência da Doutrina de Segurança Nacional reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de característica anti-subversiva contra o inimigo comum. A partir desse ponto de vista, a Doutrina converte o sistema social em sistema de guerra, ou seja, “o sistema social condicionado pelas perspectivas da violência, que contém diretamente ou indiretamente um grau real de repressão que serve de fundamento a estas perspectivas e que incorpora nos seus mitos e seu folclore uma cosmologia de guerra” (Reisman, 1973, p. 8).

A mitologia da Doutrina de Segurança Nacional apresenta todas as características que Reisman inclui na definição de uma situação de sistema de guerra. No contexto da guerra fria e da luta anti-subversiva que servem de pano de fundo à Doutrina, o mito da guerra é um tratamento permanente e fundamental que é fortemente sentido pelos militares e passado para a sociedade. O mito da guerra e o inimigo interno permitem, portanto, ao Estado instaurar sua política repressiva, acionando os aparelhos de segurança e informação (repressivos) para exercerem seu papel “moralizador”, desmobilizando, com isso, a população.

Para a Doutrina de Segurança Nacional, o inimigo e o ato de agressão não são considerados como provenientes do povo, pois o povo não é simplesmente formado pela população do país; ao contrário, ele faz parte da população que tem uma noção correta da problemática que determina os objetivos nacionais. A obtenção da consciência política, portanto, depende do nível político e socioeconômico do povo, de sorte que a sua participação no poder deve ser determinada pelo grau de cultura política. Daí por que, para a Doutrina, a legitimidade do poder não emana e não depende de uma eleição popular. Assim, a legitimidade baseada somente na legalidade formal

não é suficiente e nem assegura o pleno exercício da autoridade. Nesse sentido, é mais importante contar com os meios concretos para impor a autoridade. Estes meios são a polícia e a censura política; eles devem ser organizados em vista das ações repressivas visando a preservar a ordem pública e a impedir as ações subversivas. Os fatores internos adversos são considerados como forças antagonistas, que devem ser eliminadas militarmente quando adquirem a forma de uma oposição ativa aos atos do governo.

Ora, não resta a menor dúvida de que a Doutrina põe em risco a defesa dos direitos humanos, pois exclui os pressupostos mínimos da cidadania. Quando "é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou toleráveis, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que sejam mantidos na Constituição, tais direitos formais só existem, na prática, segundo o arbítrio do aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional. Todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência" (Alves, 1984, p. 40).

A principal razão da figura do inimigo interno é manter a coesão e o espírito de corpo do grupo que mantém o poder. Por outro lado, a existência do inimigo interno e a necessidade da existência de uma guerra permanente servem, também, para manter um estado permanente de crise, que mesmo sobre uma base fictícia é muito efetivo do ponto de vista policial e jurídico. O estado de crise permite impor restrições do ponto de vista das liberdades e dos direitos individuais e criar procedimentos arbitrários. Isso facilita o controle policial da população, autoriza o uso discricionário das forças repressivas e permite, ainda, isolar o inimigo.

A Doutrina de Segurança Nacional trabalha com quatro conceitos principais: os objetivos nacionais, que se dividem em permanentes e atuais (os primeiros são objetivos políticos que resultaram da interpretação dos interesses e aspirações nacionais, os segundos são derivados da análise da conjuntura dos aspectos refratários à realização dos objetivos nacionais permanentes); o poder nacional (é o instrumento de que a política se utiliza para alcançar os objetivos nacionais); a estratégia nacional (é a forma de preparar e aplicar o poder nacional para alcançar ou manter os objetivos fixados pela política

nacional); segurança nacional (é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todos os movimentos, segmentos ou grupos oponentes). É, pois, em torno desses conceitos, adaptados às características estruturais e conjunturais de cada país, que gira a Doutrina.

Desses quatro conceitos principais, o que merece mais atenção, sem desprezar os demais, são os objetivos nacionais. A rigor, eles são a cristalização dos interesses, das aspirações, dos valores e das regras que uma Nação deseja realizar por todos os meios que tem ao seu dispor (Tapia, 1981, p. 166). Esses objetivos nacionais são determinados por um harmonioso processo de interação entre o povo e a elite dirigente, e por uma coordenação racional provável das tendências e das idéias do povo.

A característica racional do processo de determinação dos objetivos nacionais é a origem de uma distinção entre os objetivos nacionais permanentes e os objetivos nacionais atuais, que são considerados como os fins que o poder nacional pode atender, vistas as condições existentes, tendo em conta os limites impostos pelos obstáculos e pelos antagonismos internos e externos, atuais ou previsíveis (Couto e Silva, 1967, p. 155). Em tese, a determinação dos objetivos nacionais permanentes e atuais é o pilar sobre o qual se define a segurança nacional de um país (Oliveira, 1987, p. 27).

Anote-se, ainda, que a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional contra o inimigo interno leva o Estado a adotar dois tipos de estruturas defensivas: o aparato repressivo, responsável pela coerção, e a rede de informações (formal e informal), cuja principal atribuição responde pela identificação do inimigo interno, esteja ele situado no próprio aparelho de Estado ou na sociedade civil.

A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL

A Doutrina de Segurança Nacional serviu como a base ideológica do regime militar implantado em 1964 e contribuiu para a formação do aparato de informações da nova ordem institucional. O Serviço Nacional de Informações, o SNI, foi sintomaticamente criado logo após o início do governo Castelo Branco, e em fins dos anos 1960 foram implantados órgãos de informações

dentro das três forças singulares, como o Centro de Informações do Exército, o Ciex, e o Centro de Informações da Aeronáutica, o Cisa. A Marinha, força mais antiga, desde os anos 1940 já mantinha o seu próprio serviço de informações, o Cenimar – Centro de Informações da Marinha. Ao longo do regime, esses serviços, além da obtenção de informações, passaram, também, a contribuir com a repressão política.

No início da década de 1960, antes do golpe, a doutrina da guerra interna, da luta anti-subversiva, já havia penetrado nas Escolas de Comando de Estado-Maior, pois, segundo os protagonistas da ação militar, já havia uma guerra revolucionária comunista em marcha no Brasil. Nesse sentido, 1964 é visto como um contragolpe ao golpe de esquerda que seria desfechado por João Goulart (Castro, D'Araujo e Soares, 1994, p. 12).

Sendo quase sempre citada como ideologia, a Doutrina de Segurança Nacional suscitou profundos debates sobre o seu conteúdo teórico, ou seja, a Doutrina vem a ser, realmente, uma ideologia ou apenas uma mentalidade? O debate surgiu em 1975, quando da Conferência sobre História e Ciências Sociais, organizada pelo Departamento de Ciências Sociais da Unicamp. Naquela oportunidade, o cientista social Juan Linz apresentou um estudo sobre os regimes autoritários, conceituando-os como “sistemas políticos com pluralismo político limitado, não responsável, sem ideologia orientadora, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto em alguns pontos do seu desenvolvimento, e no qual um líder ou, ocasionalmente, um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas, na realidade, bem previsíveis” (Linz, 1980, p. 124).

Partindo desse pressuposto conceitual e buscando apoio no sociólogo Theodor Geiger, para quem “ideologias são sistemas de pensamento mais ou menos elaborados por intelectuais, pseudo-intelectuais ou com sua assistência, e mentalidade são modos de pensar e sentir, mais emocionais que racionais, que oferecem maneiras não codificadas de reagir às diferentes situações” (Linz, 1980, p. 124), Linz defende a tese de que os regimes autoritários (não democráticos e não totalitários) se ressentem de uma ideologia orientadora e elaborada, mas que são dotados de mentalidades distintas.

A partir da base teórica formulada por Geiger, Linz estabelece fronteiras e limites conceituais de uma e de outra, de forma tal que “mentalidade é

informe, ideologia, entretanto, é firmemente formada. Ideologia é um conceito de sociologia de cultura, mentalidade é um conceito para o estudo do caráter social. As ideologias têm forte conteúdo utópico; as mentalidades estão mais próximas do presente ou do passado” (Linz, 1980, p. 124).

As primeiras análises de Linz sobre este tema datam de 1964 e, portanto, merecem algumas considerações, principalmente quando se quer analisar a Doutrina de Segurança Nacional à luz de uma ideologia. Diversos analistas brasileiros, como Bolívar Lamounier, levantam algumas limitações à tese de Linz, pois se inclina por negar a utilidade e a validade da distinção entre mentalidade e ideologia. Como variável política real, como formas cognitivas de conscientização realmente operante na vida política, particularmente no processo de comunicação, não são tão diferentes (Lamounier, 1974, p. 69-92).

Na verdade, a permanência de regimes militares, como no caso brasileiro, supõe a existência de uma ideologia que ultrapassa as peculiaridades nacionais e mantém a estrutura e a coerência de cada país. Ora, a manutenção de um regime não pede, mas exige uma ideologia como a Doutrina de Segurança Nacional, cujos postulados fornecem a estrutura necessária à instalação ou à manutenção de um Estado forte (Comblin, 1978, p. 13).

Tomando os governos Castelo Branco e Costa e Silva como pontos de análise, Eliézer Rizzo de Oliveira faz uma leitura da Doutrina de Segurança Nacional como ideologia ou como uma prática doutrinária dotada de fundamentos ideológicos que a informam, inscrevendo a Escola Superior de Guerra no quadro brasileiro como reprodutora dessa ideologia (Oliveira, 1978, p. 34-35).

Dentro do espectro ideológico dos militares brasileiros, a Doutrina de Segurança Nacional serviu para abolir dois dos princípios fundamentais do regime democrático liberal: a subordinação dos militares ao poder civil e a não-intervenção no processo político. Ora, a Doutrina propõe uma mudança radical no papel da profissão militar, em que defesa externa implica a defesa interna, isto é, o velho profissionalismo da segurança interna e do desenvolvimento nacional. Este profissionalismo, como foi praticado no Brasil durante o regime militar pós-64, exige dos seus adeptos, de maneira inelutável, esta mudança de característica que define a personalidade autoritária e que supõe uma tendência intrínseca a aceitar a ideologia antidemocrática. No

entender dos militares brasileiros, a partir do momento em que as decisões de política interna foram subordinadas à questão de segurança nacional, a prática política se converteu em uma coisa muito séria para ser deixada nas mãos dos civis. De acordo com os postulados da Doutrina, para o exercício da política, os militares devem ser conduzidos a adquirir conhecimentos sobre matéria de segurança interna e descobrir todos os aspectos da vida social, econômica e política.

Faz-se mister assinalar que, quando a Doutrina de Segurança Nacional menciona um novo profissionalismo dos militares, não significa simplesmente se referir a um novo tipo de militar, mas a uma nova dimensão da política interna do país na qual o militar assume, claramente, aberta e agressivamente um papel que consiste em intervir e tomar posse da política.

Não restam dúvidas de que a Doutrina aumentou o sentimento corporativista das Forças Armadas brasileiras, contribuindo, também, para um novo projeto político para o país, em que o militar passa a exercer uma função de decisão e impondo aos militares em geral uma ação do tipo institucional, de salvadores da pátria e a serviço do bem comum. Tal referência merece registro, uma vez que, hoje, muitos militares afirmam, para se eximirem de qualquer responsabilidade sobre os excessos praticados durante o período de 1964 a 1985, que quem tomou o país foram grupos e não as Forças Armadas como instituição.

Considerando sua estrutura organizacional, em que prevalecem os princípios de hierarquia, disciplina e missão, os militares brasileiros se definem ainda como os mais aparelhados para responder pelos destinos do país, cuja proteção está sob a égide do Estado de segurança. Nesse sentido, as Forças Armadas se consideram autônomas e independentes dos diferentes segmentos sociais em competição e até mesmo apelam por uma autonomia relativa do Estado a que devem servir. A partir de 1964 os militares e os tecnocratas assumem, portanto, o centro real e formal do poder político e o processo de decisão e execução das políticas públicas. O aparelho militar se vê e se sente mais bem preparado do que os civis para governar o Brasil, porque ele se considera acima dos interesses individuais e de grupos. Este complexo de superioridade se acentua à medida que as Forças Armadas se apresentam como o autêntico e único representante do Estado.

Em conseqüência da importância dada pela Doutrina de Segurança Nacional à questão de segurança interna, surgem no interior do aparelho militar e fora dele os serviços de informação (inteligência militar), que passam a concentrar todo e qualquer tipo de informação e a tratar de matérias de política, interna e externa. Neste caso, os serviços de inteligência militar, mas focados nos civis, assumem uma superioridade no bloco do poder, tendo em vista, principalmente, sua função de coleta, análise e julgamento das informações e, ainda, por serem eles que determinam as técnicas e estratégias (ação também) de suprimir os inimigos do regime. Desta forma, esses serviços passaram a deter um grau de independência tão alto que, nos governos Geisel e Figueiredo, foram os principais opositores do regime, preparavam-se para desencadear e levar adiante o processo de abertura política.

A Doutrina de Segurança Nacional não teve, ao longo do tempo, um comportamento linear na sua aplicação. Ao contrário, ela teve de se adaptar aos "ditames dos mandantes do momento (...)" e observou-se uma gradual decadência da Escola Superior de Guerra" (Fico, 2001, p. 41).

Originária dos Estados Unidos, a Doutrina chega ao Brasil pelas mãos dos militares. A influência norte-americana sobre os oficiais brasileiros manifestou-se a partir da Segunda Grande Guerra, nos campos de batalha da Itália. O encontro de militares brasileiros com as Forças Armadas americanas foi de extrema importância para o desenvolvimento da Doutrina. Os oficiais brasileiros ficaram encantados com a máquina de guerra dos Estados Unidos. As relações entre os oficiais brasileiros e os norte-americanos foram, ainda, reforçadas, tendo em vista a participação e a formação de militares do Brasil nos cursos das escolas de guerra dos Estados Unidos, especializadas em táticas contra-revolucionárias. Mas não é somente nisso que reside a entrada da Doutrina no Brasil.

A Doutrina de Segurança Nacional nasceu, como já foi dito, nos Estados Unidos na época da guerra fria, quando era mais latente o antagonismo leste-oeste. A guerra fria é de difícil conceituação, pois não é a paz, mas também não é a guerra na sua forma clássica. Sabe-se que existe um estado de beligerância, mas, também, de não-beligerância. A guerra fria seria, então, o hiato entre esses dois estados. Em síntese, a guerra fria pode ser definida como um antagonismo à de ideologia e de interesses políticos e econômicos que

não se aplica até o estado de guerra clássica. É dentro desse contexto, portanto, que surge a Doutrina de Segurança Nacional, cujos fundamentos foram elaborados nos gabinetes do National War College, em Washington, onde oficiais de exércitos amigos são treinados.

A Escola Superior de Guerra, mais conhecida como ESG, foi criada em 1949, pelo Exército brasileiro, e se tornou o bastião do anticomunismo e a defensora do livre comércio. Segundo Kenneth P. Serbin, a ESG formulou uma nova Doutrina de Segurança Nacional, que refletia a experiência de guerra total na Europa e o temor de ameaças à segurança da guerra fria. O que a Doutrina queria, sob os moldes da Escola Superior de Guerra, “era resgatar o desejo secular do Brasil de se tornar uma potência mundial e colocar as Forças Armadas como defensoras da civilização cristã ocidental contra o comunismo” (Serbin, 2001, p. 87).

É com a criação da Escola Superior de Guerra que a Doutrina de Segurança Nacional se inscreve na vida política brasileira. Os estudos que nela se organizam e as propostas que daí resultam vão garantir a presença política dos militares no interior do aparelho de Estado. Nessa direção a Escola assume, por um bom tempo, um papel fundamental no processo político brasileiro, através da criação e propagação da Doutrina, com os diversos cursos que ali são realizados. Os cursos programados pela Escola, que de início eram dirigidos somente a militares, atingem também segmentos civis, notadamente profissionais liberais, empresários, magistrados, sindicalistas, professores universitários e dirigentes de órgãos públicos.

Tendo por base a sede da Escola, no Rio, esses cursos propagam-se por todo o país, onde cada Estado-membro se encarrega de implementar as filiais, denominadas de Adesg, ou seja, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Com o objetivo de estudar os problemas brasileiros, os cursos da Adesg, sempre sob o controle da Escola Superior de Guerra, são dirigidos para um público-alvo, em que o binômio desenvolvimento e segurança é a única resposta para a solução dos problemas do país.

Vinculando segurança externa a segurança interna, os formuladores da Doutrina no Brasil criam no imaginário dos estagiários (é como são chamados, ainda hoje, os alunos da Escola) a concepção de que o inimigo interno está infiltrado em toda a sociedade brasileira, agindo organizadamente para

tomar o poder e, assim, transformar o Brasil numa República totalitária. O inimigo interno, isto é, todo aquele que não se pronuncia a favor do regime e dos ideais revolucionários, seduzido por ideologias estranhas e apoiado por forças externas (comunismo internacional), é um mal que deve ser extirpado, pois ele coloca em perigo a segurança do país e, por conseqüência, o seu desenvolvimento político, econômico e social.

Na concepção da Escola Superior de Guerra, a segurança interna compõe o quadro da segurança nacional, ocupando-se dos antagonismos e pressões que se manifestam dentro das fronteiras do Brasil. Para a Doutrina, se esses antagonismos e pressões de origem externa se situam no domínio das relações internacionais, o problema é de segurança externa; se, entretanto, independentemente de sua origem, podem manifestar-se ou produzir efeitos no país, entram no campo da segurança interna. Ainda de acordo com a Doutrina formulada pela Escola Superior de Guerra, a segurança interna comporta ações que se desenvolvem em duas grandes áreas: a da defesa interna, que se ocupa dos antagonismos e pressões vinculadas ao processo subversivo; e a da defesa pública, que está ligada ao setor de segurança pública, que integra o quadro de segurança interna, que se ocupa dos antagonismos e pressões de toda espécie que não contenham conotações ideológicas.

Denota-se que o conceito de antagonismo e pressão para a Doutrina de Segurança Nacional é demasiadamente amplo, em especial quando reconhece que não importam as suas naturezas e nem a forma como se apresentam. Dessa maneira, o conceito de segurança interna, para a Escola Superior de Guerra, é dotar o Estado, mediante os seus aparelhos repressivos, de justificação para o controle da população e o exercício da violência física e simbólica para os opositores do regime. E o mais grave é o fato de que são os próprios aparelhos repressivos e os serviços de informação que determinavam e ainda determinam, em última instância, quem é o inimigo interno. Muito embora estejamos falando do regime militar que vigorou de 1964 a 1985, a figura do inimigo interno ainda permanece nos manuais da Escola Superior de Guerra.

Na prática, a Doutrina, através de seus conceitos, princípios e fundamentos, permeou, durante os governos militares, toda a estrutura do poder público brasileiro, introduzindo-se, inclusive na escola, quando passaram a ser

obrigatórias, em todos os graus do sistema educacional, disciplinas como Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros, cujos conteúdos programáticos eram formulados tomando por base princípios e conceitos de segurança nacional. Excrescências como essas objetivavam criar uma mentalidade nos estudantes, com toda a força ideológica, no sentido de transformá-los em reprodutores da Doutrina.

Assim, a base ideológica do regime militar perpassa todos os segmentos da sociedade civil, exceção feita às camadas populares, o que é justificável, uma vez que uma das primeiras medidas dos militares foi afastar as classes subalternas dos núcleos de participação e decisão políticas. A prática das eleições indiretas para presidente, governadores e prefeitos de capitais era uma forma, não muito sutil, de dizer que o povo brasileiro não sabe votar.

À medida que a Doutrina era difundida, cada governo militar articulava uma nova estrutura jurídica para o país, de acordo com o momento, que pudesse incorporar os seus princípios. O principal ato deu-se com a publicação da Emenda Constitucional de 1969, em cujo texto se nota um alargamento da noção de segurança nacional, em que o Conselho de Segurança Nacional, ocupando toda uma seção da Constituição, tem como substrato matéria de política interna. Mas é a partir da Constituição de 1967, baixada por Castelo Branco e que revogou a Constituição democrática de 1946, que se pode avaliar o quadro evolutivo da Doutrina de Segurança Nacional no que diz respeito ao seu próprio conceito. A Constituição de 1946, no que se referia ao Conselho de Segurança Nacional, utilizava a expressão, acertada, defesa do país, ao passo que na Carta Constitucional de 1967 e na Emenda de 1969 essa expressão foi atualizada para política de segurança nacional. Na Constituição de 1946 era da competência da União organizar as Forças Armadas, a segurança das fronteiras e a defesa externa. Já no texto de 1967 a matéria recebeu outra conotação, em que cabia à União organizar as Forças Armadas, planejar e garantir a segurança nacional, evoluindo, finalmente, em 1969, com a Emenda Constitucional do mesmo ano, que incorporou o AI-5, para planejar e promover o desenvolvimento e a segurança nacionais.

Verifica-se que, para a ideologia oficial dos governos militares, desenvolvimento e segurança se constituem em conceitos comuns de mobilização do

que a Escola Superior de Guerra chama de poder nacional nos campos político, econômico, social e militar.

Em 9 de abril, logo após o golpe de 1964, os novos donos do poder publicaram o Ato Institucional nº 1, cujo preâmbulo deixava claro as intenções do regime que estava sendo implantado. Deixava claro que a revolução não buscava no Parlamento a sua legitimação, como também limitava drasticamente seus poderes. O controle do Judiciário e a suspensão dos direitos fundamentais foram uma forma de abrir caminho para a implantação da Doutrina de Segurança Nacional. O referido Ato já trazia uma lista daqueles que perderiam seus mandatos eleitorais e teriam cassados seus direitos políticos. O general Castelo Branco, primeiro presidente pós-64, assumiu a presidência da República sob novas bases jurídicas. A Operação Limpeza, como ficaram conhecidas as primeiras medidas provocadas pelo AI-1, promoveu expurgos nas burocracias civil e militar e valeu-se de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para neutralizar qualquer cidadão que pretendesse opor-se organizadamente a políticas em aplicação (Alves, 1984, p. 78). Tais medidas, tanto no âmbito político quanto no econômico, destinavam-se a prover o presidente Castelo das bases iniciais para o processo de segurança e desenvolvimento pretendido pela Doutrina.

A publicação do Ato Institucional tomou de surpresa as lideranças civis que haviam conspirado contra o governo de Goulart, pois as Forças Armadas não só tomaram a direção do Estado como, também, contavam com um projeto de governo. A criação do Serviço Nacional de Informações, que deu início à rede do aparato repressivo do Estado, a desarticulação do Congresso Nacional e, mais tarde, o desaparecimento do sistema pluripartidário, com a publicação do Ato Institucional nº 2, permitiram ao general-presidente Castelo Branco instaurar o Estado de Segurança Nacional.

A Carta de 1967, outorgada por Castelo, constitucionaliza a Doutrina de Segurança Nacional, à medida que incorpora no seu texto os principais pontos dos atos institucionais anteriores e dos atos complementares.

Em 13 de dezembro de 1968, o general-presidente Costa e Silva baixa o Ato Institucional nº 5, resultado de uma crise entre a Câmara dos Deputados e o próprio governo, cujas medidas consolidam a Doutrina de Segurança Nacional e transformam o Brasil num Estado de segurança interna absoluta.

- doc de redação da Escola Superior de Guerra (ESG)

No período subsequente, sob a égide do AI-5 e com o general Médici na presidência da República, a dinâmica do regime será a violência, mediante a articulação dos diversos aparatos repressivos disponíveis e a serviço do terrorismo estatal.

Somente no governo Geisel, com o seu projeto de distensão política e com medidas de um passo à frente e outro atrás, é que se iniciam o desmanche do aparato repressivo do Estado e o esvaziamento dos postulados da Doutrina de Segurança Nacional aplicados ao Estado brasileiro. Mais do que a oposição consentida, o PMDB, o foco oposicionista a Geisel, estava, justamente, nas próprias Forças Armadas, principalmente nos órgãos de segurança e informação, que desejavam a manutenção do regime de força. Conhecido como o ditador da liberalização, Geisel tentava controlar os radicais, mas não sem antes fazer um afago a esses militares, como, por exemplo, fechando o Congresso e cassando mandatos de políticos da oposição, e, por outro lado, negociava com lideranças religiosas e classistas (Ordem dos Advogados, Associação Brasileira de Imprensa, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil etc.), medidas de liberalização do regime. Ainda no governo do general João Figueiredo, segmentos da área de informação promoviam atentados terroristas visando a desestabilizar o andamento do processo de abertura política. A bomba do Riocentro, no Dia do Trabalho, era uma demonstração clara de que o aparato repressivo, implantado pelo governo, nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional, estava ativo e atuante.

Durante os governos militares os direitos civis e políticos foram os que mais sofreram com a ação do regime. O direito ao *habeas corpus*, isto é, de ir e vir, foi suspenso para crimes políticos, resultando na total perda de cidadania. “Prisões eram feitas sem mandado judicial, os presos eram mantidos isolados e incomunicáveis, sem direito a defesa” (Carvalho, 2001, p. 193). A tortura física e psicológica, com métodos de puro barbarismo, era uma constante. Não havia privacidade de domicílio nem segredo de correspondência. Escutas telefônicas eram utilizadas sem qualquer consentimento judicial. A liberdade de imprensa deixou de existir, pela censura prévia a todos os meios de comunicação. Não havia mais a liberdade de expressão nas universidades, sendo que os estudantes ficaram privados de qualquer atividade política, mesmo que fosse para reivindicar seus direitos de sim-

ples alunos. O brasileiro se transformou em cidadão de terceira classe, cujos pleitos não podiam ser dirigidos ao Judiciário, reduzido que foi pelos atos de exceção.

Em pleno governo Sarney, primeiro presidente civil pós-1964, a política norte-americana da Doutrina de Segurança Nacional trabalhava, ainda, com a figura do inimigo interno e apontava o pensador italiano Antonio Gramsci como o ideólogo da nova estratégia do Movimento Comunista Internacional. Em novembro de 1987, representantes dos Exércitos de 15 países das Américas se reuniram em Mar Del Plata, na Argentina, para assinar diversos acordos, inclusive o que estabelecia uma central supranacional de inteligência, chamada de situação de inteligência combinada, com o objetivo de proporcionar informação e inteligência atualizada sobre o Movimento Comunista Internacional aos países membros da Conferência dos Exércitos Americanos. E, agora mesmo, com os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, as Escolas de Guerra norte-americanas estão promovendo uma re-adaptação da Doutrina de Segurança Nacional, cujos postulados visam ao combate ao terrorismo internacional.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Hugo. 1979. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Alves, Maria Helena Moreira. 1984. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, José Murilo de. 2001. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Comblin, Joseph. 1978. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Couto e Silva, Golbery. 1981. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- . 1967. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Cruz, Sebastião e Martins, Carlos Estevam. 1983. “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura”. In Almeida, Maria Hermínia; Sorj, Bernard (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense.
- D’Araujo, Maria Celina; Soares, Gláucio Ary Dillon; Castro, Celso. 1994. *Visões do golpe: A memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

- Dreifuss, René e Dulci, Otávio. 1983. *As Forças Armadas e a política*. In Almeida, Maria Hermínia; Sorj, Bernard (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense.
- Fico, Carlos. 2001. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record.
- Góes, Valder de. 1984. "O novo regime militar no Brasil". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Campus.
- . 25/11/79. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo.
- Huntington, Samuel. 1972. *El orden político en las sociedades en cambio*. Buenos Aires: Paidós.
- Linz, Juan. 1980. "Regimes Autoritários". In Pinheiro, Paulo Sérgio (org.). *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Oliveira, Eliézer Rizzo de. 1976. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes.
- Reisman, Michael. 14/1/1973. *Virginia Journal International Law*.
- Rouquié, Alain. 1984. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Serbin, Kenneth. 2001. *Diálogos na sombra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Stepan, Alfred. 1975. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova.
- Tapia, Valdes Jorge. 1981. *La suprématie politique des militaires et la doctrine de sécurité nationale*. Revue de l'Institut Libre de Bruxelles, Bruxelles.
- Trevisan, Leonardo. 1985. *O pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global.

Esquerdas revolucionárias e luta armada

Denise Rollemberg

Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

A ESSA é uma ideia importante. A memória do
"tempo militar" sendo construída junto
com a "reconstrução da democracia"
passado e futuro dando sentido no
presente e fortalecendo a democracia.

"Insignificantes, esmagados pela enormidade da floresta, eles continuavam."

Renato Tapajós.

A MEMÓRIA E A LUTA ARMADA

A partir do final da década de 1970 e, sobretudo ao longo dos anos 1980, surgiram inúmeras memórias, biografias e autobiografias sobre a luta armada escritas por ex-militantes ou por jornalistas contemporâneos. Neste momento, o estudo do tema também despertou interesse de historiadores e sociólogos, a princípio dos que haviam sido militantes e, em seguida, de pesquisadores de uma geração posterior que não tinham uma relação direta com a experiência. Assim, a luta armada tornou-se objeto de pesquisa.

Ao longo deste período e na década de 1990, documentos das organizações que pensaram e/ou fizeram a luta armada, dos órgãos de repressão, arquivos particulares começaram a se tornar acessíveis e a integrar os arquivos públicos. Este momento corresponde ao reconhecimento no Brasil da história oral como instrumento teórico-metodológico, o que legitimava o trabalho com entrevistas e depoimentos, enriquecendo as possibilidades de investigação do tema. Da mesma forma, as entrevistas contribuíam para a legitimação da história oral, uma vez que evidenciavam a sua importância.

Assim, a memória recente do país ia sendo construída, ao mesmo tempo que o país vivia o desafio de construir a democracia. Desafio para um país que vivera anos sob um regime de exceção e que o vira acabar a partir de um processo lento, seguro e gradual, sem que em nenhum momento os militares

e civis comprometidos com ele perdessem o seu controle. Para um país que conseguira uma anistia nem ampla nem geral nem irrestrita e recíproca, uma lei que anistiava envolvidos nos crimes da ditadura sem anistiar muitos dos seus atingidos: os presos, por exemplo, saíam das prisões pela redução das penas com a nova lei de segurança nacional, um ato que, por fim, confirmava as condenações; uma lei que ignorava os militares de baixa patente, ratificando, mais uma vez, a punição pela ousadia da recusa à hierarquia e à disciplina. Desafio para um país cujo Congresso Nacional derrotou o projeto de lei que estabeleceria eleições diretas para presidente, mantendo as eleições indiretas decididas por um colégio eleitoral. Para um país cujas escolas passaram estes anos formando crianças e jovens na moral e no civismo, ensinando uma história de grandes personagens e seus feitos, ausente de lutas e movimentos sociais, plena de um povo pacífico e ordeiro; uma história que desconhecia os conflitos dos primeiros anos da década de 1960, que transformara o golpe civil-militar de 1964 em revolução que garantiria a democracia e a liberdade, obra de homens que se igualavam aos heróis do passado, homens que livraram o país dos maus brasileiros; não houvera projetos conflitantes e excludentes; existira, sim, subversão e terror. Enfim, no início da década de 1980, a construção da democracia — ou a “redemocratização” — como um desafio para um país sem tradição democrática, uma ausência presente, na verdade, bem antes dos anos de ditadura.

A memória da luta armada fez-se — e ainda se faz — em meio a esta realidade, não sem disputas, trazendo à tona as tensões do passado e do presente. Neste processo, as esquerdas vêm enfatizando o sentido de resistência desta história. A sua luta teria sido, sobretudo, de resistência à ditadura e pelo restabelecimento da democracia violada em 1964.¹ O golpe teria sido obra dos militares apoiados pelo imperialismo norte-americano. Daí se falar em golpe militar, ditadura militar, regime militar.

Também no início dos anos 1980, René Dreifuss publicou sua tese de doutorado sobre o golpe de 1964. Através de farta documentação, comprovou a participação decisiva de segmentos da sociedade civil no movimento que derrubou o governo institucional de João Goulart, que assumiram um lugar igualmente relevante no regime instaurado. Assim, Dreifuss o chamou de golpe civil-militar, uma vez que contou com o apoio de parte expressiva

da sociedade; mais esclarecedor ainda seria vê-lo como um movimento civil-militar. A pesquisa de Dreifuss teve grande impacto e foi bastante divulgada, na mídia e no meio acadêmico. Apesar disto, é interessante notar a dificuldade que as esquerdas ainda mantêm no sentido de reconhecer as relações de identidade de segmentos da sociedade com o projeto político que se tornara vitorioso em 1964. Se o movimento que derrubou o governo institucional foi repudiado por parte da sociedade civil, por outro lado, foi saudado com entusiasmo por segmentos sociais — não exclusivos das classes dominantes — que com ele se identificaram.

O início dos anos 1960 conheceu um dos momentos da história do Brasil de maior participação política da sociedade, organizada e atuante em diversos níveis, num embate radicalizado. Instituições, associações, manifestações atuavam em função de projetos e propostas de esquerda, mas igualmente de direita, que também alcançavam simpatias e adesões de parcelas significativas da sociedade.

No entanto, as esquerdas têm recuperado este passado — ou construído sua memória — a partir do princípio de que a sociedade foi submetida, no momento do golpe e ao longo da ditadura, à força da repressão: as perseguições aos movimentos sociais, às instituições políticas e sindicais e às lideranças e aos militantes; os atos institucionais, a censura, os órgãos de informação, a prisão política, a tortura, os assassinatos, o exílio, o medo. Diante da arbitrariedade, a sociedade resistiu. O fim do regime fora resultado da luta dos movimentos sociais, desejosos de restaurar a democracia. A sociedade repudiava, enfim, os valores autoritários dos militares.

Na verdade, porém, os valores democráticos não estruturavam a sociedade brasileira. As tradições e a cultura política não haviam sido gestadas segundo referências democráticas. Às vésperas de 1964, o golpe estava no ar e podia vir — e vinha — de diferentes partes: a renúncia de Jânio Quadros, a recusa dos ministros militares à posse de João Goulart, a solução parlamentarista, a tentativa de o presidente já empossado governar sob estado de sítio, as articulações entre militares e civis, as tentativas de organização da luta armada, a formação de organizações que a defendiam. Portanto, as esquerdas revolucionárias dos anos 1960 e 1970, como de resto a sociedade, inseridas nestas referências e tradições, não tinham a democracia como um

VERSÃO
DA
REVISÃO

VERSÃO DA
DEFEIÇÃO DA
DEMOCRACIA

valor supremo. A democracia era *burguesa*, liberal, parte de um sistema que se queria derrubar. Após a revolução, o socialismo seria o caminho para se chegar à verdadeira democracia, da maioria, do proletariado.

A luta das esquerdas revolucionárias nos anos 1960 e 1970 pelo fim da ditadura não visava a restaurar a realidade do período anterior a 1964.

Embora buscasse se legitimar na defesa da democracia, estava comprometida, sim, com a construção de um futuro radicalmente novo, no qual o sentido da democracia era outro. A construção da memória deste passado tem sido feita menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então e mais em função do presente, dos anos 1980, quando a referência era a democracia — e não mais a revolução. Em jogo, a busca de legitimação, dando sentido ao passado e ao presente.

Assim, ao longo de todo este passado mais recente, que negou a negação, que afirmou a existência da luta das esquerdas e dos movimentos sociais contra a ditadura, militantes, ex-militantes, jornalistas, historiadores e sociólogos contaram uma história que enfatizou o caráter de resistência em defesa da democracia e contra o autoritarismo.

Esta interpretação acabou deixando à sombra aspectos centrais da trajetória das esquerdas e dos embates travados pelos movimentos sociais que seguiam esta orientação no período anterior a 1964 e, em particular, dos caminhos que parte das esquerdas vinha tomando pela luta armada.² A relação das Ligas Camponesas com Cuba, por exemplo, traduzida no apoio material, logístico e ideológico, evidencia a definição de uma parte das esquerdas pela luta armada no Brasil, ainda no governo democrático, antes da ditadura civil-militar. Embora consideremos que o golpe e a implantação da ditadura redefiniram o quadro político, é importante perceber que esta possibilidade fazia parte das opções de esquerda e que esta buscava realizá-las antes de 1964. Mesmo que não se trate de uma novidade,³ as esquerdas tenderam — e tendem ainda — a deslocar o marco da opção pela luta armada para o pós-1964. É interessante notar como esta tese reaparece, mesmo no período da ditadura. Assim, outro marco importante seria 1968, mais exatamente o AI-5, em 13 de dezembro. Impedida toda e qualquer possibilidade de atuação dos movimentos sociais, só restava o enfrentamento armado. Na verdade, o recuo dos movimentos sociais ocorreu ainda no início do segundo semestre

de 1968. A necessidade de contê-los foi uma justificativa da repressão para o AI-5, o que historicamente não se verifica. Se o AI-5 explicou e justificou a luta armada, jogou um véu sobre uma opção substancial que parte das esquerdas brasileiras vinha assumindo, antes de 1968, antes de 1964, ainda mesmo nos anos 1950.

Fica, então, a pergunta: por que a dificuldade de enfrentar a luta armada como uma opção de parte das esquerdas? Esta dificuldade leva a uma outra: na construção da memória, as esquerdas que dela participaram têm muitos problemas para explicar o isolamento para o qual a luta armada caminhou, no qual se perdeu e sucumbiu. Este limite não se dissocia do problema anteriormente abordado: a interpretação segundo a qual o isolamento em relação à sociedade ocorreu uma vez que estava submetida à força da repressão e não porque a sociedade não se identificou com o seu projeto.

LUTA ARMADA

Hoje, é impossível falar em luta armada sem se referir a três livros que permanecem como as mais importantes pesquisas a este respeito.

O primeiro é o já clássico *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender, cuja primeira edição é de 1987. Gorender, antigo militante do PCB, que rompeu com o partido para criar o PCBR, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, juntamente com outros antigos revolucionários, Mário Alves e Apolonio de Carvalho, ele mesmo historiador, fez uma investigação pioneira sobre a luta armada, na qual se conjugam o testemunho de quem dela participou e a pesquisa histórica. Como historiador, não buscou uma suposta imparcialidade para dar forma ao trabalho. O resultado é uma pesquisa rigorosa, emocionante e emocionada. Gorender reconstrói a conjuntura da época a partir de uma teia de informações que vai situando o leitor: as teorias que dão forma às organizações se misturam ao factual da vivência da luta armada. Nos 33 capítulos curtos e intensos, repletos de informações e ações, a narrativa aproxima-se do ritmo daqueles anos.

Jacob Gorender queria compreender por que nas duas vezes em que a esquerda pegou em armas — 1935 e 1968-74 — foi derrotada. Em relação

ao segundo momento, a derrota começada em 1965 e “desfechada em definitivo a partir de 1968”, explica-se pelo atraso com que a luta foi desencadeada. Não travada como resposta imediata ao golpe, só foi tentada “quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados”. Neste momento, as condições já seriam desfavoráveis e a “esquerda radical” encontrava-se “mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas”. Diante deste quadro, “a esquerda brasileira se motivou em suas próprias razões e as reforçou com idéias de impacto internacional nos anos 1960. Nas circunstâncias da época, a concepção da violência incondicionada se traduziu praticamente em foquismo e terrorismo. A derrota era inevitável”. O ano de 1964 era o momento no qual “as condições históricas determinavam” a luta armada (Gorender, p. 249-250). A derrota se explicaria neste erro. A conjuntura era revolucionária, o golpe foi preventivo para evitar a revolução:

avançava impetuosamente o maior movimento de massas da história nacional e o País já se achava no redemoinho de uma crise institucional. As diversas correntes da esquerda, marxista e não-marxista, souberam tomar a frente do movimento de massas, formular suas reivindicações e fazê-lo crescer. Cometeram erros variados no processo, mas o erro fundamental consistiu em não se prepararem a si mesmas, nem aos movimentos de massa organizados, para o combate armado contra o bloco de forças conservadoras e pró-imperialistas (Gorender, p. 250).

Em 1964, a derrota ou a vitória das esquerdas contra os *golpistas* não era dada. Mas “a inação é que tornou a derrota inevitável”.

Por um lado, a tese, até então comumente admitida, que explicaria as opções das esquerdas brasileiras em função de orientações internacionais, é rompida. Suas opções teriam sido “reforçadas”, mas não decididas pelo movimento internacional. Por outro, acaba por confirmar a interpretação que as esquerdas armadas fizeram anos antes, responsabilizando o PCB pela derrota. Se é verdade que o início da década de 1960 assistiu ao “maior movimento de massas da história nacional”, atribuir ao partido a respon-

sabilidade da não-resistência ao golpe é manter a concepção que supervaloriza o papel do partido no processo social. Em outras palavras, mantém a interpretação das esquerdas revolucionárias da época, que defendiam o papel decisivo do partido na condução da revolução. Neste sentido, as “condições revolucionárias” não se realizaram diante do imobilismo do PCB, desarticulado em função da política de alianças. Ou, em outras palavras, Jacob Gorender desloca as “condições revolucionárias” da dinâmica social para a vanguarda.

É bom lembrar que o “maior movimento de massas da história nacional” do pré-1964 significou também a mobilização de expressivos segmentos das direitas. A organização da sociedade civil dava-se num espectro que ia da extrema-esquerda à extrema-direita.

Numa pesquisa na qual a própria memória do militante/historiador foi o eixo condutor, Gorender utilizou-se amplamente de entrevistas com antigos militantes, reconstruindo, assim, a memória da luta armada. Propunha, ainda, uma reflexão sobre questões que estavam em pauta no momento em que o livro era publicado — e ainda hoje, entre outras, a *violência do opressor*, incluindo a *tortura*, a *violência do oprimido*, incluindo o *justiçamento*.

Em 1990, foi publicado *A revolução faltou ao encontro*, tese de doutorado em história de Daniel Aarão Reis Filho, ex-dirigente da Dissidência da Guanabara, que ficou mais conhecida como MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, nome que assumiu no seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil (Reis Filho, 1990). Polêmico, o livro encontrou grande resistência entre as esquerdas.

Trata-se de uma pesquisa completamente diferente da de Gorender. Num esforço também autobiográfico, o autor queria entender, assim como Gorender, a derrota da luta armada. O estudo comparativo das experiências das revoluções vitoriosas foi essencial para a compreensão dos caminhos e descaminhos da revolução brasileira. Nesta busca, aprofundou a interpretação de Gorender a respeito das supostas influências decisivas das orientações internacionais nas organizações comunistas brasileiras: tratava-se, antes, da necessidade de legitimação das posições assumidas internamente; em outras palavras, as orientações do movimento comunista internacional

não tinham o peso que a repressão e as próprias esquerdas sempre lhes atribuíram.

Entretanto, Daniel Aarão Reis Filho rompeu com uma interpretação que permanecia verdade inquestionável, confirmada mais uma vez por Gorender: o inventário dos “erros” dos partidos e de seus dirigentes. Não haveria um caminho a seguir determinado por leis históricas; a revolução não era inevitável, aconteceria ou não diante das circunstâncias e da disponibilidade dos movimentos sociais nesta direção, e o partido não teria o poder de intervir decisivamente neste processo nem de conduzi-lo: os estudos históricos confirmariam que os movimentos sociais muitas vezes surpreenderam os dirigentes organizados, revelando sua autonomia. Não raro, estes estiveram a reboque daqueles e não o contrário, como a memória das revoluções vitoriosas tendeu a ser construída; a classe operária não era por definição revolucionária. Neste sentido, as opções das organizações e de seus dirigentes não poderiam ser compreendidas em função de “desvios”. Nem existiria um suposto caminho certo e previsível nem os partidos teriam o poder de guiar ou conduzir as bases, as *massas*. Em outras palavras, haveria uma independência entre a ação dos revolucionários organizados em suas vanguardas e o processo que culmina na “situação revolucionária” e na revolução. Assim, a derrota da revolução brasileira seria explicada não por suas ausências — “as debilidades, as lacunas, os erros, os pontos fracos das organizações comunistas que estariam determinando estas dolorosas experiências”. A emergência da “situação revolucionária” (...) independe, em larga medida, da ação e do pensamento dos comunistas”. Então, a busca dos acertos e dos erros levaria a interpretações equivocadas, sustentadas na “genialidade” dos revolucionários vitoriosos em oposição à “indigência” dos derrotados, e não a interpretações dos processos sociais. Os revolucionários brasileiros ficaram isolados, sem respaldo na sociedade; teriam encontrado “surdos ouvidos”, “falta de vontade”, o “imobilismo de cadáver”. Os acontecimentos são revolucionários ou não independentemente dos revolucionários (Reis Filho, 1990, p. 181 e 185).

A luta armada foi derrotada, uma vez que não houve uma relação de identidade entre o seu projeto revolucionário e os movimentos sociais: “(...) as ações armadas, desfechadas desde 1967, não puderam constituir-se em

expressão política de movimentos ou lutas sociais. Daí por que os ‘guerrilheiros’ foram tão sumariamente massacrados nas sofisticadas salas de tortura da Marinha, do Exército e as Aeronáutica”. Nem sequer as propostas de enfrentamento que não fossem de luta armada, como as propostas de greves operárias e manifestações de massas, encontravam ressonância nas classes sociais. Nos anos seguintes ao AI-5, o “novo ciclo de prosperidade” envolveria as “classes ‘exploradas e oprimidas’, de forma desigual” no “gigantesco salto para a frente que o capitalismo brasileiro efetuará”. Desta forma, “(...) o que impressiona é a defasagem entre suas propostas [dos revolucionários] e a realidade viva do processo social” (Reis Filho, 1990, p. 72 e 73).

O autor rompe com a dicotomia “opressor” e “oprimido” tão cara às esquerdas dos anos 1960 e 1970 e que permanece em Gorender. A derrota da luta desencadeada em 1967 não se deu em função da melhor organização da repressão, como interpretou Gorender, e sim pela distância intransponível do projeto das esquerdas de mudanças pela subversão da ordem estabelecida e o desejo de mudanças da sociedade que deveriam acontecer no âmbito da ordem, da afirmação do sistema econômico e da elite política autoritária e conservadora.

Apesar de compartilhar a tese segundo a qual as opções quanto a mudanças ou permanências são feitas pela sociedade que escolhe seus caminhos em função das “estruturas de escolhas disponíveis em dado momento” (Przeworski, 1989), independentemente de partidos e organizações, dirigentes e lideranças políticas sejam eles de direita ou de esquerda, revolucionários ou conservadores, a tese de Daniel Aarão Reis Filho acaba tratando a “situação revolucionária” como uma realidade nebulosa, quase etérea.

O livro não introduz o leitor na vivência da luta armada através da narrativa das principais ações, como fizera Gorender. Por outro lado, o estudo é capaz de levar à compreensão, melhor do que qualquer outro, do que eram as organizações armadas, como funcionavam como instrumento revolucionário, quais as idéias que lhes davam forma e o sentido que estas idéias assumem naquele contexto. A compreensão da vanguarda é fundamental para explicar a derrota, revelando o abismo entre seus valores e referências e os da sociedade.

Daniel Aarão Reis Filho não se limitou à utopia — embora saibamos a força mobilizadora e impulsionadora que ela teve na história — para responder o que muitos que não viveram a experiência se perguntam ao ouvir os relatos de incontáveis histórias da luta armada: como aquelas pessoas, tão poucas, jovens, sobretudo, enfrentando as Forças Armadas e as polícias, numa desigualdade desmensurada de recursos materiais, foram capazes de acreditar que, através de suas ações, seriam capazes de vencer o inimigo apoiado pela principal potência econômica e bélica? Como eram capazes de se empenhar numa luta de vida e de morte em tais condições?

Para o autor, “as organizações de estado-maior, por sua natureza, estruturam sua coesão interna com base em postulados e mecanismos de funcionamento que escapam em grande medida às contingências da realidade imediata”. Estes postulados dão forma ao “marxismo-leninismo”: a inevitabilidade da revolução socialista, o papel revolucionário do proletariado neste processo e a indispensabilidade do partido revolucionário. Revelam-se inquestionáveis — “mitos”. No que diz respeito, sobretudo, aos “militantes de níveis inferiores”, estes pressupostos se desdobram na “estratégia da tensão máxima”: “o complexo da dívida; o leque das virtudes; o massacre das tarefas; a celebração da autoridade; a ambivalência das orientações; e a síndrome da traição” (Reis Filho, p. 107 e 118). Estes princípios dão coesão às organizações e, talvez, a tensão aí contida seja responsável em grande parte pela fragmentação em inúmeras facções. A compreensão que as organizações tinham de si mesmas como vanguarda, ou seja, como elites políticas, legitimadas e justificadas em função de uma teoria científica, acabou levando ao afastamento em relação à sociedade, à incompreensão das suas opções, tradições, perspectivas, enfim, ao desconhecimento da realidade que se queria transformar.

O sentido essencial da luta armada não estava na resistência à ditadura militar; era anterior a ela: tratava-se, antes, de um projeto político de combate à ordem política e econômica vigente antes de 1964.

Em 1993, Marcelo Ridenti publicou *O fantasma da revolução brasileira*, sua tese de doutorado em sociologia. Era o primeiro pesquisador da luta armada que não tinha sido militante político. Nascido em 1959, faz parte de outra

geração e, por isto mesmo, queria recuperar uma história que ao longo de sua infância e sua adolescência surgia, aqui e ali, velada, encoberta pelos silêncios; uma geração que se sentia roubada deste passado. Aparecia, assim, uma pesquisa na qual havia o distanciamento temporal entre objeto e pesquisador.

Como Jacob Gorender e Daniel Aarão Reis Filho, Ridenti queria compreender a revolução derrotada. Chamava a atenção para a necessidade de desvendar o *fantasma da revolução brasileira*, que teria várias faces: “a face do projeto de revolução democrática derrotado em 1964, da proposta comunista putschista de 1935, a da guerra de guerrilhas em suas várias vertentes entre 1968 e 1972 etc.; e, por outro lado, o fantasma das ditas revoluções de 1930 e de 1964, levadas a cabo pelas classes dominantes e pelas Forças Armadas” (Ridenti, p. 22). A sua contribuição seria, então, refletir — para além da derrota das propostas e ações da esquerda armada urbana nos anos 1960 e 1970 — sobre o seu legado.

A compreensão da luta e da lógica destas organizações passadas seria importante para a geração que vinha em seguida, na construção da “utopia do futuro”. Por desconhecer este passado, sentia-se alheia às lutas da geração anterior, sem compreender o sentido de suas opções. Neste sentido, a pesquisa de Ridenti também é um ajuste de contas com sua história de vida, mas no sentido inverso ao dos autores citados: a busca de respostas para uma geração que não havia participado politicamente do passado recente; desconhecendo-o, idealizava suas lutas ou não via nenhum sentido nelas.

Utilizando-se da análise sociológica das classes médias — “desvendar o significado e as raízes sociais da luta dos grupos de esquerda, especialmente dos armados, entre 1964 e 1974 (...)” —, às quais a maior parte dos militantes da luta armada estava ligada, Ridenti vê o isolamento das vanguardas como o resultado da impossibilidade de elas representarem politicamente a classe trabalhadora. Aí estaria a contradição que levou à derrota. Diferentemente de Daniel Aarão Reis Filho, mantém-se fiel à idéia de que os interesses se definem em função do lugar na sociedade, ou seja, das classes sociais. O problema da pouca expressão da classe trabalhadora na luta armada não leva à reflexão acerca dos seus interesses concretos, uma vez que estes são dados pela teoria. Se a história não comprovou suas opções revo-

lucionárias, não é porque fizeram outras escolhas, mas devido a uma crise de representação.

O trabalho de Ridenti sustenta-se em farta documentação escrita e revela a importância das entrevistas e das biografias e autobiografias de militantes na construção da memória. Através da agitação cultural das esquerdas nos anos 1960 e 1970 — música, literatura, cinema, teatro —, reconstrói a cultura política que dava sentido às lutas.

Ridenti, assim como Gorender e diferentemente de Daniel Aarão Reis Filho, vê a resistência à ditadura militar como essencial no sentido da luta armada.

Com objetivos e características bem diferentes, vale destacar a pesquisa realizada pelo Projeto Brasil: Nunca Mais, que chegou ao grande público a partir da publicação de dois livros. O primeiro, em 1985, *Brasil: Nunca mais*, que teve o importante papel de divulgar as práticas mais nefastas do regime, com um estudo detalhado da tortura e toda a sua sofisticação a partir do uso sistemático como política de Estado (Arquidiocese de São Paulo, 1985). Com prefácio de D. Paulo Evaristo Arns, este volume ganhou grande repercussão e foi amplamente vendido. A segunda publicação, *Perfil dos atingidos* (Arquidiocese de São Paulo, 1987), traz um estudo dos setores sociais e das organizações atingidas pela repressão. Aí aparecem breves históricos das 44 organizações de vanguardas surgida a partir de 1961.⁴

Como obra de referência, em 1985, já havia sido lançado *Imagens da revolução*, organizado por Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá, com a transcrição de documentos das organizações mais expressivas ligadas à luta armada entre 1961 e 1971 (Reis Filho e Sá, 1985). Tratava-se de um esforço dos dois ex-militantes — Jair fora dirigente da AP, Ação Popular — para recuperar e preservar os documentos.⁵ Em *Imagens*, Daniel Aarão Reis Filho apresenta uma visão panorâmica sobre a luta armada e breves históricos das organizações, utilizando-se do conceito de *Nova Esquerda*, que, nos estudos posteriores, foi rejeitado. A esquerda que surgia a partir de 1961 pretendendo ser um marco zero na política brasileira, rompendo com as tradições do país e do antigo PCB, sofria igualmente as influências da sociedade da qual era resultado. As continuidades e as rupturas faziam parte da sua vivência.

Em outro momento, temos a publicação de duas obras: *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado, Grupo Tortura Nunca Mais, RJ e PE, 1996) e *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar* (Miranda, Nilmário e Tibúrcio, Carlos, 1999). Resultados das investigações de comissões de defesa de direitos humanos para responsabilizar o Estado por suas práticas nos anos da ditadura, são hoje referência para os estudiosos do assunto.

Em um sentido também diferente, há uma produção cinematográfica surpreendente a respeito da luta armada, ainda que, como no caso das memórias, poucos filmes se tornaram conhecidos do grande público e tiveram, de fato, um papel na construção da memória da luta armada. Um estudo sobre o tema levanta cerca de quarenta filmes que, de uma forma ou de outra, abordam o tema (Barros Cassal, 2001).

Por fim, há as autobiografias, biografias e memórias que representam uma fonte inesgotável para a reconstrução deste passado. Da mesma forma, as entrevistas realizadas pelos autores aqui citados e por outros revelam um enorme potencial a ser explorado.

AS ESQUERDAS REVOLUCIONÁRIAS

Em janeiro de 1961, surgiu a ORM-Polop (Organização Revolucionária Marxista — Política Operária), dando início a um processo que caracterizou parte das esquerdas brasileiras nos anos seguintes: o aparecimento, no contexto da ascensão e da polarização dos movimentos sociais, de diversas organizações, que se afirmavam, no campo da esquerda, como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). O Projeto Brasil: Nunca Mais listou 44 organizações/partidos políticos.

Neste mesmo ano, a Revolução Cubana assumia a perspectiva socialista e confirmava a possibilidade da vitória da revolução no continente latino-americano.

Apesar das diferenças, muitas vezes aparente, elementos comuns estruturaram as várias organizações de vanguarda. Todas faziam severas críticas à

linha e à prática adotadas pelo PCB nos últimos anos. A análise do Partido acerca da realidade brasileira era equivocada e levou a um posicionamento igualmente errado na luta política. De uma forma ou de outra, as organizações recuperavam a necessidade do enfrentamento armado que a esquerda brasileira havia abandonado. Negavam também o papel revolucionário da burguesia brasileira que levava à prática de alianças defendida pelo antigo partido, seguindo, por sua vez, as recomendações da Internacional Comunista de formação de frentes populares.

NA VISÃO DAS ORÇAS ESQUERDA

A derrota da esquerda em 1964 confirmava o equívoco do PCB, responsabilizado pela desmobilização dos trabalhadores no momento do golpe. O PCB desviara a classe operária de seu destino revolucionário, compactuando com o "getulismo". A legislação trabalhista era uma concessão de Getúlio Vargas e um meio de barganhar com os trabalhadores. Assim, os interesses burgueses continuavam impondo-se, em troca de favorecimentos econômicos imediatos. O golpe confirmava, então, a pertinência da ruptura com o PCB e incentivava o surgimento de organizações de luta armada.

O surgimento destas organizações recuperava os princípios marxistas-leninistas: a inevitabilidade da revolução, a imprescindibilidade do partido e o papel histórico da classe operária na revolução (Reis Filho, 1990). O partido era a vanguarda, um grupo reduzido de militantes, de elite, capaz de guiar as massas, legitimada pela ciência, pela teoria que elevaria o nível das massas, *conscientizando-as*, despertando a classe operária para o papel que historicamente lhe era destinado. Algumas já se autodefiniam como partido; outras como um "partido em construção"; outras como uma organização com uma estrutura não-burocratizada e mais adequada à luta revolucionária, evitando conhecidos vícios. Neste último caso, embora a fórmula do partido não seja defendida como prioridade, como entre os defensores do foquismo, e até mesmo recusada, como no caso da Ação Libertadora Nacional (ALN), na prática, todas as organizações acabavam funcionando como um grupo de vanguarda, de elite, que se imaginou à frente do processo revolucionário.

Outro ponto comum nas organizações foi a supervalorização da ação, ainda que mais presente em umas que em outras. Até então, a esquerda — leia-se o PCB — muito discutira e pouco agira. "A obrigação de todo revolucionário é fazer a revolução", diria Carlos Marighella, antigo militante do

PCB que rompeu com o partido em 1967 para criar uma organização que viria a ser a ALN, principal organização de luta armada e a que mais extremou a valorização da ação e o desprezo pelas discussões e formulações. A luta armada era tarefa do presente.

Algumas diferenças entre as organizações levaram à grande fragmentação, que pode ser explicada diante das condições de clandestinidade nas quais lutavam. Neste caso, as divergências ganhavam uma dimensão realmente essencial, na medida em que levavam a práticas cujas conseqüências podiam conduzir à vida ou à morte. Por outro lado, as divergências acabavam por falsificar a importância real de muitas das discussões. Assim, as organizações estiveram envolvidas em múltiplas cisões, diluindo ainda mais o número de militantes — que nunca foi tão expressivo — em vários pequenos grupos.

A partir da análise dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar, o *Brasil: Nunca Mais* calculou os números dos envolvidos na luta armada. Seriam 4.935 os réus incluídos na categoria-tipo "militância em organizações partidárias clandestinas". Quanto à "participação em ação violenta ou armada", 1.464 (Arquidiocese de São Paulo, 1988, p. 12). É difícil saber o número de simpatizantes, pessoas que atuaram como apoio sem se envolver diretamente na luta armada. Na verdade, a própria definição de simpatizante não chega a ser rígida. Segundo as categorias-tipo "Simpatizantes dessas organizações" e "Qualquer outra ligação com essas organizações [excluindo militantes e simpatizantes]", o *Brasil: Nunca mais* calculou 172 e 173, respectivamente, dados que, certamente, estão aquém do número real.

Algumas organizações, seguindo as análises da Polop, sustentaram que a revolução seria socialista; outras continuaram, como na tradição pecebista, a ver a revolução em duas etapas, de libertação nacional e, em seguida, socialista.

A reatualização do marxismo-leninismo acontecia num contexto de revalorização da revolução no cenário internacional, com o foquismo e o maoísmo. O foquismo "adaptava" a revolução para a realidade latino-americana, respaldada numa certa leitura da significativa vitória cubana; o maoísmo, legitimado igualmente por outra revolução vitoriosa, a chinesa, "adaptava" a revolução num país com forte tradição rural.

Em Cuba, a questão da *exportação da revolução* para os países latino-americanos se colocou na ordem do dia, como condição para sobrevivência

e consolidação da revolução no país.⁶ Nesse momento, os revolucionários passaram a contar a história da vitória de tal maneira que construíram um dos maiores mitos da esquerda latino-americana dos anos 1960: o do foco guerrilheiro. A revolução teria se desencadeado e tornara-se vitoriosa a partir de uma vanguarda de guerrilheiros capazes de subverter a ordem e reorientar os rumos do país. No processo de construção da memória da revolução, ainda no calor dos acontecimentos, pouca ênfase foi dada à conjuntura, na qual o clima de descontentamento e revolta contra a ordem estabelecida havia levado à mobilização e à organização da sociedade. Quando os revolucionários desembarcaram em Cuba, um episódio tantas vezes narrado como um quadro épico, não estavam sozinhos. Ao contrário, encontravam uma situação plenamente favorável à sublevação.⁷ Assim, os revolucionários, ao construir a memória da revolução, não romperam com a maneira pela qual, tradicionalmente, os vencedores constroem o passado. Aliás, como sabemos, assim tem sido em todas as revoluções.

O fato é que essa versão serviu como uma luva para movimentos revolucionários dos chamados países do Terceiro Mundo, em especial para os da América Latina, que não contavam com a participação social na luta revolucionária ou o faziam com limites e contradições. Nada como um exemplo, um modelo a ser seguido, equacionando as dificuldades, apontando soluções, propondo caminhos, encorajando a luta. Essa construção não serviria, exclusivamente, aos guerrilheiros dos países latino-americanos. Sobretudo internamente, fortalecia Cuba, redirecionando a força da sociedade para a vanguarda, potencializando-a, colocando aquela refém desta. Externamente, redefinia o país no cenário do movimento comunista internacional, fazendo da pequena ilha tão próxima dos EUA o primeiro território livre da América Latina.

Cuba apoiou, concretamente, os brasileiros em três momentos bem diferentes. O primeiro foi anterior ao golpe civil-militar. Nesse momento, os aliados preferenciais do governo cubano eram as Ligas Camponesas. Após a instauração do novo regime e, desarticuladas as Ligas, o apoio cubano foi deslocado para o grupo liderado por Leonel Brizola. Este compunha-se de lideranças dos movimentos sociais do período pré-1964, tendo como base os sargentos e marinheiros expulsos das Forças Armadas, políticos e outras

lideranças de movimentos sociais próximos ao ex-governador, todos exilados no Uruguai, onde se aglutinaram em torno da organização MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário. De volta ao Brasil e articulados a militantes no Brasil e no Uruguai, ensaiaram a implantação de cinco focos, com destaque para o de Caparaó, no Espírito Santo. Isolados, a população local estranhou a presença inexplicável daqueles 14 homens na serra, denunciando-os para a polícia militar do estado. Em abril de 1967, sem que houvesse enfrentamento, a tentativa de foco tornou-se pública e seus integrantes foram presos. A partir daí, Brizola desmobilizou o que seriam os outros focos do MNR.

A chegada dos guerrilheiros à serra de Caparaó — outubro — coincidiu com a ida de Che Guevara para a Bolívia, em 19 de outubro de 1966 (entrou no país em 7 de novembro). O grupo de revolucionários preparado para implantar a guerrilha, que sublevaria o continente, partiu em grupos até dezembro. Benigno, integrante da missão, chegou em dezembro. A escolha da Bolívia foi feita em março de 1964, por Guevara. Até dezembro de 1967 a luta armada irromperia em vários países da América Latina, inclusive no Brasil (Benigno, 1996, p. 149).

Moniz Bandeira informa a respeito das tentativas de articulação das lutas no Brasil com o projeto de Che (Bandeira, 1998). Em novembro de 1966, por exemplo, exatamente quando começava Caparaó, Guevara teria ido a Montevideu e encontrado Brizola. Benigno diz que o trajeto de Che foi Havana, Moscou, Praga, Paris, Rio de Janeiro, Corumbá, Cochabamba e La Paz (Benigno, 1998, p. 136). Avelino Capitani, liderança dos marinheiros e guerrilheiro de Caparaó, afirma que o coronel Dagoberto Rodrigues, do MNR, acompanhou Che do Uruguai à Bolívia.⁸ Na mesma época do possível encontro de Che com Brizola, teria havido um outro, o de Che, em São Paulo, com Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, dirigentes da ALN. Capitani atesta, ainda, que o foco do Mato Grosso, comandado por Marco Antônio da Silva Lima, e a frente fronteiriça, que fazia parte dos planos do MNR, tinham a função de manter a ligação com Che e outra frente no norte do Paraná manteria a conexão nas fronteiras.⁹ Não fica claro, no entanto, como se efetivaria esta ligação. A própria escolha de Caparaó pode ter a ver com as articulações com Cuba. Moniz Bandeira tem informações de que o

local havia sido estudado para a implantação do foco com militantes das Ligas Camponesas desde 1963 e que a Polop tentou fazer foco aí em 1964, depois do golpe, com sargentos e marinheiros, mas o plano teria sido abortado (Bandeira, 1998, p. 570). Flávio Tavares, integrante do MNR e envolvido na preparação dos focos, lembra que a localização não era, a princípio, Caparaó, e sim o norte do Rio Grande do Sul e sudoeste de Santa Catarina. A mudança ocorreu no inverno de 1965, devido à queda do subcomandante do foco (Tavares, 1999, p. 195). Em todo caso, Benigno narra que a região de Nanchuazu, a leste do país, onde Che tentou implantar o foco na mesma época,

(...) reunia todas as condições para ser utilizada como campo de treinamento para os cento e vinte bolivianos que deviam se encontrar lá, ao mesmo tempo que argentinos, peruanos e brasileiros. Estes não podiam ser treinados em Cuba, pois neste momento só se podia encaminhá-los para a Ilha passando pela Europa. Assim, procurou-se um lugar na Bolívia, país limítrofe do Peru, do Paraguai e do Brasil, que se prestasse à preparação de numerosos combatentes a custos menores. Depois do ataque a um quartel de Sucre, previsto para 26 de julho de 1967, os argentinos passariam para a Argentina com Che, os peruanos para o Peru com Hugo Blanco etc. Pensava-se que no fim de 1967 toda a América Latina seria afetada pela luta armada. Havia, de fato, muitas forças um pouco em todos os lugares e o projeto cubano de estender a guerrilha a todo o subcontinente não era tão ruim (Benigno, 1996, p. 149).

A partir de 1967, desarticuladas as tentativas de implantação da guerrilha ligadas ao MNR, Carlos Marighella surgiu para os cubanos como o principal nome da revolução no Brasil.¹⁰ Daí até o início dos anos 1970, Cuba treinou guerrilheiros de organizações de vanguarda que seguiram o caminho da luta armada, principalmente da ALN, da VPR e do MR-8. Cuba elegeu, então, a organização de Marighella como a mais apta, mas sem deixar de apoiar as outras duas, para desencadeá-la.

Como sabemos, Marighella estivera presente na conferência que deu origem à Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967, que estenderia a revolução pela América Latina. Este ato significava o rompimento do antigo militante com o PCB

contrário à luta armada. Já a partir de setembro, ou seja, logo depois da formação da Olas, os primeiros militantes enviados por Marighella a Cuba começaram o treinamento. Até o início dos anos 1970, militantes de organizações de vanguarda integraram os chamados *Exércitos da ALN*, ao todo quatro, passando pela experiência do treinamento oferecido a guerrilheiros de diversas nacionalidades da América Latina.

A guerrilha no Brasil era estratégica devido à dimensão territorial do país e à sua posição política e econômica no continente. Neste contexto, tanto entre as esquerdas como entre a direita, sempre houve uma espécie de mística em torno das relações dos dirigentes revolucionários com Cuba e, em particular, de Marighella com Cuba. A ALN e seu idealizador pareciam representar, melhor do que as Ligas Camponesas e o MNR, e suas respectivas lideranças, a vanguarda concebida no espírito da supervalorização da ação e justificada pela teoria do foco. A própria maneira pela qual se deu o rompimento de Marighella com o PCB, simbolizado pela ida a Cuba, alimentou esta idealização. Para a direita, era a prova da ingerência do comunismo internacional nos rumos internos do país. Para a esquerda que aderiu ao foquismo ou que, simplesmente, viu nos acontecimentos na ilha a comprovação de que a revolução estava, sim, no horizonte, mesmo diante de situações as mais adversas, o apoio de Cuba representava legitimação e status.

Entretanto, ao pesquisar o apoio de Cuba à luta armada brasileira, ia ficando claro que as relações de Marighella e da ALN com Cuba, mesmo depois de sua morte, em novembro de 1969, não eram sem tensões e conflitos. Se o apoio era bem recebido, não significava, para Marighella, o meio pelo qual o governo cubano iria intervir nos rumos da revolução brasileira. O apoio jamais levaria à perda da autonomia da organização, à entrega da direção da guerrilha e, muito menos, à subserviência. Esta foi a sua posição até o fim, resistindo às tentativas de Cuba de intervir na organização que estaria à frente da revolução num país estratégico para a vitória no continente e, assim, na própria ilha. Alguns episódios evidenciam esta tensão. Em outras palavras, as relações entre Marighella e Cuba não eram tão tranquilas como pareciam para a esquerda e a direita. Joaquim Câmara Ferreira, quando assumiu a direção da ALN, teria tido mais dificuldade de resistir às pressões. Ainda assim, as contradições jamais foram resolvidas.¹¹

Jacob Gorender, tentando compreender a formação do pensamento de Marighella, no qual foi estruturada a ALN, destaca a estada em Cuba, entre junho e dezembro de 1967, quando “sofreu acentuada flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo direto das teses cubanas”. No entanto, acredita que, nos textos escritos lá e nos posteriores, “delineia-se um ideário que não se limita à cópia da teoria oficial cubana, porém procura adaptar o modelo castro-guevarista a certos dados da experiência brasileira”. Nesta síntese, elementos do pensamento individual foram incorporados. Na base de tudo, encontra-se o princípio da ação: “É a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero (repete-se a sentença de Fidel Castro).” Gorender identifica “o ativismo, a exaltação da violência e o antiteoricismo” de seu pensamento ao anarcossindicalismo de Sorel. Quanto à guerrilha rural,

Marighella também introduziu uma modificação na teoria cubana em voga. Após o fracasso, no Brasil, do foco de Caparaó e da derrota de Guevara, na Bolívia, o foquismo puro e simples foi questionado pelos partidários da luta armada. Marighella se declarou contrário aos focos e, inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses ao cangaço de Lampião), apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados. Todavia, a modificação introduzida é secundária no contexto geral. O foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política (Gorender, 1987, p. 95-98).

Marighella tinha longa experiência como militante comunista, viveu como tantos outros de sua geração os debates internos no PCB, a efervescência dos movimentos sociais de direita e de esquerda do período pré-1964, enfim, toda uma conjuntura de participação política que foi golpeada em 1964. Exatamente porque incorporou as teses cubanas sem se desfazer da realidade brasileira, o caminho proposto pela teoria do foco — “a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas” — parecia

perfeito a países como o Brasil, onde os movimentos sociais inexisiam ou estavam desorganizados diante de circunstâncias adversas. “O foquismo se mantém” em seu pensamento e, assim, na ALN, mas, talvez, para justificar a avaliação que tinha da realidade de seu país, para legitimar, numa revolução vitoriosa, uma opção feita *a priori*. É, portanto, neste quadro de independência e apoio de Cuba que se inscrevem as relações que se iniciaram em 1967.

O cisma sino-soviético, em 1963, possibilitou a percepção do maoísmo como alternativa no movimento comunista internacional, mais propriamente às orientações soviéticas. Na verdade, as tensões entre os dois países vinham se desdobrando desde 1956-1957 e tornaram-se públicas em 1960. No Brasil, em 1962, havia ocorrido uma cisão no PCB, resultando na formação do PC do B. Nas origens do conflito, o abandono do enfrentamento violento, as críticas ao stalinismo e a defesa da luta armada.

Até 1969, o PCdoB atuou, simultaneamente, no campo das lutas legais e clandestinas. Somente a partir de 1969, centrou-se na defesa da luta armada, embora a defendesse desde 1962. Entretanto, opunha-se ao foquismo cubano devido ao caráter militarista e ao desprezo da participação dos movimentos sociais e da direção do partido. Para Jacob Gorender, com o rompimento entre China e URSS, o PCdoB compreendeu a realidade brasileira à luz das interpretações de Mao Zedong para a realidade chinesa, traduzida na guerra popular prolongada (Gorender, 1987). Daniel Aarão Reis Filho defende, entretanto, que desde a formação de uma “esquerda maoísta” no PCB, que data do início da desestalinização — liderada por Diógenes Arruda —, o maoísmo foi pensado como alternativa. Na verdade, esta posição era até anterior, como atesta o Programa de 1954, no qual o maoísmo estava bastante presente (Reis Filho, 1991).

Respaldo no maoísmo, o PCdoB definia que a luta armada deveria ser desencadeada do campo para as cidades, priorizando a construção do partido nas áreas rurais. Esta posição poupou o PCdoB da dizimação da qual as demais organizações foram alvo e explica a razão pela qual entre 1972 e 1974, era a única que continuava a fazer a luta armada: a Guerrilha do Araguaia, região ao sul do Pará de onde se iniciaria a guerra popular.

Também antes do golpe, militantes do PCdoB foram fazer treinamento: “bem às vésperas do golpe, a 29 de março de 1964, viajou para a China uma turma de dez militantes do PCdoB, a primeira a realizar ali um curso político-militar. Até 1966, mais duas turmas farão este curso” (Gorender, p. 107). A Ação Popular, AP, após o abandono da teoria foquista e a adesão ao maoísmo, em 1967, igualmente teve militantes fazendo treinamento político-militar na China (Gorender, p. 113).

A idéia da capacidade de a vanguarda “criar” o processo revolucionário, substituindo os movimentos sociais, num voluntarismo que superdimensionava a ação, levou ao militarismo. A VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, uma das organizações que mais atuou na luta armada e que, assim como a ALN, extremou o militarismo, chegou a formular uma revisão quanto ao papel da classe operária na revolução. Suas teses tiveram um caráter original na esquerda armada, influenciando outras organizações, sobretudo na última fase da luta. Baseavam-se no pensamento de esquerda heterodoxo que defendia que somente os que não haviam sido “integrados” ao sistema podiam levantar-se contra o capitalismo, no primeiro momento da revolução. Assim, deslocava o centro revolucionário da classe operária para os setores “marginais”. Esta revisão do marxismo ortodoxo, influenciada por Herbert Marcuse, acabou servindo para justificar e legitimar a prática militarista e o isolamento da vanguarda em relação à sociedade que as organizações marxistas-leninistas encarnavam.

Entre 1961 e 1971-72, as organizações surgiram e foram desmanteladas pela repressão. Restou apenas o PCdoB, que teve a sua guerrilha derrotada em 1974. Por volta de 1972, os militantes da luta armada, salvo os do PCdoB, estavam mortos, presos, no exílio, clandestinos dentro do país. A rápida vitória da repressão pode ser explicada por dois fatores: a ausência de identidade entre a sociedade e o projeto revolucionário, que levou ao seu isolamento; a tortura como recurso amplamente usado pelos órgãos oficiais para a eliminação dos militantes. O aperfeiçoamento dos aparelhos de repressão tem sido apontado para explicar o êxito da repressão. Entretanto, este apenas foi possível no quadro social do isolamento e do uso sistemático da tortura.

A reinserção dos que sobreviveram na sociedade brasileira só aconteceu no contexto da lei da anistia de agosto de 1979 e da reforma da Lei de

Segurança Nacional, que possibilitou a libertação dos presos políticos, ainda que excluídos da lei de anistia.

A luta armada ficou mais conhecida por suas ações nas cidades — a guerrilha urbana — do que por sua atuação no campo. Ironia da história, pois as organizações sempre a viram como um meio de preparar a guerrilha rural. Seria aí o enfrentamento.

As ações armadas iniciadas em 1967 intensificam-se depois do AI-5, quando muitos jovens do movimento estudantil, acuado já no início do segundo semestre de 1968, migraram para as organizações de vanguarda. Como vimos, a opção pela luta armada já estava presente em parte da esquerda brasileira, ainda no período do governo constitucional de João Goulart, quando as Ligas Camponesas receberam apoio de Cuba para montar campos de treinamento guerrilheiro no Brasil visando à preparação de militantes para o confronto armado. Estes sítios foram descobertos e amplamente divulgados na grande imprensa. Depois, entre 1965 e 1967, houve as articulações do MNR, concretizadas na derrota de Caparaó.

Apesar de haver um caminho pelo qual parte das esquerdas vinha optando, as guerrilhas pós-AI-5 desencadeadas por organizações como a ALN, a VPR, o MR-8, o Molipo, Movimento de Libertação Popular, os Colina (Comandos de Libertação Nacional), o MRT, Movimento Revolucionário Tiradentes etc. têm especificidades em relação ao momento anterior. Militantes ligados às experiências já realizadas anteriormente, como por exemplo os ex-marinheiros do MNR, “reaparecem” nesta fase. A maior parte dos militantes da luta armada, nos anos 1960 e 1970, são originários das classes médias urbanas, escolarizados, do sexo masculino e jovens (Ridenti, 1993), diferentemente dos militantes integrados ao projeto de luta armada das Ligas Camponesas e do MNR.

Um quarto momento — ou a última fase do terceiro momento — foi o retorno à guerrilha rural, com o Araguaia do PCdoB, entre 1972 e 1974, quando a guerrilha urbana estava devastada, com seu cortejo de mortes, prisões, torturas.

As ações nas cidades visavam à “desapropriação”, segundo o vocabulário e a concepção das organizações, de dinheiro e armas para preparar a guerrilha rural e como meio de “propaganda” da luta. Um sem-número de ações

de expropriação, assaltos a bancos, a estabelecimentos comerciais, foram feitas nestes anos. Mas, sem dúvida, as ações de maior impacto foram os seqüestros de diplomatas, quatro, ao todo, quando a própria existência da luta se torna notícia internacional. Pelo simbolismo, podemos destacar também a saída, em janeiro de 1969, do capitão Carlos Lamarca com mais três homens do Quarto Regimento de Infantaria, em Quatá, perto de São Paulo, levando 63 fuzis FAL e outras armas. Com esta ação, Lamarca tornava pública a opção pela luta armada. Talvez pudéssemos relacionar aqui também a “desapropriação” do cofre de Ademar de Barros, ação da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares VPR/VAR-Palmares. Aqui, além da vultosa quantia de dólares obtida num só golpe, ficou o sabor especial do confisco de dinheiro de um político conhecido pela “desapropriação” dos cofres públicos em benefício próprio. Outra ação, embora não tenha tido o mesmo impacto na população, mas que teve um significado particular na esquerda armada, foi o justiçamento, como se dizia, ou seja, a execução do empresário Henning Boilesen, conhecido financiador da tortura. A ação ocorrida em São Paulo, foi planejada e executada pela ALN e pelo MRT, em abril de 1971.

Os seqüestros foram um recurso para libertar presos políticos e tinham um grande impacto, na medida em que tornava pública, no país e no exterior, a existência da luta armada e de presos políticos, que o governo negava reiteradamente. A ousadia destas ações invertia — ou aparentemente invertia — a correlação de forças entre repressão e guerrilha, criando a ilusão de que alguns guerrilheiros podiam “vencer” os que estavam no poder e as potências capitalistas, simbolizadas por seus diplomatas.

No seqüestro do embaixador americano, em 4 de setembro de 1969, o duplo impacto: o fato de ser uma situação inédita no país e, sobretudo, a ousadia em se tratando do diplomata da maior potência ocidental em plena Guerra Fria, símbolo para as esquerdas do imperialismo e da exploração. A ação foi idealizada por um dirigente da DI-GB, Franklin Martins, e realizada pela organização e pela ALN. Além da libertação de 15 presos políticos — entre eles Vladimir Palmeira e José Dirceu, as duas lideranças estudantis de maior expressão, e Gregório Bezerra, antigo comunista do PCB, preso desde 1964 —, outra condição para a libertação de Charles Burke Elbrick foi a leitura e a publicação nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país

de um manifesto. Escrito por Franklin Martins, explicaria à população a ação, divulgando os propósitos da luta armada. Mais do que isto, o manifesto, lido no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, era um desafio ao governo, uma ousadia que ia muito além das forças reais com as quais os guerrilheiros podiam contar. A mensagem anunciava: “(...) o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural”.¹² Falava em revolução, ações armadas, ditadura, exploração dos banqueiros, prisão política, opressão, carrascos e torturadores, guerrilha rural, rapto, terror, exploradores e explorados, imperialismo, arrocho salarial, estrutura agrária injusta, repressão institucionalizada, troca de general no poder, vida de miséria, tortura, prisões-quartéis, ditadura, justiçamento, combatentes assassinados nas prisões, vingança: “Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia” (p. 229). A luta armada era o confronto do povo brasileiro contra o regime. Todos estes ingredientes extremamente explosivos, agitados num tom audacioso e desafiador. Por fim, concluía: “(...) queremos advertir àqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente” (p. 230).

As ações espetaculares davam à esquerda armada uma ilusão acerca das suas reais condições no enfrentamento. Ao êxito do seqüestro, seguiu-se uma repressão brutal às organizações, desencadeando inúmeras prisões e morte de militantes. Neste contexto, foi assassinado Carlos Marighella, em novembro de 1969. Marighella se opusera ao seqüestro, considerou que desencadearia uma reação para a qual a luta armada não estava preparada. Como dirigente da ALN, entretanto, não impediu a sua realização, agindo de forma coerente com os princípios da organização. Crítico da estrutura centralista do PCB, concebeu a ALN como uma organização descentralizada, na qual os militantes tinham bastante autonomia para formar grupos que planejassem e executassem ações. Há ainda versões segundo as quais Marighella não teria tido condições de impedir, sendo mesmo surpreendido pela ação para a qual não foi consultado, uma vez que estava viajando pelo Brasil.

Carlos Marighella criou a ALN. moldou-a a sua imagem e semelhança. O PCB havia se engessado, se imobilizado numa estrutura burocratizada, perdendo o sentido da revolução, da ação, do fazer a revolução. Bastava de reuniões, de conversas, de teoria. "A obrigação do revolucionário é fazer a revolução." Marighella tem sido identificado como o que extremou o militarismo da luta armada, até pela dificuldade de separá-lo da ALN, uma das organizações de maior atuação na guerrilha urbana. No entanto, é interessante notar as idéias para a preparação da revolução que as entrevistas com militantes que conviveram com ele revelam. Marighella acreditava que era preciso criar uma ampla rede de contatos em todo o país. A ALN seria uma peça importante, mas uma peça num grande quebra-cabeça. Assim, fazia inúmeros contatos. Pessoas que circulavam pelo país, comissários de bordo que atravessavam o país levando e trazendo orientações, militantes deslocados para o interior, que compravam sítios e aguardavam o momento oportuno para atuar na guerrilha rural, tudo era somado, preservado na formação desta rede que ia sendo tecida nos subterrâneos da sociedade. Os inúmeros integrantes da ALN que compunham esta rede seriam todos legais. Era, exatamente, o fato de se manterem legais que criava a possibilidade de desempenharem os diferentes papéis necessários neste imenso quebra-cabeça. Até que ponto Marighella conseguiu montar esta rede? Tratava-se de um trabalho persistente e longo, demandava tempo, ia acontecendo num ritmo que não era o da luta armada. Aí, tudo era acelerado, muito rápido, a vida passava como um cometa, a militância era efêmera, ainda que intensa. Como conciliar a existência da ALN, que andava numa rotação, com a tal rede, trabalho de tecelão? A estrutura da ALN, seguindo esta lógica, era horizontal. O militante era incentivado a atuar, a agir, não ficar esperando orientação de um poder centralizado. Não, ao contrário. O militante que se considerasse capaz de formar um grupo para fazer ações expropriatórias que o fizesse. Os grupos e as ações, assim, se multiplicariam. A centralização emperraria a organização, que, ao contrário, deveria ser ágil. Assim, apesar do militarismo, do isolamento e do caráter de vanguarda da ALN, Marighella a concebeu como uma organização horizontal, inserida num quadro muito mais amplo que ela mesma, de pretensões nacionais, no qual todos os apoios — inclusive o de Cuba — seriam somados, todos teriam uma contribuição no

processo da revolução. A ALN era uma peça de um grande quebra-cabeça. Havia outras. Mas, neste jogo, havia uma contradição: os contatos estavam centralizados em Marighella. As questões de segurança assim exigiam. Quando morreu, levou-os consigo. Restou apenas uma peça, a ALN, e o contra-ataque que a ação do seqüestro desencadeou. Os meses seguintes foram de quedas, mortes, prisões. Em seguida, as tentativas de reorganizar o que sobrou, sob o comando de Joaquim Câmara Ferreira. Os contatos mais amplos foram perdidos e, assim, os recursos de diversas ações enviados para a guerrilha no campo. Com o dirigente, muito desapareceu. De volta às ações, a Cuba, mais quedas e prisões, num caminho que nos anos seguintes levou a mais ações, a ações para sobrevivência, nem mais da guerrilha nem mais da organização, mas exclusivamente daqueles poucos que restaram.

ISOLAMENTO E DERROTA

Em meio aos pontos de convergência e divergência das organizações, o que mais chama a atenção é a falta de adesão da sociedade ao projeto revolucionário. Nele, seus militantes se empenhavam numa luta na qual a derrota não significava a simples retirada de cena, mas a exclusão que podia ser a prisão, a morte, a tortura, o exílio. A luta armada manteve-se como um enfrentamento de poucos, e a própria teoria de partido revolucionário justificava que assim fosse. O isolamento não tinha, necessariamente, um sentido negativo. O "segundo momento", aquele em que as massas iriam aderir à luta, nunca ocorreu.

De um lado, o governo civil-militar foi cada vez mais fechando o cerco, preparando-se, equipando-se, mas sempre precisando da tortura dos presos como meio para conhecer o funcionamento, a lógica e a estrutura das organizações e, assim, desmontá-las. No entanto, a razão da derrota está menos na ação da repressão e mais no abismo existente entre as escolhas da sociedade e o meio — o enfrentamento armado — e o fim — a revolução — daquela luta. A realidade contradizia a tese do voluntarismo da ação de vanguarda, o foquismo, sustentado na reconstrução da vitória cubana, uma lenda e uma fórmula para legitimá-la nos países que não contavam com a mobilização social.

A luta armada entrou numa dinâmica que criou uma distorção na qual o militarismo, a capacidade de desempenho nas ações a partir da coragem, do preparo físico, de atribuições essencialmente militares, alçava o guerrilheiro-revolucionário a uma condição privilegiada na organização. Este desdobramento foi coerente com o princípio de supervalorização da ação que estava na sua origem, embora as organizações não tenham deixado de teorizar, como atestam os documentos produzidos, assim como a posição de intelectuais nelas. Neste sentido, é significativo como, em determinadas organizações que extremaram o militarismo, o exímio guerrilheiro-militar chegava à direção, independentemente da capacidade de formulação teórica e política. As sucessivas prisões explicariam sua ascensão rápida e a aparente contradição em relação à função de direção. Se a incorporação do militarismo como vivência cotidiana agravou-se com o isolamento, ele estava no princípio da luta armada. Assim, o exímio guerrilheiro-revolucionário-militar chegava à direção não porque os formuladores, os intelectuais estavam mortos, presos, exilados, fora da luta, mas pelo que era: porque as organizações foram — em meio às circunstâncias, mas não exclusivamente por isto —, se fazendo e refazendo à imagem e semelhança do militarismo que este guerrilheiro personificava. No processo de construção do passado, nem sempre foi tranqüilo para as esquerdas reconhecerem esta realidade.

À medida que os guerrilheiros, os aparelhos — os apartamentos ou casas que acolhiam militantes, armas e equipamentos —, os pontos — os encontros marcados — caíam — eram conhecidos da repressão —, as pessoas se corroíam em culpas ou responsabilidades, tentando entender as quedas como acaso: “se ele tivesse chegado dois minutos depois, não teria acontecido”; “se eu tivesse dado ouvido àquela suspeita”; “se...”. Na verdade, há vários exemplos de militantes que conseguiram escapar por causa dos minutos a mais ou a menos ou por circunstâncias do gênero, mas que, pouco tempo depois, caíam. Estes lamentos que aparecem com frequência nas entrevistas e depoimentos revelam não que a derrota era inevitável, mas que a derrota de uma luta isolada era inevitável. Os guerrilheiros que tiveram uma participação efetivamente significativa na luta armada e que conseguiram escapar para o exílio ou para a clandestinidade no próprio país, sem jamais passarem pela prisão e pela tortura, foram exceções.

Na última fase da luta, com as organizações destroçadas, com seus militantes mortos, desaparecidos, presos, sem nenhuma condição de recrutamento de novos quadros, as ações tornaram-se um meio desesperado de sobrevivência que não era nem mesmo da luta, mas exclusivamente de seus militantes.

A morte de Carlos Lamarca se confunde com a morte da luta armada. Talvez nenhum outro personagem sintetize tão bem a própria trajetória da luta armada. A opção do capitão do Exército pela revolução, e mais, pelo caminho violento que ela implicava, como a de tantos outros, não se deu pela adesão à teoria marxista legitimada pela ciência. A opção de Lamarca se fez pela indignação diante das desigualdades sociais que perpetuavam a miséria e as injustiças. Herbert Daniel, em suas memórias, ressalta este ponto: o militante da VPR percebia como a maior parte das pessoas incorporava os princípios do marxismo-leninismo não por conhecimento da teoria, mas por valores éticos e morais. A indignação com as desigualdades sociais tão presentes na sociedade brasileira era, concretamente, o fator que levava muitos a aderir ao projeto revolucionário. Entretanto, como vimos a partir da interpretação de Daniel Aarão Reis Filho, os militantes das organizações de vanguarda buscaram legitimar-se na suposta cientificidade da teoria. A convivência destes dois aspectos, aparentemente contraditórios, se conjugava na prática das organizações. Assim, temos Lamarca, um militar que poderia ter seguido a carreira, mas que a abandonou em prol de uma causa. Deixou para trás a família, os filhos, em mais um ato tão expressivo da anulação dos interesses pessoais diante dos interesses da revolução. Lamarca, que levou para a VPR os fuzis e também sua destreza para usá-los. Lamarca, o militar, se tornaria agora o militarista, o guerrilheiro qualificado para a ação. Lamarca, o símbolo do rompimento com o passado, para se lançar de corpo e alma na construção do novo. *Ousar lutar, ousar vencer*, a síntese do voluntarismo daqueles dias, o grito de guerra do homem que havia sido formado para respeitar a hierarquia, para cumprir ordens, para obedecer aos que estavam acima e mandar nos de baixo. Lamarca, que de militar se tornou guerrilheiro, de guerrilheiro tornou-se guerreiro. Lamarca, que, antes de ousar lutar, teve que ousar romper com suas tradições, de classe média baixa da Zona Norte carioca, de militar-

esposo-pai-de-família. Lamarca, que foi comandar a VPR com seus militares de baixa patente politizados no pré-1964, comandar os jovens militantes saídos do movimento estudantil, cheios de indignação e teorias. Lamarca, o homem simples do Estácio, tornou-se o Capitão da Guerrilha, o homem por quem Iara Iavelberg se apaixonou. O comando do seqüestro do embaixador suíço que parecia sem fim, uma queda-de-braço, as negociações, os nomes vetados, as listas refeitas, negociar? Tensão, pressão. Resistir às negociações? A vida e a morte do diplomata em suas mãos. A opção pela vida do suíço e pela liberdade de setenta presos, fossem quais fossem as suas identidades. Ao longo daqueles infundáveis dias, o Vale da Ribeira, talvez, viesse à lembrança do Capitão: o cerco, os três combates, 41 dias de tensão, a vitória impossível — 17 homens cercados por dois mil. A execução do tenente. A libertação dos outros 17 prisioneiros. A derrota adiada: “para depois o Lamarca morrer lá no inferno, daquele jeito, uma coisa triste e solitária” (Tapajós, 1977, p. 55). De volta ao presente, o vôo para o Chile. Ainda livre. O vôo para a liberdade. E os vetados na prisão, a morte da luta armada pairando no ar. Se anunciando. No horizonte. Como resolver a tensão? O caminho era sem volta. A trajetória de Carlos Lamarca tão semelhante à da luta armada. O fim da VPR, a ida para o MR-8. O cerco se apertando, a clandestinidade cada vez mais difícil, um dia em cada aparelho, a provisoriade como rotina, a angústia dos companheiros caindo, mortos, na tortura. Viver um dia de cada vez, sobreviver a conta-gotas. O “mundo novo” acenando no horizonte? Lamarca recusava e desprezava o exílio, jamais o considerou sequer como hipótese, sequer como temporário. Via-o como traição e covardia, mesmo diante do massacre à esquerda armada, e perdia a confiança nos que insistissem em sua saída (Patarra, 1993, p. 437 e 461). Como recomeçar — ou começar? Longe das cidades, para implantar a guerrilha rural, esta sim! Até agora a luta fora apenas para viabilizá-la. O deslocamento para o interior, para o sertão, para o Brasil. Buriti Cristalino, Brotas de Macaúbas, Bahia. Aquilo era o Brasil, o seu coração que pulsava, que ardia de sede, que clamava aos céus por milagres. A transformação daquela situação que persistia, imutável, que se repetia há gerações e gerações, só poderia ser obra de Deus, jamais dos homens. Ali estavam as entranhas do país, longe da dubiedade das cidades, do Su-

deste que se queria civilizado esquecendo os esquecidos. Para lá foi Lamarca. Lamarca e Zequinha, o operário de Osasco que ameaçou tudo explodir na greve. Lamarca no sertão, seco, magro, isolado, à espera de uma revolução que não vinha, que não viria. A chegada dos militares comandados pelo major Nilton Cerqueira, chefe do DOI-Codi de Salvador, para pegar os dois homens. A fuga desesperada de Lamarca e Zequinha, que carregava o capitão que se esvazia, que não sabia que Iara já havia morrido, matando-se para não ser morta. Suicídio? O isolamento, o cerco, a perseguição, com forças que de tão desproporcionais eram absurdas. O tiro de misericórdia em Lamarca, em Zequinha, na luta armada. Morreram ali, na aridez do sertão, tentando frutificar uma terra infértil. A vida e a morte de Lamarca, como a vida e a morte da luta armada.

AS MEMÓRIAS

Peter Burke, na busca de novas formas de narrativa da história, aponta para a sua “regeneração”, que não significaria, simplesmente, o seu “reaparecimento”, como imaginou L. Stone. Esta possibilidade seria resultado de um processo no qual, ao longo de todo um século, a escrita da história, tendo se enriquecido com a história estrutural e analítica, surgida por sua vez de um movimento questionador dos limites da forma tradicional de escrever a história, poderia revalorizar a narrativa. Assim, não seria uma volta à maneira de escrevê-la do século XIX, mas uma revalorização do papel da narrativa, incorporando-se os caminhos percorridos pela historiografia nos últimos tempos.

Sugere que o historiador reconsidere o lugar da narrativa na escrita da história inspirando-se na literatura do século XX e no cinema. Aí encontraria, por exemplo, diversos recursos que poderiam enriquecer as possibilidades do historiador: a desconstrução do tempo, “visões retrospectivas, cortes e a alternância entre cena e história”, “a justaposição de vidas comuns a acontecimentos extraordinários”, “os pontos de vista múltiplos” (Burke, 1992, p. 348 e 347). Acredita que

poderia ser possível tornar as guerras civis e outros conflitos mais inteligíveis, seguindo-se o modelo dos romancistas que contam suas histórias, partindo de mais de um ponto de vista. (...) Tal expediente [que poderia ser modificado para lidar com pontos de vista coletivos e individuais] permitiria uma interpretação do conflito em termos de um conflito de interpretações (Burke, 1992, p. 336).

Como o romancista, o historiador, então, trabalharia com as “vozes variadas e opostas”, a “heteroglossia”, confrontadas com a “Voz da História” (Burke, 1992, p. 15).

No final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980, apareceu um número bastante grande de livros de memória, biográficas ou autobiográficas, sobre a experiência da luta armada e também do exílio. É interessante notar como, em meio a um número tão razoável de publicações, alguns se tornaram *best-sellers* e, apesar de os relatos apontarem para a variedade de pontos de vista acerca da luta armada, uma versão foi capaz de criar uma espécie de senso comum sobre o assunto. O livro de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, cuja primeira edição foi de 1979, vendeu cerca de 250 mil exemplares em mais de quarenta edições.¹³ Quando foi lançado o filme de Bruno Barreto, a partir das memórias de Gabeira, em 1997, esta visão já estava criada, apesar, é claro, de o filme a ter consolidado.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, as razões que explicariam o fato de a versão de Fernando Gabeira ter alcançado tamanha receptividade na sociedade está ligada à conciliação que traz em si. No final da década de 1970 e início da de 1980, no momento em que a ditadura ia chegando ao fim, num processo sob o controle dos que a implantaram, parecia bem mais “pertinente” uma recuperação do passado recente que não colocasse o dedo na ferida, não abordasse as relações de identidade ou apoio ou omissão ou colaboração de parte expressiva da sociedade com o regime. A tragédia da luta armada, a tragédia do seu isolamento, não rimava com conciliação. Sob a égide da “resistência”, seria construída a memória daqueles anos. É exatamente onde não houve muita resistência que não se deve remexer no passado. Todos resistiram, todos resistimos, assim parecia melhor (Reis Filho, 1999). Era

o momento da volta, mas da volta para construir o futuro e não para reencontrar o passado. O reencontro de 1979 e dos anos seguintes criou um fosso entre o passado e o futuro, como se para fazer este fosso preciso esquecer aquele.

Quando se falava em construir uma democracia, num país sem tradição democrática, saído de duas décadas de ditadura, as possíveis “vozes variadas e opostas” — a “heteroglossia” —, que emergiam das autobiografias de ex-militantes, pouco foram ouvidas em meio à “Voz da História”. Neste processo, dezenas de memórias foram condenadas ao esquecimento e, assim, seus autores perdiam, mais uma vez, a luta.

De tão bem recebidas, as versões conciliadoras acabaram prevalecendo não somente em relação às outras versões das esquerdas, mas também em relação às versões dos militares sobre o combate à guerrilha. Nos depoimentos de militares que ocuparam posições-chave nos órgãos da repressão,

(...) está a avaliação de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período. (...). Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso — a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o “dono” da história (D’Araujo, M.C., Soares, G. D. e Castro, C., 1994, p. 13).

EM CÂMARA LENTA

Em 1977, foi publicado *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, ex-militante da ALA-Vermelha, dissidência do PCdoB, preso em São Paulo. Foi o primeiro livro autobiográfico — ou, mais exatamente, uma autobiografia ficcional. O texto de Tapajós, cineasta, é cinematográfico. Apoiado na ficção, o autor se liberta para contar a história que viveu, na qual o personagem-narrador morre na última página/cena, entrando propositadamente num ponto caído, tomado pelo ódio aos torturadores e assassinos da amiga e companheira. A

morte/suicídio do personagem numa metáfora à morte da luta armada e, talvez, das esperanças do autor/narrador/personagem. Talvez, a sua própria morte.

O livro é marcado pela angústia, pelo ritmo da luta armada, não no sentido propriamente do tempo das ações, mas do ritmo da tensão, dos músculos enrijecidos, da respiração sentida.

Ao longo de toda a narrativa, o narrador está em busca da verdade sobre a morte da companheira, presa numa *blitz*, depois de atirar em dois policiais, um deles prestes a descobrir que na mala no banco de trás do carro havia uma metralhadora. O narrador estava com ela, e mais outros companheiros no carro parado. A cena, desde o momento em que percebem que entraram numa arapuca e não têm como dela sair, é narrada diversas vezes, cada vez, à parte seguinte, anteriormente interrompida, é acrescentada uma outra e, assim, o leitor vai descobrindo, junto com o narrador, aonde aquela história vai chegar. À tragédia da morte e da morte sob tortura é acrescida a tragédia da crueldade do tipo de tortura usada: a coroa de Cristo, nome bizarro para um instrumento sinistro que vai apertando o crânio a partir de um movimento totalmente controlado pelo torturador, aos poucos, sadicamente. Esta verdade, que é o clímax da história, é o fim de tudo, a sua morte também. “Não foi apenas uma pessoa que morreu, foi o tempo” (Tapajós, 1977, p. 15).

O livro não se preocupa tanto em descrever as ações propriamente ditas, mas o sentido da luta armada, o vazio: “(...) as paredes ondulam, o teto se abaixa, o quarto é pequeno e está cheio de mortos com sorrisos” (Tapajós, 1977, p. 25). O isolamento vivido como angústia que levava por um caminho sem volta. O peso dos que morreram justificando os sobreviventes que continuavam para morrer mais adiante e justificar os sobreviventes à espera da sua vez. “Todos os fantasmas, toda a experiência, todo o estudo eram hoje uma carga inútil, um desperdício. Isso, é essa a palavra: um desperdício.” “O tempo acabou, mas os gestos continuarão a ser feitos, repetidos e aperfeiçoados” (Tapajós, 1977, p. 15 e 16).

O tempo é desconstruído, partido, misturando episódios que vão se desenrolando em paralelo, todos fazendo parte da luta armada, histórias que jamais se encontraram. As lutas nas cidades, as tentativas de implantar a guer-

rilha na Amazônia, os guerrilheiros caindo, nas ruas de São Paulo e na selva. O guerrilheiro venezuelano que fora para lá implantar a guerrilha. A sua marcha e a de outros guerrilheiros pelas matas, cansados, esgotados, tentando inutilmente chegar à fronteira, “insignificantes, esmagados pela enormidade da floresta, eles continuavam” (Tapajós, 1977, p. 39). O piloto do barco justificado por querer abandonar aquela luta abandonada. A grandeza da selva proporcional à grandeza do sonho, mas que revelava a falta de sentido daquela travessia: “Sonâmbulos de uma idéia grandiosa, meia dúzia de adolescentes exaustos, cambaleando para explodir um continente” (Tapajós, 1977, p. 40). Preso com outros estrangeiros, todos presos comuns. A fuga desesperada da prisão, todos mortos, menos o guerrilheiro, feliz porque sobrevivera para recomeçar a luta. A imortalidade da luta estava no eterno recomeço, enquanto os outros vão ficando pelo caminho.

Mas há também histórias que se encontraram, como os episódios do movimento estudantil, naquele “tempo mágico, onde os gestos tinham ressonâncias definitivas, onde a vida tinha o encanto de uma invenção” (Tapajós, 1977, p. 71). A Maria Antônia atacada pelo Mackenzie. As bombas do CCC. O prédio da Filosofia transformado em palco de guerra. “Ali, no sentimento exaltado de revolta, no envolvimento pela emoção, aquelas palavras, que nos livros eram frias, saltaram para dentro da vida, reais, palpáveis, vibrantes: liberdade, revolução, socialismo” (Tapajós, 1977, p. 72). Os outrora estudantes transformados em guerrilheiros. O abismo entre os tempos dos movimentos de massa e aqueles de isolamento. A lembrança de um tempo próximo que já ia distante.

Dirceu vinha na frente levantando a camisa ensangüentada e sobre as cabeças de todos dançavam as bandeiras vermelhas e o fogo das tochas. Ao fundo o carro incendiado, com as chamas subindo além da copa das árvores, criava reflexos vermelhos nos prédios. Ele apertou os dentes. A cena o atingia como um soco. Uma beleza selvagem, uma beleza além de toda medida, aquela imagem que invocava insurreições, a sensação de força, do poder da massa enfurecida. Como se nada pudesse deter aquela invasão de fogo e de gritos, aquela explosão de vontade, os olhos refletindo o fogo, as mãos transportando o fogo, as bandeiras imitando o fogo (Tapajós, 1977, p. 35-36).

A força das manifestações estudantis, a indignação da população com o assassinato do jovem estudante são substituídas pela fraqueza da luta armada, pela indiferença que suscitava. “O mundo envolto em algodão, os ruídos amortecidos, as pessoas distantes, mas tem um monte de gente, isso distrai um pouco e é preciso prestar atenção aos gestos normais” (Tapajós, 1977, p. 19). Fogo e algodão. “(...)uma vaga impressão de estarem suspensos, fluando, como se formassem um mundo à parte” (Tapajós, 1977, p. 131). “O que sentia era como se a organização fosse um outro planeta, sem nenhum ponto de contato com aquilo ali. Alguém estava fora da realidade, alguém vivia num outro mundo. Fechados nos aparelhos, saindo pra fazer ações e voltar, os contatos rarefeitos, absorvidos pela vida orgânica, reuniões, discussões” (Tapajós, 1977, p. 135).

A ausência de diálogo nas cidades e no interior, entre a vanguarda e o povo, o encontro do desencontro, a identidade impossível, a solidão da luta.

Falou [o venezuelano] da miséria em que os caboclos viviam e os caboclos não sabiam que em sua vida havia miséria. Falou da exploração a que o povo era submetido e os caboclos sequer imaginavam que fossem explorados ou que pudessem sê-lo: desde sempre viveram assim. Ele falou ainda da luta para derrubar os opressores, convidando a que aderissem à guerrilha e os caboclos não sabiam contra quem lutar nem por quê. Finalmente ele falou que precisavam de ajuda, para curar os ferimentos, comer e preparar mantimentos para continuarem. Isso os caboclos entenderam. E entenderam que aqueles rapazes estranhos não eram pessoas ruins ou mal-intencionadas. Abrigaram-nos em suas casas, deixando-nos descansar, curarem seus ferimentos com suas ervas e raízes, deram-lhes comida e mantimentos. Quando os guerrilheiros partiram, dias depois, haviam recuperado suas forças e levavam comida bastante para muito tempo de marcha. Mas nenhum caboclo aderiu à guerrilha. Ninguém os acompanhou (Tapajós, 1977, p. 41-2).

As cidades e vilas da região da guerrilha na Amazônia ocupadas, a propaganda aterrorizando os moradores, os guerrilheiros eram bandidos perigosos e impiedosos, inimigos da democracia, instaurariam uma ditadura sanguinária. O espanto daquela gente. O crime da colaboração e a recompensa da denúncia.

O povo da região ouviu tudo aquilo sem entender muito bem. Toda aquela confusão quebrava a tranqüilidade habitual, a vida calma de muitos anos, sem que se soubesse muito bem por quê. Mas o caboclo Matias entendia vagamente aquela coisa de que colaborar com tais guerrilheiros representava castigo e denunciá-los, recompensa (Tapajós, 1977, p. 60).

Mas permanecia impossível entender “por que era preciso tanta gente, tantas armas e tantos aviões para prender seis meninos e um gringo” (Tapajós, 1977, p. 91). Sem compreender o que tinha feito, Matias não entendia por que nunca recebeu a recompensa e a população da vila não compreendeu por que Matias denunciou aqueles amáveis rapazes (Tapajós, 1977, p. 92). E ninguém entendia por que prender e torturar os caboclos que os alimentaram. A passagem dos guerrilheiros por aquelas bandas como um enigma impossível de decifrar.

Como os guerrilheiros, os habitantes daquela região estavam isolados, muito longe da realidade do mundo *civilizado*; como os guerrilheiros, pairando no ar. Qualquer que seja a posição deles, são infantilizados, com um raciocínio nebuloso, sem capacidade de tomar uma decisão por vontade própria, inconscientes. Como os guerrilheiros, vazios, mas vazios de interesses próprios. A maioria é solidária, boa por natureza, e a não-incorporação àqueles homens não se devia à recusa àquele caminho, mas à incapacidade de compreendê-lo. Outros, poucos, denunciavam pela recompensa, também sem tomar partido daquela guerra alheia. Em todos os casos, não têm opinião própria.

“A mata permanecia muda. Em plena selva, dentro da região cercada, os guerrilheiros continuavam a marchar, esfarrapados, exaustos, famintos” (Tapajós, 1977, p. 61). Os aviões lançando *napalm* na selva e a natureza exuberante logo cuidava de cobrir tudo de novo.

Nas cidades, os operários surpresos, recebendo panfletos na porta da fábrica, a voz no megafone de alguém que falava de cima de um carro: política econômica, ditadura, sede de lucros dos patrões, imperialismo, monopólios, arrocho, exploração, opressão, capitalismo, propaganda da ditadura, guerra revolucionária, luta armada, o caminho a seguir. Viva a luta armada!

Viva a revolução! Os operários “atentos e passivos” (Tapajós, 1977, p. 68). “Mas era assim mesmo o trabalho da vanguarda, de fora para dentro. Estavam lançando a semente, ela devia germinar por si mesma, porque aqueles ali eram a classe revolucionária, o proletariado” (Tapajós, 1977, p. 69). A jovem com a metralhadora na mão. Espanto dos operários diante da cena. “Comícios armados”, diziam. Terminado o ato, a dispersão daqueles que o assistiram, comentando o que acabaram de ver. “Vários panfletos ficaram pelo chão, espalhados, amassados, pisados, levados pelo vento. Amanhecia” (Tapajós, 1977, p. 69).

O vazio, a solidão nos aparelhos, esperando a próxima ação, para, em seguida, voltar ao aparelho e esperar a próxima ação... “A solidão quando se tem o sonho da humanidade”, a “sensação de inutilidade”, a falta de sentido, “a arma inútil, o mimeógrafo parado. Alguma coisa de profundamente errado nessa casa vazia, no longo cansaço dessa espera por coisa nenhuma”; o “desperdício”, como diz o narrador, e, creio, sobretudo, o desespero, presente em todo o livro e que atinge um grau insuportável no fim, a tal ponto que tudo parece invertido na última cena: sabendo que o ponto está caído, o narrador vai em frente, movido pela indignação com a morte com a coroa de Cristo, vai transformar o ataque sobre ele em ataque aos policiais disfarçados nas ruas, transformar a sua morte na morte de alguns deles. O “sacrifício necessário, da dissolução do indivíduo nas necessidades do combate” (Tapajós, 1977, p. 56, 66 e 78), que se dissolve no simples desperdício.

O vazio da história que Renato Tapajós conta, pleno de angústia, é traduzido na forma da câmara lenta, “como em câmara lenta”, como começa e recomeça o texto descritivo da maneira como a companheira caiu, sempre acrescido de mais um trecho, até chegar ao fim, ao seu fim, que é o fim do narrador, precedido do fim da luta armada.

A morte da esperança, da esperança de mudar o mundo. Agora, restava “carregar nas costas centenas de mortos”. Restava a constatação de dois mundos paralelos, que não se cruzaram. “Olhar para as pessoas que passam ao lado na rua: todos andam normalmente, não existe por aqui uma guerra? Não, não existe. Existem combatentes derrotados, sobreviventes que teimam em ser apenas isto: sobreviventes” (Tapajós, 1977, p. 86 e 85).

Onde estaria o erro, a eterna busca do erro, da falha, como se busca o erro do cálculo que levou o edifício abaixo?

(...) o gesto falhou porque quisemos fazê-lo sozinhos, que os outros, os que na verdade contam, o povo não viria atrás de um gesto isolado por mais belo, espetacular, emocionante que fosse. O povo, quem é o povo eu não sei quem é o povo, eu sei quem é quem foram Marta, Fernando, Sérgio, ela e os mortos todos, os que se deixaram matar pensando que faziam o gesto, quando o gesto não é não pode ser individual, o gesto é um movimento de milhões de mãos que sabem para que é para que serve o gesto e então têm a força necessária para derrubar, destruir, arrasar tudo e construir (Tapajós, 1977, p. 158).

Abandonar aquela luta era desertar, abandonar os que continuavam com as armas na mão, era não justificar a morte inútil dos que ficaram para trás. Quando a derrota ficou evidente, os vivos pertenciam aos mortos, tornaram-se “combatentes da derrota”, num “combate inútil até o fim”. E, “quando não se pode mais lutar, a morte”. A morte que afirma aquilo em que não se acredita mais (Tapajós, 1977, p. 87 e 100). Uma luta que se tornara inútil, mas sem volta. “Como é que eu posso desertar da luta inútil quando por ela morreram tantos e ela também morreu? Porque isso ou sair do país é desertar é largar os outros no fogo e procurar um caminho certo quando os outros estão morrendo. Porque o meu compromisso é com os mortos e com os que vão morrer.” A luta armada, que fora transformação, agora transformada, ela mesma, em morte. “(...) saber que a gente deve morrer e que vai morrer.” “(...) o fundo escuro, assustador e a gente não pode mais voltar a partir de um certo ponto porque o peso nas costas, o peso de todos os mortos é grande demais” (Tapajós, 1977, p. 160 e 161). E, por fim, a “deserção definitiva”, a morte, seria inevitável, porque a luta e a vida se tornaram inúteis.

Como em câmara lenta, a morte vai aparecendo, se aproximando, trazendo os que estão próximos, anunciando a proximidade do fim, como em câmara lenta, em conta-gotas, transformando a transformação em fim.

Mas o fim da luta armada parece ir além da morte. Está nas ações depois da descrença, depois da derrota. “Mais dinheiro para sustentar os que vão morrer” (Tapajós, 1977, p. 101).

Na história contada por Tapajós, “a alegria de estar fazendo o que é certo” é dita, mas não aparece, está ausente, está no vazio sempre presente.

A FUGA

Através de um texto fluido, dinâmico, irônico e surpreendentemente divertido, Reinaldo Guarany, ex-militante da ALN, conta a história da luta armada de maneira peculiar.

Começa, não com uma festa, mas com as “teorias teosóficas” de um militante da organização sobre um mundo subterrâneo, habitado por uma civilização superavançada. Seria tão diferente a procura dos acessos a Agharta, o reino da perfeição existente no interior da Terra, e a tentativa de tudo transformar a partir dos meios tão precários com os quais a luta armada contava? O combate travado pelos guerrilheiros seria menos absurdo do que a busca do absoluto? Estaria a luta armada também em busca do absoluto? Agharta como uma metáfora para a luta armada.

Reinaldo Guarany é o militante que se envolveu com a guerrilha menos por convicções ideológicas e políticas ou morais e éticas e mais pela identidade com a dinâmica da luta revolucionária, seu sentido de confronto e de inconformismo capaz de seduzir rebeldes e insatisfeitos. Como nenhuma outra memória, consegue resgatar esta vivência da luta armada.

As inúmeras ações são descritas como uma série de mal-entendidos, confusões, trapalhadas, revelando a fragilidade daquele projeto. Em alguns momentos, aproximam-se do pastelão. O isolamento da luta armada em relação à sociedade e o militarismo da ALN, que se centrava na ação e desprezava a teoria, produziram um repertório de histórias de guerrilha engraçadas e de nonsense.

Em meio a um povo informal e despreocupado, os recursos da guerrilha pareciam não funcionar.

A luta armada é contada através do deboche de quem não tem o que esconder e que revela sem pudor seus limites e vícios. Guarany faz o gênero anti-herói que não está nem um pouco preocupado em contar uma história da qual surja como herói, como acontece em tantas outras memórias. Frequentemente, trata-se ou do guerrilheiro destemido e corajoso ou do guerrilheiro-meio-sem-jeito-para-guerrilha que já na época tinha uma visão crítica da luta. Neste último caso, uma perspectiva claramente reconstruída em função de um conhecimento adquirido *a posteriori*. Ao contrário, a virtude de Guarany é a capacidade de revelar sem rodeios o que muitos outros se esforçaram, em suas memórias, para chegar a uma tradução mais nobre. Ali estão os anti-heróis da luta armada: os pontos e os códigos esquecidos, a metralhadora mal armada, matando pessoas que passavam nas calçadas na hora da fuga do assalto, a morte do companheiro por acidente.

Guarany, ao revelar-se, desnuda a guerrilha de todo um sentido glorioso que muitos quiseram lhe atribuir. Na tortura, conseguiu se livrar do pior não só pela bravura, mas também pela esperteza, pelo blefe. Por não mitificar a experiência, consegue humanizá-la, contar histórias de homens e mulheres com suas grandezas e limitações.

As várias faces da luta armada presentes na maneira como Guarany é salvo da morte na prisão: pelo amor do guarda homossexual e, ao mesmo tempo, por um ato revolucionário — o seqüestro do embaixador comandado por Carlos Lamarca.

É interessante notar que esta alegria e o prazer de estar vivo desaparecem não no momento da prisão, da tortura, da angústia da dúvida acerca da possibilidade de sobreviver à repressão. O vínculo com a vida parece ir se desfazendo a partir da libertação, quando é trocado pelo embaixador suíço, com mais 69 presos, e enviado para o Chile de Allende. Neste momento, um hiato: no avião que os levaria para o Chile, Guarany recebeu a notícia da morte de Aldo Sá. A dor, a perda irremediável que dilacera. Como em Renato Tapajós, o assassinato do amigo e companheiro da organização rompe com aquele tempo, torna-se um divisor de águas.

Passada a euforia inicial da liberdade, a ruptura com o universo da luta armada e a nova realidade em país estrangeiro causavam uma enorme crise

de referências. A partir daí, a solidão do exílio dá o tom da narrativa, que consegue descrever o sofrimento, a angústia e o vazio mantendo o deboche como estrutura do texto. A hipocondria, o desânimo, a falta de perspectiva, a confusão. O cotidiano das ações armadas substituído pela jardinagem e a criação de periquitos em Santiago. O absurdo. Como viver o cotidiano normal depois da militância na luta armada? Como mudar a rotação? A ação frustrada no Chile para sobreviver. O absurdo. O fim da linha. O desprezo pelos lugares no momento em que eles significavam o fim da luta armada:

Hoje em dia, quando me lembro das cidades por onde passei, Santiago parece-me como um campo de batalha, a Cidade do México como uma imensa bunda, Bruxelas parece-me com elixir paregórico, Berlim como uma mentira fantasmagórica passeando em um campo nevado cheio de cadáveres da Segunda Guerra, Estocolmo como um hospital especializado em lobotomia, mas Paris, ah, Paris lembra-me a fome (Guarany, 1984, p. 129).

A tragédia está menos nos anos de ação guerrilheira e mais no exílio. Depois do esforço desmesurado para sobreviver na clandestinidade em meio à repressão devastadora, o desânimo. Esta aparente contradição, aliás, aparece em outras autobiografias. Enquanto havia confronto, havia vida; quando a luta acabou, onde não havia ameaça à existência, a morte chamava, embriagava, seduzia. A identidade rompida, irreparável. A doença, a loucura, o suicídio à espreita. A fuga constante para outro lugar em busca do que não está em parte alguma. Mas até mesmo os dramas, o estranhamento, o mal-estar são contados, não raramente, com bom humor, resgatados do pântano, levados à tona, à luz do dia, evidenciando o absurdo da dor humana.

As situações inglórias e o anti-herói. Solidarizamo-nos com ele, porque vemos nele nossas imperfeições, compreendendo-as melhor, aceitando-as mais. A absolvição do anti-herói é a absolvição de nós mesmos, num ato que, coerentemente com a história de Guarany, está longe de uma suposta — e nobre — generosidade. Assim, o ex-militante não está em busca dos erros, porque são todos humanos, porque a luta não se dá num meio à parte, mas sim numa realidade plena de imperfeições.

Se a classe média conheceu a tortura neste momento, Guarany lembra que, ao contrário dos companheiros, não se tratava de uma novidade para ele. Na adolescência, ainda longe da política, passara por delegacias e conhecera esta realidade.¹⁴ A indignação com a tortura está no absurdo: “(...) descobri que em determinados dias as prisões haviam sido tantas, que se formava uma fila do lado de fora da cela do pau. Eram os presos esperando a vez de serem torturados” (Guarany, 1984, p. 63).

A sucessão de quedas na seqüência do seqüestro do embaixador americano. O desmantelamento rápido da organização, levada a fazer ações meramente para a sobrevivência dos militantes. A tensão aparece constantemente: “As quedas eram quase diárias, as prisões enchiam-se, aterrorizávamo-nos com os relatos de tortura, ‘desbundadas’ em massa eram empreendidas em direção ao Chile (...)” (Guarany, 1984, p. 37). Entretanto, de forma bem diferente daquela de Renato Tapajós. Se aí a palavra-chave é “desperdício”, no relato de Guarany seria “absurdo”. E, de tão absurdas, as situações parecem cômicas.

Os remédios ingeridos para se manter acordado e para dormir. Liga, desliga, a mente parece envolta numa névoa, resultado do permanente cansaço, das tarefas sem fim e das substâncias químicas para se manter atuante. Ação, sempre supervalorizada. E o desprezo pelas organizações de “proselitismo”, o desprezo pela teoria. E a fragilidade de tudo aquilo: “Éramos como essas galinhas de quitanda do interior, expostas à visitação pública; o freguês chegava e escolhia a mais gordona. Depois era só quebrar o pescoço”, dizia Negus, companheiro da ALN (Guarany, 1984, p. 12).

“A alegria de estar fazendo o que é certo”, como disse Renato Tapajós, atravessa a narrativa de Guarany: a tensão com as ações, as mortes, as prisões, a tortura naquela realidade vinham juntos com o prazer, o sexo, as brincadeiras, as camaradagens. O enfrentamento se dera em meio à alegria; a dor viria depois, no exílio. Entretanto, aí também muitas situações absurdas/engraçadas apareçam.

No texto, também fica evidente o afastamento da sociedade: “o povo não colaborava”; os vizinhos denunciando a militante que, fugindo da repressão, se escondera no mato. Por outro lado, o equívoco da avaliação tão presente nas esquerdas, mesmo em meados dos anos 1980: “Todos nutriam

uma grande antipatia pela repressão, até mesmo quando eram obrigados a aplaudir o Médici no Maracanã” (Guarany, 1984, p. 77). Como admitir o absurdo daquela verdade? O absurdo estava na verdade!

O juramento de um grupo de militantes em reunião, num momento de muitas quedas: “Como disse o Mariga, temos de continuar até o fim, até o último homem, mesmo sabendo que isso pode não dar em nada” (Guarany, 1984, p. 37). Neste momento, quando luta rima com morte e não com vida, Tapajós e Guarany, tão diferentes, parecem se encontrar.

NOTAS

1. Para uma ótima abordagem do assunto, ver Reis Filho, Daniel Aarão (1999).
2. Salomão Malina, em suas memórias recentemente publicadas, reconhece articulações e projetos golpistas mesmo no interior do PCB (2002).
3. Cf. por exemplo, Ridenti, Marcelo (1993, p. 62); Reis Filho, Daniel Aarão (1990).
4. O Projeto Brasil: Nunca Mais encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp.
5. Todos os documentos recuperados foram doados por Daniel Aarão Reis Filho e Ângela Borba, viúva de Jair Ferreira de Sá, ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) e estão classificados como coleções com seus nomes.
6. A síntese que se segue sobre o apoio de Cuba à luta armada no Brasil está em Rollemberg (2001). Sobre a política de *exportação da revolução*, ver Benigno (1996), Bandeira (1998) e Rollemberg (2001).
7. Não é o caso aqui de desenvolver essa questão do mito do foco guerrilheiro, uma vez que diversos autores já a abordaram em detalhes sem deixar dúvidas a respeito de sua construção. Cf. Gorender (1987, p. 82).
8. Capitani, depoimento a DR., 1999.
9. *Idem*, 1999; Capitani, 1997, p. 101.
10. Carlos Marighella esteve em Cuba entre junho e dezembro de 1967.
11. Paz, Carlos Eugênio e Fernandes, Domingos, entrevistas concedidas a DR, 2000.
12. O manifesto foi reproduzido na íntegra em Reis Filho, Daniel Aarão (org.) (1999). Veja, também, nos Anexos deste volume.
13. Cf. *site* da editora Companhia das Letras, que em 2003 era a editora do livro de Fernando Gabeira.
14. Guarany, entrevista a DR, 1995.

BIBLIOGRAFIA

- Arquidiocese de São Paulo. 1985. *Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Vozes.
- . 1988. *Brasil: Nunca mais*. Perfil dos atingidos. Petrópolis: Vozes, t. III.
- Azevêdo, Fernando Antônio. 1982. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bandeira, Luiz Alberto Moniz. 1998. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Barros Cassal, Alex. 2001. *A solidão do herói: prisão, clandestinidade, exílio e outros isolamentos no cinema brasileiro*. Monografia de graduação — Departamento de História da UERJ, Rio de Janeiro.
- Bastos, Elide Rugai. 1984. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes.
- Benigno (Dariel Alarcón Ramírez). 1996. *Vie et mort de la révolution cubaine*. Paris: Fayard.
- Boiteux, Bayard Demaria. 1998. *A guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta.
- Burke, Peter (org.). 1992. *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp.
- Capitani, Avelino Bion. 1997. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE), Grupo Tortura Nunca Mais — RJ e PE. 1996. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, governo do Estado de Pernambuco, 1995, São Paulo, governo do Estado de São Paulo.
- Daniel, Herbert. 1982. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri.
- D’Araujo, Maria Celina; Glaucio Ary Dillon Soares; Castro Celso (introdução e organização). 1994. *Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Dreifuss, René. 1981. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes.
- Gabeira, Fernando. 1980. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri.
- Gorender, Jacob. 1987. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática.
- Guarany, Reinaldo. 1984. *A fuga*. São Paulo, Brasiliense.
- . 1980. *Os fornos quentes*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Malina, Salomão. 2002. *O último secretário*. São Paulo: Fundação Astrojildo Pereira.
- Miranda, Nilmário; Tibúrcio, Carlos. 1999. *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo.
- Miranda, Oldack; Silva Filho, Emiliano José. 1989. *Lamarca: O capitão da guerrilha*. São Paulo: Global.
- Moraes, João Quartim de. 2º sem. 1989. “A mobilização democrática e o desencadeamento

- da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas". *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, n. 1 (2).
- Morais, Clodomir. 1970. "Peasant Leagues in Brazil". In Stavenhagen, Rodolfo. *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. Nova York: Anchor Books.
- Novaes, Regina Reyes. 1997. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia.
- Parucker, Paulo. 1992. *Praças em pé de guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil. 1961-1964*. Dissertação de mestrado — Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói.
- Patarra, Judith Lieblich. 1993. *Iara*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.
- Paz, Carlos Eugênio. 1997. *Nas trilhas da ALN: Memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- . 1996. *Viagem à luta armada: Memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Przeworski, Adam. 1989. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rebello, Gilson. 1980. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- . 1980. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Reis Filho, Daniel Aarão; Sá, Jair Ferreira de (orgs.). 1985. *Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Reis Filho, Daniel Aarão. (org.). 1999. *Versões e ficções: O seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo.
- . 1990. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense.
- . 2000. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- . 1991. "O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros". In *idem* e outros. *História do marxismo no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ridenti, Marcelo. 1993. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp.
- Rolleberg, Denise. 1994. "A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio". In *idem* (org.). *Que história é essa?* Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- . 1999. *Exílio: Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record.
- . 2001. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Sales, Jean Rodrigues. 2000. *Partido Comunista do Brasil — PC do B: propostas teóricas e prática política. 1962-1976*. Dissertação de mestrado — Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, Campinas.
- Tapajós, Renato. 1997. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Tavares, Flávio. 1999. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo.
- Ventura, Zuenir. 1988. *1968. O ano que não terminou*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Entrevistas concedidas a Denise Rolleberg:*

- Boiteux, Bayard (MNR). Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 2000.
- Capitani, Avelino (MNR). Porto Alegre, 1º semestre de 1999.**
- Fernandes, Domingos (ALN). São Paulo, 4 de julho de 2000.
- Guarany, Reinaldo (ALN). Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1995.
- Paz, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da (ALN). Rio de Janeiro, 19 e 31 de julho de 2000.
- Scavone, Arthur Machado (ALN, Molipo). São Paulo, 5 de julho de 2000.
- Schilling, Paulo (MNR). São Paulo, 13 de junho de 2000.

*Todas as fitas das entrevistas e as transcrições foram doadas ao Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp.

**Neste caso, não foi feita, propriamente, entrevista. A partir de contato por telefone, Capitani se dispôs a registrar em fitas seu depoimento, seguindo uma série de perguntas propostas por mim, sem que o resultado fosse, simplesmente, a gravação de respostas em função de um "questionário".

Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)

Lucilia de Almeida Neves Delgado

Professora Titular do Departamento de História da PUC/MG.

Mauro Passos

Professor Adjunto do COLTEG-UFMG e professor do curso de Pedagogia da PUC/MG.

Os jogos dos passos moldam espaços...
Tecem lugares.

(Michel de Certeau)

Um redemoinho de imagens compõe o cenário brasileiro de 1960. Atravessa a bruma do tempo e vai-se hospedando na sombra do catolicismo. Solicita interpretações. Pergunta, questiona e desafia. Momento de crise. Crises. Vista em profundidade, é um convite ao discernimento para trilhar novos caminhos. Oportunidade para uma maior aproximação do religioso com essa história plural.

Foram anos de efervescência e mobilização popular. Paradoxalmente, foi também um tempo de autoritarismo e desrespeito aos direitos humanos. Na verdade, por seu impacto na sociedade brasileira, essa conjuntura merece ser mais trabalhada, analisada e pesquisada, considerando os diferentes sujeitos históricos que modularam esse quadro.

A década de 1960 pode ser dividida em duas fases. A primeira antecedeu o regime militar autoritário e corresponde aos quatro primeiros anos. A segunda teve sua marca inicial em 1964 e corresponde à implantação desse regime. No seu conjunto, foi um período complexo, caracterizado pelo cultivo de diferentes utopias, como também pela frustração de projetos que animaram inúmeros segmentos da sociedade civil. Era preciso vencer a perplexidade, superar o medo e plantar as sementes de uma revolução ou, então, mobilizar forças para diversas reformas sociais (Delgado, 2001). Período rico de elaboração política, de acertos e erros. Os retalhos que restam na

memória abrigam crises, insurgências, heroísmos de uma realidade em movimento. Lembram, ainda, o silêncio orquestrado de vozes silenciadas. Prova de uma oposição em jogo, incluindo intelectuais, políticos, estudantes, trabalhadores, socialistas de diferentes matizes, militantes católicos. A efervescência política desse período histórico está cadenciada por momentos de decisão, crise e confronto.

Este texto pretende analisar o movimento do catolicismo brasileiro, especialmente sua integração na luta pelos direitos humanos e sociais. A novidade vem expressa no qualificativo "social". Implica solidariedade, necessidade de associação para a defesa dos direitos comuns. O binômio direitos sociais e direitos humanos determina, nesse texto, um mesmo ponto de partida — o conceito, a perspectiva histórica e um projeto a ser encarnado. Essa dupla expressão circunda pessoas, grupos e classes sociais. O envolvimento do catolicismo nessas questões contribuirá para renovar sua própria prática. Trata-se, na realidade, de um tema concreto, vital. As conquistas alcançadas foram antecipadas por lutas e desafios a serem respondidos. Estaremos privilegiando a atuação dos militantes católicos progressistas.

A travessia desse tempo pontua lembranças, situações, acontecimentos, discursos, menções. Deambula por lugares conhecidos, como também por aspirações diversas. O novo lugar que, progressivamente, o catolicismo foi ocupando na sociedade brasileira, neste período, modificou seu perfil tanto interna quanto externamente. Foi ocorrendo, assim, uma metamorfose na compreensão de si mesmo. O seu perfil institucional foi sendo alterado. Com isso, a imagem tradicional da Igreja, sua linguagem e sua projeção na sociedade apresentavam uma nova direção. A instituição eclesiástica começava a abrir novos horizontes em sua práxis. Este trabalho pretende compreender, particularmente, três aspectos centrais: o lugar e a função do catolicismo na sociedade brasileira, os condicionamentos históricos e religiosos que possibilitaram sua mudança interna e externa, o novo modo de ser Igreja. Essa articulação com o universo social é um aspecto importante para a compreensão da história religiosa. Com esse procedimento, é possível analisar de forma crítica esse período. Como um exercício de interpretação, compreensão do seu movimento e articulação com os acontecimentos católicos, em nível internacional, por um lado. Por outro, seu diálogo e seus silêncios di-

ante de fatos, situações e grupos sociais. Assim, é possível ultrapassar a posição de explicador para a de intérprete do seu caminho. Do ponto de vista do conteúdo, privilegiaremos alguns aspectos e algumas análises. Não cotejaremos todas as obras, nem todos os atores do catolicismo. Nossa intenção maior é interpretar, mediar diálogos e encenar essa história. Ora atenta, ora silenciosa, ora inquietante, ora interrogativa, ora duvidosa. Com esse intuito é possível estudar problemas, perceber direções, criticar certezas dogmáticas. A periodização estudada é uma dentre outras possíveis. É uma forma de abordagem e de atribuição de sentidos. Como se sabe, estabelecer períodos é estabelecer possibilidades de análise. Trata-se de um período bastante ambíguo, pois a realidade que circunda o catolicismo intriga seu percurso no contexto brasileiro. Como se situar diante das incertezas do presente e avizinhar-se de temas e situações que bradam por justiça, liberdade, participação? Como articular experiência de fé e compromisso social numa sociedade excludente? Mais do que em outros períodos, o catolicismo foi ensaiando novos modos de agir e de se posicionar. Uma característica desse período foi buscar caminhos mais bem sintonizados com os desafios da realidade brasileira, sobretudo na defesa dos direitos humanos e sociais.

AS IMAGENS PRIMEIRAS: AUSÊNCIAS E PROPOSTAS

O desenho do catolicismo brasileiro comporta uma diversidade de atos e atores. Como dar sentido ao seu passado? Memória de rotas, possibilidades, derrotas, conchavos e avanços. Como um possível limite cronológico, pode-se estabelecer o final de 1950 e início de 1960. Um marco que sinaliza um novo rumo histórico em sua trajetória. As relações entre catolicismo e sociedade possibilitam diálogo, maior união e diversos pontos de convergência.

Nesse período, percebe-se um movimento no quadro religioso, no sentido de maior aproximação das camadas populares e dos grupos que se empenhavam por transformações sociais. O envolvimento e a militância de alguns membros do catolicismo em diversas áreas da sociedade contribuíram grandemente para essa mudança. Com isso, a mediação das relações não se dá, somente, em nível institucional, como nos períodos anteriores, mas na pró-

pria realidade social. Com efeito, as propostas e as novas formas proclamadas não se situam em nível de toda a Igreja. São próprias de alguns setores mais avançados de grupos de leigos, padres e bispos que procuravam outros passos, favorecendo um diálogo maior com a história, buscando uma maior participação de seus membros, em vista da construção do que entendiam ser uma comunidade livre, justa, solidária e fraterna. A Igreja Católica não é um bloco homogêneo. Nela estão presentes práticas diferentes e mesmo contraditórias. Existem diferentes comportamentos religiosos e políticos, influenciados pela forma como seus membros se ligam às várias classes sociais.

Do ponto de vista político, a primeira Constituição da República marca o fim do padroado. Embora esse padroado régio estivesse extinto, a mentalidade de cristandade ainda predominava em quase toda a Igreja Católica. Nos três primeiros séculos da colonização, a religião católica estava vinculada ao projeto português. Fé católica e cultura lusitana identificavam-se e formavam uma unidade. Com o advento da República, o catolicismo deixa de ser a religião oficial do Estado. No entanto, em nível prático, ambos continuavam a manter um clima de união e cooperação. O catolicismo oficial procura se afirmar como poder e, em várias situações, alia-se ao poder político para combater o liberalismo, o comunismo e assegurar a ordem na nação brasileira.¹ Vai ocorrendo concomitantemente o processo de formação de uma nova cristandade formal e exterior. Com isso, a Igreja distancia-se do povo e do catolicismo popular. Essa neocristandade tem um caráter conservador e desenvolvimentista. Ela se mantém ancorada em torno das oligarquias conservadoras e dos proprietários rurais. O processo de romanização do catolicismo brasileiro entra em crise com as manifestações religiosas do povo. São consideradas supersticiosas, alienantes e vazias de sentido. As implicações desse tipo de catolicismo se fazem sentir nas celebrações litúrgicas, na ausência de um projeto pastoral que considere a pluralidade cultural brasileira. Esse viés do catolicismo tem uma forte carga intelectual e racionalista, o que vai de encontro às aspirações da elite nacional. Em decorrência disso, a Igreja estabelece maiores vínculos com as classes médias, e o exercício pastoral será direcionado pela hierarquia eclesiástica. O lugar de articulação dos leigos se faz dentro da Igreja, sob a tutela da autoridade religiosa.

Em 1921, dom Sebastião Leme foi transferido da arquidiocese de Olinda e Recife para o Rio de Janeiro, como arcebispo coadjutor. Ele passa a assumir a liderança da hierarquia católica até 1942. Juntamente com ele, tiveram liderança o arcebispo de Belo Horizonte, dom Antônio dos Santos Cabral, e dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre. O pensamento da hierarquia católica estava, num primeiro momento, em sintonia com o lema do papa Pio X: "Restaurar todas as coisas em Cristo" e, depois, com o de Pio XI: "Expandir o reino de Cristo".

A grande preocupação está na luta contra o comunismo, os protestantes, os espíritas e a mentalidade laicizante. Toda a linguagem religiosa está direcionada pela preservação da ordem moral, pelo respeito às autoridades constituídas e pelos valores religiosos católicos. Como sabemos, a linguagem (o discurso) é instrumento como as coisas, com capacidade de induzir os indivíduos, determinando valores e concretizando propostas. Há um fortalecimento do conceito de Igreja-docente. Daí a ênfase dada ao magistério eclesiástico. A Igreja-discente é constituída pelos leigos, que devem aprender e seguir os ensinamentos da hierarquia.

Na primeira metade do século XX, diversos fatores externos e internos influenciaram a economia e a política brasileiras. A luta contra as idéias esquerdistas, a repressão ao movimento dos trabalhadores, o processo de modernização e industrialização do país foram sendo moldados pelas aspirações oligárquicas. As manifestações contrárias a essa política representavam abalos na ordem social. Em vários momentos de crise e conflito, o Estado e a Igreja estiveram juntos, a favor da ordem e da segurança da nação. Dessa forma, um bom caminho seria a execução de um programa comum, como ocorreu, por exemplo, no período de 1922-1930. A busca de alternativas para as graves questões sociais deixou de ser prioridade, e as metas do poder econômico, político e religioso eram mascaradas pela defesa dos princípios harmoniosos de paz, união e ordem. Isso contribuiu para destruir as reais bases dos direitos do povo e dos indivíduos.

Ao embalo dessa cooperação e de uma organização como sociedade hierarquizada, a Igreja foi, assim, se distanciando de uma proposta mais condizente com a cultura e as necessidades da grande maioria da população brasileira.

AFE 10
19 52
DAFASIA
DO
POVO

O projeto de dom Leme distanciou o catolicismo das expressões religiosas populares. Sua Carta Pastoral de 1916 traçará, em linhas gerais, seu plano de ação para os anos subseqüentes. O grande temário desse documento é a ignorância religiosa do povo brasileiro. Sua preocupação será o ensino da doutrina e dos princípios católicos. Enquanto a Igreja enfatizava a necessidade de diminuir a ignorância religiosa — “causa de todos os males sociais”, o Estado afirmava que a causa da crise social do país estava no analfabetismo da maioria da população brasileira. Os dois discursos se encontram na mesma forma de argumentação. Os desequilíbrios da sociedade passam a ser citados com bastante veemência, no entanto, sem considerar a formação histórica, cultural, política e religiosa do povo. Existia, portanto, uma fronteira entre Povo, Estado e Igreja. Um jogo de representações, construído pelo poder político e religioso, estabelecia limites e divisões para um verdadeiro diálogo com as camadas populares.

Um aspecto que chama a atenção na leitura dos documentos do episcopado é seu aspecto disciplinador, jurídico e intelectualista. Assim, afirma dom Leme em sua Carta Pastoral: “Pio XI, de imperecível memória, em sua primeira encíclica escrevia que muitos são os espíritos que, por ignorância mais que por malícia, odeiam a Jesus, a Igreja e o Evangelho. (...) Não é, pois, sem fundamento que na ignorância religiosa enxergamos Nós o primeiro gérmen dos nossos grandes males” (Cintra, s.d., p. 30-31). A orientação da política eclesiástica, sob a liderança desse bispo, se desenvolve em três campos de ação — a Ação Católica, a formação das elites intelectuais e um novo encaminhamento no campo político, com o objetivo de defender os princípios católicos na vida pública brasileira (Lustosa, 1977, p. 64-65).

Como sabemos, o catolicismo guarda uma unidade plural. Há vozes dissonantes. O padre Júlio Maria articulava um projeto mais ousado, nos primeiros anos do regime republicano.² Ele cruza a história, enveredando por outro caminho. Na conturbada situação política e religiosa, seu pensamento era mais fecundo, pois sugeria um novo rumo para o catolicismo. Como intelectual e grande conhecedor da política brasileira, defendia uma proposta que contemplasse a articulação entre Igreja e sociedade. Sua originalidade está na capacidade de compreender a realidade brasileira e, assim, poder dialogar mais abertamente com a cultura, os desafios sociais, o homem mo-

derno. Sua visão ultrapassava a concepção estática da história, defendida pelos tradicionalistas. Ele a considera o resultado de uma ação a ser implementada, progressivamente, e não um apostolado estático. Considerando, portanto, as limitações e preocupações da Igreja, sua posição foi um ponto fora da curva, tanto no aspecto histórico quanto no aspecto religioso.

Dom Leme soube envolver grupos, abrir diversas frentes de trabalho e instrumentos de ação pastoral, enquanto Júlio Maria não contou com essas possibilidades, nem com a formação de grupos e outros instrumentos que divulgassem suas idéias e as colocassem em prática.

Em 1935 ocorre a instituição oficial da Ação Católica Brasileira, precedida de uma longa fase de preparação, em diversas dioceses do Brasil. Esse movimento teve um papel singular na história da Igreja no Brasil. Foi uma grande escola de apostolado e militância cristã, com rigorosa e eficaz formação de seus quadros. Era o braço da hierarquia estendido no campo social, político e cultural. Nesse período, há uma forte tensão entre as forças de direita e de esquerda, que se alinhavam na Ação Integralista Brasileira (Souza, 1984, p. 60). Como outros movimentos leigos, a Ação Católica, num primeiro momento, se inscreve num esforço de reintroduzir os valores cristãos na sociedade brasileira. Paulatinamente, as diversas formas de atuação foram se desenvolvendo — Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC) para os estudantes secundaristas, Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

A partir de 1950, sob a influência do pensamento de Jacques Maritain, dos teólogos europeus, como Lubac, Chenu, Congar e do movimento de Economia e Humanismo do padre Lebreton, a Ação Católica ganha nova orientação. Além disso, a nomeação do padre Hélder Câmara, futuro bispo, como assistente nacional favorecerá toda essa evolução e inserção dos militantes na realidade. Esse período é marcado pela insistência no conhecimento da realidade e maior compromisso social. Vão ocorrendo, assim, os sinais de mudança. Um novo olhar começa a despontar no horizonte do catolicismo. Evidentemente que outros grupos, outras influências, vários acontecimentos de ordem social e política, como as questões trabalhistas no período de Getúlio Vargas (1950-1954), contribuiram para a configuração dessa

nova imagem. Eram idéias suscitando idéias e práticas questionando antigas teorias. Por um lado, uma nova visão de mundo e de Igreja ia sendo construída e, por outro, havia também atitudes de rejeição contra essa mudança de prática. No entanto, o movimento foi orquestrando reformas, planos de ação que dialogavam com o social, o ético, o cultural, o político, a arte, a mística. O conhecimento da realidade, a formação na ação e a metodologia “Ver-Julgar-Agir”, próprios da JOC, foram sendo incorporados pelos outros grupos e tornaram-se os eixos centrais que passaram a orientar esse apostolado leigo. Portanto, começa a ocorrer uma mudança substantiva na Ação Católica. Mais do que idéias, conceitos e normas, foi-se definindo também um novo tipo de relação da Igreja com o mundo social, político, cultural e artístico.

As mudanças que foram ocorrendo nas diversas formas da Ação Católica influenciaram outros movimentos de Igreja. O esforço era imprimir uma linha que tivesse uma ação apostólica mais concreta e histórica. Assim, começaram a surgir revistas, boletins, jornais, semanas de estudo, cursos para formar líderes mais atuantes e dinâmicos. É de se notar o empenho e o estímulo de vários membros da hierarquia religiosa. Dentre outros, muito significativo foi o pensamento do padre Henrique C. de Lima Vaz, com sua reflexão sobre consciência histórica dos tempos modernos e cristianismo.³ De outra parte, essas novas formulações do catolicismo resultaram do seu contato e entrosamento com um contexto histórico efervescente.

A MUDANÇA DE LUGAR... A MUDANÇA DO OLHAR

O tecido histórico da década de 1960 convida-nos a um movimento no olhar que vislumbre a pluralidade do período. O pensamento religioso não evolui sozinho no espaço simbólico. Ele interage com outras formas de pensamento e outras esferas de organização social, política e cultural. Nessa perspectiva é necessário, ainda, articular esse período com a conjuntura religiosa internacional. Ele comporta diferentes temporalidades e outros ensaios em sua lógica. É necessário entendê-lo como projeto (*proiectus, us*, do latim: lançado para adiante, intento, ação de estender-se, extensão). Cada aconte-

cimento e cada movimento projetado contribuíram para que a história deste horizonte religioso se ampliasse. Trata-se de um movimento dialético e não-linear. Esforço para romper com a experiência anterior e provocar mudanças. No entanto, a mudança nem sempre é pura. Vem rastreada de marcas, contradições. A Igreja é antiga e futura ao mesmo tempo. Se aquele momento parecia sufocar-se sob o peso do passado, fragmentos diversos contribuíram, impregnando com seus rastros e sinais as futuras ações inovadoras.

A alvorada da década de 1960 encontrou a sociedade civil brasileira extremamente polarizada. Respirava-se política por todos os poros. O apelo popular do governo Jango, iniciado em meados de 1961, era muito forte; no entanto, as forças opositoras, também, estavam muito mobilizadas. Na verdade, estavam em jogo dois projetos substancialmente diferentes para o Brasil. Duas vozes dissonantes.

De um lado reuniam-se, em uma ampla frente que lutava por transformações, os movimentos populares, os sindicatos, os estudantes articulados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), as ligas camponesas, os militares nacionalistas, as frentes parlamentares reformistas, os socialistas, os comunistas, o clero e os leigos dos movimentos católicos progressistas. As posições desses grupos, de modo geral, coincidem com a idéia de se proceder a uma ampla reforma econômica e social no Brasil. Reforma de cunho socialista popular, cujo objetivo era, sobretudo, alcançar um desenvolvimento pleno, através da superação das condições de subdesenvolvimento (Delgado, 2001). Momento de desafio em face dos problemas de ordem política, econômica, educacional, religiosa. Nesse período, alguns leigos e membros da hierarquia católica começaram a se interessar por problemas fundamentais — família, educação, reforma agrária, desenvolvimento econômico, educação. Era um período que antecedia as eleições no país. Essa era uma atitude nova do catolicismo brasileiro, procurando balizar a pastoral com referências na realidade histórica.⁴

Em outra posição, diametralmente oposta, situavam-se diversos setores da sociedade brasileira que, através de uma postura ao mesmo tempo modernizante e conservadora, apostavam em um programa de desenvolvimento econômico arrojado, internacionalizado, menos voltado para a produção de artigos destinados ao consumo popular e mais direcionados, por um lado,

para a implantação de indústrias de ponta; por outro, para a preservação da estrutura agrária do país. Nele se agregam militares vinculados à Escola Superior de Guerra, proprietários rurais, setores do empresariado nacional, parlamentares ligados, principalmente, à UDN, investidores internacionais, segmentos expressivos da classe média e setores conservadores da Igreja Católica.

Esses segmentos sociais se sentiam ameaçados pela amplitude e efervescência dos movimentos populares organizados e consideravam que os mesmos apresentavam vínculos estreitos com o movimento socialista internacional. O tempo era de guerra fria e a polarização da política brasileira inseria-se num contexto mais amplo, dividido em duas áreas de influência, bastante delimitadas e contrapostas.

Nesse caminho, a influência da política norte-americana se faz sentir sobremaneira. A Aliança para o Progresso, lançada pelo presidente John Kennedy, propunha um programa para atender às necessidades do Nordeste. Através do "Acordo do Nordeste", dava provimento à alocação de US\$ 131 milhões de ajuda americana para a região, num período de dois anos (Page, 1972, p. 94). Na realidade, tratava-se de um plano com o objetivo de combater a política de Miguel Arraes e, ainda, fazer frente ao movimento das Ligas Camponesas. Esse envolvimento norte-americano era uma verdadeira medida de controle. Procurava neutralizar as influências comunistas e castristas, como também o movimento popular e trabalhista latino-americano.

Como fugir ao desafio? A movimentação de grupos estava num crescimento contínuo. A presença de um grande dinamismo e de um movimento inusitado caracterizam esse período. Esse fenômeno tem uma articulação mais ampla. Está ligado com o pensamento e os problemas latino-americanos.

A crise do capitalismo internacional tem repercussões nos países da América Latina. Diversos fatores contribuíram para que essa porção do continente americano adquirisse a configuração de uma sociedade em transição — a transnacionalização da produção e das finanças, a reestruturação do mercado internacional e a rearticulação da dominação imperialista (Richard, 1982, p. 106-110). Há uma mudança no campo e nas cidades, conseqüência do crescimento demográfico e do progresso tecnológico. Vale mencionar a repercussão da Revolução Cubana de 1959 e o processo de reativação e cres-

cimento dos movimentos populares. A participação dos católicos nos movimentos sociais e políticos foi-se tornando significativa.

Um ar de desorientação e revolta invade diversos setores da sociedade. A inconformidade da juventude faz-se notar numa explosão de manifestações e agitações. Os fatores de mudança social, econômica, política e religiosa são amplos e complexos. Vive-se um clima de perplexidade. O mesmo ocorre com as estruturas da cristandade, que vão sendo abaladas. As mudanças vão-se inscrevendo em vários países latino-americanos de formas diferentes. O rompimento com aquele antigo modelo foi aproximando o catolicismo da história e da realidade social. O principal interlocutor, para diversos setores da Igreja, passa a ser a sociedade civil. Assim, ocorre o surgimento de novos grupos, a reestruturação de outros e um maior envolvimento com a problemática regional, nacional e latino-americana. Esse processo possibilitou a aproximação entre Igreja e várias manifestações culturais, a expansão da ação social e, ainda, uma compreensão mais ampla desse exercício, reforçando, assim, sua aliança com as camadas populares. Essa nova articulação fez com que o catolicismo se colocasse ao lado de outros grupos na luta pelos direitos sociais e humanos. No entanto, as posições são múltiplas dentro da Igreja. A polarização também se fez sentir na hierarquia religiosa e junto aos leigos, ocasionando o surgimento de várias tendências e correntes.

Ensaio e projetos: diálogo (com) passado

Na trajetória percorrida, é possível perceber o movimento progressivo de vários setores do catolicismo. Tudo isso contribuiu, com sua margem de significado, para uma mudança de lugar. Assim, um novo diálogo foi-se efetuando. O catolicismo foi presença em muitos programas, através de múltiplas vozes e diversas iniciativas. Os setores populares, os sindicatos urbanos, os movimentos estudantil, operário e camponês marcaram presença, através de reivindicações, greves e outras formas de manifestação.

Há uma confluência de movimentos no cenário brasileiro. Outro fato é a evolução da Igreja no Brasil, em face desses problemas. Sua participação tem várias etapas e diferentes formas de atuação. A participação nas questões sociais é lenta. A aproximação vai-se dando nos discursos da hierarquia

católica de formas diferentes e sob diversos aspectos. Num primeiro momento, percebe-se a importância da questão social, depois sua existência é constatada na realidade histórica e, finalmente, se reconhece a necessidade de enfrentá-la. Torna-se difícil falar de uma proposta do catolicismo na questão dos direitos sociais. O envolvimento, a prática social e os discursos têm diferentes conotações. Há momentos em que a Igreja está de acordo com as mudanças sociais, mas essas devem ser feitas pelos patrões. As lideranças e os proprietários devem fazer as reformas, em vista do bem social. Dessa forma, o sujeito é a classe patronal e as camadas populares devem se beneficiar com as reformas operadas. Essa parcela da sociedade está ausente do processo. A Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro de 1950 trata da questão social e aborda alguns temas específicos, tais como a classe operária e as associações católicas para a ação social. No primeiro parágrafo do Capítulo X, afirmam os bispos:

Desejando, quanto nos seja possível, concorrer para melhorar a situação das classes sociais, de acordo com as repetidas instruções da Santa Sé, entendemos que, com as devidas precauções e sempre sob a inspiração e direção dos bispos diocesanos, o clero e os fiéis não devem se abster da Ação Católica Social (CNBB, 1950, p. 312).

O texto retrata a questão social. Esse é um tema que deve envolver a ação da Igreja, devido a seu significado e relevância. Nele se reivindica a vigência dos direitos sociais e humanos. Esses direitos são, antes de tudo, uma realidade feita de urgentes necessidades.

Um marco importante do envolvimento do catolicismo nessa obra é a promoção da Semana Ruralista, realizada na cidade mineira de Campanha pelo bispo diocesano dom Inocêncio Engelk, em 1950. No final, será editada sua Carta Pastoral com o título: "Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural" (Lustosa, 1985, p. 11). Através da documentação desse período, percebe-se o esforço da Igreja para dialogar com as questões sociais. Aos poucos, ela vai tomando consciência da nova situação que circunda o mundo rural e urbano e marcando, através de um outro desenho religioso e político, sua presença.

Outros acontecimentos significativos foram ocorrendo nesse período. Em 1952, acontece a reunião dos bispos da Amazônia, convocados pelo Secretariado da Ação Católica. Desse encontro, surge o documento "A Igreja e a Amazônia". O episcopado declara-se disposto a colaborar com a campanha de educação sanitária e reconhece a necessidade de uma Ação Católica adaptada à região (Azzi, 1981, p. 56). Em agosto do mesmo ano, os prelados do rio São Francisco se reúnem para tratar, também, de questões sociais. É importante assinalar que os documentos e pronunciamentos feitos, até esse momento, têm um caráter pessoal ou regional. Esse comportamento será dimensionado em dois planos — teórico, através dos pronunciamentos da hierarquia eclesiástica, e prático, pelas diversas formas de atuação e movimentação.

A configuração do catolicismo, diversa da do período anterior, processava um novo modo de ser e de estar no mundo. Aqueles novos interlocutores contribuíram para que se fosse definindo um novo modo de ser Igreja. O deslocamento de alguns setores da hierarquia e do laicato assume uma visibilidade maior para as causas sociais e populares. Assim, a categoria sócio-histórica abre um novo ato, inaugurando uma ação promocional, articulada com os projetos sociais. Trata-se de uma construção nova, constituída por cadeias de gerações, num processo de longa duração.

Uma unidade histórica de grande sentido alarga a forma de atuação do catolicismo brasileiro, como também sua ulterior evolução — a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952. Esse organismo oficial entra em cena, facilitando a comunicação do episcopado, coordenando as diversas atividades e tornando-se um canal de mediação entre as dioceses. O encaminhamento e a estratégia de ação dessa conferência fizeram com que se fosse tornando um organismo catalisador da Igreja no Brasil. Três anos depois é institucionalizada a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), com o objetivo de promover a organização, atuação e atualização das diversas ordens e congregações religiosas. Esses dois organismos tinham suas especificidades e se complementavam para uma mobilização maior do catolicismo. Um novo passo assinalava a história do catolicismo, possibilitando novas aproximações, relações sociais diversas e formulações mais concretas. Assim, a questão social começa a sair do nível do empirismo, do empenho

pessoal ou regional para uma forma de organização mais ampla e de cunho institucional. Nesse caminho, destaca-se a pessoa de dom Hélder Câmara, juntamente com um grupo significativo de bispos na direção da CNBB. Isso estimulou a participação de leigos em diversos movimentos sociais, como também a publicação de artigos, documentos e trocas de experiências. Convém destacar, ainda, a realização de semanas de estudos, congressos, cursos de atualização teológica para padres e leigos. Não menos importante é a fundação da Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), em 1955, o que permitiu uma maior articulação dos teólogos militantes desse continente e a participação de religiosos das diversas congregações religiosas. Esses organismos, mesmo que não representassem uma transformação radical, possibilitaram uma maior organização conjuntural e libertaram dinamismos para que os objetivos propostos fossem alcançados.

Esse período é um verdadeiro canteiro de obras. O conjunto de acontecimentos, na sua totalidade, ajuda-nos a compreender o esforço do catolicismo na defesa dos direitos sociais e humanos nas décadas seguintes. A isso, acrescenta-se uma outra forma de ver, de sentir e de se relacionar com a sociedade, particularmente com as camadas populares. Essa nova mentalidade desencadeou uma práxis, que segundo as expectativas dos setores progressistas seria capaz de amalgamar “a cidade dos homens com a cidade de Deus”.

Quando recuamos na esteira do passado, percebemos a presença de antigos/novos atores. Nosso esforço tem sido direcionado no sentido de compreender, dialogar e cotejar o tema dos direitos sociais e dos direitos humanos no discurso e na prática do catolicismo brasileiro. Podemos perceber seu envolvimento, sua limitação e inquietação. O discurso e a realização dessa prática foram sendo tecidos lentamente. Os eventos múltiplos e dispersos foram ganhando expressão e folheando sua força histórica. Esse novo tecido faz parte de um encadeamento de fatores que foram amadurecendo em formas de organização e articulação de experiências.

Em 1956 aconteceu o I Encontro dos Bispos do Nordeste, na cidade de Campina Grande. Os temas discutidos estavam direcionados para o desenvolvimento dessa região, para a implantação de projetos em prol das comunidades pobres. Embrionariamente, a Igreja foi assumindo as questões sociais. Assim, em 1959, no II Encontro, foi feita uma avaliação das propostas enca-

minhadas anteriormente, e a criação, em parceria com o governo, da Operação Nordeste (Openo). Esse esforço relaciona-se também com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — a Sudene. Os diversos encontros dos bispos do Nordeste, suas recomendações e atuações contribuíram para impulsionar a criação desse órgão, que teve em Celso Furtado o principal mentor.

Com (passos) no olhar: Concílio Vaticano II e Medellín

Em comparação com a linha tradicional, há um avanço significativo na consciência da Igreja, no estilo do trabalho com a base e na forma de participação do povo. A história foi gerando possibilidades e formando novos valores. Através dos acontecimentos, a história compassou um novo olhar no mundo católico. Cada etapa trazia um dinamismo novo, fornecia propostas e ensaiava a conjugação da ação evangelizadora própria do catolicismo, com a ação social e a promoção humana. Orientava a atuação cristã na sociedade, como também as tomadas de posição no campo político. A atuação política do catolicismo variou muito na história. Sendo assim, era necessária uma formação que atendesse suas especificidades e proporcionasse, ainda, uma visão crítica aos agentes de pastoral e às classes populares. Uma elaboração mais acertada, que contemplasse reflexão, orientação, adaptação e ação.

O Movimento por um Mundo Melhor, criado na Itália e adaptado no Brasil pelo padre José Marins, foi um instrumento importante para a renovação por que passava o catolicismo. Através de cursos para o clero, os religiosos, as religiosas e agentes de pastoral, em várias regiões do Brasil, uma nova linha de trabalho foi sendo difundida. Essa atualização cuidava da formação das lideranças católicas, prescindindo das estruturas tradicionais e abrindo perspectivas para uma nova forma de ação.

Diversos organismos, institutos e frentes de trabalho foram também criados, sob a orientação da CNBB, em níveis regional e nacional, tais como o Instituto Nacional de Pastoral (INP), o Centro de Formação Intercultural (Cenfi), com o objetivo de preparar os religiosos estrangeiros que vinham trabalhar na Igreja do Brasil, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), para preparar os agentes de pastoral, com enfoque na realidade social-eco-

nômica. Nesse período foi criado, também, o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Social (Ceris), para orientar as pesquisas e os trabalhos dos católicos.

1958-1963

Com a eleição de João XXIII, novas contribuições e motivações marcaram o rumo da Igreja no Brasil. Suas encíclicas *Mater et magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963) contribuíram para a renovação do catolicismo. Uma nova retórica estava acontecendo no mundo religioso católico. O primeiro documento aborda de forma bastante ampla o problema dos países subdesenvolvidos e a questão social: “O progresso social deve acompanhar e igualar o desenvolvimento econômico, de modo que todas as categorias sociais tenham parte nos produtos obtidos em maior quantidade” (João XXII, 1961, p. 19). Esse papa, com suas encíclicas e sua intuição, atualiza a doutrina social da Igreja. O desenvolvimento econômico e a igualdade social entre os povos, direitos de todos, são os temas predominantes. Na encíclica *Pacem in terris*, o direito à existência, a um digno padrão de vida e à participação nos benefícios da cultura são novamente proclamados. O tratamento dispensado a essas questões dá um verdadeiro impulso ao novo projeto do catolicismo latino-americano e brasileiro. Como situamos, o quadro histórico-social deste período era bastante conflituoso. Nesse horizonte, os problemas decorrentes do subdesenvolvimento econômico, como também do subdesenvolvimento das instituições sociais e culturais, passam a ser um aspecto relevante na atuação dos católicos. Inspirada nos princípios das encíclicas sociais de João XXIII, a Comissão Central da CNBB publicava uma declaração denunciando a situação social:

Ninguém desconhece os clamores das massas, que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero. (...) O rolo compressor de certos grupos insaciáveis, pela dinâmica do lucro exorbitante, pela ganância incontrolável e ilimitada, tem causado o agravamento da situação política, econômica e social do País. Não nos referimos, evidentemente, às pequenas e médias empresas, nem à classe média sempre mais sacrificada e rarefeita. Referimo-nos aos que, a pretexto de combaterem o comunismo com medo de perderem seus privilégios, alimentam paradoxalmente a propaganda das idéias subversivas e esgotam a paciência dos pobres (CNBB, 1963, p. 627-628).

Aqui vale destacar a mudança de linguagem do documento. Em nível de discurso, o texto articula a questão da classe social com o sistema constituído. As palavras estruturam-se em uma totalidade significativa. Há uma preocupação maior do que simplesmente informar ou explicar. Não se trata de uma palavra ou frase dita às camadas populares ou às classes dominantes. É uma nova entidade que estabelece relação com o que está acontecendo no nível político, econômico, social e suas conseqüências para a vida humana, tanto pessoal quanto coletiva. Portanto, o discurso não constitui um fim em si mesmo, nem pretende, apenas, veicular mensagens e valores religiosos, mas tem um objetivo maior: interagir socialmente. Esse fragmento de texto chama a atenção para questões vitais — a fome em muitas regiões e o excesso de lucro de vários grupos, a pobreza como conseqüência da má distribuição de renda — e a condenação daqueles grupos que se sentiam incomodados com a ação pastoral da Igreja, denominando-a comunista.

No esforço de um novo projeto que priorizasse os direitos sociais, o catolicismo brasileiro contou com uma geração de pessoas e de grupos militantes. O movimento e a influência desses elementos na década de 1950, particularmente, tiveram um peso singular nesse processo. Eles lançaram as bases de uma relação mais próxima entre catolicismo e os apelos da sociedade.

Um conjunto de fatos, iniciativas e acontecimentos povoam o período de João XXIII à frente da Igreja. Bastaria lembrar o Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado por ele em 1959. Esse papa assume diante do mundo e da Igreja uma posição de diálogo, abertura e articulação. Terminava, assim, o longo período da cristandade e abria-se um novo período histórico para a Igreja Católica (Roguet, 1968, p. 259). A eficácia histórica desse acontecimento estava em seus objetivos, nas suas orientações, nos documentos, enfim, na totalidade de seu dinamismo. Por isso, o Concílio inspirou novos desenhos para o catolicismo. Seu itinerário era provocar um *aggiornamento*, a atualização da Igreja. Buscar uma linha de unidade, diálogo, compreensão. Abrir-se para um verdadeiro diálogo com a modernidade.

Naquele momento histórico, o Concílio Vaticano II provocou também resistências dentro do catolicismo. Isso, na realidade, tinha outras origens e outras causas. Suas raízes estavam envolvidas com a identidade, a organização, a concepção, a consciência e o arranjo de cada grupo. As novas perspec-

tivas anunciadas por João XXIII exprimiam uma linguagem histórico-social. O Concílio permitiu a eclosão de várias iniciativas e aproximou-se da sociedade moderna, portadora dos ideais do progresso e da crença no poder das ciências.⁵

O Concílio respondeu ao que estava a caminho no catolicismo brasileiro. Afirmou na Constituição Pastoral "A Igreja no mundo de hoje" (*Gaudium et spes*) que "as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo, dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo" (Concílio Vaticano II, 1968, p. 143). Esse mesmo documento reconhece a necessidade de um desenvolvimento para todo ser humano. Chama a atenção para o agravamento das desigualdades sociais. O Concílio foi "uma plataforma de lançamento, para a Igreja se lançar em novos espaços" (Libânio, 1995, p. 329).

Sob o impulso conciliar, os bispos brasileiros traçam o Plano de Pastoral de Conjunto de 1966-1970. Nas diversas regiões e dioceses do Brasil foram realizados cursos, conferências e seminários com o objetivo de divulgar uma nova mentalidade religiosa. Assim, aumentou também o número de publicações para divulgar e justificar o esforço que vinha sendo feito e, ao mesmo tempo, atualizar o pensamento católico e implementar as formas conciliares.

A renovação pastoral e litúrgica foi ganhando mais corpo e impulsionando religiosos, religiosas e leigos para uma maior aproximação com o povo. Foram criados, ainda, outros institutos e organismos para atualização do clero e dos agentes de pastoral, tais como o Instituto Superior de Pastoral Catequética (Ispac), o Instituto Superior de Pastoral Litúrgica (Ispal), o Instituto de Pastoral Vocacional (Ispav). Essa preocupação com o aspecto pastoral iria substituir o zelo pela ortodoxia e pelo aspecto doutrinário, marcantes nos períodos anteriores.

Em 1966, os bispos do Regional Nordeste II reafirmam o conteúdo de um manifesto da Ação Católica Operária sobre a situação dos trabalhadores do Nordeste: "Deploramos e condenamos todas as injustiças cometidas contra os trabalhadores. (...) Somente pela união de todos será possível a defesa dos interesses coletivos." No final do documento, acrescentam: "Reafirma-

mos, enfim, nossa confiança e nosso apoio às organizações que atuam no meio operário e no meio rural" (CNBB, 1966, p. 248).

Todos esses elementos contribuíram para continuar e dinamizar o envolvimento do catolicismo nas questões sociais e na defesa dos direitos humanos. Era um projeto em andamento, como assinalamos anteriormente. Projeto exigido pelo momento histórico e pela mudança de lugar social da Igreja no Brasil. Dos cursos e encontros, da convivência com as camadas populares, novos espaços foram sendo abertos, para uma maior consciência do papel do cristão numa sociedade cheia de conflitos, problemas, e povoada de injustiça. Em 1966, o Jornal do Brasil publica um documento intitulado "Proclamação dos bispos de Vitória". Nesse documento, dom João Batista da Mota e Albuquerque, arcebispo de Vitória, e seu bispo auxiliar, dom Luís Gonzaga Fernandes, expressam seu apoio às iniciativas e aos projetos dos bispos do Nordeste e a dom Hélder Câmara, particularmente, diante das denúncias e ataques de alguns políticos e líderes conservadores. Referindo-se às encíclicas sociais, esses dois prelados afirmam: "[As encíclicas] conclamam não só os católicos, mas todos os homens de boa vontade para descerem ao plano das realizações e construir a paz e o bem-estar sociais" (Albuquerque e Fernandes, 1966, p. 281).

Em 1968, um acontecimento marcou uma nova etapa do catolicismo na América Latina — a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín. Fruto de condições históricas sociais e religiosas que tiveram início na década de 1950, esse evento trouxe novas esperanças para o catolicismo. Era a segunda vez que o episcopado desse continente se reunia. A primeira conferência ocorreu em 1959, na cidade do Rio de Janeiro. Priorizou as questões internas da Igreja. Medellín, ao contrário, voltou-se para os problemas da América Latina. As diversas comissões consideraram como ponto de partida de seus trabalhos a realidade histórica. A partir dessa análise foi elaborado o texto conclusivo. Cada tema apresenta seu estudo, faz a análise da situação e propõe algumas recomendações pastorais. Ao ler o texto oficial das Conclusões de Medellín — "Presença da Igreja na atual transformação da América Latina" —, podemos constatar esse eixo metodológico. A articulação entre situação histórica e fé cristã expressa a nova linha de orientação e o pensamento desse evento. A presença de bispos e assessores, sensíveis às

questões sociais, assinalou o selo da justiça, o conhecimento de problemas sociais, o crescimento e a atuação do leigo no catolicismo. Nesse sentido, merece destaque a experiência de conferências episcopais mais organizadas, como a do Brasil, e figuras marcantes, como dom Hélder Câmara e dom Manuel Larraín, do Chile (Beozzo, 1994, p. 117).

De mero consumidor, o leigo passa a sujeito participante, sujeito ativo. Sua participação foi ganhando corpo e expressão nas comissões, nas pastorais, nos grupos de reflexão. Com ele, o percurso popular da Igreja latino-americana vai ganhando outros contornos e novas formas, buscando abranger a justiça social, uma educação libertadora, a paz e a promoção humana. Todos esses temas estão contemplados em Medellín. A necessidade de libertação e a busca de um desenvolvimento que contemplasse todo o continente lançaram raízes e sedimentaram as experiências que vinham sendo feitas, em prol das questões sociais e dos direitos básicos da pessoa humana. O tema da justiça foi bastante discutido em Medellín e tornou-se um dos capítulos do documento final. O compromisso com a promoção humana, a dimensão econômica e a construção da paz também o nortearam. A paz é fruto da justiça e do amor, afirma o texto: “Se o cristão crê na fecundidade da paz para chegar à justiça, crê também que a justiça é condição imprescindível para a paz” (Celam, 1998, p. 68).

TL O Medellín histórico gestou o Medellín simbólico (Libânio, 1988, p. 23-24). Passou a ser um divisor de águas entre uma Igreja popular, voltada para os problemas vitais do povo, e uma Igreja tradicional, direcionada para as questões doutrinárias e ortodoxas. Pode-se afirmar que em Medellín estão as raízes da Teologia da Libertação. Um novo olhar conduz suas propostas — o anseio de libertação do povo latino-americano, a denúncia da violência institucionalizada e a constatação da injustiça social. Afirmam os bispos e os demais participantes, nas conclusões: “Queremos sentir os problemas, perceber as exigências, compartilhar as angústias, descobrir os caminhos e colaborar nas soluções. (...) Nossos povos aspiram à sua libertação e ao crescimento dentro da humanidade” (Celam, 1998, p. 30). O escopo dessa libertação é bastante amplo. Medellín criou uma atmosfera de participação e partilha. Foi um convite a (re)pensar criticamente as situações de vida na América Latina. A meta comum era interligar as pessoas, os diversos organismos, e trocar

experiências. Estava sendo construída uma história compartilhada. Nesse quadro, estavam as questões de gênero e de raça, como também aquelas dos trabalhadores rurais e urbanos. Uma agenda de possibilidades e trabalhos ia sendo escrita. Apontou a necessidade de uma renovação eclesial e a formação dos cristãos para a ação social, política, econômica e cultural. Encorajou múltiplas formas de atualização e preparação de seu quadro humano. Segundo dom Manuel Larraín, deu um novo significado para o desenvolvimento, isto é: “Um desenvolvimento individual e coletivo de uma vida mais humana: um teto, uma mesa e o acesso à instrução técnica, à arte, à cultura. O desenvolvimento começa por uma vitória sobre a estagnação e a passividade” (Errázuriz, 1966, p. 24). O cristianismo deve, portanto, cumprir seu papel numa dimensão sociopolítica.

Reencontrar e recuperar o humano é uma tarefa imensa. Esse era o apelo de Medellín. Englobava um conjunto de fenômenos complexos, sobre os quais se debruçavam várias instituições. Várias Igrejas. Naquele momento, o eco da encíclica *Populorum progressio* (o desenvolvimento dos povos), do papa Paulo VI, compunha também esse conjunto. Do ponto de vista religioso, era bastante significativa a citação desse documento na introdução do tema sobre “A situação latino-americana e a paz”: “Se o desenvolvimento é o novo nome da paz, o subdesenvolvimento latino-americano, com características próprias nos diversos países, é uma injusta situação promotora de tensões que conspiram contra a paz” (Errázuriz, 1966, p. 59).

É possível perceber os vários compassos nesta peregrinação para a realidade social, composta de pessoas marginalizadas e que não participam efetivamente do processo social. Alijada da capacidade de ser sujeito, grande parte da população latino-americana encontra no catolicismo um novo interlocutor. Uma grande ala do seu quadro hierárquico soube conviver com uma Igreja popular, respeitando seus valores, suas tradições, sua linguagem e suas expressões religiosas. Esse processo seguiu um caminho sinuoso, às vezes indeciso, outras vezes mais ousado. Os direitos sociais e humanos geraram mobilizações que continuaram a inscrever novos atores, reafirmando, assim, sua continuidade.

ESBOÇO DE UMA PRÁTICA: BRAVOS MOVIMENTOS

O catolicismo, para o qual nosso olhar se volta, é em primeiro lugar aquele que molda novos espaços no horizonte dos direitos sociais e humanos. O processo de mudança por que passava teve novo impulso e grande criatividade a partir da década de 1960. Há, particularmente, uma mudança de dentro para fora. A memória do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e as articulações da CNBB geraram um verdadeiro movimento de renovação no catolicismo. Novas possibilidades foram sendo alicerçadas. A convergência de novos temas, direcionados para as questões latino-americanas e a justiça social, povoa as declarações episcopais, como também a militância de muitos católicos. O espaço conquistado pelas camadas populares e os desafios sociais, políticos e econômicos contribuíram de forma diferenciada para sua dinâmica. Nessa direção, o apoio de líderes da hierarquia católica, particularmente de alguns bispos, determinou nova política evangelizadora mais ativa e voltada para as questões sociais. Uma aproximação com movimentos políticos, sociais e culturais contribuiu para todo esse processo e provocou, ainda, novas reflexões para uma elaboração mais adequada de todo o trabalho. Assim, foi acontecendo um progressivo deslocamento no catolicismo brasileiro. Thomas Bruneau, como outros estudiosos do catolicismo brasileiro, afirma que “a Igreja, de fato, optou pela mudança de maneira extremamente ativa, e se tornou parte integrante da nascente ‘Revolução Brasileira’” (Bruneau, 1974, p. 193).

O distanciamento do poder estabelecido, a aproximação e a identificação do catolicismo brasileiro com a causa das camadas populares fizeram com que o acolhimento dos desafios e dilemas alargasse, sempre mais, seu horizonte. Os programas e as atividades de clérigos e leigos ganharam corpo. Novas orientações arejaram o quadro da evangelização e da ação social do catolicismo, tanto no campo quanto na cidade, em virtude do processo histórico e da correlação de múltiplos movimentos sociais.

Foram lembrados vários movimentos e projetos iniciados nas décadas anteriores. A partir de 1960 ocorre uma maior articulação e uma sistematização mais abrangente. A participação popular vai demonstrando uma maior consciência crítica no plano político e social. No entanto, em 1964, o regi-

me autoritário trouxe consigo as marcas do desrespeito aos direitos civis, políticos e sociais. Eram os anos de chumbo que se iniciavam, caracterizados pela perseguição aos dissidentes e a todos aqueles que, de alguma forma, a ele se opusessem. Nesse contexto político, ocorre uma relação de mútuo apoio nas diversas iniciativas, manifestações e organizações. Ao empunhar a bandeira dos direitos sociais e humanos, o catolicismo entra num confronto direto com o Estado, principalmente depois da publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Com esse “golpe dentro do golpe”, o Congresso foi fechado, a liberdade civil e de imprensa, eliminadas. Assim, os serviços de informação e coerção ganharam carta branca para adotar medidas extremas contra a oposição ao regime. Durante a XI Assembléia Geral da CNBB, em maio de 1970, foi produzido um documento que denunciava os abusos do regime militar contra os direitos humanos e sociais:

Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzidas na forma de assaltos, seqüestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. (...) Pensamos no exercício da JUSTIÇA, (...) que, sinceramente, cremos estar sendo violentado, com freqüência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em base a suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa (CNBB, 1970-1971, p. 85-86).

O documento é uma forte denúncia contra o autoritarismo absoluto. A censura e a onda repressiva do regime militar, particularmente durante a presidência do general Médici, silenciaram os focos de oposição. Nesse período, a Igreja Católica foi importante núcleo da oposição. Os episódios que se seguiram ao AI-5 foram decisivos para uma atuação mais crítica da Igreja. Não se trata mais de abordar esse tema como um ideal a ser alcançado, de forma abstrata ou conceitual. Trata-se de avançar na conquista dos direitos sociais e humanos de forma concreta. É dentro desse contexto que a Comissão Justiça e Paz, instalada oficialmente em outubro de 1969, adotaria os mesmos princípios da encíclica *Populorum progressio*. Nesse mesmo ano, como resposta ao AI-5, a CNBB manifestava sua preocupação com a política econô-

O TEXTO CNBB SOBRE A IGREJA EXISTE 64-66 - PERÍODO DE APOIO A DITADURA N.º 02/70

mica adotada e criticava qualquer sistema que colocasse o lucro acima da pessoa humana: “o lucro é o valor *supremo* do progresso econômico, a concorrência é a lei *única* da economia, a propriedade privada dos bens da produção é o direito *absoluto*”. De forma categórica, conclui o documento: “a partir do homem, que consideramos autêntico o desenvolvimento” (CNBB, 1969, p. 11-15).

Assim, a Igreja se diferenciava daquela dos períodos anteriores. Uma série de fatos e situações sociais favoreceram sua evolução política e religiosa e renovaram sua ação. Esse sombrio clima provocou diversas respostas da hierarquia eclesial. De certa forma, fortaleceu a posição do grupo mais progressista e engajado. Essa mudança afetou, ao mesmo tempo, sua visibilidade histórica e sua própria autocompreensão.

Os direitos humanos e sociais assumiram conotações e interpretações diversas na história do catolicismo brasileiro. Há silêncios, omissões, desacertos e acertos (Azzi, 1977). Muitos leigos, sacerdotes e bispos se envolveram, cada vez mais, nos conflitos políticos e sociais. O regime político se posicionava na contramão dessa orientação. Desencadeou-se, assim, uma onda de violência contra todas as lideranças e mobilizações populares que não estavam de acordo com o regime. Nesse contexto, essa temática passa a ser vista sob outras perspectivas. Trata-se, não só de uma necessidade, mas principalmente de um direito. Aos ataques difamatórios, a Igreja responde com denúncias, lutas e seu envolvimento. Em 1968, o governo militar criticava as manifestações na celebração da missa de sétimo dia, pelo assassinato do estudante Edson Luís (Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, 1978, p. 8).⁶ Nesse panorama, a Comissão Central da CNBB publica, em setembro de 1969, uma nota com o título: “Igreja na atual conjuntura”. Faz uma análise sobre os acontecimentos nacionais, os abusos de autoridade, a injustiça social e os atentados contra a dignidade da pessoa humana. No final do documento, afirmam os membros da Comissão Central: “Fazemos nossas as conclusões de Medellín, as diretrizes Conciliares Pontifícias, em matéria de filosofia social. (...) para que o Brasil, de fato, se reencontre, sob a inspiração da justiça e da liberdade, do amor e da verdade” (CNBB, 1977, p. 35).

Em meio às duras carências das populações do Nordeste, diversos bispos, leigos e, ainda, movimentos foram configurando o Movimento de Na-

tal.⁷ Era um movimento cristão integral. Foi uma ação conjugada de evangelização e de ação social que cobria aquelas populações desamparadas não só de bens materiais, como também dos direitos sociais e humanos. Era um programa comprometido religiosa e politicamente com a renovação, a educação de base e a mudança social (Lustosa, 1985, p. 12-13). Diante das situações conflituosas e da carência de recursos básicos para a sobrevivência dos pobres, esse movimento foi-se expandindo e buscando formas mais objetivas de organização. Um acontecimento fecundo foi o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste, em 1961. Nesse evento, o ministro do Trabalho, Franco Montoro, reconhecia os 22 sindicatos rurais organizados pela Igreja Católica (Azzi, 1981, p. 77). Pode-se perceber um alinhamento de forças, com vistas à transformação social. Os setores progressistas do catolicismo estavam aí circunscritos. Outra forma de organização do movimento popular foram as Ligas Camponesas.⁸ Era um espaço para os trabalhadores do campo fazerem valer seus direitos. Tratava-se de uma organização que comportava um processo educativo e político, pois coordenava as diversas iniciativas, desempenhava um importante papel na luta contra o autoritarismo dos patrões e estimulava a sindicalização desses trabalhadores. Segundo Francisco Julião, os camponeses “eram como um punhado de areia que, jogada, se desfazia no ar. A Liga seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco” (Azevedo, 1982, p. 7).

Importantes setores da Igreja católica comprometeram-se com as questões sociais. A prática evangelizadora começava pela análise da realidade, pelo engajamento político, e abria caminho para as questões sociais e humanas.

A Comissão Central da CNBB faz uma declaração, em 1961, sobre a situação do meio rural: “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro”. À luz da encíclica *Mater et magistra* elabora um programa para a ação dos católicos. Orienta os vigários para a sindicalização dos lavradores, pois temia a expansão dos sindicatos criados pelos comunistas. Com essa perspectiva, são fundadas as Legiões Agrícolas, em Petrolina, as Frentes Agrárias, no Rio Grande do Sul, o Serviço de Assistência Rural (SAR), em Natal, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) e outros centros de sindicatos rurais, segundo os princípios cristãos (Lustosa, 1985, p. 15). Outro passo era a legalização dos sindicatos, pois geravam federações e confederações.

Assim, seria possível garantir o controle da Confederação Nacional dos Trabalhadores (Contag).

Com a nomeação de dom Eugênio Sales para bispo auxiliar de Natal, uma série de iniciativas e projetos foram sendo articulados e organizados. Em 1961, com apoio da CNBB, as experiências e o serviço de escolas radiofônicas ganharam um caráter oficial. Assim, se consolida e se amplia o Movimento de Educação de Base (MEB). Nasceu de um convênio entre a CNBB e o governo Jânio Quadros, em 1961 (Wanderley, 1984, p. 48-49).⁹ Esse programa, na realidade, estará atingindo diversas regiões do país. Segundo esse autor, no início de 1964 atingia 14 estados, com um total de 25 emissoras, quinhentas pessoas na parte administrativa e 7.500 monitores voluntários. Havia 2.687 escolas radiofônicas, atingindo no período de 1961-1965, cerca de 380 mil pessoas (Wanderley, 1984, p. 56-61). O MEB comportava diversos objetivos, assumindo uma dimensão social, política e cultural mais ampla, não se fechando no projeto de alfabetização. Segundo Bruneau, “a educação de base, tal como era entendida pelo MEB, não visava apenas à alfabetização, mas principalmente, à mobilização social, ou politização, através do conceito de ‘Conscientização’” (Bruneau, 1974, p. 156). Tratava-se de um programa novo e orientado para mudanças sociais e a formação integral da pessoa humana. Em um documento intitulado “MEB: sua origem, sua ação e seu conteúdo”, de 1964, afirmam os redatores: “O MEB, enquanto se dirige a uma determinada população, pretende promover o homem em função de sua dignidade de filho de Deus, membro da Igreja e não pode aprovar, por isso mesmo, a presente estrutura social, que abrange todo o contexto do Brasil” (Wanderley, 1984, p. 78). Sua orientação básica, portanto, circunscreve uma articulação entre ação e reflexão. Isso exige que os métodos, os conteúdos e as formas de educação sejam múltiplos e atendam às diversas demandas. Nesse caminho, a experiência de Paulo Freire já se fazia sentir na região nordestina. Educação e conscientização estão interligadas na sua metodologia. Essas dimensões se interpenetram e se fortalecem mutuamente.

Naquele período, esse movimento pôde contar com uma participação significativa de membros da Ação Católica, particularmente da JUC. A metodologia estava centrada na educação pela ação. Procurava-se valorizar

a cultura popular, a promoção humana, e defender os direitos sociais. As reivindicações atendiam às necessidades concretas das populações carentes, levando as bases a tomar consciência dos seus direitos e da necessidade de reformas sociais.

Diversos fatores convergentes contribuíram para a combinação do binômio fé e transformação social — as encíclicas de João XXIII, os documentos conciliares e as orientações de Medellín, que já assinalamos. Um sentimento de justiça social muito acentuado foi definindo o papel do MEB e sua posição na luta a favor das classes menos favorecidas. Como afirma Vanilda Paiva: “o humanismo cristão assumia assim uma dimensão histórica e comprometia-se com a transformação social e o combate à dominação de uns homens pelos outros” (Paiva, 1983, p. 241-242). Uma nova compreensão da Igreja e de sua prática histórica foi sendo assumida.

Uma geração de católicos praticantes e militantes lança-se nesta empresa. Cresce também o número de padres, religiosos, religiosas e bispos comprometidos com as questões sociais e a defesa dos direitos da pessoa. A experiência de uma pastoral de conjunto marcada pela realidade social e econômica começava a se expressar e a se fortalecer. Uma mensagem da Comissão Central da CNBB, de 30 de abril de 1963, afirmava: “Estamos diante da necessidade de uma transformação decisiva e urgente, isto é, da passagem para uma estrutura social em que a pessoa recupere toda a sua dimensão humana” (Souza, 1984, p. 67).

Uma nova preocupação circunscrevia a prática dos católicos progressistas. Os imperativos da justiça e a causa pela dignidade da vida envolvem sua construção. Começa a passar do espaço individual para uma ação mais orgânica. O zelo pela ortodoxia e pelo aspecto doutrinário, marcantes no período anterior, encontrava dificuldades práticas. Seria um novo começo? Ou um reaprender a ver, a pensar, a agir da Igreja-instituição, diante dos desafios da realidade brasileira? O apoio que a Igreja deu ao regime militar, inicialmente, foi-se afrouxando, pois a causa da justiça e dos direitos humanos estava confinada num silêncio outonal. Alguns membros da hierarquia eclesial se mantiveram numa fronteira indecisa ou mesmo divergente. Tiveram dificuldades em aceitar o novo projeto, negaram sua proposta e seu percurso. No entanto, essas sombras não rastream a unidade orquestrada

pela CNBB. Outros prelados compreenderam a questão de forma diferente e ressaltaram que a causa pela dignidade da vida não é apenas uma ação conjuntural ou casuística. É processo permanente de construção de uma sociedade em que os imperativos dos direitos humanos sejam fundamentais e inquestionáveis. A conjuntura eclesial e diversos organismos estimulavam esse compromisso social, como também participavam do movimento por uma real transformação da realidade.

Nesse processo, o Encontro de Jornalistas Católicos fez horizonte na capital mineira, em 1963. Nesse mesmo ano, o jornal *Brasil, Urgente* editava seu primeiro número, sob a orientação do dominicano frei Carlos Josaphat, em São Paulo. Era um instrumento de reflexão sobre os problemas sociais e políticos dos militantes católicos. Teve um importante papel para a reflexão e a organização política, particularmente nos centros urbanos, em congressos, passeatas, manifestações estudantis e operárias.¹⁰

1968 / Porto Alegre reunia, em 1964, os teólogos latino-americanos com o objetivo de estudar a presença do catolicismo neste continente. Medellín foi-se configurando no imaginário religioso e social e tornando-se símbolo de uma nova postura religiosa. Com isso, “introduziu a teologia na experiência de Deus que o povo pobre e crente realiza em sua prática política de libertação” (Richard, 1989, p. 122). Dessa forma, uma nova maneira de fazer teologia ia sendo tecida, procurando dialogar com as questões sociais, políticas e culturais. Às vésperas do evento-Medellín, Gustavo Gutiérrez faz uma conferência, assinalando a unidade entre vida social, política, econômica, cultural e religiosa. Nesse quadro, ele fala de Teologia da Libertação. A partir da prática, aborda os temas teológicos: “a palavra sobre Deus é simultaneamente promessa para o mundo” (Gutiérrez, 1985, p. 20-21). As reservas doutrinárias não eram suficientes para responder aos desafios impostos por tantas questões sociais e políticas presentes no continente latino-americano. Assim, essa nova abordagem teológica “pleiteia uma leitura sempre situada e orientada, em função dos desafios e dos problemas concretos” (Boff, 1993, p. 21). Surgiu das práticas populares, procurando responder às situações históricas e desafiantes do cotidiano.

A Teologia da Libertação “é uma tentativa de compreender a fé a partir da práxis histórica, libertadora e subversiva dos pobres deste mundo, das

classes exploradas, das raças desprezadas, das culturas marginalizadas. Ela nasce da inquietante esperança de libertação” (Gutiérrez, 1981, p. 58).

A partir do contato com os problemas sociais, novos campos foram tecidos por setores do catolicismo. Houve um despertar da consciência social e eclesial, tanto por parte da hierarquia quanto por parte dos membros das comunidades cristãs. Muitos católicos foram assim se identificando como agente/sujeito histórico e tomando consciência de seu papel no catolicismo. Isso fez com que se compreendesse a importância das mediações históricas para a própria vivência religiosa do catolicismo. Segundo Gustavo Gutiérrez: “A teologia da libertação nos propõe talvez não tanto novo tema para a reflexão quanto *novo modo* de fazer teologia. (...) Uma teologia libertadora, teologia da transformação libertadora da história da humanidade” (Gutiérrez, 1985, p. 27).

Essa linha de reflexão favoreceu a organização de uma pastoral popular. Os leigos puderam, então, assumir papéis de liderança na Igreja. Desse novo chão, “do lado de baixo de equador”, eclodia uma maior experiência de vida em comunidade. Assim, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram congregando grupos, pessoas e movimentos. Os círculos bíblicos absorviam em suas reflexões as situações concretas da vida. Sua finalidade é descobrir o sentido que o texto bíblico tem para o momento/a situação presente. Com isso, os roteiros faziam a ligação da vida com a Bíblia. A troca de experiências dos participantes era uma forma de socializar os problemas, as conquistas e perguntas de cada um. Essa metodologia possibilitava a participação de todos e motivava o grupo para uma reflexão profunda sobre o texto e a realidade histórica. Era um caminho para o exercício pastoral, em sintonia com os desafios da história presente. Com as CEBs, o catolicismo intensifica a ligação entre religião e vida cotidiana, colocando nas manifestações religiosas situações básicas: o desenrolar da semana, a família, o trabalho, o bairro, a cidade. A articulação é estabelecida e envolve pessoas, grupos e a comunidade. A participação de todas as pessoas era bastante intensa — jovens, adultos, mulheres, trabalhadores e voluntários. Nas reuniões, procurava-se estimular a ampliação do conhecimento sobre a realidade, as questões pessoais e sociais. Concomitantemente, a convivência do grupo e a realização de ações concretas davam força aos integrantes. A evangelização contribuía,

assim, para a promoção social. As relações entre os membros era de solidariedade. Uma rede de relações desenhava esse projeto, tais como associações, sindicatos e os diversos movimentos populares (Boff, 1986, p. 39-45). O tipo de leigo que essa experiência trouxe para o cenário do catolicismo foi muito importante, pois ajudou a consolidar a urgência do seu compromisso no engajamento social.

As CEBs guardam um caráter religioso, social e político. A Teologia da Libertação tem um papel importante nesse processo, pois fundamenta as práticas da comunidade. Tem uma reflexão que ultrapassa o conhecimento doutrinário, pois é uma nova maneira de fazer teologia. Entra em questões que têm a ver com a justiça, com os direitos sociais e humanos. Não é suficiente resolver esses problemas apenas com esforço e luta. É necessário, ainda, ter conhecimento desse fenômeno e das possibilidades de ação. As Comunidades Eclesiais de Base reúnem pessoas "que comungam a mesma fé e que se unem por laços de solidariedade e de compromisso de vida" (Teixeira, 1988, p. 305). As reflexões não se reduzem ao aspecto religioso, mas se abriam ao exercício da razão crítica. Progressivamente, as diversas experiências foram se articulando e estabelecendo relações horizontais com outros grupos. Segundo esse autor, a década de 1970 assinala a multiplicação e o amadurecimento das CEBs em diversas regiões brasileiras. No ano de 1975, aconteceu o I Encontro Intereclesial das CEBs, na cidade de Vitória (ES), tendo como tema central "A Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus".¹¹

Durante o regime militar, as CEBs resistiram às imposições e tornaram-se espaços para que os grupos pudessem se expressar religiosa e politicamente. Ao longo desse período, a luta pelos direitos civis, o compromisso com os direitos humanos e a denúncia contra as torturas cresceram consideravelmente. O palco de debates e mobilizações contra a injustiça social e a doutrina de segurança nacional, particularmente depois do AI-5, eram as CEBs. Diversas vozes e mobilizações resistiram às imposições. A contribuição das CEBs se fazia sentir nas denúncias de violência no campo, nas fábricas e no movimento estudantil. Diversos grupos que não tinham outro espaço integraram-se na pastoral popular, contribuindo, com suas experiências, para mudanças qualitativas na sociedade brasileira e para o restabelecimento dos direitos políticos.

Representantes da hierarquia católica foram se opondo ao regime militar, traduzindo em denúncia as arbitrariedades praticadas e dando, ainda, amparo às pessoas perseguidas. Alguns se tornaram também vítimas do autoritarismo, sofrendo prisões, expulsão do país, difamação, atentados e assassinatos. Em 1968, foram presos em Belo Horizonte três padres franceses e um diácono brasileiro. O mais visado era o padre Michel Le Ven, assistente da JOC. Ficaram incomunicáveis e foram submetidos a longos e penosos interrogatórios. Esse fato mobilizou os bispos, o clero, os leigos militantes da capital mineira (Antoniuzzi, Neves, Passos, 2002, p. 130-137).

As tensões entre Igreja e Estado foram se avolumando, motivadas por circunstâncias reais. Essa crise salientou a importância do momento da ação e da práxis. Os documentos do episcopado continuaram a tecer rigorosa crítica à repressão dos militares. Os temas mais proclamados na pauta das preocupações eram a luta pelos direitos humanos, a defesa das minorias étnicas e a recuperação da dignidade dos trabalhadores. Em 1968, dom Cândido Padin faz rigorosa crítica à Doutrina de Segurança Nacional:

O atual momento brasileiro marca uma cisão entre o poder político e o cidadão. Aqueles grupos sociais que formavam a base da pirâmide econômica e política da Nação, como os sindicatos, associações de classe, etc., perderam sua representatividade dentro do trânsito político-institucional. (...) Nesta altura dos acontecimentos, é de rever-se a posição da Igreja como grupo social e militante. Engajada e diretamente ligada em todos os níveis da escala social, não se pode esquecer o papel decisivo que a Igreja pode vir a desempenhar, como grupo de pressão, na defesa dos direitos e valores humanos implícitos na mensagem evangélica (Lima, 1979, p. 153).

Naquela conjuntura política, a Igreja dialoga mais profundamente com a sociedade civil sobre os importantes desafios da realidade brasileira. Dessa forma, afirma sua aliança com o interlocutor popular, redescobrando a dimensão social e a carência que atingia as populações menos favorecidas. Tornava-se, ainda, fundamental lutar pelo restabelecimento da ordem democrática, diante do quadro político do regime de exceção.

As Comunidades Eclesiais de Base foram estabelecendo relações e vinculações com pessoas, grupos e outras formas de organização social. As reflexões abriam-se a diversos exercícios e, nesse período, tornaram-se espaços para discutir as questões que feriam os direitos das pessoas. As tarefas de proteção aos revolucionários fugitivos e às pessoas procuradas e perseguidas pelos militares foram assumidas por padres, religiosas, religiosos, bispos, leigos. Kenneth P. Serbin relata em seu livro a contribuição das prostitutas. Os militares que freqüentavam suas casas comentavam sobre as torturas de padres e planos de assassinatos de líderes revolucionários. Muitas procuravam os líderes religiosos e passavam essas informações (Serbin, 2001, p. 124).

A detenção de dom Aloísio Lorscheider, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1970, foi motivo de protesto dos preladados mais conservadores. Eles enviaram uma mensagem ao presidente Médici nesse sentido. A prática de ações conjuntas contra diversos ataques dos militares, graves problemas sociais e a violação dos direitos humanos fizeram com que fosse reforçada a união da hierarquia católica. A Comissão Central da CNBB afirmava naquele período: “O terrorismo da subversão não pode ter como resposta o terrorismo da repressão” (Serbin, 2001, p. 192).

A luta pelos direitos humanos foi sendo assumida através de uma forma efetiva, junto às autoridades, como também através da denúncia em declarações coletivas ou pessoais. Nessa linha, foram se inscrevendo diversos movimentos e organismos. Esses temas passaram a ocupar a pauta das preocupações de muitos católicos.

Após 1964, a Ação Católica foi adquirindo outras proporções, particularmente a JUC e a JOC. A militância político-religiosa alargou as dimensões desse movimento, as intenções e práticas de seus membros. Isso gerou diversos conflitos com a hierarquia, devido às suas posições políticas. Algumas mudanças ocorridas na cúpula da CNBB dificultaram o diálogo, principalmente com a indicação de dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, para a Comissão de Apostolado Leigo (Souza, 1984, p. 202-238). Assim, em 1966, reunidos na cidade mineira de Antônio Carlos, os jucistas decidiram desvincular-se da hierarquia católica.¹² Com isso, vários membros da JUC passam a compor a Ação Popular (AP), movimento que teve seus primórdios

em 1962. O objetivo inicial era efetivar projetos de mobilização e conscientização entre as massas populares. Depois desse contratempo, buscaram uma forma de atuação revolucionária. A Ação Popular teve que atuar na clandestinidade depois do golpe militar (Souza, 1984, p. 197-212).

A novidade do qualificativo “social” a que nos referimos, no início desse trabalho, foi um empenho real para a defesa dos direitos sociais e humanos. Com o objetivo de associar evangelização, promoção humana e questão social foi criada, pelo Movimento de Natal, a Campanha da Fraternidade, posteriormente assumida por toda a Igreja do Brasil, no período da Quaresma. Era um estímulo para sua unidade, em nível de reflexão e formação humana e cristã. Paulatinamente, os temas foram adquirindo uma dimensão social e política. Isso marca uma tomada de posição em face dos reclamos da justiça e do direito.

Através desse estudo, foi possível perceber o movimento e o envolvimento do catolicismo brasileiro, em vários níveis e sob diversas formas, pela causa dos direitos sociais e humanos. Além de denúncias, os documentos, em níveis oficial e pessoal, demonstram que não se tratava de uma questão isolada, abstrata ou individual. Era necessário buscar suas raízes e discutir com mais profundidade seu significado e, assim, avançar na conquista desses direitos.

Nesse contexto, essa temática passa a ser olhada de outras perspectivas. A luta pela justiça social, na teoria e na prática, abriu novos horizontes para a Igreja Católica. Novos serviços e novas experiências foram surgindo. O catolicismo foi ensaiando novos modos de agir e novas linguagens, em sintonia com os desafios da realidade brasileira. Isso alterou seu perfil institucional, sua função e seu lugar na sociedade brasileira. No entanto, a Igreja estava entrecortada por tendências diversas e divergentes. As brumas da crise que atravessavam a sociedade atravessavam também o catolicismo. Tarefa árdua e prolongada. Nesse intrincado mosaico, houve uma organização do trabalho. Uma significativa articulação de bispos, padres e leigos fecundou esse cenário. Compreendeu que a luta pelos direitos sociais e humanos não é alguma coisa opcional. É trabalho (com)partilhado por todos os que se envolvem na construção de uma sociedade democrática, justa e participava. Sob os mais variados temas e orientações, outros projetos foram folheados. Au-

tores diferentes interagiram na construção do futuro. Outros credos compuseram a litania do incessante movimento humano dos direitos. Os olhares desse presente fizeram elo com as miradas do futuro, com novas utopias e possibilidades.

Ao recuperar a memória desses temas, no catolicismo brasileiro, novos/antigos questionamentos voltam a balizar a história. Como falar em direitos humanos e em direitos sociais na atual ordem econômica? O problema de ontem é cada vez mais o problema de hoje. A história não descansa. Em *Morte e vida severina*, a inscrição do herói está na ação, pois “é difícil defender só com palavras a vida, ainda mais quando ela é esta que se vê, severina”. E ele continua sua viagem, “tecendo lugares e moldando espaços”.

NOTAS

1. Uma análise sobre diversas correntes políticas e conflitos entre Igreja e Estado é feita por Roberto Romano (1979).
2. Para a compreensão do pensamento do padre Júlio Maria, é necessário situarmos os condicionamentos sociais, religiosos e políticos que influenciavam o movimento da Igreja. Sua concepção religiosa guardava elementos tradicionais e inovadores, a diferença estava na forma como ele compreendia a relação Igreja-mundo.
3. A reflexão desse grande pensador sobre cristianismo e mundo moderno está, particularmente, em Vaz, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia: problemas de fronteira*. São Paulo: Loyola, 1986, p. 141-156; *Raízes da modernidade*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 11-93.
4. A revista *Síntese Política, Econômica e Social* 7 (1960) editou vários artigos e conferências realizadas por esse grupo de bispos.
5. Sobre o Concílio Vaticano II, lembramos o estudo de José Oscar Beozzo (1994). Ele faz uma ampla abordagem desse evento e o relaciona com a trajetória do catolicismo brasileiro. Aborda fatos, acontecimentos, e descreve o trânsito de várias situações e o testemunho de várias personagens.
6. Esse documento traz um histórico sobre a repressão na Igreja do Brasil e a causa dos direitos humanos. Apresenta também uma estatística sobre os índices de perseguição, morte e atentados à população brasileira. Relaciona os textos oficiais da CNBB a favor dos direitos humanos.
7. A propósito, lembramos o estudo de frei Oscar Lustosa sobre a “Ação social da Igreja e dos católicos no Brasil”, que descreve os diversos projetos, movimentos e for-

mas de organização. Considera a influência de várias encíclicas sociais e o contexto histórico brasileiro. Foi publicado no Boletim do Cepehib.

8. Esse período coincide com a organização e o redimensionamento das Ligas Camponesas. As propostas de seu líder, Francisco Julião, tinham um caráter nitidamente socialista, que conjugava fatores sociais, políticos e econômicos. Um estudo sobre essa organização está no livro de Fernando Antônio Azevedo (1982).
9. Esse autor tem um clássico estudo sobre o MEB. Fornece muitos subsídios sobre a origem desse movimento, como também esclarece sua organização, seus princípios, seus avanços e suas possibilidades.
10. A reconstituição da história desse jornal e, mais particularmente, dos personagens cristãos que antecedem o golpe de 1964 está no estudo feito por Botas (1983).
11. Faustino Teixeira (1988) trata do tema das Comunidades Eclesiais de Base, analisando os passos históricos, sociais e eclesiais que possibilitaram essa modalidade de ser Igreja. Esses diversos componentes foram tratados no início deste nosso trabalho.
12. A propósito, lembramos o estudo de Luiz A. Gómez de Souza (1984) sobre o movimento estudantil, a política e o catolicismo. Esse autor faz uma rigorosa análise da JUC, demonstrando sua importância cultural e política no Brasil. Apresenta, ainda, a evolução do pensamento e da prática sociopolítica da Igreja Católica.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, João Batista da Mota; Fernandes, Luís Gonzaga. 1966. *Proclamação dos bispos de Vitória*. In Paz e Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 279.
- Antoniazzi, Alberto; Neves, Lucilia de Almeida; Passos, Mauro (orgs.). 2002. *As veredas de João na barca de Pedro*. Belo Horizonte: PUC de Minas Gerais.
- As Encíclicas Sociais de João XXIII. 1963. *Mater et magistra — comentários atualizados com a Pacem in Terris*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2v.
- Azevedo, Fernando Antônio. 1982. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Azzi, Riolando. 1977. “A Igreja do Brasil na defesa dos direitos humanos”. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, n. 37.
- . 1981. *Presença da Igreja Católica na sociedade brasileira (1921-1979)*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença.
- Beozzo, José Oscar. 1994. *A Igreja do Brasil: de João XXII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes.
- Boff, Clodovis. 1993. *Teologia e prática: teologia do político e suas mediações*. Petrópolis: Vozes.
- Boff, Leonardo. 1986. *E a Igreja se fez povo: eclesiogênese — a Igreja que nasce do povo*. Petrópolis: Vozes.

- Botas, Paulo C. Loureiro. 1983. *A bênção de abril* — Brasil Urgente: memória e engajamento católico (1963-64). Petrópolis: Vozes.
- Bruneau, Thomas C. 1976. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola.
- Cintra, Sebastião Leme da Silveira. s.d. *A carta pastoral de Sua Eminência, o Senhor Cardeal Dom Leme*. Petrópolis: Vozes.
- Comissão Central da CNBB à Nação Brasileira. 1963. In As Encíclicas Sociais de João XXIII. *Mater et Magistra* — comentários atualizados com a Pacem in Terris. Rio de Janeiro: José Olympio, 2v.
- Comissão Central da CNBB. 1966. “Conferência Nacional do Bispos do Brasil/Regional Nordeste II”. *Manifesto*, Paz e Terra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 248.
- . 1969. *Declaração da Comissão Central da BB*. Comunicado Mensal da CNBB. 196/198, 11:15.
- . 1970-1971. *Documento da décima primeira assembléia geral da CNBB*. SEDOC 3,85-86.
- . 1977. *Igreja e governo: documentos oficiais da CNBB*. São Paulo, Símbolo.
- Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados da Arquidiocese de São Paulo. 1978. *Repressão na Igreja do Brasil: reflexo de uma situação de opressão (1968-1978)*. São Paulo: Artes Gráficas.
- Concílio Vaticano II. 1968. *Constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes.
- Conferência do Episcopado Latino-Americano. 1998. *Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 1950. *Nova edição da pastoral coletiva de 1915*. Canoas: La Salle.
- Delgado, Lucilia de Almeida Neves. 2001. “Ásperos tempos — Catolicismo direitos humanos e direitos sociais: Brasil anos sessenta e setenta”. In Cabrera, Olga (org.). *Experiências e Memórias*. Goiânia: UFG/ECAB Vieira.
- Errázuriz, Manuel Larraín. 1966. *Desenvolvimento: êxito ou fracasso na América Latina*. Petrópolis: Vozes.
- Gutiérrez, Gustavo. 1981. *A força histórica dos pobres*. Petrópolis: Vozes.
- . 1985. *Teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes.
- Krischke, Paulo José. 1979. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Libanio, João Batista. 1988. “Medellín: história e símbolo”. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 233.
- . 1995. “A trinta anos do encerramento do Concílio Vaticano II: chaves teológicas de leitura”. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, n. 27.
- Lima, Luiz Gonzaga de Souza. 1979. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes.
- Lustosa, Oscar de Figueiredo. 1977. *A presença da Igreja Católica no Brasil: história e problemas (1500-1968)*. São Paulo: Giro.
- . 1985. *Boletim do Centro de Pesquisas e Estudos Históricos da Igreja no Brasil (Cepehib)*. São Paulo, ano VII, n. 26 (3).

- Mainwaring, Scott. 1989. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense.
- Page, Joseph A. 1972. *A revolução que nunca houve: o Nordeste*. Rio de Janeiro: Record.
- Paiva, Vanilda Pereira. 1983. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola.
- Richard, Pablo. 1982. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. São Paulo: Paulinas.
- . 1989. *A força espiritual da Igreja dos pobres*. Petrópolis: Vozes.
- Roguette, R. 1995. *La fin d'une chrétienté*. Cit. In Libanio, João Batista. “A trinta anos do encerramento do Concílio Vaticano II — chaves teológicas de leitura. *Perspectiva teológica*, n. 27.
- Romano, Roberto. 1979. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós.
- Serbin, P. Kenneth. 2001. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, Luiz Alberto Gómez de. 1984. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes.
- Teixeira, Faustino Luiz Couto. 1988. *A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas.
- Wanderley, Luiz Eduardo W. 1984. *Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes.

Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança*

Marcelo Ridenti

Professor Livre-docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (Departamento de Sociologia).

*Aqui retomo e sintetizo idéias expostas mais longa e sistematicamente em alguns de meus últimos escritos sobre cultura e política a partir dos anos 1960. É o caso do livro *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV* (2000a), e de alguns artigos (1998, 2000b, 2001).

TEMPOS REVOLUCIONÁRIOS

Talvez os anos 1960 tenham sido o momento da história republicana mais marcado pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade.¹ Então, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução — não a democracia ou a cidadania, como seria anos depois —, tanto que o próprio movimento de 1964 designou a si mesmo com revolução. As propostas de revolução política, e também econômica, cultural, pessoal, enfim, em todos os sentidos e com os significados mais variados, marcaram profundamente o debate político e estético. Rebeldia contra a ordem e revolução social por uma nova ordem mantinham diálogo tenso e criativo, interpenetrando-se em diferentes medidas na prática dos movimentos sociais, expressa também nas manifestações artísticas. Para pensar o espírito revolucionário da época, tenho usado a meu modo o conceito de romantismo revolucionário, formulado por Michael Löwy e Robert Sayre (1995).

Eram anos de guerra fria entre os aliados dos Estados Unidos e da União Soviética, mas surgiam esperanças de alternativas libertadoras no Terceiro Mundo, até no Brasil, que vivia um processo acelerado de urbanização e modernização da sociedade. Naquele contexto, certos partidos e movimentos de esquerda, seus intelectuais e artistas valorizavam a ação para mudar a história, para construir o homem novo, nos termos de Marx e Che Guevara. Mas o modelo para esse homem novo estava no passado, na idealização de um autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do “coração do Brasil”, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista, o que permitiria uma alternativa de modernização que não implicas-

se a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro. São exemplos no âmbito das artes: o indígena exaltado no romance Quarup, de Antonio Callado (1967); a comunidade negra celebrada no filme Ganga Zumba, de Carlos Diegues (1963), e na peça Arena conta Zumbi, de Boal e Guarnieri (1965); os camponeses no filme Deus e o Diabo na Terra do Sol, de Glauber Rocha (1963) etc. Em suma, buscava-se no passado uma cultura popular autêntica para construir uma nova nação, ao mesmo tempo moderna e dasalienada, no limite, socialista.

Formulavam-se versões de esquerda para as representações da mistura do branco, do negro e do índio na constituição da brasilidade, não mais no sentido de justificar a ordem social existente, mas de questioná-la. É a isso, em linhas gerais, que se pode chamar de romantismo revolucionário brasileiro do período, sem nenhuma conotação pejorativa. Recolocava-se o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro, buscava-se a um tempo suas raízes e a ruptura com o subdesenvolvimento, numa espécie de desvio à esquerda do que se convencionou chamar de era Vargas, caracterizada pela aposta no desenvolvimento nacional, com base na intervenção do Estado.

Dez/2001
Essa versão brasileira não se dissociava de traços do romantismo revolucionário da época em escala internacional: a liberação sexual, o desejo de renovação, a fusão entre vida pública e privada, a ânsia de viver o momento, a fruição da vida boêmia, a aposta na ação em detrimento da teoria, os padrões irregulares de trabalho e a relativa pobreza, típicas da juventude de esquerda na época, são características que marcaram os movimentos sociais nos anos 1960 em todo o mundo, fazendo lembrar a velha tradição romântica.

Ao longo do século XX, acompanhando o tortuoso processo de instauração e consolidação da racionalidade capitalista moderna no Brasil — que alguns autores chamariam de “revolução burguesa” —, desenvolveu-se o modernismo nas artes, que pode ser contraditoriamente caracterizado, ao mesmo tempo, como romântico e moderno, passadista e futurista. Assim, a afirmação romântica das tradições da nação e do povo brasileiro como base de sustentação da modernidade fez-se presente nos mais diferentes movimentos estéticos a partir da Semana de Arte Moderna de 1922: Verde-amarelismo

e Escola da Anta (1926 e 1929, que se aproximariam politicamente do integralismo de Plínio Salgado), seus adversários Pau-Brasil e Antropofagia (1926 e 1928, liderados por Oswald de Andrade), passando pela incorporação do folclore proposta por Mário de Andrade ou por Villa-Lobos; nos anos 1930 e 40, viria a crítica da realidade brasileira, associada à celebração do caráter nacional do homem simples do povo, por exemplo, na pintura de Portinari e nos romances regionalistas, até desaguar nas manifestações dos anos 1960. Nesse sentido, o cineasta Carlos Diegues observa numa entrevista: “a minha geração foi a última safra de uma série de redescobridores do Brasil. O Brasil começa a se conhecer, sobretudo com o romantismo (...) aquele desejo de uma identidade (...) Minha geração, do Cinema Novo, do tropicalismo, é a última representação desse esforço secular”.²

A modernidade capitalista — desenvolvida ao longo do século XX, com a crescente industrialização e urbanização, avanço do complexo industrial-financeiro, expansão das classes médias, extensão do trabalho assalariado e da racionalidade capitalista também ao campo etc. — viria a consolidar-se com o desenvolvimentismo nos anos 1950 e especialmente após o movimento de 1964, implementador da modernização conservadora, associada ao capital internacional, com pesados investimentos de um Estado autoritário, sem contrapartida de direitos de cidadania aos trabalhadores. Uma parte da intelectualidade brasileira, particularmente no meio artístico, viria a politizar-se criticamente nesse processo.

Nos contextos socioeconômico-políticos brasileiros a partir dos anos 1920 — notadamente na década de 1960, no olho do furacão do processo da revolução burguesa — colocar-se na contramão da modernidade, recuperando o passado, dificilmente seria dissociável das utopias de construção do futuro, que envolviam o horizonte do socialismo. Daí, dever-se relativizar análises como a de Rouanet, quando aponta que o povo “dos anos 1960 tinha muitas vezes uma semelhança inconfortável com o volk do romantismo alemão (...): a nação como individualidade única, representada pelo povo, como singularidade irreduzível” (1988, p. D-3). Sucede que os nacionalismos das esquerdas brasileiras nos anos 1960 não tinham semelhança propriamente inconfortável com o romantismo conservador alemão do século passado, pois não se tratava da mesma coisa, embora fossem românticos e

portanto semelhantes em alguns aspectos, basicamente o de colocar-se na contramão do capitalismo, resgatando as idéias de povo e nação. Em outro contexto, a valorização do povo não significava criar utopias anticapitalistas regressivas, mas progressistas; implicava o paradoxo de buscar no passado (as raízes populares nacionais) as bases para construir o futuro de uma revolução nacional modernizante que, no limite, poderia romper as fronteiras do capitalismo. Apercebendo-se disso, sabiamente de seu ponto de vista, as classes dominantes trataram de fazer sua contra-revolução preventiva em 1964, um movimento que soube incorporar desfiguradamente as utopias libertadoras nacionais. Mas, antes de entrar nesse tema, vale a pena nos determos um pouco mais no pré-1964.

Artistas da revolução brasileira

Em 1955, um grupo de jovens comunistas da União Paulista dos Estudantes Secundaristas — na maioria filhos de militantes do Partido Comunista (PCB), alguns dos quais eram artistas — recebeu uma tarefa partidária para politizar seus colegas: fundar um grupo de teatro, que ficaria conhecido como Teatro Paulista do Estudante (TPE). Começava a ser escrito um importante capítulo da história da cultura nacional, numa época de busca da brasilidade e estreita vinculação entre arte e política, que marcou um florescimento cultural que se estenderia até o final de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). No TPE atuavam Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha), Vera Gertel, Gianfrancesco Guarnieri, entre outros. Era o início de uma sucessão de empreitadas do teatro engajado: TPE, Teatro de Arena, Centros Populares de Cultura (CPC), Teatro Opinião etc.

O que no início parecia ser apenas uma tarefa política logo se tornou uma paixão pela arte do teatro, que levaria os integrantes do TPE, a partir de 1956, a associar-se a um teatro até então pouco destacado, o Arena, que funcionava desde 1953, tendo como responsável o diretor José Renato. Essa associação gerou uma renovação da dramaturgia nacional, especialmente a partir de fevereiro de 1958, com a estréia da peça de Gianfrancesco Guarnieri Eles não usam black-tie, pioneira em colocar no palco o cotidiano de trabalhadores, buscando um teatro participante e autenticamente brasileiro.

Surgiram então os famosos seminários de dramaturgia, promovidos em São Paulo pelo Teatro de Arena, a partir de 1958, incentivando a escritura e a encenação de peças de autores nacionais que expressassem os dilemas do povo. Não se queria mais apenas importar as peças do Primeiro Mundo, como era usual até então. Nesses seminários, destacou-se a liderança de Augusto Boal, que se juntara ao Arena depois de um período de estudos nos Estados Unidos, onde estivera no Actor's Studio, aprendendo para depois recriar aqui o “método de Stanislavski”, de laboratório de trabalho com atores (pouco depois viria a incorporação do teatro e do método crítico de Brecht). Buscava-se a definição de uma dramaturgia verdadeiramente brasileira, não só pela temática, mas também na direção, interpretação e produção de texto. Os seminários deram frutos fora do Arena, como no caso do outro grupo teatral paulista que fez época nos anos 1960 e 70, o Oficina, que esteve inicialmente muito ligado a Boal e ao Arena, no final dos anos 1950. Estavam na ordem do dia a nacionalização e a popularização do teatro.

Logo apareceriam divergências sobre como construir um efetivo “teatro popular”, por exemplo. Terminadas as apresentações em São Paulo, *Black-tie* seguiu para o Rio de Janeiro, onde ficou em cartaz um ano e meio. Após a temporada, Vianinha e Chico de Assis resolveram permanecer no Rio, com a utopia de criar uma relação orgânica entre as artes e os movimentos populares insurgentes no pré-1964. Em São Paulo, o projeto do Arena continuava, capitaneado por Boal, Guarnieri, Juca de Oliveira, Paulo José e Flávio Império, que promoveram a “nacionalização dos clássicos”, reinterpretando e reelaborando textos célebres da dramaturgia mundial de qualquer época, em afinidade com a realidade brasileira do momento.

O Teatro de Arena sempre foi um pólo de atração, na capital paulista, para jovens artistas engajados politicamente na capital paulista, além de intelectuais e estudantes. Ele atraía artistas de vários campos, do cinema às artes plásticas, vários dos quais participaram das encenações com músicas (como Edu Lobo), ou na cenografia (caso de Flávio Império). Depois do golpe de 1964, o Arena viria a se constituir num dos baluartes da resistência cultural. No período, além das peças que procuravam refletir sobre a conjuntura nacional, quase todos os seus integrantes militavam em organizações de esquerda ou eram simpatizantes.

Voltando ao início dos anos 1960, o grupo de dissidentes do Teatro de Arena, após temporada no Rio de Janeiro, procurou a União Nacional dos Estudantes (UNE) para atividades conjuntas. Dessa aproximação nasceu o projeto de fazer uma arte popular em diversas áreas, teatro, cinema, literatura, música e artes plásticas, o chamado CPC, a partir da iniciativa e da liderança de Vianinha, Leon Hirszman e Carlos Estevam — este um sociólogo originário do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

O sucesso do CPC generalizou-se pelo Brasil com a organização da UNE Volante, em que uma comitiva de dirigentes da entidade e integrantes do CPC percorreram os principais centros universitários do país, no primeiro semestre de 1962, levando adiante suas propostas de intervenção dos estudantes na política universitária e na política nacional, em busca das reformas de base, no processo da revolução brasileira, envolvendo a ruptura com o subdesenvolvimento e a afirmação da identidade nacional do povo. Foi grande o impacto da UNE Volante de 1962, numa época sem rede de televisão nacional, em que a malha viária ainda estava pouco desenvolvida e a comunicação entre os estados era difícil, num país com dimensão continental. A UNE Volante semeou 12 filhotes do CPC nos quatro cantos do país.

Está ligado ao CPC um exemplo expressivo do romantismo revolucionário do pré-1964: a edição — em parceria do CPC com a editora Civilização Brasileira, do empresário comunista Ênio Silveira — dos três livros da coleção Violão de rua, com o subtítulo revelador de Poemas para a liberdade (Felix, 1962 e 1963). Liberdade evocada no sentido da utopia romântica do povoação, regenerador e redentor da humanidade. Nos poemas que compõem os três volumes, transparece a emoção dos poetas pelo sofrimento do próximo, a denúncia das condições de vida subumanas nas grandes cidades e, sobretudo, no campo. Enfoca-se especialmente o drama dos retirantes nordestinos. A questão do latifúndio e da reforma agrária é recorrente, em geral associada à conclamação aos homens do povo brasileiro para realizar sua revolução, por exemplo, seguindo as Ligas Camponesas. A evocação das lutas de povos pobres da América Latina e do Terceiro Mundo aparece várias vezes.

Os poetas engajados das classes médias urbanas insurgentes elegiam os deserdados da terra, ainda no campo ou migrantes nas cidades, como princi-

pal personificação do caráter do povo brasileiro, a lutar por melhores condições de vida no campo ou nas favelas. Quase todos os poemas expressavam a recusa da ordem social instituída por latifundiários, imperialistas e — no limite, em alguns textos — pelo capitalismo. Pairava no ar a experiência de perda da humanidade, certa nostalgia melancólica de uma comunidade mítica já não existente e a busca do que estava perdido, por intermédio da revolução brasileira. Era o tempo das Ligas Camponesas, celebradas em vários poemas, como João Boa-Morte (cabra marcado para morrer), de Ferreira Gullar: “Que é entrando para as Ligas/ que ele derrota o patrão, / que o caminho da vitória/ está na Revolução” (vol. I, p. 22-35).

Se os poemas trazem uma idealização do homem do povo, especialmente do campo, pelas camadas médias urbanas, por outro lado, essa idealização não era completamente abstrata, ancorava-se numa base bem real: a insurgência dos movimentos de trabalhadores rurais no período. Os poetas buscavam solidarizar-se com eles, como expressa, por exemplo, Vinícius de Moraes, autor de “Os homens da terra”, que traz a seguinte dedicatória: “Em homenagem aos trabalhadores da terra do Brasil, que enfim despertam e cuja luta ora se inicia” (vol. I, p. 82-85).

Os operários também são tematizados no Violão de rua, porém com menor intensidade que os trabalhadores rurais. Mas predominam as referências ao “povo”: os pobres, os homens e seres humanos miseráveis, desumanizados. Em suma, nos poemas da coleção, há uma busca da humanidade perdida, a ser resgatada; a aspiração a um reencantamento do mundo. Trata-se de manifestação exemplar do romantismo no sentido pleno, tal como concebido por Löwy e Sayre: “aquele em que os diferentes temas são integrados, organicamente, em um conjunto cuja significação global tende para a recusa nostálgica da reificação-alienação moderna” (1995, p. 250).

Influenciado pelo clima político da época, com a ascensão de movimentos populares, também pelas idéias de revolução nacional e democrática do Iseb e do PCB, Violão de rua expressa a utopia do povo como regenerador e redentor da humanidade, mesclada a um marxismo humanista, explícito no prefácio de Moacyr Felix, que aponta “duas verdades que cada vez mais vão se clarificando no coração do povo brasileiro: uma, a identificação da luta contra os imperialismos, sobretudo o norte-americano, com a luta pela nos-

Amorito
para
derrota
com o
golpe

sa emancipação econômica; outra, mais funda, a da incompatibilidade essencial entre o regime capitalista e a liberdade ou construção do homem” (Felix, 1963, p. 10). Ou seja, no *Violão de rua*, a utopia marxista confunde-se com a utopia romântica da afirmação da identidade nacional do povo brasileiro, com raízes pré-capitalistas.

Por outro lado, no início dos anos 1960, a poesia concreta dos irmãos Campos fazia um contraponto literário ao nacional-popular. Valorizava sobretudo a forma literária e afastava-se de qualquer retorno a supostas origens pré-capitalistas. Mas o que importa ressaltar é que o apelo à ação política na época era forte a ponto de sensibilizar até mesmo os concretistas, cultores do formalismo, para que propusessem o “salto participante” em sua poesia, pelo qual procuravam sintonizar-se com os movimentos populares, porém com uma linguagem também revolucionária formalmente.

Os anos 1960 foram ainda a era do Cinema Novo, composto por Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Leon Hirszman, Joaquim Pedro de Andrade, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra, Zelito Viana, Walter Lima Jr., Gustavo Dahl, Luiz Carlos Barreto, David Neves, Eduardo Coutinho, Arnaldo Jabor, Paulo César Saraceni e outros cineastas que defendiam posições de esquerda. O cinema estava na linha de frente da reflexão sobre a realidade brasileira, na busca de uma identidade nacional autêntica do cinema e do homem brasileiro, em busca de sua revolução.

Segundo artigo de Maurice Capovilla, publicado no mesmo momento em que surgia o Cinema Novo, “foi graças aos artigos de Glauber Rocha nos jornais da Bahia e no *Jornal do Brasil* e aos artigos de Gustavo Dahl e Jean-Claude Bernardet no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, que o movimento se estruturou, de forma talvez superficial, mas ganhou repercussão” (1962, 182-183). Tendo como princípio a produção independente de baixo custo e como temática os problemas do homem simples do povo brasileiro, o Cinema Novo deslançou em longas-metragens: na Bahia, com a criação da Iglu Filmes e, no Rio de Janeiro, com a filmagem de *Cinco vezes favela*, patrocinado pelo CPC da UNE, tematizando o cotidiano em favelas cariocas, nos cinco episódios: “Couro de gato”, de Joaquim Pedro de Andrade; “O favelado”, de Marcos de Farias; “Zé da Cachorra”, de Miguel Borges;

“Pedreira de São Diogo” de Leon Hirszman; e “Escola de Samba Alegria de Viver”, de Carlos Diegues.

Logo depois de *Cinco vezes favela*, alguns cineastas afastaram-se do CPC, discordando da instrumentalização política da arte. Mas eles permaneciam na perspectiva de defesa de uma arte nacional-popular, que colaborasse para a desalienação das consciências, destacando, contudo, a autonomia estética da obra de arte. Por essa época, Glauber Rocha já estava no Rio, constituindo-se o grupo que ficaria conhecido como Cinema Novo, de que faziam parte também cineastas que continuaram ligados ao CPC, como Hirszman e Eduardo Coutinho. Em 1965, Glauber Rocha escreveria seu manifesto *Eztetyka da fome*, expressando a insurgência de um cinema terceiro-mundista.

Vários Inquéritos Policiais Militares (os IPMs) foram abertos, depois de 1964, contra os adversários do golpe, incluindo artistas considerados subversivos pelos novos donos do poder. Eles buscavam intimidar a esquerda cultural, que entretanto não se deixou abater, constituindo-se num dos poucos focos de resistência ao movimento de 1964.

A reação cultural e política ao golpe de 1964

Após o golpe de 1964, os artistas não tardaram a organizar protestos contra a ditadura em seus espetáculos. Ainda mais porque os setores populares foram duramente reprimidos e suas organizações praticamente inviabilizadas, restando condições melhores de organização política especialmente nas camadas médias intelectualizadas, por exemplo, entre estudantes, profissionais liberais e artistas. Esse período testemunharia uma superpolitização da cultura, indissociável do fechamento dos canais de representação política, de modo que muitos buscavam participar da política inserindo-se em manifestações artísticas. Nesse período, como testemunha Carlos Nelson Coutinho, “a esquerda era forte na cultura e em mais nada. É uma coisa muito estranha. Os sindicatos reprimidos, a imprensa operária completamente ausente. E onde a esquerda era forte? Na cultura”. Em seu célebre ensaio da época, Roberto Schwarz (1978) chegou a falar em “hegemonia cultural” de esquerda.

O primeiro marco cultural da esquerda depois de 1964 foi o show *Opinião*. Após o golpe, protagonistas destacados do CPC — como Vianinha,

Ferreira Gullar, João das Neves, Armando Costa, Paulo Pontes e Denoy de Oliveira — organizaram o show *Opinião*, que viria a dar o nome ao teatro onde era montado. Consolidava-se a aproximação do teatro com a música popular brasileira (é dessa época a criação do termo MPB), que vinha de antes de 1964, com a politização de compositores originários da Bossa Nova, como Carlos Lyra, Sérgio Ricardo e mais tarde Edu Lobo. No espetáculo *Opinião*, contracenavam um sambista representante das classes populares urbanas (Zé Kéti), um compositor popular do campo nordestino (João do Vale) e a menina de classe média (Nara Leão, depois substituída por Maria Bethânia). Representavam os três setores sociais que poderiam se insurgir contra a ditadura, conforme se acreditava.

O *Opinião* fez enorme sucesso e estimulou outras iniciativas artísticas na resistência à ditadura. Por exemplo, em 1965, 29 artistas plásticos organizaram no Rio de Janeiro a mostra *Opinião 65*. Participaram Antonio Dias, Rubens Gerchman, Vergara, Escostegui, Hélio Oiticica, Pasqualini, Landim, Waldemar Cordeiro etc. Em 1966, seria organizado o *Opinião 66*, de que participou Lygia Clark, entre outros artistas nacionais e estrangeiros. Viriam ainda a mostra *Nova Objetividade Brasileira* e outras inúmeras manifestações críticas da ordem no campo das artes plásticas, em que se destacava o crítico Mário Pedrosa, que depois seria obrigado a exilar-se. Alguns artistas plásticos chegaram mesmo a vincular-se organicamente a partidos e movimentos de esquerda, como Sérgio Ferro, Carlos Zílio, Renato da Silveira, Sérgio Sister e vários outros que foram presos, alguns dos quais fundaram um ateliê no Presídio Tiradentes, em São Paulo.

Voltando ao Teatro *Opinião*, ele encenou também peças como *Liberdade, liberdade*, de Millôr Fernandes, *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, de Vianinha e Gullar e outros sucessos. Tornou-se ainda, até 1968, um espaço de reunião de opositores da ditadura.

Outro grupo destacado nos anos 1960 foi o do Teatro Oficina. Ele se originou do teatro de estudantes da Faculdade de Direito da USP, em 1958, passou pela fase de ligação com o Teatro de Arena, pela explosão criativa de 1967 e 68, seguida do estreitamento de horizontes a partir de 1969, até chegar o início dos anos 1970, quando vários membros deixaram o grupo e o diretor José Celso exilou-se. Segundo Armando Sérgio da Sil-

va, a encenação de peça de Gorki, "*Pequenos burgueses*, bem como o golpe de Estado no País, foram um marco decisivo na história do Teatro Oficina. A partir de então a balança que oscilava entre o existencial e o social começou a pender para esse último" (1981, p. 132). Mas seria com a encenação da peça de Oswald de Andrade *O rei da vela* que esse grupo ganharia impacto artístico e político nacional, propondo uma "revolução ideológica e formal" que, em 1967, encontraria paralelo no filme de Glauber Rocha, *Terra em transe*, e no tropicalismo musical de Caetano Veloso e plástico de Hélio Oiticica. O impacto dessa montagem seria seguido pelo sucesso da peça de Chico Buarque *Roda-viva*, recriada pelo diretor José Celso Martinez Corrêa, numa encenação da qual o restante da equipe do Oficina não participou.

Vale reiterar que o grupo do Oficina nasceu do florescimento cultural esquerdista dos anos 1960. Depois de 1964, passou a ser premente para o grupo — mas de uma ótica diferente do chamado nacional-popular — "estudar a 'cultura brasileira', de se encontrar o homem brasileiro e seu meio geográfico social e político. (...) Também de encontrar uma nova forma, uma maneira nativa para se comunicar a realidade do País". Isso seria buscado no Oswald de Andrade de *O rei da vela*, que, "por meio de uma linguagem agressiva e irreverente, expõe, como autogozo do subdesenvolvimento, a dependência econômica em que vivem as sociedades latino-americanas. É por meio do deboche que se concretiza a sátira violenta ao conchavo político ou à cínica aliança das classes sociais" (Silva, 1981, p. 142-143).

Então, a problemática romântica permanece, de um outro modo: encontrar o homem brasileiro pela regressão antropofágica ao índio devorador dos representantes da cultura ocidental. De um modo diferente da tradição nacional-popular — que segundo José Celso só fazia consolar a platéia acomodada, por intermédio de uma catarse coletiva apaziguadora, enquanto seu teatro pretendia fazer o público de classe média reconhecer seus privilégios e mobilizar-se —, continuava no centro a questão da identidade nacional, do subdesenvolvimento e do caráter do povo brasileiro. Com isso, o Oficina seria parte constitutiva de um movimento conhecido como tropicalismo.

Tropicália

O tropicalismo, movimento de 1967-68, teve destaque especialmente na música popular, com Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Capinam, Gal Costa, Torquato Neto, a que se agregaram os maestros e arranjadores Rogério Duprat, Júlio Medaglia e Damiano Cozzella, além do grupo de rock Os Mutantes, entre outros. Mas o tropicalismo também envolveu artistas de diversos campos, como Hélio Oiticica, Rogério Duarte, José Celso Martinez Corrêa e Glauber Rocha. Segundo Carlos Nelson Coutinho, o tropicalismo foi desencadeado pelas idéias de Glauber:

Se ele se considerava tal, ou se ele se reunia com o grupo que depois aplicou o tropicalismo à música, eu não sei. Mas, sem dúvida, Glauber fazia parte dessa idéia de um país caótico, contraditório, onde a razão meramente formal não daria conta dessas contradições. Nesse sentido, *Terra em transe* é de certo modo precursor do que viria depois, (...) um filme com tendências irracionalistas, (...) uma certa valorização do irracional como uma coisa própria dos países do Terceiro Mundo.

Parece que existe afinidade entre as obras de Glauber e o tropicalismo, no sentido apontado por Coutinho. Vale dizer, Glauber prezava no tropicalismo o que ele tinha de inventivo, anticonvencional e irracional em sua brasilidade e autoafirmação cultural do Terceiro Mundo — mas combatia o que achava ser a americanização também presente no movimento. Há uma frase sugestiva de Glauber nesse sentido, em carta a Cacá Diegues: “Caetano se reaproxima através de John Lennon mas não tenho o menor interesse em John Lennon, apesar de ter o maior interesse por Caetano” (1997, p. 114).

Ou seja, Glauber se afastava de uma das influências básicas do tropicalismo: a contracultura, impulsionada nos Estados Unidos pelas manifestações contra a guerra do Vietnã, pregando “paz e amor”, convocando o jovem para que “faça amor, não faça guerra”. No campo musical, esse movimento foi especialmente significativo nas canções de Janis Joplin, Jimmy Hendrix, The Mamas and the Papas, Simon & Garfunkel, dentre outros, cujos precursores foram Bob Dylan e Joan Baez, que cantavam denúncias ao racismo e à

guerra do Vietnã, em 1968. Bandas inglesas famosas internacionalmente, como os Beatles e os Rolling Stones, também estavam afinadas com a contracultura, embora muito bem inseridas no mercado e na indústria cultural. Paralelamente, desenvolvia-se a *pop art*, com Andy Warhol, Roy Lichtenstein e Jasper Johns.

Além da nova música e do parentesco com manifestações em todas as artes, a contracultura caracterizava-se por pregar a liberdade sexual e o uso de drogas — como a maconha e o LSD, cujo uso era considerado uma forma de protesto contra o sistema. O amor livre e as drogas seriam liberadores de potencialidades humanas escondidas sob a couraça imposta aos indivíduos pelo moralismo da chamada “sociedade de consumo”. Aliás, contra os valores dessa sociedade, começaram a se formar comunidades alternativas, com economias de subsistência no campo e um modo de vida inovador, como as do movimento *hippie*.

Já num quadro de declínio da importância do chamado “nacional-popular” no Brasil, a contracultura encontraria afinidade em artistas tropicalistas, como Hélio Oiticica, autor do termo Tropicália, originalmente um projeto ambiental, que inspiraria o movimento. Oiticica escreveu um texto sobre seu projeto Tropicália, de 1968, do qual fazem parte as seguintes asserções: “Tropicália é a primeiríssima tentativa consciente, objetiva, de impor uma imagem obviamente ‘brasileira’ ao contexto atual da vanguarda e das manifestações em geral da arte nacional”; e ainda: “Para a criação de uma verdadeira cultura brasileira, característica e forte, expressiva ao menos, essa herança maldita européia e americana terá que ser absorvida, antropofagicamente, pela negra e índia de nossa terra.”

No meio dos artistas plásticos, a temática nacional foi especialmente relevante em Oiticica. Contudo, diferentemente do nacional-popular, conforme depoimento de Carlos Zílio, não haveria intenção de ser porta-voz do marxismo e da revolução. Era uma posição anti-Belas Artes, que reivindicava uma “arte ligada à reprodutibilidade, ao industrial, à sociedade de massa”. Também se ligaram ao tropicalismo outros artistas plásticos, como Lygia Clark e Rubens Gerchman, autor da capa do LP *Tropicália*.

Retomando as palavras do militante tropicalista Torquato Neto, na época:

147
Ele não fala de Brasil que é entendido como a
dominante (maquis/americanas), estas drogas
coloca a negra no lado da índia como "nova" e o negro?

Um grupo de intelectuais — cineastas, jornalistas, compositores, poetas e artistas plásticos — resolveu lançar o tropicalismo. O que é? Assumir completamente tudo que a vida dos trópicos pode dar, sem preconceitos de ordem estética, sem cogitar de cafonice ou mau gosto, apenas vivendo a tropicalidade e o novo universo que ela encerra, ainda desconhecido. Eis o que é (citado em Aguiar, 1994).

Caetano Veloso, em suas memórias, intituladas *Verdade tropical*, ressalta na Tropicália sua prática da convivência na diversidade. Para ele, a palavra-chave para entender o tropicalismo seria sincretismo (1997, p. 281 e 292).

Segundo o crítico Roberto Schwarz, num texto da época:

o efeito básico do tropicalismo está justamente na submissão de anacronismos desse tipo, grotescos à primeira vista, inevitáveis à segunda, à luz branca do ultramoderno, transformando-se o resultado em alegoria do Brasil. A reserva de imagens e emoções próprias ao país patriarcal, rural e urbano, é exposta à forma ou técnica mais avançada ou na moda mundial (...). É nesta diferença interna que está o brilho peculiar, a marca de registro da imagem tropicalista. (...) Sobre o fundo ambíguo da modernização, é incerta a linha entre sensibilidade e oportunismo, entre crítica e integração (1978, p. 74-5).

Já Celso Favaretto, analista simpático ao movimento, esclarece que o tropicalismo surgiu após o festival da canção de 1967, da TV Record de São Paulo, com Gilberto Gil cantando seu *Domingo no parque* e Caetano, *Alegria, alegria*. Nasceu como

(...) moda; dando forma a certa sensibilidade moderna, debochada, crítica e aparentemente não empenhada. De um lado, associava-se a moda ao psicodelismo, mistura de comportamentos hippie e música pop, indiciada pela síntese de som e cor; de outro, a uma revivescência de arcaísmos brasileiros, que se chamou de “cafonismo”. (...) Quando justapõe elementos diversos da cultura, obtém uma suma cultural de caráter antropofágico, em que contradições históricas, ideológicas e artísticas são levantadas para sofrer uma operação desmistificadora. Esta operação, segundo a teorização oswaldiana, efetua-se através da mistura dos elementos contraditórios —

enquadráveis basicamente nas oposições arcaico-moderno, local-universal — e que, ao inventariá-las, as devora. Este procedimento do tropicalismo privilegia o efeito crítico que deriva da justaposição desses elementos (1996, p. 21 e 23).

Os textos citados indicam que é praticamente consenso — para os integrantes do movimento e para seus estudiosos, tanto na época como hoje — que o tropicalismo articula elementos modernos e arcaicos, embora variem as interpretações sobre o significado estético e político dessa articulação. Parece que há no movimento algo que se pode chamar de conjugação tropicalista, a qual retoma criativamente a tradição cultural brasileira — o que Caetano Veloso chamou em 1966, num debate na *Revista Civilização Brasileira*, de “linha evolutiva da MPB” — e a incorporação antropofágica a ela de influências do exterior, simbolizada nos anos 1960 pela tão comentada introdução da guitarra na MPB.

Notadamente os tropicalistas baianos nutriram-se da instalação de uma vanguarda artística europeia em Salvador, no final dos anos 1950 e início dos 60, por intermédio de uma equipe convidada pelo reitor universitário Edgard Santos. Fascinavam-se com o som (inter)nacional da Bossa Nova. Mais tarde, entraram em contato com os poetas concretistas, sintonizados com as vanguardas culturais mundiais. Deixaram-se influenciar ainda pelo cinema experimental de Godard, pelos Beatles e outros grupos de rock, em seguida pela onda da contracultura. Também lhes causavam impacto os acontecimentos internacionais, como a revolução cubana.

Em São Paulo, os baianos descobriram Oswald de Andrade, cuja peça *O rei da vela* era encenada pelo Teatro Oficina. As idéias antropofágicas daquele modernista caíam como uma luva nos pontos de vista dos tropicalistas, porque permitiam conjugar a amplitude cultural da época em escala internacional com outra tradição igualmente importante de sua formação: a cultura brasileira que gerou o Cinema Novo, os Centros Populares de Cultura da UNE, a utopia da ligação entre os intelectuais e o povo brasileiro, empenhados na constituição de uma identidade nacional. Vale lembrar que Caetano, Gil e outros de seu grupo baiano deram alguns dos primeiros passos da carreira no Sudeste, convidados por Augusto Boal (show de 1965, *Arena canta*

Bahia), e pelo Teatro Opinião, autênticos representantes de um movimento nacional-popular que, em parte, viria a insurgir-se contra o tropicalismo, em resposta às críticas que este lhe formulou no final dos anos 1960.

O livro de memórias de Caetano Veloso está repleto de críticas aos nacionalistas da MPB (1997, p. 169), ao nacionalismo estreito das canções de protesto, a reproduzir *slogans* ideológicos (p. 131), aos “nacionalistas passadistas (...) liderados teoricamente pelo sociólogo José Ramos Tinhorão” (p. 209). Endossa a crítica dos concretistas “à folclorização mantenedora do subdesenvolvimento, e uma tomada de responsabilidade pelo que se passa no nível da linguagem por parte daqueles que trabalham diretamente com ela” (p. 216). Os pruridos nacionalistas seriam tristes anacronismos (p. 292). A Tropicália teria destronado o nacionalismo populista (p. 447), presente por exemplo no espetáculo que lançou Maria Bethânia no cenário federal, o musical *Opinião*, “um show de bolso de esquerda populista nacionalista” (p. 315). Pretendia-se “acabar de vez com a imagem do Brasil nacional-popular” (p. 50).

Essas críticas parecem dirigir-se especialmente ao nacionalismo das correntes que ficariam conhecidas como nacional-popular, ligadas ideologicamente ao Partido Comunista, e a outras forças de esquerda. Para Caetano, “o nacionalismo dos intelectuais de esquerda, sendo uma mera reação ao imperialismo norte-americano, pouco ou nada tinha a ver com gostar das coisas do Brasil ou — o que mais me interessava — com propor, a partir do nosso jeito próprio, soluções para os problemas do homem e do mundo” (p. 87).

Essas palavras atestam que as críticas tropicalistas ao nacional-popular não implicavam uma ruptura com o nacionalismo, antes constituíam uma variante dele: a preocupação básica continuava sendo com a constituição de uma nação desenvolvida e de um povo brasileiro, afinados com as mudanças no cenário internacional, a propor soluções à moda brasileira para os problemas do mundo. Caetano sempre viu a necessidade de “abrir um respiradouro nesse universo fechado que é o Brasil”, país que precisaria “abrir diálogos mundiais francos, livrar-se de tudo que tem mantido fechado em si mesmo como um escravo desconfiado” (p. 434). Os tropicalistas

(...) queriam poder mover-se além da vinculação automática com as esquerdas, dando conta ao mesmo tempo da revolta visceral contra a abissal desigualdade que fende um povo ainda assim reconhecivelmente uno e encantador, e da fatal e alegre participação na realidade cultural urbana universalizante e internacional, tudo isso valendo por um desvelamento do mistério da ilha Brasil (p. 16).

Esse trecho da introdução de *Verdade tropical* dá bem a medida da preocupação central do tropicalismo de Caetano Veloso, preocupação que sempre o acompanharia, como atesta o livro: o “Brasil”. Isso só se pode compreender levando em conta o contexto social, político e cultural em que a geração de Caetano se formou, nos anos 1950 e 1960. O livro começa e termina discutindo essa nação falhada (p. 13), na sua “eterna indefinição entre ser o aliado natural dos Estados Unidos em sua estratégia internacional e ser o esboço de uma nova civilização” (p. 497-498). É nessa última hipótese que Caetano sempre apostou, desde a fase tropicalista, que tentava “extrair energia original dessa tensão” (p. 498).

A idéia de forças regeneradoras é uma constante no livro. É por meio dela que Caetano indica uma “identificação poética” dos tropicalistas com a esquerda armada, dadas as “imagens violentas” nas letras de suas canções, as atitudes agressivas, o horror à ditadura a transformar-se em violência regeneradora. Por exemplo, a luta armada já estaria prefigurada na letra de *Divino, maravilhoso* (p. 330) e a admiração por Guevara era inequívoca em *Soy loco por ti, América* (p. 343). No livro, Caetano fala da simpatia “íntima e mesmo secreta por Marighella e os iniciadores da luta armada”, que “não era do conhecimento nem dos radicais nem dos conservadores” (p. 343). Refere-se à “violência sagrada dos que partiram para a luta armada e da violência maldita dos que detinham o terrorismo oficial” (p. 456). Sobre o período do exílio londrino, Caetano afirma:

Acompanhávamos de longe o que se passava no Brasil. Sem que eu estivesse certo do que poderia resultar de uma revolução armada, o heroísmo dos guerrilheiros como única resposta radical à perpetuação da ditadura merecia meu respeito assombrado. No fundo, nós sentíamos com eles uma identificação à

distância, de caráter romântico, que nunca tínhamos sentido com a esquerda tradicional e o Partido Comunista. Nós os víamos — e um pouco nos sentíamos — à esquerda da esquerda (p. 427).

O tropicalismo marcou o epílogo do “ensaio geral de socialização da cultura” (para usar o termo de Walnice Nogueira Galvão — 1994), ferido de morte em 13 de dezembro de 1968, quando o regime civil-militar baixou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), conhecido como “o golpe dentro do golpe”. Com ele, os setores militares mais direitistas — que haviam patrocinado uma série de atentados com autoria oculta, sobretudo em 1968 — lograram oficializar o terrorismo de Estado, que passaria a deixar de lado quaisquer pruridos liberais, até meados dos anos 1970. Agravava-se o caráter ditatorial do governo, que colocou em recesso o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais, passando a ter plenos poderes para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, suspender o *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, dentre outras medidas autoritárias. Paralelamente, nos porões do regime, generalizava-se o uso da tortura, do assassinato e de outros desmandos. Tudo em nome da “segurança nacional”, indispensável para o “desenvolvimento” da economia, do posteriormente denominado “milagre brasileiro”.

Com o AI-5, foram presos, cassados, torturados ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros opositores, incluindo artistas. O regime instituiu rígida censura a todos os meios de comunicação, colocando um fim à agitação política e cultural do período. Por algum tempo, não seria tolerada nenhuma contestação ao governo, nem sequer a do único partido legal de oposição, o moderado Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Era a época do *slogan* oficial “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Coordenadas históricas do florescimento cultural e político

A agitação cultural e política internacional dos anos 1960 ligava-se a uma série de condições materiais comuns a diversas sociedades, além das especi-

ficidades locais — no caso brasileiro, em especial, as lutas pelas reformas de base no pré-1964 e contra a ditadura após essa data, que levaram alguns ao extremo da luta armada. Essas condições comuns estavam presentes especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, mas eram compartilhadas também por países em desenvolvimento, como o Brasil: crescente urbanização, consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, aumento quantitativo das classes médias, acesso crescente ao ensino superior, peso significativo dos jovens na composição etária da população, incapacidade do poder constituído para representar sociedades que se renovavam, avanço tecnológico (por vezes ao alcance das pessoas comuns, que passaram a ter cada vez mais acesso, por exemplo, a eletrodomésticos como aparelhos de televisão, além de outros bens, caso da pílula anticoncepcional — o que possibilitaria mudanças consideráveis de comportamento) etc. Essas condições materiais não explicam por si sós as ondas românticas de rebeldia e revolução, apenas deram possibilidade para que frutificassem ações políticas e culturais inovadoras e diversificadas, aproximando a política da cultura e da vida cotidiana, buscando colocar a imaginação no poder.

Foram características dos movimentos libertários dos anos 1960, particularmente de 1968, no mundo todo: inserção numa conjuntura internacional de prosperidade econômica; crise no sistema escolar; ascensão da ética da revolta e da revolução; busca do alargamento dos sistemas de participação política, cada vez mais desacreditados; simpatia pelas propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético; recusa de guerras coloniais ou imperialistas; negação da sociedade de consumo; aproximação entre arte e política; uso de recursos de desobediência civil; ânsia de libertação pessoal das estruturas do sistema (capitalista ou comunista); mudanças comportamentais; vinculação estreita entre lutas sociais amplas e interesses imediatos das pessoas; aparecimento de aspectos precursores do pacifismo, da ecologia, da antipsiquiatria, do feminismo, de movimentos de homossexuais, de minorias étnicas e outros que viriam a desenvolver-se nos anos seguintes.

No caso do Brasil, o ensaio geral de socialização da cultura nos anos 1960 construiu-se sobre coordenadas históricas específicas, que podem ser observadas nas sociedades que adentram definitivamente na modernidade urbana capitalista, conforme sugestão de Perry Anderson: a “intersecção de uma

ordem dominante semi-aristocrática, uma economia capitalista semi-industrializada e um movimento operário semi-insurgente”. Ou seja, o modernismo caracteriza-se historicamente: 1) pela resistência ao academicismo nas artes, indissociável de aspectos pré-capitalistas na cultura e na política, em que as classes aristocráticas e latifundiárias dariam o tom; 2) pela emergência de novas invenções industriais de impacto na vida cotidiana, geradora de esperanças libertárias no avanço tecnológico; 3) e pela proximidade imaginativa da revolução social, fosse ela mais “genuína e radicalmente capitalista” ou socialista (Anderson, 1986, p. 18-19).

Já argumentei em outra oportunidade que as coordenadas históricas do modernismo sugeridas por Anderson estavam presentes na sociedade brasileira, do final dos anos 1950 até por volta de 1968: havia luta contra o poder remanescente das oligarquias rurais e suas manifestações políticas e culturais; um otimismo modernizador com o salto na industrialização a partir do governo Kubitschek; também um impulso revolucionário, alimentado por movimentos sociais e portador de ambigüidades nas propostas de revolução brasileira, democrático-burguesa (de libertação nacional), ou socialista, com diversas gradações intermediárias (Ridenti, 1993, p. 76-81).

Os anos pragmáticos

Com a derrota das esquerdas brasileiras pela ditadura e os rumos dos eventos políticos internacionais nos anos 1970, perdeu-se a proximidade imaginativa da revolução social, paralelamente à modernização conservadora da sociedade brasileira e à constatação de que o acesso às novas tecnologias não correspondeu às esperanças libertárias no progresso técnico em si. Então, ficou explícito que o florescimento cultural não bebia na fonte da eterna juventude; e o ensaio geral de socialização da cultura frustrou-se antes da realização da esperada revolução brasileira, que se realizou pelas avessas, sob a bota dos militares, que depois promoveriam a transição lenta, gradual e segura para a democracia, garantindo a continuidade do poder político e econômico das classes dominantes.

Paradoxal é que a nova ordem da ditadura — uma vez devidamente punidos com prisões, mortes, torturas e exílio os que ousaram se insurgir abertamente

contra ela — soube dar lugar aos intelectuais e artistas de oposição. A partir dos anos 1970, concomitante à censura e à repressão política, ficou evidente o esforço modernizador que a ditadura já vinha esboçando desde a década de 1960, nas áreas de comunicação e cultura, incentivando o desenvolvimento capitalista privado ou até atuando diretamente por intermédio do Estado.

As grandes redes de TV, em especial a Globo, surgiam com programação em âmbito nacional, estimuladas pela criação da Embratel, do Ministério das Comunicações e de outros investimentos governamentais em telecomunicações, que buscavam a integração e a segurança do território brasileiro. Ganhavam vulto diversas instituições estatais de incremento à cultura, como a Embrafilme, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, a Funarte e o Conselho Federal de Cultura. À sombra de apoios do Estado, floresceu também a iniciativa privada: criou-se uma indústria cultural, não só televisiva, mas também fonográfica, editorial (de livros, revistas, jornais, fascículos e outros produtos comercializáveis até em bancas de jornal), de agências de publicidade etc. Tornou-se comum, por exemplo, o emprego de artistas (cineastas, poetas, músicos, atores, artistas gráficos e plásticos) e intelectuais (sociólogos, psicólogos e outros cientistas sociais) nas agências de publicidade, que cresceram em ritmo alucinante a partir dos anos 1970, quando o governo também passou a ser um dos principais anunciantes na florescente indústria dos meios de comunicação de massa.

Um exemplo do rearranjo pragmático dos artistas de esquerda com a ordem estabelecida a partir dos anos 1970 é o caso dos herdeiros do Cinema Novo. Depois do impacto da derrota de 1964, permaneceu na maioria desses cineastas a busca romântica da identidade nacional do homem brasileiro. Mas foram mudando as características desse romantismo, que ia deixando de ser revolucionário para encontrar seu lugar dentro da nova ordem estabelecida. Se, na primeira década do movimento de 1964, os herdeiros do Cinema Novo estranharam-se com a ditadura, a situação mudou com a abertura política promovida pelo presidente Geisel e a reorganização da estatal Embrafilme, com a qual passaram a colaborar, em sua maioria, na gestão à frente da empresa do cineasta Roberto Farias, entre 1974 e 1979. Mas isso não impedia que a censura do governo por vezes proibisse a veiculação de filmes que ele mesmo financiara por intermédio da Embrafilme.

Celso Frederico, seguindo trilhas abertas por Jameson, dá pistas significativas para compreender a inserção de setores artísticos e intelectuais de esquerda nesse processo. Para ele, com a terceira revolução tecnológica capitalista, a partir dos anos 1960, “a esfera cultural e artística, totalmente envolvida pela mercantilização, deixou paulatinamente de ser um campo à parte dentro da vida social”. Com a ocupação quase completa do espaço cultural pela lógica mercantil, tendia a diluir-se a presença da esquerda nessa área, na qual permanecera até então como “reduto, pólo de resistência contra os efeitos desumanizadores da lógica do capital” (Frederico, 1998, p. 298-299).

A atuação cultural do regime civil-militar também implicou a modernização conservadora da educação, com a massificação (e a degradação) do ensino público de primeiro e segundo graus, o incentivo ao ensino privado e a criação de um sistema nacional de apoio à pós-graduação e à pesquisa para as universidades, nas quais a ditadura encontrava alguns dos principais focos de resistência, que reprimiu duramente, mas sem deixar de oferecer uma alternativa de acomodação institucional. Buscava-se atender, dentro dos parâmetros da ordem estabelecida, às reivindicações de modernização que haviam levado os estudantes às ruas nos anos 1960.

Na esfera dos costumes, as forças da ordem também souberam adaptar para seus propósitos o que originariamente eram transgressões — e isso não ocorreu só na sociedade brasileira. Por exemplo, num artigo provocativo, “A consolação da revolução sexual”, Jean-Claude Guillebaud observa que a liberação sexual teve um sentido de esquerda nos anos 1960, ao “sacudir a velha moral, o velho mundo pudico, autoritário, patriarcal, arcaico”, em que sua geração foi criada (1999, p. 176). Contudo, essa liberação nos dias de hoje teria perdido seu caráter subversivo, ao contrário das auto-ilusões dos militantes de 1968, que, derrotados na política, teriam como consolo a suposta vitória da revolução sexual. Esta, de fato, teria sido digerida e reaproveitada pelo capitalismo, que soube transformá-la em mercadoria, num tempo marcado pelo que alguns especialistas chamam de desemprego estrutural, em que não se precisa mais canalizar para o trabalho todas as energias da população, a quem o mercado busca oferecer opções (inclusive sexuais) de diversão, para acomodá-la à ordem e lucrar. Hoje, segundo Guillebaud

— invertendo as condições de 1968 —, “a virtude, a moral, a família são estruturas parasitas que se opõem à tirania do mercado” (1999, p. 179).

O fato é que a sociedade brasileira foi ganhando nova feição e a intelectualidade que combatia a ditadura aos poucos se adaptava à nova ordem, que criava até mesmo um nicho de mercado para produtos culturais críticos, censurando seletivamente alguns deles. Universidades, jornais, rádios, televisões, agências de publicidade, empresas públicas e privadas tendiam a fornecer ótimas oportunidades a profissionais qualificados, dentre os quais se destacavam os que se consideravam de esquerda, expoentes da cultura viva do momento imediatamente anterior.

A situação não se alterou muito após a redemocratização da sociedade brasileira, a partir de 1985, que daria sinal verde para uma parcela significativa dos intelectuais de oposição comprometer-se com a Nova República. Eram as “aves de arribação”, a deixar o campo de uma oposição mais consistente à ordem estabelecida, na expressão de um artigo da época de Francisco de Oliveira (1985).

Nada será como antes. Nada?

Ao menos desde o final da década de 1970 (em 1979 entrou em vigor a lei da anistia aos condenados políticos pela ditadura; em 1980 ressurgiria o pluripartidarismo, dentre outras medidas que mudavam a cena política brasileira), ia ficando cada vez mais evidente a necessidade de renovar os parâmetros da esquerda, em busca da revalorização da democracia, da individualidade, das liberdades civis, dos movimentos populares espontâneos, da cidadania, da resistência cotidiana à opressão, das lutas das minorias, entre outras.

Houve uma infinidade de manifestações nos diferentes campos da sociedade a expressar essa virada no pensamento e na prática de esquerda. Na esfera política, foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT), ancorado num tripé: as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, inspiradas na teologia da Libertação; o chamado novo sindicalismo, liderado pelos metalúrgicos do ABC paulista; além de intelectuais e remanescentes de organizações políticas marxistas-leninistas derrotadas pelo regime civil-militar. O PT procurava dar vez e voz aos deserdados, que haviam começado a organizar-se

A 1ª. sessão do AM 60
foi transformada em PARNOCARCANADA
em AM 70
Mantido
Vila
Pedreira
Bom Sucesso
1968

em movimentos sociais a partir de meados dos anos 1970. Paralelamente, surgia uma literatura para teorizar a importância e a autonomia desses movimentos em relação ao Estado e outras instituições, inclusive os partidos. Por exemplo, num artigo muito difundido, Tilman Evers (1984) celebrava a independência dos movimentos e seu caráter libertário; apostava no PT como partido servo dos movimentos, jamais seu guia, como os tradicionais partidos de esquerda. Alguns anos depois, Eder Sader faria um balanço da experiência desses movimentos em *Quando novos personagens entram em cena* (1988). Por sua vez, vários intelectuais procuravam compreender os dilemas da esquerda, como os que participaram do debate, depois transformado em livro, *As esquerdas e a democracia* — dentre eles, Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, Maria Victória Benevides, Marco Aurélio Garcia e Daniel Aarão Reis (Garcia, 1986).³

Os acontecimentos dos anos 1980 — da reformulação partidária brasileira de 1980, passando pelo fim da ditadura civil-militar no início de 1985, até a queda do Muro de Berlim em 1989, episódio emblemático da derrocada dos regimes pró-soviéticos, que no Brasil culminaria com a auto-extinção do Partido Comunista Brasileiro, já na década de 1990 — consolidaram o esgotamento do modelo bolchevique de partido revolucionário no Brasil, embora uma ou outra organização continuasse posteriormente a estruturar-se nesses moldes. Dentre outras razões, porque os militantes já não encontravam motivos para o auto-sacrifício em nome do Partido e da revolução. Se o sacrifício da individualidade pareceria-lhes fazer sentido em conjunturas passadas, isso já não ocorreria no presente. Para a maioria, não teria mais cabimento integrar partidos que impusessem aos militantes o que Daniel Aarão Reis Filho chamou de “estratégia da tensão máxima”. Essa estratégia envolveria uma série de mecanismos: o complexo da dívida do militante com a organização comunista, o leque das virtudes do revolucionário modelo, o massacre das tarefas com que o Partido sobrecarregaria seus integrantes, a celebração da autoridade dos dirigentes, a ambivalência das orientações partidárias, bem como a síndrome da traição — pela qual seriam renegados aqueles que deixassem o Partido (Reis Filho, 1991).

Ganhavam projeção, nos anos 1980, correntes de esquerda — quer se autodesignassem marxistas, quer não — que buscavam contato com a reali-

dade imediata das vidas cotidianas, com as lutas dos movimentos sociais por direitos de cidadania, contra a visão doutrinária fechada de certas vertentes do marxismo.

Mas há o outro lado da moeda. Às vezes a (auto)crítica do engajamento dos anos 1960 não foi senão a máscara para o triunfo da concepção (neo)liberal do indivíduo, da sociedade e da política. No lugar do intelectual indignado, dilacerado pelas contradições da sociedade capitalista, agravadas nas condições de subdesenvolvimento, passava a predominar o intelectual profissional competente e competitivo no mercado das idéias, centrado na carreira e no próprio bem-estar individual.

Entrava em franco declínio o modelo de intelectual ou artista de esquerda dos anos 1960, engajado, altruísta, em busca da ligação com o povo — tido hoje por muitos como mera expressão do populismo, manipulador dos anseios populares; ou, na melhor das hipóteses, como arquétipo do intelectual quixotesco e ingênuo. Ia-se estabelecendo o protótipo do scholar contemporâneo, egocêntrico, desvinculado de compromissos sociais, a não ser que eles signifiquem avanço em suas carreiras profissionais individuais, como as dos inúmeros professores que já foram críticos da ordem capitalista a ocupar cargos públicos em governos que adotam medidas neoliberais. Atuam como técnicos a serviço do funcionamento saudável da ordem estabelecida, sem maiores dramas de consciência, talvez se agarrando ainda à ideologia de que estão no poder para o bem do povo e da nação, uma vez amadurecidos e livres das utopias voluntaristas dos anos 1960, que só aparentemente teriam sido revolucionárias.

Os tempos mudaram e, especialmente a partir dos anos 1980, já era visível o progressivo trajeto de desaparecimento do intelectual ou artista atormentado com sua condição relativamente privilegiada numa sociedade subdesenvolvida e desigual, como a brasileira. Gradativamente, a ânsia de muitos intelectuais de esquerda ia deixando de dirigir-se para a ruptura coletiva da condição do subdesenvolvimento nacional e da exploração de classe; a busca passaria a ser o acesso individual ao desenvolvimento de um mundo globalizado, ainda que muitas vezes o discurso continuasse com tons esquerdistas, por vezes referindo-se à democracia e à cidadania.

Aos poucos, foi-se esgotando o arquétipo do intelectual ou artista rebelde, cada vez mais raro nos dias de hoje. Os intelectuais críticos e compromete-

tidos com a superação das contradições da modernidade capitalista tendem a dar lugar a intelectuais resignados, contemplativos das eternas contradições, contra as quais pouco ou nada poderiam fazer. O intelectual militante, libertário, é substituído pelo intelectual passivo, a fruir sem culpa sua liberdade e relativa autonomia na modernidade em eterna mutação. Em vez de colocar-se em sintonia com “os sinais da rua”, como, por exemplo, sugere Berman (1986 e 1987), esse intelectual-narcisista apenas observa o movimento perpétuo da rua, instalado na janela à prova de balas de seu confortável gabinete, com vista para o mar, que não cansa de mirar, aguardando notícias da última moda intelectual no exterior, ou a oportunidade de conferi-la pessoalmente em Paris, Londres ou Nova York.

O acerto de contas com os anos 1960 colocava a intelectualidade brasileira dos anos 1980 na fronteira entre uma (auto)crítica que poderia redundar na continuidade do engajamento contra a ordem estabelecida, agora num patamar superior — o intelectual ao mesmo tempo dilacerado pelas contradições da modernidade e engajado prazerosamente no processo de transformação, sem renunciar à sua individualidade —, ou uma (auto)crítica que envolveria o desaparecimento do intelectual inconformista, tendência que ganharia cada vez mais força nos anos seguintes. As personalidades modernas, ao “assumir a fluidez e a forma aberta dessa sociedade” (Berman, 1986, p. 94), podem implicar o reconhecimento de que pouco caberia fazer para mudar as encruzilhadas históricas, para resolver as contradições da modernidade, que teria um movimento próprio de eterna autodestruição criadora, a que todos deveriam se ajustar.

A vivência das contradições da modernidade pode levar o intelectual e o artista ao engajamento na mudança, ou a preferir adaptar-se à ordem em transformação constante, aceitando o “destino”, livre do dilaceramento existencial. Em vez do intelectual revoltado contra o mundo, ou revolucionário a propor um novo mundo — típico dos anos 1960 —, consolida-se o intelectual reconciliado com o mundo, no qual reconheceria o eterno e inevitável movimento em que deve se inserir, e não combater, usufruindo ao máximo o prazer e a dor de viver em meio às intempéries da modernidade.

De modo que se estabeleciam tardiamente — durante o período da ditadura, consolidando-se posteriormente com a redemocratização no Brasil —

novas condições que fazem lembrar os comentários de Jacoby (1990) sobre o declínio do intelectual atuante na vida pública da sociedade norte-americana já na década de 1950: os intelectuais e artistas estariam ocupados e preocupados especialmente com as exigências das carreiras profissionais, como na Universidade; à medida que a vida profissional prospera, a cultura pública ficaria mais pobre e mais velha; haveria a substituição crescente de empresários, trabalhadores e profissionais independentes por empresas corporativas, processo indissociável da explosão da educação superior; desaparecimento do espaço urbano barato e agradável que podia nutrir uma *intelligentsia* boêmia, modelar de uma geração de intelectuais (diferente da boêmia massificada de hoje, comercializada e popularizada); eliminação das moradias baratas, restaurantes, cafés e livrarias modestas; comercialização acelerada da cultura, num cenário em que “a literatura e a crítica se tornam carreiras, não vocações”, com autores independentes dando lugar à profissionalização da vida cultural.

A institucionalização de intelectuais e artistas neutralizaria a liberdade de que em teoria dispõem, de modo que eventualmente o sonho com a revolução conviveria com o investimento na profissão, na qual prevaleceria a realidade cotidiana da burocratização e do emprego. A profissionalização da vida intelectual nos limites do *campus* universitário conduziria à privatização ou à despolitização, à transferência da energia intelectual de um domínio mais amplo para uma disciplina mais restrita, em que as pressões da carreira e da publicação intensificariam a fragmentação do conhecimento. Esse processo ocorreria lentamente: “a transformação do ambiente do intelectual tradicional não é instantânea; ela é paralela ao declínio das cidades, ao crescimento dos subúrbios e à expansão das universidades” (Jacoby, 1990, p. 245). Tudo isso misturado a uma recomposição do público, ao sucesso da televisão, à expansão dos subúrbios, deterioração das cidades e inchaço das universidades.

Não seria o caso de retomar aqui todo o pensamento de Jacoby para ajudar a explicar em outro contexto o declínio público da intelectualidade brasileira de esquerda. Mas pode-se imaginar um exemplo de como se esgarçou o espaço para a produção de uma intelectualidade radical: a São Paulo dos anos 1960 contrastada com a de hoje. Naqueles anos, o ponto nevrálgico de encontro de artistas e intelectuais estava num breve espaço geográfico no

centro da cidade, em que se concentravam o Teatro de Arena, o Cine Bijou, a Faculdade de Filosofia e outras da Universidade de São Paulo (USP), o Teatro Municipal, a Biblioteca Mário de Andrade, livrarias, escritórios de arquitetos, advogados e outros profissionais liberais engajados, todos se encontrando em restaurantes e bares da região, como o Redondo, na confluência entre a avenida Ipiranga e as ruas da Consolação e Teodoro Baima. Ali circulavam: o pessoal de teatro dos inovadores Arena e Oficina, escritores, cineastas, artistas plásticos, jovens representantes da insurgente música popular brasileira, professores da USP, militantes do movimento estudantil e de organizações de esquerda, enfim, todo um conjunto que representava o florescimento cultural do período.

11 Hoje, alunos e professores estão instalados no distante campus universitário da USP no Butantã, e muitos deles se espalharam pelas inúmeras universidades públicas e privadas que surgiram pelo interior do estado e por outras unidades da federação ao longo dos anos, onde encontraram seu lugar profissional. O pessoal do teatro em geral alcançou êxito na televisão ou na indústria dos espetáculos teatrais. Os cineastas encontraram apoio na Embrfilme e outras alternativas de financiamento público que a sucederam, quando não nas agências de publicidade. Artistas plásticos viram frutificar um mercado rentável para suas obras, escritores se deram bem em jornais ou na expansão da mídia em geral, sem contar a crescentemente próspera indústria do livro. Vários músicos da MPB alcançariam sucesso de mercado maior que artistas de qualquer outro setor. E os políticos radicais de então encontrariam lugar nos mais diversos partidos da ordem, do PMDB ao PSDB, passando até pelo PT — cada vez mais confiável — e outros partidos, pelos quais muitas vezes chegaram a governos municipais, estaduais e federais. Inviabilizava-se a condensação de uma *intelligentsia* crítica num espaço geográfico e histórico criativo. Talvez uma das imagens mais expressivas da mudança e do esvaziamento desse espaço esteja no destino do local do famoso Bar Redondo: virou uma loja de *fast food*.

Assim pode-se constatar, com certo desencanto, os rumos que tomou uma parcela da intelectualidade e do meio artístico, que já se propusera a mudar o mundo e a vida. Sua despolitização — quando não mudanças de rota em direção à direita — talvez não se deva apenas e essencialmente à

vontade dos agentes, mas às próprias transformações por que passou a sociedade brasileira.

Que ninguém se iluda: não há como voltar às circunstâncias do passado. É sabido que a tendência à fragmentação social do capitalismo de hoje dificulta projetos coletivos alternativos, como aqueles dos anos 1960, levando muitas vezes os atuais artistas e intelectuais engajados a meramente transferir a uma dada causa seus apoios e prestígios pessoais, por exemplo, declarando apoio a certos candidatos ou partidos no horário político obrigatório na televisão. Mas nem por isso seria adequado conformar-se com o presente de burocratização inofensiva das atividades intelectuais e artísticas.

Para um estudo do enfraquecimento da arte política nos anos 1970 e sobretudo nos 80 e 90, é instigante a análise de Jameson (1994) sobre os problemas envolvidos na produção de uma arte política em nossos dias, em que o capitalismo quase inviabilizaria quaisquer atividades grupais que pudessem embasar socialmente uma arte subversiva, numa era de ocupação quase completa do espaço cultural pela lógica mercantil. Haveria uma atomização reificada, imposta pelo capitalismo de hoje. Jameson admite, contudo, como fundamento social para uma nova arte política e uma produção cultural autêntica a ser criada, a constituição de um grupo novo e orgânico, por meio do qual o coletivo abriria caminho na atomização reificada da vida social capitalista, a partir da luta de classes.

Seria equivocado reproduzir ao pé da letra propostas culturais e políticas dos anos 1960. Mas parece que seria possível encontrar alternativas melhores de inserção da sociedade brasileira e de sua cultura no mundo de hoje do que o ceticismo passivo, de submissão à nova ordem mundial do “consenso de Washington”. Não cabe reviver o passado, mas isso não implica a inviabilidade de retomar suas esperanças, apostar em novos projetos coletivos de transformação social — inclusive nas esferas intelectuais e artísticas — em vez da carreira individual de cada um no mercado.

Nesses anos todos, a sociedade brasileira continuou submetida à “subordinação interiorizada e imperceptível” de um “complexo de experiências, relações e atividades” que constituem a hegemonia burguesa, para usar uma formulação de Chauí (1987, p. 21-22). Ela está ancorada no conceito de hegemonia de Raymond Williams, derivado de Gramsci, que envolve “um

conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores — constitutivo e constituidor — que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida”. (Williams, 1979, p. 113).

Não há dúvida de que na entrada do século XXI predomina o senso de realidade experimentada que supõe a reprodução eterna da sociabilidade capitalista. Mas por que não inventar uma contra-hegemonia para os novos tempos, alternativa à hegemonia neoliberal e à atomização reificada da sociedade do espetáculo, nos termos respectivamente de Jameson (1994) e Debord (1967)? Utopia irrealizável? Talvez não. O Fórum Social de Porto Alegre em 2001 e 2002, o movimento Arte contra a Barbárie — que desde 1999 tem mobilizado artistas e intelectuais comprometidos com a “função social da arte” no Brasil — e outros indícios sinalizam que a roda-viva da história não parou na posição mais confortável para os donos do poder.

NOTAS

1. Intelectualidade entendida como “categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os *produtores diretos* da esfera ideológica, os *criadores de produtos ideológico-culturais*”, o que engloba “escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc.”, como define Michael Löwy (1979, p. 1).
2. Os depoimentos sem indicação explícita da fonte foram dados a mim ou a outros pesquisadores, e usados no livro já referido Ridenti, Marcelo (2000).
3. Os livros mencionados são uma amostragem relativamente aleatória de um movimento intelectual e político muito mais amplo. Eles são citados por indicarem reflexões de intelectuais engajados, como sintoma da procura de novos caminhos por parte das esquerdas, valorizando os “sinais das ruas” e a democracia.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, Joaquim Alves de. 1994. “Panorama da música popular brasileira: da bossa nova ao rock dos anos 80”. In Sosnowski, Saul; Schwartz, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp.
- Anderson, Perry. Fev. de 1986. “Modernidade e revolução”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 14.
- Berman, Marshall. 1986. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- . Fev. 1987. “Os sinais da rua: uma resposta a Perry Anderson”. *Presença*, Rio de Janeiro, n. 9.
- Callado, Antonio. 1967. *Quarup*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Capovilla, Maurice. Mai./jun. 1962. “Cinema Novo”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 41.
- Chauí, Marilena. 1987. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense.
- Debord, Guy. 1967. *La société du spectacle*. Paris: Buchet-Chastel.
- Evers, Tilman. Abr. de 1984. “Identidade, a face oculta dos movimentos sociais”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 4.
- Favaretto, Celso. 1996. *Tropicália alegoria alegria*. 2ª. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Felix, Moacyr (org.). 1962-1963. *Violão de rua — poemas para a liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3v.
- Frederico, Celso. 1998. “A política cultural dos comunistas”. In Quartim de Moraes, João (org.). *História do marxismo no Brasil, III. Teorias. Interpretações*. Campinas: Unicamp.
- Galvão, Walnice Nogueira. 1994. “As falas, os silêncios”. In Sosnowski, Saul; Schwarz, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp.
- Garcia, Marco Aurélio (org.). 1986. *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec.
- Guillebaud, Jean-Claude. 1999. “A consolação da revolução sexual”. In Garcia, Marco Aurélio; Vieira, Maria Alice. *Rebeldes e contestadores — 1968: Brasil, França, Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Jacoby, Russell. 1990. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp/Trajectoria Cultural.
- Jameson, F. 1994. “Reificação e utopia na cultura de massa”. *Crítica Marxista*, vol. 1, n. 1, São Paulo: Brasiliense.
- Löwy, Michael. 1979. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humanas.
- Löwy, Michael; Sayre, Robert. 1995. *Revolta e melancolia — o romantismo na contra-mão da modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, Francisco de. Out./dez. 1985. “Aves de arribação: a migração dos intelectuais”. *Lua Nova*, São Paulo, v. 2, n. 3.
- Reis Filho, Daniel Aarão. 1991. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense.
- Ridenti, Marcelo. 1993. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp.

- . 1998. "O sucesso no Brasil da leitura do Manifesto Comunista feita por Marshall Berman". In Reis Filho, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Fundação. Perseu Abramo.
- . 2000. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record.
- . 2000b. "Intelectuais, artistas e estudantes: Paris, 1968". In Reis Filho, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- . Abr./jun. 2001. "Intelectuais e romantismo revolucionário". *São Paulo em Perspectiva* — Revista da Fundação Seade, São Paulo, v. 15/ n. 2.
- Rocha, Glauber. 1997. *Cartas ao mundo*. Organização Ivana Bentes. São Paulo, Companhia das Letras.
- Rouanet, Sérgio Paulo. 12.03.1988. "Nacionalismo, populismo e historicismo". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, caderno D.
- Sader, Eder. 1988. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Schwarz, Roberto. 1978. "Cultura e política, 1964-1969". In *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Silva, Armando Sérgio da. 1981. *Oficina: do teatro ao te-ato*. São Paulo: Perspectiva.
- Veloso, Caetano. 1997. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Williams, Raymond. 1979. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar.

Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão

Carlos Fico

Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Há muitas maneiras de se contar a história do regime militar, todas praticadas pela crescente historiografia sobre o período. A crônica política, os caminhos da resistência, a escalada da repressão, as transformações econômicas, todos são temas que vêm sendo abordados pela pesquisa histórica acadêmica, transformando aos poucos o padrão da literatura existente, outrora marcada pela memorialística e pela carência de acesso às fontes primárias — que agora vão sendo reveladas paulatinamente. Mas o interesse pelo período doloroso não é recente: a facilidade com que a desarticulada conspiração se tornou vitoriosa, no dia 1º de abril de 1964, e o pasmante crescimento da repressão — que prendeu arbitrariamente e torturou desde o primeiro momento, e não somente depois de 1968 — suscitaram análises contemporâneas aos próprios fatos analisados. As mais famosas foram as de dois jornalistas que se indignaram contra a tortura e a denunciaram no *Correio da Manhã*, jornal que, nas vésperas do golpe, estimulava a renúncia de João Goulart através de editoriais de primeira página que fariam fama por seus títulos agressivos: “Basta!” e “Fora!”.¹ Os dois jornalistas produziram conseqüências marcantes para os primeiros momentos do regime. Carlos Heitor Cony (1964) reuniu suas crônicas em um livro cuja noite de autógrafos, em junho de 1964, numa feira de livros, se tornou uma expressiva manifestação política contrária ao governo, tão grande foram o público presente e a venda do livro. O de Marcio Moreira Alves (1964) reuniu suas reportagens sobre a tortura, verdadeira campanha que obrigou o primeiro general-presidente, Castelo Branco, a mandar seu chefe da Casa Militar — o futuro presidente Ernesto Geisel — em missão averiguadora ao Nordeste, região que

concentrava o maior número de denúncias. Lá houvera, por exemplo, o tenebroso episódio do suplício do velho comunista Gregório Bezerra, que fora amarrado pelo pescoço e arrastado pelas ruas de Recife, mas muitas pessoas comuns, desconhecidos combatentes que não eram “quadros” dirigentes, também foram presas, torturadas e mortas, embora sem alcançar notoriedade. Geisel voltou tergiversando sobre as denúncias, no que seria apenas o primeiro caso de não-condenação de torturadores por parte dos oficiais-generais, conivência que muito se repetiria até o fim do regime. As denúncias de Carlos Heitor Cony e Marcio Moreira Alves antecipavam uma verdadeira tradição de trabalhos correlatos. Não apenas de outros jornalistas, que voltariam ao tema (ver Fon, 1985), mas também de vários memorialistas que comporiam uma pungente narrativa sobre aqueles que foram vítimas de todo tipo de suplício, trazendo a público um verdadeiro glossário de vilezas, com termos como “cadeira do dragão”, “maquineta”, “geladeira” e o mais.² Note-se que as memórias não estão cingidas aos relatos das vítimas, pois vários torturadores, recentemente, também ousaram pronunciar-se (Ustra, 1987; Lobo, 1989; Araújo, 1998).

Tal memorialística, para o historiador de hoje, constitui-se, a um só tempo, em fonte e objeto da história do regime militar, pois se ela descreve o período e suas mazelas — sendo fonte —, igualmente fornece suas interpretações necessariamente parciais — passíveis portanto de análise histórica. O sucesso editorial da memória da esquerda (compreensível inclusive em função da parcimônia com que as Forças Armadas — falavam de si) levou alguns militares a mencionarem, contrariados, que a história, pela primeira vez, estava sendo escrita pelos vencidos (D’Araujo, Soares e Castro, 1994) — exagero dos que não percebem a dimensão heurística das memórias e o caráter basicamente conflitivo que se estabelece entre os que tentam constituir essa ou aquela versão como verdadeira ou falsa. Foi certamente a percepção de que a constituição da memória é um espaço de luta como outro qualquer a razão da publicação de várias memórias militares, algumas delas parcamente distribuídas em termos editoriais (ver Camargo, 1995; Passarinho, 1996), o que, dentre outras razões, as impediram de se tornarem sucessos editoriais, como foram as da “resistência”, embora alguns poucos casos de memórias de militares — que abandonaram o governo e que, como diz o jargão da crô-

nica política, “saíram atirando” — também tenham feito sucesso (Abreu, 1979). A pouca visibilidade da memória militar não se deu por falta de interesse, pois, quando veio a público uma série de entrevistas de militares, superiormente realizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, o material logo se converteu em fonte imprescindível ao conhecimento da história da ditadura (D’Araujo, Soares e Castro, 1994a, 1994b e 1995). Do mesmo modo, a entrevista, publicada postumamente, do ex-presidente Ernesto Geisel, transformou-se em bestseller (D’Araujo e Castro, 1997). De modo que a história da ditadura militar também pode ser contada como sendo a história da luta pela constituição da memória correta, na qual as versões algo romantizadas dos remanescentes da assim chamada “luta armada” (por vezes recebidas com excessiva benevolência pela imprensa e pela academia) se confrontam com o verdadeiro “acordo implícito” sobre certos temas (tortura, principalmente) que se verifica nos depoimentos militares. Assim, quase todos os depoimentos deixados pelos militares negam a responsabilidade dos oficiais-generais pelos crimes de tortura e assassinato político, como se a alta hierarquia houvesse sido surpreendida pelos escalões inferiores, que se “excediam” nos interrogatórios. Essa versão cínica, porém, vai aos poucos dando lugar a interpretações mais realistas (embora cruéis), como a do ex-presidente Ernesto Geisel, que admitiu a tortura como um “mal menor” (D’Araujo e Castro, 1997).

A tortura, como se vê, transformar-se-ia em tema constante de todo aquele que tratasse da ditadura. Mas o “brilho que emana do Estado”, que por séculos vem inspirando a história política tradicional, também fornece os tópicos recorrentes da crônica política jornalística, que busca explicar a verdade do processo histórico, no momento mesmo em que ele se realiza, através da consideração das opiniões e atitudes cotidianas dos “donos do poder”. A crônica política desdobrada em cada “Coluna do Castello”, publicadas ininterruptamente entre 1962 e 1993 no *Jornal do Brasil* e reunidas em volumes indispensáveis aos estudiosos (Branco, 1977, 1978, 1979), antecipava uma vertente historiográfica que encontraria no caráter circunspecto dos militares e nas tramas secretas do regime um forte estímulo de investigação. Se a “grande política” sempre interessou aos jornalistas e aos historiadores

por causa de seus ingredientes picantes (velhas raposas, ciladas ardilosas, intrigas, corrupção etc.), no caso do regime militar um tempero especial a valorizaria: o caráter obscuro ou secreto de várias atividades, como a espionagem, a censura e a polícia política. A crônica política daqueles tempos encontra em jornalistas e ex-colaboradores os seus melhores testemunhos, não surpreendendo que jornalistas que foram colaboradores do regime tenham fornecido depoimentos esclarecedores (Chagas, 1979).³ A tendência seria frutuosa, já contando com alguns trabalhos que esmiúçam aquilo que Carlos Castelo Branco noticiava cotidianamente, e a cada novo livro de história política tradicional mais ficamos sabendo sobre os detalhes desse ou daquele episódio retumbante, erigidos em “marcos históricos”, o que colabora, igualmente, para a constituição de certa mitologia política. Alguns desses fatos podem servir-nos de exemplo, capazes de nos alertar para as virtualidades e limites de uma tal história, pois obviamente o processo histórico não se esgota na “grande política”. São fatos que, pela repetição, parecem assumir o caráter de verdades consabidas, como o suposto “legalismo”, “moderação” ou “caráter democrático” de Castelo Branco,⁴ ou episódios momentosos, que acabam servindo para definir uma cronologia do período (antes e depois da demissão de Ednardo Dávila Melo — o comandante do II Exército sob cujo comando morreram Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho — ou, mais notável, a “ardilosa” operação montada por Geisel para o afastamento do ministro do Exército, Sílvio Frota). Essas narrativas destacam aquilo que faz o gosto da história tradicional, como a suposta predestinação dos sujeitos-heróis; a teatralidade das magnas decisões políticas, vistas como espetáculos e, no caso do regime militar, com direito aos efeitos especiais das movimentações de tropas e dos rumores na Vila Militar; as maquinações de lideranças ardilosas, que conseguem sobrepujar inimigos com ações de inteligência, enfim, narrativas que vêem um sentido na história e, em graus variados, romantizam o que eventualmente foi acaso ou contingente. Assim, Geisel tanto foi responsável pela missão contra a tortura no governo Castelo, em 1964, quanto “acabaria” com ela em seu governo, com o “gesto” do afastamento de Ednardo em 1976. Do mesmo modo, demitiria Frota no feriado de 12 de outubro de 1977, sendo “arguto” por fazê-lo num dia sem expediente. Elementos que compõem o seu suposto “perfil de estadista”, sublinhado por sua decantada

“autoridade”, decorrente da personalidade “austera”, e reforçado até mesmo por seus traços físicos. Narrativas igualmente prefiguradas podem ser percebidas nas afirmações sobre a falta de inteligência dos generais da linha-dura ou sobre a “inteligência” e “sagacidade” de Golbery do Couto e Silva. Não são narrativas falsas, diga-se logo, mas privam-se das vantagens inerentes à história que não concede demais aos “personagens”, embora ganhem em interesse — pois costumam ser saborosas as biografias dessas lideranças.

Não se diga que a história dos personagens é menor ou desimportante; muito ao contrário, pois revelações esclarecedoras podem ser encontradas nos trabalhos de altos funcionários freqüentadores do poder (Couto, 1998), de antigas lideranças parlamentares (Krieger, 1976; Vianna Filho, 1975) ou de jornalistas que conseguiram recolher depoimentos e documentos quase inacessíveis,⁵ além da produção histórica clássica sobre o tema (Skidmore, 1991). A crônica política está para a história política assim como a vida cotidiana está para a história social. Umas não vivem sem as outras, e as primeiras alimentam as segundas. Como já disse, podemos contar a história da ditadura militar (e qualquer outra) de diversas maneiras. Os historiadores não sectários em termos de teoria sabem o quanto é difícil transitar entre a “história em migalhas” e a história “macroteórica”. Por um lado, existem miudezas que são fundamentais para o entendimento da história, tanto quanto algumas explicações estruturais tendem a claudicar quando confrontadas com os fatos discretos. Por outro, o pequeno espetáculo da “grande política” pode, muitas vezes, ser sintetizado em uma simples frase — o que poupa o leitor de muitos exemplos reiterativos e de descrições que só animam o colecionador de *fait divers*. Reside no equilíbrio entre teorização e descrição factual a potencialidade explicativa da história.

O fato é que, embora sempre haja esclarecimentos por se fazer, dificilmente se encontrarão maiores revelações no campo da memorialística de esquerda ou da crônica política. Como disse Jacob Gorender, ele próprio autor de uma obra de síntese indispensável sobre a luta armada (Gorender, 1987), “do lado da esquerda, certamente não estão esgotadas as fontes capazes de fornecer revelações significativas, mas o principal já foi extraído dessas fontes. Ficam por esclarecer detalhes, sobretudo concernentes a atuações individuais”.⁶ Portanto, o desafio concentra-se na descoberta de novas fontes, notadamente aquelas oriundas do governo e de caráter sigiloso.

A missão pode parecer impossível, pois o que mais imediatamente ocorre ao senso comum é que os responsáveis pelos arquivos secretos dos governos militares tenham eliminado tais fontes. Felizmente, não é assim. Grandes massas documentais, compostas de papéis secretos, já vieram e continuam a vir a público. Trata-se de um grande desafio para a atual e a futura geração de historiadores, pois é necessário minucioso trabalho de investigação. Os exemplos mais conhecidos de acervos sigilosos que têm sido abertos são os dos antigos departamentos de ordem política e social (Dops) das secretarias estaduais de segurança. Alguns já se encontram em adiantada fase de organização e com o acesso livre (Kushnir, 2000b). Documentos relativos à censura também vão sendo liberados e pesquisados.⁷ Investigando o acervo do general Antônio Carlos Murici, Kenneth Serbin pôde reconstituir a atuação da até então desconhecida “Comissão Bipartite”, um fórum de discussões que reunia militares e bispos e que funcionou sobretudo durante o governo Médici (Serbin, 2001). Os documentos sigilosos da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça permitiram a reconstituição do *modus faciendi* da comunidade de segurança e de informações (Fico, 2001a). Outros documentos, oriundos de setores não militares, também têm trazido nova luz para as questões da propaganda ideológica anterior ao golpe (Assis, 2001) ou do treinamento guerrilheiro em Cuba (Rollemberg, 2001).

É essa mudança de perfil da pesquisa e da produção histórica sobre a ditadura militar que nos permite fazer abordagens com maior rigor factual e que, ao mesmo tempo, proponham leituras, interpretações ou hipóteses explicativas. Neste breve ensaio tentarei demonstrar que a história do período também pode ser vista a partir da trajetória dos militares conhecidos como integrantes da “linha-dura”, isto é, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis que, com um discurso anticomunista e anticorrupção — emulados por oficiais-generais, mas também os influenciando —, ansiavam por maiores prazos para completar os expurgos iniciados em 1964, a chamada “Operação Limpeza”. Liderada primeiramente por Costa e Silva, a linha dura foi, de início, um “grupo de pressão”, que reclamava meios e modos para a tarefa da punição. Com a obtenção de tais instrumentos (sobretudo a partir do AI-2 e do AI-5, notadamente deste último), transformou-se em “comunidade” ou “sistema” de segurança. A história da difícil desmontagem

de tal aparato corresponde à da chamada “distensão” ou “abertura” política. A “comunidade” amparava-se naquilo que podemos chamar de “pilares básicos” de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura. Subsidiariamente, contaram também com a propaganda política, realizada por militares moderados que, não obstante, forneceram suporte ideológico para suas ações.

ESPIONAGEM

Golbery do Couto e Silva, conhecido como general, patente a que chegou apenas quando passou para a reserva, preocupava-se com o recolhimento de informações desde a fase de conspirações anterior ao golpe. No Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) havia conseguido reunir alguns milhares de fichas e dossiês (Alves, 1984, p. 25; Dreifuss, 1981, p. 281 e segs.), material que foi levado para o SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão que criou três meses depois do golpe, assumindo sua chefia. Mas ele se preocupava com o assunto desde os anos 1950 (Silva, 1981). No final do governo de Juscelino Kubitschek fora criado um Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), ligado à secretaria do Conselho de Segurança Nacional, mas o governo militar sentia-se “desamparado de um sistema de coleta de informações seguras” (Branco, 1977). Para a montagem do SNI, Golbery contou com consultoria norte-americana (Huggins, 1998, p. 147). Tornar-se-ia conhecida, no futuro, a frase de Golbery sobre o Serviço: “criei um monstro”.

Na verdade, o monstro somente seria criado depois da vitória da linha dura, que se iniciou com a posse de Costa e Silva na presidência. Costa e Silva foi ministro da Guerra de Castelo Branco e soube carrear para si o apoio da oficialidade radical que queria maiores prazos para as punições. Em 1965, quando da vitória de dois opositores nas eleições para governadores, teve papel preponderante nos episódios que culminaram na edição do Ato Institucional nº 2, que ampliava o prazo para cassações e suspensões de direitos políticos. Castelo não o queria como sucessor, mas teve de se curvar ao desejo daquele que foi um verdadeiro condestável do primeiro governo militar.

Até a posse de Costa e Silva, o SNI buscava estruturar-se e atuava como órgão fornecedor de informações ao seu principal cliente, o presidente Castelo Branco. Na presidência, Costa e Silva nomeou, para o cargo de ministro-chefe da Casa Militar, o general Jayme Portella de Mello, que, nesta função, secretariava o Conselho de Segurança Nacional. Portella seria conhecido como um dos “intolerantes assessores” de Costa e Silva⁸ e acusado de ser o efetivo dirigente do país (Branco, 1979, p. 299). Se Golbery foi o pai do “monstro”, Costa e Silva e Portella foram os responsáveis pelo parto: a partir de janeiro de 1968, o Conselho de Segurança Nacional teve suas competências aumentadas⁹ e pôde ampliar as atribuições do SNI e das antigas “seções de segurança nacional”, que se transformaram nas “divisões de segurança e informações”. Essas divisões, conhecidas pela sigla “DSI”, funcionavam em todos os ministérios civis e, muitas vezes, criavam problemas para o titular da pasta, que nem sempre tinha ascendência sobre elas. Isso se devia ao peculiar sistema de duplo comando que foi estabelecido em 1970: as DSIs eram “órgãos subordinados diretamente aos respectivos ministros de Estado”, porém “sem prejuízo, no campo das informações, de sua condição de órgão sob a superintendência e coordenação do Serviço Nacional de Informações”.¹⁰

Tratava-se da criação de uma vasta rede de espionagem, implantada em todo o país, pois, além dos ministérios civis, as pastas militares obviamente também contavam com seus órgãos de informações, bem como todas as autarquias, fundações e demais órgãos públicos. Nestas instâncias o órgão assumia o nome de Assessoria Especial de Segurança e Informações (Aesi) e, seguramente, muitas foram criadas em função do prestígio que seus chefes imediatos e superiores podiam auferir: se a repartição era importante, deveria contar com uma Aesi. Tais assessorias, além disso, eram convenientes para lotar aqueles militares de linha-dura que estavam em busca de sinecuras e comissões.

Jayme Portella dera os passos para o estabelecimento de um planejamento nacional da espionagem. Primeiramente providenciou a aprovação do “Conceito Estratégico Nacional”, espécie de “Alcorão”, no qual todos os aspectos da política de governo estão estabelecidos. Por isso, qualquer plano ou projeto a ser elaborado deve obedecer ao que ele estabelece” (1979, p.

581). Com base nesse “Conceito”, o SNI aprovou, em junho de 1970, o seu “Plano Nacional de Informações”,¹¹ durante a gestão do general Carlos Alberto da Fontoura (1969-1974), que definia todas as missões a serem cumpridas pelos órgãos que agora integravam o Sistema Nacional de Informações (Sisni).¹² O Plano seria constantemente atualizado e, com base nele, os diversos órgãos do Sistema elaboravam seus planos setoriais. Como se vê, embora a definitiva implantação do Sisni tenha se dado posteriormente à edição do AI-5 (13 de dezembro de 1968), as providências necessárias à ampliação das funções da espionagem vinham sendo tomadas havia bastante tempo.

O Sisni trabalhava com informações e contra-informações, no Brasil e no exterior (especialmente através dos adidos militares), e subdividia-se em diversos “sistemas setoriais”. As DSIs, por exemplo, integravam os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis”; os órgãos que lidavam com informações propriamente militares compunham o “Subsistema de Informações Estratégicas Militares”.¹³ Evidentemente, o principal órgão do Sisni era o SNI. O Serviço tinha *status* de ministério e coordenava todas as ações no território nacional. Com o tempo, chegou a enviar missões de estudo a países da América Latina.¹⁴ Fundamentalmente um produtor de informações, é provável, não obstante, que o SNI tenha participado de “operações de segurança”, isto é, de prisões e interrogatórios que tantas vezes lançavam mão de tortura.¹⁵ Mas havia uma distinção entre os órgãos de informações, integrantes do Sisni, e os de segurança (analisados no próximo tópico). Assim, ao contrário do que já se supôs, o SNI não foi o “órgão de segurança por excelência” (Oliveira, 1976, p. 100, grifo do autor) — definição que cabe melhor ao sistema Codi-DOI —, nem subordinou “todos os outros órgãos repressivos” (Magalhães, 1997, p. 205), já que os órgãos de informações dos ministérios militares e, sobretudo, os Codi-DOI, não eram controlados pelo Serviço. Essa é uma distinção importante, necessária a uma compreensão mais refinada da história do período, pois muitas vezes se tem englobado na expressão “porões da ditadura” instâncias muito diversas. O que se fazia numa DSI diferia muitíssimo daquilo que se passava num DOI. Um agente de informações, civil ou militar, que trabalhasse numa DSI, nada tinha a ver com a atividade de um capitão que atuasse numa “turma de interrogatório” do DOI. O primei-

ro fazia escutas telefônicas, recortava jornais, redigia avaliações; o segundo submetia prisioneiros a choques elétricos ou ao pau-de-arara. Naturalmente não se quer propor que tais atividades fossem completamente desconexas, até porque o Sisni foi criado precisamente para subsidiar, com informações, as atividades da repressão (e não apenas para fornecer relatórios à presidência).

O SNI chegou a ter 2.500 funcionários, mas também contava com colaboradores espontâneos ou remunerados.¹⁶ Em 1971 foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), a partir da experiência de países como Estados Unidos, Alemanha, Israel, França e Inglaterra. O estabelecimento pretendia formar espões civis, para que o SNI se transformasse, aos poucos, numa agência como a norte-americana CIA,¹⁷ mas isso nunca chegou a bom termo — aspecto, dentre outros, que demonstra o caráter preponderantemente militar da ditadura ultimamente chamada de “civil-militar”. Cerca de 120 pessoas passavam, anualmente, pela Escola, sendo que noventa, aproximadamente, eram funcionários públicos civis selecionados em seus ministérios.

As principais atividades regularmente desenvolvidas pelo SNI e suas agências regionais¹⁸ eram a elaboração de relatórios para a presidência da República e principais autoridades de primeiro escalão. Amparavam-se nas informações colhidas pelos agentes do próprio Serviço e naquelas que eram “difundidas” pelas DSIs ministeriais. Os ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Interior possuíam, além da DSI, outros órgãos de informações: o Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, o Centro de Informações do Exterior e os órgãos de informações dos territórios federais, respectivamente. Cada DSI contava com aproximadamente trinta funcionários, mas esse número podia variar bastante.

Os ministérios militares possuíam, havia mais tempo, órgãos específicos de informações relativamente operantes (ao contrário das antigas seções de segurança nacional dos ministérios civis) que atuavam com bastante independência em relação ao SNI. Eram o CIE (Centro de Informações do Exército), o Cisa (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) e o Cenimar (Centro de Informações da Marinha). Entre 1967 e 1971, foram reformulados, tendo em vista o contexto de combate à “subversão”. Esses três órgãos podem ser caracterizados como “mistos”, pois tanto funciona-

vam como produtores de informações como se envolviam em prisões e interrogatórios. A simples menção às suas siglas causava temor, tantas foram as denúncias de tortura envolvendo seus integrantes.

O SNI, as DSIs e todos os demais órgãos de informações compunham a “comunidade de informações”. Seu material básico, como não poderia deixar de ser, era a “informação”, isto é, dados sobre quaisquer questões ou pessoas de interesse do regime. A produção de tais informações supunha uma rotina bastante regulamentada, que impunha classificações quanto à fidedignidade e veracidade das fontes e normas rígidas de sigilo. Quase todo documento produzido pela comunidade recebia uma classificação de sigilo: “reservado”, “confidencial” ou “secreto”. Uma das atividades mais corriqueiras desses órgãos era a produção do “levantamento de dados biográficos”, uma ficha que indicava o perfil ideológico e as atividades políticas das pessoas, indispensável à nomeação de alguém para um cargo público. Uma “ficha conceito” pretendia avaliar a inteligência, o caráter e o conceito profissional dos indivíduos. Não é difícil imaginar a que vilanias não serviram esses documentos, pois são conhecidos os casos de pessoas impedidas de tomar posse de cargos públicos em função de perseguições políticas impelidas através da comunidade de informações. Um simples chefe de repartição, por exemplo, que não desejasse a ascensão funcional de um seu desafeto, poderia acusá-lo de “agitador” ou “contrário à Revolução”. O destino dessas informações era, no caso das DSIs, o ministro da respectiva pasta, mas elas também eram difundidas por afinidade temática, sendo certo, por exemplo, que uma informação sobre estudantes, produzida fora do MEC, fosse encaminhada a este ministério, ou uma outra, que dissesse respeito a refugiados estrangeiros, gerada num Dops, fosse enviada à DSI do Ministério das Relações Exteriores — e assim por diante.

Longe de se ater ao cumprimento da função de prover o presidente da República de informações necessárias à tomada de decisões, o Sisni era, basicamente, um sistema leviano de inculpação de pessoas, orientado pela suspeição universalizada, já que partia da pressuposição de que todos poderiam ser culpados de subversão ou de corrupção. Os agentes de informação consideravam como fato estabelecido a existência de uma conspiração, qual seja, a escalada do “movimento comunista internacional”, que agiria

dissimuladamente, envolvendo “incautos” e, por causa dessa lógica, nunca era surpreendente para eles encontrarem indícios suspeitos em quaisquer investigações. Quando tais indícios não existiam, eram fantasiados, tendo sido muito criticadas, inclusive por militares, as inúmeras informações que começavam com um verbo arditosamente empregado: “Consta que...”. Pode-se falar, sem exagero, de uma paranóia que se manifestava, constantemente, como delírio persecutório, gerador de uma suspeição universal. Nos dossiês da comunidade de informações, insuspeitas personalidades liberais, ou mesmo conservadoras, foram acusadas de comunismo (Fico, 2001a).

Os agentes de informação interpretavam a seu modo a chamada “doutrina” de segurança nacional e traduziam em um jargão o pensamento político radical de direita. Assim, as lucubrações geopolíticas da Escola Superior de Guerra sobre a guerra fria ou os “objetivos nacionais permanentes” do Brasil eram representados banalmente no cotidiano da comunidade de informações através da descrição de episódios singulares. Uma pichação poderia conter ameaças à “segurança nacional”. A visita de um professor universitário a um militante de esquerda poderia significar um passo na “escalada do movimento comunista internacional”. Uma greve seria um “óbice” ao futuro do país. Essas interpretações peculiares dos escalões inferiores da comunidade de informações faziam surgir aquilo que podemos chamar de “técnicas de suspeição”, isto é, as maneiras encontradas pelos agentes para “provar” que alguém era culpado de “subversão”. A mais usada era a reiteração: anotava-se na ficha de alguém um primeiro “indício” (a simples frequência a uma reunião, por exemplo) e, nos meses e anos seguintes, acrescentavam-se outras “informações”, muitas vezes simples cogitações, que iam, assim, compondo um perfil nebuloso de suspeição em torno do acusado — que nem ao menos tinha notícia da acusação. Em resumo, elegia-se *a priori* o suspeito e providenciava-se a culpa depois.

Outra forma corriqueira de inculpar alguém era desqualificá-lo com a acusação de algum desvio moral (do ponto de vista da comunidade de informações). Padres e bispos eram acusados de romper o celibato eclesiástico; políticos de oposição, de serem homossexuais; professoras universitárias de esquerda teriam amantes. Nessa linha, uma das formas de o “movimento comunista internacional” propagar-se seria pelo incentivo do uso de drogas e pela valorização da idéia de “amor livre” (Fico, 2001a, p. 187 e segs.).

O grotesco da comunidade de informações gerou muitas ironias na crítica de oposição, pois, muitas vezes, os agentes produziam avaliações truncadas ou equívocas, classificavam como “secretas” informações consabidas, faziam leituras ingênuas ou simplórias dos grandes clássicos da esquerda (ao se debruçarem, por exemplo, sobre algum “material apreendido”, que, invariavelmente, incluía obras de Marx, Lênin, Trotski etc.), não percebiam o que estava nas entrelinhas de uma peça de teatro ou de uma letra de música (através das quais artistas buscavam driblar a censura), passando a receber, mais recentemente, por causa dessas investigações atrapalhadas, o epíteto de “arapongas”. Tudo isso é verdade, mas o folclore sobre as trapalhadas não deve ocultar a dimensão dramática do problema, pois a espionagem da ditadura gerou conseqüências gravíssimas, que repercutem até hoje no país, mesmo porque o Sisni demorou a ser extinto (o SNI desapareceu formalmente durante o governo Sarney, substituído pela Agência Brasileira de Inteligência, órgão ainda não completamente estruturado). Durante a ditadura, além dos casos óbvios de perseguição, prisão, tortura e morte de militantes e quadros organizados, praticados pela polícia política, milhares de pessoas foram espiadas, julgadas e prejudicadas pela comunidade de informações. Muitas nem sequer souberam disso. Igualmente importante era a repercussão interna, sobretudo entre os militares moderados, das informações do Sisni: ao propagarem suas avaliações sobre a “ameaça subversiva” ou a “escalada do movimento comunista internacional”, os agentes da comunidade de informações difundiam como versão autorizada as idéias da linha-dura, constituindo-se em uma espécie de corpo de especialistas¹⁹ capaz de enunciar a “verdade” ou a “versão autorizada”, colaborando, assim, para a longa duração da ditadura e de seu aparato repressivo.

Polícia política

Um enunciado histórico sobre o regime militar bastante aceito destaca o endurecimento da repressão após o AI-5 (dezembro de 1968). Ele é verdadeiro, como se verá neste tópico, mas de algum modo encobre o fato de que, desde o início, o regime foi extremamente rigoroso com seus “inimigos”, praticando muitas prisões arbitrárias e tortura no Nordeste, por exemplo,

logo após o golpe. Esse enunciado costuma estar acompanhado da crença de que foi a opção pela “luta armada”, por parte da esquerda, que levou ao AI-5 ou, quando se trata da memória da própria esquerda, teria sido o Ato Institucional de dezembro o motivo da opção pela “radicalização”.

A história, naturalmente, não está imune a essas disputas entre memórias divergentes, mas ela deve procurar não estabelecer explicações simplistas, baseadas em relações lineares de causa e efeito. De fato, vários setores da esquerda, dentro e fora do Brasil, supunham que a luta pelo comunismo deveria ter como estratégia a deflagração de uma “guerra popular”, estabelecida através de focos de guerrilha rural e incentivada por ações de “guerrilha urbana”. Este era um projeto que os animava havia tempo. Do mesmo modo, a criação, pela ditadura, de um “setor especificamente repressivo”²⁰ não foi apenas uma consequência da “luta armada”, mas um projeto que se integrava ao estabelecimento de outros suportes básicos do regime (espionagem, censura, propaganda) e com os quais se pretendia, em síntese, eliminar ou ocultar tudo que dissentisse da “utopia” autoritária expressa na diretriz geral da “segurança nacional”.

Algumas ações de “guerrilha urbana” tornaram-se conhecidas ainda em 1968 (especialmente os assaltos a bancos) (Gorender, 1987, p. 99), mas os fatos que realmente confirmariam a estratégia da “luta armada” só aconteceram ou tornaram-se conhecidos dos militares posteriormente (como os seqüestros de diplomatas e a “guerrilha” do Araguaia). Além disso, o SNI já solicitava a Costa e Silva um instrumento nos moldes do que viria a ser o AI-5 em julho de 1968. Igualmente, o sistema conhecido como “DOI-Codi” foi estabelecido antes do primeiro seqüestro de diplomata (o do embaixador norte-americano), diferentemente do que afirma a memória militar.²¹

Porém, é certo que entre a “luta armada” e a atividade repressiva da ditadura estabeleceu-se uma espécie de inter-relacionamento que se expressava num mecanismo de confirmação recíproca: é justamente o reflexo dessa interação o que se vê, ainda hoje, no conflito de memórias mencionado. Para os militares da linha dura, a opção de setores da esquerda pela “luta armada” confirmou a necessidade de implantação do “Sistema de Segurança Interna” (Sissegim); para estes setores da esquerda, o AI-5 confirmou a tese da impossibilidade de luta no terreno legal. Assim, o AI-5 pode ser visto como

o resultado do processo de maturação da linha-dura: ela usou os episódios de radicalização de 1968 apenas como justificativa para sua constituição em “comunidade”, isto é, para sua “institucionalização” como “sistema” oficial do governo. Aliás, não se deve perder de vista que alguns desses episódios de radicalização foram provocados pela linha-dura — como a violenta invasão da Universidade de Brasília, em agosto de 1968 —, precisamente com o propósito de justificar a necessidade de endurecimento do regime. Outros atos de terrorismo, planejados pela linha-dura para serem atribuídos à esquerda, não chegaram a se consumar, embora seus preparativos sejam conhecidos.

Embora Costa e Silva, na manhã de 13 de dezembro de 1968, tenha recebido a sugestão de “apenas” fechar a Câmara dos Deputados (como já o fizera Castelo Branco) (Mello, 1979, p. 649), a opção pelo Ato estava tomada, dando vazão à ânsia da linha-dura de completar a “Operação Limpeza”, interrompida pelo primeiro general-presidente, apesar de defendida pelo então ministro da Guerra (que, com esta defesa, obtivera o apoio da linha-dura). Como é sabido, o pretexto para a edição do AI-5 foram alguns discursos de Marcio Moreira Alves, então deputado pelo MDB da Guanabara, que chamava o Exército, às vésperas do Dia da Independência de 1968, de “valhacouto de torturadores”, falava em “carrascos” e conclamava as namoradas de cadetes e jovens oficiais a “boicotá-los”. Mas os objetivos do Ato eram muito maiores do que uma simples punição à Câmara, que não concedeu permissão para que o deputado fosse processado: o Ato de dezembro restabelecia as cassações de mandatos eletivos e as suspensões de direitos políticos; criava a possibilidade de confisco de bens de todos que houvessem “enriquecido ilícitamente”; suspendia a garantia de *habeas corpus* e não definia um prazo final para sua vigência — inovando em relação ao AI-1 e ao AI-2.

Uma das principais motivações para o AI-5 foi a insatisfação da linha-dura com o desenvolvimento dos primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs). A origem do grupo está precisamente aí: oficiais superiores conduziam esses inquéritos, conforme estabelecia um ato do “Comando Supremo da Revolução” (instância liderada por Costa e Silva após o golpe e antes da posse de Castelo).²² Eram os “coronéis dos IPMs”. Porém, antes do AI-5, as tentativas de punição esbarravam na concessão de *habeas corpus* pela Justiça. Com isso, os processos tardavam e as punições não eram obtidas. Propaga-

gou-se entre esses militares a idéia de que a “Revolução” não estava alcançando seus objetivos. Mesmo depois do AI-2, que reabriu a temporada de suspensões de direitos políticos e cassações de mandatos, o grupo continuava pressionando, até porque o AI-2 teve sua vigência limitada a 15 de março de 1967 e não impedia a concessão de *habeas corpus*. Portanto, um dos principais reclamos da linha-dura era a adoção de foro especial para os crimes políticos (julgados pelos tribunais militares desde o AI-2, definição incorporada à Lei de Segurança Nacional de 1967 e seguintes) e a suspensão do direito de *habeas corpus*. Com isso, prisões arbitrárias poderiam ser feitas e os julgamentos dos acusados se dariam em cortes ajustadas à doutrina de segurança nacional.

Dois meses depois do AI-5 uma “Comissão Geral de IPM” tomou para si a responsabilidade por todos os inquéritos em curso. Em maio de 1969 foi editado um novo Código de processo penal militar, com punições mais rigorosas. Em julho, as polícias militares foram subordinadas ao Estado-Maior do Exército, através de uma “Inspeção Geral das Polícias Militares”. Todas essas medidas, implementadas em tão pouco tempo, demonstram que o endurecimento do regime já vinha sendo planejado havia tempo. Porém, essa era a parte mais visível do novo sistema, regulamentada através de leis ostensivas.²³ A estrutura propriamente repressiva — aquela que seria responsável pelas prisões, tortura e assassinatos políticos que marcariam a ditadura militar brasileira do pós-68 — foi criada através de diretrizes secretas.

Desde julho de 1969 funcionava, em São Paulo, a chamada “Operação Bandeirantes” (Oban). Implementada pelo comando do II Exército, existem, não obstante, indicações expressivas de que a Oban tenha sido criada com a ajuda dos Estados Unidos (Huggins, 1998, p. 189). A idéia era promover uma ação conjugada e permanente de combate às atividades da “guerrilha urbana”. Juntavam-se, na Operação Bandeirantes, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, as polícias militar e civil, amparados pelo governo do estado e contando com auxílio financeiro de empresários. Surgia a partir da avaliação de que a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo não vinha sendo eficaz no combate à “subversão”, que se caracterizaria por ser ágil e surpreendente. É a tese do “despreparo”, que seria repetida *ad nauseam* como justificativa para a implementação do sistema repressivo, sendo sempre lembrado

o “fato” de que as atividades “subversivo-terroristas” não deviam ser combatidas como crimes comuns. Daí “a necessidade de coordenação entre os diversos órgãos, integrando-os e fazendo convergir os esforços de todos para o fim comum”.²⁴

Foi a estrutura da Oban que inspirou a criação do sistema Codi-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna-Destacamento de Operações de Informações). Como já foi visto, cabia ao secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional a “coordenação das medidas para a manutenção da ordem e da segurança interna no país” (Abreu, 1979, p. 63).²⁵ Assim, foi este órgão que discutiu e encaminhou ao presidente da República algumas diretrizes que estabeleciam o “Sistema de Segurança Interna”, ou seja, a determinação para que o padrão da Oban — “sistemática que, com sucesso, vem sendo adotada nesse campo”²⁶ — fosse implementado em todo o país,²⁷ como esclarecia um ofício do Conselho de Segurança Nacional encaminhado a todos os governadores.

A implantação do Sissegim foi meticulosamente planejada, inclusive através da realização de seminários para o estabelecimento de diretrizes uniformes. Nos comandos militares dos exércitos espalhados pelo país deveriam ser criados um Conselho de Defesa Interna (Condi), um Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo, nesse caso denominado comandante de “Zona de Defesa Interna” (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDIs. Podiam ser criadas, ainda, Áreas de Defesa Interna (ADIs) ou Subáreas de Defesa Interna (Sadis), em regiões que merecessem cuidados especiais.²⁸ Os Condis seriam órgãos de assessoramento do comandante da ZDI, e podiam ser integrados pelo governador, por comandantes militares e autoridades municipais. Na prática funcionaram pouco. Os Codis eram órgãos de planejamento, dirigidos pelo chefe do Estado-Maior do Exército respectivo. Controlavam a execução das medidas de repressão e buscavam articular todas as instâncias envolvidas. Os DOIs faziam o trabalho sujo: prisão, tortura e assassinato. Geralmente comandados por um tenente-coronel, essas unidades eram bastante flexíveis e adaptáveis. Seu coração eram as seções de busca e apreensão e as de interrogatório, que faziam as prisões e a tortura. O trabalho era contínuo, com dois

expedientes. Os agentes de investigação não deveriam ser identificados pelos prisioneiros, cabendo as prisões somente aos responsáveis pelas buscas e apreensões. O DOI do II Exército, em setembro de 1970, reunia 112 pessoas, mas chegou a ter 250. Quase oitenta provinham das Forças Armadas. Muitos integrantes recebiam gratificações especiais. O uso de codinome era obrigatório, sendo proibido aos agentes militares o corte de cabelo típico dos soldados. Havia um constante rodízio de pessoal, inclusive em função do risco que as respectivas famílias corriam. Costumava ser problemático o relacionamento entre os oficiais das Forças Armadas e os integrantes das polícias civis e militares. Os primeiros acusavam os segundos de corruptos. Os policiais achavam os militares despreparados.

Com o auxílio da “comunidade de informações”, o sistema Codi-DOI difundia a todas as instâncias do poder uma certa narrativa pretensamente justificadora de sua existência. Este é um aspecto importante para se entender a forma de convivência entre “moderados” e “duros”. Os “moderados” não desconheciam as atividades brutais da repressão, mas procuravam manter-se afastados delas. Para que a estrutura repressiva se sustentasse, era preciso que algum tipo de discurso justificador fosse estabelecido. Tal necessidade era suprida pela difusão das informações da comunidade de informações, que de algum modo interpretava ou traduzia para as diversas instâncias governamentais a versão corrente da comunidade de segurança. Assim, segundo tais análises, somente com o Sissegim teria sido possível combater a “ameaça comunista”. Igualmente, “vilões” (Carlos Marighella) e “traidores” (Carlos Lamarca) eram apontados. Quando a “guerrilha urbana” e a “luta armada” foram derrotadas, a manutenção do Sissegim foi justificada pela necessidade de combate ao PCB, que “perigosamente” se infiltrava no partido de oposição consentido.

Com a posse de Ernesto Geisel e a adoção, por ele, do plano de “distensão política”, o Sissegim sentiu-se ameaçado. O episódio bastante conhecido da demissão do comandante do II Exército, Ednardo Dávila Melo, em função dos assassinatos políticos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho (sevidados e mortos no DOI de São Paulo), em 17 de janeiro de 1976, marcou simbólica e praticamente o começo da longa desmontagem do Sissegim. Não seria fácil, pois a reação do setor foi enorme, inclusive através de atentados terro-

ristas que praticariam dali para a frente em todo o país (almejando pretextar uma retomada das atividades violentas pela esquerda). Seja como for, os próprios prisioneiros políticos reconhecem que, desde então, a tortura deixou de ser generalizada (Couto, 1999, p. 111). O Sissegim só seria extinto no final do governo Figueiredo — o que não significa dizer que seu *modus faciendi* tenha sido completamente eliminado das corporações que contaminou.

Um ramo pouco estudado da ação repressiva da ditadura militar mesclava espionagem e polícia política com “justiça” sumária: o “Sistema CGI”, sigla que designava a Comissão Geral de Investigações, órgão criado em 1968 para propor o confisco dos bens daqueles que houvessem enriquecido de maneira ilícita.²⁹ Era o velho mote do combate à corrupção, uma das mais lembradas justificativas do golpe de 1964, além do combate ao comunismo. O organismo estruturou-se em todo o território nacional (uma subcomissão em cada estado) e agia através de denúncias e investigações sumárias. Caso o investigado fosse considerado culpado, a CGI propunha ao ministro da Justiça um decreto de confisco de bens, o que era afinal decidido pelo presidente da República. Entre 1969 e 1973, apenas 42 processos resultaram em confisco.³⁰ Uma das dificuldades para a atuação da CGI era o envolvimento de militares e de aliados políticos em corrupção: evidentemente, esses processos eram arquivados. De modo que o discurso ético-moral de combate à corrupção — que animava sinceramente diversos integrantes da CGI — foi usado como simples ideologia pela ditadura. A CGI sempre foi um órgão decadente no âmbito da estrutura repressiva do regime e acabou funcionando como instrumento de intimidação de inimigos políticos, através da convocação para depor, por exemplo, o que lançava suspeita sobre as pessoas e as atemorizava.

Censura

Não se pode falar propriamente no “estabelecimento” da censura durante o regime militar porque ela nunca deixou de existir no Brasil. Livros, jornais, teatro, música e cinema sempre foram atividades visadas pelos mandantes do momento e, muitas vezes, tratadas como simples rotina policial, pois as prerrogativas de censura de diversões públicas sempre foram dadas aos go-

vernos de maneira explícita, legalizadamente. Ademais, instrumentos reguladores — como “leis de imprensa”, “classificações etárias” (para diversões públicas) e proibições de “atentados à moral e aos bons costumes” — frequentemente possibilitaram mecanismos censórios que contavam, além disso, com o benefício da legitimação que largas parcelas da sociedade lhes conferem, já que os consideram “naturais”. Assim, para a ditadura militar, tratava-se mais de uma adequação, não de uma criação.

Castelo Branco, o primeiro general-presidente, era muito cioso de sua biografia. Desejava afirmar-se como “legalista” e “democrático”, até mesmo para contrastar com seu ministro da Guerra, o já mencionado líder da linha dura, que o sucederia. Afirmava ter ojeriza à propaganda política e à censura, tendo certa vez escrito uma carta a Costa e Silva pedindo providências contra oficiais que ameaçavam fechar teatros e apreender livros que atentavam contra a “liberdade de opinião”.³¹ Tal discurso, endossado pelos biógrafos que o beneficiaram (Viana Filho, 1975; Dulles, 1979), não foi confirmado, por exemplo, pela lei de imprensa que editou dias antes de transmitir o governo a seu sucessor.³² A lei anunciava regular a “liberdade de manifestação de pensamento e de informação”, mas permitia a censura quando se tratasse de propaganda de “processos de subversão da ordem política e social”. O segundo parágrafo do artigo inicial informava que televisão, música, cinema e teatro estavam sujeitos à censura “na forma da lei”. Livros e periódicos não poderiam ser “clandestinos” ou atentar contra a “moral e os bons costumes”. De modo que tudo poderia ser censurado, bastando ao governo lançar mão desta ou daquela dubiedade da legislação. Isso não seria necessário, por diversos motivos, sendo os mais óbvios a truculência que se instalaria no país após o AI-5 e a colaboração espontânea das diversas instâncias envolvidas, como donos de jornais, jornalistas, produtores de cinema e de televisão. Todas estes agentes possuíam longa trajetória de relacionamento com os poderes constituídos, não apenas em função de interesses materiais, mas também, em vários casos, por genuína convicção política. Além disso, o Poder Executivo sempre pôde, no Brasil, manipular grandes verbas publicitárias, determinar sindicâncias contra um órgão de imprensa, negar-lhe financiamento através dos bancos estatais ou, durante a ditadura, apreender toda uma tiragem.³³ Nunca foi difícil censurar no Brasil.

De modo que não apenas a imprensa, notadamente os jornais, esteve enquadrada desde os primeiros momentos da ditadura. Também as atividades artísticas, culturais e recreativas foram reguladas desde sempre, como o teatro, o cinema, a TV, o circo, os bailes musicais, as apresentações de cantores em casas noturnas etc.

Certamente, porém, foi o AI-5 que permitiu uma atividade censória mais sistemática por parte da ditadura militar. O Ato foi usado, imediatamente, para a censura da imprensa. Contudo, não havia um instrumento legal específico para a atividade. O Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, estabelecia a censura de publicações e de “exteriorizações” contrárias à moral e aos bons costumes, não abrangendo especificamente a censura política da imprensa. Esta passou a ser censurada com base no *decretum terribile* e nas definições propositadamente ambíguas das diversas versões das leis de segurança nacional. Não surpreende, portanto, que as comunidades de informações e de segurança reclamassem um dispositivo específico,³⁴ ecoando a tradicional ânsia brasileira por normas e regulamentações que, de maneira extravagante, não desapareceu nem mesmo nessa fase, quando aos militares quase tudo era permitido. A lacuna, porém, não foi impedimento para a censura dos jornais, embora algumas tentativas de questionamento na Justiça tenham sido feitas. Alguns jornais e revistas sofreram, inclusive, com a presença cotidiana de um censor *in loco*.

O tema é ainda pouco conhecido, sendo recentes as pesquisas históricas mais objetivas que, lentamente, vão eliminando os traços de memória que tendem a enaltecer a imprensa em geral como defensora ardorosa da democracia e vítima da censura (ver Kushnir, 2002a e Smith, 2000). Ainda é comum ver-se destacado o papel dos órgãos que sofreram com a censura ou a atuação de profissionais que procuraram negaceá-la. Esta é uma dimensão verdadeiramente importante, pois chama a atenção para o trabalho de órgãos e de jornalistas de oposição que combateram, criticaram ou ridicularizaram a ditadura, como Movimento, Opinião, O Pasquim, a Folha da Tarde de certa época ou O Estado de S. Paulo.³⁵ Porém, milhares de veículos, por todo o Brasil, assumiram posturas pragmáticas ou de apoio ostensivo ao regime, o que tem sido por vezes chamado, genericamente, de “autocensura”, expressão que não revela todos os matizes do problema. Afinal, “autocensura”

denota um comportamento de colaboracionismo, algo distinto dos procedimentos pragmáticos dos que pretendiam “evitar problemas” ou dos que seguiam as ordens da censura por receios diversos.

A prática da censura política dos jornais e revistas permanecia algo desconhecida até recentemente, pois só contávamos com os relatos dos jornalistas e dos donos de jornais. Somente nos anos 1990 os acervos documentais secretos da ditadura começaram a vir a público. Esta é, certamente, a razão de algumas incompreensões sobre o assunto. Uma delas é a percepção de que a atividade fosse conduzida de maneira desordenada ou confusa. Como os jornais recebiam “bilhetinhos” ou telefonemas sobre os temas que deveriam ser evitados, propagou-se a idéia de que a atividade censória se desse em conformidade com o censor do momento. Sabemos hoje, porém, que toda uma sistemática ordenava a pauta de “proibições determinadas”, baseada na vontade de censura de um assunto específico por parte dos órgãos do governo (notadamente os ministérios, a Presidência da República e as comunidades de segurança e informações). Desse modo, um ministro ou um comandante militar encaminhava ao ministro da Justiça um pedido para que tal assunto fosse censurado e, então, caso o ministro aquiescesse, a Polícia Federal expedia o documento adequado ao caso específico, isto é, uma informação escrita (bilhetinho) ou telefonema aos órgãos não submetidos à “censura prévia” ou ao censor responsável pelo órgão submetido a ela. Note-se, portanto, que havia dois tipos específicos de censura à imprensa: o primeiro era chamado de “censura prévia” e pressupunha o exame, pelos técnicos do Departamento de Polícia Federal, dos textos jornalísticos antes de sua proibição. Isso poderia ser feito na própria redação do periódico, na sede do DPF da cidade onde estava a redação ou em Brasília. No início de 1973, alguns poucos veículos estavam submetidos a este tipo de censura: *Tribuna da Imprensa*, *O Pasquim*, *A Notícia* (Manaus), *Opinião*, *Ele e Ela*, e *Pais e Filhos*, mas outros órgãos sofreram a sistemática durante todo o período da ditadura. O segundo tipo era a fiscalização sistemática e velada “no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições”.³⁶ Os dois procedimentos baseavam-se numa classificação de temas censurados que a ditadura chamava de “proibições determinadas”. Entre agosto de 1971 e janeiro de 1973, foram determinadas oitenta proibições, a maioria delas

originada no Ministério da Justiça. O Centro de Informações do Exército, o próprio Ministério do Exército e a Presidência da República foram órgãos que também demandaram muitas proibições. Essas eram as proibições que orientavam tanto os técnicos da censura prévia quanto aqueles que faziam o acompanhamento dos jornais e revistas após sua publicação. Tratava-se, portanto, de atividade bastante regulada e sistemática (Fico, 2001a, p. 168 e segs.). Porém, não é de todo incorreta a percepção dos jornalistas e donos de jornais que falam de “confusão”: integrantes da comunidade de segurança pretenderam (e conseguiram) muitas vezes censurar temas sem a intermediação do Ministério da Justiça. Durante o governo de Ernesto Geisel, entretanto, a prática ficou bastante centralizada nas mãos de Armando Falcão, ministro que se comprazia em censurar. Ademais, além de todos os percalços ocasionados pela censura, como atrasos e perda de material, o Departamento de Polícia Federal cometia erros, mandando censurar episódios que, posteriormente, reconhecia serem inócuos (Fico, 2001a, p. 171).

A censura também era exercida através de recomendações que afetavam a técnica jornalística: em 1970 o ministro da Justiça proibiu que expressões como “fontes bem informadas” ou “fontes autorizadas” fossem utilizadas nas notícias. Do mesmo modo, não admitia manchetes escandalosas e recomendava que certas notícias de assaltos a bancos fossem resumidas e publicadas nas páginas internas. Crimes escabrosos e fotografias “obscenas ou deprimentes” preocupavam especialmente o ministro. Eventualmente, donos de jornais eram chamados a Brasília para ouvir admoestações.

Defesa da moral e dos bons costumes sempre foi o objetivo dos órgãos de censura das chamadas “diversões públicas”, isto é, teatro, cinema, espetáculos musicais e até mesmo circo. Outrora, governos locais apoiados pela polícia embargavam espetáculos. Nos anos 1940 passou a existir um Serviço de Censura de Diversões Públicas no âmbito do Departamento Federal de Segurança Pública, havendo carreiras públicas de técnicos especializados na função. Durante o regime militar a atividade prosseguiu e, nos anos 1970, a Divisão de Censura de Diversões Públicas, com sede em Brasília, contava com serviços de censura de diversões públicas (SCDP) espalhados pelo país.³⁷

Presidia a ação da censura de diversões públicas da ditadura uma mistura sombria de concepções arcaicas, preconceitos, pensamento autoritário e jar-

gão conceitual emanado das lucubrações da chamada doutrina de segurança nacional. A velha preocupação com a “obscenidade”, por exemplo, mesclava-se, agora, às necessidades específicas do regime militar. Alguns cineastas enfrentaram graves problemas financeiros em função da censura e produtoras quase foram à falência (Fico, 2001b). Mas existiram também aqueles que se adaptaram ao momento, produzindo, por exemplo, uma plethora de filmes de curta-metragem supostamente edificantes sobre as singularidades brasileiras, que passavam obrigatoriamente antes da exibição de filmes estrangeiros. Tais curtas eram oficialmente classificados como de “utilidade pública”.³⁸ Igualmente, não se deve perder de vista o papel desempenhado pelas agências oficiais de financiamento da arte e da cultura existentes durante a ditadura militar: verbas importantes provinham desses órgãos. Não será abusivo supor que relações viciadas devem ter-se estabelecido entre artistas, censura e financiamento público (consultar Sussekind, 1985). O tema merece pesquisa mais acurada, pois era grande o trânsito entre pequenos produtores de curtas, profissionais de agências de publicidade comercial e a propaganda política do período.

Note-se que a quase totalidade da atividade censória das diversões públicas era feita previamente, o que lhe conferia grande capacidade de coerção. No caso do teatro, por exemplo, algumas peças foram inviabilizadas no ensaio geral, às vésperas da estréia. *Brasileiro: profissão esperança*, por exemplo, escapou por pouco e, dias após sua primeira encenação, o diretor do Departamento de Polícia Federal lamentava: “não se compreende sua liberação anterior, pois a mesma visa à negação, pelo achincalhe, de valores que temos de preservar”. *Calabar* não teve a mesma sorte: a peça foi proibida, apesar de o texto ter sido liberado e a montagem, finalizada. Grande prejuízo financeiro abateu-se sobre seus produtores.

Também a televisão sofria com a censura prévia de alguns programas. O veículo era visto, pelos militares, como grande arma de propaganda, e programas de entretenimento ou de informações passavam por constante avaliação de parte dos agentes de censura que neles viam mensagens subliminares. Novelas, *shows* humorísticos, programas femininos, todos foram objeto de censura. A censura prévia, nesses casos, poderia implicar prejuízos realmente gigantescos, haja vista o alto custo de uma produção televisiva. Se a im-

prensa escrita sempre podia lançar mão de outros textos (que custavam apenas algumas horas a mais de reflexão e datilografia), no caso da TV a censura prévia poderia significar o bloqueio definitivo de um programa. Nem mesmo a Rede Globo, afinada com as diretrizes da ditadura militar, conseguiu ver suspensa a censura prévia de seus programas, como o *TV Mulher*, não obstante solicitação neste sentido que, no início dos anos 1980, seu diretor-executivo dirigiu ao ministro da Justiça. A preocupação da censura, no caso, eram as análises sobre sexualidade que Marta Suplicy fazia, e que eram classificadas como “permissivas” pela censura.³⁹

Os livros também foram objeto de preocupação da censura, embora de maneira assistemática em função do grande volume de edições. Armando Falcão, ministro dos meios de comunicação com a censura, tentou estabelecer critérios e chegou a criar um grupo de trabalho para censurar livros, mas a iniciativa não deu certo. Errática, a censura de livros acabava por atingir os pornográficos, queimados nos incineradores da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro, e os autores mais destacados e visados, como Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Fernando Henrique Cardoso, Chico Buarque e outros. Aliás, alguns nomes se transformavam em inimigos emblemáticos do regime militar: tanto quanto dom Helder Camara era uma das preocupações obsessivas da comunidade de informações, as músicas de Chico Buarque (bem como suas peças) eram constantemente vigiadas pela censura. Bem se entende que ele tenha recorrido ao estratagema de assinar canções com um pseudônimo — o misterioso Julinho da Adelaide (Mota, 2000, p. 268-271).

PROPAGANDA

No dia 2 de novembro de 1969, um domingo, apenas três dias depois da posse do general Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República, os coronéis Otávio Costa e Toledo Camargo definiram as diretrizes que norteariam a maior campanha de propaganda política jamais vista no Brasil. Otávio Costa foi convocado por Médici para chefiar a Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas), sigla que faria fama na TV, e convidou Toledo

Camargo para auxiliá-lo.⁴⁰ A tarefa era ingrata por diversos motivos. Otávio Costa não tinha intimidade com o presidente e não havia recebido nenhuma instrução sobre o que fazer. Antes da posse de Médici, já enfrentara problema assemelhado: tendo recebido a incumbência de redigir o discurso do general, não encontrara o que dizer, pois Médici assumia a Presidência em circunstâncias excepcionais, após o exótico interregno da Junta Militar que substituíra Costa e Silva, vitimado por doença grave e que logo faleceria. Sem contar com planos de governo a anunciar, Otávio Costa apelara para a poesia gaúcha (que conhecia bem), pois gaúcho era o novo presidente. Apesar de escapista, o discurso obtivera grande repercussão, pois soaram surpreendentes algumas frases líricas postas na boca de um general rústico que mal conseguia recitar o que lia: “neste momento sou oferta e aceitação”! O discurso de posse rendeu ao moderado Otávio Costa a fama de ingênuo entre a comunidade de informações, que passou a chamá-lo de presunçoso, vaidoso e “poetinha besta”.

Ademais, a Aerp, criada em janeiro de 1968, ainda durante o governo de Costa e Silva, vinha de uma experiência desastrosa. Hernani d’Aguiar, seu primeiro chefe, havia feito um curso de Relações Públicas na PUC do Rio de Janeiro, em 1966, e chefiou o escritório de Costa e Silva quando este se declarou candidato à sucessão de Castelo Branco. No cargo, notou que a imagem do futuro presidente era alvo de chacotas, inclusive em função do comportamento do próprio Costa e Silva, freqüentador de corridas de cavalos e de recepções mundanas. Tendo em vista, inicialmente, a imagem do futuro presidente, Hernani d’Aguiar chefiou um grupo de trabalho que acabou por sugerir a criação da Aerp. Entre a posse de Costa e Silva e a efetiva criação da Aerp passaram-se quase dez meses. A Assessoria só surgiu graças ao apoio de Jayme Portella de Mello à idéia do coronel d’Aguiar, o mesmo Portella que criou as bases conceituais para a instalação do Sissegim. Porém, nunca chegou a ter o *status* de ministério, diferentemente do SNI, e foi criada de forma dissimulada, “envergonhadamente, no desvão de um decreto que tratava de uma reformulação do Gabinete Militar (...), pegou de susto os outros”, como reconheceria o próprio Otávio Costa. À frente da Aerp, Hernani d’Aguiar estimulou e patrocinou a produção de campanhas, de forte cunho oficial, que enalteciam o país de maneira ufanista. Mostravam o

“Brasil Grande” e um governo empreendedor. Em outubro de 1968, os participantes de um seminário promovido pela Aerp concluíram que a imagem do governo era ruim. Para melhorá-la, propuseram iniciativas que desviassem a atenção do público para fatos notáveis, através, por exemplo, de concursos de estudantes ou da promoção de eventos do tipo “Brasil Grande”: o milionésimo transportado pela CAN, o imigrante nº 500.000 e assim por diante. Uma espécie de lista de preocupações cívicas que buscava estabelecer uma cidadania decorativa, segundo a qual o cidadão apenas precisava ser lembrado dos motivos que tinha para enaltecer o governo. Pouco sutil, tal propaganda não convencia. Otávio Costa logo percebeu que deveria romper com a estratégia de d’Aguiar e encontrar outros caminhos.

Além de não receber instruções de Médici, de ser tido pela linha-dura como um tolo e ter de lutar contra a herança de Hernani d’Aguiar, Otávio Costa precisava resolver um outro problema: o fantasma do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) de Getúlio Vargas. De fato, os castelistas e os moderados em geral viam com muitas reservas a criação de qualquer organismo assemelhado. Quando Golbery do Couto e Silva levou a Castelo a proposta de criação do SNI, ainda em 1964, assessores mais afoitos pretenderam estabelecer um órgão de mão dupla, isto é, que cuidasse tanto da espionagem quanto da propaganda. Castelo Branco recusou a idéia, criando o SNI com o perfil, apenas, de órgão de informações. Segundo Otávio Costa, Castelo tinha “ojeriza visceral” à idéia de propaganda e afirmava que a verdade se impõe por si só. Essa não era a visão de outros militares, mesmo moderados, o que, aliás, é um exemplo que problematiza a estabelecida divisão entre “duros” e “moderados”: de fato, os principais chefes da Aerp, Otávio Costa e Toledo Camargo, eram moderados — talvez disséssemos melhor, inócuos —, embora chefiassem um órgão que foi recusado por Castelo, líder dos moderados, e que acabou sendo criado com o apoio de Jayme Portella, o estrategista da montagem do sistema repressivo.

De modo que Otávio Costa e Toledo Camargo tinham muitas dúvidas sobre qual deveria ser, afinal, o papel da Aerp no governo Médici. Aplicados, lançaram mão dos métodos de análise da Escola de Estado-Maior e, naquele fim de semana, chegaram a algumas definições básicas, que perdurariam até o governo de Ernesto Geisel. Em primeiro lugar, para tentar elidir

qualquer aparência com o DIP, adotaram o eufemismo “relações públicas”, já usado por d’Aguiar e corrente nas organizações militares. Com isso, evitavam referências à expressão “propaganda política”, que era, não obstante, o que acabariam por fazer. Em segundo, e mais importante, definiram um jargão que pretendia estabelecer os objetivos das atividades de “comunicação social” da ditadura: “motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento”, “mobilizar a juventude”, “fortalecer o caráter nacional”, “estimular o “amor à pátria”, a “coesão familiar”, a “dedicação ao trabalho”, a “confiança no governo” e a “vontade de participação”. Queriam “contribuir para a afirmação democrática” do país e também pretendiam “atenuar as divergências que sofre a imagem do país no exterior”.

Como se vê, tratava-se de uma estratégia retórica que buscava afirmar exatamente o contrário do que se vivia. Na verdade, Otávio Costa negava, em entrevistas aos jornais da época, que estivesse fazendo divulgação do governo ou propaganda política: estava, apenas, estimulando “a vontade coletiva para o fortalecimento do caráter nacional”. Afirmava, ainda, que a arte de comunicar residia na pura e simples propagação da verdade e que a Aerp se amparava em princípios de “legitimidade”, “respeito aos direitos humanos”, “impessoalidade” e “liberdade de expressão”. Portanto, também na propaganda política, o regime agia envergonhadamente, desejando não ser reconhecido como uma ditadura, negando que houvesse propaganda política, como negava que houvesse tortura ou censura. Traço marcante da ditadura militar brasileira, que também se expressava na estratégia do rodízio dos generais-presidentes (com o qual pretendia afastar-se da imagem dos caudilhos ditatoriais latino-americanos) e no furor legiferante, que tentava legalizar atos espúrios e chegou a criar os incedíveis “decretos-secretos”.

A propaganda da Aerp — como se divisa nos princípios acima mencionados — amparou-se numa certa leitura sobre o Brasil, especialmente fundada na interpretação de Gilberto Freyre. Otávio Costa era um militar intelectualizado, conhecedor da literatura dos “explicadores do Brasil” dos anos 1930-50, e supunha que certos padrões de comportamentos, de crenças, de instituições e outros valores espirituais e materiais conformariam a sociedade brasileira. Ademais, estava plenamente imbuído da visão de que os militares poderiam exercer o papel de “poder moderador” no país, haja

vista uma suposta superioridade sobre os civis no que se refere ao conhecimento da realidade brasileira e ao patriotismo. Segundo tal visão militar, era preciso “ensinar o Brasil” ao povo brasileiro e protegê-lo dos políticos civis, quase sempre vistos como demagogos, corruptos e venais. Um amplo projeto pedagógico fundado numa utopia autoritária: a da eliminação de quaisquer dissensões. Para Otávio Costa, uma série de características definiam o caráter nacional e, além da tradicional tópica da cordialidade, do otimismo, da hospitalidade, da grandeza do território, das riquezas naturais etc., ele chamava a atenção para o grande senso de ridículo dos brasileiros, o que inviabilizaria uma propaganda política típica, que enaltecesse a autoridade ou ostentasse os sinais típicos do poder. Daí a opção por uma propaganda diferenciada, que falava em solidariedade, amor e participação em plena ditadura militar. Não fariam uma propaganda do tipo “chapa-branca”, como a de d’Aguiar e, com isso, também se afastariam das propagandas típicas dos regimes totalitários já amplamente conhecidas e criticadas.

Vivia-se uma fase de grande desenvolvimento dos meios de comunicação no país, especialmente a televisão, que logo poderia transmitir em cadeia nacional e em cores. Otávio Costa optou por produzir “filmetes” — como ele dizia — curtos, com narração breve, com imagens elaboradas e um “gancho” musical que prendesse o telespectador. Ao final, um *slogan* que, muitas vezes, era reproduzido em campanhas de apoio através de cartazes e outros suportes. A Aerp, porém, não lidava com a produção dos comerciais. Otávio Costa criou uma sistemática que também seria observada pelo seu sucessor, Toledo Camargo, já no governo de Ernesto Geisel. O tema era apresentado a um grupo de empresas cadastradas em três reuniões concomitantes, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília, e todas as produtoras, posteriormente, deveriam apresentar uma proposta. Apenas uma era escolhida. Com isso a Aerp beneficiava-se das técnicas mais modernas disponíveis no mercado publicitário e, logo, um padrão se estabeleceu: empresários encomendavam filmes “como os da Aerp”.

Esses filmes dividiam-se em dois grupos principais: os de natureza educativa e os de caráter ético-moral. Vários, de ambos os tipos, se tornaram famosos. “Sugismundo” era o personagem de desenho animado que ensinava a não sujar as ruas; “Não faça de seu carro uma arma, a vítima pode ser

você” era o *slogan* de uma campanha que também ficou famosa pelas imagens fortes que veiculava; o “Dr. Prevenildo” ditava normas de saúde pública. As campanhas de caráter ético-moral tratavam dos mais diversos temas: a dimensão cultural do carnaval e do futebol; o papel simbólico de heróis nacionais, como Tiradentes; o papel dos jovens na sociedade; as relações entre pais e filhos; o respeito devido aos idosos; a importância do trabalho; a solidariedade; a harmonia; o desapego; o amor. Havia também campanhas periódicas, como as que comemoravam a Semana da Independência ou a que marcava o aniversário da “revolução” de 1964. Muitas dessas campanhas eram subtemas de campanhas globais, marcadas por *slogans* muito repetidos, sempre ao final dos comerciais. Os principais foram: “Ninguém segura o Brasil” (resultante da conquista, pela Seleção do Brasil, da Copa do Mundo de futebol em 1970), “Este é um país que vai pra frente” e “O Brasil é feito por nós”. Muitas músicas especialmente feitas se tornaram marcantes. A propaganda política do regime militar era bastante ridicularizada pelos intelectuais e jornalistas de esquerda, mas teve grande repercussão entre a população em geral, que nem sempre a via como o que efetivamente era.

Os analistas que se debruçaram sobre o tema tiveram a impressão de que o regime militar delineou, de maneira integrada, um sistema de propaganda política que amparava ideologicamente a repressão e buscava encobri-la. Isso de fato se deu, mas hoje podemos saber que setores militares diversos tinham idéias diferentes sobre o perfil da “comunicação social” da ditadura. Assim, a pretensão de Otávio Costa e de Toledo Camargo era “educar o povo”; para setores do Exército, havia que “demonstrar força”. Inserem-se nesse contexto de disputa os episódios das “autocríticas de exterroristas”, o do *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o” e as comemorações do Sesquicentenário da Independência. O primeiro foi uma estratégia de desmoralização montada pelo Exército, que levava à televisão adeptos da chamada “luta armada” para fazerem discursos de arrependimento e que a Aerp desaprovava. O infeliz *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o” foi lançado pela Oban (que se inspirou num similar norte-americano) e acabou sendo identificado como de autoria da Aerp, o que exasperava Otávio Costa. As comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil foram conduzidas pelo Exército, contra a vontade de Otávio Costa, que desejava centrar os

festejos na figura de Tiradentes e execrou a peregrinação dos restos mortais de D. Pedro I pelo Brasil, vindos de Portugal, sendo afinal sepultados na Capela do Monumento do Ipiranga.

Por outro lado, o sucesso da Aerp escapava ao comando de seus criadores. A publicidade comercial incorporava traços marcantes da propaganda política e jornalistas como Amaral Netto faziam programas na TV enaltecendo as peculiaridades nacionais. Evidentemente, não havia uma orquestração geral entre essas manifestações, mas era essa a impressão que ficava: a de uma “guerra psicológica”, uma tentativa de “lavagem cerebral”, conceitos que Otávio Costa e Toledo Camargo sempre tiveram de rejeitar em suas entrevistas à imprensa.

CONCLUSÃO

O propósito deste ensaio foi o de mostrar as especificidades dos sistemas que compunham o aparato repressivo da ditadura militar. Tais sistemas não foram “inventados” pelo regime, que, em alguns casos, se amparou em experiências preexistentes, os da espionagem e da censura. Porém, é certo que os reinventou, criando estruturas que seriam copiadas até mesmo fora do Brasil, como se deu com o sistema de segurança (Fico, 1997).

Muitas vezes esse aparato complexo tem sido chamado, globalmente, de “os porões da ditadura”, como se compusesse um todo harmônico e integrado. Não foi assim. Seus variados e numerosos integrantes tinham funções muito especializadas, e aqueles setores que praticavam a tortura e o assassinato político estavam bastante cingidos aos DOIs e aos Dops. Cada um dos sistemas (Sissegim, Sisni, censura, CGI e propaganda política) obedecia a parâmetros próprios e tenha sua esfera de ação particular. No caso da propaganda política, ela existiu em contraposição aos setores mais radicais, apesar de terminar por lhes ser útil. Ademais, conflitos estabeleciam-se entre órgãos de instâncias diferentes, como entre o SNI e o CIE. Portanto, para uma leitura mais refinada da história do período, essas distinções são necessárias, mas é claro que não se está sugerindo uma completa autonomização dessas esferas.

Certas diferenças, porém, são notáveis: o SNI atingiu o seu auge, em termos de orçamento, pessoal, equipamentos etc., no mesmo momento em que o Sistema de Segurança Interna entrava em decadência. Este fenômeno seria incompreensível se não nos déssemos conta das diferenças aludidas. De fato, durante o governo Figueiredo, o SNI transformou-se numa espécie de quarta força armada, tamanho era seu poderio. Ora, nesta fase, já depois do governo de Ernesto Geisel, o Sistema Codi-DOI estava fragilizado, já que ele era o principal obstáculo ao projeto de abertura política. Geisel e Figueiredo precisavam eliminar os “bolsões sinceros, mas radicais” para implantar a distensão política, mas não poderiam prescindir de um órgão de informações.

Infelizmente, a trajetória analítica aqui proposta, qual seja, a da leitura da ditadura militar como sendo o caminho de crescimento, auge e decadência da linha-dura, chama igualmente a atenção para o fato de que tal processo não está plenamente encerrado. A anistia de 1979 foi recíproca, isto é, também os torturadores foram anistiados. A eleição do primeiro civil a suceder os militares foi indireta. Essa saída negociada da ditadura geraria, evidentemente, conseqüências que, até hoje, ainda estamos a enfrentar. Não obstante a passagem do poder aos civis, em 1985, boa parte do sistema repressivo continuou agindo, como o SNI, que só seria extinto no governo de Fernando Collor de Melo. A agência que o sucedeu, a Abin, é ainda mal estruturada, não havendo mecanismos sociais de controle efetivo, através do Congresso Nacional, de suas atividades, e, de tempos em tempos, temos notícias de atividades escusas de espionagem no país. O Sissegim foi formalmente extinto no final do governo Figueiredo, mas a imagem dos militares ficou definitivamente marcada pelo envolvimento com as atividades brutais praticadas nos DOIs e Dops. O Ministério da Defesa, depois de muitos percalços, ainda não contou com um ministro verdadeiramente proeminente. Essa, portanto, é uma história que, de algum modo, ainda não acabou.

NOTAS

1. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, p. 1 e 1º de abril de 1964, p. 1.
2. Para memória sobre tortura, ver Freitas (1981); Tavares (1999); Coelho (2000); e para memória da chamada “guerrilha” ver Sirkis (1986); Gabeira (1979).
3. A primeira edição, de 1970, teve sua circulação impedida.
4. Muito ao contrário, Castelo pôs em récesso o Congresso Nacional em outubro de 1966, e decretou a Lei de Segurança Nacional, em março de 1967, dentre outros exemplos a que se poderia aduzir.
5. Gaspari (2002a e 2002b).
6. Prefácio de Jacob Gorender a Fico (2001a, p. 13).
7. É o caso do acervo da extinta Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), custodiado pela Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal.
8. Depoimento do general Gustavo Moraes Rego Reis publicado em D’Araujo, Soares e Castro (1994b, p. 151).
9. Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968. Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.
10. Artigo 2º do Decreto nº 66.622, de 22 maio de 1970.
11. Decreto nº 66.732, de 16 junho de 1970.
12. Depoimento do general Carlos Alberto Fontoura publicado em D’Araujo, Soares e Castro (1994b, p. 90).
13. *Manual de informações*. Documento datilografado pertencente ao acervo do CPDOC/FGV. fl. 1 a 4.
14. *Informação para o senhor ministro de Estado [das Relações Exteriores]*, de 14 de fevereiro de 1986, fl. 2. Divisão de Segurança e Informações (DSI) [do Ministério das Relações Exteriores]. Documento classificado como “secreto”. Acervo do autor.
15. Como já registrei em outras ocasiões, a ditadura era rica em eufemismos. Assim, “operação de segurança” significava prisão, tortura e interrogatório; “operação de informações”, espionagem. A propaganda política era dissimulada pela expressão “relações públicas”. Ver Fico (1997, p. 92).
16. Depoimento do general Carlos Alberto Fontoura publicado em D’Araujo, Soares e Castro (1994b, p. 91). Depoimento do general Ivan de Souza Mendes publicado em *idem* (1994b, p. 160).
17. Depoimento do general Enio dos Santos Pinheiro publicado em *idem* (1995, p. 133).
18. Em 1980 existiam oito agências regionais.
19. Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 12.
20. Oliveira, Eliézer Rizzo (1976, p. 96).
21. Depoimento do general Octávio Costa publicado em D’Araujo, Soares e Castro (1994b, p. 272).

22. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 9, de 14 de abril de 1964.
23. Ver Decreto-Lei nº 459, de 10 de fevereiro de 1969, e Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.
24. Informações do governo brasileiro para esclarecer supostas violações de direitos humanos relatadas em comunicações transmitidas pela "Comissão Interamericana de Direitos Humanos", da Organização dos Estados Americanos. Arquivo Nacional, Fundo "DSI", Série "Movimentos Contestatórios à Ordem Política e Social - Avulsos", caixa 3582, fl. 128.
25. Ver artigo 8º do Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968.
26. Ofício do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional aos governadores estaduais. Documento classificado como "secreto". 10 de novembro de 1970. Gentilmente cedido ao autor por Elio Gaspari.
27. *Sistema de Segurança Interna. Sissegin*. Documento classificado como "secreto". [1974?]. Capítulo 2, fl. 6. Documento datilografado pertencente ao acervo do CPDOC/FGV.
28. Expressão Militar do I Exército. Documento pertencente ao acervo do CPDOC.
29. Decreto-Lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968.
30. Relação das Propostas de Confisco [que resultaram em decreto de confisco], Anexo 1 ao Relatório Sintético feito pelo general Obino Lacerda Alvares, 25 de março de 1974. Arquivo Nacional. Fundo "DSI", Série "Diversos - Avulsos", caixa 45-4120.
31. Carta de 2 junho de 1965 citada em Viana Filho, Luís, 1975, p. 513.
32. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.
33. Smith (2000, p. 82).
34. A ampliação do rigor da lei de censura de diversões públicas era a principal reclamação dos chefes da DCDP. Ver diversos documentos da série "Manifestações da sociedade civil" do Fundo "DCDP" da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal.
35. Ver Aquino (1999).
36. Processo nº 50756, 16 janeiro de 1973. Fundo "DSI", Série "Movimentos contestatórios à ordem política e social - Processos", caixa 592-05132, fl. 2.
37. Decreto nº 70.665, de 2 de junho de 1972.
38. Decreto-Lei nº 483, de 3 de março de 1969.
39. Ofício nº 1.343/81, 2 de junho de 1981. Arquivo Nacional, Fundo "DSI", Série "Movimentos contestatórios à ordem política e social - Avulsos", caixa 4113-38.
40. Os dados deste tópico foram extraídos principalmente de Fico (1997).

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Hugo. 1979. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Alves, Maria Helena Moreira. 1984. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes.
- Alves, Marcio Moreira. 1964. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro, [s.n.].
- Aquino, Maria Aparecida de. 1999. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc.
- Araújo, Marcelo Paixão de. 9 dez. 1998. "Torturei uns trinta". Entrevista de Marcelo Paixão de Araújo. *Veja*, São Paulo, ano 31, n. 49.
- Assis, Denise. 2001. *Propaganda e cinema a serviço do golpe: 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj.
- Branco, Carlos Castello. 1977. *Os militares no poder: Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- . 1978. *Os militares no poder: o ato 5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- . 1979. *Os militares no poder: o baile das solteironas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Camargo, José Maria de Toledo. 1995. *A espada virgem: os passos de um soldado*. São Paulo: Ícone.
- Chagas, Carlos. 1979. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM [a primeira edição, de 1970, teve sua circulação impedida].
- Coelho, Marco Antônio Tavares. 2000. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record.
- Cony, Carlos Heitor. 1964. *O ato e o fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Couto, Ronaldo Costa. 1998. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record.
- Couto, Ronaldo Costa. 1999. *Memória viva do regime militar*. Rio de Janeiro: Record.
- D'Araújo, Maria Celina; Soares, Gláucio Ary Dillon; Castro, Celso (int. org.). 1994a. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- (int. org.). 1994b. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- (int. org.). 1995. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- D'Araújo, Maria Celina; Castro, Celso (orgs.). 1997. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Dreifuss, René A. 1981. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes.
- Dulles, John W. F. 1979. *Castelo Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Fico, Carlos. 1997. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- . 2001a. *Como eles agiam — os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record.
- . 2001b. “Eles não usam *black-tie*: várias histórias, muitos protagonistas”. In Soares, Mariza de Carvalho; Ferreira, Jorge. *A história vai ao cinema: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record.
- Fon, Antônio Carlos. 1985. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global.
- Freitas, Alípio de. 1981. *Resistir é preciso: memória do tempo da morte civil do Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- Gabeira, Fernando. 1979. *O que é isso, companheiro?*. Rio de Janeiro: Codecri.
- Gaspari, Elio. 2000. “Alice e o camaleão”. In Gaspari, Elio; Ventura, Zuenir; Hollanda, Heloisa Buarque de. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- . 2002a. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras (Coleção As Ilusões Armadas).
- . 2002b. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras (Coleção As Ilusões Armadas).
- Gorender, Jacob. 1987. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática.
- Huggins, Martha K. 1998. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez.
- Krieger, Daniel. 1976. *Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro, José Olympio (Documentos brasileiros, 175).
- Kushnir, Beatriz. 2002a. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. Tese de doutorado — Programa de Pós-graduação em História, Unicamp.
- . 2002b. “Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS - RJ e SP)”. In Carneiro, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp.
- Lobo, Amílcar. 1989. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes.
- Magalhães, Marionilde Dias Brephol de. 1997. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil”. *Revista Brasileira de História*, vol. 17, nº 34.
- Mello, Jayme Portella. 1979. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira.
- Motta, Nelson. 2000. *Noites tropicais: solos, improvisos e memórias musicais*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Oliveira, Eliézer Rizzo. 1976. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes.
- Passarinho, Jarbas. 1996. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Rolleberg, Denise. 2001. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Serbin, Kenneth. 2001. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Skidmore, Thomas. 1991. *Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Silva, Golbery do Couto e. 1981. *Planejamento estratégico*. Brasília: UnB.
- Sirkis, Alfredo. 1986. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Circulo do Livro.
- Smith, Anne-Marie. 2000. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Stepan, Alfred C. 1975. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova.
- . 1986. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sussekind, Flora. 1985. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Tavares, Flávio. 1999. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo.
- Ustra, Carlos Alberto Brilhante. 1987. *Rompendo o silêncio*: Oban, DOI/Codi. 29 set. 70-23 jan. 74. Brasília: Editerra.
- Viana Filho, Luís. 1975. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio.

O "milagre" brasileiro: crescimento
acelerado, integração internacional e
concentração de renda (1967-1973)

Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp

Professores Adjuntos do Instituto de Economia da UFRJ.

INTRODUÇÃO: O DEBATE SOBRE A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA
NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960

Os primeiros anos da década de 1960 marcaram o fim de um período de crescimento acelerado na economia brasileira. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, por 15 anos, a taxa média anual de crescimento do PIB do Brasil foi uma das maiores do mundo. Esta economia expandia-se a um ritmo superior ao de qualquer outro país latino-americano, sendo superado no Ocidente apenas pela Alemanha e no Oriente pelo Japão e pelas ainda pequenas economias da Coreia do Sul e de Taiwan. A taxa média anual de crescimento da economia brasileira foi de 6,3% entre 1946 e 1960; a da Alemanha, 10,5%; a do Japão, 9,1%; a da Coreia do Sul, 6,5%, a de Taiwan, 7,6% (Maddison, 1997).

Entre 1963 e 1967 o crescimento econômico brasileiro caiu à metade (ver Quadro 1), o que gerou um acirrado debate sobre a natureza das reformas econômicas necessárias para retomar as taxas históricas de expansão da economia. Esse debate tinha duas questões centrais. Por que o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações tinha perdido dinamismo? E que mudanças na política econômica e que reformas institucionais seriam necessárias para viabilizar a continuidade do processo de desenvolvimento no Brasil? Em ambos os casos podem-se mencionar duas interpretações principais e em quase tudo antagônicas.

Os economistas chamados de estruturalistas, ou cepalinos, consideravam que características herdadas da antiga inserção brasileira na economia internacional — baseada na exportação de produtos primários tropicais — e os mecanismos que promoviam a crescente concentração de renda no Brasil —

em especial a estrutura fundiária — estavam na origem da perda de dinamismo do desenvolvimento brasileiro. Ou seja, as economias de tipo periférico apresentavam características distintas daquelas dos países centrais, o que conduzia à adoção de políticas econômicas específicas.

Entre os estruturalistas mais influentes encontravam-se Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares. O primeiro participara da primeira geração de pesquisadores da Cepal (Comissão Econômica para América Latina), sendo um dos mais próximos colaboradores de Raúl Prebisch, secretário-geral dessa organização e seu mais importante teórico. Em um conjunto de obras escritas entre 1959 e 1966, Furtado apresentou sua interpretação dos problemas do desenvolvimento econômico brasileiro. Tavares era de uma geração mais jovem, mas pela sua personalidade carismática e sua capacidade criativa foi também uma das principais teóricas da natureza da crise brasileira.¹

A tese estruturalista explicava o crescimento industrial por substituição de importações como resposta a uma situação de desequilíbrio externo duradouro. Isto é, com a grande depressão da década de 1930, a queda do valor das exportações brasileiras reduziu a capacidade de importar do país. O problema que se colocava era como atender à demanda de bens e serviços interna não afetada pela crise do setor exportador.

As possibilidades eram três: aumentar a oferta interna pela maior utilização da capacidade produtiva já instalada; aumentar a oferta de bens e serviços relativamente independentes do setor externo (por exemplo, serviços governamentais); e instalar novas unidades produtivas para substituir a oferta de bens anteriormente importados. Uma vez que a primeira alternativa se esgotaria logo que as fábricas já instaladas no país estivessem produzindo com sua capacidade máxima, o processo de substituição de importações consistiria fundamentalmente no desenvolvimento das duas outras atividades. À medida que se desenvolvia a oferta interna de bens e serviços de consumo, surgia uma demanda por novas importações, agora bens intermediários e de capital. E a dificuldade em conseguir divisas para sustentar as novas importações levava a um novo estrangulamento externo, que por sua vez induzia uma outra onda de substituições (Tavares, 1972, p. 117).

Por sua vez, a demanda interna seria afetada por problemas estruturais da economia brasileira. À medida que o processo de substituição de importações avançava, os novos investimentos em atividades de maior sofisticação tecnológica absorveriam relativamente menos mão-de-obra que os investimentos em indústrias mais leves e de menor conteúdo tecnológico, que seriam mais intensivas em trabalho. Ou seja, seria preciso encontrar quem proporcionasse empregos à mão-de-obra para que esta pudesse consumir os bens e serviços que produzia.

Onde obter estes empregos? Como, neste nível de desenvolvimento econômico, os setores dinâmicos da economia não seriam capazes de absorver as massas crescentes de população em idade de trabalhar, esta missão ficaria para a agricultura. Caso o setor agrícola pudesse absorver grande parte da população e sua produtividade agrícola fosse idêntica à do setor industrial, a renda resultante geraria uma demanda por produtos industriais que alavancaria o processo de crescimento econômico. No entanto, a estrutura fundiária brasileira não gerava aumentos de produtividade, pois a remuneração do trabalhador rural era muito reduzida. Isto contribuía para agravar a concentração de renda e limitava o consumo dos produtos industriais. Nessa situação, a continuidade da industrialização dependia do aumento da renda urbana, de forma que um percentual relativamente pequeno da população — mas em grande número, em termos absolutos — formasse um mercado consumidor de produtos industriais mais sofisticados.

Assim se instalaria a indústria moderna, mas seu crescimento acabaria no momento em que o mercado consumidor de alta renda parasse de crescer. A partir daí a economia entraria em estagnação, da qual só sairia se fosse possível mudar o modelo econômico, implantando um modelo auto-sustentado de crescimento — no qual os trabalhadores pudessem consumir aquilo que produziam. Esta transição dependeria, por um lado, da ação do Estado, isto é, de investimentos governamentais que pudessem exercer uma demanda autônoma capaz de compensar a redução do impulso gerado pela substituição de produtos importados; e, por outro, de mecanismos para superar a deficiência da demanda interna, como, por exemplo, uma reforma agrária que contribuísse para a ampliação e a diversificação do consumo doméstico

e para a melhor distribuição de renda. No início dos anos 1960, este conjunto passou a ser chamado de reformas de base.

2 Em perspectiva diversa diante destes problemas estavam os economistas liberais, como Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões.² Estes autores defendiam um modelo liberal de economia de mercado e consideravam que não havia nenhuma característica especial no Brasil que justificasse a ação do Estado de forma distinta da realizada nos países mais avançados. O papel do Estado em qualquer circunstância deveria ser o de garantir estabilidade monetária e um modelo de tributação que incentivasse os investimentos. O crescimento econômico viria como resultado da resposta da iniciativa privada às condições econômicas favoráveis. Gudin, em especial, ressaltava a separação entre as esferas econômica e política, acreditando que o mercado, com seu sistema racional de preços, garantia o bom funcionamento da esfera econômica. A política era vista como o espaço das paixões. As ações do Estado seriam, na melhor das hipóteses, inócuas, e na maioria dos casos prejudiciais à economia. Bulhões, embora mais pragmático que Gudin, também considerava que as intervenções estatais (em particular a instabilidade monetária) estavam na raiz do atraso brasileiro.

Para os economistas liberais, portanto, a idéia de reformas de base e de intervenção do Estado para superar a crise do desenvolvimento era não apenas equivocada, mas, ao contrário, seriam justamente o excesso de intervenção estatal e o descaso com a estabilidade econômica as principais razões da persistência do atraso econômico brasileiro. O argumento sustentado por esses economistas era que na raiz do problema estava o populismo econômico, que gerava instabilidade monetária e um clima inadequado para a expansão do investimento privado. O populismo produziria três desequilíbrios básicos: o populismo fiscal, que levava o Estado a gastar além de sua capacidade de arrecadação tributária, gerando pressões inflacionárias; o populismo na política de crédito, que levava a que o investimento fosse financiado não com crescimento da poupança doméstica, mas com expansão da oferta monetária, gerando uma nova fonte de pressão inflacionária; finalmente o populismo salarial, que levaria a que o aumento das folhas de pagamento superasse o crescimento da produtividade.

O debate entre estruturalistas e liberais foi resolvido com o golpe militar de 1964, que determinou a vitória da estratégia econômica defendida por

estes últimos. Castelo Branco, presidente de República do primeiro governo militar, nomeou notáveis liberais para a direção da política econômica. O novo governo garantiu o poder político necessário para a realização de reformas conservadoras e de um plano de estabilização econômica que criaria as bases de um novo modelo de crescimento no Brasil.

AS ORIGENS DOMÉSTICAS DO MILAGRE ECONÔMICO: AS REFORMAS CONSERVADORAS DE CAMPOS E BULHÕES

No dia 11 de abril de 1964 o Congresso Nacional, sob a tutela do Ato Institucional nº 1, elegeu o chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto de Alencar Castelo Branco, como presidente da República. Com a posse do novo governo em 15 de abril, Octavio Gouvêa de Bulhões foi indicado para montar a equipe econômica e escolheu nomes que participavam de um grupo que mantinha constantes contatos, através de conversas sistemáticas sobre a economia brasileira ou pela colaboração em outros governos em cargos técnicos do Banco do Brasil.³ A equipe foi completada com a nomeação de Roberto Campos para o Ministério do Planejamento; ainda que não pertencesse ao grupo mais próximo de Bulhões, Campos defendia idéias similares e viria a trabalhar completamente integrado à equipe do Ministério da Fazenda.

A nova equipe econômica deu prioridade à luta para reverter a tendência de contínuo aumento da taxa de inflação que se vinha manifestando desde o início da década. A primeira medida foi tentar reduzir o déficit público, com o envio ao Congresso de um novo orçamento que entraria em vigor imediatamente, redefinindo despesas para o ano corrente de 1964. Em agosto foi divulgado o principal documento de estratégia econômica do governo Castelo Branco: o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg). Este definia como principal objetivo, para o biênio 1965-66, acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país e conter progressivamente o processo inflacionário para alcançar um razoável equilíbrio de preços em 1966. O objetivo do Paeg de acelerar crescimento e simultaneamente reduzir a inflação deve ser entendido no âmbito do diagnóstico que os autores do

DESIGNAR DO PLANO
COM SUAS ESTRUTURAS
E DETALHES.

Plano faziam da crise brasileira. Estes entendiam que a causa maior da estagnação era o recrudescimento do processo inflacionário a partir de 1959, o qual, acelerando-se no período recente, ameaçava levar o país a uma hiperinflação. Portanto, superando os problemas que levaram ao descontrole dos preços, seria possível criar as condições para a retomada do desenvolvimento.

A equipe econômica rejeitou a terapia de tratamento de choque para a inflação, isto é, a tentativa de controlar a elevação dos preços por meio de uma contração violenta da oferta monetária e da demanda agregada.⁴ Bulhões interpretava que o combate à inflação implicava preliminarmente liberar os preços reprimidos de tarifas públicas, câmbio e produtos subsidiados pelo governo, como trigo e gasolina. Isto geraria uma inflação corretiva. Estas medidas permitiriam enfrentar o núcleo do problema inflacionário, que tinha no déficit público um dos seus mais importantes componentes. Para resolver em definitivo o déficit público, seriam necessárias reformas no sistema tributário e na política salarial. Finalmente, deveriam ser redefinidas as políticas de crédito (ao setor público e ao setor privado) e deveriam ser montados mecanismos para o financiamento não inflacionário de algum déficit público que ainda restasse.

Racionalizar a política de crédito ao governo significava não mais cobrir déficits do orçamento federal com transferências de recursos do Banco do Brasil, prática que gerava um aumento excessivo da demanda agregada e levava ao aumento dos preços. Isto exigia uma reforma fiscal. Como se acreditava ser muito difícil reduzir os gastos públicos, seja com o dispêndio corrente ou com os investimentos do setor público em áreas essenciais, era indispensável eleva a disponibilidade de recursos para o governo. Seriam, portanto, inadiáveis uma reforma tributária para melhorar a receita e reformas institucionais para a criação de um mercado para os títulos da dívida pública federal.⁵

O novo Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) substituiu os antigos impostos em cascata, tais como o Imposto de Consumo e o Imposto de Vendas e Consignações, por impostos mais eficientes sobre o valor adicionado, como o IPI e o ICM. A correção monetária (Lei nº 4.357/64) e a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) permitiram su-

perar o antigo impasse para o financiamento do governo — a Lei de Usura que, desde 1933, limitava a taxa máxima de juros a 12% anuais. Como a inflação brasileira era superior aos juros máximos permitidos, quem aplicasse em títulos do governo receberia, descontada a inflação, um valor menor do que tinha sido aplicado — inviabilizando a colocação de títulos da dívida pública para o público. Com as novas regras, as taxas de juros reais se tornavam atraentes o bastante para permitir que o déficit público brasileiro passasse a ser financiado pelo setor privado de forma não inflacionária. Em paralelo à reforma tributária, o governo criou diversos mecanismos de incentivo às exportações, como isenções do IPI e de Imposto de Renda sobre os lucros obtidos com tais exportações.

O sistema financeiro brasileiro foi reformulado com a criação do Banco Central, que substituiu a Sumoc, passando a ser o órgão responsável pela execução e fiscalização da política financeira determinada pelo Conselho Monetário Nacional. Foi adotado um novo perfil organizacional para os bancos, separando as empresas por tipo de atividade — criando empresas diferentes para a realização de atividades de bancos de investimento, bancos comerciais, financeiras etc. Para o incremento do crédito ao setor privado, seria necessário criar novos mecanismos para a formação de poupança e realizar as reformas financeiras necessárias para aumentar os recursos disponíveis para investimento no setor privado, sem que fosse necessário recorrer a fontes inflacionárias de criação de crédito. Em paralelo, deveriam ser criadas melhores condições para atrair capital estrangeiro, como um elemento adicional para atingir a taxa de investimento desejada.

Finalmente pretendia-se criar um mecanismo de reajuste dos salários que não mais gerasse pressões inflacionárias. Isto implicaria “despolitizar” as negociações salariais, adotando uma fórmula considerada neutra, baseada na recomposição das perdas com a inflação e na incorporação aos salários do aumento da produtividade da economia.⁶ Além disso, pretendia-se aumentar a flexibilidade da contratação e demissão da mão-de-obra, substituindo-se as indenizações pagas pelo empregador pelo mecanismo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que teria como virtude adicional ser uma fonte de poupança compulsória. Para completar a reforma das rela-

ções de trabalho, foi preciso intervir nos sindicatos mais ativos para evitar a eclosão de movimentos grevistas.

O FGTS (criado pela Lei nº 5.172/66) é um mecanismo em que o empregador deposita, em nome do empregado, uma percentagem da remuneração paga para a formação de um fundo que pode ser usado em caso de dispensa sem justa causa ou por ocasião da aposentadoria. Como a remuneração desse fundo e o destino de suas aplicações são controlados pelo governo, este funciona na prática como uma poupança privada forçada.⁷ Por outro lado, a criação das cadernetas de poupança permitiu que amplos setores da classe média aplicassem suas poupanças com garantias do governo e taxas de juros reais positivas. Os novos mecanismos de poupança forneceram recursos para a viabilização de programas como o Plano Nacional de Habitação, executado pelo Banco Nacional de Habitação.

Estas reformas das políticas fiscal, creditícia e trabalhista eram consideradas necessárias para garantir a definitiva superação do problema inflacionário e condições adequadas para que o setor privado promovesse a retomada do desenvolvimento econômico sob sua liderança. Assim, a estratégia de desenvolvimento da equipe econômica pretendia acabar com os fatores que restringiam uma postura ativa do empresariado, cujo dinamismo intrínseco era um postulado da visão que economistas do governo tinham de uma economia de mercado.

A política econômica do governo Castelo Branco não foi bem-sucedida no que se refere ao cumprimento dos objetivos de controle da inflação — pretendia-se alcançar uma taxa de inflação de 25%, em 1965, e 10%, em 1966, e esta não caiu abaixo de 40%. Entretanto, as reformas institucionais realizadas nesse período criaram as bases para um novo modelo de crescimento econômico, cuja forma definitiva só viria a aparecer no governo seguinte. A reforma fiscal criou uma base tributária consistente e eficiente para o financiamento do setor público e, ainda, com a adoção do estatuto da correção monetária, surgiu um mercado para títulos públicos federais. A reforma financeira permitiu uma gestão mais eficiente da política monetária com a criação do Banco Central e a reestruturação do mercado de capitais. A reforma trabalhista, além de reduzir custos de mão-de-obra, criou fundos de poupança compulsória que contribuíram para a ampliação dos investimentos públicos e um Plano Nacional de Habitação.

Esse conjunto de reformas deu-se em um contexto de baixo crescimento econômico e de grande insatisfação popular com os rumos da economia. Como Castelo Branco entendia que não havia alternativa que não fosse continuar o programa de estabilização, este foi mantido, apesar da impopularidade que gerava para o governo. A justificativa imediata para o "fechamento" do sistema político, que já se fazia sentir em meados de 1966, foi a necessidade de dar continuidade ao programa econômico. O compromisso com a política antiinflacionária foi o único item que Castelo Branco exigiu de Costa e Silva para apoiar sua candidatura à Presidência da República (Skidmore, 1996, p. 386). A eleição do novo presidente, em outubro de 1966, por um Congresso manietado, deu-se em um contexto de consolidação das reformas econômicas conservadoras, e da intenção do regime de continuar sua política econômica, não obstante o pouco apoio que desfrutava.

AS CONDIÇÕES EXTERNAS PARA O "MILAGRE" ECONÔMICO

A economia mundial cresceu aceleradamente durante a década de 1960. Entre 1961 e 1973 a economia norte-americana crescia a uma taxa média de 4,5% ao ano; o Japão a uma taxa de 9,4%; a Alemanha, 4,3%; e a Itália a 4,9% (Argy, 1981, p. 69). No entanto, desde do início da década o déficit no balanço de pagamentos dos EUA vinha se tornando um sério problema. A principal causa deste déficit era o financiamento da política externa, com a guerra do Vietnã e a manutenção de um elevado número de forças militares na Europa e em outras partes do mundo. Mas também contribuíam para esse déficit os investimentos externos das empresas transnacionais e os empréstimos internacionais norte-americanos.

A década de 1960 foi também um período em que o mercado de operações cambiais deixou de ser uma atividade financeira de pequeno porte para transformar-se em um imenso negócio de empréstimos bancários internacionais em dólar para empresas transnacionais, governos e empresas públicas. Chamava-se euromonedas aos depósitos em moedas estrangeiras, realizados nos grandes centros financeiros europeus. O principal centro finan-

ceiro era o distrito bancário (a City) de Londres e a principal moeda operada era o dólar norte-americano: por isto, era conhecido como mercado de eurodólar. A grande vantagem desses mercados europeus é que não eram controlados por autoridade alguma, nem as dos países em que estavam localizados (já que os depósitos eram em moeda estrangeira), nem sequer pelos EUA, o país que emitia a moeda mais negociada nesse mercado.

Entre 1964 e 1973, o mercado de euromonedas cresceu a uma taxa média anual de 36%, saltando de 12 bilhões de dólares, em 1964, para 191 bilhões de dólares, em 1973. O mercado de eurodólar permaneceu fora de qualquer controle durante toda a década — não havia nenhuma regulamentação de depósito compulsório, taxas de juros ou regras de segurança. A expansão dos negócios com divisas causou um grande aumento dos fluxos internacionais de capital, permitindo uma elevação dos investimentos diretos das empresas transnacionais e facilitando a captação de empréstimos em dólar por países em desenvolvimento, para financiar crescimento econômico ou déficits na balança de pagamentos.

Se o cenário internacional era favorável, no plano doméstico algumas medidas foram tomadas para facilitar a atração de investimentos. Ainda no governo Castelo Branco foi reformulada a Lei de Remessa de Lucros, que até então considerava apenas o capital originalmente investido como capital estrangeiro para efeito de cálculo de remessa de lucros. O novo sistema legal (Lei nº 4.390/64) reconhecia como investimento tanto o montante originalmente aplicado como os reinvestimentos dos lucros obtidos. Mas as principais medidas que estimularam a captação da poupança externa ocorreram já nos governos Costa e Silva e Médici, quando a liberalização dos fluxos de capitais criou condições para que firmas brasileiras pudessem integrar-se ao rápido crescimento da oferta de crédito internacional.⁸ O aumento do financiamento externo e as condições favoráveis ao aumento das exportações (o comércio mundial cresceu 7,4% ao ano entre 1961 e 1973) somaram-se para criar condições externas extremamente favoráveis à retomada do crescimento econômico brasileiro.

A NECESSIDADE POLÍTICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

A expressão "milagre econômico" foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de "milagre alemão". A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão "milagre brasileiro" passou a ser usada como sinônimo do *boom* econômico observado desde 1968 — e também como instrumento de propaganda do governo.

O novo presidente da República, o general Arthur da Costa e Silva, assumiu o governo em março de 1967, nomeando Delfim Netto para ministro da Fazenda e Hélio Beltrão para ministro do Planejamento. O novo ministério assumiu em um quadro recessivo, fruto da política antiinflacionária do governo anterior, e suas primeiras medidas pareciam ser uma continuidade das políticas anteriores, em que a redução do papel do setor público e o aumento da participação do setor privado eram aspectos considerados prioritários. No entanto, as condições políticas internas — em especial o crescimento de movimentos de oposição no âmbito interno — recomendavam uma maior preocupação com a retomada do crescimento. A existência de capacidade produtiva ociosa e o amplo espaço aberto pelas reformas institucionais e pelas condições internacionais para aumento do gasto público permitiram pensar em uma nova política econômica que alterasse as prioridades — como reconhecido no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que previa um crescimento da ordem de 6% ao ano.

A entrada em vigor da nova Constituição e a primeira sucessão do regime militar significavam a institucionalização da nova ordem. No plano político buscava-se encontrar mecanismos de legitimação que ultrapassassem o argumento, que se desgastava rapidamente, de que o regime era necessário para completar o processo de restabelecimento da ordem econômica e política ameaçada. A manutenção da política de ajuste econômico do governo Castelo Branco não se coadunava com as expectativas de crescimento e as demandas pelo restabelecimento da ordem democrática que começavam a ganhar força na sociedade.

Neste momento dois livros tiveram ampla repercussão entre as elites brasileiras — e foram ambos publicados pela Biblioteca do Exército. O primeiro, *O ano 2000*, do americano Hermann Khan, fazia uma projeção do crescimento de todos os países do mundo nos últimos anos e concluía com a afirmação de que, no final do milênio, o PIB brasileiro ficaria entre os menores do mundo.⁹ O outro, *O desafio americano*, do francês Jean-Jacques Schervan-Schreiber, acusava a infiltração de firmas norte-americanas de estar estrangulando as empresas européias e gerando um crescimento econômico insuficiente, apontando para a necessidade de uma estratégia nacionalista. Os membros da base do regime insatisfeitos com os resultados da política econômica brasileira pareciam estar inseridos em um contexto de insatisfação mais amplo.

Isto ficou claro em 1967 através de movimentos de setores das Forças Armadas e de políticos que tinham participado do golpe militar de 1964. Nesse ano, um grupo de coronéis, ligados a setores “duros” das Forças Armadas, decidiu determinar se os objetivos do movimento teriam sofrido desvios na prática, chegando a fazer contatos com autoridades econômicas, que eram apontadas como fonte da impopularidade governamental.¹⁰ Neste mesmo momento, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, apareceu liderando uma Frente Ampla, que incluía inclusive seus arquiinimigos João Goulart e Juscelino Kubitschek, para promover o retorno dos civis ao poder pela via de eleições livres.

Portanto, nesse cenário conturbado, seria extremamente recomendável alterar as prioridades da política econômica, para obter o que Roberto Campos chamou de “legitimação pela eficácia”. Esta seria alcançada “pela reversão de uma situação caótica, e depois pelo ímpeto reformista e, finalmente, pelo sucesso desenvolvimentista” (Campos, 1976, p. 227). Neste novo cenário, deveriam ser alcançadas taxas mais altas de crescimento econômico, induzidas principalmente pelo gasto público, articuladas com uma política ainda mais gradual de controle da inflação.

A continuidade desta insatisfação política poderia ter sido diversa se a situação não tivesse saído de controle. Em 1968, porém, irrompeu o movimento estudantil, manifestação nativa de uma explosão em escala internacional que guardava semelhanças com a “Primavera dos Povos” que sacudira

a Europa 120 anos antes. A luta dos estudantes brasileiros catalisou a insatisfação de outros segmentos da sociedade e chegou mesmo ao interior do Congresso Nacional, e isto no momento em que a saúde do presidente da República apresentava sintomas preocupantes. Sucederam-se rapidamente a repressão ao movimento oposicionista, com a detenção dos delegados ao Congresso da UNE, o Ato Institucional nº 5, novas cassações de adversários, a morte de Costa e Silva, o início da luta armada contra o regime, a posse de uma junta militar provisória e a escolha do novo presidente, o general Emílio Garrastazu Médici. O regime assumiu, então, seu formato mais autoritário, e derrotou seus adversários — para o que teve importância decisiva o então inesperado sucesso no campo econômico.

O novo governo manteve Delfim Netto à frente da pasta da Fazenda e colocou João Paulo dos Reis Velloso no início de seu decenato à frente do Planejamento. Os objetivos da equipe econômica foram apresentados em dois planos. No “Metas e bases para a Ação do governo”, de setembro de 1970, são definidos os objetivos nacionais e as metas estratégicas setoriais. O principal problema do governo era superar o subdesenvolvimento de forma a reduzir a distância que separa o Brasil dos países desenvolvidos. Para alcançá-los até o fim do século XX, precisaria crescer pelo menos 7% ao ano, incorporar as tecnologias mais modernas aos segmentos mais dinâmicos da sociedade e integrar segmentos e regiões atrasados ao núcleo mais moderno da economia. Fica clara, portanto, a preocupação em satisfazer as demandas por crescimento que tanta preocupação causaram ao governo anterior.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi publicado em dezembro de 1971 e prometia transformar o Brasil em “nação desenvolvida” dentro de uma geração. Pretendia elevar a taxa de investimento bruto para 19% ao ano, dando prioridade a grandes programas de investimento: siderúrgico, petroquímico, corredores de transportes, construção naval, energia elétrica (inclusive nuclear), comunicações e mineração. Para viabilizar estes programas, são fundamentais tanto as grandes empresas estatais quanto os créditos da rede de bancos oficiais e o conjunto de incentivos coordenados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (incluindo instrumentos como isenções de impostos, créditos-prêmio, depreciação acelerada etc.).¹¹

Tanto o “Metas e bases” quanto o I PND acreditavam que o Brasil poderia alcançar taxas de crescimento anuais da ordem de 9%. Tratava-se de um aumento considerável em relação aos 6% do PED, mas curiosamente não perceberam que a economia já havia ultrapassado este elevado patamar de crescimento. O “milagre” havia começado.

O BOOM

A principal marca do “milagre” foi, obviamente, o caráter inesperado das elevadas taxas de crescimento. De início, amplos setores da intelectualidade e da opinião pública receberam com desconfiança os anúncios do crescimento proclamados pelas autoridades do regime militar, ao mesmo tempo que o movimento estudantil ganhava as ruas e o movimento operário ameaçava iniciar sua reorganização. Na verdade, mesmo os planejadores do governo pareciam duvidar do que se passava sob seus olhos, visto que no PED, no “Metas e bases” e no I PND propunham taxas bem menores.

De fato, depois de apresentar um crescimento pífio desde 1962, o PIB brasileiro ficou na faixa dos dois dígitos entre 1968 e 1973.¹² Ao mesmo tempo, a taxa de inflação ficou entre 16 e 27%, os menores índices obtidos no período entre 1959 e 1994. E, para complementar o quadro milagroso, o comércio exterior mais do que triplicou. Estes resultados foram capitalizados pelo ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, que apareceu como o responsável maior do que foi uma combinação virtuosa entre a política econômica e o substancial crescimento da economia mundial. Na realidade, somente aquela conjuntura especialíssima permitiu que se fugisse ao quase permanente dilema do *policy-maker*, forçado a escolher entre crescer ou estabilizar. Isto foi pretexto para o comentário cruel de alguns críticos, citando a *Divina Comédia*: “qualquer um sabe navegar com bom vento...” (Bonelli e Malan, 1977).

QUADRO 1

Ano	Crescimento PIB (%)	Inflação (Deflator implícito do PIB (- %))	Formação bruta de capital fixo (% do PIB)	Exportações US\$ Bilhões	Importações US\$ Bilhões	Dívida Externa US\$ Bilhões
1961	9	35	13	1,4	1,3	3,8
1962	7	50	16	1,2	1,3	4,0
1963	1	78	17	1,4	1,3	4,0
1964	3	90	15	1,4	1,1	3,9
1965	2	58	15	1,6	0,9	4,8
1966	7	38	16	1,7	1,3	5,2
1967	4	27	16	1,7	1,4	3,3
1968	10	27	19	1,9	1,9	3,8
1969	10	20	19	2,3	2,0	4,4
1970	10	16	19	2,7	2,5	5,3
1971	11	20	20	2,9	3,2	6,6
1972	12	20	20	4,0	4,2	9,5
1973	14	23	21	6,2	6,2	12,6
1974	8	35	23	8,0	12,6	17,2
1975	5	34	24	8,7	12,2	21,2
1976	10	48	23	10,1	12,4	26,0
1977	5	46	21	12,1	12,0	32,0
1978	5	39	22	12,7	13,7	43,5

Fonte: Formação bruta de capital fixo: Baer (1996). Demais dados: IBGE (1987).

O que ocorreu foi uma mudança de ênfase da política econômica. Se no governo Castelo Branco era preciso combater a inflação imediatamente, enquanto se iam implantando as reformas estruturais, agora a situação era inversa. A taxa de inflação caíra de 90%, em 1964, para 38%, em 1966, e, embora ainda elevada, mantinha-se em queda, o que indicava a existência de alguma margem para priorizar a retomada do crescimento econômico. Mais importante, era politicamente inadiável crescer para esvaziar a oposição ao regime, frustrada com a manutenção do poder militar.

Crescer exigia a adoção de determinadas linhas de ação. No curto prazo, era preciso desafogar a demanda agregada; no longo, aumentar os investimentos públicos e privados, de forma que a formação bruta de capital fixo passasse da faixa dos 15 a 16% do PIB para a dos 19 a 21%. Para atingir esta

finalidade, foi aproveitado o momento favorável da conjuntura internacional e amplamente utilizado todo o arsenal de política econômica disponível.

Antes de mais nada, mudou a política antiinflacionária. A nova equipe considerou que a inflação já tinha caído até onde poderia com uma política de retração da demanda. Agora os elementos que levavam à alta dos preços estavam do lado dos custos, sobretudo decorrentes da ação dos preços administrados pelo governo, dos aumentos excessivos dos oligopólios privados e das elevadas taxas de juros. Isto significava que a contenção salarial, tão importante no governo anterior, poderia agora ser amenizada. E, embora o salário mínimo real tenha ficado constante (ou caído, em certas regiões do país), o aumento da demanda por trabalho acabou por elevar o salário médio e reduzir o número dos que ganhavam salário mínimo.¹³

O governo percebia a existência de uma pressão inflacionária decorrente do elevado déficit público, mas acreditava que esta era ainda uma herança das dificuldades enfrentadas pelo governo anterior.¹⁴ O temor do governo era que o financiamento do déficit mediante o aumento da dívida pública pudesse resultar em redução da liquidez para o setor privado. Portanto, a expansão do crédito a este setor seria uma resposta natural à intenção de aumentar o papel das empresas privadas em um novo ciclo de crescimento da economia.¹⁵

O combate à inflação deixou de ser feito através da contenção creditícia e passou para a esfera do controle de preços dos segmentos não competitivos da economia, de forma a levá-los a reduzir progressivamente suas margens de lucro à medida que aumentavam suas vendas. E a política creditícia foi usada para incrementar estas vendas. Para tal, como já visto, foi reorganizado o sistema financeiro, e as taxas pagas pelo tomador de empréstimos foram reduzidas de diferentes formas, inclusive mediante o tabelamento temporário dos juros.

Uma mudança importante deu-se na forma de organização do sistema financeiro. O sistema de especialização das atividades financeiras, que seguia o modelo norte-americano, foi reformulado, incentivando-se a centralização dos capitais bancários. Observe-se, contudo, que os maiores bancos já tinham na prática contornado o modelo de Bulhões, criando todos os instrumentos de crédito permitidos na lei. Mas, com o apoio da nova política



Na redação do *Correio da Manhã*, comissão de mães e esposas de presos políticos fazem apelo ao presidente Castelo Branco para libertá-los.



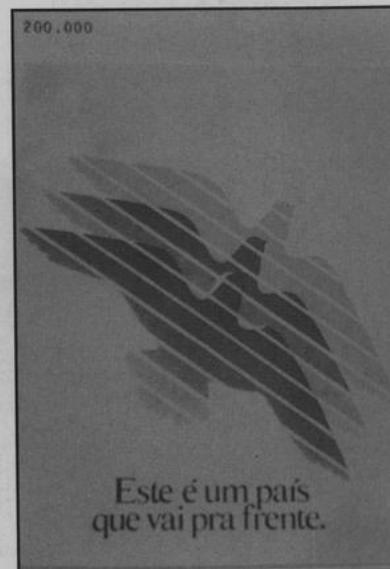
Paradeio na Guanabara contra a carestia em 19 de abril de 1966.



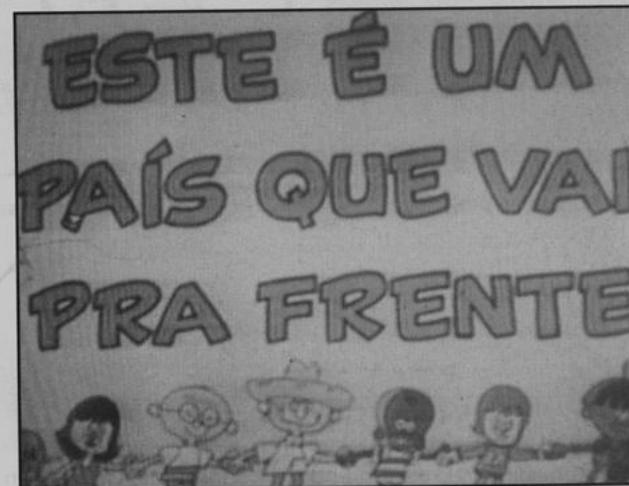
Conflito entre estudantes e policiais em 1968.



Convenção da Arena saúda os generais Costa e Silva e Médici.



Material de propaganda política da AERP.





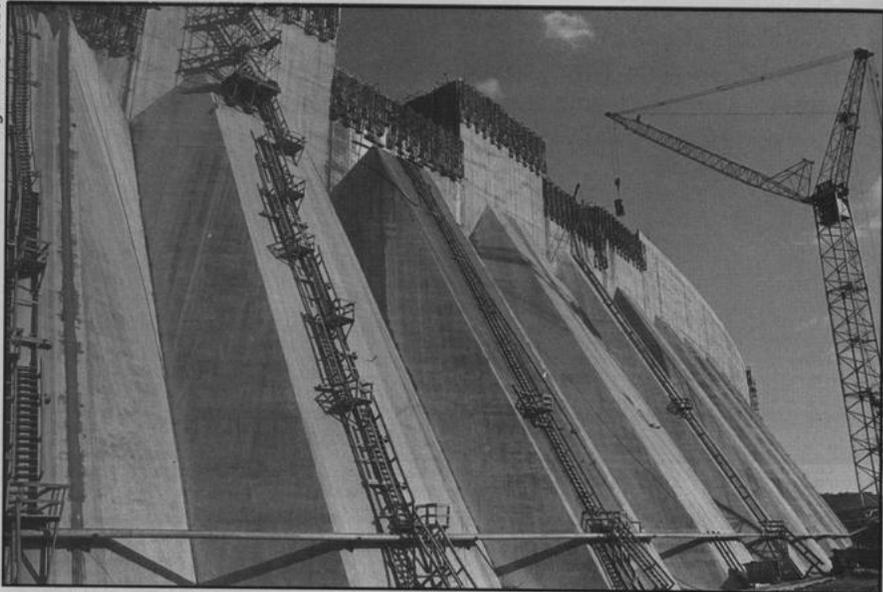
Rodovia Transamazônica e projeto para abertura de novas estradas na Amazônia.



Abertura da estrada transamazônica.



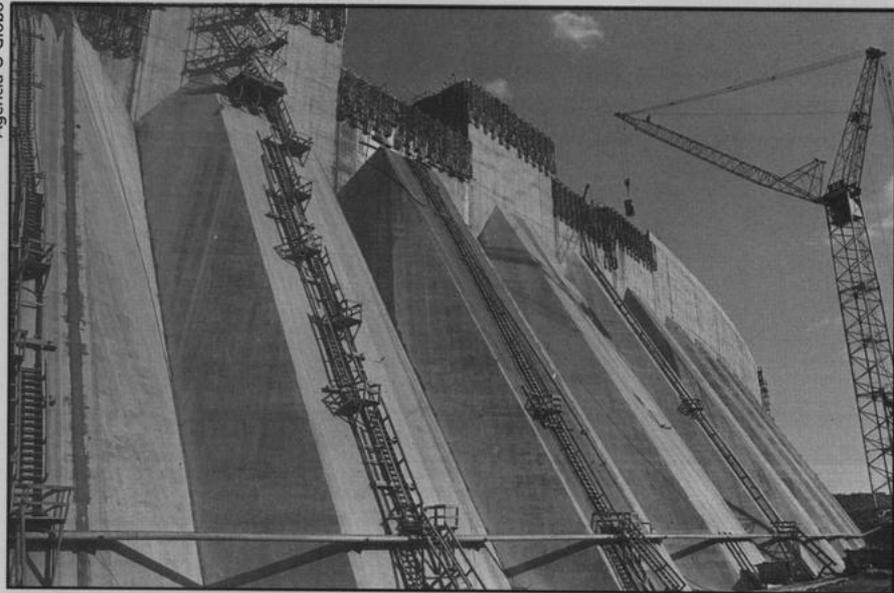
Nota de 5 mil cruzeiros com o rosto do primeiro general-presidente Castelo Branco.



Construção da hidrelétrica de Itaipu.



Construção da ponte Rio-Niterói.



Construção da hidrelétrica de Itaipu.



Construção da ponte Rio-Niterói.



As presas políticas Jessie Jane Vieira de Souza, à frente, Francisca Abgail Paranhos e Zenaide Machado de Oliveira, na penitenciária Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, se encaminham para as celas após as visitas, 1972.



Leta, filha da prisioneira política Jessie Jane Vieira de Souza, na penitenciária Talavera Bruce, Rio de Janeiro, 1977.



Libertados em troca do embaixador da Suíça, 70 guerrilheiros brasileiros banidos pela ditadura militar chegam em Santiago do Chile em janeiro de 1971.



Dom José Maria Pires, Dom Pelé, membro do clero progressista da Igreja Católica, celebrando com moradores da favela Beira Rio, em João Pessoa, Paraíba.

**ELAS NÃO QUEREM
MAS O POVO VAI VOTAR!**

*...prorrogação de mandatos!
Queremos
as eleições
de novembro*

**REPUDIEMOS A EMENDA ANÍSIO DE SOUZA!
TODOS A BRASÍLIA!
Abaixo a Ditadura!**

Pela Assembléia Constituinte Livre, Democrática e Soberana!

Campanha em defesa das eleições municipais

13, 14 e 15 de outubro - Congresso da UNE
PIRACICABA - SÃO PAULO

Cartaz da União Nacional dos Estudantes (UNE) contra a emenda Anísio de Souza que adiou as eleições municipais de novembro de 1980 para novembro de 1982.

"Cultivarei o chão da manhã
embora, hoje, eu deva recompor
o corpo de meu irmão feito em pedaços.
Não importa se tardar a colheita de luz."

Pedro Terra

**TUDO APOIO AO CONGRESSO
NACIONAL PELA ANISTIA**

São Paulo, 2 a 5/11/78

Cartaz da Campanha pela Anistia.

**OROCILIO MARTINS
GONÇALVES,**

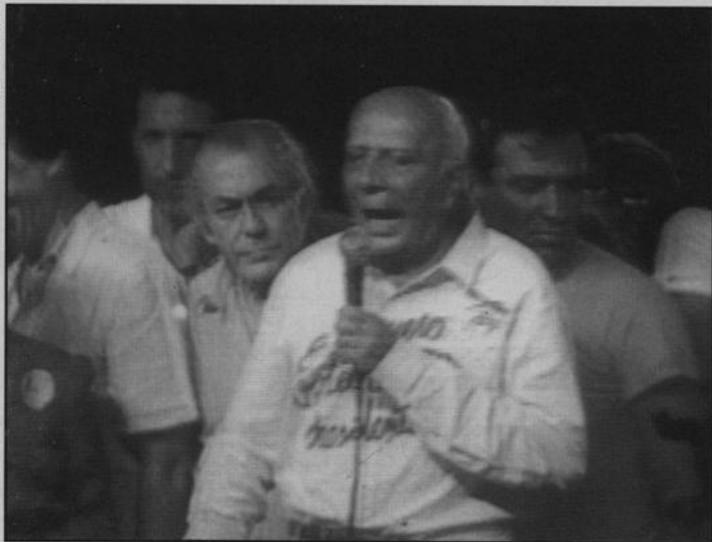
operário da construção civil, 28 anos,
casado, ASSASSINADO pela DITADURA,
nas ruas de Belo Horizonte, em manifes-
tação prevista de 15.000 pessoas, nos 30 dias
do mês de julho de 1978. Morto pela vio-
lência e pelo barbarismo da Polícia Militar.
SEU CORPO: substituído por outros cadáveres.

**TERRORISTA E
CRIMINOSA
É A DITADURA**

EXIGIMOS

**ANISTIA IRRESTRITA
MGB/RJ**

Cartaz de propaganda pela anistia política, em setembro de 1978.



Ulisses Guimarães e Leonel Brizola durante comício pela campanha das Diretas Já.



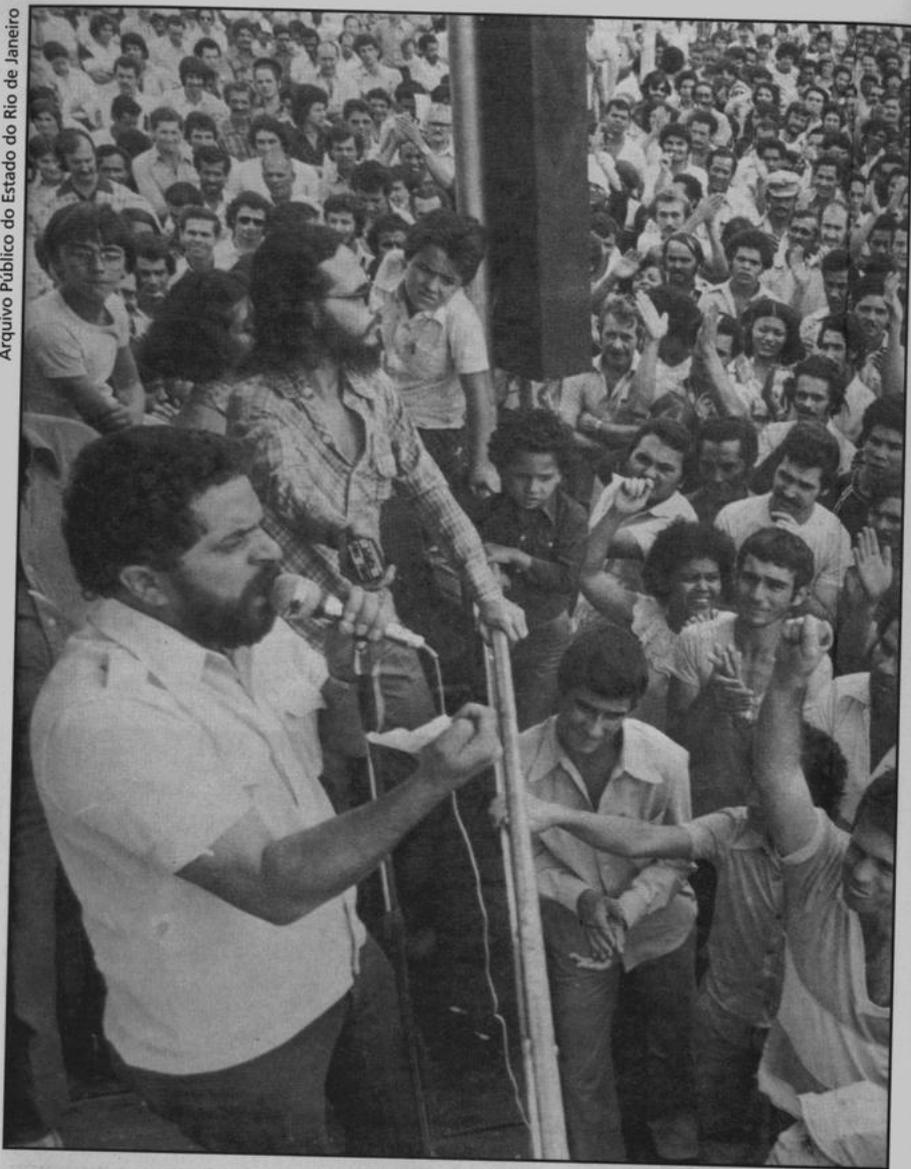
Morte acidental de agente do Exército quando manuseava uma bomba planejando atentado contra multidão que assistia ao show de 1º de Maio no Riocentro, Rio de Janeiro.



Manifestação de operários partidários da Central Única dos Trabalhadores.



Atividades políticas no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.



Lula e metalúrgicos do ABC, São Paulo, 1978.



Tancredo Neves discursa nos funerais do ex-presidente João Goulart em São Borja, dezembro de 1976.



Tancredo Neves visita Barra das Garças em 22 de janeiro de 1985.



CPDOC-FGV

Tancredo Neves visita Belo Horizonte após a sua eleição à presidência da República em 17 de janeiro de 1985.

financeira de Delfim Netto, deu-se um rápido processo de concentração bancária com a formação de grandes conglomerados financeiros. O número de bancos comerciais no Brasil caiu de 313, em 1967, para 195, em 1970.¹⁶

Este conjunto de mudanças permitiu a ampliação do crédito, antes de mais nada ao setor agrícola, fazendo-se uso de amplo leque de isenções fiscais para reduzir seu custo. Assim se objetivava elevar a oferta de alimentos para o mercado interno e aumentar as exportações. Aliás, a exportação de manufaturados foi igualmente objeto de aumento de crédito, muitas vezes subsidiado, e de políticas para a redução de entraves burocráticos. Igualmente foi elevado o crédito à disposição dos consumidores em geral, para a aquisição dos bens de consumo duráveis de elevado valor unitário, como automóveis e eletrodomésticos — as sociedades de crédito, financiamento e investimentos financiavam estas compras em prazos de 12 a 36 meses com recursos obtidos através da colocação de letras de câmbio.

Outra política de grande alcance foi a alavancagem da construção civil. Este setor é o maior empregador de mão-de-obra de baixa qualificação profissional, e divide-se em dois ramos, o da construção residencial e o da construção pesada.¹⁷ O primeiro continuou a ser alimentado pelo Banco Nacional da Habitação, com os recursos das cadernetas de poupança indexadas e, sobretudo, com a poupança compulsória reunida no FGTS.¹⁸ Assim foi possível financiar não apenas o construtor civil mas também o comprador do imóvel; enquanto durou, o BNH foi o mais importante instrumento de política que este país conheceu capaz de enfrentar a demanda por moradias. Por seu lado, o ramo da construção pesada foi bastante beneficiado pelo grande aumento da demanda estatal por obras de infra-estrutura. Aqui ganham importância a ação de autarquias já existentes, como o DNER, e as encomendas das empresas estatais. Estas foram criadas a partir da regulamentação expressa no Decreto-Lei nº 200, de 1967, com vistas a produzir aquilo que o setor privado não desejava ou que estava além de sua capacidade financeira, bem como fornecer a este mesmo setor privado insumos essenciais a baixo preço.¹⁹ Entre as estatais destacam-se, naturalmente, as holdings setoriais nas áreas de energia e telecomunicações.

Entre 1968 e 1973, o crescimento do Produto Industrial foi sempre superior ao do Produto Interno Bruto. E, na composição do Produto Industrial,



CPDOC-FGV

Tancredo Neves visita Belo Horizonte após a sua eleição à presidência da República em 17 de janeiro de 1985.

financeira de Delfim Netto, deu-se um rápido processo de concentração bancária com a formação de grandes conglomerados financeiros. O número de bancos comerciais no Brasil caiu de 313, em 1967, para 195, em 1970.¹⁶

Este conjunto de mudanças permitiu a ampliação do crédito, antes de mais nada ao setor agrícola, fazendo-se uso de amplo leque de isenções fiscais para reduzir seu custo. Assim se objetivava elevar a oferta de alimentos para o mercado interno e aumentar as exportações. Aliás, a exportação de manufaturados foi igualmente objeto de aumento de crédito, muitas vezes subsidiado, e de políticas para a redução de entraves burocráticos. Igualmente foi elevado o crédito à disposição dos consumidores em geral, para a aquisição dos bens de consumo duráveis de elevado valor unitário, como automóveis e eletrodomésticos — as sociedades de crédito, financiamento e investimentos financiavam estas compras em prazos de 12 a 36 meses com recursos obtidos através da colocação de letras de câmbio.

Outra política de grande alcance foi a alavancagem da construção civil. Este setor é o maior empregador de mão-de-obra de baixa qualificação profissional, e divide-se em dois ramos, o da construção residencial e o da construção pesada.¹⁷ O primeiro continuou a ser alimentado pelo Banco Nacional da Habitação, com os recursos das cadernetas de poupança indexadas e, sobretudo, com a poupança compulsória reunida no FGTS.¹⁸ Assim foi possível financiar não apenas o construtor civil mas também o comprador do imóvel; enquanto durou, o BNH foi o mais importante instrumento de política que este país conheceu capaz de enfrentar a demanda por moradias. Por seu lado, o ramo da construção pesada foi bastante beneficiado pelo grande aumento da demanda estatal por obras de infra-estrutura. Aqui ganham importância a ação de autarquias já existentes, como o DNER, e as encomendas das empresas estatais. Estas foram criadas a partir da regulamentação expressa no Decreto-Lei nº 200, de 1967, com vistas a produzir aquilo que o setor privado não desejava ou que estava além de sua capacidade financeira, bem como fornecer a este mesmo setor privado insumos essenciais a baixo preço.¹⁹ Entre as estatais destacam-se, naturalmente, as *holdings* setoriais nas áreas de energia e telecomunicações.

Entre 1968 e 1973, o crescimento do Produto Industrial foi sempre superior ao do Produto Interno Bruto. E, na composição do Produto Industrial,

destaca-se o comportamento da Indústria de Transformação, que cresceu 13% ao ano, tendo sido objeto de estudo clássico de José Serra (1982). Este desagra as taxas de crescimento desta indústria por categoria de uso e mostra que o maior resultado é o combinado da ampliação do crédito ao consumidor, da capacidade ociosa existente e do crédito fácil para capital de giro. Em seguida vem o crescimento da oferta de bens de capital (18% ao ano) e bens intermediários (14% ao ano), puxados pelos gastos do governo em energia, transporte e comunicações.²⁰ Finalmente vem o crescimento dos bens de consumo não duráveis, que foi de 9% ao ano, puxado pelos gastos da massa popular com alimentos e vestuário.

Este crescimento acelerado rapidamente reduziu a capacidade ociosa da indústria manufatureira caiu de 24%, em 1967, para 7%, em 1971, e praticamente desapareceu em 1972 (Bonelli e Malan, 1976). A partir de então, a continuidade do crescimento ficou inteiramente dependente da ampliação da capacidade produtiva da indústria, o que forçou ao aumento da taxa de investimento da economia. Foi em 1971 que o indicador Formação Bruta de Capital Fixo ultrapassou os 20% anuais, chegando a um máximo histórico em 1975, com 24%. Neste processo foram fundamentais as definições de política industrial conduzidas pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial e financiadas sobretudo pelo BNDE.

Mas os resultados mais exuberantes foram aqueles obtidos no comércio exterior, que cresceu muito mais rapidamente do que o PIB. As exportações e as importações que em 1966 montava a respectivamente US\$ 1,7 e 1,3 bilhão — em 1973 saltaram ambas para US\$ 6,2 bilhões. Estes resultados foram fortemente influenciados pelo crescimento do comércio mundial, pela evolução favorável dos termos de troca e pelo aumento da liquidez internacional, todos frutos do crescimento das principais economias industriais. Mas não se podem subestimar os fatores endógenos.

De fato, as medidas de política econômica criaram um novo quadro para o comércio exterior. A política cambial foi radicalmente alterada com a introdução do regime de minidesvalorizações cambiais, desaparecendo o risco de uma alteração brusca no valor externo da moeda nacional e facilitando o cálculo econômico de prazo mais longo.²¹ As exportações foram objeto de subsídios fiscais e creditícios diversos, com destaque para aqueles concedi-

dos pelo programa Befiex. A isto se acrescem melhorias na infra-estrutura de transportes e comercialização, além de medidas administrativas, como a desburocratização dos procedimentos de exportação e a promoção governamental de produtos brasileiros no exterior. Alguns resultados se destacam. Os manufaturados passaram de 20% para 31% da pauta de exportações e, no que diz respeito a produtos agrícolas, temos a redução do peso relativo do café, que caiu de 42% para 28%, e a ascensão da soja, que passou de 2% para 15% do total (Corrêa do Lago, 1989).

Nesse período, foi empreendida uma política de redução de tarifas de importação, que na média passam de 47% para 20% do valor do produto (no caso dos manufaturados, a redução foi ainda mais significativa, passando de 58% para 30%).²² Na prática, contudo, as importações relevantes recebiam diversos tipos de isenções tarifárias e, por isso, o nível das tarifas não era um bom indicador do custo real dos produtos importados no Brasil. Menores barreiras a importações — por isenções fiscais ou tarifas mais baixas — foram importantes devido às necessidades de importação de máquinas e equipamentos (que mais que dobraram entre 1970 e 1973) para a ampliação do parque industrial brasileiro, depois de esgotada a capacidade ociosa.

O aumento de importações foi superior ao das exportações, o que fez com que a balança comercial fosse levemente negativa em 1971 e 1972; a este déficit se somava o crônico déficit em serviços. Mas o financiamento do déficit de transações correntes era fácil naquela conjuntura. Por um lado, o investimento externo triplicou no período (o que significou dobrar em termos reais); por outro, o país não teve dificuldade em obter crédito tanto para o setor público quanto para o privado. Isto implicou, naturalmente, o aumento da dívida externa, que pulou de US\$ 4,5 bilhões, em 1966, para US\$ 12,6 bilhões, em 1973.

O endividamento externo, no início dos anos 1970, não era visto como um problema, pois, segundo o governo, este se destinava majoritariamente a financiar a expansão de negócios do setor privado. Observe-se, contudo, que a facilidade para a obtenção de empréstimos levou a que parte desse fosse destinado apenas ao aumento das reservas de divisas estrangeiras. Ninguém no Brasil esperava que se estivesse às vésperas de uma crise internacional de

grandes proporções, nem que as taxas de juros pudessem sofrer aumento significativo. Nenhum economista poderia, naquela ocasião, fazer uma previsão tão pessimista que sugerisse que, ao final de 1978, a dívida externa seria mais do que o triplo daquela de 1973, como de fato aconteceu.

Mas naquele momento as preocupações com a nossa economia iam em outra direção; se era inegável que o Brasil crescia, estes benefícios não se distribuíam eqüitativamente. O próprio presidente da República chegou a afirmar que “o Brasil vai bem, mas o povo vai mal”. Um certo mal-estar atingia a todos, exatamente no momento em que nossa economia se despedia das maiores taxas de crescimento de toda a sua história.

CRESCIMENTO ECONÔMICO SEM EQUIDADE

Durante o governo Médici, a busca de legitimidade deslocou-se definitivamente do plano político para o plano econômico. A idéia de que estava em processo a construção de um “Brasil Potência” passou a constituir a base da propaganda do governo e o fundamento de sua legitimidade. Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso: “O regime passou a desejar medir-se pela eficiência mais do que por qualquer outro critério e antes pela eficiência econômica do que por seus acertos em quaisquer outros terrenos” (Cardoso, 1975, p. 291).

Portanto, críticas quanto à estratégia de desenvolvimento econômico tinham uma importância que transcendia o mero debate acadêmico. Foi justamente a divulgação dos dados do censo de 1970 que permitiu a constatação de que a distribuição de renda tinha piorado no Brasil na década de 1960, mostrando um ponto fraco nos sólidos resultados econômicos divulgados pelo governo. Este ponto será o principal elemento a partir do qual os economistas de oposição fizeram a crítica do modelo econômico brasileiro.

Este debate chegou ao Brasil vindo do exterior. Em uma reunião da Unctad no Chile, em abril de 1972, o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, criticou o Brasil pelo seu desempenho no campo da distribuição de renda. Esta avaliação baseava-se em um estudo realizado pelo professor Albert Fishlow (1972), apresentado em uma reunião da American Economic

Association em Nova Orleans; um resumo foi publicado no *Jornal do Brasil* em abril de 1972, dando início a uma grande polêmica. Na mesma época, e também produzindo no exterior, economistas brasileiros reviam suas teses anteriores para tentar explicar como podia ocorrer um rápido crescimento da economia brasileira sem reformas estruturais. Em novembro de 1970, Maria da Conceição Tavares e José Serra apresentaram um trabalho intitulado “Além da estagnação”,²³ contrapondo-se à tese levantada por Celso Furtado no trabalho “Desenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista”.²⁴

Furtado sustentava que a crise que acompanhou o esgotamento do processo de substituição de importações representava, em alguns países, a transição para um novo tipo de desenvolvimento capitalista, que poderia reforçar traços perversos do modelo de substituição de importações como exclusão social, concentração espacial e baixa produtividade de certos setores. A estagnação econômica resultaria da perda de dinamismo do processo de substituição de importações, devido ao estrangulamento da demanda causado pela concentração de renda.²⁵

A hipótese de Tavares e Serra é que economias dependentes com grandes mercados internos, como o Brasil e o México, podiam transitar para um modelo baseado em estímulos internos ao próprio sistema — sem enfraquecer os laços de dependência externa. Para isto seria necessário realizar ajustes pelo lado da estrutura da demanda, criar novos mecanismos para o financiamento do investimento, e novos projetos rentáveis e complementares à capacidade produtiva preexistente. Esse novo modelo dependeria de uma reordenação da política econômica no que diz respeito ao financiamento, distribuição de renda, orientação dos gastos públicos e, finalmente, da rearticulação do sistema monetário-financeiro em outras bases.

Tavares e Serra argumentavam que nesse novo modelo a compressão salarial foi funcional ao sistema, e não uma barreira à expansão da demanda. O aumento da concentração de renda permitiu a expansão do mercado pelo crescimento e diversificação do consumo de classes médias e altas urbanas. O relevante não seria a participação relativa desse segmento no total da população, mas seu número absoluto diante da demanda de que o sistema neces-

sita. Por outro lado, o dinamismo do sistema podia estar também fortemente calcado em investimento e produção dos chamados setores estratégicos: petroquímica, mineração, siderurgia, energia elétrica, transportes e comunicação. Seria necessário estabelecer nova divisão entre as tarefas do capital estrangeiro e do Estado brasileiro, cabendo a este a responsabilidade mais pesada de abastecer o mercado interno com insumos baratos e economias externas que seriam aproveitadas pelas empresas internacionais para expandir-se. Além do investimento industrial, o novo modelo permitiria novas oportunidades de acumulação de capital em setores como o financeiro ou a construção civil. Portanto, a sociedade brasileira poderia manter-se desigual, com renda concentrada, injusta, mas dinâmica.

Furtado (1972) também reformulou sua interpretação da economia brasileira. Nesse novo trabalho sustentava que, com as medidas introduzidas a partir de 1964 reorganizando o equilíbrio financeiro do setor público, o Estado foi capaz de realizar reformas estruturais visando a eliminar os pontos de estrangulamento responsáveis pela perda de dinamismo do sistema. Assim foram criadas condições para a retomada do processo de industrialização, tendo como ponto de partida o uso da capacidade previamente instalada que não estava sendo completamente utilizada. A estratégia consistiria em: (a) reorientar o processo de concentração de riqueza e da renda, para ampliar a capacidade de investimento e o mercado de consumidores de bens duráveis; (b) reduzir o salário real básico, gerando recursos que, investidos, ampliariam o número de empregos da economia — com o aumento da renda familiar contrabalançando os efeitos negativos da baixa do salário individual; e (c) fomento à exportação de produtos industriais visando a minimizar insuficiências de demanda.

Furtado afirmava ainda que este modelo não beneficiava apenas a minoria proprietária dos bens de capital, mas um grupo social mais amplo, capaz de formar um mercado de bens duráveis de consumo de dimensões adequadas. No Brasil, na segunda metade dos anos 1960, o caminho consistia em dinamizar a demanda da classe média alta mediante formas de financiamento que subsidiassem o consumo e a criação de mecanismos para ampliar o acesso dessa classe a títulos financeiros e propriedades, abrindo perspectivas de maior renda futura. Portanto, era possível ampliar certas faixas do consu-

mo sem alterar a política salarial, formando um mercado capaz de superar a tendência à estagnação resultante do baixo crescimento da demanda da massa de trabalhadores.

Assim, segundo dois dos mais influentes economistas de oposição no Brasil, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, a má distribuição de renda era uma característica estrutural do sistema, sem a qual o dinamismo econômico desse período não seria possível. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento brasileiro, embora dinâmico, não superaria os problemas estruturais que caracterizariam a economia brasileira como subdesenvolvida.

A CONTROVÉRSIA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A constatação de que a distribuição de renda tinha piorado no Brasil na década de 1960 e as denúncias dos economistas da oposição mostraram que este era o calcanhar-de-aquiles do governo. Mas, enquanto a discussão permanecesse restrita a especialistas, seus efeitos políticos seriam mínimos. No entanto, esta controvérsia, chegada ao Brasil a partir das afirmações já mencionadas de Robert McNamara, um ex-secretário de Estado dos EUA, e dos mais influentes burocratas internacionais, difundiu-se pela imprensa e gerou um debate público com a participação de jornalistas, ministros, parlamentares, economistas e sociólogos.

O trabalho de Albert Fishlow argumentava que, se as taxas de crescimento do PIB brasileiro vinham se mostrando auspiciosas, no *front* da distribuição de renda o cenário parecia bem menos promissor, visto que a desigualdade teria crescido sistematicamente durante a década. Tais resultados seriam produto das políticas econômicas dos governos militares, que tanto na estratégia antiinflacionária como nas reformas estruturais tinha montado um sistema que não beneficiava os setores mais vulneráveis, e, ao contrário, tendia a concentrar renda.²⁶

Esse estudo confirmava, agora de forma insuspeita, as interpretações de Tavares e de Furtado. A questão foi ampliada com diversos artigos na imprensa e um grande número de publicações acadêmicas criticando a política governamental. Um dos mais instigantes e provocativos artigos publicados

na época foi a sátira de Edmar Bacha, intitulada “O rei da Belíndia — Uma fábula para tecnocratas”, em que apresentava de maneira criativa e irônica as implicações das formas de se medir o crescimento econômico para avaliar a melhoria da renda de todos os segmentos sociais.²⁷

O governo, no entanto, não deixou esta questão sem resposta. Um trabalho foi encomendado a Carlos Geraldo Langoni, professor da Fundação Getúlio Vargas, que, depois de circular de maneira restrita durante cerca de um ano, foi divulgado ao grande público em 1973, através de um livro intitulado *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. O livro consiste em detalhada análise do Censo Demográfico de 1970 — do qual o autor teve acesso a dados individuais, não disponíveis para outros pesquisadores —, descrevendo o perfil da distribuição pessoal da renda em 1970, e apresentando interpretações para a natureza das mudanças durante a década. Os dados mostraram que a desigualdade da distribuição foi a combinação de ganhos relativamente pequenos (inferiores a 10%) nos grupos de renda próximos ao salário mínimo, e de ganhos extremamente elevados nos grupos de renda alta.

A explicação do fenômeno por Langoni pode ser resumida na seguinte proposição: o aumento da desigualdade resultaria das mudanças qualitativas (nível de educação, idade e sexo) e alocativas (setorial e regional) da força de trabalho ocorridas no Brasil. Nas comunidades rurais, a renda média seria menor do que no setor urbano, mas a distribuição de renda seria melhor. Entre pessoas de baixo nível educacional, a renda média seria menor do que entre as pessoas mais educadas, mas a distribuição de renda também seria melhor. Portanto, seguindo modelos clássicos, a distribuição de renda teria piorado porque, com as transferências de pessoas das regiões de baixa para as de alta produtividade e com o aumento da demanda por pessoas educadas, haveria um aumento provisório da desigualdade. Com a continuidade do crescimento, e a maior oferta de mão-de-obra qualificada e educada, a distribuição de renda tenderia a melhorar, como ocorreu nos casos clássicos.²⁸

Em especial, Langoni enfatiza o aspecto da educação como variável explicativa do nível de renda. As alterações na composição educacional na força de trabalho e a dispersão das rendas associadas a dados níveis de edu-

cação resultariam do aumento da demanda por mão-de-obra qualificada, derivado do crescimento econômico. A redução dos níveis de pobreza implicaria um aumento dos níveis de desigualdade, até que, num determinado nível de renda, fosse possível compatibilizar redução da pobreza com melhor distribuição de renda. Seria necessário primeiro aumentar o nível de renda (isto é, o bolo) e depois a distribuição surgiria em conseqüência. Embora a participação dos mais pobres no bolo fosse relativamente menor, como este teria crescido muito, a fatia de cada um era maior, em termos absolutos, do que seria na situação anterior.

O trabalho de Langoni foi a principal defesa do governo à crítica quanto à concentração de renda no Brasil. O próprio Delfim Netto escreve o prefácio do livro, afirmando que “Langoni prova que o aumento observado de desigualdade é conseqüência direta dos desequilíbrios de mercado característicos do processo de desenvolvimento” (Langoni, 1973, p. 13-14). O livro recebeu duras críticas dos economistas da oposição, que afirmaram que o trabalho ignorava os efeitos da condução da política econômica na distribuição de renda e tinha uma visão panglossiana do futuro, ao postular que o desequilíbrio entre oferta e demanda de mão-de-obra qualificada seria autocorrigível pelo simples aumento da oferta de trabalhadores com maior escolaridade.

A controvérsia sobre distribuição de renda não teve e não poderia ter uma conclusão. Os economistas do governo e da oposição mantiveram seus argumentos, que implicavam também uma postura de apoio ou oposição ao regime. De qualquer forma, com o distanciamento de três décadas desse debate, pode-se afirmar que o modelo brasileiro tinha a característica de ser fortemente concentrador de renda. Essa seria uma das mais pesadas heranças que o período do “milagre” deixou para o futuro.

CONCLUSÃO

A identificação do sucesso econômico com a aprovação do regime militar era tão grande que, na década de 1970, dificilmente um economista poderia fazer uma análise serena das condições econômicas do país. Escrever trinta

anos depois desses acontecimentos permite um distanciamento que conduz a uma reflexão menos apaixonada do período. O milagre econômico foi produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco. Mas foram a idéia da legitimação pela eficácia, concepção positivista que permeava o imaginário dos militares e seus aliados, e, ainda, o nacionalismo das Forças Armadas brasileiras que fizeram inevitável a opção pelo crescimento, em lugar da construção de uma ordem liberal, como fazia a vizinha Argentina. Por outro lado, esta necessidade de crescimento não encontrava limites em preocupações com questões como equidade, ou melhoria das condições de vida da população, a não ser quando isso afetava a segurança do regime.

Mas, ainda durante o período de crescimento acelerado, que repentinamente passara a parecer interminável aos contemporâneos, as condições externas sofreram alteração radical. Em agosto de 1971, o governo republicano de Richard Nixon abandonou unilateralmente a conversibilidade do dólar em ouro, sepultando o acordo de Bretton Woods. Em dezembro do mesmo ano, os ministros das Finanças dos países ricos reuniram-se no Smithsonian Institute, em Washington, para tentar chegar a um acordo para manter a cooperação financeira internacional. Mas, em meados de 1973, ficou claro o fracasso dessa iniciativa, levando ao surgimento de uma nova ordem na economia mundial, baseada em taxas de câmbio flutuantes e maior instabilidade financeira.

Esse cenário foi agravado pela crise gerada com o súbito aumento do preço do petróleo. Em fins de 1973, depois de um conflito árabe-israelense no Oriente Médio, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) retaliou os EUA e os países europeus, que teriam apoiado Israel, quadruplicando o preço do petróleo. Esses acontecimentos marcaram o fim do grande boom de 25 anos do pós-guerra, que seria substituído por um longo período em que a economia mundial se manteve muito mais hostil ao crescimento de países em desenvolvimento, como o Brasil.

Apesar do excepcional desempenho econômico, Médici não fez seu sucessor. Mas também seu governo, que se encerrou no alvorecer da crise internacional, não foi obrigado a tomar decisões difíceis. O novo presidente,

Ernesto Geisel, era um aliado do grupo castelista e substituiu os mais importantes ministros da era do milagre, inclusive o poderoso Delfim Netto. O novo governo navegaria em um mundo mais turbulento e seria obrigado a voltar a escolher entre estabilização e crescimento. E, mais uma vez, o espectro da legitimação pela eficácia não deixava alternativa ao Presidente a não ser fugir para a frente, e insistir no mito da predestinação brasileira para um crescimento econômico sem interrupções ou limites.

NOTAS

1. Sua principal contribuição foi um trabalho produzido para a Cepal, intitulado "Auge e declínio do processo de substituição de importações", publicado em Tavares (1972).
2. Gudin, engenheiro de formação, desenvolveu também intensamente atividades acadêmicas no campo da economia. Foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Economia Política em 1937, instituição que esteve na origem da criação de uma escola na capital da República, que viria se transformar, em 1946, na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Gudin ocupou a cátedra de teoria monetária dessa instituição até 1957. Tendo-se aposentando como professor, Gudin participou da criação de um Centro de Estudos Econômicos na Fundação Getúlio Vargas e tornou-se o primeiro diretor do seu Núcleo de Economia em 1958. Gudin ocupou também vários cargos públicos na área de economia, inclusive o de ministro da Fazenda do governo Café Filho e foi ainda autor de grande número de artigos e de um importante manual de economia monetária. Tal como Gudin, Bulhões ocupou várias funções públicas na área de economia e atuou ativamente como professor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (atual Instituto de Economia da UFRJ) e como economista da Fundação Getúlio Vargas. Ver Loureiro (1997).
3. Estes eram, além de Dênio Nogueira na Sumoc (Superintendência de Moeda e Crédito, que deu origem ao Banco Central), Casimiro Ribeiro, na Carteira de Redescconto do Banco do Brasil, e Garrido Torres, no BNDE.
4. Em seu depoimento para o CPDOC, Bulhões (1990) reconhece que sofreu algumas pressões para realizar um tratamento de choque para o controle da inflação brasileira. Informa, inclusive, que o diretor do FMI, Edward Bernstein, teria recomendado medidas mais severas.
5. O financiamento do déficit público mediante venda de títulos da dívida pública ao setor privado transfere renda deste para o governo, portanto não aumenta a de-

manda agregada. Caso a mesma operação fosse feita mediante crédito de uma autoridade monetária, como era o Banco do Brasil, criar-se-ia um poder de compra adicional, elevando a demanda agregada acima da oferta, o que causaria o aumento dos preços.

6. O mecanismo do ajuste pretendia recompor o salário real pela média, e não pelo pico. Este modelo pressupunha uma previsão da inflação para o ano seguinte. Como esta foi sistematicamente subestimada, o resultado foi que os aumentos salariais ficaram sempre abaixo da inflação do período. Segundo os cálculos de Lara Resende (1990, p. 229), a aplicação desta fórmula levou à redução do salário mínimo real entre 1965 e 1974, e à queda do salário real médio industrial, de 10 a 15%, entre 1965 e 1967. Portanto, os resultados estavam muito distantes da neutralidade apreendida pelo governo.
7. Outras fontes de poupança compulsória foram os novos programas de seguro social, como o PIS e o Pasesp.
8. Através da Resolução 63 do Banco Central, de 21/8/67, os bancos comerciais foram autorizados a intermediarem a contratação direta de empréstimos externos para financiamento de capital de giro e capital fixo das empresas instaladas no país. Esta veio a se somar à Lei nº 4.131/62, alterada pela Lei nº 4.390/64, que já autorizava o financiamento direto de empresas estrangeiras a suas subsidiárias, e regulava os empréstimos diretos de Bancos Internacionais a empresas no Brasil.
9. O primarismo da técnica econométrica é óbvio: tomaram-se dados de um período curto, em que a economia brasileira patinava no baixo crescimento. Esta tecnicidade, porém, escapa à compreensão do leitor leigo e gera um resultado tão apavorante que os defeitos da argumentação são atenuados.
10. Este fato é contado em detalhes na Síntese Política da Apec de 1968. Nessa publicação, voltada para o setor empresarial, é informado que estes coronéis chegaram a reunir-se com Delfim Netto. Segundo esta fonte, Costa e Silva teria posteriormente demitido dois coronéis que teriam um papel de liderança nesse movimento do posto que ocupavam.
11. Para avaliações detalhadas, ver Suzigan (1978), Corrêa do Lago (1990), Gremaud e Pires (1999).
12. Para que se tenha idéia da excepcionalidade deste resultado, este só ocorreu nos anos de 1901, 1907, 1909, 1912, 1927, 1928, 1936, 1946, 1958, nestes 1968-73 e em 1976.
13. O emprego cresceu cerca de 4,3% ao ano, enquanto a população aumentou apenas 2,9%. Para uma visão compacta da política econômica do período, ver Corrêa do Lago (1989).
14. De fato, a maior parte do déficit público do ano de 1967 verificou-se no primeiro trimestre do ano — NCr\$ 591 milhões, que representou 48% do déficit anual. Mas este era financiado principalmente (57,1%) de forma não inflacionária.
15. Simonsen, escrevendo em defesa do que chamava de “modelo brasileiro de desenvolvimento”, descreveu este dilema com precisão quando afirmou: “Ao lado do

elevado nível de inversões públicas, a política monetária tem sido conduzida sob o princípio de que o setor privado não deve ser afetado por qualquer crise de liquidez.” Argumentava que “portanto, as taxas de expansão dos meios de pagamentos têm sido superiores ao que seria justificável pela teoria quantitativa da moeda”. No entanto, “a expansão dos empréstimos bancários ao setor privado tornou-se o principal componente autônomo da expansão dos meios de pagamentos”. A implicação deste diagnóstico era que para conciliar a expansão do crédito com a queda da inflação foi necessária uma certa dose de controle de preços. Ver Simonsen (1976, p. 11-14).

16. Dados de Tavares (1972, p. 130-131 e 223).
17. Além disso, o setor de construção tem efeitos de arrasto (*linkages*) sobre as indústrias do cimento, materiais de construção, aço, equipamentos etc.
18. Não se deve subestimar o papel das cadernetas de poupança, que permitiam ao pequeno aplicador brasileiro auferir uma remuneração de 6% ao ano protegida da inflação, o que no mercado financeiro mundial era privilégio de grandes corporações com imensas equipes de especialistas. Mas os recursos do FGTS foram decisivos não apenas por seu volume mas por sua previsibilidade.
19. Embora muitas empresas estatais fossem lucrativas, parte delas freqüentemente apresentou prejuízos, tendo chegado a contribuir para um déficit público equivalente a 1 ou 2% do PIB. Observe-se, no entanto, que na grande maioria dos casos estes prejuízos indicam não uma falta de eficácia operacional e sim, ao contrário, sua eficácia em servir à sociedade bens e serviços abaixo de seu custo, em benefício do setor privado.
20. Observando o crescimento da indústria de transformação através de sua segmentação por ramos, vemos que aqueles que mais cresceram foram os de material de transporte (21% anuais), mecânica (17% anuais) e material elétrico e de comunicações (16% ao ano).
21. O sistema de minidesvalorização cambial, conhecido no jargão dos economistas pelo nome inglês de *crawling peg*, desvinculava a política cambial do sistema de taxas de câmbios fixas, estabelecido nos Acordos de Bretton Woods, que passavam a ser ajustadas em períodos freqüentes sem prazos fixos.
22. Quando se leva em conta a taxa de proteção efetiva, incluindo tarifas sobre insumos, a redução média cai de 72% para 31%. A redução aplicável a manufaturados, porém, é muito menos expressiva, passando de 98% para 52%. A indústria, portanto, no que havia de mais importante, continuou protegida.
23. Este seminário foi promovido pela Unesco e Flasco. O estudo foi publicado em Tavares (1972).
24. Este trabalho foi publicado em Bianchi (1969).
25. Furtado sustentava que nestas condições a industrialização seria orientada para a satisfação da demanda diversificada dos grupos de rendas mais altas. As substituições possíveis se dariam em um pequeno número de bens de consumo duráveis de maior valor e de bens de capital; a demanda de cada item a ser substituído seria cada

vez menor, o que criaria problemas de escala. A alocação de recursos para esses setores reduziria o dinamismo da economia, porque seria necessário um investimento mais elevado para um mesmo nível de crescimento do produto e também porque a demanda por mão-de-obra seria restrita (já que esses setores não são intensivos em trabalho), reduzindo os salários reais. A limitação do mercado contribuiria para um baixo dinamismo na demanda de bens de capital e para a falta de meios adequados de financiamento.

26. Segundo Fishlow, a faixa de renda mais elevada, que representava 3,2% do mercado de trabalho, aumentou sua participação na renda de 27%, em 1960, para 33,1% da renda em 1970. Ver Fishlow (1975, p. 183).
27. O termo Belíndia é a combinação dos nomes da Bélgica e Índia. A sugestão é que o Brasil seria uma Índia, país superpopuloso e pobre, que continha uma Bélgica, um país pequeno e rico, em seu interior. Esse artigo foi originalmente publicado no *El Trimestre Económico* do México, e posteriormente foi publicada no Brasil pelo semanário de oposição *Opinião*. Encontra-se em Bacha (1978).
28. O modelo clássico mais celebrado é o apresentado por Kuznets (1963).

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Marcelo Paiva (org.) 1990. *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Campus.
- . 1990a. "Inflação, estagnação e ruptura: 1961-64". In Abreu Marcelo Paiva (1990), (org.). 1990. *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Campus.
- Alves, Denysard; Sayad, João. 1975. "O Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970". In Lafer, Betty Midlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva. *Anuário APEC*. Diversos números. Rio de Janeiro: Apec.
- Argy, Victor. 1981. *The postwar international money crisis*. London: George Allen and Unwin.
- Bacha, Edmar. 1978. *Os mitos de uma década*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Baer, Werner. 1996. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel.
- Barbosa, Fernando Holanda. 1983. *A inflação brasileira no pós-guerra: monetarismo versus estruturalismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.
- Belluzzo, Luiz G. M.; Coutinho, Renata. 1982. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2 v.
- Bianchi, A. 1979. *Ensayos de interpretación económica*, Santiago: Universitaria.
- Bielshovski, Ricardo. 1996. *Pensamento econômico brasileiro 1930-64*. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bonelli, Regis; Malan, Pedro. 1976. "Notas sobre o balanço de pagamentos e a indústria no limiar da segunda metade da década de setenta", *Pesquisa e Política Econômica*, 6 (2), agosto.

- Bonelli, Regis. 1977. "The Brazilian Economy in the Seventies: Old and New Developments", *World Development*, 5 (1 e 2).
- Borges, Maria Angélica. 1996. *Eugênio Gudin. Capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Educ.
- Bulhões, Octavio Gouvêa de. 1990. *Octavio Gouvêa de Bulhões: Depoimento*. Brasília: Banco Central do Brasil.
- Cardoso, Fernando Henrique. 1975. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Campos, Roberto. 1976. "O modelo político brasileiro". In Simonsen, Mario Henrique; Campos, Roberto. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Carneiro, Dionísio D. 1977. *Brasil: dilemas de política econômica*. Rio de Janeiro: Campus.
- Castro, Antonio Barros; Souza, Francisco E. P. de. 1985. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Corrêa do Lago, Luiz Aranha. 1990. "A retomada do crescimento e as distorções do 'milagre'". In Abreu, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus.
- Coutinho, Luciano; Belluzzo, Luiz G. M. 1982. "Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974". In Belluzzo, Luiz G. M.; Coutinho, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2 v.
- Cruz, Paulo Davidoff. 1984. *Dívida externa e política econômica*. São Paulo: Brasiliense.
- Doellinger, Carlos von; Castro Faria, Hugo B.; Cavalcanti, Leonardo C. 1974. *A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967-73*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.
- Doellinger, Carlos von; Cavalcanti, Leonardo; Castelo Branco, Flavio. 1977. *Política e estrutura das exportações brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.
- Fishlow, Albert. 1975. "A distribuição de renda no Brasil". In Tolipan, Ricardo; Tinelli, Arthur C. (orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Furtado, Celso. 1972. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . 1974. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . 1981. *O Brasil pós-"milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Goldsmith, Raymond W. 1986. *Brasil 1850-1984: Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*. São Paulo: Harper & Row do Brasil/Bamerindus.
- Gremaud, Amaury P.; Pires, Julio M. 1999. "Metas e bases e I Plano Nacional de Desenvolvimento (1970-1974)". In Koin, Anita (org.). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva.
- IBGE 1987. *Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. 2ª ed. revista e atualizada, vol. 3 de *Séries Estatísticas Retrospectivas*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Kahn, Hermann e Wiener, Anthony. 1968. *O ano 2000*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

- Kuznets, Simon. Jan. 1963. "Quantitative Aspects of the Economic Growth of Nations", *Economic Development and Cultural Change*, vol. XI, n. 2.
- Langoni, Carlos G. 1973. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Maddison, Angus. 1997. *La economía mundial 1820-1992*. Paris: OCDE.
- Mantega, Guido. 1984. *A economia política brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes.
- Montoro Filho, André Franco. 1982. *Moeda e sistema financeiro no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.
- Pereira, José Eduardo C. 1974. *Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1966/73*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.
- Prado, Luiz Carlos. 1999. "Brasil: políticas comerciais e industriais: evolución y perspectivas". In Cepal. *Nuevas políticas comerciales en America Latina y Asia. Algunos casos nacionales*. Santiago: Cepal.
- Presidência da República — Brasil. 1970. *Metas e bases para a ação do governo*. Rio de Janeiro: IBGE.
- . 1971. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Sá Earp, Fabio. Mar./set. 1996. "Um século de inflação: a evidência empírica". *Análise Econômica*, n. 25 e 26.
- Santos, Theotonio dos. 1994. *Evolução histórica do Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Schervan-Schreiber, Jean-Jacques. 1968. *O desafio americano*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Serra, José. 1982. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira no Pós-Guerra". In Belluzzo, Luiz G. M.; Coutinho, Renata. 1982. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2 v.
- Simonsen, Mario Henrique. 1970. *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Rio de Janeiro: APEC.
- . 1976. "Política Antiinflacionária — a Contribuição Brasileira". *Estudos Econômicos*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- . 1976. "O modelo de desenvolvimento brasileiro". In Simonsen, Mario Henrique; Simonsen, Mario Henrique; Campos, Roberto. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- . 1976. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Singer, Paul. 1976. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Skidmore, Thomas. 1996. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Suzigan, W. (org.). 1978. *Indústria: política, instituições e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.
- Suzigan, W.; Bonelli, R.; Horta, M.H.T.T.; Lodder, C. A. 1974. *Crescimento industrial no Brasil: incentivos e desenvolvimento recente*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.
- Tavares, Maria da Conceição. 1972. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Tavares, Maria da Conceição; Belluzzo, Luiz G. M. 1982. "Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil". In Belluzzo, Luiz G. M.; Coutinho, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2 v.
- Tavares, Maria da Conceição; Assis, José Carlos. 1985. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Tolipan, Ricardo; Tinelli, Arthur C. (orgs.). 1975. *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

Crise da ditadura militar e o processo de
abertura política no Brasil, 1974-1985

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Professor Titular de história moderna e contemporânea. Laboratório
de Estudos do Tempo Presente/*TEMPO*. Universidade do Brasil/UFRJ.

APRESENTAÇÃO

DITADURAS E ABERTURAS POLÍTICAS

América do Sul e ditadura militar tornaram-se, ao longo das décadas de 1960 e 1970, quase que termos sinônimos. A multiplicação dos regimes militares, com suas típicas características, em especial as acusações de violações aos direitos humanos, ocupou as décadas de 1960 e 1970 por todo o continente sul-americano — com exceção da Venezuela e Colômbia —, para entrar em crise nos anos 1980, quando uma série de aberturas políticas reinstalou regimes representativos na maioria dos países do continente. O entendimento de como tais regimes — em seu apogeu amplamente temidos por suas populações — entraram em crise, alguns puramente em colapso, implica não só analisar tais processos de crise, seus atores e condicionamentos principais, como ainda entender a própria natureza das ditaduras no nosso continente. Nesse sentido, a história recente desses países — o nosso tempo presente —, tendo o Brasil à frente, merece uma reflexão aprofundada, no sentido de reviver as condições que permitiram a implantação das ditaduras, bem como a natureza e o alcance de sua obra política e econômica, visando, desta forma, ao seu entendimento e também a impedir a instrumentalização do esquecimento como arma política contra as democracias. Assim, contra o esquecimento da história do tempo presente — esquecimento apenas paradoxalmente pregado pelos responsáveis pelas ditaduras e pelos condutores das transições em direção às aberturas democráticas —, propomos um voltar-se cuidadoso sobre uma história que é, ao mesmo tempo, recente e esquecida: os processos de redemocratização.

Assim, a insistência numa memória da crise das ditaduras deverá, (a) em primeiro lugar, construir o lugar da violência e do arbítrio na história recente

dos povos latino-americanos — para além dos interesses imediatos dos políticos que articularam as chamadas *aberturas*, convencidos dos méritos (em alguns casos em proveito próprio) do esquecimento; (b) *em segundo lugar, dever-se-á assegurar a multiplicidade dos lugares de fala, dos diversos atores qualificados como enunciadores de uma memória dos chamados anos de chumbo*; (c) *devemos ter claro que boa parte do que nos próximos anos será denominado de história terá agora a delimitação de sua legitimidade como objeto histórico*, o que nos exige, por fim — como historiadores —, (d) *um claro engajamento em direção à salvação de acervos, depoimentos, arquivos e lugares de memória* — atingidos claramente como alvos a serem destruídos em nome da *unidade nacional*. Em torno de arquivos e lugares de memória, ameaçados pela ainda onipotente ação das forças militares e policiais no continente — as diversas negativas em abrir e tornar públicos arquivos — e pelos políticos engajados no esquecimento, trava-se hoje uma acirrada luta pela preservação de uma memória do tempo presente.

A CRISE DAS DITADURAS

O final dos anos 1970 e a década de 1980 assistiram, por toda a América Latina, a um intenso movimento de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares que desde várias décadas dominavam o panorama político continental, não sendo o Brasil um caso único ou modelar do processo de transição democrática, embora, é claro, guarde, como veremos, inúmeras especificidades.

Uma certa semelhança com as transformações em curso no Leste Europeu dominado pelos regimes do socialismo real, desde 1985 com a ascensão de Mikhail Gorbachev, pode ser assinalada na América do Sul dez anos antes, desde 1974 e 1975 e particularmente a partir de 1976, com a ascensão de Jimmy Carter à presidência americana: crítica ao predomínio de um partido oficial — ou instituição que faça as vezes deste partido; recuo do controle do Estado sobre a economia; estabelecimento da liberdade de expressão e de organização e denúncia da atuação de polícias políticas responsáveis pela repressão das dissidências. A assunção ao poder de Mikhail Gorbachev ace-

lerou tal processo a uma velocidade inesperada, culminando, entre 1989 e 1991, com a derrubada dos regimes do socialismo real.¹

Da mesma forma, uma firme ação de Jimmy Carter em favor dos direitos humanos abriu novos espaços para a atuação das oposições no Brasil e em todo o continente.² Tal visão, muito comum nos meios de comunicação e em algumas análises dos chamados *brazilianists*, impõe uma série de dificuldades, embora guarde também boas chaves de análise dos processos locais de abertura.

No caso latino-americano, o processo de luta pela democracia e a crise das ditaduras já haviam, em verdade, iniciado bem antes, ao menos desde 1974, a partir de dois pontos distintos de ação: de um lado, a formulação clara de um processo de inserir o Brasil num Estado de Direito, conforme o Projeto Geisel-Golbery e, de outro, a formidável vitória eleitoral do MDB em 1974, o único partido de oposição permitido pelo regime.

Vemos, assim, desde já os principais atores em presença no longo jogo político denominado abertura: a pressão exterior, representada principalmente pelo governo Carter e, também, os condicionantes da economia mundial; o projeto de abertura do poder militar, traduzido na estratégia Geisel-Golbery, e a ação autônoma, porém condicionada, da oposição. Estes são os principais atores em presença, embora não necessariamente únicos, ao longo dos anos 1970 e 1980, em torno da ampla luta sobre a forma, objetivos e ritmo da abertura, ou transição, do regime militar implantado em 1964 em direção a um Estado de Direito.

Devemos ainda ter em mente que o fenômeno das ditaduras sul-americanas não foi exclusivo dos anos 1960, embora sejam neste momento regimes específicos e, da mesma forma, as aberturas — como a processada em 1945-1946 — também já estivessem presentes em nossa história. A novidade reside nos atores em cena — pressão externa; militares e oposição civil, num contexto de Segunda Guerra Fria.³

Um primeiro ciclo de ditaduras latino-americanas pode ser identificado na década de 1930. Foi nesse momento, sob o impacto duplo da crise econômica mundial de 1929 e do desafio à hegemonia britânica sobre o continente, com o advento de novos imperialismos (do Terceiro Reich alemão e dos Estados Unidos, em especial), que as tradicionais formas de dominação

nas repúblicas latino-americanas, baseadas em suas largas *plantaciones* voltadas para a exportação, entraram em colapso. Entretanto, o fim humilhante das experiências autoritárias e fascistas europeias, em 1945, implicou uma ampla recuperação democrática no continente, com o caso exemplar do Brasil em 1945, através de uma primeira experiência de transição democrática no continente.⁴ Assim, não partilhamos a opinião daqueles, como Jacques Lambert, que apostam numa continuidade secular, desde as guerras de independência, no início do século XIX, até os nossos dias, dos regimes autoritários no continente, propondo uma linha de perfeita continuidade entre as ditaduras caudilhescas do século XIX e as ditaduras militares da segunda metade do século XX.⁵ Ao nosso ver, os regimes autoritários que se instalaram na América Latina logo depois da independência — e seriam modelares os casos da Argentina e do Paraguai — têm características próprias, suficientes para distingui-los dos regimes militares contemporâneos. Assim, as ditaduras latino-americanas não seriam nem enfermidades políticas nem tampouco *estado patológico*, como bem observa Rouquié,⁶ vigentes no continente sob a forma de uma *tara ou incompetência ibérica, católica e barroca*, como diria Caetano Veloso.

Assim, ao nosso ver, o caudilhismo ou caciquismo do século XIX e do início do século XX teriam entrado em crise em face das formas muito mais eficientes e profissionais de ditaduras militares, não se apresentando como alternativas viáveis para as sociedades já em acelerado processo de modernização do pós-1945.⁷ Neste sentido, as acusações de *atraso* e caudilhismo feitas contra algumas forças políticas, como o trabalhismo no Brasil, refletem bem mais o nível de concorrência entre diversas correntes do que uma análise real dos processos políticos em curso.⁸

No caso brasileiro, os militares reatualizariam, em contato com as forças americanas e sua ideologia de segurança nacional decorrente da guerra fria, e mais tarde na Escola das Américas e outros centros de treinamento, seus ideais de intervenção salvacionistas, agora diretamente vinculados ao clima de enfrentamento Ocidente/Oriente decorrente da guerra fria. Assim, a pretensa continuidade histórica entre caudilhismo e ditadura militar mal encobre um certo preconceito de caráter antiibérico, de tradição weberiana, ao opor um certo pendor democrático dos povos protestantes e de origem

norte-européia a uma tradição ibérica do mando. Cabe ainda destacar que amplos setores do empresariado moderno, por todo o continente, viram nos militares um esteio para a estabilidade, o crescimento e a segurança de seus projetos econômicos.⁹

Assim, entre 1945 e 1964 inúmeros golpes, deposições de presidentes, *pronunciamentos* e quarteladas são produzidos por uma *baixa oficialidade extremamente politizada e fortemente envolvida no clima de anticomunismo típico da guerra fria*. Neste sentido, desempenha um papel central a criação e a atuação da *Escola Superior de Guerra, a ESG*, centro de formulação e planejamento de um regime militar capaz de regenerar a nação. Daí emanam os princípios básicos que constituirão a ideologia da segurança nacional, fundamental na constituição da ditadura de 1964 e de forte impacto sobre o continente. Entretanto, *coube ainda à ESG formular, com originalidade — quer dizer, sem copiar qualquer modelo americano —, um viés desenvolvimentista e autonomista, característico do nacionalismo existente nos círculos militares*, criando a tensão permanente no interior da própria instituição. Por outro lado, ao longo das lutas travadas durante o processo de abertura, outros grupos militares desempenharam um forte papel, como a chamada *comunidade de informações* e o *grupo áulico*, montado em torno do poder, principalmente durante o governo do general João Figueiredo.

Tais são os *atores principais e seus condicionantes* a serem considerados na reconstrução do cenário da redemocratização no Brasil: a *pressão externa e os condicionantes da economia mundial*, na qual o Brasil já se inseria de forma determinante e definitiva; *os militares e seus condicionantes institucionais*, compreendidos como a *corporação e seus organismos* e, por fim, a *oposição, representada pelo MDB e seus condicionantes inscritos na cultura política envolvente*.¹⁰

Estavam, assim, desde o início dos anos 1970, já escalados os atores principais do processo de abertura, bem como seus condicionantes políticos, econômicos e institucionais. Cabe agora uma análise de tais atores e seus projetos.

O ATOR EXTERNO E SEUS CONDICIONANTES

Muitos autores valorizam amplamente a pressão externa sobre os países sul-americanos, em especial em relação ao respeito aos direitos humanos, como um elemento estrutural das aberturas políticas no continente.¹¹ Cabe, sem dúvida, esclarecer previamente os móveis da ação americana e a mudança de expectativas entre as administrações anteriores, em especial de Nixon-Kissinger, fomentadores de golpes militares, e após 1976, com Jimmy Carter. O conjunto de ditaduras militares no continente seria fortemente abalado quando da mudança da política externa americana, na era pós-Guerra do Vietnã, em direção a uma estratégia global capaz de recuperar a hegemonia norte-americana por outros meios que não o simples *putsch* militar. O impacto da derrota no Vietnã, após anos de divisão da sociedade americana e de perda de prestígio mundial, ao lado do drama de Watergate, impunham um importante *turning-point* da política externa dos Estados Unidos.

O país saía da guerra pelo acordo de cessar-fogo — Acordo de Paris de 1973 — por demais dividido e, ao mesmo tempo, com seu prestígio de campeão do mundo livre absolutamente desacreditado, em especial quando da queda de Saigon em 1975. O anticomunismo primário, a crença numa desastrosa teoria do domínio, bem como anos seguidos de apoio às ditaduras mais liberticidas do mundo (Indonésia, Chile, Haiti, Irã imperial, Congo etc.), mostrara-se não só ineficaz, como ainda danoso para os objetivos de longo prazo dos Estados Unidos. As mudanças operadas na política externa no período final de Nixon, de forma revolucionária, obra de Henry Kissinger, embora tivessem rendido bons resultados (*Détente*, aproximação com a China Popular, acordos SALT com os russos, reorganização dos interesses atlânticos etc.), mostravam-se ainda limitadas e, na verdade, haviam permitido que os russos estabilizassem seu domínio na Europa através da *Détente* e da Ata de Helsinque.¹²

Este voltar-se para uma *Realpolitik* da era Nixon fora acompanhado, entretanto, por uma notável degradação, no plano interno, dos padrões éticos do fazer política, lançando aos olhos da nação práticas até então desconhecidas e que culminariam no Escândalo de Watergate, entre 1973-1974, no caso das escutas clandestinas na Casa Branca e nas relações promíscuas

com o mundo do *big bussiness* (com a queda do vice-presidente Spiro Agnew etc.). O fracasso do governo Gerald Ford em realinhar-se com a confiança da opinião pública americana acaba por permitir o fim do domínio republicano e o retorno da grande aliança democrata ao poder, com a eleição de Jimmy Carter em 1976.

A campanha eleitoral realizada por Jimmy Carter bem como sua prática administrativa apontavam para uma importante virada na estratégia americana, visando simultaneamente: (a) à recuperação do prestígio mundial americano, com nítida associação entre política externa americana e direitos humanos; (b) a criar condições suficientes para retornar ao enfrentamento com a União Soviética, de forma a projetar eficazmente a hegemonia global americana.

A formulação de tais objetivos, em grande parte sob orientação do assessor de segurança nacional de Carter, Z. K. Brzezinski, impunha, desde logo, um elemento-chave para seu êxito: a credibilidade. Um ponto favorável, fundamental para garantir tal êxito, centrava-se na própria figura do presidente dos Estados Unidos (e sua atuante esposa), capaz de despertar simpatia e confiança, após anos de experiência com Richard Nixon. Por outro lado, a eficácia da nova doutrina externa americana dependia da sua própria universalidade, da consideração da universalidade dos valores morais e éticos defendidos pelos Estados Unidos. Assim, a denúncia das violações dos direitos humanos, da liberdade de expressão e organização na União Soviética deveria ser acompanhada de uma crítica similar aos antigos aliados latino-americanos, que exerciam sobre seus povos um poder algumas vezes mais violento do que o de algumas ditaduras comunistas da Europa.

A prova de sinceridade, e por conseguinte da eficácia da nova estratégia americana, advém com a intensificação da guerra popular capitaneada pelos sandinistas contra a ditadura de Anastácio Tachito Somoza, na Nicarágua.¹³

Na verdade, por todo o continente, os regimes ditatoriais esperavam uma ação clássica dos Estados Unidos, tal como as intervenções diretas (como foram os casos na Guatemala ou na República Dominicana) ou indiretas (como no Brasil, em 1964, ou no Chile, em 1973). Entretanto, malgrado todas as hesitações e críticas, a administração Carter manteve-se coerente e permitiu a formação de um governo popular na Nicarágua.

Os Estados Unidos sinalizavam, desta forma, que o longo histórico de apoio às ditaduras militares latino-americanas havia se encerrado. Tais governos deveriam, sinceramente, empenhar-se em reformas em direção à redemocratização — no falar político do continente, era o momento das *aberturas* —, capazes de estabelecer regimes democráticos estáveis. O sinal mais evidente da sinceridade da política americana se dá quando, após inúmeros contatos secretos, Washington adverte publicamente o general-presidente Ernesto Geisel sobre a violação dos direitos humanos no Brasil. A resposta é imediata, e marca caracteristicamente o isolamento, a partir de então, das ditaduras: o general brasileiro denuncia os acordos de cooperação com os Estados Unidos. Nesta fase, Geisel, imbuído do nacionalismo militar, e cioso dos preceitos de soberania nacional, enfrentou claramente os Estados Unidos, com suas pretensões de reorganizar a hegemonia mundial pós-Vietnã. Sem dúvida, as medidas mais irritantes de Geisel para com os americanos, em especial o Acordo Nuclear com a Alemanha, e o desprezo por seus preceitos de política externa — reconhecimento da China Popular, de Angola e Moçambique, condenação de Israel na ONU — ajudaram os americanos a apoiar a oposição interna no país.

É claro que a retórica americana sobre direitos humanos jamais colocou seriamente em risco, por exemplo, a ditadura de Pinochet no Chile, de longe o mais odioso dos regimes militares no continente. Da mesma forma, no caso brasileiro as críticas ao governo Geisel encobriam uma nítida oposição ao Acordo Nuclear assinado com a Alemanha, bem como ao extremo estatismo e intervencionismo praticados pelo Brasil, inclusive com o estabelecimento de reserva de mercado em áreas de interesse americano.

O *turning-point* da política americana não explica, isoladamente, as diversas aberturas latino-americanas a partir do início da década de 1980, como da mesma forma não é o único ator externo no processo de abertura brasileiro. Na verdade, o continente fora fortemente batido pela crise e a recessão da economia mundial, os chamados *condicionantes externos*. A longa depressão, óbvia a partir da Guerra do Yom Kippur, de outubro de 1973, que trouxe consigo o bloqueio petrolífero, torna absolutamente frágil a situação econômica da América Latina. Tal fato, o primeiro impacto petrolífero sobre a economia brasileira — o segundo será a partir da Guerra Irã-Iraque,

entre 1980 e 1988 —, tem sido fortemente valorizado. Contudo, deveríamos, para entendê-lo em toda a sua dimensão, somar ao impacto do petróleo de 1973 a crise dos juros externos em 1982. Embora o choque dos preços do petróleo tenha sido importante, em 1973, a abundância de capitais existentes no mercado internacional permitiu uma certa navegação sem turbulências por pelo menos um ano, entre 1973 e 1974 — exatamente na passagem do governo Médici para o governo Geisel —, o que nos faz crer que a crise petrolífera não desempenha um papel fundamental nas origens da crise política da dominação militar no país.¹⁴ Na verdade, para vários analistas, inclusive alguns atores internos — como o ex-ministro Delfim Netto —, a crise mundial, com recessão, de 1982, atingiu muito mais profundamente as economias latino-americanas, em especial a brasileira, do que a crise do petróleo. Devemos, em verdade, fazer algumas distinções. É claro que o nível de endividamento dos países sul-americanos, principalmente o Brasil, estava por demais elevado, e o aumento dos juros americanos, com a atração dos capitais disponíveis para os títulos garantidos pelo Tesouro americano, criou as condições para o encerramento de um ciclo virtuoso de crescimento no continente.¹⁵

Alguns países, entretanto, como foi o caso do Brasil sob a administração Geisel, tentaram fazer frente à crise, propondo estratégias alternativas ao estrangulamento do crescimento econômico, como veremos mais à frente. Entretanto, é importante notar que se o impacto da crise petrolífera de 1973 não foi tão terrível quanto parece, sua continuidade em meados dos anos 1970 acabou por sangrar fortemente a economia brasileira. Muito rapidamente o país tornou-se exportador de capitais, obrigando-se a um esforço crescente de aumentar as exportações para financiar as importações de petróleo e, ao mesmo tempo, fazer face às obrigações decorrentes do endividamento externo.

Assim, o final da década de 1970 já assiste aos primeiros sinais de esgotamento dos modelos econômicos latino-americanos, praticados, até então, com sucesso. As exportações que haviam feito da Argentina e Uruguai países de nível europeu ou o Milagre Brasileiro, modelo da eficiência das ditaduras militares, mostram-se incapazes de manter um processo de crescimento auto-sustentado.

ANEXO DE BOVINA
1981/1982 - DA CULPA

Sem capacidade de exportar, incapazes de oferecer produtos competitivos e com as fontes de financiamento cortadas, estes países apresentam-se, no início dos anos 1980, em colapso. O exemplo mais didático, pelo gigantismo de sua economia bem como de sua crise, é o Brasil, quando o general-presidente João Figueiredo anuncia, em 1982, a incapacidade do país de fazer frente às suas dívidas.

Todo um ciclo de crescimento econômico encerrava-se nesse momento, com o modelo econômico esgotado. A crise do milagre econômico, largamente baseado na repressão sindical, no arrocho salarial e na repressão política, arrastava consigo a credibilidade dos militares e as bases sociais da aceitação da ditadura, tal como fora praticada durante o chamado Milagre Brasileiro.

A questão colocada por inúmeros autores sobre as relações entre abertura e crise do modelo econômico precisa ser avaliada com cuidado. Em fins de 1973, quando se consolida a opção Geisel de sucessão a Médici, e portanto se dá como aceite o retorno da linha castelista ao poder — inclusive com Golbery do Couto e Silva —, a crise ainda não é um dado presente, e o Brasil apresenta índices de crescimento superiores a 10% ao ano. Na verdade, o cenário econômico otimista (e aqui tendem à mesma posição o general Leônidas Pires Gonçalves e o próprio Geisel) tenderia a facilitar a transição. Assim, na sua origem, não é a crise que condiciona a abertura; ao contrário, foi a eficiência econômica do governo Médici que favoreceu a sucessão Geisel-Golbery e, portanto, o projeto de abertura do regime. A crise econômica irá, isso sem dúvida, condicionar o ritmo da abertura, levando a opinião pública a voltar-se em sua maioria contra o regime militar.¹⁶

O ESTADO E A OPOSIÇÃO: OS ATORES INTERNOS

Os dois principais atores internos em presença no jogo político da abertura foram, de um lado, o grupo militar constituído em torno do projeto Geisel-Golbery (ao qual deveríamos somar alguns outros generais, como Orlando Geisel e João Figueiredo), herdeiros da linha política denominada castelista e interessados numa imediata reconstitucionalização do regime militar, e, de

outro lado, as forças políticas de oposição organizadas em torno do único partido político de oposição, o MDB, tendo à frente homens como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, entre outros. Tal quadro, entretanto, não encerra toda a dimensão múltipla e fluida do processo político da abertura. No campo do Estado, uma série de políticos, como Petrônio Portella e Marco Maciel, empresários, bem como as federações das indústrias — Fiesp à frente —, desempenharam um importante papel. A Arena, depois PDS, o partido oficial da ditadura, acabou por ser o centro de inúmeras atuações fundamentais para o prosseguimento do projeto de retorno à democracia, inclusive com sua implosão através do enfrentamento José Sarney versus Paulo Maluf, ou com o surgimento de quadros que seriam fundamentais na própria e paradoxal oposição ao regime, como Severo Gomes e Teotônio Vilela. Por sua vez, no campo da oposição, o MDB acabou por ser empurrado em direção a uma atuação mais firme diante do regime militar por uma sociedade civil extremamente organizada, com os sindicatos, a Igreja, a imprensa, os artistas e a universidade desempenhando um ativo papel de crítica ao regime e, mesmo, ao seu projeto de abertura política. Assim, tais atores, o grupo Geisel-Golbery e o MDB, apoiado na sociedade civil, e ancilarmente a própria Arena/PDS tiveram de aceitar, ao longo do percurso, dividir e ampliar o elenco de participantes e negociadores, a ponto de, no seu auge — durante a campanha das Diretas Já —, incorporar toda a rua, ocupada por cidadãos exigindo democracia, ao processo de negociação política.

Para muitos autores, tal processo nunca esteve presente na abertura em termos de uma dialética Estado/projeto Geisel Golbery, com seus condicionantes institucionais e MDB/sociedade civil, com seus condicionantes políticos.¹⁷ Baseando-se em entrevistas dos principais atores do projeto Geisel-Golbery — como o próprio general Geisel, Golbery, Leônidas Pires Gonçalves, Aureliano Chaves e outros —, insiste-se na tese, formulada por tais atores, de que a abertura foi um projeto do poder — o esquema Geisel — conduzido conforme seus formuladores e sem alterações de rumo. O ex-ministro Delfim Netto talvez seja o exemplo extremo de tal formulação:

“[A oposição] nem ajudou nem atrapalhou [a abertura]. A abertura foi uma decisão interna [dos militares]. É irrelevante [a oposição]. Quando ouço o nosso Franco Montoro dizer: “Nós conquistamos a democracia”, eu morro de dar risadas. Porque não conquistaram coisa nenhuma.”¹⁸

Na verdade, faz parte da postura conservadora a recusa de pensar a cidadania, e os demais atores políticos, como parte do processo político e, acreditar com firmeza que evoluem num cenário vazio, onde são capazes de controlar todas as falas.

Vamos procurar esclarecer e ampliar a análise de tal processo.

A ABERTURA COMO PROCESSO POLÍTICO: ABERTURA OU ABERTURAS?

O processo histórico da abertura política no Brasil, entre 1974 e 1985, foi precedido de outros ensaios de reconstitucionalização do regime, tentados pelo poder militar e malogrados. Nas sucessões de Castelo Branco, em 1967, e de Médici, entre 1973 e 1974, esboçaram-se propostas de abertura política que foram rapidamente descartadas. Tais insucessos condicionaram fortemente o projeto que afinal seria adotado por Geisel e Golbery, com seu caráter lento, gradual e seguro, visando exatamente a evitar os recuos antes vividos.

A ditadura militar viu, logo após um período inicial de aceitação, um vertiginoso crescimento da oposição. Parte das classes médias que haviam apoiado o golpe, amedrontadas por uma forte propaganda da Igreja Católica — as famosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade —, afasta-se do governo quando este mostra a verdadeira face, com as amplas cassações e a profunda repressão aos sindicatos e demais órgãos de representação trabalhista. Os vultosos recursos enviados pelos Estados Unidos e pela Alemanha Ocidental para a propaganda anticomunista, antes e imediatamente após o golpe — através da ação do Ipes (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), fachada montada por militares, entre os quais Golbery do Couto e Silva, da Escola Superior de Guerra, e que associa grande número de empresários (mais tarde, sob a ditadura, dará origem ao SNI, Serviço de Nacional de Informações, polícia política que deu origem a inúmeros quadros da ditadura, inclu-

sive dois generais-presidentes) não conseguem melhorar a aceitação da desacreditada ditadura, causando especial mal-estar a dureza da política econômica. A constante ação da oposição, capaz de reunir estudantes, líderes trabalhadores e intelectuais, que ocupam as ruas do Rio de Janeiro e São Paulo entre 1966 e 1968, acentua a crise do regime militar.¹⁹

A derrota da linha defensora do retorno aos quartéis — o general Castelo Branco e os profissionais — leva ao poder a ala mais radical — a chamada *linha-dura* — das Forças Armadas, sendo seu líder, o general Costa e Silva, indicado presidente. A reação e a resistência — civil e, mais tarde, armada — acabam por convencer os militares de que o arremedo de democracia organizado desde o golpe de 1964 era inútil e mesmo contrário aos interesses da ordem. As grandes manifestações de rua no Rio de Janeiro (a Passeata dos Cem Mil), bem como as greves operárias nos centros industriais de São Paulo, abalam o consenso no interior das forças militares e a credibilidade da classe média na saída golpista. Uma ampla frente de artistas e intelectuais produz uma verdadeira *cultura da resistência*, em que o teatro, a música popular (a era da famosa *canción de protesta* latino-americana, com nomes como Victor Jara, Mercedes Sosa, Inti Illimani, Chico Buarque de Hollanda, Pablo Milanés, Geraldo Vandré), a literatura, somados à ação de professores e estudantes, isolam a ditadura de seus apoios populares iniciais.²⁰ Assim, em 1968, no bojo de uma profunda crise econômica e da perda de controle das ruas e avanço da guerrilha urbana — seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, por exemplo —, produz-se o chamado *golpe dentro do golpe*, quando uma junta militar impede a posse do vice-presidente, o mineiro Pedro Aleixo, no afastamento por motivos de saúde do general Costa e Silva, e impõe ao país uma dura série de medidas policiais, consolidadas, numa sexta-feira 13 (dezembro, 1968, início de uma longa noite de terror), no chamado Ato Institucional nº 5, arcabouço durável da ditadura no Brasil.²¹ Encerrava-se desta forma trágica a ilusão de alguns militares, políticos e empresários organizados em torno do que se denominou, por convenção *facilitadora, linha castelista*.²² Tais homens acreditavam numa intervenção breve dos militares na política, agindo de forma cirúrgica contra a subversão e o comunismo e em seguida retornando, cobertos de glórias, aos quartéis. A complexidade da vida política nacional, a busca de um novo modelo político, como prati-

X / cado pelos ultra-liberais Bulhões de Carvalho-Roberto Campos, acaba por criar uma série de liames e dificuldades que inviabilizam uma primeira abertura política sob Castelo Branco e que deveria levar ao poder um hábil político da UDN: Bilac Pinto.

A primeira abertura política no Brasil, após 1964, falhara.

O fracasso da proposta castelista acaba por aprofundar o envolvimento dos militares — o processo do golpe dentro do golpe. Para muitos militares, a culpa residia integralmente nas oposições, que não teriam entendido o projeto de Castelo Branco. Entretanto, o impacto econômico e social das reformas ditas saneadoras da dupla Bulhões-Campos, a brutal redução de direitos sociais dos trabalhadores acampanhada pela redução do valor real dos salários, poucas vezes entra na análise feita por estes mesmos militares. Na verdade, dá-se, de forma explícita, uma divisão de tarefas: aos militares caberia a segurança e a defesa dos ideais de 1964 — todos formulados em termos castelistas — e aos economistas, o saneamento financeiro do país: “(...) podem falar o que quiserem da revolução, mas todo o programa econômico-financeiro nós entregamos aos ditos ‘sábios da escritura’: Bulhões, Campos, Delfim etc.”²³ Na verdade, colocava-se uma questão candente: a possibilidade de abertura política durante um processo duro e rigoroso de reforma liberal de uma sociedade extremamente estatista. O projeto de abertura castelista estava, desta forma, fadado ao fracasso.

EUFORIA ECONÔMICA, REPRESSÃO E ABERTURA POLÍTICA

A Junta Militar, após a morte de Costa e Silva, dá posse na presidência da República a um general desconhecido do público — embora bastante popular entre os militares e considerado uma ponte entre a linha-dura e os castelistas. Garrastazu Médici, saído da presidência do Serviço Nacional de Informações (SNI), reuniria em suas mãos a maior concentração de poderes já vista na história do país; inicia um grandioso projeto econômico — a segunda revolução industrial no país —, afastando-se assim dos ultraliberais que haviam inspirado o golpe de 1964 e o governo Castelo Branco. Restauradas as condições de crescimento econômico e as linhas de financiamento

internacionais, tranquilizadas pela consolidação do poder militar e o controle das forças sindicais no país, inicia-se um amplo projeto de desenvolvimento nacional — a verdadeira doutrina da ESG —, voltado para a construção do Brasil Grande ou Brasil Potência.²⁴

O projeto desenvolvimentista de Médici estender-se-ia até a gestão Geisel, centrado no desenvolvimento da indústria petroquímica, da química fina, dos eletrônicos, além de uma espantosa rede de obras públicas de infraestrutura — rodovias, pontes, melhoria dos portos e aeroportos, além da indústria bélica. Com Geisel, as fontes alternativas de energia receberão imenso apoio, em especial com a construção de hidrelétricas como Itaipu e Tucuruí, redes de transmissão de energia, o Proálcool, o Acordo Nuclear com a Alemanha, além da consolidação da indústria bélica no país, lançando o país no exclusivo clube dos dez países mais industrializados do mundo.

A continuidade da política de concentração de renda, a teoria do bolo (segundo a qual é preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo), o arrocho salarial e sindical e a continuidade do fechamento político acabam acelerando a reação política, com o aprofundamento da guerrilha urbana e rural. Para os militares, foram “eles” (a oposição) que impediram um segundo projeto de abertura, agora sob a égide de Médici. Aproveitando-se do sucesso econômico do Milagre Brasileiro, do clima de euforia gerado pela vitória na Copa do Mundo de 1970 e da maciça propaganda em torno do Brasil Potência (Brasil, ame-o ou deixe-o!, dizia o slogan autoritário do regime), ter-se-ia conseguido realizar ao final da gestão Médici a transição para um regime democrático. Entretanto, conforme as palavras do general Leônidas, “(...) eles começaram com as bombas e os assassinatos!”. Também o general França Domingues, comandante militar de Brasília nos anos 1970, defende a tese de que o ministro do exército de Médici, Orlando Geisel — de quem era genro —, propunha uma abertura política no final do governo Médici: “(...) o período ideal para a volta da democracia era o fim do governo Médici. O próprio Médici achava isso. Era a melhor hora de fazê-la. Não havia oposição alguma dentro das Forças Armadas. Só não foi feita por causa desses atos provocativos, atos guerreiros. Guerrilhas, assaltos a bancos, greves. Isso atrasou a abertura.”²⁵

O ponto de vista dos atores militares, embora não problematize a questão, prende-se claramente a um projeto de abertura limitado e conduzido

pelo alto, do qual estariam excluídas as forças de oposição, que então procuravam na revolta aberta contra o regime a realização do projeto de abertura considerado verdadeiramente democrático.

É neste sentido, na esteira dos seqüestros de embaixadores estrangeiros no país, que é editada uma nova Lei de Segurança Nacional — que será, mais tarde, copiada por outras ditaduras latino-americanas —, em 18 de setembro de 1969, com o estabelecimento da pena de morte e o banimento para crimes políticos, institutos recusados até então em todas as constituições republicanas do país. Da mesma forma, é instituído o exílio interno, com os oponentes enviados para o meio da selva, lembrando os mecanismos de banimento interno da URSS. A polícia, civil e militar, os órgãos de informação e os mecanismos de punição das Forças Armadas — os famosos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) — adquirem maior fôlego e agem com desenvoltura, seqüestrando, torturando e matando opositores. Com apoio do empresariado, que financia os quadros da repressão, e treinamento militar americano — o famoso caso Dan Mitrione —, surge a Operação Oban, responsável por um grande número de seqüestros e assassinatos. Por todo o país surgem os chamados Destacamentos de Operações e Informações e os Centros de Operações de Defesa Interna (os DOI-Codis), íntima associação entre empresariado e militares, e onde se pratica a tortura em larga escala. A vida pública também é atingida, desde 1969, com a militarização da polícia e a expansão da chamada Polícia (ou Brigada) Militar, polícia aquartelada e fardada, que passa a ser responsável pelo policiamento ostensivo. Em pouco tempo, a PM tornar-se-ia sinônimo de truculência, incompetência e corrupção.²⁶

Manipulando habilmente os meios de comunicação, criando a imagem do Brasil grande potência — o lema do governo é: *Brasil, ame-o ou deixe-o!* —, capitalizando a vitória do Brasil no campeonato mundial de futebol de 1970, o governo atinge grande sucesso. Sem qualquer limite ou condicionamento trabalhista ou sindical, praticando violento arrocho salarial, o governo gere o chamado Milagre Brasileiro, um crescimento contínuo, ao longo do início da década de 1970, com taxas anuais em torno de 11%. O movimento sindical é inteiramente decapitado, e os sindicatos e federações do trabalho, colocados sob intervenção. Só são autorizados a funcionar dois partidos políticos, a Arena — Aliança Renovadora Nacional, oficialista — e

o MDB, Movimento Democrático Brasileiro, de oposição consentida. A ação partidária é, entretanto, severamente controlada, com censura prévia à imprensa, prisão e desaparecimento de parlamentares (como o caso de Rubens Paiva) e cassação de mandatos.²⁷

A ABERTURA LENTA, GRADUAL E SEGURA

A luta em torno da sucessão do general Médici (1969-1974), organizada ao longo de 1973, foi sem dúvida o primeiro ato de enfrentamento entre o projeto oficial de abertura e a oposição no novo contexto político do país. Supera-se no campo oposicionista, mais ou menos a esta altura, a idéia de uma democratização via a derrubada da ditadura militar, com a crise dos experimentos militarizados da guerrilha urbana e a paralisia da tentativa de uma guerrilha rural (que duraria, no Araguaia, de 1972 até 1975), ao mesmo tempo que crescia a compreensão de que o espaço político, mesmo restrito, era, nas condições vigentes, o único caminho da mudança. Um certo desdém, e mesmo descrédito, que envolvia inicialmente o MDB, como oposição do regime, começa a ser substituído pela noção de um MDB autêntico, com um projeto pacífico, parlamentar e democrático de transição para a democracia.

Da mesma forma, o poder militar tem um projeto. Com amplo controle sobre o país em termos de segurança interna, mesmo em face da persistência do foco guerrilheiro em Xambioá, e com índices de crescimento acima de 10% — que a crise do petróleo logo tralaria —, Médici e a cúpula militar sentiam-se suficientemente fortes para operar a transição para um regime constitucional. O ministro do Exército de Médici, o general Orlando Geisel, e o general Golbery do Couto e Silva trataram de construir pontes entre as duas facções militares, castelistas e a linha-dura, visando à constitucionalização do regime. A escolha do sucessor de Médici recaiu sobre a figura de Ernesto Geisel, general com uma longa folha de serviços ao país e à revolução.

A escolha de Geisel, facilitada pela ação de seu irmão Orlando, muito popular entre os duros do regime, obedecia a uma série de quesitos básicos, como o desempenho nas diversas etapas da vida militar, uma excelente experiência na área de administração pública — Sarney dirá que foi o único

tecnocrata a tornar-se presidente do país —, além de um sentido nato de ordem e disciplina, herdados de rígida educação luterana.

Na verdade, Ernesto Geisel era um general político, com grande vivência nas esferas de poder, tendo sido membro do Conselho de Segurança Nacional, em 1948; passara pelo Gabinete Militar de Café Filho, em 1955; administrara a refinaria de Cubatão; fora membro do Conselho Nacional do Petróleo e chefe do Gabinete Militar em 1961 e entre 1964 e 1967, sob Castelo Branco, quando se associou intimamente a Golbery do Couto e Silva. Afastado durante o período Costa e Silva e Médici, quando esteve no Supremo Tribunal Militar e na direção da Petrobrás (1969-1973), retorna sob a proteção da dupla Orlando Geisel-Golbery como a figura suficientemente forte para realizar a abertura política no país. O perfil de Geisel é importante, neste sentido, posto que seu apego natural à disciplina era uma forma de constringer quaisquer tentativas de desafio, como fora feito antes a Castelo Branco por Costa e Silva.

Assim, Geisel e Golbery deveriam, no período de 1974 a 1979, organizar a constitucionalização do país, tendo como meta a *distensão lenta, gradual e segura*. Tratava-se, em verdade, de realizar a volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa. A própria definição do processo encontra um de seus melhores intérpretes na figura do general-presidente:

(...) essas três condições, acho que se justificam por si mesmas. Por que ela tem que ser lenta? Porque não pode ser uma abertura abrupta. Porque cria um problema maior com a área que é favorável à revolução. Sobretudo a área que havia nas Forças Armadas, que era a tal chamada linha-dura. Ela tinha de ser gradual, progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse o regime de exceção. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma solução definitiva.²⁸

O projeto de abertura, assim elaborado, deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo — seu caráter lento

—, de mais ao menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição — que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte — das chamadas salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso à quebra da constitucionalidade.

Podemos, assim, perceber claramente que o projeto de abertura representava uma volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país. Ao contrário de outros processos de abertura, no Brasil os militares *liberalizantes* não contaram com o apoio da oposição — pelo menos da chamada *oposição autêntica* — na sua luta pela reconstitucionalização. Em suas origens, o alcance e o ritmo da abertura ficavam muito aquém do que a oposição desejava. Dessa forma, para os principais formuladores do projeto de abertura, a oposição seria um estorvo aos seus objetivos, obrigando-os a manobrar gradualmente, num permanente *stop-and-go*, entre os bolsões de resistência à mudança no interior dos quartéis — *radicais, porém sinceros*, no dizer do próprio Geisel — e a oposição, desejosa de imprimir um ritmo mais acelerado e uma maior amplitude ao processo de abertura.

A própria eleição de Geisel, feita sob a forma de Colégio Eleitoral, imposto ao país pela Emenda Constitucional de 1969, e já com a clara promessa de liberalização, desencadeou o primeiro ato da nova oposição no Brasil. Buscando todo o espaço possível, num contexto de severa censura aos meios de comunicação, o MDB lançou a *anticandidatura* de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, abrindo espaço para o debate e manifestações de descontentamento público sob o lema de *Navegar é preciso, viver não é preciso!* No Colégio Eleitoral, Geisel obteve uma grande maioria, confirmando a supremacia da Arena (quatrocentos votos contra 76 de Ulysses/Barbosa Lima Sobrinho, e 21 abstenções).

De posse de informações produzidas por seus próprios órgãos de espionagem, dando conta de uma provável aceitação pela opinião pública dos atos do governo, a ditadura realiza eleições para o Parlamento em 1974, passo importante para testar as instituições do país. As urnas, malgrado as limitações da censura, dão estrondosa vitória à oposição, com a eleição de 16 senadores e 187 deputados do MDB: "(...) foi aí a primeira sinalização de que

o povo estava insatisfeito com aquele tipo de regime (...) foi [assim] o sentimento popular que empurrou tudo!"²⁹, afirma o deputado Thales Ramalho, presidente do MDB e depois companheiro de Tancredo Neves na luta pela redemocratização do país.

A vitória da oposição, denominada de *ressaca cívica nacional*, divide o poder militar e abala o projeto original de abertura. O grupo de militares da *linha-dura* se rearticula em torno da *comunidade de informações*, os CIEs, os DOI-Codis e mesmo no interior do ministério do Exército, com o ministro Sílvio Frota à frente. Aumentam os atos de violência, em especial em São Paulo (assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do sindicalista Manuel Fiel Filho, num quartel do II Exército).

A DINÂMICA PRÓPRIA DO PROCESSO DE ABERTURA

Alguns dos atores centrais do processo de abertura no lado do poder militar, como Geisel, Leônidas Pires Gonçalves, Aureliano Chaves, entre os principais, insistem — numa linha exatamente oposta à tese de Thales Ramalho — que o processo de abertura sempre esteve sob completo controle militar e foi todo o tempo devidamente monitorado. Neste sentido, a oposição e a sociedade civil organizada não desempenharam nenhum papel de relevância, bem ao contrário: "(...) o que atrapalhava muito era a oposição. Ao invés de compreender o meu objetivo, de compreender a minha intenção, ela fazia questão de ser muitas vezes uma oposição virulenta."³⁰

Na verdade, o projeto Geisel-Golbery supunha, para seu completo êxito, a subordinação completa da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelo poder e jamais revelados ao público. O próprio Geisel afirmaria que "(...) não havia projeto algum (...)", apenas a consciência da necessidade de mudança e ao mesmo tempo de que não se poderiam contrariar fortes interesses existentes no interior da corporação: "(...) por outro lado, havia a parte da área militar, alguns grupos que eram contrários à abertura. Quer dizer: gostariam de permanecer na situação revolucionária em que vivíamos."³¹ Eram tais grupos que condicionavam a própria abertura e que davam ao processo político seu caráter de *lento, gradual e seguro*. Ora, a oposição

e os segmentos mais atuantes da sociedade civil — como a ABI, OAB, CNBB e a universidade — deveriam conformar-se com o ritmo do arranjo interno das próprias Forças Armadas e não avançar num projeto autônomo de redemocratização.

A abertura deveria, assim, permanecer sob a tutela militar, limitada e lenta, porém não durante todo o processo. Os principais passos iniciais para sua concretização, ainda sob Geisel, tais como a supressão do AI-5 — e a incorporação na Constituição das chamadas salvaguardas do regime ou, para a oposição, o *entulho autoritário* —, o fim da censura à imprensa e por fim a anistia, esta já no governo do general João Figueiredo, eram as provas cabais da iniciativa, e mesmo primazia, do governo *numa primeira fase do processo de abertura política*, malgrado a presença intensa da oposição, como no caso da campanha da anistia. Um pouco mais tarde, contudo, com as sucessivas vitórias eleitorais em 1976 e 1979 da oposição, bem como a onda de atentados praticados pelos bolsões radicais, porém sinceros e que culminariam no atentado do Riocentro, em 1981, e na conseqüente demissão de Golbery e, enfim, na doença de Figueiredo, em 1983, a iniciativa, numa segunda fase do processo de abertura, passaria das mãos do poder militar para a sociedade civil, ensejando as grandes mobilizações de massa para a campanha das *Diretas Já!* ou da eleição de Tancredo Neves, com o governo perdendo a iniciativa das reformas.

Ainda no governo Geisel, as pressões e as contrapressões, repetindo um princípio de física sempre lembrado pelos militares, se fizeram fortemente presentes. A chamada comunidade de informações intensificou, no Rio e em São Paulo, o combate contra o PCB, considerado a verdadeira alma das vitórias do MDB. Na verdade, o PCB — vedada sua existência legal — praticava então *entrismo* no MDB, e vários deputados eleitos tinham algum tipo de filiação ao velho Partido.³² Operações feitas em Campo Grande, no Rio de Janeiro, e várias ações contra simpatizantes em São Paulo, apontavam para uma ação organizada, uma estratégia central, contra a oposição comunista capaz de desestabilizar o projeto de abertura. Tais procedimentos culminaram na prisão e morte do jornalista Vladimir Herzog, em 26 de outubro de 1975, seguida da morte do operário Manuel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976 nas instalações do Codi de São Paulo. Tais mortes, embora não fossem

as únicas, revoltaram a sociedade, já exausta do aparente imobilismo das reformas e da continuidade da impunidade dos agentes da chamada comunidade de informações, lançando parcelas ainda maiores da população na oposição ao regime militar. Geisel intervém rapidamente, numa tentativa de reafirmar seu poder perante a corporação e a sociedade, demitindo o comandante do II Exército, o general Ednardo d'Ávila Melo. Embora este não estivesse diretamente envolvido nos procedimentos de torturas e maus-tratos, Geisel, retomando um princípio da hierarquia militar, o considerava responsável pelo que se passava sob seu comando:

Houve um fato, por exemplo, que marcou muito. Um fato extremamente desagradável, que foi a exoneração do comandante do II Exército em São Paulo. Porque, contrariamente à minha orientação, ali a repressão estava se exercendo de uma maneira absurda, estúpida (...) Aquilo foi um verdadeiro assassinato!³³

Geisel comprovava, assim, as razões de sua escolha para a presidência.

O afastamento de D'Ávila Melo não paralisou, contudo, a repressão política, como também não se buscaram os verdadeiros culpados pela morte de Herzog e Fiel Filho. Ainda em 1976 dar-se-ia o chamado Massacre da Lapa, quando militantes do PCdoB foram mortos em ação policial-militar. Neste caso não deveria haver represálias, posto tratar-se de *mortes em combate*, no jargão militar.

Em meados de 1976, começaram os ataques à bomba em sedes de instituições civis de caráter oposicionista. A primeira bomba explodiu em 29 de agosto de 1976 na ABI, enquanto outra era encontrada na OAB, ambas no Rio de Janeiro. Os atentados eram atribuídos a um pretense grupo de oposição à abertura, a *Aliança Anticomunista Brasileira*, organização até então desconhecida. Malgrado o apelo do general-presidente à ordem e à disciplina, atentados continuaram a acontecer contra a oposição, como a bomba colocada, em 1978, no altar da igreja de Santo Antônio, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Tratava-se de uma diocese comandada por dom Adriano Hipólito, um notável defensor dos direitos humanos, que por sinal já havia sido seqüestrado e humilhado por militantes da extrema direita.

O descontentamento popular avolumava-se não só em função da lentidão da abertura política. O impacto da crise do petróleo, de 1973, fora ignorado por quase dois anos, mantendo o governo o mesmo ritmo de endividamento e expansão monetária, lançando as bases de uma grave crise futura. Em 1975, já não era mais possível ignorar os efeitos negativos da crise, e o general Geisel incumbe o ministro do Planejamento, Reis Velloso, de organizar as estratégias de resistência, culminando no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que deveria cobrir o período entre 1975 e 1979. A ênfase seria dada ao Programa Nacional do Alcool (Proálcool), ao Acordo Nuclear com a Alemanha e à acelerada construção das usinas hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, alternativas energéticas à vulnerabilidade do país em relação ao petróleo. Já com recursos escassos, o governo abre o país à prospecção do petróleo por companhias estrangeiras. Pela última vez o Brasil apresentava uma face desenvolvimentista, com intensa política industrial e de construção de infra-estrutura.

Visando a evitar novas vitórias da oposição, o ministro da Justiça de Geisel, o notório Armando Falcão, elabora uma nova legislação eleitoral — a Lei Falcão —, feita sob medida para evitar o acesso da oposição aos meios de comunicação, em especial na TV. Assim, enquanto a extrema direita militar, os radicais, porém sinceros, avançam e procuram limitar ainda mais o projeto inicial de abertura, o próprio governo se esforça para dividir e inviabilizar a vida da oposição. Tais medidas, denominadas de *casuísmos*, se constituíram em grande parte das chamadas salvaguardas do regime ou o *entulho autoritário*.

É um momento de impasse, em que a oposição, fortalecida pelas vitórias nas urnas, exige maiores concessões, e o poder militar, pressionado na sua retaguarda pela *linha-dura*, procura manter o controle do processo de abertura, bem como de seus objetivos iniciais. O impasse avoluma-se e a crise eclode em abril de 1977, quando, após uma série de desentendimentos entre o MDB e os projetos do governo, Geisel acusa a oposição de montar uma ditadura da maioria, negando-se a votar alterações desejadas da Constituição. Assim, fecha o Congresso Nacional e edita uma série de medidas de alteração da ordem constitucional. É o Pacote de Abril.

Ulysses Guimarães, líder do MDB, desempenhou um papel central na

estratégia de enfrentamento do projeto oficial de abertura conduzido por Geisel. Visando a centralizar em suas mãos, e na sua voz, o enfrentamento com o poder, Ulysses trazia para si a função de responder aos atos imperiais de Geisel. Visava principalmente a evitar que os deputados *autênticos*, respondendo isoladamente aos atos do poder, se tornassem objeto de cassações políticas, como foi o caso de Alencar Furtado e Marcos Tito, em 1977. Assim, certo de que na sua posição de líder do MDB não seria tocado, tratava de responder de forma dura e direta aos atos arbitrários conduzidos pelo poder, chegando a chamar Geisel de “Idi Amin louro”, em alusão ao então cruel e cômico tirano de Uganda. Entre Geisel e Ulysses desenvolver-se-ia uma intensa, profunda e insuperada inimizade. Para Geisel, o papel de Ulysses seria o mais nefasto possível no processo de abertura:

[Ulysses] foi o elemento que mais me prejudicou no problema da abertura (...) O Ulysses nunca quis compreender o problema da abertura. Ele achava, estou fazendo uma ilação agora, que se promovia pessoalmente, teria maior liderança. Isso era um problema pessoal dele, prejudicando possivelmente o problema nacional.³⁴

Por sua vez, o líder da oposição brasileira, engrandecido nas vitórias eleitorais e nos desafios do poder, considerava sua tarefa de vida restabelecer a democracia no país: “Os militares nunca gostaram de mim”, afirmaria Ulysses em 1988, dando ele mesmo as razões: “[porque] temos ódio à ditadura! Ódio e nojo! Amaldiçoamos a tirania, onde quer que ela desagregue homens e nações, principalmente na América Latina!”³⁵ A dura retórica de Ulysses, sua estratégia de trazer para si a responsabilidade de responder ao arbítrio — estratégia jamais compreendida pelo presidente Geisel —, acabariam por afastá-lo de qualquer negociação possível com o poder, que voltar-se-ia para uma liderança considerada mais *construtiva e moderada* — Tancredo Neves.

Os medos de Geisel se confirmariam com extrema rapidez. O projeto de abertura estava ameaçado pelos próprios integrantes da corporação e também pelos membros do próprio governo Geisel. Desde um bom tempo, o ministro do Exército, general Sílvio Frota, vinha denunciando a continuidade da ação subversiva no país, ameaçando inclusive a divulgação de nomes

de comunistas nos órgãos do governo. Tratava-se de uma estratégia de reorganizar as forças militares na sua periferia e desestabilizar Geisel, criando as condições para sua indicação como sucessor do presidente. Tal desafio, como antes no caso da tortura e morte no DOI em São Paulo, não foi bem recebido por Geisel, que demitiu o seu ministro do Exército, que *in extremis* ainda tentou um golpe militar contra o presidente. Logo em seguida o chefe do gabinete militar, general Hugo de Abreu, desafiou o presidente ao postular a sucessão, o que culminaria em outra crise institucional. Assim, após um início de grande dinamismo, o processo de abertura política se veria paralisado por uma série de crises institucionais geradas no interior do próprio poder militar. Por sua vez, a crise financeira e econômica avolumava-se, enquanto a nova liberdade de expressão, em especial em torno da *imprensa nanica* — um grupo importante de jornais de oposição, tais como *O Pasquim*, *Politika*, *Versus*, *Movimento*, *Opinião* etc. —, denunciava o endividamento do país e a persistência da ação da comunidade de informações.

Desta forma, um balanço do processo de abertura sob Geisel é extremamente difícil: autoritário — confundia disciplina e ordem com uma visão imperial do poder —, pôde perceber as condições de crise do país e propor alternativas em torno de um projeto soberano e constitucional. Talvez a melhor síntese de sua personalidade seja ainda a realizada pelo *Jornal do Brasil* na época da sua morte: *o ditador da abertura!*

O candidato de Geisel e Golbery à sucessão presidencial era o então chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo, tido muito mais como um homem da corporação do que como um político. Figueiredo tomou posse em 15 de março de 1979, após enfrentar uma pequena dissensão no interior da Arena e do próprio esquema militar, com uma chapa concorrente, apoiada pelo MDB, formada pelo general Euler Bentes e o líder revolucionário de 1964, Magalhães Pinto.

Um dos principais pontos da agenda de Figueiredo era a anistia, item fundamental para a retomada do processo político da abertura, cada vez mais sob risco de ultrapassagem do governo pelo movimento popular. Pelas ruas, salas de aula, clubes, igrejas mobilizava-se a população em torno do lema *Anistia, ampla, geral e irrestrita* — surgindo diariamente nos jornais uma história da cassação de algum militar constitucionalista, político legalista ou professor universitário.

Decretada pelo governo, sem negociação com a oposição, em 28 de agosto de 1979, a anistia assegurou que não haveria *revanchismos* — uma das principais preocupações das Forças Armadas —, pois o perdão não consentiria que os militares envolvidos com a repressão fossem julgados ou condenados por atos praticados em nome do governo ou das Forças Armadas.

Um novo personagem surgiu, sob o governo Figueiredo, com toda a força no cenário político: as lideranças sindicais. O cenário econômico encontrado por Figueiredo era de crise financeira avançada, com dezenas de greves e exigências de aumentos salariais, levando à crise e à demissão da equipe econômica originalmente montada.

A anistia deveria ter devolvido ao governo a iniciativa do processo de abertura política, retirando da oposição sua bandeira de mobilização popular. Contudo, partirá da oposição militar, de direita, centrada na própria corporação, o mais contundente ataque à autoridade do general Figueiredo. Em face da ameaça de a oposição definitivamente tomar a liderança do processo de abertura, e em face da perda dos privilégios de que gozava sob o regime militar, a comunidade de informações retomou seu projeto de desestabilizar a abertura. Em 4 de outubro de 1979, uma bomba destruiu o carro do jornalista de oposição Hélio Fernandes, enquanto o bispo de Nova Iguaçu voltava a ser alvo de um atentado. No ano seguinte, 1980, várias atentados à bomba foram realizados. Em 27 de agosto de 1980, uma bomba explode na ABI, matando uma funcionária, Lyda Monteiro. Neste mesmo dia, mais dois atentados ocorrem no Rio de Janeiro, um no jornal *Tribuna Operária* e outro no prédio da Câmara Municipal, ferindo funcionários que trabalhavam no local. Dezenas de bancas de jornais, nas ruas centrais do Rio de Janeiro, são incendiadas, como aviso para paralisarem a venda de jornais de oposição. Líderes da oposição, como o recentemente anistiado Leonel Brizola, são alvo de bombas, como também lideranças da sociedade civil, como o advogado Sobral Pinto. Grandes espaços públicos são alvo de atentados, como a quadra da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro, onde se realizaria pouco depois um ato público da oposição.

Tais atos terroristas anunciavam aquele que deveria ser o maior ato de intimidação da oposição: o atentado no Riocentro.

Este foi sem dúvida o ato mais audacioso e, se bem realizado, o mais cruel ato terrorista da história do país. Na noite de 30 de abril de 1981, no espaço do centro de convenções denominado Riocentro, zona oeste do Rio de Janeiro, foram colocadas diversas bombas durante um show promovido em comemoração ao Dia do Trabalho.

Os acontecimentos do Riocentro, entretanto, não corresponderam aos planos traçados pelos militares que promoveram a ação, pois uma das bombas explodiu no interior do carro onde estavam o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que faleceu no local, e o capitão Wilson Machado, ambos do Destacamento de Operações de Informação (DOI), órgão do I Exército sediado no Rio de Janeiro.

As pressões para a apuração severa dos acontecimentos uniram a sociedade civil e provocaram forte conflito no interior do próprio governo. A falta de esforço e interesse de apurar o acontecimento, por parte do general Figueiredo — diferentemente do que Geisel havia feito em sua gestão —, acabou marcando o governo, e retirando de cena o velho general Golbery do Couto e Silva, vencido por uma facção áulica, representada pelo general Medeiros, do SNI, e o general Newton Cruz, do comando militar de Brasília.

O projeto de abertura de Geisel e Golbery estava doravante órfão.

O IPM que deveria apurar o caso foi arquivado sob a alegação de “falta de indícios de autoria”. Decididamente o governo do último general-presidente perde dinamismo, a crise econômica torna-se obsedante, levando o país a decretar a moratória de suas dívidas em 1983.

A FASE FINAL DA ABERTURA: OPOSIÇÃO POPULAR E PARTIDOS POLÍTICOS ASSUMEM A INICIATIVA

Diante dos sinais evidentes de saturação e decrepitude da ditadura, o movimento popular cresce e ocupa as ruas. Primeiro fora em torno da luta pela anistia e o retorno dos exilados, depois em prol das eleições diretas (o movimento *Diretas Já!*, em 1983). Desempenha um papel fundamental na percepção dos militares o desfecho, no início dos anos 1970, das ditaduras na Grécia e em Portugal, onde os regimes ditatoriais — em especial, os coronéis

gregos — não foram capazes de preparar sua retirada do poder e acabaram por ser levados para a prisão. Ao contrário, a solução pactuada na Espanha oferecia um modelo que desde logo cativou os militares e a direita latino-americana. A desapareição de Franco, *el caudillo*, permite a reorganização da direita tradicional, não-fascista, em torno da monarquia e do partido *Unión de Centro Democrático*, tendo Adolfo Suárez como seu líder. Em torno do imperativo da reconstrução institucional do país, e sem uma derrota eleitoral da direita (vitória da UCD nas eleições de 1976), criam-se as condições para a assinatura, por parte de todas as forças vivas da sociedade espanhola, do chamado *Pacto de Mançloa*, em 1978. Entretanto, ao contrário das ditaduras latino-americanas, a direita — eleitoralmente forte na Espanha — negocia a legalização de todos os partidos, inclusive o tradicional PC espanhol e, fundamental, a autonomia das nacionalidades históricas existentes na Espanha. Ou seja, numa situação confortável, o governo de transição de Adolfo Suárez oferece mudanças estruturais profundas, algumas vezes avançando além das propostas da República de 1936.

Na América Latina, em especial no Brasil, fala-se então insistentemente em pactuar a transição, embora com um contexto inverso. Os partidos de direita, inclusive de apoio à ditadura, como o Partido Democrático Social (PDS — herdeiro da Arena), são frágeis e não oferecem garantias estáveis de funcionamento democrático. O pacto na América Latina é, neste momento, apenas uma forma de deter as aberturas políticas mais democráticas e garantir uma tutela militar continuada sobre a sociedade, como é evidente no caso chileno.³⁶

Ao contrário de Adolfo Suárez na Espanha, o governo do general João Figueiredo é marcado pela inépcia econômica, com a declaração da moratória brasileira (1983), e a continuada impunidade da chamada comunidade de informações (conjunto de militares engajados nos órgãos de repressão e espionagem política), que organizava os inúmeros atentados contra personalidades e instituições da oposição. Entretanto, em face de uma intensa mobilização popular, as ruas das principais capitais brasileiras são tomadas por multidões contrárias ao regime, e no Rio de Janeiro, centro tradicional de oposição ao regime, um milhão de pessoas exigem eleições *Diretas Já!*

A proposta de *Diretas Já!* representava um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com uma Constituinte, a uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país.

O regime militar não tinha nem recursos nem projetos para a crise do seu projeto de abertura, e recolhia-se, de forma acabrunhada, ao imobilismo, enquanto manifestações de massa ocupavam as ruas. Para muitos, inclusive os atores militares, entre 1981 e 1983 Figueiredo foi atingido por inúmeras vicissitudes em face das quais não soube reagir: o atentado do Riocentro, a demissão de Golbery do Couto e Silva e o seu próprio infarto. Seu retorno ao poder foi constrangedor diante das hipóteses de renúncia em favor do atuante vice-presidente, Aureliano Chaves, um homem liberal voltado para a transição nos moldes Geisel-Golbery. Para piorar o quadro, o presidente foi tomado de depressão persecutória, particularmente em relação ao vice-presidente, e deixou-se enredar pelas intrigas áulicas dos generais Medeiros e Newton Cruz, além dos velhos companheiros do SNI.

Foi nesse clima que se organizou a transição final entre a ditadura e um regime democrático-representativo, num momento em que o governo perdia toda a iniciativa e permitia, por inércia e inapetência, que os partidos de oposição e as ruas das grandes cidades ditassem o ritmo da abertura. A questão básica, então, residia na forma que tal transição assumiria em sua fase final, com seus riscos e conseqüências. Guillermo O'Donnell distingue, nesse processo, duas formas clássicas de transição: uma, rápida, com forte ruptura com o autoritarismo vigente, denominada *transição por colapso*; outra, lenta e gradual, segura para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças moderadas na oposição. Esta seria denominada *transição pactuada*. O primeiro tipo ocorreu na Grécia, Argentina e Bolívia. O segundo tipo, de *transição acordada ou pactuada*, deu-se na Espanha, Chile e Brasil.³⁷

É bem verdade que a substituição da campanha das *Diretas Já!* — em torno da votação da Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para presidente da República — pela campanha pró-eleição de Tancredo Neves pelo voto indireto — no mesmo Congresso que negara as

eleições diretas — mostraria uma nova fase, um novo arranjo político, excluindo alguns dos atores anteriores, como o PT, e somando outros, como a dissidência do PDS.³⁸

O então jovem Partido dos Trabalhadores, o PT, fora um dos elementos centrais de mobilização popular na campanha das *Diretas Já!*, sendo o responsável, em boa medida, pela incorporação ao debate político de amplos segmentos de trabalhadores, tanto no campo como na cidade. Agora, dado o caráter conciliador de Tancredo Neves, sua posição centrista e seu conservadorismo pessoal, o PT considerava-se incapaz de apoiar a nova campanha. Embora tivesse exercido, desde o primeiro momento, uma inequívoca oposição à ditadura militar, Tancredo Neves representara um papel-chave na estratégia de *abertura lenta, gradual e segura* preconizada por Geisel, Golbery e Petrônio Portella — interlocutor freqüente de Tancredo. A saída de Tancredo Neves do MDB, a grande frente de oposição, e a fundação do Partido Popular, o PP, em 1978, como interlocutor qualificado da ditadura, deram ao ex-ministro da Justiça de Getúlio Vargas a pecha de “linha auxiliar do projeto governista”. O PP reuniria não só a ala conservadora do ex-MDB, como ainda vários setores do PDS, ex-Arena, mal colocados no partido-base da ditadura em virtude de dificuldades e rivalidades locais, sem nada acrescentar ao ideário liberal da abertura.

O retorno do PP, em 1981, ao seio do MDB, agora PMDB, em face da proibição de coligações — mais um dos casuísmos do governo, o que eternizaria o PDS no poder! —, não foi inteiramente pacífico, criando mal-estar em vários setores do próprio PMDB. Ora, nessas condições, o PT via na candidatura de Tancredo uma transição conservadora e pactuada com o autoritarismo.

As desconfianças do PT tornam-se maiores quando o PMDB acolhe nos seus quadros o senador José Sarney, ex-presidente da Arena e do PDS, um dos notáveis do regime militar. Na verdade, José Sarney entrara em rota de colisão com a ala mais conservadora e, principalmente, fisiológica do PDS, ao ser atropelado pela candidatura de Paulo Maluf à Presidência da República:

(...) o Maluf foi justamente tido pelo nosso grupo como um empecilho para que esse projeto [a abertura pactuada] tivesse coroamento. Porque nós sabía-

mos que ele reacenderia toda aquela ideologia. Havia aquela sistemática que se tinha adotado no sentido da transição. Do fechamento do ciclo e uma transmissão consensual do poder. Tancredo sempre surgia como um nome que pudesse ser também aceito pelo próprio governo, encaminhado pelo próprio governo.³⁹

O ex-governador de São Paulo acumulava uma amplíssima pauta de acusações, principalmente no terreno da probidade administrativa, além de tecer no interior do PDS linhas de dependência e clientelismo que colocavam em risco as bases eleitorais já consolidadas de outros cardeais do partido. Mas, acima de tudo, a candidatura Maluf implicava a aliança com o grupo áulico e *linha-dura* — os generais Newton Cruz/Medeiros/Aguiar — do sistema, contrários à abertura. Assim, a insistência do governador de São Paulo poderia, perigosamente, romper a frágil arquitetura inicial de Golbery/Geisel e do “primeiro” Figueiredo — até 1983 —, lançando o país em agruras econômicas e financeiras, numa *transição por colapso*. O nome de Tancredo Neves surgia — no vazio das possíveis candidaturas de Aureliano Chaves, Rubens Ludwig ou Andreazza, malogradas por inapetência de Figueiredo, e de Petrônio Portella, tolhida pela morte do líder político de Geisel — como o único palatável pela maioria dos militares, do PDS e do empresariado:

(...) Ulysses havia se colocado numa posição absolutamente contrária, agressiva [aos militares] (...) Então tornava-se difícil essa coisa para ele. De maneira que, quando Maluf apareceu (...) sua candidatura significaria o fracasso desse projeto todo que se tinha, porque ele significava uma continuidade, muito preso a esse sistema.⁴⁰

É nesse momento, diante do vazio de ação, com o presidente fechado no Planalto e sem iniciativas, que os partidos políticos tomam a direção do processo de abertura. Não era mais a abertura de Geisel e Golbery, mas a abertura dirigida por um *colegiado de cardeais*, com anos de política, de vários partidos: Sarney, Tancredo, Aureliano, Franco Montoro, Brizola, Marco Maciel, Miguel Arraes, Antônio Carlos Magalhães, entre outros, que se unem para evitar retrocessos ou rupturas. Claro, sendo agora os partidos os res-

ponsáveis pela direção da abertura, as pressões populares, o clamor das ruas, contagiam e imprimem, também, seus interesses ao movimento. Muito particularmente, num movimento corretivo da deriva centrista e moderada que a abertura adquirira, surge um poderoso movimento — este com ativa participação do PT — em prol de uma Assembléia Nacional Constituinte, capaz de impor a marca popular na transição pactuada.

Sarney havia se comprometido, junto aos notáveis do partido, com uma prévia aberta no interior do PDS, para a escolha a ser realizada na convenção partidária, que deveria fechar o caminho de Maluf até a presidência. O projeto de José Sarney através da prévia partidária deveria garantir um revigoramento partidário e um despertar de vocações no interior do partido, garantindo, assim, uma transição controlada para um regime constitucional e representativo, de cunho conservador, “sem os militares”!

As práticas malufistas, que ameaçavam a integridade do PDS, conseguiram, entretanto, obstar a estratégia de Sarney e alcançar a indicação para disputar com Tancredo a presidência.⁴¹ É nesse momento que Sarney, aconselhado por Aureliano Chaves, assume a responsabilidade de romper a unidade partidária e garantir a eleição de Tancredo:

(...) Agora, por que nós indicamos o Sarney? (...) porque ele teve a responsabilidade de fazer a cisão (...) Ele e o Jorge Bornhausen lideraram a cisão de direito. Ora, o Sarney tinha sido presidente do PDS. Então nada melhor para caracterizar uma união [com o PMDB] que ser o Sarney, recentemente presidente do PDS (...).⁴²

Pela primeira vez sem a tutela direta dos militares, a direção do PDS tomava a iniciativa política, diante do processo de abertura, criando uma crise da qual emergiria vitoriosa a chapa Tancredo-Sarney. A atuação de Paulo Maluf, com os setores remanescentes da chamada linha-dura, reafirmava naquele momento as práticas de conchavo típicas do auge do autoritarismo, gerando o risco de fragmentação da ampla frente conservadora. Divididos, em um momento de acelerada transição, surgia o risco de todos os envolvidos nos atos arbitrários cometidos sob a ditadura, da violação dos direitos humanos até a malversação do patrimônio público, serem chamados à responsabilidade.

Em transições não devidamente pactuadas, como na Grécia e na Argentina, os comandantes militares, os generais-presidentes e os tecnocratas avalizadores dos projetos econômicos haviam sido levados a julgamento e à prisão.

Tornava-se, assim, imprescindível uma ampla negociação entre a oposição e a base governista quanto aos termos e alcance da transição em curso. Paulo Maluf era, neste momento, justa ou injustamente, acusado de simbolizar o pior do regime militar, permitindo que outros notáveis do sistema fizessem um desembarque honroso do esquema de poder vigente. Por sua vez, homens com forte inserção regional, reconstrutores de capitâncias hereditárias, porém com legitimidade eleitoral — como o próprio Sarney ou Antônio Carlos Magalhães —, surgiram como interlocutores válidos para a oposição.

A desautorização de Sarney dentro do PDS, comandada por Maluf, o impele para a retirada do partido em 11 de junho de 1978, criando uma situação de crise insuportável no interior do PDS. Uma parte viva do PDS, formada por políticos que, malgrado as origens no autoritarismo militar, haviam sabido organizar bases políticas regionais, e vinham se caracterizando por bons desempenhos eleitorais e administrativos, ficara na difícil situação de se manter no partido, em que já não via nenhum futuro, ou acompanhar Sarney a um partido — o PMDB — em que não teria nenhum espaço. Este era o dilema de políticos do porte de Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, Hugo Napoleão, Olavo Setúbal, Aureliano Chaves, entre outros. Tais homens tinham acesso aos grandes veículos de comunicação de massas, ao sistema financeiro — uma das bases do autoritarismo — e aos comandos militares, constituindo-se, assim, em interlocutores privilegiados. A solução foi habilmente negociada. Embora permanecendo no PDS, votariam no candidato do PMDB, Tancredo Neves, caso fosse garantida pela oposição uma transição sob controle. A garantia de uma transição que não escapasse ao controle das elites políticas do regime agonizante seria feita através da incorporação do próprio José Sarney como vice-presidente, na chapa do PMDB, além da indicação de alguns dos principais políticos do PDS para o futuro ministério, pontos acertados em negociação direta com Tancredo Neves e Aureliano Chaves, e alguns outros cardeais do PMDB e do PDS — era o Acordo de Minas:

(...) a essência do Acordo: em primeiro lugar, nós deixamos claro que o nosso acordo não foi a resultante de uma articulação político-partidária, mas da responsabilidade que cada um de nós tinha em relação ao futuro do país (...) Ele [Tancredo Neves] espontaneamente me escreveu uma carta, através da qual reconhece o papel que nós desempenhamos no processo político a favor dele e o compromisso que ele assumira de tratar os companheiros do PFL em pé de igualdade com os do PMDB (...).⁴³

Ulysses Guimarães, o senhor Diretas Já!, alma da oposição brasileira durante quase duas décadas, entra em eclipse diante da ascensão fulgurante de Tancredo. Este, melhor negociador, mais moderado, conseguira costurar a ampla aliança que encerraria o ciclo militar da vida republicana brasileira:

(...) Tancredo era um sábio. Sabia conversar, sabia ler, sabia rezar, sabia comer e beber, sabia rir, sabia ironizar, sabia não ter medo, sabia ser cirineu para os amigos amargurados, sabia ver o mar, sabia ouvir os passarinhos, imaginar com o vento, namorar as estrelas, sabia ser suave na forma e forte na ação. Forte como uma linha reta e doce como a curva do rio. Pelo bem e pela verdade foi implacável no cumprimento da terrível sentença: não se faz política sem fazer vítimas. Tancredo também foi um bruxo. Hipnotizado por seu sortilégio, presto meu depoimento sobre o convívio contraditório que tivemos: eu amava, admirava e temia Tancredo.⁴⁴

No fundo sentindo-se uma das vítimas de Tancredo, o melhor momento de Ulysses ainda viria, como artífice da Constituição que restauraria a democracia no Brasil.

O grupo dissidente do PDS constituiu-se, então, em oposição ao candidato oficial do partido, Paulo Maluf, e formou a Frente Liberal, que mais tarde se retirará do PDS, fundando o Partido da Frente Liberal, o PFL. A aliança partidária entre o PMDB de Tancredo e os dissidentes liberais do PDS é denominada Aliança Democrática (AD).

É nesse quadro que o PT não só se nega a compor uma frente com as oposições, como ainda acusa a frente oposicionista de capitulação diante dos interesses conservadores.

O espaço da esquerda oposicionista é rapidamente ocupado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola. Com o comando do Rio de Janeiro e grande representação nos estados do Sul do país, Brizola lidera manifestações de massa em favor da chapa Tancredo-Sarney, enquanto a Frente Liberal organiza ações similares no Nordeste. A própria respeitabilidade e tradição de Tancredo, em Minas Gerais, ao lado de lideranças expressivas como Aureliano Chaves, garantem a segunda bancada federal fechada em torno da chapa do PMDB. A representação de São Paulo é disputada por Maluf e as lideranças do PMDB paulista, como Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso.

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral consagra Tancredo Neves como presidente do Brasil, com 480 votos contra 180 de Paulo Maluf.

A ditadura iniciada 21 anos antes, com um golpe contra a República constitucional, chegava ao fim. O último general presidente não passaria a faixa presidencial ao seu sucessor, retirando-se do Palácio do Planalto pela porta dos fundos.

Começava a Nova República.

NOTAS

1. Duroselle, Jean-Baptiste. *Tout Empire Périra*. Paris, A. Colin, 1992, p. 284 e segs. e também Stent, Angela. *Rússia and Germany Reborn*. Princeton: University Press, 1999.
2. De Tinguay, Anne. *Les Relations Soviêto-Américaines*. Paris: PUF, 1987.
3. Denominamos de segunda Guerra Fria o período das relações internacionais originado na administração Carter e seguido por Ronald Reagan e George Bush (pai) após a invasão do Afeganistão e da revolução xiita no Irã, em 1979, e que se sucede à Détente ou Distensão (1969-1979) organizada nas relações internacionais na gestão Nixon-Kissinger.
4. Gomes, Angela de Castro (1977), p. 32-33.
5. Lambert, Jacques. *América Latina: estruturas sociais y Instituciones Políticas*. Buenos Aires, Ariel (1968), 1973.
6. Rouquié, A. "Le rôle politique des forces armées en Amérique Latine. État des travaux". *Revue Française de Sciences Politiques*, t. XIX, 4, 1969.
7. Delgado, Lucilia de Almeida Neves (1989).

8. Ver o cuidadoso balanço organizado em Ferreira, Jorge (2001), em especial p. 59-124, e do mesmo autor: *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.
9. Podemos comparar com as declarações do general argentino Martín Balza, quando denuncia os apelos constantes "(...) a ustedes son la reserva moral (...)" e outras formas clássicas de arregimentação golpista, *El Clarín* (Buenos Aires), "Los Archivos de la represión cultural", 24/3/1996, p. 14; e do general Leônidas Pires Gonçalves, figura-chave no processo de abertura brasileira: "Nunca fomos intrusos na História deste país, sempre instrumento da vontade nacional (...) Nós fomos chamados pela sociedade aos berros!", in Costa Couto, Ronaldo (1999, p. 241).
10. Sá Motta, Rodrigo (1977).
11. Millet, Richard e Gold-Biss, Michael (orgs.). *Beyond Praetorianism*. The Latin American Military in Transition. Miami, Miami Press University, 1995.
12. Heffer, Jean. *Les États-Unis de Truman à Bush*. Paris, Armand Colin, 1992 e Merle, Marcel. *Bilan des Relations Internationales Contemporaines*. Paris, Economica, 1995.
13. Linhares, M. Yedda e Teixeira da Silva, Francisco C. (1999).
14. Ver Carneiro, Dionísio Dias (1999, p. 323-346).
15. Cepal. *Problemas y Perspectivas del Desarrollo Industrial Latinoamericano*. Buenos Aires, Hachette, 1963.
16. Castro, Celso e D'Araujo, Maria Celina (1997, p. 335) e segs.
17. Ver Mathias, Suzeley K. (1995).
18. Delfim Netto, Antônio, entrevista, in Costa Couto, Ronaldo (1999, p. 138).
19. Assis, Denise (2000).
20. Teixeira da Silva, Francisco C. (1998) e Reis Filho, Daniel Aarão (1998, p. 25-38).
21. Ver Beiguelman, Paula (1991) e Reis Filho, Daniel Aarão (2000).
22. Ver Linz, Juan e Stepan, Alfred (1999).
23. Leônidas Pires Gonçalves, entrevista, in Costa Couto, Ronaldo (1999, p. 240).
24. Ver, sobre os projetos de potência dos militares, Castro, Celso (1995); Stepan, Alfred (1986); Castro, Celso e D'Araujo, Maria Celina (2001).
25. General Roberto França Domingues, entrevista, in Costa Couto, Ronaldo (1999, p. 152-153).
26. Sobre o impacto da censura e o surgimento de uma cultura da resistência ver: Teixeira da Silva, Francisco Carlos (2002, p. 107-132); Tucci Carneiro, Maria Luiza (org.) (2002).
27. Schmitt, Rogério (2000); Nicolau, Jairo (2002) e Sá Motta, Rodrigo Patto (1999).
28. General Ernesto Geisel, entrevista, in Costa Couto, Ronaldo (1999, p. 209).
29. Thales Ramalho, entrevista, in idem, (p. 306).
30. General Ernesto Geisel, entrevista, in idem (p. 212).
31. Idem, (p. 209).
32. Ver, sobre o assunto, Ferreira, Marieta de Moraes et alii (orgs.) (2001).
33. General Ernesto Geisel, entrevista, in Costa Couto, Ronaldo (1999, p. 210).
34. Idem, p. 213.

35. Entrevista-montagem de Ulysses Guimarães realizada pelo jornalista Jorge Bastos Moreno para *O Globo*. "Ulysses, sempre atual: 'Deixem o povo votar'", 13/10/2002, p. 22.
36. Sader, Emir (1991) e *Democracia e ditadura no Chile*. São Paulo, Brasiliense, 1990; Garcés, Joan. *El estado y los problemas tácticos en el gobierno de Allende*. Madri, Siglo XXI, 1973.
37. Linz, Juan e Stepan, Alfred (1999, p. 115 e segs.).
38. Ver Leiner, Piero di Camargo (1997).
39. Senador José Sarney, entrevista, in Costa Couto, Ronaldo (1999, p. 315).
40. Senador José Sarney, ibidem (p. 316).
41. Ver Kucinski, Bernardo (2001).
42. Governador Aureliano Chaves, entrevista, in Costa Couto, Ronaldo (1999, p. 100).
43. Idem, op. cit., p. 99.
44. Ulysses Guimarães, "Glorioso Tancredo, pobre Tancredo". Discurso na Constituinte, em 21/4/1987, citado por Jorge Bastos Moreno. "Ulysses, sempre atual: 'Deixem o povo votar'". *O Globo*, 13/10/2002, p. 22.

BIBLIOGRAFIA

- Assis, Denise. 2000. *Propaganda e política*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj.
- Beiguelman, Paula. 1991. *O pingo de azeite: estudo sobre a instauração da ditadura*. São Paulo: Inep.
- Carneiro, Dionísio Dias. 1999. "Crises e esperanças: 1974-1980". In Abreu, Marcelo Paiva (org.). *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Campus.
- Carneiro, Maria Luiza Tucci (org.). 2002. *Minorias silenciadas*. História da censura no Brasil. São Paulo: Edusp.
- Carvalho, Maria Alice (org.). 2001. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República.
- Castro, Celso; D'Araujo, Maria Celina. 1997. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- . *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Castro, Celso. 1995. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Costa Couto, Ronaldo. 1999. *Memória viva do regime militar, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record.
- Delgado, Lucilia de Almeida Neves. 1989. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero.
- Ferreira, Jorge (org.). 2001. *○ populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ferreira, Marieta de Moraes et alii (orgs.). 2001. *Vozes da oposição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- Gomes, Angela de Castro. 1997. "Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1945)". In Fauto, Boris (dir.). *O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- Iokoi, Zilda. 1996. *Igreja e camponeses*. São Paulo: Hucitec.
- Kucinski, Bernardo. 2001. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto.
- Leiner, Piero di Camargo. 1997. *Meia-volta volver*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Linhares, M. Yedda; Teixeira da Silva, Francisco C. 1999. *Terra prometida*. Rio de Janeiro: Campus.
- Linz, Juan; Stepan, Alfred. 1999. *A transição e consolidação da democracia*. Petrópolis: Paz e Terra.
- Mathias, Suzeley K. 1995. *Distensão no Brasil: o projeto militar*. Campinas: Papirus.
- Naves, Santuza Cambraia. 2001. *Da bossa nova à tropicália*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nicolau, Jairo. 2002. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Reis Filho, Daniel Aarão. 1998. "1968: O curto ano de todos os desejos. Memórias, esquinas e canções". *Acervo*, Arquivo Nacional, Brasília, v. 11.
- . 2000. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sá Motta, Rodrigo Patto. 1999. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG.
- . 1997. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP.
- Sader, Emir. 1991. *Da independência à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense.
- Schmitt, Rogério. 2000. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Stepan, Alfred. 1986. *Os militares: da abertura à Nova República*. Petrópolis: Paz e Terra.
- Teixeira da Silva, Francisco C. 1998. "1968: Memórias, esquinas e canções". *Acervo*, Arquivo Nacional, Brasília, v. 11.
- . 2002. "Canção e ditadura: o canto da terra ou a MPB como resistência cultural". In Moreira, Roberto; Carvalho Costa, Luís Flávio (orgs.). *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex.

Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990

Marco Aurélio Santana

Professor de sociologia do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Os trabalhadores brasileiros, ao longo de sua história, têm tido em seus sindicatos importante instrumento para a conquista e manutenção de seus interesses. Embora marcado por muitas distinções e tensões internas, e portador de grande heterogeneidade, o sindicalismo brasileiro, em seu conjunto, já figura no rol das instituições de relevo na história republicana nacional. Ele vai estar presente, com maior ou menor intensidade, como protagonista ou coadjuvante nos episódios marcantes de todo o período.

Nas duas últimas décadas do século XX não foi diferente. Em uma época de muitas transformações sociais, políticas e econômicas, o sindicalismo nacional buscou garantir aos trabalhadores um ponto de apoio seguro para sua participação, imprimindo as mesmas características que lhes seriam mais favoráveis. Acompanhando tal processo de mudanças, em seus diferentes momentos, o movimento sindical viveu realidades distintas quando comparamos sua atuação nos anos de 1980 e 1990.

A década de 1980, caracterizada pela abertura política (em que o regime militar implantado no país em 1964 ia dando seus últimos suspiros) e pela transição para o regime democrático, pode ser considerada um período de ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento dos trabalhadores, reintroduzindo este importante ator na cena política nacional. Já a década de 1990, marcada pelas mudanças econômicas que abriram a economia brasileira e intensificaram o que se convencionou chamar de reestruturação produtiva, se caracteriza, para o movimento dos trabalhadores, como época de arrefecimento em termos mobilizatórios e reorientação de práticas e estratégias.

Apesar da inserção diferenciada, podemos constatar, nos dois momentos, não só que os trabalhadores estiveram sempre em movimento, de uma forma ou de outra, em face das muitas condições adversas que tiveram de enfrentar; mas também a importância assumida pelo movimento sindical, como estimulador, ou apenas fio condutor, neste quadro de movimentações.

Este trabalho visa a analisar a trajetória do movimento sindical brasileiro no período, dando ênfase aos fatores internos à vida deste movimento, entre os quais figuram as suas forças constitutivas e as disputas internas existentes em seu seio, as orientações político-ideológicas e suas influências na organização e nas práticas do movimento, bem como as formas de luta empreendidas em cada período. Estarão em tela, também, os fatores condicionantes externos, tais como as conjunturas políticas e econômicas, que servem de cenário para a ação do ator sindical, ao mesmo tempo modificando e sendo por este modificado.¹ Nesse sentido, optou-se por uma estrutura interna que privilegia as práticas empreendidas pelo sindicalismo nacional, tanto em seus aspectos organizativos como no das formas de luta, elegendo, para cada um deles, elementos característicos que foram alvo de maior detalhamento.

OS TRABALHADORES NO DECLÍNIO DA DITADURA MILITAR

O movimento operário e sindical brasileiro experimentou, no fim da década de 1970, um momento marcante para sua história. Submergido após o duro impacto promovido pelo golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouco ou quase nenhum espaço de manobra, senão aquele do silencioso trabalho no interior das empresas e de pontuais tentativas mais visíveis de contestação, o sindicalismo de corte progressista emergia, cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora. No cenário político mais amplo, a emergência do movimento dos trabalhadores acabou estremecendo os arranjos políticos da transição para o regime democrático, que iam sendo pensados sem eles.

Na inflexão da ditadura militar, que desde o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) já se propunha uma estratégia de flexibilização do regime em marcha lenta, gradual e segura, a sociedade brasileira vai reconquistando seus

espaços de participação política. Vivendo um ambiente de efervescência, ela verá surgir inúmeros movimentos sociais² que irão pavimentando o caminho para o processo de redemocratização, acelerando a crise do regime militar (Krischke, 1982 e Sader, 1988). Dentre esses movimentos, podem ser listados o estudantil, o de mulheres, o de bairros e o contra a carestia. Articulados ou não ao movimento sindical, os movimentos sociais, em seu conjunto, engrossarão o caldo da luta democrática do período. Esta luta terá nos trabalhadores um sólido ponto de sustentação.

Quando os metalúrgicos do ABC paulista entraram em greve em 1978, abrindo caminho para a paralisação que se seguiu em outras categorias, eles rompiam com os limites estreitos estabelecidos pela lei antigreve, com o "ar-rocho salarial" e o silêncio geral ao qual havia sido forçada a classe trabalhadora pelo menos desde as greves de Contagem e Osasco, em 1968.³ Com isso, eles impactaram alguns dos pilares de sustentação política e econômica da ditadura militar.

Um dos fatores importantes para a deflagração do movimento foi, sem sombra de dúvida, a denúncia de que o regime militar, em 1973 e 1974, maquiara os índices de inflação, mascarando o verdadeiro patamar do custo de vida.⁴ Isto levou a que os trabalhadores fossem punidos em 34,1%. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, sob a presidência de Luiz Inácio da Silva, o Lula, começa uma campanha pela reposição salarial em busca daquilo que lhes havia sido, de forma espúria, retirado. Ainda que experimentasse o pouco interesse dos patrões e do governo no sentido da reposição, esta campanha pela reposição fertilizará o terreno para as mobilizações futuras.

A campanha salarial de 1978 se nutrirá desse solo fértil. A campanha desse ano, em si, não trazia nenhuma novidade. Ela termina como as anteriores, homologando-se os índices oficiais. Porém, o sindicato tinha como estratégia desmascarar todo o processo.⁵ É por isso que o sindicato se recusa à negociação tutelada pela justiça do trabalho, abrindo mão de sua participação no dissídio.

A política do sindicato, então, era trazer a público o que seria uma farsa de participação gerada pelo governo e deixar um vazio em termos da parte referente à representação dos trabalhadores. O sindicato, que ao longo da

campanha de reposição que precedeu a campanha salarial de 1978 já vinha batendo na tecla do roubo efetuado pelo governo, preparava o caminho para uma desilusão ainda maior ao fim desta campanha.

Em fins de março, os trabalhadores da Mercedes-Benz já haviam paralisado o trabalho por não terem recebido o aumento que a empresa costumava conceder. O desenvolvimento da paralisação em vários setores da fábrica levou à demissão de 17 operários, fazendo o movimento refluir. A própria postura da empresa posteriormente indicava uma certa alteração nos padrões de negociação. O endurecimento era sensível.⁶

Em 12 de maio de 1978, os trabalhadores da Saab-Scania entraram em greve. Na verdade, a Scania já havia passado, em fins de 1977, por tensões internas entre a direção da empresa e seus empregados, o que resultara na demissão de alguns operários. O sindicato reverteu as demissões na justiça, mas elas acabaram prevalecendo na prática.

A greve de 12 de maio de 1978 pegou o sindicato um pouco de surpresa.⁷ O movimento se estendeu por quatro dias, findos os quais a diretoria do sindicato arranca um acordo “de boca” da direção da empresa, acordo que depois, pressionada pelos outros setores da indústria automobilística, a Scania não cumpriu, trocando os 20% das reivindicações por parcos 6,5%. Nova mobilização é tentada, mas, mediante as práticas repressivas da empresa, não se efetivou.

Mas as mobilizações por fábrica já se alastravam pelo ABC paulista. No dia 15 de maio, pára a Ford, e no dia 16, a Volkswagen. Apesar da posição do TRT de considerar as greves ilegais, isto foi o início de uma onda mobilizatória que alcançou grandes, médias e pequenas empresas, desenvolvendo tipos variados de greve e com duração diversa, chegando a alcançar outros municípios, como Osasco e São Paulo. A mobilização acaba por atingir outros setores da economia (Antunes, 1988), trazendo preocupação para todo o patronato e para o governo militar.

Esta greve foi de grande relevância para o movimento dos trabalhadores, em particular, e para a sociedade, em geral, já que demonstrava sua capacidade de organização, mobilização e disposição de luta, ainda que diante do temível regime militar. Como assinala Munakata (1980, p. 61), “envolvendo centenas de milhares de trabalhadores (...) não se pode negar que o

movimento fez emergir à tona da pantanosa cena política brasileira um novo fator: exatamente a presença dos trabalhadores”. Em entrevista após a greve, Lula dizia que “o caminho ficou muito tempo fechado, o mato cresceu e está impedindo os trilhos. Agora, estamos apenas cortando o mato, desobstruindo a linha” (NAPPT, 1981, p. 49).

Após a greve de 1978, tornaram-se possíveis outras mobilizações, em um processo que se consolida e amplia com as greves de metalúrgicos em 1979 e 1980, às quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporam outras categorias (bancários, petroleiros, professores etc.) em todo o país, em uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil do período.

A riqueza desse ressurgimento dos trabalhadores no cenário político nacional pode ser constatada, entre outras coisas, na criação de um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980;⁸ e na criação, pouco tempo depois, de organismos intersindicais de cúpula. O retorno dos trabalhadores foi marcado, também, pelo aparecimento do que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”, supostamente caracterizado por práticas que indicariam sua novidade na recente história sindical brasileira.⁹ Dessa forma, os trabalhadores foram escrevendo seu nome, de forma indelével, na luta pelo retorno do regime democrático em nosso país.

Deve-se assinalar, contudo, que, apesar de seu sentido enfraquecimento, a ditadura militar ainda tentou conter a emergência do movimento dos trabalhadores da forma que pôde. Por exemplo, em breve o governo do general João Figueiredo (1979-1985) promoveria a intervenção em sindicatos (como o dos metalúrgicos do ABC paulista e dos bancários de Porto Alegre) e a prisão de militantes e direções sindicais, alguns inclusive processados pela Lei de Segurança Nacional (LSN).

Mas os militares não tinham muito mais fôlego para impedir que a sociedade brasileira em geral e os trabalhadores, em particular, fossem reconquistando seus direitos. O avanço e a expansão do movimento sindical desaguaram na busca de uma unificação, que o fortalecesse e lhe desse uma coordenação nacional. Porém, este processo vai explicitar as subjacentes tensões acerca das práticas e orientações seguidas pelos grupos envolvidos.

De forma geral, podemos caracterizar dois blocos¹⁰ ao longo do processo. De um lado, os chamados sindicalistas “autênticos”, reunidos em torno

dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, os quais, com os grupos integrantes das chamadas *Oposições Sindicais*,¹¹ compunham o autodenominado bloco “combativo”.¹² Tendo sindicalistas como Lula (metalúrgicos de São Bernardo), Olívio Dutra (bancários de Porto Alegre) e Jacó Bitar (petroleiros de Campinas) como nomes de ponta, este setor formaria a base do chamado “novo sindicalismo”. De outro, a *Unidade Sindical*, que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical (muitas delas vinculadas ao setor conservador do sindicalismo, denominado “pelego”), e os militantes de setores da esquerda dita “tradicional”, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Estes dois blocos seriam as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula que seriam criados no processo.

Fatores de ordem sindical e política desempenharam seu papel na recomposição das forças que disputavam a liderança do movimento que emergia. É preciso notar que, nos primórdios destes movimentos, setores que posteriormente formarão a *Unidade Sindical* caminharam em certa aproximação com os chamados sindicalistas “autênticos”. Um dos marcos de surgimento do sindicalismo “autêntico” foi o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 1978, quando um grupo de sindicalistas se opôs às orientações dos setores “pelegos” na direção da confederação. Deste grupo constavam nomes associados tanto ao que seria o “novo sindicalismo” como nomes relacionados à chamada esquerda “tradicional”.¹³

Esta aproximação se dava à medida que aqueles setores, apesar das divergências, buscavam se movimentar no interior da estrutura sindical corporativa, já que eram todos membros de direções sindicais e, portanto, oriundos da estrutura e atuavam dentro dela. Ao longo do processo, as divergências acerca das relações do movimento sindical com a estrutura sindical e quanto à participação das *Oposições Sindicais* e de setores populares no interior de seus movimentos, entre outras, fizeram com que estes militantes, que se identificarão com a *Unidade Sindical*, fossem se afastando dos “autênticos”. Por seu lado, a aproximação cada vez maior dos sindicalistas *autênticos* com os setores de oposição sindical, em um arranjo que também não se deu sem tensões, garantiu a distinção definitiva dos blocos,¹⁴ que acabará por

desaguar, no início dos anos 1980, na constituição de centrais sindicais separadas.

Um outro elemento de peso na separação dos blocos, que nem sempre é indicado em sua devida relevância, diz respeito à divergência acerca da política mais geral em termos do combate à ditadura e quanto aos processos de encaminhamento da transição para a democracia.¹⁵ O bloco “combativo”, em grande parte via PT, defendia um combate direto ao regime a partir do centro sindical e da organização e demandas dos trabalhadores. Já a *Unidade Sindical*, se tomarmos como exemplo as posições do PCB, que de alguma maneira espelhavam outras propostas, visava a evitar enfrentamentos diretos com o regime, conquistar o apoio de amplos setores da sociedade, trabalhando firmemente no sentido de enfraquecer o regime militar e garantir a continuidade do processo de transição, ainda que isto pudesse significar uma certa redução do ímpeto dos movimentos reivindicativos dos trabalhadores.

Assim, o bloco *combativo* considerava a estratégia da *Unidade Sindical* como *negocista, conciliadora e reformista*. A *Unidade Sindical*, por sua vez, avaliava a estratégia do outro setor como sendo *esquerdista e desestabilizadora*. Em termos gerais, será dividido entre tais vertentes que o movimento sindical brasileiro entrará na década de 1980, um período extremamente rico de sua história político-organizacional.

OS ANOS 1980: TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, REORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Na entrada da década, o país ia deixando para trás longos anos de ditadura militar (1964-1985). Facilitado por um período de transição política para a democracia — que ajudara a conquistar e que lhe garantia campo de atuação — e por uma conjuntura econômica de elevada inflação — que lhe fornecia combustível mobilizatório —, o sindicalismo nacional acumulou vitórias organizativas importantes, reocupando o espaço político do qual havia sido privado pelos governos militares.

Em seu conjunto, o sindicalismo brasileiro viverá, ao longo dos anos que se iniciam, o que pode ser considerado um de seus momentos de ouro.¹⁶ Qualquer balanço de sua trajetória naqueles anos deve apontar para duas de

suas características: a rápida consolidação no plano organizacional, conseguida por este movimento que ressurgia, e a pujança mobilizatória aferida por este. Vejamos algumas indicações a respeito de ambos os aspectos.

O movimento que emergiu no final dos anos 1970 inicia de forma acelerada a busca por organismos intersindicais que articulassem suas lutas em termos nacionais. As forças atuantes no movimento dos trabalhadores se reorganizaram e tentaram fundar uma central sindical. A efetivação de encontros e reuniões preparou o terreno para este processo. Porém, deve-se dizer que, embora intentassem criar uma entidade unitária, o que acabou prevalecendo foi a já mencionada divisão entre os dois grandes blocos que disputavam a hegemonia no interior do sindicalismo nacional (o “combativo” e a *Unidade Sindical*).

A grande e fundamental disputa dos dois setores ocorre na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat), realizada em Praia Grande, em 1981, unindo trabalhadores urbanos e rurais. Ali, os dois setores apresentaram e debateram suas propostas de orientação para o movimento sindical do país (Menezes e Sarti, 1981). Desta Conclat foi eleita uma comissão coordenadora da Central Única dos Trabalhadores (a Comissão Pró-CUT), que agregava membros de ambos os setores e tinha como tarefa não só encaminhar a luta geral da classe trabalhadora brasileira, mas também preparar a organização da II Conclat, em que, conforme definição congressual prévia, se deveria fundar a CUT, até então pensada por todos os setores como uma central unitária.

Porém, a *Unidade Sindical*, alegando ser 1982 um ano eleitoral e que um congresso naquele período poderia dividir os trabalhadores, se empenhou pelo seu adiamento. Após muitas idas e vindas de reuniões, polêmicas e votações, este setor logrou seu intento e o encontro foi transferido para o ano seguinte.

Com a chegada de 1983, o clima de tensão e divisão entre os grupos já parecia sem retorno. Marcada para aquele ano, a Conclat enfrentaria novos problemas para se realizar. Para além de outras divergências, a grande questão se estabelecia a partir do fato de que os “combativos”, que desde 1982 já se articulavam com setores do movimento social e popular na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (Anamos), insistiam na

ampliação dos espaços de participação às *Oposições Sindicais*; a *Unidade Sindical*, ancorada na estrutura sindical vigente, não aceitava tal ampliação, insistindo em que só dirigentes sindicais poderiam participar. O que estava em jogo na entrada ou não das *Oposições Sindicais* era a possível ampliação do poderio dos “combativos” e o decorrente enfraquecimento do outro setor. Diante do quadro, mais uma vez a *Unidade Sindical* tentou adiar o encontro (Santana, 2001).

Dispostos a sustentar o que fora definido anteriormente, os setores ligados à Anamos resolvem manter a data de 26, 27 e 28 de agosto de 1983 para a realização do encontro. Sem a participação dos setores vinculados à *Unidade Sindical*, este encontro foi realizado em São Bernardo do Campo (SP). Nele, com a presença de 5.059 delegados e 912 entidades, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Rodrigues, 1990 e Antunes, 1991).

Diante da efetivação da ruptura, convocada pela Anamos, a *Unidade Sindical* resolveu organizar um outro congresso para os dias 4, 5 e 6 de novembro de 1983. Seguindo a proposta do PCB, este encontro, que, realizado em Praia Grande (SP), reuniu 4.234 delegados e 1.243 entidades, opta por não criar uma central sindical, o que, ao seu ver, ratificaria a divisão orgânica do movimento sindical brasileiro. Criou-se, então, a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat).

Foi apenas em março de 1986, já diante do enorme crescimento conseguido pelo sindicalismo ligado à CUT, e com a certeza de que qualquer possibilidade unitária já havia sido soterrada há tempos, que a Conclat, em seu congresso, resolveu tornar-se efetivamente uma central sindical. Cria-se a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que, tendo em vista a tensão entre suas forças componentes, dará origem ainda à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1988, e, posteriormente, à Força Sindical, em 1991.

No centro dessas cisões na CGT se encontra a forte disputa interna entre os grupos que a compunham. A tensão se dava entre os setores mais tradicionais do sindicalismo, aliados aos partidos de esquerda atuantes na central, e um novo bloco que se foi formando, chamado de “sindicalismo de resultados”. Este último, defensor da economia de mercado, anticomunista e pragmático, divergia tanto do sindicalismo de contestação da CUT como de seus parceiros de esquerda dentro da CGT. Tinha como principais lide-

ranças Luís Antônio de Medeiros (metalúrgicos de São Paulo) e Antônio Rogério Magri (eletricitários de São Paulo). Deste setor, sairá a verdadeira alternativa no sentido de tentar barrar o sensível avanço da CUT.

Por seu turno, a CUT, apesar das duras disputas entre os seus diferentes grupos internos, conseguiu manter a coesão, inclusive incorporando ao longo do tempo aqueles setores da esquerda tradicional que iam divergindo e saindo da CGT. Contudo, deve-se assinalar que a central passou por um processo de institucionalização, principalmente a partir do seu terceiro congresso nacional, ocorrido em Belo Horizonte em 1988 (III Concut), que modificou suas características originais. Ainda que mantendo seu discurso crítico contra a estrutura sindical corporativa, o que ocorreu ao longo de tempo foi que a CUT caminhou para uma posição cada vez maior de adequação àquela estrutura. Em termos de sua orientação na defesa dos trabalhadores, o que se viu foi a migração de uma política de maior *confrontação*, que o caracterizara desde a fundação, para uma outra de *cooperação conflitiva* (Rodrigues, 1995), assumindo o que passou a se chamar de sindicalismo "propositivo".¹⁷

Assim, apesar da pujança, o movimento sindical brasileiro terá de lidar, no momento mesmo de sua ascensão, com organismos nacionais divididos e em acirrado conflito. Só pontualmente as centrais trabalharam em conjunto neste período. O mais comum era a disputa e a crítica mútua entre elas.

Deve-se dizer, entretanto, que isso não reduziu o ímpeto mobilizatório dos trabalhadores em seu conjunto. Em grande medida, embora não exclusivamente, coube à CUT (e aos sindicatos a ela filiados) ser canal e estímulo para as inúmeras mobilizações e greves que marcaram aqueles anos, inclusive algumas greves gerais de caráter nacional. Nos marcos de suas reivindicações podemos incluir desde a quase onipresente questão salarial, passando pela resistência às práticas de relações de trabalho autoritárias, indo até a luta contra os sucessivos pacotes econômicos governamentais, os quais, em busca de correções nos rumos da economia — então marcada pelas altas taxas de inflação —, acertavam duros golpes nas condições de vida dos trabalhadores.

Aliás, este processo de mobilização, sentido desde a virada da década, amplia-se ainda mais em plena transição democrática, ao longo do governo de José Sarney (1985-1989), o qual enfrentou um elevado número de movi-

mentos reivindicativos por parte dos trabalhadores, que foram desde a luta pela inserção de direitos sociais e trabalhistas na Constituição de 1988, passando pelas greves locais e nacionais por categorias, até as greves gerais contra diversos planos econômicos de seu governo (Plano Cruzado e Plano Bresser, por exemplo). Neste particular, deve-se indicar a greve nacional organizada conjuntamente por CUT e CGT, que, realizada no dia 12 de dezembro de 1986, paralisou, com formas e localização diferenciadas, cerca de 15 milhões de trabalhadores em 22 dos 23 estados do país, tornando-se a mais expressiva até então.

Muitos movimentos importantes poderiam ser aqui indicados, porém citaremos dois deles, um abrindo e outro fechando os anos 1980. Ambos, por seus resultados e impactos nacionais, acabaram por ser marcantes em termos da já longa e rica história de luta dos trabalhadores brasileiros, merecendo um maior detalhamento.

A abertura do período, seguindo a lógica do final dos anos 1970, foi marcada pela mobilização dos metalúrgicos do ABC paulista. Como já haviam feito antes, eles iniciaram nova mobilização em sua campanha salarial, cobrindo os meses de abril e maio de 1980, a qual resultou em uma greve.

Aos percentuais de aumento (reajuste salarial com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC — mais 15% a título de produtividade) se integrariam outras reivindicações, como: a garantia no emprego, salário profissional, a conquista do delegado sindical, a redução da jornada de trabalho para quarenta horas sem redução salarial e o controle das chefias pelos trabalhadores.

Como já esperado, as contrapropostas vieram bem abaixo do solicitado: 3,65% de aumento acima do INPC, o piso salarial oferecido era a metade do reivindicado e as outras reivindicações referentes à estabilidade, à redução de jornada, aos delegados sindicais e aos controles das chefias foram todas negadas. O índice de aumento ainda foi elevado para 5%, com os prenúncios do movimento grevista.

No dia 30 de março, os metalúrgicos do ABC decidiram paralisar suas atividades a partir do dia seguinte, 1º de abril de 1980. Já neste dia, em São Bernardo, a greve contava com a adesão de 90% da categoria. Neste mesmo primeiro dia, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou-se incapaz de

decidir sobre a legalidade ou não da greve e elaborou uma proposta alternativa, que não contemplava o interesse dos trabalhadores paralisados.

Esta proposta fez com que os metalúrgicos de Santo André e São Caetano aceitassem o estabelecido e acabassem com a sua participação na greve. Quanto aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ainda que reconhecendo uma certa vitória, não aceitaram os termos estabelecidos e continuaram seu movimento, ainda com 90% de adesão.

Apesar da saída de outros sindicatos, no oitavo dia de greve a empresa Termodinâmica, cedendo à negociação, dava indícios de que o desfecho estaria próximo. Mas não estava. Um segundo julgamento do TRT invalidou as decisões do primeiro e decretou a ilegalidade da greve. Assim, tudo o que o governo e o patronato queriam foi conseguido. Com a ilegalidade da greve decretada, já havia respaldo legal para as ações repressivas que se sucederam.

No dia 17 de abril de 1980, o governo militar interveio nos sindicatos de São Bernardo do Campo e de Santo André. O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que já havia efetivado intervenções em outros sindicatos, não se conteve com a intervenção e a cassação das lideranças do movimento. Os líderes grevistas e outras personalidades representantes de associações liberais foram presos. Os metalúrgicos haviam se preparado bastante, em termos de estruturação, para o caso da quase certa intervenção. Com os primeiros ataques do governo, as estruturas de apoio que haviam sido criadas começam a desempenhar seus papéis. Por sua vez, o governo e os empresários sabiam da importância da mobilização que enfrentavam, à medida que um sucesso desta greve traria o incremento do movimento sindical, já sentido a partir de 1978 e 1979.

Os metalúrgicos sem seu sindicato, como já haviam programado, se reúnem no Estádio de Vila Euclides e Paço Municipal, em São Bernardo, e no Estádio da Vila Jaçatuba, em Santo André, e, com a proibição de assembleias pelo governo, na Igreja Matriz e nos bairros. Entrando na terceira semana de greve, os metalúrgicos tentam manter o ímpeto do movimento. A esta altura, já haviam adicionado às reivindicações anteriores a exigência da libertação do presos e do fim da intervenção nos órgãos de classe.

O governo endurecia, reduzindo os espaços possíveis de reunião, entre os quais só sobraram os espaços internos da igreja. Os empresários, por seu

turno, reforçavam as práticas repressivas e de persuasão. Os confrontos entre operários e as tropas policiais não eram raros dentro do cenário. Já se podia perceber um movimento de retorno esparso ao trabalho. Ainda assim, no 1º de maio de 1980, que reuniu mais de 100 mil metalúrgicos em uma das maiores demonstrações operárias da história do país, os trabalhadores retomam o Estádio de Vila Euclides, dando novo ânimo ao movimento. Mas o refluxo da mobilização começava a ser sentido. Logo no início de maio, os metalúrgicos de Santo André decidiram voltar ao trabalho e encerrar sua participação no movimento.

Já apresentando sinal de desgaste, os metalúrgicos do ABC põem fim ao seu movimento grevista, que durou 41 dias. Lula, então presidente do sindicato, e outras lideranças permaneceram presos por mais alguns dias, quando um recurso apresentando pelo advogado do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) consegue o relaxamento da prisão preventiva. Os sindicalistas acabaram sendo processados com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), em julgamento por tribunal militar que se realizou no início de 1981.

A pressão sobre esta greve e seu resultado adverso aos trabalhadores tiveram grande impacto sobre o movimento sindical nacional e suas perspectivas mobilizatórias no início dos anos 1980. Isto se inseria também no problemático quadro de distensão política pela qual passava a regime militar, que ia mostrando seus limites. Porém, ela seria apenas o intróito de uma década de greves de trabalhadores.

Fechando os anos 1980, com toques de dramaticidade, temos a greve dos metalúrgicos de Volta Redonda (RJ). Ocorrido em 1988, este movimento se inseria na tônica dos movimentos grevistas dos primeiros cinco meses daquele ano. Metade das 371 greves deflagradas naqueles meses se originaram no setor público (Kornis e Santana, 2001). E foi deste setor que partiu, no fim do ano, a greve de Volta Redonda, que resultou na morte de três operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

A greve em Volta Redonda ocorreu concomitantemente a outras, que tinham, como ela, entre suas reivindicações a luta por reajuste salarial. Entre estes movimentos encontramos o dos 50 mil eletricitários de sete estados, o dos 60 mil petroleiros de oito estados e o dos cerca de 400 mil servidores públicos federais. No total, podiam ser contados mais de um milhão de tra-

balhadores de braços cruzados em diferentes setores e cidades. Porém, por seu desenvolvimento e resultado, a greve dos metalúrgicos da CSN obscureceu todas as outras.

Em novembro de 1988, os 23 mil trabalhadores da CSN decidem entrar em greve, em um movimento que durou 17 dias. Neste que era seu quarto ano de paralisação nos anos 1980, os metalúrgicos reivindicavam reposição salarial, readmissão dos demitidos nas greves anteriores e o pagamento de horas extras, com a redução do turno de trabalho de oito para seis horas, prevista na Constituição. Neste processo, 3 mil operários ocuparam a empresa. Como em anos anteriores, logo após a ocupação, tropas do exército foram enviadas ao local sob a justificativa de defender o patrimônio da empresa. Cerca de 2 mil homens de vários destacamentos do Rio de Janeiro se dirigiram para Volta Redonda. Os militares protagonizaram cenas de violência por toda a cidade, agredindo grevistas reunidos nas praças, populares e equipes de televisão.

Mas foi no interior da empresa que a tragédia maior se deu. Naquela mesma noite, no dia 9 de novembro de 1988, as tropas invadiram a usina para desalojar os grevistas que resistiram tendo como centro de ação a *aciaria*. A ação violenta do exército resultou na morte de três trabalhadores: Dois atingidos por tiros de fuzil no peito e um outro com o crânio esmagado por pancadas.

Na manhã do dia seguinte, a operação militar terminou e a Usina foi desocupada. A greve, porém, não terminara. Isto ocorreu somente após negociações das reivindicações que incluíram a saída do exército da companhia. O governo aceitou e não só as tropas saíram como a CSN concordou em conceder 85% de aumento salarial, reincorporar os demitidos e adotar, em curto prazo, o turno de seis horas.

O resultado da greve, apesar das mortes, foi uma vitória para os grevistas. Porém, os passos da violência não cessaram. O memorial em homenagem aos operários mortos, erguido em uma praça nas imediações da companhia logo após a inauguração, foi destruído em um atentado à bomba, sendo reerguido posteriormente.

Assim, os anos 1980 tornaram-se o palco de uma série de movimentações grevistas, consolidando a ascensão do movimento sindical brasileiro.

Deve-se assinalar que, se a marca das mobilizações de fins dos anos 1970 era claramente definida, em sua hegemonia, pelo sindicalismo metalúrgico do ABC paulista — ponta de lança do ressurgimento dos trabalhadores no cenário político nacional na luta pela democracia, pela autonomia sindical e por melhorias salariais —, no decorrer da nova década percebemos uma ampliação ainda maior do espectro para muitas outras categorias e regiões (Noronha, 1991 e Kornis e Santana, 2001).

A pujança dos movimentos ocorridos na década de 1980 estampa-se nas mais de 6.500 greves que podem ser contabilizadas ao longo daqueles anos. Nestes termos, o movimento sindical brasileiro foi se consolidando como elemento importante não só na luta pelos direitos dos trabalhadores, mas também em sua inserção nas definições do processo de transição democrática então em curso, em uma trajetória que não se fez sem dilemas e percalços (Vianna, 1983 e 1986 e Almeida, 1988). Será em plena ascensão, tanto em termos de consolidação organizativa como de sua inserção no cenário político nacional, que o sindicalismo brasileiro chegará aos anos 1990, supostamente pronto a responder aos possíveis desafios que lhe fossem colocados.

OS ANOS 1990: MUDANÇAS ECONÔMICAS E REORIENTAÇÃO SINDICAL

A virada dos anos 1980 para os anos 1990 foi marcada pela primeira eleição direta para presidente da República no pós-ditadura, cujos resultados vão precipitar a sociedade brasileira em um intenso processo de mudanças que teria efeitos políticos e econômicos de grande importância. O sindicalismo não deixaria de sofrer os seus impactos.

O primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 caracterizou-se por uma pulverização de candidatos e propostas; já o segundo turno apresentou dois representantes de projetos nitidamente distintos para os destinos da sociedade brasileira. Como não podia deixar de ser, a mobilização eleitoral teve reverberação no campo sindical. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) se definiu por um apoio incondicional à candidatura de Fernando Collor de Melo, de uma aliança capitaneada pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Segundo o pronunciamento de sua executiva, o programa

defendido pelo candidato era aquele que mais se aproximava do modelo de sociedade desejado pela CGT. Com a eleição do candidato do PRN, o presidente da entidade, Antônio Rogério Magri, foi indicado para o cargo de ministro do Trabalho, deixando o cargo tempo depois, envolto em acusações de corrupção. Setores identificados com a CUT apoiariam Luiz Inácio da Silva, o Lula, candidato de uma frente de partidos de esquerda capitaneada pelo PT, que foi derrotado no pleito.

Com a vitória eleitoral de Fernando Collor, cuja primeira medida de governo foi o bombástico confisco das cadernetas de poupança, o país incorporaria uma agenda de ajustes econômicos que traria em seu bojo a abertura comercial e a privatização de empresas estatais.

No campo sindical, os primeiros anos da década teriam como característica uma forte mobilização dos trabalhadores, o que fazia crer que o acúmulo de forças ocorrido nos anos anteriores se intensificaria, garantindo aos trabalhadores um dique contra o avanço de medidas contrárias a eles. Além disso, teremos um rearranjo em termos das forças internas atuantes no sindicalismo. Neste sentido, por exemplo, surge, em 1991, uma nova central sindical, a Força Sindical (Antunes, 1991 e Rodrigues e Cardoso, 1993). Ela foi constituída por setores do chamado "sindicalismo de resultados", egressos da CGT, e que tinham como política clara rivalizar com a CUT, a qual já havia se tornado hegemônica no movimento sindical nacional, comandando o que seria, em seu conjunto, a fatia mais importante e representativa das organizações de trabalhadores. No que diz respeito às suas orientações, a Força Sindical acabará por ser mais dócil diante do governo e do patronato, o que só irá mudar sutilmente mais para fins dos anos 1990.

Tendo de enfrentar o novo momento que os anos 1990 lhe trazia, o sindicalismo brasileiro desenvolveu diversas ações mobilizatórias, algumas portadoras de componentes de impacto. No plano geral do sindicalismo, duas de suas centrais,¹⁸ a CUT e a CGT, organizam uma greve geral visando a pressionar o governo a estabelecer uma política salarial favorável aos trabalhadores. A virada do primeiro para o segundo semestre desse ano também será marcada por importantes movimentações grevistas, entre as quais a dos petroleiros (que por oito dias atinge cerca de 100% das refinarias do país, reivindicando reajuste salarial e a recuperação de perdas decorrentes de planos

econômicos anteriores), a dos operários da Ford, em São Bernardo do Campo (paralisação que duraria cerca de cinquenta dias, nos quais, em um processo de acirramento das tensões durante a ocupação dos trabalhadores, houve quebra-quebra no interior da empresa, que depois fecharia temporariamente sob a alegação de falta de condições para funcionamento) e a dos eletricitários (na qual ocorreram vários blecautes).

O governo Collor tenta reagir às greves deflagradas neste período com propostas de modificação na lei de greve, condenando tanto o piquete dos trabalhadores quanto o locaute patronal. Um dos pontos centrais seria a definição de penas para a detenção daqueles que não atendessem à solicitação de manter em funcionamento o que seriam os serviços essenciais.

Ainda assim, o movimento sindical continuava demonstrando seu vigor. Em 1992 os trabalhadores portuários deflagram uma greve, paralisando por uma semana os 40 mil trabalhadores em 35 portos do país. O movimento tinha como ponto central a pressão sobre os deputados que votariam o chamado projeto de modernização dos portos, que visava a sua privatização.

Além da intensa presença dos trabalhadores no cenário político, um outro fato nacional galvanizou a opinião pública neste ano. Em meio a escândalos e acusações de corrupção, o presidente Collor amargou um processo de *impeachment*. O movimento sindical, em grande parcela, se dedicou às manifestações de rua favoráveis ao processo. O Congresso Nacional votou favoravelmente e o presidente Collor foi afastado de suas funções. Itamar Franco, seu vice, assume a presidência e lança, com o novo ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real, que tinha centro no combate à inflação e na estabilização da moeda.

O sucesso do Plano terá impacto inicial sobre as mobilizações dos trabalhadores e, posteriormente, servirá de importante instrumento na campanha presidencial de 1994. Nesta campanha, que teve como protagonistas Fernando Henrique Cardoso, da aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL); e Luiz Inácio Lula da Silva, novamente na aliança entre o PT e outros partidos de esquerda, o Plano Real foi o grande personagem, dividindo o espectro político entre favoráveis e contra o plano. A estabilidade econômica trazida pelo Real garantiu uma votação maciça naquele que, supostamente, teria sido seu criador.

Fernando Henrique assumirá como insígnia de seu governo “o fim da era Vargas” e de tudo o que ela representava. Ele se pautaria pela continuidade da abertura comercial e das privatizações iniciadas por Fernando Collor, agregando a elas a estabilidade econômica, pedra de toque dos seus dois governos (1994-1998/1998-2002).

Já em seus primeiros meses de mandato, ele enfrentou forte oposição de setores do movimento sindical. Com os planos de privatização e quebra de monopólios do setor estatal, buscados pela via da reforma constitucional, o governo atraiu sobre si uma onda de greves contrária às suas propostas. Em maio de 1995, atendendo aos conclames da CUT, que desejava organizar demonstrações nacionais contra as propostas do governo, paralisaram suas atividades, entre outros, trabalhadores petroleiros, eletricitários, telefônicos e previdenciários.

O governo Fernando Henrique, tentando estabelecer de imediato sua linha de conduta diante do sindicalismo grevista, lança mão de velhos atributos, como o corte de ponto dos trabalhadores de empresas e repartições públicas paralisados. Porém, novos instrumentos se associariam a este. Através do Decreto-Lei nº 1.480, o governo dispôs as formas pelas quais deveriam ser tratadas as paralisações no serviço público.¹⁹

O enrijecimento do governo em face das greves não terminaria aí. De certa forma, o decreto buscava enfraquecer a greve dos petroleiros, que contava com mais de 90% de adesão, paralisando dez refinarias em todo o país, e foi contra esta mesma greve que o governo utilizou todo o seu arsenal de medidas jurídicas, econômicas e até repressivas. Segundo o governo, era necessário dobrar a espinha dorsal de seu principal opositor, o sindicalismo, principalmente aquele ligado à CUT. Por sua importância simbólica, o processo no qual a greve dos petroleiros esteve envolvida merece aqui um maior destaque.

As movimentações do governo começaram quando ele foi informado, em meio ao processo de reforma constitucional, da possibilidade de paralisação dos petroleiros, que teriam entre seus objetivos protestar contra a quebra do monopólio estatal do petróleo. A Petrobrás, por estar no centro da paralisação, serviu de pivô para a estratégia de resistência: transferiu combustível para as empresas privadas de distribuição (o que garantiria o fornecimento

emergencial), importou petróleo e seus derivados, agenciou a contratação de funcionários aposentados, bem como deixou acertada a possibilidade de receber mão-de-obra qualificada do exterior a partir das matrizes multinacionais.

Ao longo de todo o mês de maio, os petroleiros, capitaneados pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), ligada à CUT, buscaram efetivar a reposição das perdas que havia sido acertada, através de um termo de compromisso, com o então presidente em fim de mandato Itamar Franco. Itamar prometera repor perdas salariais da categoria e readmitir os demitidos pelo governo Collor. Contudo, não assinou o termo, que deixou de ter valor legal. A empresa recusava-se a cumprir qualquer acordo que, segundo sua direção, não houvesse passado por seus escalões normais. Com este tipo de postura, a Petrobrás se eximiu mesmo de cumprir um acordo que, baseado no termo de compromisso, havia sido assinado pelo ministro das Minas e Energia do governo Itamar e depois, diante da pressão dos petroleiros por conta de seu não cumprimento, acabou sendo ratificado como um protocolo, já no início do governo Fernando Henrique, por membros da superintendência da empresa.

A greve acabou atingindo em cheio parte da população brasileira, deixando-a sem gás de cozinha e combustível, em grande medida devido à manipulação dos estoques pelo governo. O movimento foi imediatamente considerado ilegal e abusivo pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que depois reiterou esta posição. De posse deste trunfo, no fim do mês de maio, o governo deslocou tropas do exército para ocupar quatro das 11 refinarias da Petrobrás, sob a justificativa de que se dispunha a garantir o direito daqueles que queriam trabalhar. Sete anos depois de Volta Redonda, o exército voltava a ser chamado em meio a uma disputa trabalhista. Dessa vez, pelo menos, não resultou em mortes. Além do envio de tropas, o governo suspendeu o salário da categoria e demitiu 67 funcionários, atingindo em sua maioria grevistas. Diante desta avalanche de pressões, os petroleiros voltaram ao trabalho no início de junho sem conseguir ver atendidas suas reivindicações e amargando pesada derrota, que definiu a linha do governo no tratamento das questões sindicais.

A greve dos petroleiros pode ser considerada como um divisor de águas na história do movimento sindical do período. Com ela tivemos um ponto de inflexão política para o movimento sindical nacional, que se agravaria ainda mais com o avançar das transformações econômicas.

No plano geral, a conjunção abertura econômica/privatização/estabilização, tendo como pano de fundo altas taxas de desemprego,²⁰ não demorou muito para acertar seus duros golpes no sindicalismo nacional, principalmente, embora não exclusivamente, naquele mais combativo, organizado na CUT (Cardoso, 1999 e 2001 e Boito Jr., 1999). A abertura econômica, iniciada de forma abrupta, trouxe consigo o incremento do discurso da competitividade (agora em níveis internacionais) e precipitou a fechada economia brasileira na rede global. Tal processo incrementou a reestruturação das empresas e a incorporação de novos padrões produtivos, dificultando a ação sindical. Em muitos casos, isso se deu através da flexibilização e da precarização das relações de trabalho, reduzindo ainda mais o já diminuto setor formalizado do mercado de trabalho.²¹ Por seu turno, a estabilidade econômica diminuiu em muito a capacidade catalisadora do tema salarial, atenuando uma forte bandeira sindical. As privatizações contribuíram para o quadro ao reduzirem o número do contingente e o poderio sindical dos servidores públicos, um dos fortes pilares de sustentação do sindicalismo da CUT, a maior e mais importante central sindical do país. Deve-se assinalar ainda que, como vimos, sob o governo de Fernando Henrique sentiu-se um endurecimento no tratamento dispensado pelo Estado ao movimento sindical.

Em um cenário como o descrito acima, um balanço geral da dinâmica sindical não poderia ser dos mais positivos. Uma avaliação feita pela CUT, nas Resoluções do VII Concut de 2000, indica que “a ofensiva contra os direitos trabalhistas e os sindicatos impôs também uma pauta defensiva e fragmentada, que limitou as tentativas de unificação das lutas”. Além disso, assinala que até 1999, no tocante ao percentual de sindicalização na central, a queda vinha sendo acentuada.

O pano de fundo que conjugava desemprego e precariedade no trabalho fez também com que os sindicatos mudassem as pautas de reivindicação. Se nos anos 1980 a questão econômico-salarial assumia prioridade, nos anos 1990 (principalmente em sua segunda metade), a temática da garantia do emprego e as tentativas de combate ao desemprego assumem o primeiro plano.²² Além disso, os sindicatos buscaram intervir em outras alternativas que ampliassem seu escopo de ação, contribuindo para a consolidação de novas institucionalidades.²³

Isso ocorreu em uma lógica que foi desde o sindicato de base até as estruturas intersindicais. Neste sentido, as centrais sindicais de maior relevo acabaram por se envolver em projetos de formação profissional e intermediação entre trabalhador e emprego, através de agências e centros de solidariedade.²⁴ Em muitos casos, este envolvimento se deu de forma defensiva, em detrimento de movimentos de mobilização dos trabalhadores.

Diante de um quadro como esse, abriu-se, então, um momento de reorganização de práticas e estratégias para o movimento sindical no Brasil. Quando comparamos com a década anterior, percebemos que houve uma clara mudança de eixo no investimento do ator sindical. A diminuição do número de greves e uma certa ausência do cenário nacional indicam claramente uma sensível retração e alteração do quadro de inserção do sindicalismo brasileiro, bem como do grau de dificuldades que este vem enfrentando.

No que diz respeito às mobilizações grevistas, marca dos anos 1980, o que se viu ao longo dos anos 1990 foi um decréscimo deste tipo de prática. Segundo dados do Anuário dos Trabalhadores Dieese/2000-2001, em 1996 tivemos uma média mensal de 111 movimentos grevistas. Quando olhamos para os dados de 1999, temos que tal média se reduz para 46 apenas. Pode-se sentir também uma alteração na forma e na temática das greves, que passaram a ser mais localizadas, por empresa e de menor duração.

Assim, a década de 1990, principalmente em sua segunda metade, representou para os trabalhadores brasileiros um duro revés, colocando na agenda novas questões e problemas, além de intensificar outros preexistentes. Porém, seria equivocado indicar que, diante disso, o sindicalismo nacional não tenha buscado outras alternativas, ampliando pautas e inserindo-se em novos espaços, que lhe permitissem continuar existindo e se movimentar em um contexto tão difícil, preparando seu caminho para o século que se abria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um balanço geral comparativo das duas décadas pode indicar diferenças e semelhanças em termos de limites e possibilidades para a ação sindical. Algumas diferenças são claras quando observamos o movimento sindical dos

dois períodos. Contudo, elas não podem obscurecer a existência de pontos de contato, muito menos o fato de que alguns dilemas colocados ao sindicalismo brasileiro os atravessaram indiscriminadamente.

Conforme pudemos ver, a década de 1980, além de intensa atividade grevista, teve como característica, entre outras, a organização e a consolidação de centrais sindicais, a extensão de sua organização para setores assalariados médios e servidores públicos, e o aumento do número de trabalhadores sindicalizados, tendo principalmente os setores industrial e bancário como linha de frente.

Já nos anos 1990, sob o impacto das mudanças econômicas então empreendidas, o movimento sindical brasileiro atravessou um período de reorientação de práticas e estratégias,²⁵ e, se comparado aos anos 1980, de arrefecimento, o que o levou a uma diminuição de atividades mobilizatórias, retração da cena pública e ao empreendimento de práticas defensivas. Os eixos do sindicalismo nacional foram se modificando também em termos de seu perfil de afiliação. Diante da crise, embora tenha visto decrescer a filiação absoluta em setores que nos anos 1980 lhe serviram de importante pilar de sustentação (industrial e bancário), o sindicalismo, acompanhando as mudanças no mercado de trabalho, viveu nos anos 1990 uma expansão e consolidação entre trabalhadores de áreas como educação e saúde, além de angariar mais adeptos em estratos da população como mulheres e trabalhadores de maior escolaridade. Isso pode explicar como, apesar da crise, se manteve certa estabilidade da taxa de filiação aos sindicatos brasileiros (Cardoso, 2001).

Como era de se esperar, em face de conjunturas políticas e econômicas distintas, o sindicalismo nacional não ficou impassível e intocado. Nos dois momentos, o movimento sindical mostrou certa vitalidade, seja identificada em capacidade mobilizatória e organizativa, com padrão ofensivo — como nos anos de 1980 —, seja em termos de capacidade de reorientação política e busca de sobrevivência institucional, ocupação de novos espaços e ampliação de temas de preocupação, com padrão defensivo — como nos anos 1990.

Porém, uma avaliação mais detida dos períodos não pode se furtar a indicar que existiram alguns traços de similaridade e mesmo de continuidade, principalmente no que tange a problemas já históricos do movimento sindical brasileiro. Nos anos 1980, apesar das muitas conquistas em diversos pla-

nos, o sindicalismo não conseguiu superar alguns de seus tradicionais limites, mantendo, por exemplo, a dificuldade de se enraizar no interior das empresas. Dessa forma, apesar de valorizadas no discurso, as organizações por local de trabalho acabaram por se tornar uma experiência muito esparsa e pontual. Além disso, se as mobilizações foram importantes para atenuar os impactos degenerativos da escalada inflacionária na vida dos trabalhadores, elas não conseguiram a necessária generalização de suas conquistas, o que, dadas a heterogeneidade e a disparidade organizacional e de poder de barganha existente entre as categorias, de certa forma as restringiu às mais fortes e organizadas. No mesmo sentido, pode-se dizer que elas também não alcançaram a redução efetiva das desigualdades sociais, o que, em um país como o Brasil, teria um peso enorme.

Tendo o movimento sindical apresentado dificuldades para superar seus desafios estruturais quando supostamente teve potencial para fazê-lo, e afirmava querê-lo, nos anos 1980, o que dirá, em postura mais defensiva, nos anos 1990, quando teve dificuldade ainda maior de articular e generalizar suas lutas e problemas na interiorização de suas práticas para o chão de fábrica; e, ainda, padecido de uma divisão que dificultou ainda mais suas ações. Não só as centrais e os sindicatos se encontram divididos entre si, como às vezes em suas próprias fileiras. Em muitos casos, tem sido difícil chegar-se a um consenso que oriente práticas mais unitárias.²⁶ Embora nos anos 1980 a divisão interna não tenha produzido um enfraquecimento do sindicalismo, ainda que limitando seu alcance, nos anos 1990, período de retração, a divisão e a disputa acirrada ampliaram seus efeitos. O mesmo se pode dizer das outras limitações, que não só enfraqueceram o sindicalismo diante da crise, como foram por ela potencializadas.

Dessa forma, alguns pontos que ficaram sem resolução, apesar da pujança apresentada nos anos 1980, poderiam ter dado mais fôlego ao sindicalismo em face das mudanças dos anos 1990. Talvez uma maior atenção prática à organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, entre outros pontos, pudesse ter sido de grande valia, no sentido de — como ocorreu nos lugares em que os operários se organizaram — refrear o ímpeto quase selvagem da flexibilização e precarização que se abateu sobre o mundo do trabalho na década de 1990.

Concluindo, diria que o rápido contraste entre o sindicalismo das duas décadas aponta claramente para uma crise do movimento sindical nos anos 1990, e ela, independentemente da possível discussão sobre sua extensão, existiu. Mas deve-se lembrar que as épocas de crise tendem a abrir novas possibilidades. Nesse sentido, os anos 1990 podem vir a ser lembrados também por certo retorno do sindicalismo, ainda que de forma pontual, a algumas práticas preexistentes em seu acervo histórico e que foram aos poucos deixadas de lado com a forte institucionalização dos anos 1980. Mencionem-se aqui as tentativas de articulação com outros movimentos sociais (pela terra, moradia, cidadania, justiça etc.), a busca de abertura efetiva para novos temas e demandas (gênero e raça, cidadania dentro e fora dos locais de trabalho, educação do trabalhador – político e sindical para geral e profissional) e a incorporação de práticas alternativas de negociação e organização.

Assim, acreditamos que não se pode dizer que o sindicalismo brasileiro perdeu toda a força conquistada nos anos 1980. Alguma força realmente ficou pelo caminho em meio às agruras do novo cenário. Contudo, grande parte dela, corretamente ou não, foi canalizada para outras trincheiras e formas de luta. Como os anos de ouro de 1980 acabaram deixando portas abertas pelas quais caminhou o enfraquecimento do sindicalismo na década seguinte, não se pode descartar a possibilidade, no sentido inverso, de que algumas das iniciativas intentadas nos anos 1990 não possam lançar bases diferenciadas para novas práticas e formas organizativas, as quais poderão pavimentar futuramente a trajetória de luta dos trabalhadores brasileiros.

NOTAS

1. Infelizmente, dados os limites do trabalho, não nos será possível dar atenção específica ao sindicalismo rural e ao movimento dos trabalhadores no campo. Dentre inúmeras obras existentes sobre o tema, remeto o leitor a Medeiros (1989) e Novaes (1991). Ali se encontrarão uma boa introdução, informações e mais referências a respeito.
2. Para uma análise destes movimentos sociais, ver, na vasta bibliografia a respeito, Gohn (1985) e Boschi (1987).

3. Sobre as referidas greves, ver Weffort (1972).
4. Ver Rainho (1980) e Humphrey (1982).
5. Como assinala Lula, procurou-se “mostrar ao trabalhador que pouco adiantava ele participar das assembleias do sindicato em termos de salários; de pouco adianta virem vinte mil trabalhadores numa assembleia, porque o decreto do reajuste de salário é dado pelo Presidente da República, e que a participação nas assembleias teria pouca influência na determinação do índice decretado pelo governo” (*Cadernos do Presente*, 1978, p. 73).
6. Segundo o relato de um militante sindical, assinalado por Antunes (1988, p. 19), até aquele momento o padrão era o de que “os conflitos eram resolvidos lá dentro das fábricas. Conversavam, chegavam num acordo e tal. Bem, mais aí o Lula foi lá conversar com o cara da Mercedes, um gerente [que] mandou o Lula se danar”.
7. O depoimento de um militante sindical assinala que “a greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica” (Antunes, 1988, p. 20).
8. Apesar de os primórdios da proposta de um partido dos trabalhadores remontar a 1978, e ter tomado corpo em articulações e movimentos ao longo de todo o ano de 1979, foi em 1980 que o PT foi fundado oficialmente. Mais informações sobre este processo podem ser conseguidas, entre outros, em Oliveira (1988), Meneguello (1989) e Berbel (1991).
9. Este apresentaria como novidade, entre outras: origem e centro no setor moderno da economia, autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores. Mais do que representar uma etapa no processo organizativo e de luta dos trabalhadores em nosso país, este sindicalismo seria uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. Não um passado genérico, mas principalmente aquele do período 1945-1964. A análise do debate acerca do que seria o “novo sindicalismo” já foi alvo de vários outros trabalhos, entre outros, ver Antunes (1991), Santana (1999) e Rodrigues (1999).
10. Rodrigues (1991) assinala a existência de um outro bloco, relacionado aos grupos de extrema esquerda e ao sindicalismo revolucionário, extremamente minoritário e de pequena influência no processo.
11. Agrupando militantes egressos ou não da experiência da luta armada e/ou militantes ligados à Igreja progressista, este setor defendia o combate à estrutura sindical corporativa a partir de um intenso trabalho de base via comissões de fábrica. Sua maior expressão estava na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) e podia apresentar posições que iam desde a aceitação do trabalho conjunto com o *sindicato oficial* até aquelas contrárias a este tipo de articulação.
12. Vale dizer que é só a partir das greves de 1978, e no período que se segue até a constituição da CUT, que os sindicalistas *autênticos* e o movimento das *Oposições Sindicais* vão se consolidando como um bloco.

13. Arnaldo Gonçalves, por exemplo, importante sindicalista comunista da Baixada Santista, chegou mesmo a ser considerado um sindicalista “autêntico”, identificando-se com as posições daquele grupo em sua origem.
14. Os sindicalistas *autênticos* criticavam certas posturas “paralelistas” e a proposta de ultrapassar o *sindicato oficial*, presentes em setores das *Oposições Sindicais*. Em contrapartida, em algumas situações, foram criticados e chamados de *neopelegos* pelas *Oposições*. Ver mais detalhes sobre este processo em Rodrigues (1991), Giannotti e Neto (1991) e Zanetti (1995).
15. Ver em Santana (2001) uma análise mais detalhada a respeito.
16. Neste sentido, ele andarà no contrafluxo de seus pares nos países do capitalismo central, que experimentavam uma dura crise (Larangeira, 1998, Rodrigues, 1999 e Ramalho, 2000).
17. Rodrigues (1995 e 1997) traz uma detalhada análise da trajetória da CUT. Ver também Rodrigues (1990), Antunes (1991), Giannotti e Neto (1991), Santana (1995) e Oliveira (1998).
18. A esta altura já se podiam contabilizar, pelo menos, quatro centrais sindicais: a CUT, as duas CGTs e a Força Sindical. Ainda nos anos 1990, será criada a Social Democracia Sindical (SDS).
19. Nele temos estampado: os dias parados seriam considerados como faltas, que não poderiam ser abonadas, compensadas ou mesmo computadas para fins de tempo de serviço; exigia-se das chefias imediatas, sob pena de exoneração ou dispensa, a lista com o nome dos faltosos; e, em caso de os grevistas ocuparem funções gratificadas ou cargos comissionados, se tornariam passíveis de demissão.
20. Para que se tenha uma idéia, segundo dados do Anuário dos Trabalhadores Dieese/2000-2001, em 2000 o desemprego chegou a algo em torno dos 18% na Grande São Paulo (aproximadamente 2 milhões de trabalhadores).
21. Segundo dados publicados no jornal *O Globo*, edição de 27/5/2002, a participação de trabalhadores com carteira assinada no mercado de trabalho brasileiro retrocedeu de 53,7%, em 1991, para 43,6%, em 2000. Em 2002, obteve o primeiro crescimento depois de uma década de quedas, indo para 45%.
22. Um exemplo disso está na experiência dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Carlos Manoel, ex-presidente do sindicato, lembrando a primeira metade dos anos 1990, assinala que diante do processo de mudanças econômicas, “que era um processo extremamente excludente (...) o desemprego começou a preocupar a todos. Então a pauta de reivindicação do sindicato também tinha que mudar. (...) Em 1994, 95 e 96 no primeiro ponto de pauta o desemprego. (...) Os outros aspectos eram para segundo plano de pauta” (Ramalho e Santana, 2001, p. 20).
23. Neste sentido, pensamos, entre outras, na idéia das câmaras setoriais e/ou regionais. Mesmo sabendo ser um tema polêmico no interior do movimento sindical, não podemos deixar de indicá-lo como exemplo de busca de alternativas. Para uma análise do tema, ver, entre outros, Castro (1997) e Leite (2000).

24. A esse respeito, ver Souza, Santana e Deluiz (1999). Os recursos para custeio de tais projetos são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o que gerou um intenso debate no interior do movimento.
25. Ver em Santana (2000b) e Martins e Rodrigues (2000), como, diante da dura realidade imposta pelo novo cenário, os setores considerados mais combativos atenuaram sua posição e os mais afeitos à negociação “radicalizaram” um pouco seu discurso.
26. Deve-se assinalar, contudo, que houve louváveis tentativas de ações conjuntas, ainda que setoriais, como o movimento comum levado a cabo pela CUT e pela FS em fins de 1999 na luta pelas 36 horas de trabalho e pelo contrato nacional de trabalho das montadoras. Em conjunto, elas organizaram o chamado “festival de greves” que paralisou uma série de plantas através do país. Para uma análise mais detalhada das aproximações e tensões entre as centrais, ver Santana (2000b) e Martins e Rodrigues (2000).

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, M. H. T. de. 1988. “Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia”. In O’Donnell, Guillermo; Reis, Fábio Wanderley (orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice.
- Antunes, R. 1988. *A rebeldia do trabalho*. Campinas: Unicamp/Ensaio.
- . 1991. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente.
- Berbel, M. Regina. 1991. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira*. Dissertação de mestrado — USP, São Paulo.
- Boito Jr., Armando (org.). 1991. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra.
- . 1991b. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Unicamp.
- . 1999. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- Boschi, Renato R. 1987. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj.
- Cadernos do Presente*. Jul. 1978. São Paulo: Aparte n. 2.
- Cardoso, Adalberto. 1999. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal. A era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- . 2001. “A filiação sindical no Brasil”. *Dados*, Rio de Janeiro: Iuperj, v. 44, n. 1.
- Castro, Nadya Araujo. 1997. “Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 11, n. 1.
- Giannotti, V. e Neto, S. L. 1991. *CUT — ontem e hoje*. Petrópolis: Vozes.
- Gohn, M. da Glória. 1985. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes.

- Humphrey, J. 1982. *Fazendo o milagre*. Petrópolis: Vozes/Cebrap.
- Kornis, M.; Santana, M. A. 2001. "Greve". In *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, vol. 3. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Krischke, P. J. 1982. *Brasil: do "milagre" à "abertura"*. São Paulo: Cortez.
- Leite, Márcia. 2000. "Trabalho e sociedade em transformação". *Sociologias*, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, n. 4.
- Martins, H. de Souza; Rodrigues, Iram J. 2000. "O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90". *Tempo Social*, São Paulo: USP, v. 11, n. 2.
- Medeiros, L. Sérvolo. 1989. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase.
- Meneguello, R. 1989. *PT — a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Menezes, Clarice; Sarti, I. 1981. *Conclat 1981: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*. Campinas: Cartgraf. (Coleção Ildes, 3).
- Munakata, K. 1980. "O lugar do movimento operário". In *Anais do Encontro Regional da Anpuh/SP*, 4, Araraquara, ANPUH/UNESP.
- NAPPT — Núcleo Ampliado de Professores do PT-SP (org.). 1981. *Lula: Entrevistas e discursos*. Guarulhos: O Repórter.
- Noronha, E. 1991. "A explosão das greves na década de 80". In Boito Jr. A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Novaes, R. 1991. "Continuidades e rupturas no sindicalismo rural". In BOITO JR., A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Oliveira, I. Ribeiro de. 1988. *Trabalho e Política*. Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, M. Antônio de. 1998. "Notas sobre a crise do novo sindicalismo brasileiro". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 12, nº 1.
- Rainho, F. 1980. *Os peões do grande ABC*. Petrópolis: Vozes.
- Ramalho, J. R. 2000. "Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje". *Dados*, Rio de Janeiro: Iuperj, v. 43, n. 4.
- Ramalho, J. R.; Santana, M. A. 2001. "Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos de 1990: o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro". In Ramalho, J. R.; Santana, M. A. (orgs.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: D.P&A.
- Rodrigues, Iram J. 1995. "O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 9, n. 3.
- . 1997. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta/Fapesp.
- . (org.). 1999. *O novo sindicalismo e vinte anos depois*. Petrópolis/ São Paulo: Vozes/Educ/ Unitrabalho.
- Rodrigues, L. Martins. 1990. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . 1991. "As tendências políticas na formação das centrais sindicais". In Boito Jr. A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . 1999. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- e Cardoso, A. Moreira. 1993. *Força Sindical: uma análise sócio-política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Sader, Eder. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santana, M. A. 1995. "Cultura sindical e identidade nos anos 80/90". *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: UFSC, v. 13, n. 17/18.
- . 1999. "Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs, n. 41.
- . 2000. "Trabalho, trabalhadores e sindicatos em meio ao vendaval contemporâneo". *Dados*. Rio de Janeiro: Iuperj, v. 43, n. 2.
- . 2000b. "As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas". *Sociologias*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, n. 4.
- . 2001. *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Uni-Rio.
- Souza, D.; Santana, M. A.; Deluiz, N. 1999. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet.
- Vianna, L. Werneck. 1983. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa.
- . 1986. *Travessia — da abertura à constituinte 86*. Rio de Janeiro: Taurus.
- Weffort, Francisco. 1972. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. São Paulo: Cebrap.
- Zanetti, L. 1995. *O novo sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Rio de Janeiro: Fase

A questão agrária no Brasil
pós-1964 e o MST

Mario Grynszpan

Professor do Departamento de História da Universidade Federal
Fluminense e pesquisador do CPDOC-FGV.

Uma das expressões mais citadas nos pronunciamentos dos principais candidatos à presidência da República no Brasil, durante a campanha de 2002, foi MST. Bastante conhecida pela população em geral, presença constante na mídia, MST é a sigla do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Foi a partir de março de 2002 que, de modo mais evidente, ela se impôs com força maior no debate eleitoral. Naquele mês, em um espaço de poucos dias, duas fazendas foram invadidas sob a liderança do MST, sendo uma em Minas Gerais, pertencente à família do presidente Fernando Henrique Cardoso, e outra em São Paulo, de propriedade de um sócio dos filhos deste. Os dois episódios, o primeiro em particular, geraram um intenso processo de tomadas de posição, de manifestação de opiniões de atores os mais diversos.

Ao contrário do que se poderia esperar, no entanto, esse processo não teve na necessidade de se ampliar o acesso à terra, na reforma agrária, o eixo principal em torno do qual os atores passaram a se posicionar. O que se gerou foi uma crítica generalizada, inclusive do próprio candidato mais à esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que procurou desvincular-se, marcar sua distância em relação ao MST, de modo a evitar que as invasões lhe causassem prejuízo eleitoral.¹ Na verdade, a própria direção nacional do MST reconheceu a ocupação da fazenda da família do presidente como uma atitude precipitada, ainda que a justificasse com o argumento de que aqueles que a promoveram se encontravam em um quadro de desespero.² A partir daí, as invasões de terras experimentaram um claro refluxo. Contudo, o MST continuou a ser referido, em grande parte, como uma organização identificada à radicalização política, ao desrespeito ao direito de propriedade e que, por isso mesmo, precisaria ser contida. A tomada pública de posições políticas em torno do MST tornou-se, no debate

eleitoral, mais importante do que a política pública que o movimento reivindicava, a reforma agrária, a desapropriação e a distribuição de terras, bem como o amparo efetivo aos trabalhadores por elas beneficiados, os assentados rurais.

O fato é significativo, permitindo perceber que ali mesmo onde reside uma das razões fundamentais para o evidente êxito do MST, que, nas últimas décadas, se afirmou como grande novidade no cenário político brasileiro, poderia estar igualmente um dos elementos determinantes de sua fragilidade. Mais do que uma organização, o MST se impôs à percepção como um movimento social vinculado a ações de impacto, grandes manifestações, marchas e ocupações não somente de propriedades, mas também de espaços e prédios públicos. Pressão, mobilização, luta são, portanto, elementos constituidores de sua identidade. As imagens de famílias de trabalhadores rurais, homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos, que, na esperança de obter um pedaço de terra, percorrem grandes distâncias a pé, vivem precariamente em acampamentos de plástico ou de lona, durante períodos prolongados, expondo-se às intempéries e à violência de capangas e milícias de grandes proprietários, ou mesmo da própria polícia, o que de fato resultou em alguns massacres recentes, tudo isso pesou para que se conformasse uma visão largamente positiva do MST. Mais do que isso, essa visão transcendeu os limites nacionais, estendendo-se por outros países das Américas e da Europa. Entretanto, em contextos diferentes, uma mesma ação vitoriosa, que produz os resultados almejados, pode assumir um sentido diverso, acarretando efeitos negativos, bloqueando o seu reconhecimento como ato legítimo, impedindo a formação de redes de solidariedade e de tomadas de posição favoráveis.

Poucos movimentos têm sido tão bem-sucedidos quanto o MST na gestão de sua própria imagem, no controle das representações que dele se faz, na abertura de espaços na mídia, na produção de tomadas de posição a seu respeito e de suas ações, na imposição de temas ao debate político e de pautas ao poder público. Praticamente monopolizou o espaço das lutas pela reforma agrária, tornando incaptável pela percepção pública a presença de um outro ator, bastante anterior a ele e que desempenha um papel importante em parte do que se atribui unicamente ao MST, o Movimento Sindical dos

Trabalhadores Rurais (MSTR), que tem na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a sua entidade nacional. Com o MST, as invasões de terras, os acampamentos nacionalizaram-se, afirmaram-se como tática privilegiada na busca da reforma agrária. Tornando-se indissociável dessa tática, o MST também condicionou sua visibilidade pública e sua força, largamente, à promoção de ocupações, à produção de fatos políticos, o que, em conjunturas desfavoráveis, se constitui em fator de tensão.

Para que se possa reunir elementos de compreensão dessa configuração, o olhar exclusivo sobre o presente não se mostra suficiente. É preciso recuar no tempo, analisando a história do MST e da própria questão agrária no Brasil nas últimas décadas. Esse é o objetivo deste artigo. Seu corte cronológico inicial é o de meados dos anos 1960, quando se inaugurou o regime militar no Brasil, com o golpe que derrubou o governo João Goulart. O recuo a um período anterior ao MST, que só surgiu em 1984, encontra a sua razão no fato de que o movimento não pode ser entendido em si mesmo. É preciso analisar as condições sociais que possibilitaram sua gênese, fazendo emergir um conjunto de atores que o precederam, que com ele interagiram ao longo do tempo, ainda que de forma concorrencial, mas cuja visibilidade foi se reduzindo à medida mesmo que o MST foi passando a dominar a cena. Cabe entender o trabalho político de construção, de afirmação, de representação, de imposição, de que o MST foi resultado, desconstruindo a percepção de que seria a expressão inexorável de tendências históricas incontornáveis.

DAS INTERVENÇÕES À RETOMADA DAS ORGANIZAÇÕES

O período que antecedeu ao golpe de 1964 foi marcado por uma forte e extensa mobilização no campo, ocupando a reforma agrária o centro do debate político. De fato, atingindo as bases do poder dos grandes proprietários, que detinham uma força considerável em um país onde, em que pese o acelerado êxodo rural, cerca de metade da população habitava no campo,³ a reforma agrária representou um claro divisor de águas, indicando um dos principais limites do sistema político. A luta pela sua implementação, as

O autor ignora a CPB 18
de AUE com outras coisas muito diversas

mobilizações e as pressões sobre o Congresso para a sua aprovação foram elementos determinantes para o golpe de 1964.

O período que vai da década de 1940 ao início dos anos 1960 viu afirmarem-se os camponeses como ator político, organizado, a princípio, em entidades como ligas camponesas e associações de lavradores, entre outras, lutando por terra e por direitos. Viu surgir a primeira organização nacional camponesa, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Viu o campesinato ser disputado por agentes diversos, como partidos políticos e a Igreja. Viu as primeiras manifestações de homens do campo nas cidades, viu os primeiros grandes congressos camponeses, viu as primeiras greves maciças na área rural, viu as primeiras ocupações de terras como tática política para forçar a sua desapropriação, o que chegou mesmo a atingir níveis consideráveis em estados como o Rio de Janeiro. O período assistiu às primeiras ações do poder público voltadas para a redistribuição da propriedade da terra, desapropriando-se fazendas e áreas de conflito, de início como investidas de governos estaduais e, posteriormente, como política do governo federal, ganhando corpo com a criação da Supra, a Superintendência de Política Agrária, já no governo Jango.

Esse governo investiu pesadamente na organização do campesinato, regulamentando a sua sindicalização, o que levou à proliferação de entidades em todos os estados,⁴ culminando com a criação da Contag, em 1964, dando origem ao MSTR. Fundamental para isso foi, igualmente, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, estendendo ao campo direitos trabalhistas que as cidades conheciam desde a década de 1930. Foi esse mesmo o processo de gênese da categoria trabalhador rural que se impôs a partir de então. De um modo mais amplo, foi aquele o período em que se conformaram novas categorias de percepção do mundo rural e de seus problemas, agora vistos como questões sociais, ou como questão agrária, cuja solução demandava medidas políticas, a principal delas a reforma agrária.⁵

Com o golpe de 1964, portanto, procurou-se pôr um freio nesse processo, impondo-se a desmobilização, eliminando-se focos de tensão. Isso foi feito por meio de mecanismos de força, de repressão, neutralizando lideranças mais combativas, perseguindo-as, prendendo-as, intervindo em suas entidades, promovendo a desocupação de áreas invadidas. Contudo, se medidas repres-

sivas eram capazes de refrear a mobilização, não eram suficientes para reverter a expectativa criada em torno da realização de uma reforma agrária, vista, por boa parte da população, como remédio para os males econômicos e sociais vividos pelo país, como instrumento fundamental para que o Brasil se colocasse no caminho do desenvolvimento. Um dos efeitos das mobilizações e dos debates que marcaram o período anterior ao golpe foi a disseminação, inclusive nas próprias cidades, de uma noção de que a reforma agrária era uma medida legítima e necessária para o país. Pesquisas de opinião conduzidas em março de 1964 indicavam que 72% do eleitorado das principais capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e Curitiba, apoiavam a sua realização (Lavareda, 1991, p. 156). Produziu-se, com isso, um quadro em que mesmo setores inicialmente contrários à reforma agrária passaram a defendê-la, ainda que a esvaziando de sentido redistributivo.

Dessa forma, a questão agrária manteve, após o golpe, a condição de problema central. Pesaram também para isso recomendações do governo americano, preocupado com a possibilidade de eclosão de processos revolucionários na América Latina, nos moldes do que ocorrera recentemente em Cuba. Para ele, as reformas agrárias representavam mecanismos eficazes de controle e estabilidade social, uma vez que contribuíam para a eliminação de fontes de conflito e de revolta. Foram esses alguns dos elementos principais para que, ainda em 1964, no governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, fosse criado o Estatuto da Terra, lei que regia a implementação de uma reforma agrária no país.⁶

O Estatuto e os dispositivos legais que a ele se seguiram incorporavam medidas que vinham sendo reclamadas havia alguns anos, mas que não obtinham passagem no Congresso. Uma dessas medidas era o pagamento da indenização pela desapropriação de terras em títulos da dívida agrária. O governo João Goulart havia tentado torná-la possível, reformando, sob o argumento de que inviabilizava a reforma agrária, o artigo da Constituição então vigente, a de 1946, que determinava que as indenizações fossem pagas em dinheiro. Foi apenas no âmbito do Estatuto da Terra, e em meio ao governo militar, no entanto, que a medida foi incorporada. Mais do que isso, porém, é interessante observar que o Estatuto incorporava um linguajar, uma

terminologia, que eram característicos da conjuntura prévia ao golpe. “Justiça social” era uma expressão presente na mensagem que encaminhava a lei ao Congresso, fazendo-se também referência ao latifúndio, e à sua contrapartida, o minifúndio, como sistemas de posse e uso da terra “injustos”, que deveriam ser substituídos tendo em vista a garantia da “liberdade” e da “dignidade” (Brasil, 1983, p. 6).

Em um contexto de repressão, a reforma agrária finalmente aprovada, ainda que incorporasse elementos do quadro anterior, fazia-o com um sentido distinto. O Estatuto da Terra se inscrevia em um projeto autoritário mais amplo, ganhando um sentido de desmobilização, excluindo a participação direta dos trabalhadores rurais. À ênfase política, característica dos debates anteriores, substituiu-se a econômica, subordinando-se a reforma ao objetivo, este sim prioritário, de aumentar a produtividade e a oferta de bens agrícolas, visto como fundamental para a promoção do progresso social e para a consolidação de uma classe média rural. Contudo, esse aumento de produtividade e da oferta de bens agrícolas não passava necessariamente por uma ampliação do acesso à terra. Na verdade, a reforma agrária, como política redistributiva, era apenas uma das dimensões do Estatuto da Terra, sendo a outra a promoção do desenvolvimento agrícola, com a transformação das grandes propriedades em empresas rurais. Para tanto, eram definidos mecanismos de pressão, como a aplicação progressiva do Imposto Territorial Rural (ITR) e a desapropriação de terras improdutivas. Ou seja, previa-se que as grandes propriedades fossem levadas a ampliar suas áreas de plantio e intensificar a sua criação, premidas pela possibilidade de desapropriação, que, dessa forma, poderia ou não ocorrer.

Assim, ainda que o Estatuto da Terra reunisse instrumentos suficientes para a promoção de uma redistribuição da propriedade da terra, não foi o que se fez. Além disso, longe de terem sido contidas as tensões na área rural, as políticas de modernização dos governos militares levaram à eclosão de inúmeros conflitos, envolvendo atores os mais variados. Quando, entretanto, o MSTR pôde finalmente se rearticular, foi do Estatuto da Terra que ele se apropriou de forma a legitimar sua luta pela realização de uma reforma agrária.

A história dos movimentos de trabalhadores no campo, no período pós-1964, obedeceu a uma cronologia que, mesmo que se cruze em momentos

significativos, foi distinta da que se observou nas cidades. As intervenções e as perseguições nas entidades de trabalhadores urbanos, particularmente aquelas próximas ao antigo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), impôs também um refluxo às lutas. Foram precisos quatro anos para que novos movimentos grevistas de monta surgissem, um em Minas Gerais, no distrito industrial de Contagem, e outro em São Paulo, na cidade de Osasco. Em ambos, e no segundo com maior intensidade, a ação policial foi um dos elementos que determinaram a sua dissolução. Dali em diante, e durante praticamente toda a década de 1970, apenas algumas ocorrências mais localizadas seriam noticiadas. Nos anos finais do decênio, porém, já em meio ao processo de abertura, o movimento operário emergiu com grande força, afirmando-se como uma das peças centrais do cenário político nacional, o que se deu, em grande parte, sob o impulso dos sindicatos de metalúrgicos da região do ABC, em São Paulo, que reunia as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano.

O mês de maio de 1978 registrou a primeira grande greve na região, que se estendeu também a Osasco, abrangendo mais de 500 mil trabalhadores e projetando nacionalmente o nome de Lula, então presidente do sindicato de São Bernardo. No ano seguinte, as greves começaram a extrapolar os limites de São Paulo, envolvendo também outras categorias de trabalhadores, em particular os do setor de serviços. Mais uma vez, no entanto, foram os metalúrgicos do ABC que ocuparam o centro das atenções, com um movimento reivindicatório que foi declarado ilegal pela Justiça do Trabalho, foi reprimido pela polícia e resultou em uma intervenção nos sindicatos. Das mobilizações do ano de 1979 é que resultou a proposta de criação do PT.

A reação do governo à greve de 1979 desencadeou, entre trabalhadores, políticos e intelectuais, uma série de críticas à estrutura sindical oficial, que impunha limites à ação de representação das entidades, mantendo seus dirigentes sob rígido controle, sujeitos a sanções do Estado. Essa avaliação se reforçou com a campanha salarial dos metalúrgicos de 1980, que resultou em uma nova greve no ABC. Mais uma vez a Justiça do Trabalho julgou ilegal o movimento. Agora, contudo, além da intervenção e de cassações, as lideranças, Lula entre elas, foram presas e chegaram mesmo a ser processadas com base na Lei de Segurança Nacional. Essa experiência pesou para que

fosse criada, já em 1983, a primeira central de trabalhadores independente, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O início dos anos 1980 foi marcado por um esforço de consolidação das organizações de trabalhadores, de tomada dos sindicatos controlados por grupos menos combativos, formando-se para tanto oposições sindicais, e de articulação de uma entidade nacional. Foi assim que, em 1981, foi realizada a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), quando foi criada uma Comissão Nacional Pró-CUT. Foi esta comissão que organizou o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado na cidade de São Bernardo em 1983, quando foi finalmente aprovada a formação da CUT. A sua liderança, porém, não se impôs de forma indisputada e, já em 1986, em um II Congresso realizado por organizações divergentes, foi criada a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). De um racha desta é que veio a surgir mais adiante, em 1991, a Força Sindical. A representação dos trabalhadores rurais foi bastante expressiva nos dois congressos.

O ano de criação da CUT, 1983, correspondeu à retomada do ciclo de greves maciças, depois de um breve interregno. Esse ciclo se estendeu, *grosso modo*, até fins da década de 1980 e início da de 1990. Seu começo coincidiu, igualmente, com o fim do governo do general João Baptista Figueiredo, com a Campanha das Diretas, que mobilizou milhões de pessoas por todo o país pela adoção do voto direto para o Executivo, e com a eleição, indireta, de Tancredo Neves para a presidência da República, tendo por vice José Sarney. Também nele os metalúrgicos do ABC tiveram uma participação fundamental, ainda que outras categorias, como, por exemplo, a dos bancários, mostrassem igualmente um considerável poder de mobilização. Uma das grandes novidades, todavia, foi a presença crescente de empregados do setor público, de empresas estatais ou do próprio funcionalismo. Na verdade, a presença destes na cena pública cresceu de modo inversamente proporcional à dos trabalhadores do setor privado, em especial a partir da segunda metade da década de 1980 (Kornis e Santana, 2001).

É certo que não foram poucas nem insignificantes as mobilizações e greves de trabalhadores do setor privado no período. Entretanto, sua intensidade, sua extensão e seu impacto experimentaram uma redução, o que se deveu largamente aos sucessivos planos econômicos, o Plano Real em particular, à

ameaça montante do desemprego, gerada tanto pela recessão quanto pela automação das atividades produtivas e dos serviços, à precarização, à desregulamentação, à informalização das relações de trabalho. Nesse contexto, tornaram-se mais freqüentes e passaram a ganhar maior evidência as mobilizações de trabalhadores do setor público. Isso guardava relação com a própria democratização do país, o que significou uma redução das incertezas e das ameaças de punição que pairavam sobre aqueles trabalhadores. Ressalte-se também, entretanto, o fato de que, juntamente com os governos civis, ou mais precisamente com Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, veio, por um lado, uma progressiva investida contra direitos adquiridos pelos servidores públicos ao longo dos anos, como, por exemplo, a aposentadoria integral e a estabilidade no emprego, e, por outro, uma política de privatização de estatais e de quebra de monopólios. Já em meados dos anos 1990, contudo, mesmo estes trabalhadores se distanciaram do proselânio. De maneira geral, este período foi marcado por um refluxo nas grandes mobilizações de trabalhadores urbanos. A sua presença na cena pública, muito mais do que pela participação direta, se deu pela via da representação, pelo trabalho das centrais sindicais, a CUT em particular, mas também a Força Sindical e a CGT. O inverso se deu, contudo, no caso dos trabalhadores rurais, ou mais especificamente dos sem-terra, cujas ações ganharam mais e mais evidência, pressionando o governo para que ampliasse o escopo e aprofundasse a sua reforma agrária.

Ainda que houvesse imposto uma desmobilização, o golpe militar de 1964 não foi capaz de fazer tábula rasa dos conflitos no campo. Além de persistirem, e mesmo de se terem ampliado as condições de conflito do período anterior, as lutas haviam produzido mudanças profundas e irreversíveis nas relações sociais preexistentes. Esses elementos ajudam a compreender o processo de retomada das mobilizações na área rural, a forma e o ritmo em que se deu.

As intervenções, prisões e perseguições observadas nos sindicatos de trabalhadores rurais, bem como na Contag, resultaram em um controle das organizações pelos grupos vinculados ao chamado sindicalismo cristão. Foram as lideranças cristãs, próximas à Igreja Católica, que, anteriormente ao golpe de 1964, disputaram com grupos à esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e mesmo com a esquerda católica, a hegemonia no

MSTR. Com a saída de cena das lideranças de esquerda, tanto comunistas como católicas, esse controle tornou-se possível. Vinha, por exemplo, dos Círculos Operários Católicos de São Paulo, organização conservadora que, desde os anos 1930, procurava fazer frente à presença das esquerdas junto aos trabalhadores, o novo presidente nomeado para a Contag, José Rotta. Tendo à sua frente dirigentes mais confiáveis aos olhos dos militares, a Confederação teve a sua intervenção suspensa já em 1965.

Todavia, não se deve extrair daí a conclusão de que a ação das organizações de trabalhadores rurais como um todo se pautasse por uma linha de subserviência, ou que favorecesse os interesses dos proprietários em detrimento dos trabalhadores. Pelo contrário, vários dos sindicatos continuaram encaminhando as reivindicações dos trabalhadores, ainda que de formas e com graus de comprometimento distintos. É preciso levar em conta, primeiramente, que uma das marcas da atuação do sindicalismo cristão no período anterior ao golpe, e que o diferenciava das organizações com dirigentes próximos às esquerdas, era a circunscrição de suas ações ao estritamente legal. Esse legalismo foi, de certa forma, mantido no período posterior, o que se por um lado permitia a realização das atividades sindicais, ainda que limitadas, justificando-as, legitimando-as, reduzindo as possibilidades de que fossem reprimidas, por outro representava também um foco de problemas. Afinal, buscar o cumprimento de direitos, por menores que fossem, em um quadro dominado pelo arbítrio, era já uma atuação geradora de tensões. Acrescente-se, ainda, o fato de que, nas regiões onde, anteriormente, as mobilizações haviam sido mais intensas, as lideranças sindicais foram pressionadas por suas bases para que rompessem a inércia.

Tornando-se desfavorável a conjuntura, com o golpe, os trabalhadores rurais passaram da ofensiva às lutas de resistência, das ações coletivas, passaram aos conflitos individuais, localizados.⁷ Sua principal arma era a legislação existente, como o Estatuto do Trabalhador Rural e o próprio Estatuto da Terra. Lutando, assim, por direitos, tiveram nos advogados de sindicatos e federações seus grandes aliados, e fizeram da Justiça, principalmente a trabalhista, um dos principais espaços de resolução, mas também de mediação e de publicização de conflitos, trazendo-os para fora das propriedades e da relação direta e personalizada com os proprietários.

O ano de 1968 marcou uma virada no movimento de trabalhadores rurais, assumindo a direção da Contag uma chapa de oposição. Ela tinha à sua frente José Francisco da Silva, que vinha, justamente, de uma das regiões onde as mobilizações, no período anterior ao golpe de 1964, haviam alcançado seu grau mais elevado, e onde mudanças significativas nas relações sociais haviam ocorrido — a Zona da Mata de Pernambuco. Com a vitória, a Contag passou a desempenhar um papel estratégico no apoio, na condução e na coordenação das lutas, no estímulo à participação, no trabalho de organização, na formação das lideranças, na divulgação, no reconhecimento e na apropriação dos direitos (cf. Garcia e Palmeira, 2001; Medeiros, 1989).

A simples existência de um aparato legal que conferia direitos aos trabalhadores rurais não significava, necessariamente, que fossem estes seguidos e respeitados. Longe disso, se mesmo antes do golpe os direitos eram desrespeitados e negados, em um quadro de exceção isso se intensificou ainda mais. O que se tratava, por conseguinte, era de buscar garantir a aplicação dos direitos, fazer com que os trabalhadores os reconhecessem e deles se apropriassem. Era preciso lutar pela implementação de medidas previstas pela legislação, mas que dela nunca haviam saído. Um dos exemplos disso era a previdência social rural, delineada já no Estatuto do Trabalhador Rural, mas que só foi criada em 1971, e regulamentada em 1972, como um Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pro-Rural), cuja execução ficaria a cargo do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

Cabe destacar que a criação do Pro-Rural trouxe um recurso bastante considerável para os dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais, uma vez que passava pela mediação destes o acesso a benefícios como aposentadoria, pensão, auxílio-funeral, serviços de saúde e serviço social. Em alguns casos, isso serviu de base a práticas meramente assistencialistas ou clientelísticas. Em outros, contudo, na medida em que representava um fator de atração dos trabalhadores para as entidades, fazendo delas um local de encontro e sociabilidade, terminou pesando favoravelmente ao trabalho sindical, criando espaços para o esclarecimento, estimulando a sindicalização.

Foi no estímulo à sindicalização, justamente, que as lideranças dos trabalhadores rurais passaram a concentrar grande parte dos seus investimentos. Isso se deu tanto pela tentativa de ampliar o número de filiados nos sindicatos

tos existentes quanto pelo esforço de criação de novas entidades. Isso era visto como um passo indispensável para o encaminhamento das lutas no campo, ampliando a representatividade dos sindicatos, permitindo a conquista do controle sobre federações estaduais, fortalecendo, enfim, a própria Contag.

A vitória de uma chapa de oposição na Contag, portanto, foi fundamental para a retomada, ainda que lenta, das lutas mais amplas no campo. A Confederação fazia mediações e exercia pressão sobre as autoridades em Brasília, contatando-as, encaminhando ofícios, memorandos e processos, vocalizando reivindicações, cobrando soluções, ao passo que sindicatos e federações desenvolviam uma atuação com maior ênfase no âmbito local. Para além de uma atuação mais administrativa, contudo, a vitória na Contag representou, a um só tempo, a retomada da entidade e da bandeira da reforma agrária, da luta pela sua realização com a participação dos trabalhadores.

Um passo importante nessa luta foi a realização pela Contag, em 1973, do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em cujas resoluções a reforma agrária aparecia como grande objetivo a ser alcançado. Além da necessidade de maior coordenação da atividade sindical em seus diversos níveis, além da importância, para esta atividade, do trabalho educacional, da formação e da conscientização de dirigentes, os participantes do congresso definiram a defesa da reforma agrária como linha básica de ação. Mais do que isso, deixaram claro que a reforma agrária não poderia ser confundida com políticas de colonização ou que implicassem o deslocamento dos trabalhadores das áreas onde habitavam, como o governo vinha então procurando fazer. Tratava-se, portanto, de promover uma redistribuição do acesso à terra, com a participação ativa das organizações de trabalhadores rurais. O instrumento para essa redistribuição, como apontado no congresso, seria o próprio Estatuto da Terra.

A RETOMADA DAS LUTAS PELA TERRA E O SURGIMENTO DO MST

No que tange à questão agrária, os primeiros anos do regime militar foram pródigos na produção legal e institucional, mas avaros na realização de resultados. Além do Estatuto da Terra, ou como decorrência dele, foram cria-

dos, em 1965, em substituição à Supra, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). O primeiro seria o órgão executor da reforma agrária e o segundo, o promotor da modernização agrícola. Já no ano seguinte, um decreto instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que, de fato, não produziu efeitos significativos. A ação do Ibra e do Inda foi objeto de investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada em 1967, cujo relatório, elaborado pelo próprio partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), qualificou aquele de inoperante e este de paternalista. Assim, no ano de 1969, o governo do general Arthur da Costa e Silva criou o Grupo Executivo da Reforma Agrária (Gera), que deveria orientar, coordenar e promover a reforma agrária, identificando seus obstáculos e definindo suas áreas prioritárias. O Ibra ficaria sob a sua coordenação, enquanto o Inda atuaria com o Ministério da Agricultura. Esse arranjo pouco durou, sendo extinto em julho de 1970, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, quando se criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ao longo dos anos, outras estruturas, órgãos e instrumentos legais foram sendo criados, sem que isso se refletisse em uma melhoria efetiva nas condições de vida dos trabalhadores rurais, em uma redução do arbítrio ao qual estavam sujeitos, em um acesso à terra mais equitativo. Não somente não se observou uma desconcentração da propriedade da terra,⁸ como a reforma agrária, promovida pelo Incra, passou a significar basicamente colonização, ocupação controlada e dirigida de áreas de fronteira na chamada Amazônia Legal, que abrangia terras do Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. Por outro lado, a modernização da agricultura gerou intensos conflitos, envolvendo uma multiplicidade de categorias de trabalhadores, e a violência no campo produziu um número considerável de mortes, agressões e ferimentos, que revelaram a atuação de jagunços, capangas, milícias, pistoleiros e matadores de aluguel.⁹

A colonização oficial se inscrevia em um projeto geopolítico mais amplo de ocupação das áreas de fronteira, supostamente livres, no Norte, mas também no Centro-Oeste do país, visando a garantir o seu controle, antiga demanda dos militares. Ela se deu de forma conjunta com alguns dos grandes investimentos públicos que caracterizaram o período que ficou conhecido

como o do “milagre brasileiro”, como a rodovia Transamazônica, e também a Cuiabá—Santarém. Às suas margens foram reservadas faixas de terras públicas para a criação de colônias, de agrovilas, onde se instalaram trabalhadores de outras regiões.

A política de colonização visava a produzir efeitos não só nas regiões para as quais se dirigia, mas também nas áreas rurais mais antigas. Nestas, seu papel seria o de reduzir as tensões sociais decorrentes da demanda por terra, que alcançavam níveis preocupantes em regiões como o Nordeste. Observava-se aqui uma confluência de um intenso processo de expulsão de trabalhadores das propriedades com um período de forte seca que se iniciou em 1970. O Plano de Integração Nacional (PIN), lançado nesse mesmo ano pelo governo do general Médici, tinha em conta essa situação, na medida em que articulava e destinava recursos tanto para a construção das estradas quanto para a colonização e para a realização de um programa de irrigação do Nordeste. O que se buscava, desse modo, era reduzir as tensões sem que fosse necessário recorrer a desapropriações; sem promover, efetivamente, uma reforma agrária, apenas transferindo trabalhadores e suas famílias das áreas onde habitavam para outras. O que esse conjunto de intervenções fez, de fato, foi adiar grandes conflitos sociais nas áreas mais antigas, criando nas mais novas, por outro lado, condições para que viessem a eclodir no curto prazo, e com grande violência.

Embora se tivesse intensificado em fins dos anos 1960 e início dos 1970, o fluxo de trabalhadores rurais do Nordeste para a Amazônia não era algo novo. Ele já vinha se dando havia décadas, levando populações para o Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Pará, onde muitos se instalaram como posseiros. Havia, porém, um outro fluxo, este mais recente e alimentado, em grande parte, pela propaganda oficial, que trazia trabalhadores do Sul, e também do Sudeste, para Rondônia, Mato Grosso e Acre. No Sudeste, em estados como Espírito Santo e Minas Gerais, eles eram expulsos pela erradicação de cafezais e pela substituição das áreas de plantio por pastagens. No Sul, no Rio Grande, no Paraná e mesmo em Santa Catarina, fatores diversos pesaram, como a introdução de novos plantios, como a soja e o trigo, o que resultou em concentração fundiária, por um lado, e em mecanização, com a conseqüente liberação de mão-de-obra, por outro.

Há que se ressaltar, ainda, o fato de que, em regiões onde predominavam pequenas propriedades, no Sul do país, estava em curso um processo de fragmentação que conduzia à formação de lotes cujas dimensões inviabilizavam o sustento da família. Havia um numeroso contingente de trabalhadores, filhos de pequenos proprietários, que, diante dos mecanismos de herança prevaletentes, que operavam no sentido de impedir o crescente esgotamento do patrimônio familiar, se viam destituídos da propriedade paterna ao mesmo tempo que, diante dos altos preços, se encontravam impossibilitados de adquirir novas terras. Para esses trabalhadores, a ida para a Amazônia representava a possibilidade de recompor o patrimônio familiar e manter a posição social, adquirindo terras nos projetos de colonização, tanto oficiais quanto privados, ou mesmo ocupando áreas livres como posseiros.

O que parecia ser uma esperança de sucesso, contudo, para muitos terminou em fracasso. Esgotando-se o “milagre”, algumas de suas grandes obras, como a Transamazônica, foram abandonadas e, com elas, os projetos e agrovilas, obrigando seus trabalhadores a se dispersarem, retornando parte deles às regiões de origem, perdendo o que haviam investido. O surgimento do MST foi um dos efeitos do fracasso da política de colonização dos governos militares.

A colonização foi, cabe destacar, somente uma das faces da política de ocupação das áreas de fronteira. Ao lado dela, observou-se também a instalação de grandes projetos agropecuários, ou de mineração, por empresas como montadoras de automóveis, bancos, que, para isso, recebiam incentivos fiscais e recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e do Banco da Amazônia S.A. (Basa). Essa política se iniciou ainda em 1966, e no início dos anos 1970 o interesse dos grupos pela região se intensificou com a valorização das terras provocada pelo asfaltamento da rodovia Belém—Brasília. Formaram-se enormes propriedades, como a do Projeto Jari, que alcançava uma área de aproximadamente 3 milhões de hectares entre o Pará e o Amapá.

Se isso ocorreu, contudo, é preciso ver que nem todas as propriedades que ali se estabeleceram obedeceram a mecanismos e procedimentos legais, sendo muitas delas resultado de apropriação indébita, de grilagem. Mais ainda, várias delas se instalaram em áreas onde havia posseiros e índios, que passa-

ram a expulsar com o emprego da força. Comunidades indígenas inteiras foram alvo da violência, grupos foram exterminados ou tiveram que se deslocar. Também os posseiros passaram a ser expulsos de forma violenta.

A região tornou-se, assim, palco de conflitos bastante intensos, com numerosas mortes, fazendo com que a luta pela terra assumisse feições dramáticas. A área do vale do rio Tocantins, e também a do Araguaia — que havia sido palco, no mesmo período, de uma operação militar de grandes proporções com o objetivo de exterminar o foco de guerrilha ali instalado por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) —, passou a ser vista como uma das mais tensas e violentas do país. Os freqüentes enfrentamentos resultantes de disputas de terras levaram o governo do general João Baptista Figueiredo a intervir, criando o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), e, pouco depois, o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Gebam). Com a criação dos dois grupos, o Incra ficava, na prática, excluído da gestão dos conflitos na área. Ela se tornava uma atribuição do Conselho de Segurança Nacional, ao qual os dois grupos estavam subordinados. Se a região passou a ser percebida como expressão maior das lutas pela terra no país, nos anos 1970, foi a figura do posseiro que se afirmou como um dos seus protagonistas. Na verdade, produziu-se mesmo uma associação direta entre posseiro e fronteira, de tal modo que outros conflitos pela posse da terra, como os que ocorriam no estado do Rio de Janeiro, em Minas Gerais ou na Bahia, terminaram tendo menor repercussão, ainda que envolvessem ingredientes semelhantes aos da Amazônia.¹⁰

Um ator que desempenhou um papel central nas lutas pela terra no Brasil, nos anos 1970, e que depois foi fundamental na criação e na consolidação do MST, foi a Igreja Católica. A sua presença no campo, é claro, não era nova. Efetivamente novo era o sentido de que as ações de alguns de seus setores passaram a se revestir, confluindo para uma linha de oposição e de denúncia do regime militar. Essas ações contrastavam com as posturas predominantemente conservadoras que a instituição havia assumido até então. Tal mudança encontra suas raízes em fins dos anos 1960 e início dos 1970. Ela guardava relação com alterações mais amplas que vinham se operando desde a década de 1960, e que ganharam expressão na Conferência do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968

Ali se ressaltou a necessidade de que a Igreja tomasse uma posição claramente em favor dos pobres e dos oprimidos, libertando-os da violência e das injustiças, orientando-os nas lutas contra seus opressores. Tal foi a via que desembocou na chamada Teologia da Libertação.

Essas mudanças, contudo, não podem ser atribuídas apenas a fatores externos, ou como tendo se dado de cima para baixo. O que se observou foi uma alteração na conjuntura, que conferiu maior visibilidade e capacidade de vocalização a grupos que já vinham denunciando violências e injustiças resultantes do processo de modernização e das políticas implementadas pelos governos militares, reclamando uma redefinição do trabalho pastoral que respondesse aos novos desafios que se colocavam para a Igreja. Dentre esses grupos, merece destaque o dos missionários que vinham trabalhando com os indígenas e os posseiros da Amazônia, tendo à frente nomes como os dos bispos dom Tomás Balduino, de Goiás Velho, em Goiás, e dom Pedro Casaldáliga, da prelazia de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso. Eles começaram a se tornar conhecidos nacionalmente por seu trabalho, por suas denúncias, por suas posturas favoráveis aos índios e aos posseiros. Foi desse trabalho que resultou a criação, em 1972, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na Linha de Ação Missionária da CNBB. Além disso, a Igreja passou a investir de modo sistemático em uma forma de ação comunitária, vista como o melhor meio de consolidar a sua ligação com os setores populares, criando as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Foi atuando na área da Amazônia Legal, organizando os posseiros, orientando-os em suas lutas e denunciando as violências a que estavam sujeitos, que a CPT ganhou evidência na década de 1970. Ela patrocinou a criação de sindicatos ali onde não havia, ao mesmo tempo que estimulou a formação de chapas de oposição onde as direções das entidades não eram vistas como combativas. Alguns clérigos que nela atuavam foram presos, ameaçados ou processados com base na Lei de Segurança Nacional, como foi o caso de dom Pedro Casaldáliga e do padre Francisco Jentel, de origem francesa, que foi acusado de subversão, condenado a dez anos de prisão e, mais tarde, expulso do país. Outros, como o padre João Bosco Penido Burnier, chegaram mesmo a ser assassinados.

Se, porém, o trabalho da CPT se originou na Amazônia, e ali ganhou grande expressão, ela foi aos poucos fincando bases em outros estados, como o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Goiás. Em 1979, já contava com 15 regionais. Esse crescimento vinha embalado pela própria CNBB, que atribuía grande importância à ação entre os trabalhadores rurais na luta pela terra. Essa visão foi formalizada no documento *Igreja e problemas da terra*, resultado da sua XVIII Assembléia, em 1980. Ali os bispos manifestavam seu apoio aos trabalhadores rurais e à luta pela reforma agrária, denunciando o modelo econômico brasileiro, base da concentração fundiária, da expropriação, da exploração e da violência no campo. À noção de “terra de exploração” opunham a de “terra de trabalho”, configurada nas formas alternativas de apropriação, na posse, nas propriedades familiar, comunitária e tribal.

O documento também prestava o apoio do episcopado às entidades de trabalhadores rurais, ressaltando a centralidade da atuação pastoral no estímulo à participação em sindicatos, mas também em associações e outras formas de organização, constituindo uma representação crescentemente livre e autônoma. Na verdade, o trabalho da CPT já vinha enfatizando, havia algum tempo, o princípio da autonomia e da liberdade no processo de organização, questionando a exclusividade dos sindicatos na representação dos trabalhadores, duvidando da sua possibilidade de se afirmarem como organismos democráticos, apresentando reservas quanto ao seu oficialismo, apontando seus limites no encaminhamento e na liderança das lutas, a luta pela terra em particular. Reproduziam-se nas organizações de trabalhadores rurais, portanto, os debates que vinham sendo feitos nas cidades, onde setores, particularmente os mais próximos à Igreja, questionavam a estrutura sindical oficial.¹¹

O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, organizado pela Contag em maio de 1979, expressou esse tipo de debate. Nele, os grupos mais próximos à CPT criticaram a estrutura, a prática e o monopólio que detinham os sindicatos, e por extensão a própria Contag, da palavra autorizada dos trabalhadores rurais. Buscaram politizar de forma crescente a questão agrária, identificando a reforma agrária como uma luta política e o Estado como um dos responsáveis pela situação em que se encontravam os trabalha-

dores rurais. Suas posições repercutiram nas resoluções finais do Congresso, em que a reforma agrária era referida como condição *sine qua non* para a democracia no país, trazendo para a plena participação na vida a massa dos trabalhadores rurais. Ela deveria ser ampla, maciça, imediata e ter a participação direta dos trabalhadores em todos os seus níveis e etapas. Listavam-se, como instrumentos privilegiados de encaminhamento e cobrança das reivindicações dos trabalhadores, a pressão coletiva e a mobilização. Enfim, enfatizava-se a importância de uma mudança no modelo sindical que pudesse garantir a plena autonomia das organizações, libertando-as da tutela do Estado.

É preciso ver, contudo, que, se as proposições das lideranças e dos grupos próximos à Igreja foram reconhecidas e incorporadas às resoluções finais do Congresso, é porque havia uma conjunção de fatores que as favoreciam. Havia um processo de abertura em marcha, os militares enfrentavam um evidente desgaste e apresentavam divisões internas, a oposição ganhava força e se legitimava de forma crescente, os trabalhadores urbanos se mobilizavam e realizavam suas grandes greves. Isso se refletia mesmo sobre antigas lideranças sindicais, tornando-as mais propensas a propostas e práticas mais ousadas, até como forma de manterem seus cargos e posições diante de uma oposição e uma concorrência que poderiam colocar em xeque o seu poder.

Abria-se aqui uma conjuntura em que as lutas no campo passaram a se intensificar e a se generalizar, envolvendo um número crescente de pessoas, permitindo a afirmação de novos atores, conformando um novo ciclo de grandes mobilizações, de fortes repercussões. Greves de trabalhadores rurais eclodiram no Nordeste e no Sudeste, pequenos produtores do Sul organizaram protestos contra as políticas agrícolas e creditícias do governo, seringueiros do Norte opuseram-se à derrubada de seringais. Parte dessas lutas, é importante observar, tinha suas raízes nas próprias políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo. Eram efeitos e reações a elas.

Os projetos de desenvolvimento dos anos 1970, estendendo-se também pela década de 1980, eram produzidos a partir de uma perspectiva tecnocrática e autoritária, desconsiderando as populações que por eles seriam atingidas. Isso representou, em muitos casos, uma fonte de protestos e conflitos. Foi esse o caso das construções de barragens para a instalação de grandes

hidrelétricas, como a de Itaparica, entre Bahia e Pernambuco, a de Itaipu, no Paraná, a do rio Uruguai, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e a de Tucuruí, no Pará. Os lagos formados por cada uma delas, inundando extensas regiões, determinaram o deslocamento de milhares de pessoas, que passaram a se apresentar, e a serem reconhecidas, como atingidos por barragens, reivindicando indenizações, manutenção das antigas comunidades e a concessão de novas terras à beira dos lagos, não se promovendo a transferência das famílias para áreas distantes. Para tanto, realizaram manifestações, ocuparam canteiros de obras, impediram o trabalho e a passagem de máquinas, promoveram acampamentos junto à sede dos projetos, como em Itaipu e em Tucuruí.

Foi nas lutas dos atingidos por barragens que o MST teve uma de suas origens. Na verdade, o movimento resultou, largamente, da falência e da rejeição, por parte de trabalhadores rurais do Sul do país, da política de colonização e de transferência de populações. O fracasso e o retorno dos que se deslocaram pesaram para que se conformasse uma recusa a novas partidas, fazendo com que agricultores expropriados pela construção de barragens, pela mecanização, pela concentração fundiária e pela própria fragmentação do patrimônio familiar passassem a reivindicar terras ali mesmo onde tradicionalmente habitavam. Diversos atores, como os sindicatos, desempenharam um importante papel nesse processo. Foi central, entretanto, a ação pastoral da Igreja Católica, e também da Luterana, que tinha forte penetração entre os trabalhadores rurais de ascendência alemã e que atuou entre os atingidos por barragens no Paraná.

Ocupações começaram a ocorrer no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em São Paulo, em 1979 e 1980, o que resultou em desapropriações. Foi em março de 1981, porém, que ocorreu, no Rio Grande do Sul, o evento emblemático para o MST. Tratou-se do acampamento de trezentas famílias que reivindicavam terras, na localidade de Encruzilhada Natalino. De início, o Incra propôs, como solução, a divisão das famílias, que seriam deslocadas para terras no Mato Grosso, em Roraima, no Acre e na Bahia. A proposta foi rejeitada, fazendo com que o acampamento se prolongasse por meses, atraindo um número crescente de pessoas e ocupando as principais seções do noticiário. Formaram-se redes de solidariedade e apoio, o que resultou, já em

25 de julho, Dia do Trabalhador Rural, em uma manifestação no local que contou com a participação de 15 mil pessoas, inclusive dom Tomás Balduino. Cinco dias depois, a área foi cercada por tropas militares comandadas pelo tenente-coronel Sebastião Rodrigues Moura, o major Curió, que se tornou famoso pela repressão à Guerrilha do Araguaia. Ao final, algumas famílias concordaram com a transferência para um projeto de colonização em Mato Grosso, ao passo que outras se instalaram em uma área adquirida com o auxílio da Igreja Católica, denominada de acampamento de Nova Ronda Alta. Como a extensão de terras era insuficiente, a pressão continuou até que, em 1983, o governo promoveu o assentamento dos acampados em quatro fazendas.

No ano seguinte, em 1984, o MST foi criado, em um encontro em Cascavel, no Paraná, com lideranças vindas desse mesmo estado, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, onde se encontravam colonos que se haviam transferido da região Sul.¹² O primeiro congresso nacional do MST realizou-se em 1985 e suas resoluções já indicavam uma mudança fundamental no curso das lutas pela terra no país. Falava-se em extinção do Estatuto da Terra e na edição de novas leis que levassem em conta as lutas dos trabalhadores, reivindicava-se a expropriação de terras em mãos de multinacionais e a desapropriação de áreas superiores a 500 hectares. Mais significativa, porém, era a proposta de ocupação de terras improdutivas ou públicas, adotando-se o lema "Ocupação é a única solução" (Stedile e Fernandes, 1999, p. 55).

O MST E O ESPAÇO DAS LUTAS PELA REFORMA AGRÁRIA

Com as ocupações, e com o MST, os conflitos de terra passaram a ganhar maior evidência e novos contornos. Eles se nacionalizaram, deixando de serem vistos como um problema exclusivo das áreas de fronteira, ou como algo que envolvia apenas posseiros e grileiros. Os trabalhadores rurais foram assumindo uma nova feição, deixando de serem percebidos como meras vítimas de grileiros e de grandes proprietários, que agiam sempre em reação às ações destes, para serem identificados de um modo mais ativo, de quem toma

a ofensiva, produz os conflitos, mas diante da necessidade, do desespero de quem não tem nada a perder e, por isso mesmo, é capaz de investir a sua vida, e a de sua família, na luta por um pedaço de terra.

Se isso ocorreu, porém, seria equivocado atribuí-lo tão-somente ao MST. Ainda em 1985, a Contag realizou o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, largamente dominado por discussões em torno da luta pela reforma agrária. Entre as proposições do encontro estava não apenas a de que se elaborasse uma nova lei de reforma agrária, mas também a de que as ocupações de terras deveriam ser apoiadas. As proposições do encontro ganharam forte repercussão em função do momento em que ocorreu, quando se instalava a chamada Nova República. A ele compareceram o novo presidente do Incra, José Gomes da Silva, fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e autor do Estatuto da Terra, e Nelson Ribeiro, titular do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), criado cerca de um mês antes. O ministro lançou publicamente, no congresso, uma proposta para a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República.

Havia, naquela ocasião, uma expectativa de que, finalmente, seria possível a realização de uma ampla reforma agrária no país, com a participação dos trabalhadores, o que era alimentado pelo empenho inicial do governo José Sarney na elaboração e implementação do PNRA, pelas nomeações de José Gomes da Silva e de Nelson Ribeiro, que era ligado à Igreja Católica. O PNRA gerou um intenso processo de discussões que contou com lideranças de trabalhadores rurais, técnicos, intelectuais, muitos dos quais chegaram mesmo a integrar equipes do governo. Muito cedo, porém, começaram surgir fortes resistências da parte dos proprietários de terras e dos setores políticos mais conservadores, o que levou a sucessivos adiamentos na data de apresentação da versão definitiva do Plano, que ocorreu apenas em outubro de 1985, e com um formato bastante modificado e atenuado em relação ao original. Seguiu-se a isso uma série de demissões e substituições no Incra e no Mirad, indicando um esvaziamento da reforma agrária por via do Poder Executivo. Com isso, o investimento político dos setores favoráveis à reforma passou a estar voltado para a Assembléia Nacional Constituinte, que se instalaria em fevereiro de 1987.¹³

Esse processo não transcorreu sem pressões, assumindo o MST um papel de destaque à frente de ocupações, acampamentos, manifestações, invasões de sedes do Incra. Se o movimento não fechou seus canais de comunicação com a Nova República, recusou-se, por outro lado, a adotar uma atitude pública de concordância e alinhamento. Isso acabou permitindo que se consolidasse e se expandisse, marcando sua diferença em relação ao MSTR, forçando o governo a realizar desapropriações e promover assentamentos, por meio das ocupações.

Entretanto, não foram somente os trabalhadores que pressionaram. O mesmo foi feito pelos proprietários, por intermédio de suas entidades de classe mais tradicionais, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), de sua bancada no Congresso, e, particularmente, pela ação da União Democrática Ruralista (UDR). A UDR foi uma entidade criada no ano de 1985, tendo por objetivo fazer face ao projeto de reforma agrária e às mobilizações no campo, as ocupações em especial. Seus pólos iniciais de atuação foram os estados de Goiás, do Pará, de Minas Gerais e de São Paulo. A UDR promoveu grandes campanhas e mobilizações de ruralistas, realizando leilões de gado para arrecadar fundos para seus candidatos em eleições, abrindo espaço na mídia e projetando a figura de seu líder, Ronaldo Caiado. Ela teve uma atuação bastante intensa na Constituinte, buscando impedir a aprovação de dispositivos que favorecessem a reforma agrária. Para além de uma atuação mais pública, no entanto, a UDR também se envolveu em conflitos, tendo sido vista como um braço armado dos proprietários rurais, formando milícias com o objetivo de conter as ocupações.

Impulsionada pelo temor dos ruralistas em relação à reforma agrária e às ocupações, a ascensão da UDR foi meteórica. Seu fôlego, no entanto, não foi suficiente para mantê-la em evidência por um longo período. Assim, já nos anos 1990, ela foi extinta, tendo havido uma tentativa de recriação em São Paulo, em 1996, mas sem o mesmo sucesso. Se a UDR declinou em fins dos anos 1980, contudo, é preciso não dissociar isso do próprio recuo da reforma agrária no governo Sarney, e da sua derrota na Constituinte. Apesar das pressões dos trabalhadores — como na “Caravana Nacional pela Reforma Agrária”, que reuniu cerca de 10 mil pessoas em Brasília, em outubro de

1987 —, as principais propostas para a reformulação da estrutura fundiária do país deixaram de ser incorporadas.

O período que se sucedeu, portanto, e que coincidiu com a eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989, demarcou um refluxo da questão agrária e das mobilizações no campo, reduzindo as desapropriações e os novos assentamentos. Nesse quadro, o MST voltou-se para o interior dos assentamentos, buscando consolidar as bases de que já dispunha, procurando não limitar sua ação somente à obtenção de terras. Fazê-lo significava atuar em um espaço tradicionalmente ocupado pelos sindicatos, passando a lidar com questões como associativismo, crédito, produção, preços dos produtos, entre outras. Isso levou o MST a buscar construir um Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que resultou, em 1992, na criação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab).

Esse quadro persistiu no início do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, houve aqui um superdimensionamento da questão econômica, à qual se subordinavam os assuntos julgados pertinentes. O debate político era também um debate econômico, centrado principalmente nos problemas do controle da inflação, da estabilidade da moeda, da internacionalização da economia e da redução do Estado. A reforma agrária, debatida também a partir de uma perspectiva puramente econômica e estatística, deixava de ser vista como um mecanismo fundamental de modernização da economia nacional como um todo, até porque era reduzida a participação da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB), e a população economicamente ativa na área rural declinava ano a ano. Questionava-se mesmo os efeitos da reforma em termos de melhoria das condições de vida das populações por ela beneficiadas. Essa análise era partilhada inclusive por estudiosos que, anos antes, haviam se notabilizado pela defesa da reforma.¹⁴ Ela havia se tornado, portanto, uma questão de baixa relevância, passando para a alçada do Ministério da Agricultura, chamado de Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. Para o Incra foi nomeado o pecuarista paranaense Brasilino de Araújo Neto, que tinha vínculos com a federação dos proprietários rurais de seu estado.

Se a reforma agrária pôde retornar ao centro das preocupações políticas, invertendo o jogo, evidenciando que continuava fazendo todo sentido para

os trabalhadores, ainda que não para os dirigentes políticos e parte dos intelectuais e técnicos, lembrando que o país estava muito distante do modelo de modernidade que acreditava haver alcançado, demonstrando que no campo persistiam sérios problemas decorrentes da manutenção de antigas relações de poder, isso se deveu, em larga parcela, à ação do MST. Dois fatos foram importantes para isso, ambos ocorridos em 1995. O primeiro foi um massacre ocorrido na localidade de Corumbiara, em Rondônia, quando a Polícia Militar, ao procurar despejar os posseiros que ocupavam a Fazenda Santa Elina, deu início a um conflito que resultou em 11 mortos, além de vários feridos. O segundo foi o III Congresso Nacional dos Sem-Terra, ocorrido em Brasília, e que promoveu uma passeata de 5 mil pessoas pela capital, abrindo espaço na mídia para a questão da reforma agrária. Foi nesse momento que o governo realizou uma importante mudança no Incra, nomeando seu presidente Francisco Graziano, um agrônomo estudioso da agricultura e da questão agrária.

Foi em 1996, contudo, que se deu uma mudança fundamental, em meio a uma retomada das mobilizações e das ocupações de terras. Criou-se, naquele ano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, na esteira de um novo massacre de trabalhadores rurais, em Eldorado dos Carajás, no Pará. Ele ocorreu no mês de abril, quando um grupo de sem-terra saiu da Fazenda de Macaxeira, na localidade de Curionópolis, em caminhada em direção a Belém, protestando contra a demora do governo federal em promover seu assentamento. Chegando a Eldorado dos Carajás, eles acamparam e bloquearam a estrada, pedindo alimentos e transporte. O governador do estado ordenou a desobstrução da estrada e a PM entrou em conflito com os trabalhadores, o que resultou em cerca de cinquenta feridos e 19 mortos.

Foi após o massacre que o ministério foi criado. Seu titular, Raul Jungmann, começou, desde então, a travar uma verdadeira guerra de números com as lideranças dos sem-terra, procurando mostrar como o governo Fernando Henrique Cardoso foi o que promoveu o maior número de desapropriações e de assentamentos na história recente do país.¹⁵ Se as desapropriações e os assentamentos foram retomados, independente do ritmo em que isso se deu, contudo, não há como deixar de perceber que isso se deveu bastante ao trabalho de pressão do MST, às suas ações diretas, à sua capaci-

dade de ocupar espaços na mídia, mantendo-se em evidência, à sua competência na produção de fatos políticos de grande impacto, como a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em 1997, quando trabalhadores rurais originários de diversas regiões do país caminharam rumo a Brasília, durante dois meses, para, concentrados diante do Palácio do Planalto, reivindicar a intensificação da reforma agrária.¹⁶

Tanto é a pressão, principalmente pela via da produção de conflitos, que tem garantido a manutenção e o ritmo da política de redistribuição de terras, com desapropriações e assentamentos, que as próprias entidades sindicais ligadas à Contag passaram a promover as suas ocupações. Isso chegou a gerar tensões em alguns casos, como na invasão pelo MST da Usina Catende, em Pernambuco, em abril de 2000, quando ela já se encontrava ocupada pela Fetape, a federação estadual de trabalhadores na agricultura. Na verdade, o MSTR já promovia ocupações, mas não da mesma forma, na mesma intensidade ou com o mesmo grau de articulação, nem como linha de atuação privilegiada, que vinha sendo uma das marcas do MST. As entidades procuravam, mesmo quando suas ações extrapolavam os limites da lei, conferir-lhes uma imagem de legalidade. É notório o fato de que vários sindicatos, ao longo do tempo, deram apoio às ações do MST. Se as disputas começaram a ocorrer, se as entidades sindicais buscaram, também elas, ser reconhecidas como líderes exclusivas de ocupações, era porque estas ações é que vinham forçando as desapropriações e os assentamentos; eram elas, enfim, que vinham impulsionado a reforma agrária. E se foi o MST que mais promoveu ocupações, que mais esteve associado a esse tipo de ação, foi também ele que, no nível da percepção pública, passou a controlar o espaço das lutas pela reforma agrária e se tornou seu principal interlocutor, deslocando o MSTR.

Os anos 1970 e 1980 assistiram ao ressurgimento das lutas no campo, com a afirmação de uma multiplicidade de atores e identidades sociais, para além da de trabalhador rural: posseiros, bóias-frias, clandestinos, volantes, colonos, agricultores, pequenos produtores, atingidos por barragens, acampados, entre outros. Foi o MST que pôde agrupar esses diversos atores sob uma identidade única, pela qual passaram a se perceber, a se apresentar e, assim, a ser percebidos: a de sem-terra. Com o apoio principal da CPT, mas também de sindicatos, ele foi capaz de mobilizar pessoas que nunca tinham

tido, que haviam perdido ou que se viam ameaçadas de perder o acesso à terra, alterando suas perspectivas de futuro, abrindo-lhes a possibilidade de obter ou de garantir esse acesso por meio da ação política, das ocupações, dos acampamentos, das caminhadas e marchas, das manifestações, das invasões de sedes do Incra. Foi na ação política, destarte, que se produziu e se afirmou a nova identidade, que se impôs a percepção de que é o sem-terra que luta pela reforma agrária.

Ao produzir o seu representado, o MST, em um mesmo processo, pôde se afirmar como seu representante exclusivo, seu porta-voz autorizado, também vinculando de forma direta o seu nome à luta pela reforma agrária, tornando imperceptível a presença de outras entidades, impondo as suas ações como legítimas e conseqüentes. Afirmando-se por essa via, porém, o MST também se vê obrigado a uma produção constante de ocupações e de fatos políticos, uma vez que é na luta que ele pode não somente atender aos anseios dos seus representados, mas garantir mesmo sua própria existência. Nessa linha, a entidade vem procurando ampliar a sua área de atuação e a sua clientela, o que guarda relação com o fato de que, cada vez mais, o MST vem sendo referido como o Movimento dos Sem-Terra, e não como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na prática, ele vem procurando se afirmar como um movimento popular mais amplo, não se voltando unicamente para os trabalhadores rurais. Com o lema "A reforma agrária é uma luta de todos", adotado no seu III Congresso, em 1995 (Stedile e Fernandes, 1999, p. 55), ele não apenas buscou obter o apoio da sociedade como um todo à luta pela reforma agrária, como passou a acolher igualmente trabalhadores de outros setores. Obter terras, isto é, a reforma agrária, portanto, passou a se constituir em uma alternativa também para trabalhadores urbanos desempregados.

CONCLUSÃO

Se é possível, ainda, falar em questão agrária no Brasil, é porque ela persiste como problema a ser resolvido. Por vezes, ela se torna imperceptível, deslocando-se momentaneamente para uma região de sombra. Tempos depois,

entretanto, reemerge impulsionada, via de regra, por conflitos e tensões sociais. A sua história deixa patente a dificuldade que o sistema político brasileiro tem encontrado para criar mecanismos institucionais de encaminhamento e de reconhecimento de demandas dos trabalhadores rurais. Empurra-os, assim, no sentido de ações que extrapolam, por vezes, os limites da democracia. Por outro lado, se tais ações são possíveis, é porque a reforma agrária, a perspectiva do acesso à terra, continua mobilizando fortemente esses trabalhadores, e mesmo não apenas eles, como se vê pela composição social dos ocupantes de terras, ao menos em algumas áreas. Essa mobilização é forte o suficiente para que esses trabalhadores se exponham, e também às suas famílias, a condições bastante precárias e a riscos consideráveis, algumas vezes por períodos prolongados, nos acampamentos. As ocupações representam, para eles, a possibilidade de um futuro distinto.

O MST é resultado disso. Não um resultado natural, inexorável, mas fruto de uma confluência específica entre determinadas condições objetivas e o trabalho político de atores diversos. Afirmado-se no cenário político, porém, ele se foi autonomizando desses mesmos atores, ofuscando alguns deles, obrigando outros a dele se diferenciar. Na verdade, ao mesmo tempo que resulta de uma dada configuração, o MST é também a sua causa, na medida em que, pela sua existência, abre aos trabalhadores, como um dos futuros possíveis, aquilo pelo que irão lutar: o acesso à terra.

NOTAS

1. Ver, por exemplo, *O Globo*, 26/3/2002.
2. Cf. <http://www.mst.org.br/informativos/minforma/ultimas8.html>.
3. Opera-se, entre as décadas de 1940 e 1980, uma inversão na distribuição proporcional das populações urbana e rural no Brasil. A população urbana, que representava 31,24% do total em 1940, evoluiu para 36,16% em 1950, 45,08% em 1960, 55,92% em 1970 e 67,57% em 1980 (IBGE, 1981, p. XXXI). É preciso ter em conta, entretanto, que parte da população urbana que migra para as cidades, instalando-se em suas periferias, continua desempenhando atividades no meio rural. Além disso, antigas áreas rurais, particularmente as próximas às grandes cidades, tiveram o seu estatuto alterado para urbano ainda que, ao menos em parte, nelas se conti-

- nuasse a desenvolver atividades agrícolas. Para uma crítica do caráter inexorável da urbanização no país, ver, por exemplo, Veiga (2002). Para uma relativização da noção de migração rural-urbana como via de mão única, ver Garcia Jr. (1989).
4. Os sindicatos vieram substituir as entidades civis, como as associações de lavradores, e pesaram para o declínio das ligas.
 5. Para uma análise da questão agrária no Brasil, no período anterior a 1964, ver, particularmente, Camargo (1981). Ver, também, Azevedo (1982), Bastos (1984), Dreifuss (1981), Forman (1979), Grynszpan (2002), Ianni (1975), Martins (1981), Medeiros (1989). Para um estudo das transformações agrárias nesse período, estendendo-se também por anos posteriores, ver Garcia e Palmeira (2001).
 6. Para um balanço do Estatuto da Terra e de seus efeitos sobre a questão agrária, ver os artigos contidos em Abramovay (1995). Ver, ainda, Medeiros (1989) e Minc (1985).
 7. Para uma etnografia de conflitos entre trabalhadores rurais e patrões na agroindústria de Pernambuco, em um contexto de desmobilização, ver Palmeira (1979).
 8. Segundo dados do IBGE, os estabelecimentos rurais com mais de 1.000 ha, que, em 1960, representavam apenas 0,97% do total, ocupavam 44,14% da área. Em 1980, representavam 0,92% do total, ocupando 45,1% da área. Por outro lado, os menores do que 100 ha, que representavam, em 1960, 89,47% do total, recobriam apenas 21,41% da área. Em 1980 essa correlação não se havia alterado significativamente, representando eles 89,43% do total e ocupando 20,14% da área (Cf. Grynszpan, 2002, p. 141).
 9. Sobre a retomada das mobilizações sociais no campo brasileiro após o golpe de 1964, ver Medeiros (1989). Ver também Martins (1981) e Minc (1985).
 10. Sobre fronteira, colonização e os conflitos sociais desta resultantes, ver Foweraker (1981), Ianni (1979), Martins (1980, 1981, 1984), Medeiros (1989), Minc (1985), Velho (1976 e 1981).
 11. Sobre a presença da Igreja Católica nas lutas sociais, no campo em particular, no período pós-1964, ver Comissão Pastoral da Terra (1985), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1980), Iokoi (1996), Lesbaupin (1983), Martins (1986, 1994 e 2000) e Paiva (1985).
 12. Sobre o MST ver, entre os diversos trabalhos, Fernandes (1999 e 2000), Medeiros (1989), Stedile (1997), Stedile e Fernandes (1999).
 13. Sobre o esvaziamento da reforma agrária na Nova República, ver Martins (1986) e Silva (1987).
 14. Palmeira e Leite (1997) fazem um estudo exaustivo das análises sobre a questão agrária no Brasil, nelas incluídas avaliações sobre a reforma agrária, particularmente dos anos 1970 em diante.
 15. Para algumas análises sobre assentamentos no Brasil, ver Medeiros, Barbosa, Esterci e Leite (1994), Medeiros e Leite (1999) e Schmidt, Marinho e Rosa (1998).
 16. Para um estudo mais detido da marcha, ver Santos, Ribeiro e Meihy (1998) e, particularmente, Chaves (2000).

BIBLIOGRAFIA

- Abramovay, Ricardo (org.). 1995. "Le Statut de la Terre (30 ans de questions agraires au Brésil)". *Cahiers du Brésil Contemporain*, número especial.
- Azevedo, Fernando. 1982. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bastos, Elide Rugai. 1984. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes.
- Brasil. Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Programa Nacional de Política Fundiária. 1983. *Coletânea: legislação agrária, legislação de registros públicos, jurisprudência*. Org. Maria Jovita Wolney Valente. Brasília, Presidência da República.
- Camargo, Aspásia de A. 1981. "A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)". In Fausto, Boris (dir.). *O Brasil Republicano, vol. 3: Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- Comissão Pastoral da Terra. 1985. *Conquistar a terra, reconstruir a vida*. CPT — Dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 1980. *Igreja e problemas da terra*. São Paulo: Paulinas.
- Dreifuss, René Armand. 1981. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes.
- Fernandes, Bernardo Mançano. 1999. *MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec.
- . 2000. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Forman, Shepard. 1979. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Foweraker, Joe. 1981. *The Struggle for Land: A Political Economy of Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to Present Day*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Garcia Jr., Afrânio Raul. 1989. *O Sul: caminho do roçado*. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasília: Marco Zero/UnB — CNPq.
- Garcia Jr., Afrânio Raul; Palmeira, Moacir. 2001. "Transformação agrária". In Sachs, Ignacy; Wilhelm, Jorge; Pinheiro, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Grynszpan, Mario. 2002. "Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República". In Gomes, Angela Maria de; Pandolfi, Dulce Chaves; Alberti, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ianni, Octávio. 1975. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- . 1979. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- IBGE. 1981. *Sinopse preliminar do censo demográfico: Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Iokoi, Zilda Gricoli. 1996. *Igreja e camponeses*. Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- Kornis, Mônica; Santana, Marco Aurélio. 2001. "Greve". In Abreu, Alzira Alves; Beloch, Israel; et alii (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Lavareda, José Antônio. 1991. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj.
- Lesbaupin, Ivo (org.). 1983. *Igreja, movimentos populares, política no Brasil*. São Paulo: Loyola.
- Martins, José de Souza. 1980. *Expropriação & violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec.
- . 1981. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes.
- . 1984. *A militarização da questão agrária no Brasil* (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes.
- . 1986. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec.
- . 1994. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec.
- Medeiros, Leonilde Sérvolo de. 1989. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase.
- Medeiros, Leonilde Sérvolo de; Barbosa, Maria Valéria; Franco, Mariana Pantoja; Esterci, Neide; Leite, Sérgio (orgs.). 1994. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp.
- Medeiros, Leonilde Sérvolo de; Leite, Sérgio (orgs.). 1999. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS.
- Minc, Carlos. 1985. *A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Zahar (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo).
- Moisés, José Álvaro. 1982. *Alternativas populares da democracia*. Petrópolis, São Paulo: Vozes/Cedec.
- Paiva, Vanilda (org.). 1985. *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola.
- Palmeira, Moacir Gracindo Soares. Dez. 1977. "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional". *Contraponto* (2).
- . Ago. 1979. "Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana". *Revista de Cultura e Política* (1).
- Palmeira, Moacir Gracindo Soares; Leite, Sérgio. Set. 1997. "Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária". *Debates CPDA* (1).
- Santos, Andrea Paula dos; Ribeiro, Suzana Lopes Salgado; Meihy, José Carlos Sebe Bom. 1998. *Vozes da Marcha pela Terra*. São Paulo: Loyola.
- Schmidt, Benício Viero; Marinho, Danilo Nolasco C.; Rosa, Sueli L. Couto (orgs.). 1998. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: UnB.
- Silva, José Gomes da. 1987. *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida.
- Stedile, João Pedro (org.). 1997. *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes.

- Stedile, João Pedro; Fernandes, Bernardo Maçano. 1999. *Brava gente*. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Veiga, José Eli da. 2002. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados.
- Velho, Otávio Guilherme. 1976. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel.
- . 1981. *Frentes de expansão e estrutura agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar.

O bolivarianismo dos antigos e o bolivarianismo dos modernos: o Brasil e a América Latina na década de 1990

Carlos Aurélio Pimenta de Faria

Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cidades da PUC-Minas.

Marco Aurélio Cepik

Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em sua célebre conferência de 1818, proferida no Ateneu Real de Paris, Benjamin Constant argumentava que os “modernos” estariam impossibilitados de desfrutar a “liberdade dos antigos”, caracterizada pela “participação ativa e constante do poder coletivo”. Aos “modernos” caberia o privilégio do “exercício pacífico da independência privada”, as decisões e negócios públicos ficando a cargo dos representantes do povo (Constant, 1985, p. 15). Tratava-se não apenas de ressaltar as virtudes e a inevitabilidade da democracia representativa, mas também de reforçar o princípio da contenção do Estado, tão caro ao liberalismo. A impossibilidade do exercício da democracia direta seria definida, entre outros fatores, pelas próprias dimensões e complexidade do *locus* democrático contemporâneo, o Estado-nação.

Em tempos ditos pós-modernos, de intensa multiplicação dos fluxos transnacionais, de aceleração dos processos de regionalização e de redefinição do papel do Estado nacional, a questão da complexidade, abrangência e legitimidade dos processos e instâncias decisórias parece instaurar novas fracturas, que geram e abrigam vertentes aparentemente contraditórias, como globalização e (neo) localismos, fragmentação de Estados e identidades e uma variedade de movimentos de desfragmentação.

Como é bem sabido, fragmentação e busca de desfragmentação caracterizam a história da América Latina pelo menos desde os movimentos independentistas do início do século XIX. Se o processo de descolonização da América Latina implicou a idealização de uma Grande Nação e a tentativa de se conformarem distintas ligas de países, uma vez definidos e consolidados os Estados nacionais, não se extinguiram os exercícios de resgate da utopia bolivariana, ainda que o viés pragmático pareça ter suplantado a perspectiva utópica original. Assim, a última década do século XX, definida,

num plano mais amplo, pela configuração de uma ordem mundial simultaneamente multipolar, na esfera econômica, e unipolar, na político-militar, parece marcada na região pela multiplicação de acordos intra e inter-regionais, nem sempre convergentes, e pela intensificação e aprofundamento de processos de regionalização iniciados anteriormente, em um cenário que, por ora, talvez possamos caracterizar como de um bolivarismo redivivo.

Final do Preâmbulo I. Um breve *intermezzo* em três atos:

Ato 1: O bolivarismo dos antigos

Cenário: Panamá, 1826: O Congresso Anfictiônico.

Protagonista: Simon Bolívar, proclamado “O Libertador”, orquestrador ausente do evento.

Trama: Se a primeira grande expressão do ideal integracionista acalentado por Simon Bolívar é a chamada “Carta da Jamaica” ou “Profética”, escrita em 1815 em seu exílio caribenho, em que se vislumbrava a formação da “maior nação do mundo”, o Libertador, feito presidente da Grã-Colômbia, convoca os países americanos, através da “Circular de Lima”, a se reunirem no Panamá para a discussão de um futuro comum para a região, para a formação de uma liga das nações americanas. O idealismo subjacente, contudo, já era temperado pelo realismo desde a Carta de 1815, que propugnava o apoio externo de “uma nação liberal que nos empreste sua proteção” (apud Bellotto & Corrêa, 1983, p. 19). O realismo germinava à sombra da ameaça européia, avultada no Congresso de Verona, de 1822, quando diversas nações do Velho Mundo decidiram pela recolonização da América. Se a reação inglesa, capitaneada por Canning, foi importante, a proclamação pelo presidente norte-americano do pan-americanismo da chamada “Doutrina Monroe” passaria a impregnar todo o desenvolvimento dos países ao sul do Rio Grande, pautando inclusive, na década de 1990, os Atos 2 e 3, esboçados abaixo.

Apesar das resistências e temores, o governo monárquico do Brasil foi também convidado a participar do Congresso Anfictiônico, assim como, na

qualidade de convidados especiais, representantes dos Estados Unidos e Inglaterra. Do Congresso acabam participando apenas o México, as Províncias Unidas da América Central, o Peru e a Grã-Colômbia (Nova Granada, denominada Colômbia a partir de 1863, Panamá, Venezuela e Equador) (Doratioto, 1994). Se o caráter reativo do bolivarismo dos antigos deixaria marcas profundas, como se verá nos próximos Atos, não deixa de ser irônico o fato, ou talvez melhor, o prenúncio, de Bolívar estar, simultaneamente, empenhado na conformação de uma federação andina. Dito de outra maneira, Bolívar, que buscava a criação de uma Grande Nação que abarcasse as ex-colônias, articulava também, paralelamente, a conformação de agregados menores de países da região.

Cena final: Vitória da ação desagregadora das oligarquias locais e incapacidade de reversão do processo de fragmentação da América Espanhola. Contudo, se na reunião do Panamá não se chegou a resultados concretos, o Congresso consagraria princípios que, nas décadas subsequentes, seriam reiteradamente evocados (Aleixo, 2000).

Atos 2 e 3, em planos sobrepostos: O(s) bolivarismo(s) dos modernos e o neo-pan-americanismo

Ato 2: O(s) bolivarismo(s) dos modernos

Protagonistas: Brasil e coadjuvantes

Cenário de abertura: Assinatura da Ata de Buenos Aires, em julho de 1990, na qual os presidentes da Argentina e do Brasil decidem pela criação de um mercado comum bilateral até o final de 1994.

Cena final: Realização, a convite do presidente do Brasil, da primeira reunião de chefes de Estado da América do Sul, Brasília, agosto 2000.

Trama: Dando completude e amplificando o processo de aproximação entre Brasil e Argentina, iniciado ainda sob a vigência de regimes militares nos dois países, mas que é dinamizado após a redemocratização de ambos na década de 1980 e sacramentado pela Ata de Buenos Aires de 1990, é firmado em março de 1991 o Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum

do Sul. O Mercosul tornar-se-ia o epicentro da estratégia acalentada pela diplomacia brasileira de conformação de um regionalismo aberto¹ capaz de, no novo cenário pós-Guerra Fria, garantir uma autonomia mínima ao país e um maior protagonismo na cena internacional. Vislumbrava-se a possibilidade de expansão do bloco pela incorporação de outros países sul-americanos. A este plano de ação sub-regional veio se agregar, em 1992, o anúncio pelo Brasil da Iniciativa Amazônica, que pretendia o estreitamento das relações econômicas entre os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978, quais sejam: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Em 1993, o protagonismo regional do Brasil uma vez mais é destacado pelo lançamento da proposta de criação da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana), que, ampliando o escopo da Iniciativa Amazônica, buscava promover uma “rede de acordos de livre comércio” (Mello, 2002) entre os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), da Comunidade Andina e o Chile. A partir de meados da década de 1990, dá-se na América Latina um significativo adensamento dos acordos comerciais de “segunda geração”,² intra e inter-regionais, de onde se destacam, por sua diversidade, as iniciativas da parte de Chile e México, ainda que tomadas por motivos distintos (ver Baumann, 2001). Paralelamente, tem seqüência o diálogo inter-regional entre o Mercosul e a União Européia, deslanchado em 1992 por iniciativa da diplomacia brasileira. Com a questão comercial avultando-se na agenda internacional latino-americana, o Brasil, em mais um lance de instrumentalização da diplomacia presidencial, convida os chefes de Estado sul-americanos para a reunião de Brasília em 2000, quando seriam discutidas questões relativas à democracia, à construção de uma infra-estrutura regional e formas de cooperação política. Se o presidente brasileiro busca politizar a agenda, o porta-voz da “revolução bolivariana”, o presidente venezuelano Hugo Chávez, busca ideologizá-la.

Parece plausível afirmar, assim, que o “bolivarismo dos modernos” tem um tom acentuadamente pragmático, e que o Brasil, ainda que não superadas de todo aquelas resistências e temores verificados quando da encenação do Ato 1, passa a capitanear o processo. Persiste, porém, um certo bolivarismo ideológico, que marca a retórica e a estratégia política do presidente venezuelano. Nota-se, também, que o “bolivarismo dos modernos” é predomi-

nantemente sul-americano, posto que o México e os países da América Central e do Caribe se encontram progressivamente imantados pela grande força centrípeta do Norte.

Porém, os Atos 2 e 3 transcorrem em planos sobrepostos, e engrenagens nas coxias, ligadas aos fluxos financeiros e comerciais internacionais, aos organismos multilaterais e aos deslocamentos geopolíticos, têm feito com que o terceiro Ato cada vez mais se desenrole em primeiro plano. Por isso, como se verá, é necessário reconhecer, ainda, que o “bolivarismo dos modernos”, assim como o dos antigos, é também de natureza eminentemente reativa. O movimento dos planos parece implicar o progressivo e ainda inconcluso asfixiamento da estratégia brasileira de robustecimento do regionalismo sub-regional (Mercosul) e sul-americano.

Ato 3: O neo-pan-americanismo

Protagonista: os Estados Unidos da América e seu “destino manifesto” redivivo.

Cenário de abertura: Lançamento, em junho de 1990, da “Iniciativa para as Américas” do presidente George Bush (1989-1992), que visava à criação de uma Zona de Livre Comércio Hemisférica, que se estenderia do Alasca à Terra do Fogo.

Cena final:...

Trama: Se a “Iniciativa para as Américas” de Bush pai faz com que sejam aceleradas as negociações para o estabelecimento do Mercosul, bem como repensadas as suas ambições, as opções criadas para o regionalismo brasileiro nos primeiros anos da década de 1990 vêem-se reforçadas pela convocação, pelo governo norte-americano, da “Cúpula das Américas”, ocorrida em dezembro de 1994, que colocaria oficialmente em marcha as negociações para a criação, até 2005, da Alca (Área de Livre Comércio das Américas). No início de 1994, havia entrado em vigor o Nafta (*North American Free Trade Agreement*), para o qual confluíam as ambições e interesses de diversos países latino-americanos, notadamente Chile e Argentina.

Neste jogo de ação e reação, a estratégia inter-regional ganha fôlego à medida que as negociações hemisféricas assumem uma maior concretude. Imediatamente após a realização da “Cúpula das Américas”, a União Européia propõe ao Mercosul o aprofundamento das negociações entre os blocos. Em 1995 é firmado o acordo-quadro, e em 1999 formaliza-se o início das negociações para a liberalização comercial (Mello, 2002). Uma vez inauguradas as discussões oficiais para a conformação da Alca, a “estratégia brasileira consistiu essencialmente em adiar ao máximo o início efetivo tanto das negociações substantivas quanto dos prazos para a liberalização. Adicionalmente, o Brasil buscou fortalecer sua posição de barganha em relação aos Estados Unidos, tentando, de um lado, angariar o apoio de outros países participantes das negociações, e, de outro lado, alterar a estrutura do processo negociador, mantendo os mesmos objetivos que haviam sido estabelecidos no contexto do Plano Bush, em 1990” (Mello, 2002, p. 8).

O jogo dos planos nestes dois atos sobrepostos confirma a impossibilidade, reiteradamente destacada pela literatura, de se analisar as relações do Brasil com a América Latina sem levar em consideração os Estados Unidos. Em outras palavras, é imperativo perceber estas interações como essencialmente triangulares (Ricuero, 1995). Se o pan-americanismo da Doutrina Monroe tinha um claro substrato geoestratégico, no sentido da transformação do hemisfério em área de influência norte-americana, em um cenário de ameaça de recolonização, o neopan-americanismo da Alca, não prescindindo de uma nova retórica da liberdade, apregoada ao som do mantra das virtudes do livre comércio, do mercado e da democracia, também tem o objetivo de garantir a hegemonia dos EUA sobre a região.

Preâmbulo II: Diretrizes e inflexões da política externa brasileira na década de 1990

Antes que estes dois últimos atos possam ser explorados de maneira mais analítica e menos caricata, nas próximas seções faz-se necessário apresentar, sucintamente, as principais diretrizes e inflexões da política externa brasileira na década de 1990, período que também foi caracterizado pelo aprofundamento do processo de “latino-americanização” das estratégias de inserção

internacional do país. Porém, parece-nos importante apresentar antes alguns dados relevantes que nos permitirão qualificar melhor essa inflexão.

A julgar por alguns indicadores de intercâmbio econômico, parece ter sido benéfico ao país o estreitamento dos laços com os vizinhos latino-americanos, processo esse dinamizado na segunda metade da década de 1980 pelo governo Sarney (1985-1990). Se em 1990, em termos de valor, 11,35% das exportações brasileiras haviam sido destinadas à América Latina, origem de 17,22% das importações do país no mesmo ano, em 2000, apesar das oscilações da década, as exportações brasileiras para a região haviam atingido o patamar de 24,75% das exportações totais, ao passo que as importações feitas pelo país da região chegavam a 21,07% do total. Ademais, se em 1990 as relações comerciais do Brasil com a região geraram um déficit de pouco mais de 305 milhões de dólares, em 2000, depois de acentuadas oscilações, o país conseguiu um superávit de quase 1,2 bilhão de dólares. Alguns outros dados parecem importantes neste sentido: se em 1990, ainda em termos de valor, 79,1% das exportações totais do Brasil eram constituídas de bens industriais, essa porcentagem no que diz respeito às exportações do país para a América Latina era de 91,4%. Em 2000, apesar das variações da década, essas cifras haviam subido, respectivamente, para 81,1% e 94,8%.

Contudo, talvez o dado mais significativo seja o seguinte: em 1990 o Brasil exportou aos Estados Unidos mais do dobro do exportado para a América Latina, e para a União Européia quase o triplo do exportado para a região. Já em 2000, o valor das exportações brasileiras para a América Latina foi um pouco maior do que o daquelas destinadas aos Estados Unidos e à União Européia. Numa palavra, em 2000 a América Latina havia se tornado o principal destino das exportações do país, intercâmbio esse que gerou um superávit não desprezível, ao passo que, neste mesmo ano, o Brasil teve déficit tanto em seu comércio com os EUA quanto com a UE. Na verdade, a despeito da grande instabilidade no desempenho do comércio exterior brasileiro durante os anos 1990, é a partir de 1993 que o superávit comercial do país com a América Latina supera aquele do intercâmbio com os EUA e com a UE. E mesmo nos anos 1995 e 1996, quando o país tem déficits no seu intercâmbio com a região, esses déficits são, em termos de valor, muito menores do que aqueles registrados em relação aos EUA e à UE (Cepal, 2002). Estes

dados sem dúvida ilustram o fato de que, se com o fim da Guerra Fria a América Latina perde sua importância geoestratégica, o mesmo não pode ser dito em relação à relevância da região para o Brasil.

Retomando a questão proposta acima, é importante frisar que, a despeito da polêmica que ainda subsiste a respeito dos graus de continuidade e da suposta radicalidade da inflexão da política exterior do país a partir dos anos Collor de Melo (1990-1992), nos parece correto afirmar que as estratégias internacionais brasileiras estiveram centradas na articulação dos seguintes planos: o sub-regional (via Mercosul, em uma dinâmica que ora priorizava o aprofundamento controlado ora a expansão do bloco), o regional (a proposta de criação da Alcsa e as demais negociações sul-americanas), o hemisférico (a conformação da Alca) e o inter-regional (as negociações entre o Mercosul e a União Européia). Mas se a nova postura internacional dos governos brasileiros na década de 1990 caracterizava-se pela centralidade conferida aos arranjos de integração econômica, ela também foi profundamente marcada pela adesão aos regimes internacionais, tanto na área de segurança — culminando na assinatura, em 1998, do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, quanto nas de comércio e de proteção dos direitos humanos e do meio-ambiente (Mello, 2000a).

Como o objetivo deste trabalho é fazer um balanço sucinto das relações entre o Brasil e a América Latina na década de 1990, esta segunda grande vertente da estratégia de inserção internacional do país, calcada na maior participação nos fóruns multilaterais, não será analisada sistematicamente aqui (ver, entre outros, Pinheiro, 2000, e Ferreira, 2001).

Cabe destacar, contudo, como sugere a articulação dos distintos planos, que o processo de “latino-americanização” da política externa brasileira, que remonta ao governo José Sarney mas que tem suas origens nos anos Kubitschek (1956-1961), não implica o abandono do legado universalista tão caro à diplomacia brasileira (nem, como vimos, o menosprezo dos fóruns multilaterais). Ao contrário, parece correto afirmar, seguindo Lessa (1998), que este processo de (re)valorização do universalismo seletivo, que definitivamente não se restringe à dinamização das relações com nossos vizinhos, não significa uma autolimitação da presença internacional do país, mas sim uma “estratégia de racionalização” dos vínculos, supostamente capaz de ga-

rantir a uma potência média, ou país intermediário, como o Brasil uma posição mais vantajosa, ou pelo menos não tão prejudicial, nas negociações inevitáveis em um mundo crescentemente interdependente.

Em outras palavras, se o universalismo seletivo havia sido, do pós-guerra até o final da década de 1980, instrumentalizado pela diplomacia brasileira como “válvula de escape”, no sentido de expressar a adaptabilidade das estratégias e parcerias implementadas pelo país às fugidias oportunidades e aos constrangimentos internacionais, durante a década de 1990 — caracterizada pela expectativa de uma substituição da lógica político-militar e ideológica que regia o sistema internacional pela prevalência da lógica econômica —, o universalismo seletivo deixa de ser estratégia apenas complementar, assumindo o *status* de uma das “qualificações principais” da inserção internacional do país.

Segundo diversos autores, a ascensão de Collor à presidência, em 1990, marcaria, no que tange à política externa do país, a ruptura do consenso, articulado de forma mais sistemática a partir de meados dos anos 1970, com a adoção do chamado “pragmatismo responsável” durante o governo do general Geisel (1974-1979), em torno da estruturação de um projeto de inserção internacional autonomista, calcado na busca de uma presença ativa e independente no sistema internacional (ver, entre outros, Hirst & Pinheiro, 1995, e Lima, 1994). Em um tom mais incisivo, Cervo refere-se ao abandono, no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, do “paradigma de relações internacionais do Estado desenvolvimentista a favor do paradigma neoliberal”, caracterizado pela “adoção de um processo de modernização concebido pelo centro em substituição à formulação da inteligência local, consubstanciada no tradicional pensamento da Cepal” (2000, p. 5-6).

No mesmo diapasão, que acaba por ressaltar as supostas similaridades e linhas de continuidade da política externa implementada pelos três presidentes da década de 1990, Ferreira afirma que a ação da diplomacia brasileira está hoje “subordinada às diretrizes fundamentais da política macroeconômica que se vem praticando”. “A adesão ao ‘pensamento único’ e o mergulho no *mainstream* são os elementos que conformam a postura real — qualquer que seja a retórica que se utilize, dissimulando os fatos para pretender (...) marcar posição de independência frente à política norte-americana” (2001, p.

14). Segundo esse autor, o entorpecimento da capacidade de ação internacional autônoma do país deve-se, principalmente, ao excessivo peso dado à visão economicista da inserção internacional do país, negligenciando a “Grande Estratégia” lastreada pela manipulação de recursos de poder mais tradicionais. Como se verá, ao longo da década de 1990 processa-se a adoção tanto de um novo conceito de autonomia quanto de uma nova concepção de soberania, processo esse que sem dúvida marginaliza perspectivas como esta defendida por Oliveiros Ferreira.

A referida ruptura do consenso faz com que o paradigma autonomista (pelo menos em sua versão da busca de uma “autonomia pela distância”) não mais venha a ser sistematicamente invocado na década de 1990, dadas as implicações das transformações do sistema internacional e do cenário doméstico, do esgotamento do modelo de desenvolvimento substitutivo de importações e da maré montante do ideário neoliberal. Porém, teria vida curta o realinhamento mais explícito promovido no princípio do governo Collor, calcado em um discurso “modernizante” e pautado pelo estilo personalista do presidente e pela busca de impactos imediatos. Esses fatores foram responsáveis por uma mudança brusca que alijou a corporação diplomática da formulação dos marcos conceituais da política externa brasileira, colocando em recesso a tradicional “lógica institucional” de formação discursiva, conceitual e estratégica dos parâmetros para a atuação internacional do país (Arbilla, 2000). Talvez possa ser dito que, inicialmente, o presidente Collor teria ressuscitado uma espécie de “americanismo ideológico” (Silva, 1995), ou melhor, “primeiro-mundismo ideológico”, na definição da agenda externa do país, o que seria explicado, entre outros fatores, pela concepção dos EUA como alfa e ômega da ordem mundial pós-Guerra Fria, pelo objetivo de romper com a imagem terceiro-mundista do país, e pelo voluntarismo do presidente, na expectativa de que “a adoção das regras dos países desenvolvidos tanto na agenda doméstica quanto externa (...) bastaria para garantir a participação do país” nos núcleos decisórios internacionais (Arbilla, 2000, p. 353). A política internacional de Collor buscava a consecução de três objetivos: (1) a atualização da “agenda internacional do país de acordo com as novas questões e o novo *momentum* internacional, (2) construir uma agenda positiva com os Estados Unidos e (3) descaracterizar o perfil terceiro-mundista do Brasil” (Hirst & Pinheiro, 1995, p. 6).

O rápido desgaste sofrido pelo presidente Collor, associado a outros fatores, fez com que, a despeito da progressiva politização e fragmentação do processo de formulação da política exterior do Brasil, a corporação diplomática, também cindida, viesse a reassumir um papel de maior destaque neste processo. Assim, passou a ser recuperada a idéia da necessidade de se instrumentalizar melhor a política externa para o desenvolvimento do país, sendo que, aos poucos, se consolidava a auto-identificação do país como mediador ou “construtor de consensos” no cenário internacional, sendo resgatada a condição do Brasil de “país de contrastes”.

Apesar da ênfase dada pelo sucessor de Collor, Itamar Franco (1992-1994), à política doméstica, neste “governo de transição” foram mantidas as diretrizes adotadas pela diplomacia brasileira após a “reformulação conceitual” mencionada, que incluía a revalorização do conceito de democracia e a ênfase no desenvolvimento sustentável e na cooperação para o desenvolvimento (Arbilla, 2000). Da concepção acalentada inicialmente por Collor de um mundo unipolar (Batista, 1993), passa-se à de um cenário internacional de “polaridades indefinidas”, em que não estava definido de antemão o lugar de cada país e ator (Lafer & Fonseca Jr., 1994). Essa mudança de perspectiva lastreia os esforços do país, na segunda metade da década, no sentido de buscar assumir um lugar de maior destaque nas principais arenas decisórias mundiais, como se verá a seguir.

Segundo Saraiva (2000), a principal inflexão sofrida pela política externa brasileira com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência (1995-2002) teria sido a aceitação de um novo conceito de “soberania partilhada”, distinto da acepção clássica do termo e que implicava a concordância com a idéia de que, dada a consolidação e universalização de determinados valores, os Estados estariam sujeitos às normas e regras definidas pelos regimes internacionais. Assim, tornou-se central para a corporação diplomática do país a superação definitiva de um conceito de autonomia que visaria, segundo a crítica feita pelo novo paradigma, ao isolamento e à auto-suficiência, sendo então necessária a adoção de uma estratégia de “autonomia pela integração.”³ É reafirmada a concepção do Brasil enquanto um *global trader* e dinamizada a perspectiva do país atuando como um *global player*.

Contudo, como o nosso objetivo aqui é fazer uma breve caracterização da política externa brasileira durante a década de 1990, não avançaremos mais nesta importante discussão acerca das continuidades e rupturas do discurso e da prática da política exterior do país no período. Parece-nos necessário destacar, porém, que o lugar assumido pela América Latina na política externa brasileira deve ser analisado no contexto das novas orientações conceituais. Em resumo, parecem úteis duas caracterizações gerais das estratégias seguidas pelo Brasil durante a década, propostas por Lima (2000) e Pinheiro (2000), cada qual, no entanto, parecendo privilegiar apenas uma das duas grandes vertentes da atuação internacional do país, quais sejam: (a) a ênfase no regionalismo aberto, ou na articulação dos planos de interação sub-regional, regional, hemisférica e inter-regional, e (b) uma participação mais intensa do país nos regimes internacionais e fóruns multilaterais.

Segundo Lima, a abertura comercial promovida por Collor de Melo marca uma ruptura da política externa brasileira, inaugurando uma fase de “integração competitiva”, caracterização essa que enfatiza a primeira das duas vertentes mencionadas. Mudanças internacionais, como a globalização e a pressão norte-americana pela harmonização internacional das políticas domésticas, e internas, como a liberalização política e a abertura econômica do país, teriam alterado a própria natureza da política exterior brasileira. Isso porque, além de seu tradicional papel de representação de interesses coletivos na arena internacional, ela passa a ter que “negociar interesses setoriais, inserindo-se diretamente no conflito distributivo interno” (Lima, 2000, p. 295). A política doméstica adquire uma nova centralidade no processo de formação da política externa, acarretando duas implicações que se reforçam mutuamente, quais sejam, a politização da política exterior e uma redução potencial da tradicional autonomia desfrutada pelo Ministério das Relações Exteriores na condução da política externa.

A segunda caracterização geral da política externa brasileira da década de 1990 a que nos referimos é aquela proposta por Pinheiro (2000), que denomina o “novo paradigma” da política exterior do país de “institucionalismo pragmático”. Essa caracterização tende a privilegiar a segunda das duas grandes vertentes assinaladas. A autora trabalha com a seguinte hipótese:

(...) mais uma vez, a diplomacia foi buscar na tradição a sua lógica de atuação. Diferentemente do passado, entretanto, um novo continuísmo se estabelece, agora não mais pela fidelidade aos paradigmas históricos [globalismo e americanismo], ambos superados, nem mais em função da luta pela sobrevivência do modelo de ISI [Industrialização pela Substituição de Importações], este igualmente superado, mas ainda em função dos princípios realistas da política externa que irão, no interior do projeto neoliberal, tentar preservar a lógica da autonomia (Pinheiro, 2000, p. 312).

O “institucionalismo pragmático”, ao procurar ampliar a presença e o impacto da participação brasileira no sistema internacional através das instituições (ONU, OMC, entre tantas outras), estaria tentando preservar parte da tradição diplomática do país ao instrumentalizar a política externa na busca do desenvolvimento nacional e na garantia de margens de autonomia para o Brasil.

Esperava-se que, uma vez superado o *credibility gap* do Brasil pela concretização de uma certa liderança regional, pela consolidação de sua democracia e pela plena aceitação dos principais acordos internacionais (ou, dito em outras palavras, pela vinculação do país aos regimes nas áreas de segurança, direitos humanos, meio ambiente e comércio), o Brasil ganhasse uma “autonomia pela participação”, estando presente nas principais mesas de negociação e participando dos processos decisórios que garantiriam a reconfiguração da ordem mundial e permitiriam uma melhor defesa dos interesses do país.

Esboçado este breve panorama da política externa brasileira da última década, justificado pela necessidade de se compreender a dinamização dos vínculos do país com seus vizinhos latino-americanos no contexto das estratégias mais amplas das relações internacionais do Brasil, definidas não apenas pela tradição diplomática, mas também pela mobilização dos interesses domésticos e pela natureza e magnitude dos constrangimentos e oportunidades do cenário internacional, passamos, a seguir, a discutir esta aproximação de acordo com seus instrumentos ou planos básicos.

Na próxima seção, será analisada a estratégia sub-regional, destacando-se os objetivos e as dinâmicas do processo de conformação do Mercosul. Na

seção subsequente, trataremos da estratégia regional, analisando a proposta brasileira de criação da Alcsa e algumas das demais negociações sul-americanas. Nas considerações finais, será feito um balanço rápido do entrechoque do(s) bolivarismo(s) dos modernos com o neopan-americanismo corporificado pela proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas, resgatando a pantomima em três atos apresentada no *intermezzo* acima.

Porém, antes de passarmos às próximas seções, cabe ressaltar a pertinência do seguinte questionamento: os processos que serão priorizados abaixo dariam mesmo conta da essência do relacionamento do Brasil com os demais países latino-americanos durante a década de 1990?

A resposta parece-nos positiva quando três fatores são levados em consideração: (a) a importância marginal que tem sido atribuída à Organização dos Estados Americanos (OEA), mais bem caracterizada como institucionalização do pan-americanismo, ou, dito de outra forma, em que tendem a prevalecer os interesses e diretrizes norte-americanos (ver Santos, 1998); (b) o eclipsamento do Sela (Sistema Econômico Latino-Americano), criado em 1975 para ser um “mecanismo de consulta e coordenação das posições da América Latina, tanto nos organismos internacionais como ante terceiros países e agrupamentos de países”, com competência nos âmbitos econômico e social, e que daria sentido ao regionalismo latino-americano de viés desenvolvimentista (Souto Maior, 1996, p. 117); e (c) o esvaziamento do Grupo do Rio, criado em 1986, que seria o “foro mais representativo da região latino-americana para questões políticas”, posto que estruturado para garantir aos países membros uma maior mobilidade e independência diante das pressões norte-americanas (Borges, 2001).

O PLANO SUB-REGIONAL: NASCIMENTO, VIDA E AGONIA DO MERCOSUL

Antes de mais nada, é necessário que se diga que o Mercado Comum do Sul não é apenas a “principal iniciativa da política externa brasileira no último decênio e o mais bem-sucedido esforço de integração na América Latina” (Vaz, 2002, p. 18), sendo para muitos o mais exitoso processo de integração dos países em desenvolvimento. O Mercosul é também o epicentro das es-

tratégias de inserção internacional formuladas para o país no pós-Guerra Fria, tanto em sua vertente principal, a comercial e econômica, quanto na política, uma vez que a liderança do Brasil sobre um bloco econômico cujo desempenho passa a produzir indicadores expressivos de sucesso realçaria as pretensões do país de agir efetivamente como um *global player*. É importante que se diga, também, que o Mercosul passa a ser o instrumento, o exemplo, o indutor e o maior parâmetro para a definição/instrumentalização da aproximação entre Brasil e América Latina.

Aqui não nos interessa tanto nem a notável *performance* comercial do Mercosul nos primeiros anos da década de 1990, segundo alguns indicadores,⁴ nem a controvérsia acerca do fato de esses dados francamente positivos refletirem a “criação” de comércio no âmbito do bloco econômico ou tão somente o seu “desvio” (ver, entre outros, Vaz, 2001 e Sabbatini, 2001). A velocidade do crescimento do comércio intrabloco é relevante em nossa análise apenas na medida em que este processo garante uma maior visibilidade ao Mercosul, ampliando sua capacidade de atração e a importância estratégica do empreendimento para os países envolvidos (e mobilizando também, como parece inevitável, o interesse e a cautela da parte de outros países e blocos, como se verá). Dito de outra forma, e ainda que se possa ressaltar uma suposta exacerbação do viés econômico/comercial das estratégias internacionais do país durante a década de 1990, daremos ênfase nesta seção às variáveis políticas e estratégicas do processo de integração do Cone Sul, destacando o fato de a integração não ser um fim em si, mas também instrumento para a materialização de objetivos outros, que transcendiam a esfera sub-regional e mesmo a regional.

Desta perspectiva mais ampla, é recorrente na literatura a interpretação segundo a qual as negociações que levaram à criação do Mercosul teriam sido a culminância do processo de superação da tradicional rivalidade entre Brasil e Argentina, sendo a integração pensada como elemento central para a consolidação da democracia nos países membros. Como enfatiza Vizentini (2001), contudo, a aproximação entre os dois países, que constituem os principais sustentáculos do bloco, não pode ser pensada como *resultado* da redemocratização desses países, uma vez que tal processo tem suas origens em negociações que levaram à assinatura de acordos bilaterais durante o

governo Médici (1969-1974) e, mais especificamente, com a resolução definitiva da disputa política acerca do aproveitamento dos recursos energéticos da bacia do rio Paraná, através do acordo de 1979 sobre Itaipu e Corpus, que concretiza e ao mesmo tempo acelera o processo de *confidence building* entre os dois países. Tal processo pavimenta o caminho para que a crescente convergência entre os interesses e estratégias de Brasil e Argentina, ainda governados *manu militari*, pudesse se transformar, durante os governos Sarney e Alfonsín (1983-1989), em uma aliança cujos objetivos foram, em certa medida, desvirtuados durante a última década do século, como se verá.

É importante recordar também, ainda que com brevidade, o fato de a experiência do Mercosul, a despeito de suas singularidades, ser tributária de processos anteriores de integração econômica regional, que remontam à década de 1950, com os primeiros ensaios dos países centro-americanos no sentido da busca de complementaridade e com a Cepal assumindo o papel de *think-tank* regional, passando pela criação da Alalc (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), em 1960, do Pacto Andino, em 1969, e pela transformação da Alalc em Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), em 1980, entre outros processos de menor expressão (ver, entre outros, Vaz, 2000, e Barbosa, 1996).

Contudo, o aprofundamento do processo de acercamento que desembocaria na criação do Mercosul, conduzido no plano bilateral por Argentina e Brasil, teria como marcos mais imediatos o Programa de Integração e de Cooperação Econômica, de 1986, o Tratado de Integração, de 1988, e a Ata de Buenos Aires, de 1990. Há que se ressaltar, porém, o forte viés reativo desse processo, uma vez que fatores extra-regionais contribuíram decisivamente para a definição dos propósitos, do ritmo e da abrangência da integração almejada. Muito sinteticamente, trata-se de registrar o impacto da entrada em vigor do acordo de livre comércio entre Estados Unidos e Canadá, em 1989, da perspectiva de incorporação de outros países do hemisfério, como constante da “Iniciativa para as Américas” de George Bush, de 1990, da expectativa quanto à criação de uma “fortaleza Europa” a partir de 1993, como anunciada no Ato Único Europeu (1986), bem como das dificuldades nas negociações para a liberalização do acesso a mercados na Rodada Uruguaí e para a regulação de alguns setores no âmbito do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) (Almeida, 2001).

A Ata de Buenos Aires é importante não apenas por ter sacramentado o interesse de conformação do mercado comum bilateral e definido as suas principais diretrizes, mas também por ter reduzido para exíguos quatro anos os prazos previstos pelo Tratado de 1988 para a criação do espaço econômico comum (dez anos). Se o ritmo do processo de integração foi significativamente acelerado, tendo sido considerado por muitos como francamente irrealista, a natureza da integração planejada também foi profundamente alterada. Se o processo anterior era pautado por uma concepção “dirigista” e “flexível”, a integração arquitetada pelos governos de Carlos Menem (1989-1999) e Fernando Collor de Melo assume feições claramente livre-cambistas, passando a ser automático o desmantelamento das barreiras existentes.

O Tratado de Assunção, que cria o Mercosul, incorporando Uruguaí e Paraguai, reproduz as diretrizes básicas definidas pelos acordos anteriores, garantindo a reciprocidade política e a igualdade de direitos e obrigações entre os quatro países-membros, a despeito de sua flagrante assimetria (Almeida, 1998 e 2001). Contudo, o multilateralismo implantado não ensejou em nenhum sentido, como demonstra Vaz, a “distribuição da capacidade de influência e de decisão no processo negociador”, prevalecendo as diretrizes acordadas por Brasil e Argentina (2002, p. 277). O Chile, dada a incompatibilidade do perfil linear de sua tarifa única e exclusiva (11%) com as bem mais elevadas médias tarifárias de Brasil e Argentina, opta por não ingressar no bloco sub-regional, passando a jogar as suas fichas em uma negociação comercial bilateral com os EUA, o qual, ao longo da década de 1990, exerce um jogo de sedução e adiamento pautado, entre outros fatores, pelo interesse de barrar a expansão e o fortalecimento do Mercosul.

Neste trabalho não nos interessa tanto o processo negociador que levou à implantação do Mercosul, nem a institucionalização dessas negociações no âmbito quadripartite. Cabe recordar, contudo, que o processo de negociações bilaterais entre Brasil e Argentina e a posterior incorporação dos outros dois sócios ao Mercosul sinalizam uma mudança clara em relação aos principais processos de integração ensaiados anteriormente na América Latina, como exemplificado pela Alalc e pela Aladi, na medida em que a integração deixa de ser uma questão puramente econômica, assumindo uma nítida conotação política (Vaz, 2000). Neste sentido, passa a ser crucial a ruptura

livre-cambista promovida no início dos governos Menem e Collor, justificada formalmente pelo objetivo de ampliar a competitividade externa da sub-região, por intermédio da criação e maximização de vantagens competitivas das economias dos países-membros. Vizontini qualifica essa ruptura de maneira incisiva: “uma integração de perfil desenvolvimentista foi transformada num instrumento de política econômica neoliberal” (2001, p. 13).

Nos governos Alfonsín e Sarney, o planejamento da cooperação bilateral, para além de sua instrumentalização no processo de consolidação da democracia reconquistada, destacava os seguintes objetivos: buscar minimizar a crescente marginalização da América Latina no sistema internacional, através da formulação de respostas diplomáticas comuns aos desafios externos; a busca de complementaridade comercial; ensejar fluxos de desvio de comércio; e cooperação no âmbito tecnológico e em projetos específicos. Almejava-se, assim, a criação de mecanismos conjuntos de desenvolvimento industrial e tecnológico, sendo a abertura comercial pensada de forma gradual e equilibrada (Vizontini, 2001, p. 12).

Contudo, a despeito do viés livre-cambista dado posteriormente à integração e da sua perspectiva inicial de sustentáculo do projeto neoliberal de “modernização”, com o *impeachment* de Collor e a posse do presidente Itamar Franco, o Mercosul passa a encarnar com maior nitidez um caráter estratégico mais abrangente, sendo a integração pensada como capaz de “impor regras à globalização”, deixando de ser “apenas um instrumento útil para acelerar o processo de liberalização da economia brasileira” (Hirst & Pinheiro, 1995, p. 14). Para Mello, o Brasil teria sido o “único país da América Latina que, de alguma forma, resistiu a todas as iniciativas dos Estados Unidos para a região, mantendo os mesmos objetivos estabelecidos em 1990: assegurar a atuação conjunta do Mercosul para fortalecer seu poder de barganha nas negociações com Washington; evitar a defecção da Argentina; tentar alterar a natureza unilateral da proposta norte-americana; e impedir que o bloco sub-regional pudesse vir a ser diluído caso a área de livre comércio hemisférica fosse efetivamente deslançada” (Mello, 2002, p. 2-3).

Paulo Roberto de Almeida (2001), analisando os dez anos de existência do Mercosul, sugere a possibilidade de se pensar a trajetória do bloco ao longo da década de 1990 em três etapas, quais sejam: (a) uma fase de transição,

prevista no próprio Tratado de Assunção, que se encerraria em 1994; (b) a conformação da união aduaneira, em 1995, que corresponderia, na realidade, a uma “segunda transição”, uma vez que foram sendo definidos espaços de “tempo adicional para que fossem completados os requisitos de uma zona de livre-comércio completo e de uma união aduaneira acabada” (p. 8); e (c) uma fase de crise política e econômica iniciada com a desvalorização da moeda brasileira, em janeiro de 1999, e com a ameaça subsequente de dolarização da Argentina (etapa de crise essa aguçada pela dramática deterioração da situação na Argentina a partir de 2002 e pela drástica redução dos fluxos comerciais intrabloco que se seguiu).

A primeira fase seria marcada, da perspectiva brasileira, não apenas pela grande relevância comercial assumida pela sub-região e pelo maior comprometimento com as negociações para que o Mercosul pudesse se transformar em uma união aduaneira, mas também pela ampliação do diálogo e da cooperação com os demais países da América Latina. Nesta segunda vertente, como se verá na próxima seção, destacam-se as iniciativas tomadas pelo Brasil no sentido de uma mais profunda articulação entre os países sul-americanos, através da Iniciativa Amazônica e da proposta de criação da Alcsa (Área de Livre Comércio Sul-Americana). Datam ainda do governo Itamar Franco: a adoção de medidas que poriam fim ao histórico distanciamento entre Brasil e Venezuela, através dos Acordos de Cooperação bilateral de 1993 e 1994; o acordo com a Bolívia regulando a compra de gás natural pelo Brasil e tratando da construção do gasoduto entre os dois países; a criação da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia (1994); e a “tentativa de incorporar o Chile ao projeto de integração latino-americana” (Hirst & Pinheiro, 1995, p. 16). No que diz respeito à questão de Cuba, Franco buscou intensificar as relações entre os dois países e defendeu uma “política de mão estendida e não isolamento político e econômico”.

Porém, afirmar que o Mercosul passa, a partir da deposição de Collor, a ser instrumentalizado em estratégias de inserção internacional mais abrangentes não significa dizer que foram integralmente resgatados os objetivos definidos quando do estreitamento dos laços entre Brasil e Argentina durante os governos de Sarney e Alfonsín. A transformação do bloco em uma união aduaneira (imperfeita), em 1995, ilustra bem o ponto. Se a diplomacia bra-

sileira enxergava na união aduaneira um mecanismo capaz de fortalecer o poder de barganha do país nas negociações hemisféricas, sendo também elemento chave da estratégia/ambiçãõ brasileira de conquistar mais autonomia e uma maior projeção global, ao colocar o país “no mapa dos blocos internacionais” (Mello, 2002, p. 4), interpretações distintas têm sido suscitadas. Uma segunda perspectiva, que não exclui necessariamente a anterior, envolve a concepção de que, em um contexto de priorização da abertura econômica, a criação de uma união aduaneira seria parte de uma estratégia de *lock-in*, na medida em que a vinculação de reformas liberalizantes a acordos internacionais teria como objetivo, entre outros, barrar a possibilidade de retrocesso na implementação do modelo de desenvolvimento “extrovertido” (ver, entre outros, Mello, 2002, e Batista, 1994).

Ao processo de aprofundamento do bloco seguiram-se, a partir de 1995, renovadas iniciativas para o alargamento do Mercosul, que tiveram como objetivo aumentar o poder de barganha do Brasil no processo de conformação da Alca. Em 1996, Chile e Bolívia firmaram acordos de associação ao Mercosul (Venezuela e Equador também viriam a manifestar o seu interesse). Em 1998, Mercosul e Comunidade Andina (CAN) assinam um Acordo Quadro prevendo a criação de uma zona de livre comércio entre os blocos a partir de 2000. No que diz respeito à perspectiva de integração hemisférica, a estratégia brasileira envolveu, como já se viu, a busca do adiamento do início efetivo das negociações e o avanço das tratativas com a União Européia.

Mas, se a desvalorização do real em janeiro de 1999 marca o início da fase de crise política e econômica do bloco, as dificuldades já se anunciavam antes, dada a atração exercida pelo Nafta, notoriamente sobre a Argentina e o Chile, sempre cortejado pelo Mercosul, e o espectro da constituição da Alca. Outros fatores também turvavam o horizonte, emperrando a evolução do processo negociador da região: a crise financeira no México (1994), Ásia (1997) e Rússia (1998), os problemas domésticos como desemprego, as diferenças entre os regimes cambiais de Argentina e Brasil e a própria complexidade da agenda integracionista.

Aqui cabe recordar, ainda que de maneira sucinta, que, ao longo da década de 1990, Brasil e Argentina, mesmo sustentando conjuntamente o projeto Mercosul, mantiveram posições e estratégias internacionais claramente

divergentes. Essas divergências podem, *grosso modo*, ser sintetizadas da seguinte maneira: a postura de franco alinhamento da Argentina aos EUA, justificada pela concepção de “realismo periférico” que daria o sustentáculo para a política externa do governo Menem, e que pode ser sintetizada pela célebre menção do chanceler argentino Guido di Tella às *relaciones carnales* que o país cultivava com a potência do Norte. No caso do Brasil, destaca-se a pretensão, sempre vocalizada pela diplomacia, particularmente nos governos Franco e Cardoso, de fortalecimento da postura do país como um *global trader* e como *global player* (ideais esses que, para críticos mais ácidos, teriam se restringido ao âmbito da retórica).⁵

Estas divergências, somadas à resistência das autoridades brasileiras à maior institucionalização do Mercosul — por exemplo com a criação de instituições supranacionais —, funcionaram ao longo dos anos 1990 como elementos que fragilizaram uma mais eficaz instrumentalização do bloco sub-regional em favor dos interesses da diplomacia brasileira de usar o Mercosul como plataforma para garantir e ampliar o impacto do universalismo das estratégias de inserção internacional do país. Veiga chega mesmo a afirmar que a reticência e a falta de iniciativa do Brasil para a dinamização do aprofundamento da associação sub-regional teriam sido o principal fator explicativo para os resultados limitados do Mercosul (apud Mello, 2002). Para Mello (2002), tal postura era derivada, entre outros motivos, do cerceamento da autonomia do Ministério das Relações Exteriores, ocasionado pela priorização dada à estabilidade macroeconômica.

As divergências entre as estratégias de Brasil e Argentina e a própria postura brasileira não deixavam de minar a credibilidade do projeto integracionista do Cone Sul. Neste cenário, o aguçamento da crise econômica na Argentina, em finais da década, e o fato de as autoridades argentinas terem passado a responsabilizar a desvalorização do real pela crise azedariam as relações entre os dois países. Como resposta, foram ensaiadas diversas propostas para se “relançar” o Mercosul, ou seja, para a reconstrução de seu sentido estratégico comum. Mas, se a credibilidade do projeto sub-regional muitas vezes esteve à prova, assentado que era em bases que se mostravam frágeis quando eram considerados critérios outros que não aqueles relativos aos fluxos comerciais, o colapso da Argentina em 2002 suscitaria reações

igualmente divergentes. Por um lado, passa a haver uma maior sintonia entre determinados atores quanto à relevância do Mercosul, em um contexto inicial de recusa dos órgãos financeiros internacionais e dos EUA de “socorrerem” a Argentina, sintonia essa também pautada pela percepção de que o fim da convertibilidade do peso argentino implicava a eliminação de importante barreira para a convergência não só das estratégias internacionais dos dois países, mas também de suas políticas macroeconômicas. Por outro lado, não foram poucos aqueles que declaravam “morto” o bloco (em janeiro de 2002, o economista chileno Sebastian Edwards afirmava que o “Mercosul deveria ser limitado a uma competição de futebol” — in: Relnet, *Resenha Económica* 07/2002). Declarando o apoio e a solidariedade do Brasil à Argentina, em junho de 2002 Fernando Henrique Cardoso convocava uma reunião de ministros para a criação de um programa de ação capaz de “manter viva a chama” do bloco.

Na próxima seção, discutiremos de maneira mais sistemática a estratégia latino-americanista, ou melhor, sul-americanista, adotada pelo Brasil na década de 1990. Essa estratégia de fomento de uma maior integração entre os países da região, também de caráter marcadamente reativo, foi pautada pela concepção de que os fatores e eventos extra-regionais que davam forma à iniciativa brasileira influenciariam também as percepções e estratégias dos vizinhos, gerando incentivos para a cooperação. Contudo, o protagonismo assumido pelo Brasil não deixou de despertar em alguns países, notadamente a Argentina, um certo receio. Segundo Bernal-Méza, por exemplo, na Argentina o projeto brasileiro de criação da Alcsa era visto como “uma pretensão de fazer da América do Sul a sua própria Alca” (1998, p. 96).

O PLANO REGIONAL: O CURTO VERÃO DA AMÉRICA DO SUL PARA O BRASIL

A julgar pelos discursos do presidente da República e do ministro das Relações Exteriores em meados da década de 1990, assim como por alguns artigos posteriores de diplomatas brasileiros (ver, por exemplo, Lampreia, 1998 e Danese, 2001), o sucesso do Mercosul, a estabilização monetária interna e a presença diplomática em múltiplos fóruns multilaterais, regionais e bilate-

rais estavam tornando o Brasil um ator internacional “respeitado, vigoroso, ativo e grandioso”. O sucesso da estratégia de busca da “autonomia pela integração” seria evidente, para esses autores, considerando-se, por exemplo, o tratamento privilegiado concedido ao Brasil na crise financeira de 1998-1999, a boa acolhida dos governantes da América do Sul ao convite para a reunião de cúpula de Brasília em 2000 e as declarações de apoio à candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Deixando de lado os exageros retóricos e a autocomplacência com que os membros da equipe presidencial exaltavam o bom desempenho da política externa brasileira durante a presidência Fernando Henrique Cardoso,⁶ a tentativa brasileira de redefinir sua inserção internacional a partir do exercício de uma liderança regional consistente na América do Sul produziu resultados limitados ao final do período considerado (1985-2000). Sustentar plenamente tal afirmação obviamente demandaria muito mais evidências e argumentos do que é possível fornecer nessa seção, mas no mínimo ela serve para iniciar um debate sobre os resultados das iniciativas regionais de integração econômica e sobre o desempenho dos governos brasileiros da década de 1990 no âmbito da segurança regional.

Antes, porém, será necessário lembrar um pouco da *rationale* que levou ao abandono do conceito de “América Latina” em favor da ênfase no pertencimento sul-americano do país. Como vários outros aspectos da Constituição brasileira de 1988, o parágrafo único do Artigo 4º dos Princípios Fundamentais (“A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”) logo se tornou um incômodo sintoma de terceiro-mundismo a ser eliminado segundo a nova ênfase liberal do discurso diplomático dos anos 1990. Em busca de um conceito mais “operacional” para a atuação na região, desde o governo Collor passou-se a denunciar a invenção do conceito de América Latina por Napoleão III quando de sua aventura imperial no México, propondo-se a concepção da América do Sul como a nossa “verdadeira” circunstância (Reis, 1997, p. 41).

Essa transição conceitual foi concluída no governo do presidente Itamar Franco, podendo ser sintetizada na breve trajetória que vai da chamada Iniciativa Amazônica, anunciada durante a VI Reunião de Cúpula do Grupo do

Rio, realizada em Buenos Aires em dezembro de 1992, até a proposta de criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa), igualmente anunciada durante uma reunião do Grupo do Rio, realizada em outubro de 1993 em Santiago do Chile.

Como foi mencionado no Ato 2 do *Intermezzo* que serve de introdução ao texto, a Iniciativa Amazônica visava basicamente a uma maior aproximação entre os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica de 1978, nomeadamente Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Em termos econômicos, a iniciativa brasileira correspondia a um primeiro esforço sistemático de complementação da estratégia de integração sub-regional representada pelo Mercosul. Afinal, revigorar o vetor norte de integração com os países setentrionais da América do Sul tornara-se premente num momento em que o Grupo Andino (PIB de US\$ 171 bilhões em 1991) e o Grupo dos Três (México, Colômbia e Venezuela) procuravam avançar o livre-comércio em seus próprios espaços sub-regionais diante dos ventos liberalizantes no comércio mundial. Além de potencial mercado para as exportações de bens industrializados brasileiros, no começo da década de 1990 já se estimava que um novo ciclo de crescimento da economia brasileira demandaria importações e parcerias para um melhor aproveitamento do potencial energético dos países andinos e da fronteira norte, desde gás peruano e boliviano até o petróleo venezuelano e equatoriano, passando pelo carvão colombiano (Vizentini, 1996).

A segunda motivação básica da Iniciativa Amazônica de 1992 foi mais diretamente política, na medida em que a coordenação de posições sobre a Bacia Amazônica (7,2 milhões de quilômetros quadrados) na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio-92) se impunha como necessidade, uma vez que o Brasil abarca “apenas” 60% dos ecossistemas amazônicos, sendo o restante distribuído por outros oito países da região. Embora substituída no ano seguinte pela proposta de constituição da Alcsa, a Iniciativa Amazônica teve pelo menos duas conseqüências positivas ao longo da década de 1990. Em primeiro lugar, criou condições para a formulação de diversos projetos de integração física com os países vizinhos, os quais ainda hoje estruturam a política territorial brasileira na região Norte. Em segundo lugar, resgatou o Tratado de Cooperação Amazônica do limbo, culminando

em 1998 na sua transformação em organização com personalidade jurídica internacional e uma secretaria permanente sediada em Brasília (Montenegro, 2000, e Ministério das Relações Exteriores, 1998).

No caso da Alcsa, a proposta brasileira previa a convergência paulatina dos países envolvidos em acordos sub-regionais do Mercosul, Iniciativa Amazônica, Pacto Andino e negociações bilaterais (especialmente o Chile) na direção de uma zona de livre comércio plena num prazo de dez anos. Segundo Flavia Mello (2000b, p. 135-143), quando o chanceler Celso Amorim formalizou a proposta de criação da Alcsa, na reunião do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (Aladi), em fevereiro de 1994, ficou acertado que as negociações seriam conduzidas no âmbito da Aladi e que as reduções de tarifas seriam lineares, automáticas e progressivas, devendo abarcar cerca de 80% do comércio intra-regional, embora pudessem se dar em ritmos diferenciados, dependendo dos níveis de desenvolvimento e das particularidades dos intercâmbios dos países envolvidos.

Do ponto de vista do governo brasileiro, a proposta de criação da Alcsa era uma resposta direta à percepção de que a Iniciativa das Américas do presidente americano George Bush e o North American Free Trade Agreement (Nafta) exerciam uma forte atração sobre países importantes da região, principalmente Argentina, mas também Chile, Colômbia e outros mercados potenciais cujo aproveitamento dependia de uma política ativa desde Brasília. Dando o México como perdido, ao menos temporariamente, em função de sua adesão ao Nafta, a operacionalização de um novo conceito de pertencimento sul-americano através da Alcsa permitiria ao Brasil aprofundar os laços com a Argentina, no vetor sul, e com a Venezuela, no vetor norte, numa manobra de consolidação regional concebida pela diplomacia brasileira para garantir uma “reserva de autonomia” ao país.

Entretanto, diversos tipos de problemas comprometeriam quase de saída a viabilidade da proposta. O próprio anúncio da Alcsa, na reunião do Grupo do Rio, feito sem prévia consulta aos parceiros do Mercosul, quando o bloco já negociava sua transformação numa união aduaneira a partir de janeiro de 1995, irritou os parceiros sub-regionais e levou o Uruguai a forçar a suspensão das negociações sobre a Tarifa Externa Comum (TEC). Con-

tudo, as incertezas quanto à forma de inserção dos demais países da Aladi foram finalmente superadas e os países membros do Mercosul concordaram com a proposta brasileira de estabelecer as preferências tarifárias em bloco. Porém, o “unilateralismo da iniciativa brasileira já demonstrava que a nova prioridade conferida ao objetivo da expansão de suas relações com a América do Sul poderia vir a colocar em segundo plano o objetivo de garantir a coesão do agrupamento sub-regional já formado” (Mello, 2000b, p. 140).

Em vez de aprofundar e fortalecer suas parceiras na região, Brasília tentou superar a insegurança dos países vizinhos em relação ao seu unilateralismo através de um discurso diplomático sobre a “iniciativa sem pretensões de liderança por parte do Brasil”, questão essa que perpassa os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Contudo, o país não conseguiu dissipar os velhos fantasmas do “subimperialismo” brasileiro, não tendo, tampouco, conseguido exercer de fato uma liderança percebida como necessária por boa parte dos governos e povos da região. Obviamente isso não é suficiente para explicar o fracasso e o rápido abandono por parte do Brasil da proposta de constituição da Alcsa, mas trata-se de problema real no relacionamento com os países vizinhos, vício sempre transformado em virtude pela diplomacia brasileira através de sua valorização da “manutenção dos graus de liberdade” decorrentes da baixa institucionalização dos arranjos cooperativos e do não engajamento em situações conflitivas (Pinheiro, 2000).

Talvez a percepção desse tipo de problema fosse mesmo difícil em 1994-1995, quando a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso por uma ampla coalizão de centro-direita e o sucesso inicial do programa de estabilização monetária baseada na âncora cambial garantiam crescimento econômico para o Brasil e tornavam atrativo o Mercosul, a despeito das dificuldades no relacionamento político com a Argentina de Menem. De fato, para os objetivos finais de constituição plena da Alcsa até 2005, pareciam indicadores promissores tanto a disposição manifestada pela Bolívia e pelo Chile de se associarem ao Mercosul quanto os primeiros ensaios de aproximação entre Mercosul e União Européia.

Assim, a explicação mais elementar para o abandono de quaisquer referências à área de livre comércio sul-americana no discurso diplomático brasileiro depois de 1995-1996 envolve, de um lado, a escolha tácita do governo

brasileiro por negociações que, no limite, seriam bilaterais e, de outro lado, os desdobramentos do anúncio feito pelo governo Clinton na Reunião de Cúpula Hemisférica, realizada em Miami em dezembro de 1994, de que os Estados Unidos pretendiam aprofundar as negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) até 2005. Com uma diplomacia agressiva, a força atrativa de uma economia que crescia a taxas bastante altas para um país desenvolvido e déficits comerciais de centenas de bilhões de dólares ao ano, Washington aos poucos logrou neutralizar a iniciativa sul-americana do Brasil. Como semelhante atração era exercida pela União Européia, estratégias “individualizadas” de negociação em múltiplos arranjos liberalizantes, tais como praticadas pelo México e pelo Chile, começaram a parecer mais bem sucedidas do que o alinhamento da Argentina, o bolivarismo pragmático do Brasil ou, mais ao final do período, o bolivarismo ideológico da Venezuela. As dificuldades na negociação em bloco entre o Mercosul e a Comunidade Andina entre 1995 e 1999 formam um dramático contraste com a rapidez — menos de dois meses — com que o Brasil negociou seu próprio acordo com a Comunidade Andina em 1999, reforçando exemplos anteriores, como o da própria Argentina, que em 1997 decidira renegociar individualmente suas preferências tarifárias com o México (Mello, 2000b, p. 189).

Nesse sentido, não foi apenas o Mercosul que se viu crescentemente enfraquecido como mecanismo de coordenação sub-regional de políticas de integração econômica e liberalização comercial nos últimos anos da década de 1990, mas sim todos os arranjos desse tipo no continente (Mercosul, Comunidade Andina, Grupo dos Três, Mercado Comum Centro-Americano, Caricom e, com especificidades, o próprio Nafta).⁷

Obviamente, além da tardia opção brasileira pela ação individual e da crescente assertividade dos Estados Unidos em sua tentativa de “disciplinar” o hemisfério, um terceiro elemento importante na desconstituição — ao menos temporária — da América do Sul como ator internacional relevante sob a liderança do Brasil foi a profunda crise econômica e social que se propagou em ondas a partir das crises financeiras de 1997-1999, colocando em xeque os modelos de estabilização monetária sem crescimento sustentado da renda *per capita* e do PIB na região. Inicialmente mais grave na região andina e na América Central, a crise atinge fortemente todos os países latino-ameri-

canos ao final da década, sendo que em muitos casos veio acompanhada de séria instabilidade institucional e política (Carrillo, 2001).

Nesse contexto de dificuldades crescentes, como explicar o otimismo do governo brasileiro diante da Reunião de Cúpula da América do Sul, convocada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para Brasília em setembro de 2000?

Além de ocorrer num ano de relativa melhoria da situação econômica brasileira, após o choque da desvalorização cambial de 1998-1999, a Cúpula refletiu também o momento propício de “relançamento” do Mercosul com base na chamada Declaração de Buenos Aires de abril de 2000, através da qual Brasil e Argentina concordavam em retirar suas disputas da Organização Mundial do Comércio (OMC), reforçavam o acordo automotivo de março, fixavam prazos para a redução da Tarifa Externa Comum (TEC) de bens de capital e insumos e iniciavam medidas de coordenação macroeconômica. Nesse sentido, a primeira cúpula presidencial da história da América do Sul poderia até ser parte de uma estratégia de ampliação e aprofundamento da integração econômica no plano regional, mas como o foco da reunião foi predominantemente político, centrado no tema da democracia e do diálogo regional, seu saldo mais concreto e duradouro foi a discussão dos projetos de integração física entre os países da região, que necessitariam de investimentos de 12 bilhões de dólares, segundo um estudo de 1995 conduzido pelo BID.⁸

Sintoma dos tempos e das escolhas realizadas na década de 1990, a Cúpula da América do Sul foi marcada pela reiteração de que o Brasil não pretende exercer a liderança no subcontinente, o que talvez explique por que ela contribuiu tão pouco para fortalecer a posição do Brasil na III Reunião de Cúpula das Américas, realizada em Quebec em abril de 2001, quando ficaram ainda mais evidentes os conflitos de interesse entre o Brasil e os Estados Unidos no que diz respeito ao ritmo e aos resultados substantivos das negociações para a formação da Alca, ficando também mais explícitas as fragilidades da posição brasileira.⁹

Nos últimos dois anos do governo Fernando Henrique Cardoso (2001-2002) foi ficando cada vez mais evidente que a diplomacia brasileira para a América do Sul era plena de gestos e intenções (muitas vezes excessivamente

sutis para serem compreendidos mesmo pelos seus aliados mais próximos), mas impotente do ponto de vista da capacidade econômica e militar do governo federal de sustentar compromissos pragmáticos com os países vizinhos. A agenda de segurança, por exemplo, cada vez mais marcada pela regionalização *de facto* do conflito colombiano e pela pressão dos Estados Unidos para a securitização integrada do combate ao narcotráfico, terrorismo, insurgências e crime organizado, esbarrou na ausência de uma política brasileira de defesa nacional minimamente integrada e compatível com a manutenção da capacidade combatente de suas forças armadas, reduzindo a relevância do Brasil nas situações em que ele não pode ser apenas o facilitador de um processo de paz já em andamento, como no caso do conflito entre Peru e Equador em 1995-1998.¹⁰

Assim, se a capacidade efetiva do Brasil de exercer um maior protagonismo regional acabou se mostrando mais limitada do que o idealizado, as estratégias de integração sub-regional e sul-americana capitaneadas pelo país, ponto central de sua política externa e simultaneamente elemento catalisador e produto esperado da liderança regional articulada, também parecem não ter redundado nos sucessos almejados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o bolivarismo dos antigos, como visto na introdução deste ensaio, apesar de cogitar a “proteção” externa de uma grande potência, guarda um certo paralelismo com a “liberdade dos antigos”, como definida por Benjamin Constant, no sentido de uma mais significativa participação dos indivíduos (ou Estados, para ajustarmos a metáfora à nossa análise) na gestão cotidiana dos assuntos comuns, as discussões precedentes parecem indicar que a ressurgência e/ou aprofundamento dos projetos integracionistas na América Latina na década de 1990 se deu sob a égide do pragmatismo. O bolivarismo apregoado pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, de viés acentuadamente ideológico e antinorte-americano, permaneceu isolado, tendo encontrado respaldo apenas em Cuba. Contudo, é importante recordarmos aqui que a Iniciativa para as Américas de George Bush, que inicialmente encon-

trou forte resistência nos próprios Estados Unidos, em função do impacto interno fragmentador do processo de ratificação do Nafta, foi acolhida de maneira entusiástica pelos países latino-americanos, sendo exceções apenas Cuba, o México, já incluído pelo Nafta, e o Brasil (Albuquerque, 2001).

Se no início do século XXI o destino do bolivarismo “pragmático” dos modernos talvez pareça similar ao do bolivarismo utópico dos antigos, qual seja, a fragmentação e a prevalência dos interesses particulares, de um outro ângulo, resgatando a necessidade de se analisar as relações do Brasil com a América Latina sempre em contraponto com as estratégias/interesses norte-americanos, ou seja, como relações triangulares, parece correto notarmos que, nos anos 1990, o neopan-americanismo corporificado pelo Nafta e pela Alca suscitou respostas mais positivas e constantes entre os latino-americanos do que as iniciativas oriundas do Sul, inequivocamente capitaneadas pelo Brasil. Neste sentido, a baixa repercussão regional do “chavismo” apenas ilustra o ponto.

Note-se, contudo, que por cautela e prevenção quanto à imagem/estigma do Brasil como *outsider*, ou como “meio-irmão”, e/ou para não evocar os temores do “subimperialismo” que o país suscitava nos vizinhos em décadas anteriores, as autoridades brasileiras sempre foram discretas e evitaram se apropriar do poder de agregação simbólica de heróis alheios, evitando sublinhar o viés bolivarista de suas estratégias. O governo equatoriano, contudo, demonstrou não necessitar de tanta cautela ao convocar para o dia 26 de julho de 2002 uma cúpula, a segunda, dos presidentes sul-americanos.

A chamada *Cumbre de Guayaquil*, agendada para que a Comunidade Andina (CAN) e o Mercosul pudessem tentar superar os impasses de seu processo de aproximação, seria realizada no dia e na cidade em que, 180 anos antes, se encontraram pela única vez os libertadores Simón Bolívar e José de San Martín. CAN e Mercosul deveriam, segundo o ministro das Relações Exteriores do Equador, “competir juntos, según los ideales de unión y libertad que propugnaron Bolívar y San Martín” (in Relnet, Relatório Especial 33/2002). Tal iniciativa, acionando mecanismos simbólicos muito mais abrangentes e significativos que aqueles instrumentalizados pela Venezuela, guarda uma ironia talvez reveladora, que ressalta o viés retórico da proposta, uma vez que parte de um país que adotou a dolarização de sua economia.

Se o bolivarismo ideológico de Chávez e o retórico do Equador mostram-se tão débeis, resta-nos questionar o suposto pragmatismo das iniciativas brasileiras, que ao longo da década de 1990 se mostraram incapazes de evidenciar e instrumentalizar a solidariedade regional e de servir de contraponto efetivo ao neopan-americanismo.¹¹

No começo do século XXI, a política brasileira para a América Latina parece, assim, demandar uma profunda revisão, não apenas em função da limitação de suas realizações e de suas debilidades intrínsecas, mas também e decisivamente porque o contexto internacional muda profundamente depois dos atentados terroristas nos Estados Unidos, em setembro de 2001, da campanha global antiterrorista que se seguiu e dos efeitos da recessão e do recrudescimento do protecionismo nos países mais desenvolvidos.

Alentados por sua nova “missão global”, os EUA de Bush filho parecem ter perdido o pudor em demonstrar o unilateralismo de suas iniciativas, não aderindo ao Protocolo de Quioto, rompendo o Tratado de Mísseis Antibalísticos e acentuando o protecionismo de sua economia, por exemplo pela criação de salvaguardas que restringem a importação de aço, pela adoção de uma nova legislação que amplia de maneira significativa os subsídios à agricultura e pela restritíssima autorização Trade Promotion Authority (TPA) dada pelo Congresso para que o presidente norte-americano possa firmar acordos comerciais internacionais. Se a exacerbação do protecionismo dos EUA tem grande reverberação no comércio mundial, quando muito pelo exemplo e pela disparidade com o seu tradicional discurso livre-cambista, a nova conjuntura parece trazer renovados (e ambíguos) alentos à estratégia bolivarista brasileira.

Em maio de 2002, Fernando Henrique Cardoso afirmava, na abertura de um encontro da Iirsa (Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul), fórum que reunia empresários e representantes dos governos de 12 países sul-americanos para discutir a integração da infra-estrutura regional: “existe uma certa revivescência de tendências protecionistas e nós devemos responder a elas com uma intensificação da inter-relação de nossa própria região”. O tom, contudo, era bem menos ambicioso que em pronunciamentos anteriores: “talvez hoje seja mais fácil acertos [sic] que digam respeito à integração física do que os tratados comerciais, que são tão complexos”.¹²

Esta postura mais cautelosa (ou desiludida), que contrasta tão fortemente com a afirmação do chanceler brasileiro em 1994, de que “estamos condenados à grandeza” (Celso Amorim, apud Mello, 2000b, p.142), talvez não denote o objetivo de adotar uma postura de menor protagonismo regional, mas parece sinalizar a incorporação de uma atitude mais realista, posto que o que era pragmatismo segundo a ótica brasileira demonstrou não ter encontrado na região o respaldo esperado. Essa nova postura parece ser confirmada por aquilo que Albuquerque considerou a “maior mudança ocorrida em nossa política externa nos últimos vinte anos” (2001, p. 18), qual seja, a diluição da posição voluntariosa e soberba acerca da integração hemisférica, segundo a qual, na já célebre frase de Celso Lafer, o Mercosul seria um destino, ao passo que a Alca seria apenas uma opção. Essa mudança, oficializada pela intervenção do presidente Cardoso na III Reunião de Cúpula das Américas, realizada em Quebec em abril de 2001, seria de abandono de uma postura de desqualificação e veto em relação à Alca, com a adoção de uma “posição de participação conflituosa”, a qual seria o resultado de uma mudança nas percepções dos próprios atores domésticos. A mudança seria decorrente, também, da idéia de que a Alca,

... de patinho feio e candidata a “lanterninha” dos exercícios de negociações em que o Brasil se veio envolvendo nos últimos vinte anos — ATT/OMC, Mercosul, Mercosul/UE, Mercosul/parceiros da Aladi — revelou-se o único que restou sobre a mesa. De fato, entre 2000 e 2001, a Rodada do Milênio abortou, o Mercosul passou a marcar passo, senão a retroceder, as negociações com a Comunidade Andina empacaram por falta de consenso entre os parceiros do Mercosul e, com a UE, até recentemente, por falta de flexibilidade na questão da Política Agrícola Comum (Albuquerque, 2001, p. 18).

Na virada do século, estavam debilitadas as vertentes latino-americanistas do regionalismo continental, e a peça-chave da estratégia brasileira, o Mercosul, defrontava-se, dada a “deterioração de seus instrumentos e de sua imagem”, com a perspectiva de cair paulatinamente na irrelevância, em um processo de “aladificação” do bloco, como denominado por Felix Peña, ou de se diluir em face da eventual conformação da integração hemisférica (apud Souto

Maior, 2002). Ainda que, de uma perspectiva mais abrangente acerca das estratégias globais dos EUA pós-11 de setembro, seja factível questionar a prioridade conferida pelo país à Alca e as limitações dos instrumentos dados ao presidente Bush filho para efetivamente concretizá-la, o balanço da década de 1990 parece mostrar que, pelos motivos já discutidos, o neopan-americanismo rompe o novo século como estratégia regionalista continental preponderante (ressalte-se, ainda, que tem sido freqüente na região a denúncia de uma política deliberada dos EUA de isolamento do Brasil e de busca de “balcanização” da América Latina).

Se na década de 1970 o Brasil era o *key country* da política norte-americana para a América do Sul, posto que supostamente encarregado de preservar a ordem e a estabilidade da *Pax Americana* na região (Ricupero, 1995), a estratégia dual adotada pela Argentina durante a era Menem, de alinhamento aos EUA e fomento ao Mercosul, também pode ser interpretada como de corte à posição de *key country*. Contudo, se vários outros países sul-americanos, ainda que não pleiteando papel de liderança sub-regional, deixaram-se magnetizar pela vertente neopan-americanista, o México, sem fazer alarde de sua posição, mas adotando uma estratégia também dual, de integração ao Nafta e de grande articulador de acordos bilaterais não apenas com países e blocos da região, parece iniciar o novo século, se não como *key country* declarado ou como mediador oficial das relações dos EUA com a América Latina, pelo menos como modelo a ser emulado pelos demais países da região.¹³

Não parece pertinente especularmos aqui sobre os desdobramentos futuros deste intrincado e volátil processo de entrelaçamento entre as vertentes latino-americanistas e neopan-americanistas do regionalismo continental. Talvez possamos apenas, para finalizar, expressar o temor de que tais desdobramentos possam tornar adequado o resgate de uma expressão cunhada por Simon Bolívar para denominar a fugaz “primeira República” venezuelana: *Pátria Boba*. Se até a primeira tentativa de libertação do jugo colonial poderia ser denominada de *boba* por Bolívar, que acalentou ideais bem mais ambiciosos, também Benjamin Constant, um reconhecido apologista do liberalismo (e que uma vez chamou Bolívar de “usurpador mantido no poder a ferro e fogo” — apud Ludwig, 1943, p. 296), alertava os seus leitores/ouvintes, no célebre ensaio já mencionado, quanto a um

perigo similar: “O perigo da liberdade moderna está em que, absorvidos pelo gozo da independência privada e na busca de interesses particulares, renunciemos demasiado facilmente a nosso direito de participar do poder político” (Constant, 1985, p. 23).

(A redação deste ensaio foi finalizada em julho de 2002.)

NOTAS

1. O regionalismo que havia prevalecido na América Latina até a década de 1980, pensado como mecanismo para a ampliação dos mercados nacionais e, portanto, como auxiliar do processo de desenvolvimento por substituição de importações, é muitas vezes classificado como “fechado”. Segundo definição da Cepal, “regionalismo aberto” é “um processo de crescente interdependência econômica no nível regional, impulsionado tanto por acordos preferenciais de integração como por outras políticas em um contexto de abertura e desregulamentação, com o objetivo de aumentar a competitividade dos países da região e de constituir, na medida do possível, um cimento para uma economia internacional mais aberta e transparente” (Rosenthal, 1995, p. 49). Em outras palavras, trata-se da “passagem de um regionalismo autocentrado para o regionalismo associado à abertura e às reformas econômicas domésticas” (Vaz, 2002, p. 106).
2. Os acordos entre países são usualmente classificados segundo o objeto negociado. Seriam “acordos de primeira geração” aqueles “centrados principalmente na eliminação de restrições ao movimento de bens (preferências comerciais), enquanto os ‘acordos de segunda geração’ consideram não apenas concessões comerciais, mas também a redução de barreiras em outras áreas, como procedimentos comuns para compras governamentais, direito de propriedade e administração de políticas de concorrência” (Baumann, 2001, p. 457).
3. Mesmo mostrando-se resistente às rotulações, Luiz Felipe Lampreia (1994-2001), ministro das Relações Exteriores do governo Fernando Henrique, afirma ser possível resumir o sentido principal da política externa de Cardoso na busca de “autonomia pela integração” (Lampreia, 1999, p. 89). Tal denominação é pertinente por sugerir uma linha de continuidade, ao indicar a suposta manutenção de uma certa distância do país em relação aos EUA, e por abarcar tanto a mudança, no sentido de uma adesão mais plena às normas e regimes internacionais, como os esforços de integração sub-regional e sul-americana (Mello, 2000a). Cabe observar, porém, que desde meados dos anos 1970 a diplomacia brasileira se orientava para novos e diversificados eixos de relacionamento sul-norte, sul-leste e sul-sul (Vizentini, 1999). Nesse sentido, há que se ter cuidado com a caracterização do suposto “isolacionismo” da orientação diplomática anterior a 1990.
4. Dados da secretaria-geral da Aladi mostram que, na década de 1990, o comércio intra-Mercosul cresceu 336%, passando de US\$ 4,1 bilhões em 1990, ou seja, no ano anterior à criação do bloco, para US\$ 18,2 bilhões em 2000, depois de ter atingido um pico de US\$ 20,5 bilhões em 1997 (apud Vaz, 2001, p. 44).
5. Segundo Aldo Ferrer, quatro “pecados originais” comprometeriam as relações entre Argentina e Brasil, “impedindo o impulso centrípeto da geografia e restringindo a fronteira da integração bilateral, do Mercosul e da América do Sul”: a vulnerabilidade externa, o “mal-estar social”, as assimetrias nas estratégias nacionais de desenvolvimento e a crise ideológica diante da globalização (2000, p. 8).
6. Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem do então chanceler Celso Lafer: “O presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato (1995-1998) — valendo-se do que os gregos qualificavam de ‘anquinoia’, a agilidade e a rapidez da inteligência — conferiu nova e mais consistente racionalidade ao processo de reordenação da agenda” (Lafer, 2001, p. 115).
7. Um balanço das dificuldades do multilateralismo na América Latina dos anos 1990 encontra-se em Rojas (2000). Para uma visão de conjunto da política externa dos países da região, ver Muñoz & Tulchin, 1996, Mace & Thèrien, (1996), e, comentando ambos os livros, Hey, (1998).
8. Segundo Costa (1999, p. 7-8), desta agenda fazem parte, entre outros projetos, a “padronização das nove conexões ferroviárias já existentes (Argentina-Chile, Argentina-Bolívia, Argentina-Paraguai, Argentina-Brasil, Argentina-Uruguai, Uruguai-Brasil, Brasil-Bolívia, Bolívia-Chile e Bolívia-Peru), a conclusão da rodovia do Mercosul entre São Paulo e Buenos Aires, a construção de um túnel ferroviário de média altitude entre Mendoza e Santiago, a ligação rodoferroviária entre Santos e Antofagasta, a hidrovía Paraguai-Paraná, a ligação rodoviária entre Rio Branco no Acre e o porto de Ilo no Peru, o eixo flúvio-rodoviário entre Manaus e Quito, envolvendo os rios Solimões e Putumayo, e a manutenção da rodovia (já concluída) entre Manaus e Caracas.”
9. Sobre as relações entre Estados Unidos e Brasil, ver Ricupero (1995), e Lima & Hirst (1997).
10. Sobre o papel do Brasil na mediação do acordo de paz que encerrou a guerra do Cenepa, ver Herz & Nogueira, (2001). Uma crítica da passividade da posição brasileira diante do conflito na Colômbia é esboçada em Cepik, (2002). Para uma avaliação crítica sistemática da política de defesa do Brasil, ver Proença Jr. & Diniz (1998). Para uma discussão mais abrangente da nova agenda de segurança na América Latina pós-Guerra Fria, em particular para uma avaliação sobre a fragilidade analítica e moral da ilusão institucionalista liberal sobre a possibilidade de solução dos problemas exclusivamente através da adesão aos regimes internacionais tais como o Tratado de Não-Proliferação (TNP) e o Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis (MTCR), ver Hurrell, (1998), e Desch (1998).
11. No que diz respeito à categorização utilizada neste ensaio dos regionalismos ensaiados no continente, vale recordar que alguns autores empregam terminologias similares

ao tratar das mesmas questões: Vázquez (2000) utiliza os termos “neobolivarismo” e “neo-panamericanismo”; e Souto Maior (1996) refere-se a duas vertentes do regionalismo continental: a latino-americanista e a pan-americanista.

12. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27/5/2002.

13. Em meados de 2002, o chanceler mexicano Jorge Castañeda definiu a política externa do país de “bilateralismo multilateral”. Cabe notar, contudo, que, se o governo de Vicente Fox, — ex-presidente da Coca-Cola no México que depois de setenta anos alijou do poder o Partido Revolucionário Institucional (PRI) — passa a reconhecer oficialmente os EUA como potência hegemônica, parece clara a linha de continuidade na política externa mexicana, pelo menos desde o início da década de 1990 (apud *Folha de S. Paulo*, 29-06-2002, p. A4).

BIBLIOGRAFIA

- Aladi. 2002. *Brasil: Comércio exterior global em janeiro-março 2001 e 2000*. Montevideu: Aladi.
- Albuquerque, José Augusto G. 2001. “A Alca na política externa brasileira”. *Política Externa*, v. 10, n. 2.
- Aleixo, José Carlos Brandi. 2000. “O Brasil e o Congresso Anfictônico do Panamá”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n.2.
- Almeida, Paulo Roberto de. 2001. “Dez anos de Mercosul: uma visão brasileira”. Mimeo.
- . 1998. *Mercosul: Fundamentos e perspectivas*. São Paulo: LTr.
- Arbilla, José María. 2000. “Arranjos institucionais e mudança conceitual nas políticas externas argentina e brasileira (1989-1994)”. *Contexto Internacional*, v. 22, n.2.
- Batista, Paulo Nogueira. 1994. “O Mercosul e os interesses do Brasil”. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 21.
- . 1993. “A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?” *Política Externa*, v. 1, n. 4.
- Barbosa, Rubens. 1996. “O Brasil e a integração regional: a ALALC e a ALADI (1960-1990)”. In Albuquerque, J. A. Guillon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1960)*. Vol. 2 (Diplomacia para o desenvolvimento). São Paulo, Nupri-USP/Cultura Editores Associados.
- Baumann, Renato. 2001. “A geopolítica da integração na América Latina. Uma perspectiva sul-americana”. In Lima, Marcos Costa (org.). *O lugar da América do Sul na nova ordem mundial*. São Paulo: Cortez.
- Bellotto, Manoel L.; Corrêa, Anna Maria. 1983. “Bolívar e a luta pela independência da América: ação e pensamento político”. In Idem (orgs.). *Simón Bolívar: política*. São Paulo: Ática.

- Bernal-Meza. 1998. “As relações entre Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos: política exterior e Mercosul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 41, n. 1.
- Borges, Bruno de Moura. 2001. “O Brasil no Grupo do Rio: dilemas e perspectivas”. Trabalho apresentado no XXV Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, out. 2001.
- Carrillo, Fernando Floréz (org.). 2001. *Democracia en Déficit: Gobernalidad y Desarrollo en América Latina y el Caribe*. Washington-D.C.: BID.
- Cepal. 2002. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe 2000-2001*. Santiago: Cepal.
- Cepik, Marco. 2002. “Brasil y el Plan Colombia: notas sobre ‘ajenamiento’ y diplomacia presidencial”. *Conjuntura Política*, n. 33, abr. 2002.
- Cervo, Amado Luiz. 2000. “Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 43, n. 2.
- Constant, Benjamin. 1985. “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”. *Filosofia Política*, n. 2.
- Costa, Wanderley Messias. 1999. “Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana”. Trabalho apresentado na Conferência Internacional sobre a mazônia como Tema de Política Internacional e de Segurança Humana, Campinas (SP), set. 1999.
- Danese, Sérgio. 2001. “Brasil e América do Sul: apontamentos para a história de uma convergência”. *Política Externa*, v. 9, n. 4.
- Desch, Michael. 1998. “¿Por qué América Latina puede extrañar pronto la Guerra Fría?: Estados Unidos y el futuro de las relaciones interamericanas de seguridad”. In Domínguez, Jorge (org.). *Seguridad internacional, paz y democracia en el Cono Sur*. Santiago: Wilson Center-Flacso Chile.
- Doratioto, Francisco. 1994. *Espaços nacionais na América Latina: Da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense.
- Ferreira, Oliveiros S. 2001. *A crise da política externa: Autonomia ou subordinação?* Rio de Janeiro: Revan.
- Ferrer, Aldo. 2000. “A relação Argentina-Brasil no contexto do Mercosul e a integração sul-americana”. *Política Externa*, v. 9, n. 2.
- Herz, Monica; Nogueira, João Pontes. 2001. *O Processo de Mediação do Conflito entre o Peru e o Equador*. Trabalho apresentado no XXV Encontro da Anpocs, Seminário Temático: A Inserção Internacional do Brasil: Balanço dos Anos 90 e Perspectivas Futuras. Caxambu, Out. 2001.
- Hey, Jeanne A. K. 1998. “Is There a Latin American Foreign Policy?”. *Mershon International Studies Review*, n. 42.
- Hirst, Monica; Pinheiro, Letícia. 1995. “A política externa do Brasil em dois tempos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 38, n. 1.
- Hurrell, Andrew. 1998. “Security in Latin America”. *International Affairs*, v. 74, n. 3.
- Lafer, Celso. 2001. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva.

- Lafer, Celso; Fonseca Júnior, Gelson. 1994. "Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas (Notas analíticas e algumas sugestões)". In Fonseca Jr., G.; Castro, S.H.N. (orgs.). *Temas de política externa brasileira II*, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra/IPRI.
- Lampreia, Luiz Felipe. 1999. *Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda.
- . 1998. "A política externa do governo FHC: continuidade e renovação". *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 42, n. 2.
- Lessa, Antônio Carlos. 1998. "A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais". *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 41, número especial 40 anos.
- Lima, Marcos Costa. 2001. *O lugar da América do Sul na nova ordem mundial*. São Paulo: Cortez.
- Lima, Maria Regina Soares de. 2000. "Instituições democráticas e política exterior". *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2.
- Lima, Maria Regina Soares de. 1994. "Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña". *América Latina/Internacional*, v. 1, n. 2.
- Lima, Maria Regina Soares de; Hirst, Mônica. 1997. "Brasil e os Estados Unidos: Dilemas e Desafios de uma Relação Complexa". In Fonseca Jr., Gelson; Castro, Sergio H. N. (orgs.). *Temas de política externa II*. São Paulo: Funag/ IPRI/ Paz e Terra.
- Ludwig, Emil. 1943. *Bolívar, cavaleiro da glória e da liberdade*. Porto Alegre: Globo.
- Mace, Gordon; Thèrien, Philippe (orgs.). 1996. *Foreign Policy and Regionalism in the Americas*. Boulder-CO: Lynne Rienner Publishers.
- Mello, Flavia de Campos. 2002. "A política externa brasileira e os blocos internacionais". *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 2.
- . 2000a. "Diretrizes da redefinição da política externa brasileira na década de 90". Trabalho apresentado no XXIV Encontro Anual da Anpocs, Petrópolis, out. 2000.
- . 2000b. *Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90*. Tese de doutorado em ciência política — USP, São Paulo.
- Ministério das Relações Exteriores. 1998. *Informação n. 453: Assinado protocolo de emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)*. Brasília: MRE.
- . 2000. *Comunicado de Brasília da I Reunião de Presidentes da América do Sul*. Brasília: MRE.
- Montenegro, Manuel. 2000. "Política externa e cooperação amazônica: a negociação do Tratado de Cooperação Amazônica". In Albuquerque, J. A. Guillon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, vol. 4: Prioridades, atores e políticas. São Paulo: Nupri-USP/Annablume.
- Muñoz, Herald; Tulchin, Joseph (orgs.). 1996. *Latin American Nations in World Politics*. Boulder-CO: Westview Press.
- Pinheiro, Letícia. 2000. "Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea". *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2.

- Proença Jr., Domício; Diniz, Eugênio. 1998. *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília, UnB.
- Reis, Fernando Guimarães. 1997. "O Brasil e a América Latina". In Fonseca Jr., Gelson; Castro, Sergio H.N. (orgs.). *Temas de Política Externa II*. São Paulo: Funag/ IPRI/ Paz e Terra.
- Ricupero, Rubens. 1995. "O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular". In —. *Visões do Brasil. Ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- Rojas, Francisco A. (org.). 2000. *Multilateralismo: perspectivas latinoamericanas*. Santiago: Flacso-CL/Nueva Sociedad.
- Rosenthal, Gert. 1995. "El regionalismo abierto em la Cepal". *Pensamiento Iberoamericano*, Madrid, n. 26.
- Sabbatini, Rodrigo. 2001. "Multilateralismo, regionalismo e o Mercosul". *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 29, n. 1.
- Santos, Norma Breda dos. 1998. "Cinqüenta anos de OEA: o que comemorar?" *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 41, n. 2.
- Saraiva, Miriam Gomes. 2000. "Brasil e Argentina nos anos 90: uma década de política externa". Trabalho apresentado no XXIV Encontro Anual da Anpocs. Petrópolis, out. 2000.
- Silva, Alexandra de Mello e. 1995. "O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea". *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15.
- Souto Maior, Luiz A.P. 2002. "Mercosul: hora de acertar os ponteiros?" *Carta Internacional*, ano X, n. 107/108.
- . 1996. "América Latina: o regionalismo continental revisitado". *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 39, n. 2.
- Vaz, Alcides da Costa. 2002. *Cooperação, integração e processo negociador. A construção do Mercosul*. Brasília: IBRI.
- . 2001. "Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade?" *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 44, n. 1.
- . 2000. "Integração econômica regional na América Latina: experiências e perspectivas". *Relações Internacionais e desenvolvimento regional*, Brasília: Universa.
- Vázquez, Marta G. Loza. 2000. "El integracionismo em América Latina: neobolivarismo y neopanamericanismo". Trabalho apresentado no XXII Congresso Internacional da Asociación de Estudios Latinoamericanos, Miami.
- Vizentini, Paulo. 2001. "Dez anos do Mercosul: a crise da integração e o desafio da ALCA". *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 29, n. 1.
- . 1999. "O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases". *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 20, n. 1.
- . 1996. "Venezuela e Brasil na Política Internacional: Cooperação Bilateral e Inserção Mundial". *Contexto Internacional*, v. 18, n. 1.

Bibliografia geral

- ABRAMOVAY, Ricardo (org.). "Le statut de la terre (30 ans de questions agraires au Brésil)". *Cahiers du Brésil Contemporain*, número especial, 1995.
- ABREU, Alzira Alves de et alii. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas — CPDOC, 2001. 5 v.
- ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- AGUIAR, Joaquim Alves de. "Panorama da música popular brasileira: da bossa nova ao rock dos anos 80. In SOSNOWSKI, Saul; SCHWARZ Jorge, (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- ALBUQUERQUE, José Augusto G. "A Alca na política externa brasileira". *Política Externa*, 2001, v. 10, n. 2.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. "Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar". In SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. "Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia". In O'DONNELL, Guillermo; REIS, Fábio Wanderley (orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Mercosul: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: LTr., 1998.
- ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: [s.n.] 1964.
- . *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANSELMO, Cabo. *Por que eu traí: confissão de cabo Anselmo*. Entrevistado por Octavio Ribeiro (Pena Branca). São Paulo: Global, 1984.
- ANTONIAZZI, Alberto; DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro (orgs.). *As veredas de João na barca de Pedro*. Belo Horizonte: PUC de Minas Gerais, 2002.
- ANTUNES, Priscila Carlos. *SNI & Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho*. Campinas: Unicamp/Ensaio, 1988.
- . *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauro: Edusc, 1999.
- . “A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico”. In REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.
- ARANTES, Otília (org.). *Política das artes — Mário Pedrosa*. Textos escolhidos. São Paulo: Edusp, 1995.
- ARAUJO, Maria Amparo Almeida. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- ARGOLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARRUDA, Maria Arminda Nascimento. *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1985.
- AZZI, Riolando. *Presença da Igreja Católica na sociedade brasileira (1921-1979)*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1981.
- BACHA, Edmar. *Os mitos de uma década*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.
- BARBOSA, Fernando Holanda. *A inflação brasileira no pós-guerra: monetarismo versus estruturalismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1983.
- BARBOSA, Rubens. “O Brasil e a integração regional: a Alalc e a Aladi (1960-1990)”. In ALBUQUERQUE, J. A. Guillon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1960)*, vol. 2: Diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: Nupri-USP/Cultura Editores Associados, 1996.
- BARROS, Edgar Luís. *Os governos militares*. São Paulo: Contexto, 1991.
- BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: estudo sobre a instauração da ditadura*. São Paulo: Inep, 1991.
- BELLUZZO, Luiz G. M.; COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, 2v.
- BENTES, Ivana. *Joaquim Pedro de Andrade: a revolução intimista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BERNAL-MEZA. “As relações entre Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos: política exterior e Mercosul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1998, ano 41, n. 1.
- BETTI, Maria Sílvia. *Oduvaldo Vianna Filho*. São Paulo: Edusp, 1997.
- BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo: eclesiogênese — a Igreja que nasce do povo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.
- BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- . *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1991.
- . *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin*. Capitalismo e neoliberalismo. São Paulo: Educ, 1996.
- BORGES, Nilson. *Santos e pecadores: Comportamento dos militares — Brasil/Portugal*. Florianópolis: Paralelo 27, 1997.
- . *Os militares no poder*. São Paulo: Acadêmica, 1994.
- BOSCHI, Renato R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1987.
- BOTAS, Paulo C. Loureiro. *A bênção de abril — Brasil, Urgente: memória e engajamento católico (1963-64)*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, 3v.
- CALLADO, Carlos. *Tropicália, a história de uma revolução musical*. São Paulo: 34, 1997.
- CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (orgs.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.
- CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- CAMPOS, Cláudia de Arruda. *Zumbi, Tiradentes (e outras histórias contadas pelo Teatro de Arena de São Paulo)*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1988.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: UFG, 1997.
- CARDOSO, Adalberto. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: A era Vargas acabou?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- . *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1973.
- CARNEIRO, Dionísio D. *Brasil: dilemas de política econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1977.
- . “Crises e esperanças: 1974-1980”. In ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2001.
- . *Inventário dos Deops Módulo II. Estudantes: Os subversivos das Arcadas*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 1999.
- CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

- . *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, Maria Alice (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- CASTRO, Antonio Barros; SOUZA, Francisco E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- . *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- CASTRO, Marcos. *A Igreja e o autoritarismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CERVO, Amado Luiz. "Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2000, ano 43, n. 2.
- CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- . *Guerra nas Estrelas (1964/1984)*. Os bastidores das sucessões presidenciais. Porto Alegre, L&PM, 1985.
- CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1972)*. Dissertação de Mestrado — Faculdade de História, Direito e Serviço Social — Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAVES, Gilmar; SOUZA, Daniel. *Nossa paixão era inventar um novo tempo: 34 depoimentos de personalidades sobre a resistência à ditadura militar*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMIN, A.; CARDOSO, A.; CAMPOS, A. "As bases sociais do sindicalismo metalúrgico". In ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. (orgs.). *De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.
- COMISSÃO de familiares de mortos e desaparecidos políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE), Grupo Tortura Nunca Mais — RJ e PE. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, governo do estado de Pernambuco, 1995, São Paulo, governo do estado de São Paulo, 1996.
- CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. *Igreja e problemas da terra*. São Paulo: Paulinas, 1980.

- CORRÊA, José Celso Martinez. *Primeiro ato: cadernos, depoimentos, entrevistas (1958-1974)*. São Paulo: 34, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- . *Memória viva do regime militar, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CRUZ, Sebastião; MARTINS, Carlos Estevam. "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura". In ALMEIDA, Maria Hermínia; SORJ, Bernard (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90. Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DANESE, Sérgio. "Brasil e América do Sul: apontamentos para a história de uma convergência". *Política Externa*, 2001, v. 9, n. 4.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994a.
- . *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994b.
- . *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. "Ásperos Tempos — Catolicismo, direitos humanos e direitos sociais: Brasil anos sessenta e setenta". In CABRERA, Olga (org.). *Experiências e memórias*. Goiânia: UFG/Ecab/Vieira, 2001.
- DIAS, Reginaldo. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná (1962-1973)*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras — Universidade Estadual Paulista, 1997.
- DIRCEU, José; PALMEIRA, Wladimir. *Abaixo a ditadura: O movimento de 1968 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 1995.
- DÓRIA, Palmério et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- DREIFUSS, René; DULCI, Otávio. "As Forças Armadas e a política". In ALMEIDA, Maria Hermínia; SORJ, Bernard (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ESTRADA, Elizabeth. *A história da guerrilha: entre o mito e a ficção*. Dissertação de mestrado — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais — UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.
- FAVARETTO, Celso. *Tropicália alegoria alegria*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- . *MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1999.

- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*: Debate e crítica. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes et alii (org.). *Vozes da oposição*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- . *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar — espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- . “Eles não usam black-tie: várias histórias, muitos protagonistas”. In SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge. *A história vai ao cinema*: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FIORI, José Luiz. *O regime de 1964*. São Paulo: Atual, 1988.
- FON, Antônio Carlos. *Tortura*: a história da repressão política no Brasil. São Paulo: Global, 1985.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964/1984*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- FREIRE, Alípio de et alii (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997.
- . *Resistir é preciso*: memória do tempo da morte civil do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- FREITAG, Bárbara et alii. *Nova República: um balanço*. Porto Alegre: L&M, 1986.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- . *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- . *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- . *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- FURTADO, J. P. *Trabalhadores em educação*: experiência, imaginário e memória sindical nos anos 80 e 90. Ouro Preto: UFOR, 1996.
- GADOTTI, M.; Pereira, O. *Pra que PT*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GARCIA JR., Afrânio Raul; PALMEIRA, Moacir. “Transformação agrária”. In SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1986.
- GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores — 1968*: Brasil, França, Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio*: propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980). São Paulo: Loyola, 1990.

- GARCIA, Silvana. *Teatro da militância*: a intenção do popular no engajamento político. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- GASPARI, Elio. “Alice e o camaleão”. In GASPARI, Elio; VENTURA, Zuenir; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Cultura em trânsito*: da repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (Coleção As Ilusões Armadas).
- . *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (Coleção As Ilusões Armadas).
- GIANNOTTI, V.; Neto, S. L. *CUT — ontem e hoje*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GOMES, Angela de Castro; D’ARAUJO, M. Celina. “A extinção do imposto sindical: demandas e contradições”. *Dados*, Rio de Janeiro: Iuperj, 1993, v. 36, n. 2.
- GOMES, Angela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- GOMES, Dias. *Apenas um subversivo — autobiografia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- GONTIJO, Silvana. *A voz do povo*: o Ibope no Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- GRYNSZPAN, Mario. “Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República”. In GOMES, Angela Maria de; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- . *Os fornos quentes*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete: os anos de exílio*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- . *Vanguarda e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- HABERT, Nadine. *A década de 70*: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1994.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem*: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos sessenta*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HUMPHREY, J. “As raízes e desafios do ‘novo’ sindicalismo da indústria automobilística”. *Estudos Cebrap*, São Paulo: Cebrap, 1980, n. 26.
- IANNI, Octávio. *A luta pela terra*: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

- . *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.
- . *Igreja e camponeses*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- KORNIS, Mônica; SANTANA, Marco Aurélio. "Greve". In ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel et alii (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- KRISCHIKI, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- . *Brasil: do "milagre" à "abertura"*. São Paulo: Cortez, 1982.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.
- . *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KUPERMAN, Esther. *A guerrilha do Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência*. Dissertação de mestrado — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais — UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. "A política externa do governo FHC: continuidade e renovação". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1998, ano 42, n. 2.
- . *Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
- LAVAREDA, José Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1991.
- LEINER, Piero di Camargo. *Meia-volta, volver!*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LESBAUPIN, Ivo (org.). *Igreja, movimentos populares, política no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.
- LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. "Brasil e os Estados Unidos: dilemas e desafios de uma relação complexa". In FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sergio H. N. (orgs). *Temas de política externa II*. São Paulo: Funag/ Ipri/ Paz e Terra, 1997.
- LINHARES, M. Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *Terra prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A presença da Igreja Católica no Brasil: história e problemas (1500-1968)*. São Paulo: Giro, 1977.
- MACIEL, Luiz Carlos. *Geração em transe: memórias do tempo do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. "A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil". *Revista Brasileira de História*, 1997, v. 17, n. 34.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MALINA, Salomão. *O último secretário*. São Paulo Fundação Astrojildo Pereira, 2002.

- MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989.
- MANGABEIRA, W. *Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Anpocs/Relume Dumará, 1993.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.
- MARTINHO, F. Palomanes. *À sombra das tradições: o sindicato dos metalúrgicos do RJ na transição democrática (1974/1985)*. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 1994.
- MARTINS, H. de Souza. *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.
- MARTINS, H. de Souza; RODRIGUES, Iram J. "O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90". *Tempo Social*, São Paulo: USP, 2000, v. 11, n. 2.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987.
- . "Os estudantes e a política no Brasil". In *Teoria e Pesquisa*, São Carlos: UFSCAR, 1994, n. 10.
- . *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969)*. São Carlos: UFSCar, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação & violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- . *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- . *A militarização da questão agrária no Brasil*. Terra e poder: o problema da terra na crise política. Petrópolis: Vozes, 1984.
- . *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- . *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MATHIAS, Suzeley K. *Distensão no Brasil: o projeto militar*. Campinas: Papirus, 1995.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- MELLO, Flavia de Campos. "A política externa brasileira e os blocos internacionais". *São Paulo em Perspectiva*, 2002, v. 16, n. 2.
- . *Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90*. Tese de doutorado — USP, São Paulo, 2000.
- MELLO, Zuza Homem de; SEVERIANO, Jairo. *A canção no tempo: 80 anos de músicas brasileiras*, vol. 2: 1958-1985. São Paulo: 34, 1998.

- MENEGUELLO, R. *PT — a formação de um partido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- MENESES, Adélia Bezerra de. *Desenho mágico — poesia e política em Chico Buarque*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MICELI, Sérgio. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- MINC, Carlos. *A reconquista da terra: estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo).
- MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo Boitempo, 1999.
- MIRANDA, Oldack; SILVA Filho, Emiliano José. *Lamarca: O capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1989.
- MORAES, Dênis de. *O rebelde do traço: a vida de Henfil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- . *Vianinha, cúmplice da paixão*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1991.
- MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*, vol. II. Campinas: Unicamp, 1995 e vol. III, 1998.
- (org.). *História do marxismo no Brasil*, vol. III. Campinas: Unicamp, 1998.
- MORAIS, J. Ventura de. “Sindicatos e democracia sindical: representatividade e responsabilidade política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Anpocs, 1994, n. 25.
- MOSTAÇO, Edelcio. *Teatro e política: Arena, Oficina e Opinião*. São Paulo: Proposta, 1982.
- MOTTA, Nelson. *Noites tropicais: solos, improvisos e memórias musicais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1977.
- . *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- . *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- MUNAKATA, K. “O lugar do movimento operário”. In *Anais do Encontro Regional da Anpuh/SP*, 4, Araraquara, ANPUH/UNESP, 1980.
- MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica (JOC)*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NAPPT — Núcleo Ampliado de Professores do PT-SP (org.). *Lula: Entrevistas e discursos*. Guarulhos: O Repórter, 1981.
- NASCIMENTO, R. H. Malta. *Peões e trabalhadores do Brasil: Novos e velhos militantes no Sindicato dos Metalúrgicos do RJ*. Dissertação de mestrado — UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- NAVES, Santuza Cambraia. *Da bossa nova à tropicália*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- NETO, José Paulo. “Em busca da contemporaneidade Perdida: a esquerda brasileira pós-64”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: A grande transação*. São Paulo: Senac, 2000.

- NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- . *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- NORONHA, E. “A explosão das greves na década de 80”. In BOITO JR., A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- NOVAES, R. “Continuidades e rupturas no sindicalismo rural”. In BOITO JR., A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma*. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- NÓVOA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (orgs.). *Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Unesp, 1999.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- . *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. São Paulo: Papirus, 1994.
- OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *O mito do poder jovem: a construção da identidade da UNE*. Tese de doutorado, ICHF-UFF, Niterói, 2001.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Franklin. *História da Ação Popular*. Tese de doutorado — CFCH-UFPE, Recife, 2000.
- OLIVEIRA, M. Antônio de. “Notas sobre a crise do novo sindicalismo brasileiro”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, 1998, v. 12, n. 1.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- . *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- OTERO, Jorge. *João Goulart: Lembranças do exílio*. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- PAES, Maria Helena Simões. *A década de sessenta: Rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1992.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana”. *Revista de Cultura e Política*, ago. 1979, 1.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares; LEITE, Sérgio. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária”. *Debates CPDA*, set. 1997, 1: 71 p.
- PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIXOTO, Fernando (org.). *Vianinha*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PEREIRA, Carlos Alberto M.; HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs.). *Patrulhas ideológicas, marca registrada: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PEREIRA NETO, Murilo Leal. *Outras histórias: contribuição à história do trotskismo no Brasil (1952-1966): o caso do POR*. São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

- PESSANHA, Elina; ABREU, Alice (orgs.). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC, 1994.
- PESSANHA, Elina; MOREL, Regina. "Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência dos metalúrgicos do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Anpocs, 1992, n. 17.
- PIERRE, Sylvie. *Glauber Rocha*. Campinas: Papyrus, 1996.
- PINHEIRO, Letícia. "Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea". *Contexto Internacional*, 2000, v. 22, n. 2.
- POERNER, Artur José. *O poder jovem*. São Paulo: Centro de Memória da Juventude 1995.
- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO, Luiz Carlos. "Brasil: políticas comerciais e industriais: evolución y perspectivas". In Cepal, *Nuevas políticas comerciales en America Latina y Asia: Algunos casos nacionales*. Santiago: Cepal, 1999.
- PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugênio. *Política de defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília: UnB, 1998.
- PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. *Brasil: nunca mais: um relato para a história*. Prefácio de dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. *Perfil dos atingidos*. Prefácio de dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1988.
- RAINHO, F. *Os peões do grande ABC*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- RAMALHO, J. R. "Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje". *Dados*, Rio de Janeiro, Iuperj, 2000, v. 43, n. 4.
- RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. "Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos de 1990: o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro". In RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (orgs.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: D, P & A, 2001.
- RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, Estado e lutas culturais (anos 50/60/70)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- RAPOSO, Eduardo (coord.). *1964: 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- REALLE, Miguel. *De Tancredo a Collor*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- REIS, Fábio Wanderley. *Tempo presente: do MDB a FHC*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- . "O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros". In REIS FILHO, Daniel Aarão e outros. *História do marxismo no Brasil, vol. 1*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- . "1968: O curto ano de todos os desejos. Memórias, esquinas e canções". In *Aervo*, Arquivo Nacional, Brasília, 1998, v. 11.
- . (org.). *Versões e ficções: O seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- . *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

- . "A maldição do populismo ou A propósito de uma herança maldita". In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- RICARDO, Sérgio. *Quem quebrou meu violão: uma análise da cultura brasileira nas décadas de 40 a 90*. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- RICÚPERO, Rubens. "O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular". In —. *Visões do Brasil: Ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- . *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- . "Intelectuais, artistas e estudantes: Paris, 1968". In REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.
- RIZZO, Eliezer de Oliveira. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil 1964-1969*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- ROCHA, Glauber. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- . *Revolução do cinema novo*. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1981.
- . *Cartas ao mundo*. Organização Ivana Bentes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RODRIGUES, Iram J. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997.
- . (org.). *O novo sindicalismo e vinte anos depois*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Educ — Unitrabalho, 1999.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. "As tendências políticas na formação das centrais sindicais". In BOITO JR., A. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- . *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- . *Partidos e sindicatos*. Escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990.
- . *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.
- . *Partidos, ideologia e composição social: Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Martins; CARDOSO, A. Moreira. *Força Sindical: uma análise sócio-política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. "A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio". In —. (org.). *Que história é essa?*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- . *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- . *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. "Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil". In MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil, III*. Campinas: Unicamp, 1998.
- SÁ EARP, Fabio. "Um século de inflação: a evidência empírica". *Análise Econômica*, mar./set. 1996, n. 25 e 26.
- SADER, Eder. *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.
- . *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- . *A transição no Brasil: da ditadura à democracia*. São Paulo: Atual, 1990.
- . *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- . "A esquerda brasileira frente ao Estado". In HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SALEM, Helena. *Nelson Pereira dos Santos: o sonho possível do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil — PCdoB: propostas teóricas e prática política. 1962-1976*. Dissertação de mestrado — Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, Campinas, 2000.
- SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SANTANA, Marco Aurélio. "Cultura sindical e identidade nos anos 80/90". *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, UFSC, 1995, v. 13, n. 17 e 18.
- . "Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Anpocs, 1999, n. 41.
- . "As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas". *Sociologias*, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 2000, n. 4.
- . "Trabalho, trabalhadores e sindicatos em meio ao vendaval contemporâneo". *Dados*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, v. 43, n.2.
- . *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Uni-Rio, 2001.
- SANTOS, Andrea Paula dos. *À esquerda das Forças Armadas brasileiras: História oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação de mestrado — FFLCH-USP, 1988.
- SANTOS, Andrea Paula dos; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Vozes da Marcha pela Terra*. São Paulo: Loyola, 1998.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- . *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. "Cultura e política, 1964-1969". In *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: Estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Espaço e Tempo, 1999.
- SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SERARO, Giovanni. *A primavera dos anos 60*. São Paulo: Loyola, 1994.
- SILVA, Alexandra de Mello e. "O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea". *Estudos Históricos*, 1995, v. 8, n. 15.
- SILVA, Armando Sérgio da. *Oficina: do teatro ao te-ato*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- SILVA, Hélio. *1964: vinte anos de regime militar*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- SIMONSEN, Mario Henrique; CAMPOS, Roberto. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- SINGER, Paul. *A crise do Milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- . *O Milagre Brasileiro: causas e conseqüências*. Cadernos Cebrap, São Paulo: Cebrap, 1975, n. 6.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge. *A história vai ao cinema: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- SOSNOWSKI, Saul; SCHWARZ, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SOUZA, D.; SANTANA, M. A.; DELUIZ, N. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SQUEFF, Ênio; WISNICK, José Miguel. *Música: o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- STEDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- STEPAN, Alfred C. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- . *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- . *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. "A modernização autoritária — do golpe militar à redemocratização". In LINHARES, Maria Yeda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- . "1968: memórias, esquinas e canções". In *Acervo*, Arquivo Nacional, Brasília, 1998, v. 11.
- . *Dicionário crítico do pensamento de direita no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- . "Canção e ditadura: o canto da terra ou a MPB como resistência cultural". In MOREIRA, Roberto; CARVALHO Costa, Luís Flávio. (orgs.). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex, 2002.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas/São Paulo: Unicamp, 1997.
- TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur C. (orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global, 1985.
- VASCONCELOS, Gilberto. *Música popular: de olho na fresta*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- VAZ, Alcides da Costa. *Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul*. Brasília: Ibr, 2002.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.
- . *Frentes de expansão e estrutura agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VIANNA Filho, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- VIANNA, L. Werneck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983.
- . *Travessia: da abertura à constituinte 86*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.
- . *A transição*. Rio de Janeiro: Revan, 1989.
- . *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ/FAPERJ, 2002.
- VIEIRA, Evaldo. "Brasil do golpe de 64 à redemocratização". In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: A grande transação*. São Paulo: Senac, 2000.
- VIZENTINI, Paulo. "O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases". *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 1999, v. 20, n. 1.
- . "Dez anos do Mercosul: a crise da integração e o desafio da Alca". *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, 2001, v. 29, n. 1.

- WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. São Paulo: Cebrap, 1972.
- WISNICK, J. Miguel et alii. *Anos 70: música popular*. Rio de Janeiro: Europa, 1979-80.
- ZÍLIO, Carlos. *A querela do Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1982.
- . *Arte e política, 1966-1976*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 1996.
- . *O nacional e o popular na cultura brasileira: artes plásticas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Filmografia

Águia na cabeça

Direção de Paulo Thiago. Drama, 1985, 105 min., Mac Vídeo. Com Nuno Leal Maia, Christiane Torloni, Zezé Motta, Jece Valadão, Xuxa Lopes, Tereza Rachel, Chico Diaz, Hugo Carvana, Djenane Machado, Maria Sílvia, Maurício do Valle, Jofre Soares, Nildo Parente, Wilson Grey.

O filme apresenta o poder do jogo do bicho no Rio de Janeiro, denunciando suas influências no carnaval e na política. Homem de confiança de um senador comprometido com o jogo toma seu lugar, depois de matá-lo, desestruturando, assim, as redes de poder do submundo do crime. A existência de uma testemunha acirra ainda mais a crise.

Ação entre amigos

Direção de Beto Brant. Drama, 1998, 76 min., Paris Vídeo. Com Leonardo Vilar, Zé Carlos Machado, Cacá Amaral, Genésio de Barros, Carlos Meceni, Rodrigo Brassoloto. História de quatro amigos que, nos anos 1970, participaram da luta armada contra o regime militar. Presos e torturados após uma tentativa fracassada de "expropriação", 25 anos depois eles partem para um ajuste de contas quando um deles garante ter reconhecido um dos homens que os torturou.

André, a cara e a coragem

Direção de Xavier de Oliveira. Aventura, 1971, 90 min., Warner. Com Stepan Nercessian, Ângela Valério, Ecchio Reis.

Proveniente de uma cidade do interior, rapaz de 17 anos chega ao Rio de Janeiro à procura de trabalho, mas encontra grandes dificuldades. Para ganhar a vida, chega mesmo a atuar como gigolô para sobreviver. Quando tudo parece perdido, encontra Marli. O amor que passa a sentir por ela traz esperança à sua vida.

Anjos da noite

Direção de Wilson Barros. Drama, 1987, 110 min., Manchete Vídeo. Com Zezé Motta, Antônio Fagundes, Marília Pêra e Marco Nanini.

O filme aborda a noite paulistana através do cotidiano de personagens singulares, como o modelo, a atriz, o garoto de programa, o diretor de teatro, o jornalista homossexual,

o travesti. Apesar de "ganharem a vida" em atividades distintas, apresentam pontos em comum: o medo da solidão, a insegurança diante das múltiplas possibilidades oferecidas pela vida noturna, o temor do fracasso e do esquecimento. Filme de temática urbana e construído com narrativa fragmentada. Prêmio de melhor filme de 1987 nos festivais de Brasília e Gramado.

Anos JK — uma trajetória política, Os

Direção de Sílvio Tendler. Documentário, 1980, 110 min., Caliban.

A história do Brasil contemporâneo através da trajetória política de Juscelino Kubitschek. O projeto desenvolvimentista, a construção de Brasília e as humilhações que sofreu com a ditadura militar são alguns temas do excelente documentário de Tendler.

Asa branca, um sonho brasileiro

Direção de Djalma Limongi Batista. Drama, 1981, 115 min., Warner. Com Edson Celulari, Eva Wilma, Walmor Chagas, Gianfrancesco Guarnieri, Rita Cadillac, Mané Garrincha, Mário Américo.

Um jovem do interior demonstra grande talento no futebol. Vai para a cidade grande e vive uma série de decepções. Tudo conspirava para que desistisse. No entanto, perseverante, encontra uma chance de mostrar seu talento. O filme narra, sobretudo, a luta pela realização de um sonho.

Avaeté — semente da vingança

Direção de Zelito Viana. Drama, 1985, 110 min., Globo Vídeo. Com Hugo Carvana, Renata Sorrah, Macsuara Kadiweu, Milton Rodrigues, Jonas Bloch, José Dumont, Sérgio Mamberti, Cláudio Marzo.

Os Avaetés, que ainda não conheciam os homens brancos, são dizimados por empresário ganancioso. Escapa tão-somente um menino, Avá, levado por um cozinheiro da empresa. Tempos depois, o massacre é denunciado, mas Avá vive forte crise de identidade e desejo de vingança. Premiado no Festival de Moscou e no Rio Cine Festival.

Bandidos da Falange

Direção de Luiz Antônio Piá e Jardel Mello. Policial, 1983, 105 min., Globo Vídeo. Com Betty Faria, José Wilker, Stênio Garcia, Gracindo Júnior, Tânia Alves, José Dumont, Jonas Bloch, Marieta Severo, José Mayer, Nuno Leal Maia.

Na Baixada Fluminense, marginal, ao morrer, deixa para uma de suas mulheres diamantes escondidos dentro de um relógio de mesa. Enquanto policial corrupto tenta tomar os diamantes para si, outro marginal, preso na Ilha Grande, organiza a Falange Vermelha, na tentativa de ficar com as pedras preciosas. O filme retrata a violência, a corrupção policial, a repressão no sistema penal e o crime organizado.

Bandido da luz vermelha, O

Direção de Rogério Sganzerla. Drama, 1968, 92 min., Rio Filme/Sagres Vídeo. Com Paulo Villaça, Helena Ignez, Luiz Linhares, Pagano Sobrinho, Roberto Luna, Lola Brah, Sônia Braga.

Drama policial em que um bandido, usando uma lanterna de luz vermelha, aterrorizava a elite paulista, roubando e violentando mulheres.

Barra pesada

Direção de Reginaldo Faria. Drama, 1978, 110 min. Ipanema Filmes. Com Stepan Nercessian, Kátia D'Angelo, Milton Moraes, Lutero Luís, Wilson Grey.

Garotos pobres lutam para sobreviver na cidade grande e se envolvem com drogas e corrupção policial. O filme retrata a violência e a criminalidade no submundo carioca.

Beijo da Mulher Aranha, O

Direção de Hector Babenco. Drama, 1985, 120 min., Globo Vídeo. Com William Hurt, Raúl Julia, Sônia Braga, Nuno Leal Maia, José Lewgoy, Herson Capri, Fernando Torres, Wilson Grey, Miriam Pires.

Em um país da América do Sul, dois prisioneiros convivem na mesma cela. Um é homossexual e o outro, um preso político. Com a estratégia de escapar da realidade em que vive, o primeiro inventa filmes de mistérios e romances. O segundo prisioneiro, no entanto, insiste em se manter politizado. A convivência entre eles cria uma relação de compreensão e respeito mútuo. Baseado no romance de Manuel Puig.

Besame mucho

Direção de Francisco Ramalho Júnior. Drama, 1987, 115 min., Hipervídeo. Com Antônio Fagundes, Glória Pires, Christiane Torloni, José Wilker.

O filme narra a trajetória de dois casais e a interferência da música *Besame mucho* em suas vidas, a exemplo do romance no interior, o casamento, a carreira profissional e a vida política do país nos anos 1960 e 1970. Baseado na peça de Mário Prata.

Bom burguês, O

Direção de Oswaldo Caldeira. Drama, 1983, 100 min., Embrafilme. Com José Wilker, Betty Faria, Jardel Filho, Christiane Torloni, Anselmo Vasconcelos, Nicole Puzzi.

Trabalhando como bancário, jovem apóia a luta armada desviando dinheiro para organizações revolucionárias na década de 1960. Em certo momento, para escapar da repressão, muda de identidade e se envolve com segmentos da elite do país.

Bossa nova

Direção de Bruno Barreto. Romance, 2000, 95 min., Columbia Tristar. Com Amy Irving, Antônio Fagundes, Alexandre Borges, Débora Bloch, Drica Moraes, Pedro Cardoso, Giovanna Antonelli, Rogério Cardoso, Stephen Tobolowsky.

O filme conta a história de uma professora norte-americana que mora no Rio de Janeiro e, a partir de equívocos culturais e lingüísticos, se torna o elo amoroso entre vários personagens. O filme também homenageia a cidade do Rio de Janeiro, com várias canções da bossa nova.

Bye, bye Brasil

Direção Carlos Diegues. Comédia, 1979, 105 min., Globo Vídeo. Com Betty Faria, José Wilker, Fábio Júnior, Zaira Zambelli, Jofre Soares.

Caravana de artistas mambembes sai pelo interior do Nordeste e da região amazônica em fins dos anos 1970. As diferenças sociais e culturais nos vilarejos são ressaltadas, principalmente nos lugares em que a televisão ainda não chegou.

Cabra marcado para morrer

Direção de Eduardo Coutinho. Documentário, 1984, 119 min., Globo Vídeo.

O filme reconstrói a história da criação do sindicato rural e a luta camponesa de Sapé, na Paraíba, a partir do assassinato de seu presidente, João Pedro Teixeira, em 1964. Através dos relatos de sua viúva, Elizabeth Teixeira, e com um elenco formado por camponeses, Eduardo Coutinho empreende seu projeto de denunciar o patriarcalismo e a repressão como formas de dominação social dos trabalhadores. O documentário é interrompido com o golpe militar, e retomado apenas 17 anos depois.

Capitães de areia

Direção de Walter Lima Jr. Drama, 1989, 176 min., Vídeo BAN. Com Geraldo del Rey, Miriam Pires, Tamara Taxman, Leando Reis Souza, Paulo Sobral, Roberto Bomtempo, Renato Coutinho, Tônico Pereira.

A beleza de Salvador contrasta com a crônica policial que trata de meninos delinquentes: os capitães da areia. Bandidos mirins que constroem suas próprias leis, solidariedades e éticas como mecanismo de sobrevivência diante de uma sociedade desigual. O filme traça as histórias pessoais de cada um dos integrantes do bando de Pedro Bala, que, aos poucos, encontram seus destinos e resgatam seus sonhos. O filme é baseado no livro homônimo de Jorge Amado.

Central do Brasil

Direção de Walter Salles Júnior. Drama, 1998, 112 min., Europa Filmes. Com Fernanda Montenegro, Vinícius de Oliveira, Marília Pêra, Otávio Augusto, Othon Bastos, Soia Lira, Stella Freitas, Caio Junqueira.

Desiludida, professora escreve cartas para analfabetos na estação ferroviária Central do Brasil. Ela conhece um menino que procura o pai após a morte da mãe. Ambos terão suas vidas modificadas a partir daí. Em busca do pai que nunca conheceu, no interior do Nordeste, o menino e a mulher embarcam numa difícil viagem de buscas, perdas e desco-

bertas. Prêmio Urso de Ouro (Berlim, 1998) e indicado também para o Oscar de melhor filme estrangeiro no mesmo ano.

Césio 137 — Pesadelo de Goiânia

Direção de Roberto Pires. Drama, 1991, 115 min., Sagres/Rio Filme. Com Paulo Betti, Nelson Xavier, Joana Fomm, Stepan Nercessian, Paulo Gorgulho, Denise Milfont, Marcélia Cartaxo.

Reconstituição da tragédia ocorrida em Goiânia, em 13 de setembro de 1987, quando catadores de papel encontram uma cápsula radioativa e a vendem a um ferro-velho. Mais de 250 pessoas foram contaminadas por césio 137, o que resultou em um acidente de proporções internacionais.

Céu aberto

Direção de João Batista de Andrade. Documentário, 1985, 78 min., Embrafilme.

Documentário sobre a transição democrática, a campanha das "diretas-já", a eleição de Tancredo Neves, a agonia de sua doença e sua morte. O filme volta-se, em particular, para os bastidores do poder, denunciando tramas e conchavos políticos.

Cinema falado

Direção de Caetano Veloso. Documentário, 1986, 112 min., Warner. Com Regina Casé, Antônio Cícero, Paula Lavigne, Dedé Veloso, Elza Soares, Chico Diaz, Maurício Mattar. Estréia de Caetano Veloso como diretor. O filme é uma colagem de depoimentos, *performances*, clipes, jogos de palavras e assuntos diversos, refletindo o pensamento do diretor.

Com licença, eu vou à luta

Direção de Lui Farias. Drama, 1986, 85 min., Globo Vídeo. Com Fernanda Torres, Marieta Severo, Reginaldo Faria, Carlos Augusto Strazzer.

Adolescente de 15 anos, filha de um militar aposentado e mãe neurótica e infeliz, luta pela liberdade de ter uma relação com um desquitado. Marieta Severo ganhou o Kikito de Ouro de melhor atriz no Festival de Gramado.

Como nascem os anjos

Direção de Murilo Salles. Suspense, 1996, 96 min., Europa Carat. Com Larry Pine, Priscilla Assum, Ryan Massey, Silvio Guindane, André Mattos, Maria Sílvia.

Acidentalmente, o simplório Maguila mata o chefe do tráfico de drogas do morro. Perseguido por traficantes, ele foge da favela com a menina Branquinha e com o amiguinho dela, Japa. Durante a fuga, tomam uma família de norte-americanos como reféns.

Copacabana

Direção de Carla Camuratti. Comédia, 2001, 92 min., Imagens Filmes Distribuidora. Com Marco Nanini, Laura Cardoso, Myriam Pires, Rogéria, Ida Gomes.

Um fotógrafo, morador de Copacabana, às vésperas de completar seus noventa anos, faz uma retrospectiva dos momentos mais marcantes de sua vida, a partir de seu nascimento, quando foi abandonado na porta da Igreja de Nossa Senhora de Copacabana. Sempre acompanhado de seus fiéis amigos, ele relembra eventos históricos e culturais, a exemplo do levante do Forte de Copacabana, o baile comemorativo do retorno dos pracinhas no hotel Copacabana Palace, o carnaval de rua, entre outras situações que se confundem com a história da sua vida, do seu bairro e do país.

Cor de seu destino, A

Direção de Jorge Duran. Drama, 1986, 100 min., Globo Vídeo. Com Guilherme Fontes, Júlia Lemmertz, Andréa Beltrão, Norma Bengell, Chico Diaz.

Após a morte do irmão mais velho por motivos políticos, menino vem morar no Brasil. Muitos anos depois, ele toma conhecimento de que uma prima foi presa em manifestação contra a ditadura chilena. A partir daí, descobre a brutal repressão política no Chile e, em crise de identidade, tenta reaver um passado que se perdeu.

Corpo em delito

Direção de Nuno César Abreu. Drama, 1990, 90 min., Sagres. Com Regina Dourado, Lima Duarte, Dedina Bernadelli, Álvaro Freyre, Renato Borgeri, Fernando Amaral, Tonico Pereira.

Nos anos 1970, um médico-legista aposentado vai morar em uma casa de praia tendo como companhia uma dubladora de cabaré. Com tempo livre, ele se dedica a escrever um livro, relatando a vida do pai integralista, da filha guerrilheira e de suas atividades no Instituto Médico Legal — produzindo laudos falsos sobre as vítimas da tortura no regime militar.

Desafio, O

Direção de Paulo César Saraceni. Drama, 1965, 93 min., Sagres/Rio Filmes. Com Isabela, Oduvaldo Vianna Filho, Sérgio Britto, Luiz Linhares, Joel Barcelos, Maria Bethânia, Zé Kéti.

Logo após o golpe que depôs o presidente João Goulart, Ada e Marcelo se conhecem em uma exposição. Casada com um rico industrial, Ada é mulher sensível e insatisfeita com seu meio social. Marcelo, jornalista e escritor, sente-se impotente diante das perseguições políticas. O filme sugere a falta de perspectivas após o golpe de 1964.

Dias melhores virão

Direção de Carlos Diegues. Comédia, 1989, 92 min., Globo Vídeo. Com Marília Pêra, Paulo José, Zezé Motta, José Wilker, Rita Lee, Marilu Bueno, Paulo César Pereio, Betina Vianny, Benjamin Cattan, Antônio Pedro, Patrício Bisso, Sandra Pêra, Jofre Soares, Lília Cabral.

Devaneios e fantasias de uma dubladora de séries norte-americanas que sonha com um grande amor e em ser estrela de Hollywood.

Doces poderes

Direção de Lúcia Murat. Comédia, 1996, 102 min., Flashstar. Com Marisa Orth, José de Abreu, Antônio Fagundes, Cláudia Lira, Tuca Andrada, Antônio Pilar, Sérgio Mamberti, Vicente Barcelos, Otávio Augusto.

Jornalista assume, na sucursal de Brasília, a chefia da principal rede de televisão do país. Por motivos diversos, desde a ambição política até a desilusão por falta de perspectiva, os colegas abandonam a redação.

Dois Córregos — Verdades submersas no tempo

Direção de Carlos Reichenbach Filho. Drama, 1999, 107 min., Versátil. Com Carlos Alberto Riccelli, Beth Goulart, Ingra Liberato, Vanessa Goulart, Luciana Brasil.

Em fins dos anos 1960, ex-integrante da luta armada vive clandestinamente no sítio da irmã, na cidade de Dois Córregos, onde convive com três mulheres. Décadas mais tarde, uma delas relembra o episódio e o fascínio que o tio guerrilheiro exercia sobre ela.

Dona Flor e seus dois maridos

Direção de Bruno Barreto. Comédia, 1976, 120 min., Globo Vídeo. Com José Wilker, Sônia Braga, Mauro Mendonça, Nelson Xavier, Rui Resende.

Baseado no romance de Jorge Amado, o filme narra os dilemas de Dona Flor, viúva de Vadinho, homem mulhengo, e casada com o pacato Teodoro. O drama se inicia quando Vadinho “volta” do além. O filme foi um sucesso absoluto de crítica e de público.

Doramundo

Direção de João Batista de Andrade. Drama, 1978, 95 min., Vídeo Cassete do Brasil. Com Irene Ravache, Antônio Fagundes, Rolando Boldrin, Armando Bógus, Rodrigo Santiago, Oswaldo Campozana, Denise del Vecchio, Sérgio Hingst, Fernando Peixoto, Denoy de Oliveira.

Na pequena cidade de Cordilheira, perto de São Paulo, ferroviários vivem sob grande opressão. Embora pacata, na cidade ocorre uma série de misteriosos assassinatos. Um delegado é chamado para investigar. Ele descobre um triângulo amoroso e suspeita que exista uma rivalidade entre solteiros e casados na cidade. É um retrato da situação política brasileira nos anos 1970, embora a ação se passe em 1939.

Ed Mort

Direção de Alain Fresnot. Comédia, 1997, 101 min., Rio Filme. Com Paulo Betti, Cláudia Abreu, Ari Fontoura, Otávio Augusto, Irene Ravache, Rosi Campos, Iara Jamra, Chico Buarque, Gilberto Gil, Cauby Peixoto, Luiza Tomé, Marília Gabriela, José Mojica Marins. Ed Mort, detetive de quinta categoria, é contratado por sensual e misteriosa mulher para que encontre o marido, Silva, um mestre em disfarces. Assim, disfarçado de Chico Buarque, Marília Gabriela, Cauby Peixoto, Luiza Tomé, Gilberto Gil e José Mojica Martins, Silva temporariamente, engana Ed Mort, o qual, ao final, desvenda uma complicada trama.

E agora, José?

Direção de Ody Fraga. Drama, 1979, 90 min., CIC. Com Arlindo Barreto, Henrique Martins, Neide Ribeiro, Luiz Carlos Braga.

Jovem administrador de empresas é amigo de um integrante da luta armada, embora não saiba de suas atividades. A repressão policial-militar, no entanto, sabe da amizade entre eles. Quando o guerrilheiro desaparece, o grupo paramilitar prende o jovem executivo e exige que ele revele o paradeiro do colega. Como ele declara não saber da vida clandestina do amigo, é submetido a torturas.

Eles não usam black-tie

Direção de Leon Hirszman. Drama, 1981, 115 min., Globo Vídeo. Com Carlos Alberto Riccelli, Bete Mendes, Fernanda Montenegro, Gianfrancesco Guarnieri, Milton Gonçalves, Francisco Milani.

Em 1980, jovem operário no ABC paulista, ao saber que a namorada está grávida, decide casar com ela. No entanto, a eclosão de uma greve faz com que enfrente um dilema: lutar ao lado do pai, um velho militante sindical, ou furar a greve e garantir o emprego. Ao decidir pela segunda opção, o conflito com o pai será inevitável. Baseado na obra de Gianfrancesco Guarnieri.

Eunice, Clarisse, Tereza

Direção de Joatan Vilela Berbel. Documentário, 1978, 25 min., Coleção Brasileiras 16, Funarte.

Documentário sobre três viúvas de presos políticos: Eunice Paiva, viúva do deputado Rubens Paiva, Clarisse Herzog, viúva do jornalista Vladimir Herzog, e Tereza Fiel, viúva do operário Manuel Fiel Filho.

Evangelho segundo Teotônio

Direção de Vladimir Carvalho. Documentário, 1984, 85 min., Globo Vídeo. Narração de Esther Góes.

O senador por Alagoas, Teotônio Vilela, luta pela democracia e pela anistia em plena ditadura militar que ele, inicialmente, apoiou. Já debilitado em consequência de um câncer, o usineiro percorre o país em suas pregações democráticas.

Falecida, A

Direção de Leon Hirszman. Drama, 1965, 90 min., TopTape Vídeo. Com Fernanda Montenegro, Paulo Gracindo, Vanda Lacerda, Nelson Xavier, Ivan Cândido, Dindrah Brilhante, Hugo Carvana, Zé Kéti, Joel Barcelos.

No subúrbio do Rio de Janeiro, mulher casada com um homem fanático por futebol, levando uma vida monótona e sem maiores aspirações, refugia-se em uma fantasia pouco convencional: ter um enterro luxuoso. Ao morrer, o marido, desempregado, não tem como cumprir seu desejo. Contudo, prevendo as dificuldades, ela prepara um engenho-

so plano para que sua fantasia se torne realidade. Baseado em um conto de Néelson Rodrigues. Preto e branco.

Feliz ano velho

Direção de Roberto Gervitz. Drama, 1987, 105 min., Reserva Especial. Com Marcos Breda, Malu Mader, Eva Wilma, Marco Nanini, Isabel Ribeiro, Augusto Pompeo, Betty Gofman, Alfredo Domiano, Odilon Wagner.

Baseado no livro de Marcelo Rubens Paiva, o filme narra as dificuldades de um jovem universitário que, por acidente, ficou tetraplégico. O filme ganhou seis prêmios no Festival de Gramado, inclusive o de melhor filme.

A festa

Direção de Ugo Giorgetti. Comédia, 1989, 82 min., Abril Vídeo. Com Antônio Abujamra, Adriano Stuart, Jorge Mautner, Iara Jamra, Otávio Augusto, Ney Latorraca, José Lewgoy, Lala Deheinzelin, Patrícia Pillar.

Um tocador de gaita, um jogador de sinuca e seu assistente são contratados para animar a festa de um senador numa luxuosa mansão em São Paulo. No entanto, eles permanecem no parte inferior da casa, sem serem chamados para o andar de cima, onde acontece a festa.

Fica comigo

Direção de Tizuka Yamasaki. Drama, 1997, 90 min., Sagres Produção e Distribuição/Riofilme. Com Luciana Rigueira, Antônio Fagundes, Lúcia Alves, Vitor Hugo, Tereza Seiblit, Luiz Tadeu Teixeira, Rosana Goffman.

Em meados dos anos 1990, órfã é adotada por ex-policial corrupto. Ao perder os pais muito cedo, sendo criada em um orfanato, ela, apesar da dedicação do pai adotivo, não esquece a infância, sobretudo alimenta a vontade de encontrar os irmãos. Durante um assalto, ela identifica um dos integrantes da quadrilha como seu irmão, fugindo com ele e levando o dinheiro do pai, destinado a transações ilegais. Os dois jovens se apaixonam e, ao não devolverem o dinheiro, deixam o policial dividido: recuperar o dinheiro ou restabelecer relações com a filha adotiva. O filme mostra a corrupção policial e a situação dos menores abandonados nas ruas.

Fome de amor

Direção de Nelson Pereira dos Santos. Drama, 1968, 90 min., Manchete Vídeo. Com Leila Diniz, Arduino Colasanti, Irene Stefânia, Paulo Porto, Manfredo Colasanti, Lia Rossi, Olgo Danich, Neville Duarte, Roberto Castro.

Dois casais estão reunidos numa ilha. O primeiro é formado por um cientista que ficou cego, surdo e mudo e sua mulher, que pensa em gozar a vida. O segundo é constituído por um ex-garçom, metido a intelectual e pescador nas horas vagas, mas de acentuado mau caráter, e uma pianista frustrada. No confronto entre os quatro personagens, surge uma trama de amor, mistério e morte, retratando os anos 1960.

Hora da estrela, A

Direção de Suzana Amaral. Drama, 1985, 96 min., Transvídeo. Com Marcélia Cartaxo, José Dumont, Tamara Taxman, Fernanda Montenegro, Umberto Magnani, Denoy de Oliveira.

Baseado no romance homônimo de Clarice Lispector, o filme retrata a vida de Macabéa, jovem nordestina que, em São Paulo, vive em uma pensão para moças e arruma o emprego de datilógrafa. Desajeitada, ela tem uma vida muito simples e sonha encontrar o amor de sua vida. O filme ganhou 13 prêmios no Festival de Brasília e Marcélia Cartaxo ganhou o Urso de Prata no XXXVI Festival de Berlim.

Homem que virou suco, O

Direção de João Batista de Andrade. Drama, 1981, 97 min., Vídeo Cassete do Brasil. Com José Dumont, Célia Maracajá.

Deraldo, um cantor de cordel nordestino recém-chegado a São Paulo, é confundido com operário que matou o patrão, embora tenha recebido o título de operário-símbolo. O filme, de maneira inteligente, discute a questão da identidade dos migrantes nordestinos na cidade grande. Medalha de ouro no Festival de Moscou.

Iracema — uma transa amazônica

Direção de Jorge Bodansky. Aventura, 1975, 90 min., Embrafilme. Com Paulo César Pereio, Edna de Cássia.

Viajando pela rodovia Transamazônica, caminhoneiro faz negócios ilegais na compra de madeira da região. Nas viagens, envolve-se com uma jovem índia prostituta. Misto de documentário e ficção, o filme, realizado em 1975, só foi liberado pela censura federal nos anos 1980, por denunciar o aspecto opressivo e negativo do "milagre econômico".

Jango

Direção de Sílvio Tendler. Documentário, 1984, 110 min., Caliban. Narração de José Wilker.

O documentário trata da vida do ex-presidente da República João Goulart, deposto pelo golpe civil-militar de 1964, desde o início de sua vida pública como ministro do Trabalho, no segundo governo Vargas, até sua morte no exílio em 1976. Tendler utiliza imagens de época, bem como entrevistas com amigos, colaboradores e adversários de Jango.

Jenipapo

Direção de Monique Gardenberg. Drama, 1996, 95 min., Sagres. Com Henry Czerny, Patrick Bauchau, Marília Pêra, Júlia Lemmertz, Ana Beatriz Nogueira.

Quando o Congresso Nacional mostra-se inclinado a aprovar a reforma agrária, um padre, que lutou durante anos pela alteração na propriedade rural, surpreendentemente se recusa a falar para repórteres. Um jornalista norte-americano tenta entrevistá-lo, mas não

se conforma com o silêncio. Assim, rompendo com a ética de sua profissão, inventa uma entrevista, com repercussões negativas na vida política do país.

Jorge, um brasileiro

Direção de Paulo Thiago. Aventura, 1988, 113 min., Transvídeo. Com Carlos Alberto Riccelli, Glória Pires, Dean Stockwell, Denise Dumont, Paulo Casteli.

Baseado na obra de Oswaldo França Júnior. Jorge lidera um comboio de caminhoneiros e arrisca a vida para que a carga chegue a tempo, mesmo diante de várias situações adversas. O filme resgata a universo dos caminhoneiros brasileiros.

Kenoma

Direção de Eliane Caffé. Drama, 1998, 111 min., Rio Filme. Com Enrique Diaz, José Dumont, Mariana Lima, Jonas Bloch, Matheus Nachtergaele, Eliana Carneiro.

Kenoma é um pacato e miserável lugarejo no sertão mineiro. A energia, pouca e racionalizada, é produzida por um velho moinho. Lineu, no moinho, trabalha em um experimento revolucionário: uma máquina de movimento perpétuo. As experiências, no entanto, são interrompidas pelo poderoso fazendeiro da região, Jerônimo, que ordena a desocupação do moinho. O ar misterioso do povoado e uma bela jovem que lá vive, Tari, atraem um forasteiro à região. Mas ele logo fica dividido entre conquistar Tari e colaborar com Lineu na busca do moto-perpétuo. Fantasia dramática que marca a estréia em longa da curta-metragista Eliane Caffé.

Kuarup

Direção de Ruy Guerra. Drama, 1989, 112 min., Warner. Com Taumaturgo Ferreira, Fernanda Torres, Claudia Raia, Cláudio Mamberti, Cláudia Ohana, Maitê Proença, Lucélia Santos, Maurício Mattar, Ewerton de Castro, Dionísio de Azevedo, Roberto Bonfim.

Padre Nando é designado para atuar no Xingu. Atormentado por desejos sexuais e preocupado com a situação política no país, sobretudo com o avanço da repressão pela ditadura militar, ele fica impressionado com o Kuarup, cerimônia que ritualiza a criação do homem. Assim, da batina ele passa para a luta armada. Baseado no romance de Antônio Callado

Lamarca

Direção de Sérgio Rezende. Drama, 1994, 130 min., Sagres. Com Paulo Betti, Carla Camuratti, José de Abreu, Débora Evelyn, Roberto Bomtempo, Eliezer de Almeida, Orlando Vieira, Carlos Zara.

Em 1967, o capitão do Exército Carlos Lamarca foi designado para reprimir manifestações de rua, mas já estava engajado na Vanguarda Popular Revolucionária. O filme narra os dois últimos anos de vida de Lamarca, que, optando pela luta revolucionária, desertou do Exército levando armas e munições. Em 1969, enviou a família para Cuba e, na clandestinidade, comandou diversas ações urbanas. Em setembro de 1971, no sertão da Bahia, foi perseguido pelas forças de repressão e executado.

Lance maior

Direção de Sylvio Back. Drama, 1968, 100 min., UCB/Servicine. Com Reginaldo Faria, Regina Duarte, Irene Stefânia.

Mário, um bancário e estudante universitário, enfrenta, ao mesmo tempo, uma greve no emprego e uma crise pessoal de identidade. Ele vive a dúvida entre o engajamento político e a ambição de subir na vida. Ao mesmo tempo, Cristina, moça rica e alienada politicamente, disputa com Neuza, comerciária e militante política, o amor de Mário. Rodado em Curitiba, o filme recupera a vida das pequenas cidades brasileiras em fins da década de 1960. Preto e branco.

Lúcio Flávio — o passageiro da agonia

Direção de Hector Babenco. Policial, 1977, 120 min., CIC. Com Reginaldo Faria, Ana Maria Magalhães, Paulo César Pereiro, Milton Gonçalves, Grande Otelo, Stepan Nercessian.

A história de um grupo de policiais que, nos anos 1960, recebeu o nome de “Esquadrão da Morte”, bem como o envolvimento deles com o crime. Realizando assaltos a bancos e fugas espetaculares, Lúcio Flávio tornou-se manchete da crônica policial do país. Baseado no livro de José Louzeiro.

Macunaíma

Direção de Joaquim Pedro Andrade. Comédia, 1969, 110 min., Globo Vídeo. Com Grande Otelo, Dina Sfat, Paulo José, Milton Gonçalves, Jardel Filho e Rodolfo Arena. Nasce um negro na selva brasileira: Macunaíma. Vive na fome e experimenta as mais incríveis aventuras pela mata. De negro vira branco. Com seus irmãos, vai para a cidade, dando o maior exemplo do herói sem caráter, o malandro que se envolve com os mais diversos tipos sociais. Cansado da cidade, volta para a selva para novamente ser abandonado na fome. Baseado na obra clássica de Mário de Andrade, o filme é uma alegoria do povo brasileiro.

O mandarim

Direção de Júlio Bressane. Musical, 1995, 100 min., Sagres Rio Filmes. Com Fernando Eiras, Giulia Gam, Renata Sorrah, Costinha, Paschoal Villaboim, Daniela Arantes, Catarina Abdala, Drica Moraes, Noa Bressane, João Rebelo, Sharon Matos, Raphael Rabelo, Gal Costa, Gilberto Gil, Chico Buarque, Edu Lobo, Caetano Veloso.

O filme procura resgatar a história da música popular brasileira ao longo do século XX através da vida do misterioso e solitário cantor e compositor carioca Mário Reis, tendo como cenário a cidade do Rio de Janeiro. Cantores consagrados, como Chico Buarque e Caetano Veloso, interpretam canções clássicas do repertório da MPB.

Marvada carne, A

Direção André Klotzel. Comédia, 1985, 77 min., Reserva CIC Vídeo. Com Fernanda Torres, Adilson Barros, Regina Casé, Dionísio Azevedo, Geny Prado, Chiquinho Brandão.

Comédia caipira mostrando o universo do interior do país, com suas lendas e religiosidades populares. Homem que vive na solidão da roça tem o sonho de comer carne de boi. Em um pequeno arraial, conhece a família da jovem Sá Carula. Para casar, a menina usará diversos artifícios.

Matou a família e foi ao cinema

Direção de Júlio Bressane. Drama, 1969, 78 min., Transvídeo. Com Márcia Rodrigues, Renata Sorrah, Vanda Lacerda, Antero de Oliveira, Carlos Eduardo Dolabela.

Em uma casa isolada em Petrópolis, Márcia, em crise no casamento, é consolada pela amiga Regina. Enquanto as duas se envolvem amorosamente, recortes de notícias violentas e referências a outros personagens vão surgindo, especialmente o de um rapaz que mata os pais utilizando uma navalha e, depois, vai ao cinema assistir ao filme *Perdidos de amor*. Como um “filme dentro do filme”, este segundo longa-metragem de Bressane revela o estilo de “cinema *underground*”. Preto e branco.

Meninas, As

Direção de Emiliano Ribeiro. Drama, 1995, 92 min., Cannes. Com Adriana Esteves, Cláudia Liz, Drica Moraes.

Em São Paulo, em pleno “anos de chumbo”, três jovens universitárias moram em um pensionato de freiras: Lorena, oriunda de família rica, mas problemática; Lia, politizada e liberada sexualmente; e Ana, moça pobre e de universo limitado. Da obra de Lygia Fagundes Telles.

Menino do Rio

Direção de Antônio Calmon. Comédia, 1982, 106 min., Globo Vídeo. Com André de Biase, Cláudia Magno, Cláudia Ohana.

No verão do Rio de Janeiro, adolescentes se divertem em esportes como o surfe e passeios de asa-delta. Apesar do ambiente de alegria, um casal de jovens vive desencontros amorosos.

Morte e vida severina

Direção de Zelito Viana. Drama, 1977, 85 min., Transvídeo. Com Jofre Soares, Stênio Garcia, José Dumont, Tânia Alves, Elba Ramalho, Luiz Medonça.

Com roteiro baseado nos poemas “O Rio” e “Vida severina”, de João Cabral de Melo Neto, musicados por Chico Buarque, o filme narra a trajetória de um retirante nordestino tentando escapar da seca que assola o sertão. Atravessando a região do Agreste, seu objetivo é chegar à capital, Recife. A alegoria do retirante Severino retrata as precárias condições de vida e de trabalho na região, bem como a jornada dos nordestinos que, saindo do sertão, procuram as capitais na esperança de uma vida melhor.

Muda Brasil

Direção de Oswaldo Caldeira. Documentário, 1985, 105 min., Warner.

O filme é um registro da campanha política que resultou na eleição, no Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves para a presidência da República, com o depoimento de vários políticos e cenas da participação popular nas ruas.

Na trilha dos Uru-Eu-Wau-Wau

Direção de Adrian Cowell. Documentário, 1998, 55 min., Verbo Filmes.

O filme narra a busca empreendida por Chico Prestes a seu filho, que, em 1980, com sete anos de idade, foi levado pelos índios Uru-Eu-Wau-Wau nas selvas de Rondônia. A ocupação desordenada da região e o avanço populacional sobre território indígena são mostrados no documentário.

Nunca fomos tão felizes

Direção de Murilo Salles. Drama, 1983, 96 min., Globo Vídeo. Com Cláudio Marzo, Roberto Bataglin, Suzana Vieira.

Órfão de mãe, jovem passou a infância em um colégio interno. O pai, imerso na luta armada, e tentando protegê-lo, não pode se abrir com ele, resultando em uma difícil relação. Baseado em conto de João Gilberto Noll.

Orfeu

Direção de Carlos Diegues. Drama, 1999, 111 min., Warner. Com Toni Garrido, Patrícia França, Murilo Benício, Zezé Motta, Milton Gonçalves, Isabel Filardis, Stepan Nercessian, Maria Ceixa.

Adaptação da peça *Orfeu da Conceição*, de Vinicius de Moraes, que transpôs o mito grego para as favelas cariocas durante o carnaval. A história conta a trágica paixão do sambista Orfeu por Eurídice num ambiente marcado pela criminalidade, drogas, *funk*, *rap*, execuções e abuso policial.

Para viver um grande amor

Direção de Miguel Faria Jr. Musical, 1984, 107 min., Warner. Com Patrícia Pillar, Djavan, Glória Menezes, Paulo Goulart, Zezé Motta, Elba Ramalho.

Baseado na música de Vinicius de Moraes e Carlos Lyra, o filme sugere um futuro utópico em que as diferenças de classes chegam ao fim. As famílias das elites, apavoradas, fogem para o exterior, deixando para trás, nos ricos bairros do Rio de Janeiro, prédios vazios. A população pobre, vinda dos morros, toma a cidade e constrói uma nova sociedade.

P. S. W. — Uma crônica subversiva

Direção de Paulo Halm e Luiz Arnaldo Campos. Documentário, 1988, 50 min., Embrasil. Com Antônio Fagundes.

O filme resgata a trajetória do militante cristão e deputado estadual Paulo Stuart Wright. Perseguido pelo regime militar por seu comprometimento com a população pobre, ele entrou para a clandestinidade após o golpe civil-militar de 1964. Em setembro de 1973, ele desapareceu. O filme sugere que ele teria sido assassinado nas dependências do DOI-Codi em São Paulo.

Patriamada

Direção de Tizuka Yamasaki. Drama, 1984, 118 min., Vídeo Cassete do Brasil. Com Débora Bloch, Buza Ferraz, Walmor Chagas, Júlia Lemmertz.

A história de três personagens que participam do movimento das "diretas-já". Uma repórter simpatizante do PT namora, sem maiores compromissos, um amigo cineasta, mas se envolve, de maneira apaixonada, com um empresário nacionalista e progressista bem mais velho que ela. O filme tem início com o comício das "diretas-já" na Candelária, Rio de Janeiro, e termina com a votação da Emenda Dante de Oliveira.

Paula — A história de uma subversiva

Direção de Francisco Ramalho Júnior. Drama, 1979, 95 min., Transvídeo. Com Armando Bógus, Marlene França, Walter Mannis.

Quando Paula retorna ao Brasil com a anistia, um arquiteto, Marco Antônio, tem a filha seqüestrada. Por infeliz coincidência, o policial que investiga o caso é o mesmo que, em fins dos anos 1960, prendeu e torturou Paula e ainda prejudicou Marco Antônio, acusando-o de atividades subversivas.

Pixote — A lei do mais fraco

Direção de Hector Babenco. Drama, 1981, 120 min., CIC. Com Fernando Ramos da Silva, Marília Pêra, Jardel Filho, Rubens de Falco, Beatriz Segall, Elke Maravilha, Tony Tornado.

Pixote, um menino de rua abandonado pelos pais, é mandado para um reformatório paulista, acusado de roubo. Convivendo com os delinqüentes, aprende novas formas de "se virar" na vida. Em uma rebelião no reformatório, ele foge, junto com outros amigos, e vai para o Rio de Janeiro, onde será um pequeno traficante de drogas, café e assassino, apesar de ter apenas 11 anos de idade.

Pra frente Brasil

Direção Roberto Farias. Drama, 1983, 105 min., Brut Home Vídeo. Com Reginaldo Farias, Antônio Fagundes, Natália do Valle, Elizabeth Savalla, Cláudio Marzo, Carlos Zara.

Em 1970, auge da ditadura militar, a vida de uma família é alterada a partir de uma infeliz coincidência, levando todos a conhecerem a face mais obscura do regime ditatorial. Tortura, serviço de informações, desaparecimento de presos políticos, luta armada, influência norte-americana são temas tratados no filme.

Prata Palomares

Direção de André Faria. Drama, 1972, 135 min., VTI. Com Ítala Nandi, Renato Borghi, Carlos Gregório.

Dois guerrilheiros de esquerda, fugindo da repressão, vão para uma ilha e escondem-se em uma igreja abandonada. Enquanto esperam por novas orientações, envolvem-se com uma mulher que deseja ter um filho. Um deles, para disfarçar sua identidade, alega ser padre e, com o tempo, passa a acreditar na própria mentira, gerando atritos com o companheiro. O filme foi proibido pela censura federal, só liberado em 1979.

Que bom te ver viva

Direção de Lúcia Murat. Drama, 1989, 100 min., Sagres. Com Irene Ravache.

Irene Ravache interpreta uma personagem que relata a vida de mulheres que atuaram na luta armada contra a ditadura militar. Presas, torturas e humilhadas, elas relatam experiências dolorosas e estratégias de sobrevivências diante do horror da repressão e de uma sociedade que se calou.

O que é isso, companheiro?

Direção de Bruno Barreto. Drama, 1997, 113 min., Columbia Tristar. Com Alan Arkin, Pedro Cardoso, Fernanda Torres, Cláudia Abreu, Antônio Pedro, Nelson Dantas, Matheus Nachtergaele, Fernanda Montenegro, Marco Ricca.

Em fins dos anos 1960, jovens integrantes de organizações revolucionárias seqüestram o embaixador americano no Brasil. Baseado no livro de Fernando Gabeira.

Quem matou Pixote?

Direção de José Joffily. Drama, 1996, 116 min., Columbia Tristar. Com Cassiano Carneiro, Joana Fomm, Luciana Rigueira, Tuca Andrada, Roberto Bomtempo, Carol Machado, Maria Liza Mendonça.

O filme resgata a história de Fernando Ramos da Silva, garoto semi-analfabeto que ficou conhecido ao interpretar o papel-título em *Pixote — A lei do mais fraco*, de Hector Babenco. Quando a repercussão do filme se esgotou, ele tentou a carreira artística, mas sem sucesso. Desesperado, passou a praticar crimes, até ser morto pela polícia — como o Pixote que interpretou.

Rei do Rio

Direção de Fábio Barreto. Drama/Policial, 1986, 105 min., Globo Vídeo. Com Nuno Leal Maia, Nelson Xavier, Milton Gonçalves, Andréa Beltrão, Artur Mulemberg, Antônio Pitanga, Amparo Grizales, Tônico Pereira, Tony Tornado, Márcia Barreto e Zezé Macedo.

Tucão (Nuno Leal Maia) e Nico Sabonete (Nelson Xavier), dois bons amigos que vivem no subúrbio do Rio de Janeiro, resolvem dar um golpe para conquistar o poder de um famoso bicheiro. O plano acaba dando certo e eles enriquecem, mas o dinheiro irá trans-

formar a grande amizade que existia entre eles. Com o dinheiro ganho, eles formam uma sociedade e Tucão decide se tornar banqueiro do jogo do bicho, iniciando uma guerra para tomar o controle da área onde agiam outros bicheiros. Anos depois, Nico, insatisfeito por sua pouca participação na sociedade com o jogo do bicho, começa a trabalhar com o tráfico de drogas sozinho, entrando em rota de colisão com Tucão. Baseado em *O rei de Ramos*, de Dias Gomes.

Sábado

Direção de Ugo Giorgetti. Comédia, 1995, 85 min., Europa Filmes. Com Maria Padilha, Otávio Augusto, Giulia Gam, Tom Zé, André Abujamra, Gianni Ratto, Elias Andreato, Wandí, Jô Soares, Renato Consorte, Décio Pignatari, Carina Cooper.

Em um sábado, equipe de publicidade grava um comercial de televisão no decadente Edifício das Américas, no centro da cidade de São Paulo. Um elevador danificado obriga a equipe a dividir espaço com os moradores, gerando pequenos incidentes. O diretor critica o universo dos publicitários com personagens estereotipados e situações bizarras.

Terra estrangeira

Direção de Walter Salles Júnior. Drama, 1995, 100 min., Sagres. Com Daniela Thomas, Fernanda Torres, Fernando Alves Pinto, Luís Melo, Alexandre Borges, Laura Cardoso. No contexto político da vitória eleitoral de Fernando Collor e do confisco da poupança popular, o jovem Paco perde a mãe e a esperança de se tornar ator. Triste, ele decide deixar o Brasil e conhecer Portugal, terra natal de sua mãe. Sem recursos, aceita contrabandear um objeto para Lisboa. Na capital portuguesa, apaixonou-se pela jovem Alex, mas é ameaçado de morte. Preto e branco.

Terra para Rose

Direção de Tetê Moraes. Documentário, 1987, 84 min., Sagres. Narração de Lucélia Santos e José Wilker.

Documentário sobre a luta de 1.500 famílias que ocuparam a fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, em 1985. Através de depoimentos dos próprios trabalhadores sem terra, de ministros e do proprietário da fazenda, o filme apresenta as dificuldades enfrentadas pelas famílias, como o frio, a fome e o confronto com as tropas policiais, bem como as negociações com o governo e a esperança na reforma agrária.

Trapalhões na Serra Pelada, Os

Direção de J. B. Tanko. Infantil, 1982, 80 min., Reserva Especial. Com Os Trapalhões, Gracindo Jr., Louise Cardoso, Castro Gonzaga, Wilson Grey, Ana Maria Magalhães.

O quarteto, junto a outros amigos, desafia o poder de um tirano que explora os garimpeiros. Com a ajuda do Exército, eles libertam os trabalhadores e fazem justiça. O filme resgata o universo de Serra Pelada, o mundo difícil do garimpo, a corrupção, o contrabando de ouro, os posseiros expulsos de suas terras, entre outras mazelas.

Velho — A história de Luiz Carlos Prestes, O

Direção de Toni Venturi. Documentário, 1997, 105 min., Funarte/Rio Filmes. Conjugando entrevistas com cenas de época, o documentário relata a vida de Luiz Carlos Prestes desde a infância, o envolvimento nas revoltas dos anos 1920, sua liderança no movimento tenentista, a coluna que recebeu seu nome, a insurreição de 1935, as prisões e exílios. Em todo o filme surge o próprio Prestes relatando e interpretando os acontecimentos.

Vida de artista

Direção de Haroldo Marinho Barbosa. Drama, 1972, 70 min., Warner. Com Pedro Bira, Tetê Medina, Márcia Rodrigues.

Jovem abandona a utopia da revolução dos anos 1960 e descobre um novo modo de vida: sexo, drogas e *rock'n'roll*. O filme resgata a passagem da "geração 68" para o chamado "desbunde" dos anos 1970.

Os autores

- Carlos Aurélio Pimenta de Faria.** Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ e Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cidades da PUC-Minas.
- Carlos Fico.** Doutor em História Social pela USP e Professor do Departamento de História da UFRJ. Autor de *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997).
- Denise Rollemberg.** Doutora em História Social pela UFF e Professora Adjunta do Departamento de História da UFF. Autora de *Exílio. Entre raízes e radares* (Rio de Janeiro: Record, 1999).
- Fábio Sá Earp.** Doutor em Economia pela UFRJ e Professor Adjunto do Instituto de Economia da mesma Universidade. Co-autor de *Na Corda Bamba. Ensaio sobre a cultura da inflação* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993).
- Francisco Carlos Teixeira da Silva.** Doutor em História Social pela Universidade Livre de Berlin/UFF. Professor Titular de História Moderna e Contemporânea do Departamento de História da UFRJ. Autor de *Mutações do Trabalho* (Rio de Janeiro: Senac, 1999).
- Lucilia de Almeida Neves Delgado.** Doutora em Ciência Política pela USP e Professora Titular do Departamento de História da PUC-Minas. Autora de *PTB: do getulismo ao reformismo, 1945-1964* (São Paulo: Marco Zero, 1989).
- Luiz Carlos Delorme Prado.** Doutor em Economia pela Universidade de Londres e Professor Adjunto do Instituto de Economia da UFRJ. Co-autor de *Na Corda Bamba. Ensaio sobre a cultura da inflação* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993).
- Marcelo Ridenti.** Doutor em Sociologia pela USP e Professor Livre-Docente do IFCH da Unicamp (Departamento de Sociologia). Autor de *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV* (Rio de Janeiro: Record, 2000).
- Marco Aurélio Cepik.** Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ e Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Marco Aurélio Santana.** Doutor em Sociologia pela UFRJ e Professor de Sociologia do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais e do Mestrado em Memória Social e Documento da Uni-Rio. Autor de *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil* (São Paulo: Boitempo Editorial / Universidade do Rio de Janeiro, 2001).
- Mario Grynszpan.** Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ, Professor Adjunto do Departamento de História da UFF e Pesquisador do CPDOC-FGV.

Autor de Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999).

Mauro Passos. Doutor em Educação e História das Religiões pela Universidade Salesiana de Roma. Professor Adjunto do COLTEG-UFMG e Professor do curso de Pedagogia da PUC/MG.

Nilson Borges Filho. Doutor em Direito do Estado pela UFSC, Professor de Ciência Política do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC e Professor Visitante do Departamento de Ciência Política da UFMG. Autor de *Santos e Pecadores: o comportamento político dos militares — Brasil-Portugal* (Florianópolis: Paralelo 27, 1997).

Plano geral da coleção

Livro 1 — O tempo do liberalismo excludente — da proclamação da República à Revolução de 1930

Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX
Profa. Dra. Margarida de Souza Neves (PUC-Rio)

A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso
Prof. Dr. Elio Chaves Flores (UFPB)

O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico
Profa. Dra. Maria Efigênia Lage de Resende (UFMG)

Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado
Profa. Dra. Jacqueline Hermann (UFRJ)

Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva
Prof. Dr. Cláudio Batalha (Unicamp)

Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)

Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Jaime Benchimol (Fiocruz)

O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura
Dra. Isabel Lustosa (FCRB)

Tenentismo e crises políticas na Primeira República
Prof. Dr. Mário Cléber Martins Lanna Júnior (PUC-Minas/FJP-MG)

O Modernismo e a questão nacional
Dra. Monica Pimenta Velloso (FCRB)

A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930
Profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ/CPDOC-FGV) e Profa. Dra. Surama Conde Sá Pinto

Livro 2 — O tempo do nacional-estatismo — do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo*Os anos 1930: as incertezas do regime*

Dra. Dulce Pandolfi (CPDOC-FGV)

Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)

Prof. Dr. Marcos Chor Maio (Fiocruz) & Dr. Roney Cytrynowicz (AHJB)

O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935

Profa. Dra. Marly de Almeida G. Vianna (UFSCar)

O Estado Novo: o que trouxe de novo?

Profa. Dra. Maria Helena Capelato (USP)

Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo

Dra. Monica Pimenta Velloso (FCRB)

Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil

Dr. Alexandre Fortes (FPA) e Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (UFBa)

Estado, classe trabalhadora e políticas sociais

Profa. Dra. Maria Celina D'Araújo (UFF/CPDOC-FGV)

A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência

Profa. Dra. Maria Antonieta P. Leopoldi (UFF)

O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania

Profa. Dra. Rachel Soihet (UFF)

Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio

Dra. Lúcia Lippi Oliveira (CPDOC-FGV)

Livro 3 — O tempo da experiência democrática — da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*A democratização de 1945 e o movimento queremista*

Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)

Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (UNIMEP) & Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (UFBa)

Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho (UFSCar)

Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia

Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas)

Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural

Profa. Dra. Vânia Maria Losada Moreira (UFES)

Do nacional-desenvolvimentista à Política Externa Independente (1945-1964)

Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Vizontini (UFRGS)

PCB: a questão nacional e a democracia

Prof. Dr. José Antonio Segatto (UNESP)

Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução

Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro (UFPE)

Os novos experimentos culturais nos anos 1940/50: propostas de democratização da arte no Brasil

Profa. Dra. Santuza Cambraia Naves (PUC-Rio/UCAM)

Crises da República: 1954, 1955 e 1961

Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)

O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964

Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)

Livro 4 — O tempo da ditadura — regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*

Prof. Dr. Nilson Borges Filho (UFSC)

Esquerdas revolucionárias e luta armada

Profa. Dra. Denise Rollemberg (UFF)

Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)

Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas) e Prof. Dr. Mauro Passos

Cultura e política: os anos 1960 e 1970 e sua herança

Prof. Dr. Marcelo Ridenti (Unicamp)

Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão

Prof. Dr. Carlos Fico (UFRJ)

O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda — 1967-1973

Prof. Dr. Luiz Carlos Delorme Prado (IE-UFRJ) e Prof. Dr. Fábio Sá Earp (IE-UFRJ)

Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)

Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980/1990
Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (Uni-Rio)

A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST
Prof. Dr. Mario Grynszpan (UFF/CPDOC-FGV)

O bolivarianismo dos antigos e o bolivarianismo dos modernos: o Brasil e a América Latina na década de 1990
Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta de Faria (PUC-Minas) & Prof. Ms. Marco Aurélio Cepik (UFMG)

O texto deste livro foi composto em Sabon, desenho tipográfico de Jan Tschichold de 1964, baseado nos estudos de Claude Garamond e Jacques Sabon no século XVI, em corpo 10/13,5. Para títulos e destaques, foi utilizada a tipografia Frutiger, desenhada por Adrian Frutiger em 1975.

A impressão se deu sobre papel Offset 90g/m² pelo Sistema Cameron da Divisão Gráfica da Distribuidora Record.

O Brasil Republicano compõe-se de quatro volumes.

Este quarto tem início com um capítulo dedicado ao regime militar brasileiro, seus fundamentos doutrinários e suas práticas políticas. A seguir, o tema volta-se para os opositores mais extremados do governo dos generais: as vanguardas revolucionárias de esquerda. A Igreja Católica, suas diversas facções e as doutrinas formuladas diante da violência do regime são questões tratadas no capítulo seguinte. Política e cultura, no entanto, não se dissociam. É dessa maneira que a preocupação, mais adiante, é centrada nos diversos projetos culturais que surgiram ainda no governo de João Goulart e atravessaram toda a década de 1960. Em seguida, um capítulo resgata as práticas mais obscuras do regime militar, a exemplo da polícia política, da espionagem, da censura e da propaganda política. A outra dimensão da ditadura, ufanista e repleta de números grandiosos, é explorada no capítulo que trata da economia durante o período do assim chamado "milagre brasileiro". A seguir, a análise da crise política da ditadura e a longa transição ao regime democrático. Dois capítulos são dedicados aos movimentos sociais que surgiram ao final do regime militar: o formado por operários que, na época, inauguraram o que se chamava de "novo sindicalismo" e o dos trabalhadores rurais, com uma organização que ficaria conhecida como MST. E o livro termina analisando as relações do Brasil com a América Latina, em especial com a formação do Mercosul.



Os militares, ao lado de seus aliados civis, tomaram o poder em março de 1964 e implantaram uma ditadura que durou muito além do previsto. Para isso, o regime recorreu à violência, à censura e à espionagem. Muitos melhoraram de vida com o "milagre" econômico. Mas muitos outros se tornaram ainda mais pobres do que eram. Alguns se opuseram ao governo dos generais, a exemplo de políticos, religiosos, estudantes, artistas e intelectuais. No entanto, foram pequenos grupos de jovens que, desejando implantar o socialismo no país, pegaram em armas e atacaram a ditadura. A transição de volta à democracia, como a própria duração do regime militar, foi longa demais. Ao final, operários entraram em cena, logo seguidos por trabalhadores rurais. E o Brasil descobriu as vantagens de também ser latino-americano.

Artigos de:

Nilson Borges

"A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares"

Denise Rollemberg

"Esquerdas revolucionárias e luta armada"

Lucília de Almeida Neves Delgado e Mauro Passos

"Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)"

Marcelo Ridenti

"Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança"

Carlos Fico

"Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão"

Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp

"O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)"

Francisco Carlos Teixeira da Silva

"Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985"

Marco Aurélio Santana

"Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990"

Mario Grynszpan

"A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST"

Carlos Aurélio Pimenta de Faria e Marco Aurélio Cepik

"O bolivarismo dos antigos e o bolivarismo dos modernos: o Brasil e a América Latina na década de 1990"

ISBN 978-85-200-0625-2



9 788520 006252